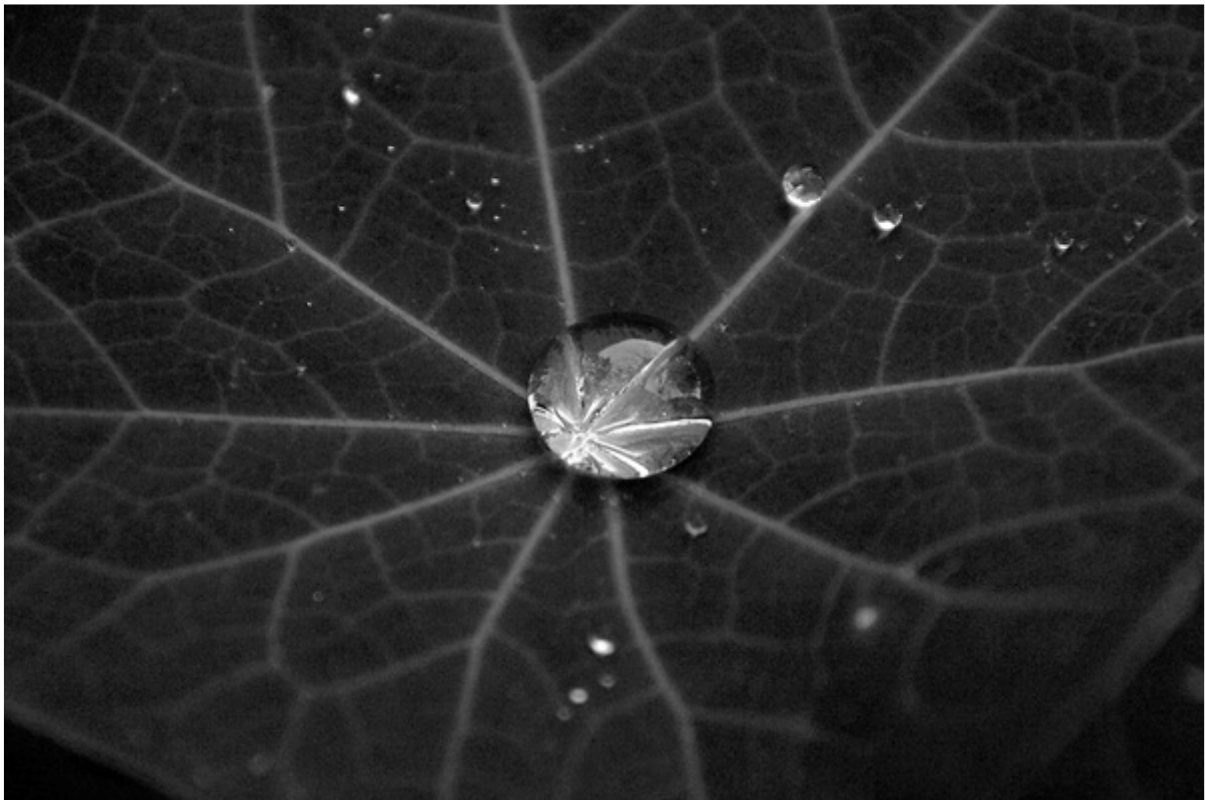


(s)
As Margens

da UHE Corumbá IV, Goiás, Brasil: desafios antropológicos
entre redes, enclaves, cosmografias e moralidades



Luís Guilherme Resende de Assis

Brasília

2007

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Departamento de Antropologia – DAN
Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – PPGAS

(\)

As Margens

da UHE Corumbá IV, Goiás, Brasil: desafios antropológicos
entre redes, enclaves, cosmografias e moralidades

Luís Guilherme Resende de Assis

Dissertação apresentada como
requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em
Antropologia Social, do PPGAS/
DAN/ ICS/ UnB

Banca Examinadora

Dr. Paul E. Little (Orientador – DAN/UnB)

Dr. Gustavo L. Ribeiro (DAN/UnB)

Dr. Carlos B. Vainer (IPPUR/UFRJ)

Brasília

2007

À Dona Joanita e Mateo.

AGRADECIMENTOS

Tão fácil e agradável é agradecer.

Agradeço aos amigos do entorno da Corumbá IV, referindo-me a vocês, infelizmente, como *atingidos*; que alguma coisa boa aconteça depois de tudo que passaram, a luta é a de todos os dias. Obrigado a todos os colegas e amigos da equipe de elaboração do Diagnóstico, especialmente, Marcel, Léo, Taís, Rodrigo, Karine, Ana Carolina, Victor, Daniel, Inaê, Ivanise, Raphael e Danilo, este trabalho tem vocês. Obrigado à Katakumba e seus estudantes, meus amigos. Obrigado, Paul, o texto finalmente “saiu”. Eu disse que “sairia”, você “botou fé”! Minhas famílias, muito obrigado, foi difícil, vocês sabem, mas tá aí! Dona Joana, esteja bem, nos console em memória (“*Meu corpo na sepultura desprezado ao relento, alguém fala em meu nome alguma vez, em pensamento*”). Mateo, quantos ensinamentos sobre a mudança na vida das pessoas você me deu, obrigado, “lôro”. Aina, amiga, colega de curso e parceira de vida, agora é sua vez; obrigado por tudo, você foi muito importante nesse processo, conta comigo. Amigos, tantos que não nomeio, medo de esquecer alguém; muitos de vocês, sem saber, me deram luz (ou sombras quando a luz ofuscava demais, desviando caminhos). Um dia, quando estivermos juntos, eu conto como foram importantes. Muito obrigado, amigos. Agradeço especialmente à Lidia Meiji, excelente interlocutora e amiga.

Deus, minha dúvida, minha busca, minhas limpezas; entre trancos e barrancos, obrigado. Meu padrinho e minha madrinha, Fernando e Clarisse, obrigado. Obrigado, Céu do Planalto. Pessoal da Seara de Ceilândia, muito obrigado pelos descarregos.

Professores do DAN, especialmente Luís Roberto, Gustavo, Stephen, “os Woortmann” e Alcida; suas aulas, nossa interação, seus textos e obras – não exatamente nessa ordem e em combinações variadas – me estimularam a pensar. Muito obrigado. Professor Roberto Cardoso, obrigado pela sua genialidade, obrigado pelo PPGAS, onde agora me formo. Pessoal da secretaria do DAN, da limpeza e da copa, muito obrigado. Dona Iracilda, obrigado. CNPq e CAPES, obrigado pela minha bolsa – que usei parcialmente – e a dos colegas da Katakumba que, com sua ajuda financeira, puderam se manter ou se firmar em Brasília, ensinando-me antropologia.

Obrigado a todos que me permitiram praticar antropologia de uma forma diferente, impondo-me desafios, questões e dores de cabeça. Pessoal do MMA, pessoal do MDA, pessoal da CCSA, obrigado.

Aos artistas que, na hora de tédio ou estafa, me davam descanso. Música, o quanto eu puder ouvir.

Mestre Irineu, Padrinho Sebastião e Padrinhos Alfredo e Valdete, obrigado por afirmar e firmar. Lúcio Mortimer, “*se afrouxar...*”, obrigado. Maria Damião, “*vamos deixar de fraqueza, abandonemos essa pobreza...*”, muito obrigado.

A tantos esquecidos mas que aqui estão, no texto, na experiência a que ele remete, nos acontecimentos tão anônimos e presentes, muitíssimo obrigado.

Resumo

Esta dissertação trata e, ao mesmo tempo, resulta da relação do conhecimento antropológico com procedimentos tecnoburocráticos que tentam prever, medir, mitigar e/ou compensar impactos socioculturais e econômicos de usinas hidrelétricas. Esses procedimentos são aqui tomados como arenas concretas de disputa de significados, direitos e deveres acerca dos custos e benefícios das barragens e reservatórios, concentrando-se, a maioria deles, no processo de licenciamento ambiental, no qual o antropólogo, em maior ou menor grau e com oscilante eficácia política, é chamado a atuar. O trajeto argumentativo que desenvolvo envolve a problematização dos conceitos de impactos e atingidos, resultantes, no mais das vezes, de disputas e decisões que ocorrem em locais onde os próprios impactados ou atingidos não participam ou o fazem deficientemente. À luz do licenciamento da UHE Corumbá IV, em Goiás, demonstro que há algumas estratégias estandardizadas mas sutis de exclusão moral das populações deslocadas ou às margens do reservatório, estampadas nas práticas dos atores que se relacionam no processo. A exclusão, operada sistematicamente ou em face da invisibilidade mesma das demandas, tomadas em seu aspecto moral, conduzem a um movimento em que os passivos socioculturais e econômicos são jogados para a “fase de operação” dos projetos de grande escala, naturalizando impactos e tornando ainda mais difícil seu dimensionamento. Argumento que as sutilezas dos padrões de exclusão moral são melhor captáveis por formas particulares de ver, ouvir e escrever consubstanciadas no ofício do antropólogo engajado em tal tarefa, pleiteando o exercício da prática etnográfica em todas as etapas do licenciamento ambiental.

Palavras-chave: Antropologia de Risco, Riscos da Antropologia, Antropologia do Desenvolvimento, Antropologia das Territorialidades e Cosmografias, Antropologia das Moralidades, Antropologia do Conhecimento e Tecnociências, Antropologia da Globalização, Antropologia do Campesinato, atingidos por barragens, licenciamento ambiental de hidrelétricas, impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais; Centro-Oeste, Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, ordenamento territorial, conflitos socioambientais.

Abstract

This dissertation deals with, and at the same time is the result of, the relationship between anthropological knowledge and techno-bureaucratic practices that seek to identify, measure, mitigate and/or compensate the sociocultural and economic impacts of hydroelectrical dams. These practices are understood here as concrete arenas of dispute over meanings, rights and duties concerning the costs and benefits of dams and reservoirs, most of which are involved in the process of environmental licensing, where the anthropologist, to a greater or lesser degree and with shifting political efficacy, is called to act professionally. The argumentative trajectory that develop propose here involves the questioning of concepts such as impacts and impacted people [*atingidos*], which, in most cases, are the result of disputes and decisions that occur in places that are not easily accessed by the *atingidos*. Through an analysis of the environmental licensing of the Corumbá IV Dam, in the state of Goiás, I show that there are some standardized, yet subtle, strategies of moral exclusion of the populations displaced by dams or at their margins, strategies that reveal themselves in the practices of actors involved in the process. The exclusion, wheter intentional or a result of the invisibility of the demands themselves, particularly those of a moral order, produces a situation in which sociocultural and economic damages are only dealt with in the ‘operational phase’, of the large scale projects, thereby naturalizing impacts and making it ever more difficult to evaluate them. I argue that the subtleties of the patterns of exclusion are better understood by the particular ways of seeing, listening and writing embodied in the practice of the anthropologist engaged in the task, requiring the exercise of the ethnographic practice in all stages of environmental licensing processes.

Key-words: Anthropology of Risks, Risks of Athropology, Anthropology of Development, Anthropology of Territorialities and Cosmographies, Anthropology of Moralities, Anthropology of Knowledge and Technosciences, Anthropology of Globalization, Peasantry Anthropology, people impacted by dams [*atingidos*], environmental licensing of dams, social, cultural, economic and environmental impacts, Brazilian Center-West, Brazilia-Anapolis-Goiania Axis, territorial ordenation, socioambiental conflicts

LISTA DE SIGLAS

- ABA – Associação Brasileira de Antropologia
- AIA – Avaliação de Impactos Ambientais
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
- ANFORP – American Foreign Power
- AP – Audiência Pública
- APP – Área de Preservação Permanente
- CAESB – Companhia de Água e Esgoto de Brasília
- CCSA – Corumbá Concessões S. A.
- CE – Comitês de Estudo
- CEB – Companhia Energética de Brasília
- CELG – Centrais Elétricas de Goiás
- CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
- CFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos
- CIGRÉ – Conseil International des Grands Réseaux Électriques
- CNAEE – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
- CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
- COOPERSIL – Cooperativa dos Produtores Rurais de Silvânia
- CORPO – Associação dos Produtores Rurais de Pontezinha
- CRAB – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
- CT – Comitê Técnico
- EIA – Estudo de Impacto Ambiental
- FEMAGO – Fundação Estadual do Meio Ambiente de Goiás
- FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
- GDF – Governo do Distrito Federal
- GPI – Grandes Projetos de Investimento
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

LP – Licença Prévia

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MME – Ministério de Minas e Energia

MP – Ministério Público

NORMAN – Normas da Autoridade Marinha

ONG – Organização Não-Governamental

ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico

PACUERA – Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais

PBA – Plano Básico Ambiental

PDMA – Plano Diretor de Meio Ambiente

PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial

PE – Plano Estratégico

PGE – Projetos de Grande Escala

PGSP – Plano de Gestão Sociopatrimonial

PLANDESCA – Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Itá e Machadinho

PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente

RIMA – Relatório de Impacto no Meio Ambiente

RLI – Retificação da Licença de Instalação

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SANEAGO – Empresa Saneamento de Goiás S/A

SE – Setor Elétrico

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente

SEPLAN – Secretaria de Planejamento de Goiás

SIN – Sistema Interligado Nacional

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

UHE – Usina Hidrelétrica

ZL – Zona Lacustre

ZLL – Zona Lacustre de Lazer

ZLS – Zona de Segurança

ZO – Zona de Ocupação Orientada

ZOCS – Corredor Especial de Comércio e Serviços

ZP – Zona de Restrição à Ocupação

ZP-APP – Zona de Preservação Permanente

ZPC – Zona de Preservação da Vida Silvestre

ZPCT – Zona de Preservação da Cultura Tradicional

ZPL – Zona de Lazer

ZP-UC – Zona para Estabelecimento de Unidades de Conservação

ZR – Zona de Uso Agropecuário

ZR-e – Zona Rural Especial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Estar lá, estar aqui, onde estou? A pesquisa, as redes e os riscos.	13
Os riscos e os traços do fazer antropológico em meio não-acadêmico	21
Onde está a <i>expertise</i> ?.....	23
Onde estou: situando a autoria.....	25
CAPÍTULO 1 – “ <i>Rudiano</i> ” as margens da UHE Corumbá IV	31
CAPÍTULO 2 – Corumbá IV e o Eixo Brasília–Anápolis–Goiânia: em busca de um arranjo teórico para dimensionar impactos socioculturais e econômicos	65
2.1. A construção do Eixo Brasília–Anápolis–Goiânia, entre tempos e exclusões: a construção de um objeto antropológico?	66
2.2. Em busca de um “arsenal” teórico para enfrentar a caixa-preta do licenciamento ambiental.....	78
2.2.1. Enclave e Cosmografia.....	80
2.2.3. “Atingido”: entre particularidades e generalidades	85
2.2.5. Moralidades	93
2.2.6. Aprofundando a noção de rede.....	98
CAPÍTULO 3 – A construção moral da caixa-preta do licenciamento ambiental de hidrelétricas: considerações sobre seus <i>inputs</i>	106
3.1. A ambientalização das populações que sofrem efeitos de barragens	107
3.2. Impacto do Impacto: diretrizes e estratégias do setor elétrico para minimizar custos com aspectos socioambientais na operação de empresas e usinas hidrelétricas.....	113
3.2.1. Apontamentos sobre o Setor Elétrico, entre níveis de integração e estratégias de cooperação	117
3.2.2. “A hora e a vez de Augusto Matraga”: quem é a vítima?	123
CAPÍTULO 4 – O funcionamento da máquina: o licenciamento ambiental e o processo de exclusão dos atingidos	138
4.1. “Jogar” para a fase de operação as demandas socioculturais e econômicas: a regularidade do licenciamento ambiental de hidrelétricas.....	141
4.2. Antecedentes e primeiro momento do licenciamento: tudo pela Licença Prévia.....	148
4.3. Da Licença Prévia ao Termo de Ajuste de Conduta: do conflito à mediação dos significados de impacto e direito dos atingidos	158

4.4. Do TAC à Licença de Operação: o êxito dos interesses dominantes da <i>rede</i> do licenciamento ambiental	184
4.5. Despistando custos para mitigação e/ou compensação de impactos socioculturais e econômicos: a transição gerencial da Corumbá Concessões S.A. e os problemas “pós-operatórios” do licenciamento	193
CAPÍTULO 5 – Resgatando o que cai: a incomensurabilidade desatenta da <i>rede</i> do licenciamento ambiental	201
5.1. A vida às margens da rede: o “desconhecido” mundo dos atingidos pela UHE Corumbá IV	204
5.1.1. Santa Rosa, Pontezinha, Santo André, Pinguela, Lagoinha e Santa Marta (Município de Santo Antônio do Descoberto) e Mato Grande, Pirapitinga, Sarandi, Mandiocal (Município de Luziânia)	206
5.1.2. São Roque (Município de Silvânia) e Bom Jardim (Município de Gameleira de Goiás e Silvânia)	219
5.1.3. Alvoradinha, Cotia e Rochedo (Sub-região do Rio do Ouro, Município de Corumbá de Goiás e parte de Abadiânia), Barreiro da Boa Vista, Barro Amarelo e Vaca Brava (Sub-região do Rio das Antas, parte do Município de Abadiânia e parte de Alexânia)	225
5.1.4. Bico de Pedra, Capão, Resfriado e Porto Pechincha (entrada do Monjolo, Município de Alexânia), Três Vendas, Caxambu, Igrejinha, São Bernardo, Pedra Preta, Salta Pau e Raizama (entrada do Posto Medalhão, Município de Alexânia) e Rio Areias (Município de Santo Antônio do Descoberto)	231
5.2. Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno da UHE Corumbá IV x Planos Diretores Municipais: a reprodução das tensões desenvolvimentistas e suas implicações para o resgate de passivos socioculturais e econômicos	235
5.2.1. Contextualizando os instrumentos	238
5.2.2. Critérios de Restrição: a maleabilidade dos conceitos jurídicos e a produção de impactos socioculturais e econômicos	243
5.2.3. “Zoneando” a vida dos “outros”: a noção de “atingido” entre identidades, exclusões e incomensurabilidades	250
a) Um passeio pelas “zona”	255
b) Preservação da Cultura Tradicional? Impactos da “tradicionalidade” sobre as moralidades camponesas	260
5.3. Espoliado, residente e produtivo? Um caso exemplar de equívoco	265

5.3.1. O procedimento do resguardo do residente produtivo: revisando as questões fundamentais.....	270
5.3.2. Relações e expectativas nas relações pais e filhos	273
5.3.3. Casamento	275
5.3.4. Sucessão e Herança	277
CONCLUSÃO – O que fazer? Produzir Impactos!.....	280
NOTAS.....	291
Mapa 1 – Localização da UHE Corumbá IV e municípios atingidos	316
Mapa 2 – Mapa das comunidades e povoados atingidos pela UHE Corumbá IV	317
Mapa 3 – Zoneamento Ambiental do PACUERA da UHE Corumbá IV	318

INTRODUÇÃO

Estar lá, estar aqui, onde estou? A pesquisa, as redes e os riscos.

Estou tão cansado de esquecer coisas em viagens como esta, que fiz uma lista a ser arquivada em casa, para conferir a bagagem na hora de partir.

A maioria dos itens é simples e não precisa ser explicada. Alguns são específicos das motocicletas e requerem certa explicação. Outros são mais específicos e precisam de um esclarecimento maior (“Zen e a Arte de Manutenção de Motocicletas”, Pirsig).

Dias depois de entregar o Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos dos atingidos pela Usina Hidrelétrica – UHE Corumbá IV, fiquei regurgitando em pensamento: “*será que o IBAMA, o Ministério Público e a Corumbá Concessões S.A. vão ler o trabalho?*”. Apesar de eles mesmos o terem demandado, ao olhar para os onze volumes produzidos, na estante da sala que ocupo na Katakumba¹, pensei: “*é muita coisa! Será que deveríamos ter escrito menos, ou melhor, poderíamos?*”. Como se não fosse pouca a desilusão que eu sentiria em ver quase quinze meses de pesquisa se transformar em um peso de papel – literalmente – ou uma espécie de lista telefônica antiga, o pior poderia acontecer: Dona J., ex-habitante de Pontezinha, continuaria achando que seu irmão celibatário, Seu A., teria tirado vantagem “nas costas” dos demais por ter sido encarado como “residente produtivo” pelo IBAMA em um caso de espólio; Seu R. jamais receberia os documentos da terra onde viveram seus familiares “desde sempre”, indigna que é, ao olhar cadavérico das leis, de ser oficializada como propriedade rural por ser menor que o módulo rural; pior seria Seu N., que após combinar com a CCSA que usaria a Área de Preservação Permanente, aceitando um valor indenizatório menor que o estipulado, viu o acordo rompido e a iminente possibilidade de jamais ser ressarcido quanto às benfeitorias e casa, ambos a serem demolidos em função da trapalhada homérica que representou a Cessão de Uso da APP acordada entre a concessionária e mais de quatrocentas famílias. Nos três casos, os atores compartilhavam o mesmo adjetivo: *prejudicados*, termo preciso que relê, de certa forma, a identidade política de “atingidos por barragens”.

Não me permiti correr o risco. Liguei para técnicos responsáveis pela parte sociocultural e econômica do licenciamento da Corumbá IV, sugerindo uma reunião para destrinchar o relatório. Combinamos para uma segunda-feira de manhã, sem a presença de representantes da CCSA, o que supostamente asseguraria a autonomia da apresentação e sua pretensão “técnica”. Ao desligar, vieram em minha mente os possíveis desdobramentos da ligação e da reunião. Ela poderia ter efeito oposto do pretendido, pois, uma vez apresentado o trabalho passo a passo, para quê o

IBAMA e o MP o leriam imediatamente? Não é isso que sempre disseram os professores: “*não venham para aula sem ler o texto*”? Eu acabara de provocar o contrário! Além disso, como eu poderia ter marcado uma reunião com o órgão licenciador sem informar à empresa contratante, que, no final das contas, é de quem se cobra as ações a serem realizadas, o que envolve desembolso de significativa quantia monetária? Afinal, eu não havia apresentado o trabalho à empresa, como faria ao IBAMA. A articulação com o órgão licenciador era uma ação política que atentava contra a ética? “*A empresa deve ser avisada*”, concluí.

Falei com a gerência ambiental da empresa, dizendo que a reunião era técnica e que o aviso não representava um convite, ao revés das expectativas. A técnica contatada, por sua vez, não somente disse que iria participar, mas que também o presidente da empresa estaria presente. No dia seguinte, fui à sede da empresa conversar com o presidente. Ele me surpreendeu ao informar que havia remarcado a reunião. “*Aí vocês poderão finalmente apresentar o Diagnóstico pra gente e para a WALM*”², disse. Sua perspectiva era a do comprador que avalia o produto e mede seu custo/benefício a partir de critérios muito particulares de qualidade e eficiência. Assim, a empresa tomava a frente da reunião, objetivando única e exclusivamente encontrar espaços para negociar, em um dia, os resultados da pesquisa, com o poderosíssimo argumento de que: “*faremos o que pudermos pagar*”. Com a insegurança impregnada de indignação saí.

A tarde foi longa, refleti muito sobre a armadilha que eu acabara de armar para mim mesmo. Liguei para o presidente e disse que não poderia ir à reunião – e de fato não poderia em face de uma viagem no mesmo dia, subitamente esquecida na primeira conversa. Não bastasse o pesar do presidente quanto à notícia, grande foi o espanto quando afirmei que só iria participar da reunião, em outra data, se ele me apresentasse a solicitação do IBAMA, único interlocutor com quem pretendia me relacionar desde o fim da vigência dos contratos com a concessionária. Isso não impediu que ele conseguisse o documento, obrigando-me a cumprir a palavra. A reunião foi marcada para quarta-feira, dia 4 de abril de 2007.

Concomitantemente ao ato de apertar o botão vermelho do celular, pensei: “*Eu não sei esclarecer tudo que está no Diagnóstico. E se eles me perguntarem sobre questões vividas etnograficamente pelos outros pesquisadores? Preciso deixar bem claros todos os impactos que foram possíveis dimensionar, como farei isso?*”. Mandeí uma mensagem para meus ex-colegas de equipe – também já sem quaisquer vínculos profissionais com a empresa –, pedindo que participassem da reunião para falarem dos impactos em suas áreas etnográficas³. Além de ter armado minha arapuca, ela era coletiva e, para sair(mos) dela, dependia(mos) da vontade uns dos outros de participar.

Por uma ação individual, acabei envolvendo os demais pesquisadores da equipe de elaboração do Diagnóstico: estavam “convidados” a comer alpiste na sombra e aos olhos do caçador. Eles consideraram a questão e, para meu relativo alívio, decidiram participar do encontro. Não o fizeram para sair comigo da situação em que me (nos) coloquei, mas porque compartilhavam comigo o pressentimento de que *nosso* trabalho corria risco e, com ele, a possibilidade de realizar as ações planejadas com as populações pesquisadas.

Duas semanas antes da reunião, eu havia conversado com meu orientador para definirmos a escrita deste trabalho. Naquela altura, já corria o prazo adicional para a defesa da dissertação, acatado pela Universidade. A estrutura do texto originalmente planejada para cinco capítulos foi reduzida para três e, na introdução, conforme ponderou Paul Little, eu deveria deixar bem clara a diferença da dissertação quanto ao Diagnóstico. Semanas depois, decidimos voltar aos cinco capítulos, a proposta para introdução fora mantida.

Redundante e estritamente didático seria dizer que é impossível, na atual configuração da antropologia, validar qualquer etnografia que desconsidere a intrínseca relação entre seu objeto e a trajetória do autor, no texto e fora dele⁴. É verdade que a forma de avaliação dessa relação pode variar entre a biografia do autor, a contextualização histórica do trabalho e do autor⁵ e/ou do engajamento crítico do leitor com as estratégias do autor em convencê-lo da veracidade de seu argumento e dos seus dados (Geertz, 2005). O fato é que o escritor ou autor de textos antropológicos não pode deixar de situar-se para tornar inteligível seu argumento, e não se trata de estilo, mas da condição epistemológica de sua profissão (L. Cardoso de Oliveira, 1993). Ao afirmar que este trabalho simultaneamente tem como objeto e é resultado da interação entre antropologia e construção de instrumentos tecnoburocráticos do licenciamento ambiental, quero chamar a atenção para as particularidades do caso aqui pesquisado – o licenciamento da UHE Corumbá IV. Faço isso não apenas pela práxis, mas por duas razões singulares: primeiro, porque a condição de qualquer tentativa de generalização, ou mesmo de uma análise de caso, está profundamente ligada à reflexão da prática antropológica⁶; segundo, porque essa pesquisa se situa no espinhoso terreno ético da produção antropológica em meio não-acadêmico, onde construí meus dados, ao coordenar uma equipe multidisciplinar composta majoritariamente por antropólogos e cientistas sociais com habilitação em antropologia. A questão me parece ainda mais delicada, pois, do ponto de vista contratual, trabalhávamos para uma empresa capitalista do setor elétrico, o que me levou a ouvir de muitos colegas do ambientalismo e da Katakumba: “*então você mudou de lado, né, Goiás?!?!*”⁷.

A cena de abertura nos traz elementos importantes para tratar desses assuntos. Ao mesmo tempo em que ela nos situa no contexto do qual emergiram meus dados e minha experiência, *i.e.*, a elaboração de um instrumento “técnico” inserido nas inter-relações entre empresariado, Estado, sociedade e antropologia; também nos coloca diante de questões de validação do conhecimento etnográfico em uma arena diferente da academia. Além disso, visualizamos questões complexas que versam sobre a autoria. Na medida que utilizo dados do Diagnóstico para escrever este trabalho, eu estaria simplesmente lançando mão de dados secundários? Se sim, o que faço então com minha experiência intermitente em campo nos quase dois anos de pesquisa? Ela nada tem a ver com os dados “secundários” utilizados? Se a resposta for não, como eu poderia justificar a utilização de dados produzidos por colegas de equipe de pesquisa? Ora, fazer antropologia é, em grande medida, viver o campo, colocar minha cosmologia em contato com as cosmologias daqueles que pesquiso. Obviamente a minha experiência individual não poderia resultar nos dados aprofundados das mais de 23 áreas nominadas, povoados e comunidades sobre as quais versam este texto, mas, ao mesmo tempo, há algo de minha experiência na construção dos dados de cada pesquisador e vice-versa. Como veremos, a questão remete a uma sensação de coletividade quanto à produção dos dados, entremeada com as experiências individuais. Para além de simplesmente introduzir o leitor quanto aos capítulos que se seguem, esta seção objetiva, sobretudo, anunciar meu “lugar de fala”, o que implica debater a metodologia utilizada e como ela se desdobrou. Farei isso tomando como pressuposto alguns apontamentos dos estudos sobre conhecimento.

Os temas da antropologia e sociologia do conhecimento transitam entre a averiguação de arenas epistemológicas para se compreender a natureza mesma do conhecimento e a busca dessa mesma natureza nas relações socioculturais, nas quais poder e conhecimento compõem o objeto (Mannheim, 1976). Se a antropologia, como praticada na academia, a algum tempo vem se esforçando para lidar com sua “episteme atrasada” (Geertz, 2005: 18) – em relação às outras ciências –, se ela vem abrindo caixas-pretas para imediatamente fechar outras⁸, o que acontece quando as relações socioculturais do pesquisador e, conseqüentemente, o contexto de negociação dos dados é marcado por um ambiente não-acadêmico? Como se dá o traslado da experiência etnográfica em meio não-acadêmico para o acadêmico?

Antes de ensaiar algumas respostas, é preciso assinalar que me situar envolve problematizar a experiência vivida durante a realização do Diagnóstico, pois é ela que, de certa forma, formatou as estratégias de pesquisa, tanto no contexto de validação do licenciamento como, agora, na academia. As estratégias são propostas de como trasladar meus interesses diante dos demais atores com quem interagi e que influenciam significativamente no impacto que eu produzi em suas respostas – e vice-versa. Não se trata de discutir a qualidade antropológica das

duas imersões – a realizada para elaborar o Diagnóstico e o esforço em produzir este texto, eminentemente acadêmico –, mas de demonstrar que não se pode compreender adequadamente os resultados das respectivas pesquisas sem que as artimanhas utilizadas para construí-los sejam explicitadas. Essa perspectiva se aproxima da etnometodologia e do construtivismo.

Se afirmo que os dados produzidos no Diagnóstico eram antropológicos, libertando sua validação da passagem obrigatória pela academia, o que é preciso validar? Resposta: a condição de trânsito dos dados de uma rede a outra. Isso implica considerar o contexto de produção dos dados no ambiente não-acadêmico como objeto de estudos. Por isso, neste trabalho o objeto de estudos do Diagnóstico passa a ser de segunda ordem, na medida em que é ele próprio que precisa ser desconstruído enquanto produto acabado, enquanto artefato. Se, no licenciamento, nossa preocupação em situar-nos remetia a uma necessidade política para assegurar o que havia de teórico nas proposições, situar-me como pesquisador individual e acadêmico é uma questão metodológica, para assegurar que o que há de propositivo nas generalizações teóricas aqui pretendidas seja salvaguardado. Generalizar é, em certa medida, propor. Pouco interessava aos atores que validam o conhecimento antropológico do Diagnóstico saber que ele é construído, assim como são os demais conhecimentos operados; interessava-os, isso sim, avaliar as propostas advindas desse conhecimento. Assim, a preocupação central à época da elaboração do Diagnóstico residia em não permitir que tal avaliação desconsiderasse o que há de antropológico nos fatos construídos. Caso isso ocorresse seria impossível justificar determinadas solicitações à concessionária pois o que nos colocava no jogo da mitigação e resgate de passivos era justamente a obrigatoriedade de se elaborar propostas com base no método etnográfico. Já neste texto, é a interação entre método, prática e academia que interessam enquanto desafio metodológico e que o diferencia do Diagnóstico. Para abordar a questão me utilizarei da etnometodologia.

Segundo Coulon (1995), etnometodologia é a ciência do raciocínio sociológico prático. No centro de seu objeto, está a forma como os atores percebem e interpretam o mundo atuando nele. Diferente dos métodos tipológicos da sociologia, os etnométodos não trabalham com a hipótese de que os indivíduos sejam induzidos diretamente por sua posição social. Garfinkel (apud Coulon, 1997: 79), por seu turno, mostra que os sociólogos não conseguem demonstrar como as regras sociais que “descobrem” “*governam concretamente a ação*”, fundamentalmente porque, como atores, eles constroem seus mundos da mesma maneira que o senso comum o faz⁹.

Os etnométodos não buscam corretivos das irregularidades encontradas na prática, em verdade, eles evitam procedimentos metodológicos standardizados, tomando tais procedimentos como objetos de estudo. Para realizarmos uma tal proposta de pesquisa, é preciso unir método e teoria num *continuum* que deixe claro o processo de construção dos fatos antropológicos, o que

significa não supervalorizar a disciplina e estabelecer com ela o que o autor chama de *indiferença etnometodológica*, que vem a ser um dos princípios metodológicos mais significativos para esta dissertação, na medida que toma o Diagnóstico como fonte de dados da experiência antropológica vivida – dados “primários” - e, ao mesmo tempo, como objeto de estudo¹⁰ - dados “secundários”.

Ao utilizar uma metodologia como essa, assumo uma dupla responsabilidade: mostrar como os outros constroem suas práticas e como nós construímos a nossa como pesquisadores e, no caso deste texto, como eu construí minha prática no bojo do planejamento e execução das pesquisas para elaboração do Diagnóstico. Se um dos lados “capengar”, todo o “empreendimento” estará comprometido, tendo em vista que não será possível validar a construção do fato antropológico e demonstrar que o objeto de nossa prática e dos outros são artefatos. As estruturas são criadas *na* pesquisa e demonstrar *como* elas são criadas não pode escapar de minha tarefa¹¹.

Cabe ao cientista social de Coulon (1975:79) esclarecer qual é a sua linguagem, pois a partir disso se poderá distinguir entre aquilo que depende do método e técnica daquilo que depende dos dados, ou “*do material que ele denomina dados*”. As opções metodológicas são respostas às condições de pesquisas e os dados são produzidos nesse contexto. Explicitá-los é uma questão de prudência explicativa e condição de validade do conhecimento.

Dessa maneira, na academia, o conteúdo daquilo sobre o que quero convencer os demais atores não versa sobre a qualidade antropológica do dado produzido, nem tampouco sobre minha *expertise* como condição anterior para a produção do Diagnóstico, mas exclusivamente sobre as generalizações a que quero chegar, partindo de dados construídos num ambiente não-acadêmico; tais questões merecem tratamento mais aprofundado, o que perceberemos adiante. A forma como pretendo elaborar considerações neste texto nada tem a ver com a forma como chegamos a generalizações no Diagnóstico; mas elucidar uma, permite compreender a outra. Ao situar-me como autor, isento todos os colegas que participaram comigo da produção dos dados que me permitem escrever. Se é verdade que as opções metodológicas assumidas no Diagnóstico reverberam nesta dissertação, é minha responsabilidade controlar tais reverberações, acertos e deslizes.

Dada a necessidade de refletir sobre minha experiência de pesquisa antropológica, é de fundamental importância distinguir dois planos aos quais responderam a construção dos dados: de um lado, as arenas de validação do conhecimento antropológico no interior do licenciamento ambiental, do outro, dentro da academia. É importante salientar que, se do ponto de vista analítico tal distinção não só faz sentido como é absolutamente necessária, minha *vivência* diferenciava os dois “momentos” de maneira muito pouco nítida. Afinal, ao planejar a pesquisa

em equipe eu também refletia sobre *meus* objetivos e estratégias para a consecução deste trabalho. Não me era possível simplesmente entrar e sair do mundo do licenciamento e passar ao da academia sem que, entre eles, houvesse alguma contigüidade e confusão. De qualquer forma, apesar de ambos os casos tratarem da validação de um conhecimento que podemos chamar de antropológico – essa é minha opinião –, os desafios e riscos a correr eram diferentes, assim como a amplitude de manipulação dos dados. Estes, por sua vez, visavam satisfazer critérios distintos de validação.

Nos dois casos, entretanto, o exercício formal implicava em realizar ações similares: convencer outras pessoas sobre algo e controlar, mesmo que defasadamente, os desdobramentos das alegações formuladas. Controlar os outros ou o que os outros fazem com o que escrevemos não é mera pretensão. Tampouco significa acreditar cegamente na antropologia, como se ela nada tivesse a ver com os processos políticos em que está imersa – os cegos que me perdoem pela expressão imprecisa e naturalizada. Pelo contrário, significa fazer o que qualquer cientista faz quando quer construir fatos: assegurar que seus preceitos mais fundamentais não se percam nos processos políticos; que eles sejam reconhecíveis nos desdobramentos subsequentes à produção de artefatos. Para tanto não se faz apenas ciência e/ou antropologia, mas também política. Ao mesmo tempo, é evidente que os cientistas e/ou antropólogos são de tal forma inseridos nos meios onde resolvem praticar seu *metiér* e produzir fatos, que eles próprios se amarram em categorias, coisas e pessoas envolvidas no jogo do convencimento e controle. Com isso, na tentativa de controlar *seus fatos*, acabam permitindo – conscientemente ou não – o controle por outros, mas em aspectos que, pelo menos aparentemente, não ameaçam os objetivos originais, mas que evidenciam, entretanto, que as “forças” se controlam mutuamente como em um autômato¹². Voltaremos a essa questão nos capítulos que seguem.

Convencer os outros é uma tarefa bastante difícil, envolve alistar aliados que fortaleçam as alegações, “compartilhando” com eles a “autoria”. Isso significa despertar o interesse, mas não é só isso, trata-se de se tornar necessário para que eles alcancem seus objetivos. A façanha consiste em fazer com que nossas alegações não possam ser desconsideradas para que os outros alcancem seus objetivos. Nisso se resume o que chamarei ao longo deste trabalho de *traslação de interesses*, expressão que tomo emprestada de Latour (2000). Ao tornarmo-nos “necessários”, colocamos nossas alegações nas mãos daqueles que alistamos para fazer valer nossos interesses. Com isso, botamos em risco nossas próprias alegações, pois não sabemos o que farão delas. Daí é preciso, de alguma forma, estabelecer mecanismos de controle, o que é ainda mais complicado. Tanto no licenciamento quanto neste trabalho as alegações se prestam a tais mecanismos.

Poucas pessoas estão “amarradas” nas interações que visam validar alegações muito mais amplas. Se a empreitada tiver sucesso, teremos produzido fatos. Como tais, estes serão acatados

pela maioria dos “reles mortais”, mas apenas alguns poderão questionar e produzir controvérsias que ameacem os fatos construídos. Essa característica da produção de fatos – que é fundamental para este trabalho – faz com que eles conformem caixas-pretas, em torno das quais poucos estão autorizados a trasladar interesses e disputar a construção da “verdade”. Este trabalho está estruturado de maneira a abrir a caixa-preta do licenciamento ambiental, evidenciando as traslações de interesse operadas pelos atores em interação, que culminam na exclusão moral dos atingidos da construção das verdades acerca do que são impactos e quais os direitos dos atingidos.

Para que cheguem a se consolidar como fatos – ou artefatos –, as alegações devem ser fortes. A condição para tal é que haja o maior número possível de elementos amarrados e aliados. Mas não se trata de se aliar ou alistar qualquer elemento, mas aqueles dispostos e com recursos necessários para pagar o preço. Daí a idéia de que a realidade ou os fatos construídos são produzidos em poucos lugares e controlados por poucos elementos. A condição do controle da realidade – ou da caixa-preta – é que ela seja tênue, frágil, que só alguns possam e sejam legitimados a falar sobre ela. Dessa maneira,

(...) a tecnociência é feita em lugares relativamente novos, raros, caros e frágeis que reúnem uma quantidade enorme de recursos; esses lugares podem vir a ocupar posições estratégicas e a ter relações uns com os outros. Portanto, a tecnociência pode ser descrita simultaneamente como empreendimento demiúrgico que multiplica o número de aliados e como uma realização rara e frágil da qual ouvimos falar só quando todos os outros aliados estão presentes. Se a tecnociência pode ser descrita como algo tão poderoso, apesar de tão pequeno, tão concentrado e tão diluído, significa que tem as características de uma rede (...) a noção de rede nos ajuda a conciliar os dois aspectos contraditórios da tecnociência e entender como tão poucas pessoas podem parecer “cobrir” o mundo (Latour, 2000: 294)

Diferente do *campo* a noção de rede dá conta da multidão de *coisas e pessoas* necessárias para se produzir conhecimento. Sua eficiência se deve ao fato de não estar amarrada a uma categoria de coisa, pessoa, relação ou conceito¹³, mas a tudo quanto se aproxima ou se afasta das relações que visam “utilizar” para construir o conhecimento. Ao invés de medirmos a quantidade de capital para atestarmos que um cientista ocupa determinada posição nas relações de poder na ciência ou no licenciamento, mediremos a qualidade das alianças entre a lista de elementos que se relacionam e a intensidade dessas alianças, sem nos preocupar com que tipo de coisas são. O importante é saber como os cientistas conseguem, sendo tão poucos, manter relativamente amarrados e controlados tantos elementos. A *rede* de produção de fatos – como aqueles que determinam o que são impactos e quais os direitos dos atingidos – é uma malha em que os nós são os recursos – humanos, financeiros, etc. – e os fios as ligações entre eles.

O licenciamento ambiental, como a academia, são redes de construção de fatos e artefatos. Ao longo deste trabalho, como eu disse, meu intento é estabelecer o que entendo enquanto *rede* do licenciamento ambiental da UHE Corumbá IV, e como ela opera. Com isso, pretendo abrir a caixa-

preta que se fecha sobre os “atingidos”, o que nos permitirá indicar o que está envolvido quando tentamos resgatar passivos socioculturais e econômicos. Minha experiência de pesquisa se desenhou no interior dessa rede e, agora, trago as notícias sobre o que se passa lá dentro. Mas, se aplico o conceito de *redes* para verificar as traslações de interesses no licenciamento ambiental, é fundamental que também considere que este texto se dispõe a trasladar interesses em uma outra *rede*, a da academia. Ora, seria no mínimo contraditório partir de uma perspectiva para analisar os outros, sem que ela não sobrevenha à minha própria experiência. Se na elaboração do Diagnóstico eu era um dos atores que participavam da produção de fatos, parece-me adequado considerar que também neste texto eu esteja trasladando interesses que visam validar minhas alegações sobre o licenciamento ambiental brasileiro.

Uma vez que estamos falando de antropologia e tendo em vista que parto de preceitos etnometodológicos para convencer os leitores sobre minhas alegações, é fundamental que trate da construção dos dados, que evidencie suas limitações e potencialidades, bem como justifique o traslado desses dados da *rede* do licenciamento para a da academia. A tarefa me impõe, de alguma maneira, estabelecer diferenças nas vivências da antropologia quando respondia a uma e outra *rede*, o que, a mim, não estava dado *a priori*, senão em um sentido formal.

Os riscos e os traços do fazer antropológico em meio não-acadêmico

Não há dúvidas de que fazer antropologia no licenciamento ambiental é bastante diferente do que em pesquisas acadêmicas. Como adequadamente se perguntou Marcel Taminato (2006), um dos colegas de equipe: estaríamos nós, ao aceitar o desafio de elaborar o Diagnóstico de impactos socioculturais e econômicos, prestes a realizar um mergulho ou um afogamento antropológico? A pergunta se mostrou tanto mais pertinente quanto a pesquisa se desenvolvia. Por meio de um projeto de pesquisa encaminhado à concessionária, ela adquiriu, no bojo do licenciamento, a Licença de Operação, que lhe dava autorização para que a hidrelétrica entrasse em funcionamento. Além disso, houve muitos momentos que impunham limitações às pesquisas, como o corte de equipamentos de campo, a obrigatoriedade imposta pela Corumbá Concessões S.A. - CCSA de realizar reuniões semanais para “acompanhar” o que estava sendo feito, entre outros empecilhos. Finalizado o Diagnóstico, como vimos, havia a incerteza de sua eficácia política. Apesar de solicitar uma pesquisa etnográfica, o IBAMA, órgão licenciador da usina hidrelétrica, não detém um corpo técnico quantitativamente suficiente para triar, em tempo hábil, os produtos recebidos. Os empresários, por sua vez, afirmaram, “com todas as letras”, que não realizaria todas as ações propostas no Diagnóstico.

Por outro lado, o trabalho resultou em uma longa e densa etnografia de todas as áreas atingidas diretamente e de grande parte das atingidas indiretamente. Por meio do estudo, o Estado poderá conhecer as culturas, as organizações sociais e, claro, a maioria dos impactos promovidos pela hidrelétrica. O mesmo Diagnóstico permitiu que construíssemos propostas *junto* com os atingidos e, se a CCSA não quer realizá-las, os atingidos têm em mãos um instrumento minimamente legitimado no licenciamento, no qual poderão se apoiar para reivindicar ações. Tudo isso ficará mais claro nos capítulos deste trabalho.

Mas a questão do risco é ainda pertinente e corresponde às duas *redes* em jogo: na *rede* do licenciamento, cabe perguntarmos se o trabalho antropológico é uma mera legitimação do “empreendimento” ou se ele contribui para que passivos socioculturais e econômicos sejam de fato resgatados. Mais que isso coloca em questão a possibilidade mesma de resgatar passivos. Na *rede* da academia, a questão é: os limites ao fazer antropológico em meio não-acadêmico comprometem um trabalho digno de validação? Há perda de vigilância metodológica? Não pretendo responder conclusivamente, mas levantar questões que me parecem importantes.

É verdade que instrumentos exigidos no licenciamento ambiental fazem parte do ritual tecnoburocrático de viabilização de projetos hidrelétricos. Se tomado como estanque, o licenciamento acaba por significar apenas um inimigo a ser evitado ou derrotado. O mesmo ocorre com a energia elétrica, quando aqueles que, com computadores ligados, luzes acesas, ar condicionado a todo “vapor”, reclamam da implantação de hidrelétricas sem levar em conta a produção social de sua necessidade. Obviamente, a energia atende aos interesses do capital e a distribuição corresponde à sua lógica (Adams, 1975). No entanto, a elaboração de políticas públicas é um processo de disputas. Atores posicionados em diferentes lugares podem, em maior ou menor grau, modificar tanto a elaboração como a execução dessas políticas. No caso de Corumbá IV, os antropólogos foram chamados pelo Ministério Público e pelo IBAMA a dar seu “parecer”. Deveria a antropologia negar sua participação? Creio que não, pois o “convite” assegura à disciplina um lugar nas disputas pela definição sobre o que são impactos e quais os direitos dos atingidos. Resta saber que lugar é esse, se os antropólogos de maneira geral querem, legitimam e defendem institucionalmente essa prática e se, de fato, há eficácia política – o que demandaria, de antemão definir eficácia.

A partir da perspectiva que adotei junto aos colegas – de que devemos sim realizar o trabalho –, não nos caberia, como antropólogos, aceitar ou negar simplesmente a participação nos processos de licenciamento, mas sim refletir criticamente “que lugar é esse”, reservado à antropologia. A partir disso poderíamos dimensionar os desafios para que o trabalho fosse realizado dentro de princípios éticos estabelecidos. Isso nos leva a ensaiar uma resposta à segunda questão acima interrogada: sim, há limites ao fazer antropológico em meio não-

acadêmico. Isso ocorre porque o licenciamento, apesar de assegurar certa flexibilidade para as traslações de interesse, é estruturado e a elaboração de dados e reflexões se realizam no interior desses limites. Isso ficará claro, principalmente no capítulo 4. Mas cabe respondermos com uma pergunta: os limites do fazer antropológico em meio não-acadêmico inviabilizam o *métier* do antropólogo? A antropologia que realizamos nas universidades ou em qualquer lugar também não nos coloca limites? Afinal de contas, por que algumas universidades têm bolsas de estudos para todos os estudantes e outras não? Por que alguns departamentos conseguem mais recursos que outros? Será que os próprios órgãos financiadores colocam restrições para pesquisas? Para garantir recursos, não é preciso adequar os projetos de pesquisa às linguagens particulares desses órgãos, modelando de certa forma a própria pesquisa? Se é verdade que os limites impostos à academia são politicamente diferentes daqueles do licenciamento, há de se considerar que são limites. O que me parece importante é dimensionar esses limites, num caso e no outro.

Onde está a *expertise*?

Os profissionais que prestam serviço ao Estado, geralmente para demarcação de terras indígenas e quilombolas, são selecionados por edital, por indicação da Associação Brasileira de Antropologia – ABA ou por militância motivada em pesquisas anteriores; o que não foi o caso do Diagnóstico. Nesses editais ou indicações, o critério fundamental de seleção é a experiência prévia do pesquisador com os povos a serem estudados, “traduzidos” e/ou defendidos¹⁴. O que está colocado aí é uma *expertise* anterior ao trabalho de consultoria/laudo, o que também não foi o caso da Corumbá IV. Dessa forma, eu, “profissional” originalmente *convidado* a elaborar o Diagnóstico, jamais tive qualquer experiência acadêmica com hidrelétricas. Isso estimulou um exercício reflexivo sobre minha prática etnográfica bastante diferente daqueles que colocam os dados e a experiência de pesquisa a percorrerem o caminho academia → militância/consultorias-laudos → academia, como veremos.

Os dados, a *expertise* e a “militância” foram construídos *na* consultoria-laudo para a concepção do Diagnóstico, o que me permitiu ter uma experiência de certa forma diferenciada acerca da relação antropologia/laudos. Não concebo a possibilidade de práticas acadêmicas na antropologia brasileira sem alguma sorte de militância¹⁵, o que me leva a refletir sobre a dicotomia academia/militância a partir da natureza do dado produzido e não da distância entre uma suposta prática não militante – acadêmica: crítica e reflexiva – e outra deliberadamente militante – consultoria-laudo: pragmática e propositiva (Ramos, 1999/2000 e Oliveira Filho, 1994). Defendo que há características de pragmatismo, proposição, postura crítica e reflexiva tanto num caso como no outro, com pesos e visibilidades diferentes. Dessa forma, resta saber: a

expertise construída fora da academia é uma *expertise* legítima? A natureza das pesquisas realizadas nesse ambiente permitem a legitimação do antropólogo na academia desde que a partir de outro texto, a ser validado em outra *rede*? Que operações da “gestão” da produção de fatos vigem quando se separa academia de militância? O que a construção da *expertise* em assuntos de hidrelétricas fora da academia testemunha quando os dados são levados para o espaço de validação acadêmica do conhecimento antropológico? Respostas a essas perguntas envolvem a relação laudos /academia /militância /dados /validação, *na rede* em questão.

O etnólogo Seeger (1981) afirmou que seria impossível combinar atividades acadêmicas com envolvimento político. Entretanto, retrucou Ramos (1990: 467), há tópicos “frios” em etnologia, como mitos e parentesco? Não seriam esses tópicos bastante influenciados pelo contato interétnico? Além do mais, os antropólogos brasileiros são frequentemente chamados a atuar pelos próprios povos que estudam. Por isso, a autora formulou outra questão: o envolvimento político do antropólogo e seus desdobramentos podem, eles próprios, serem alvos de pesquisa etnográfica? Ela acredita que sim, mas adverte para o fato de que o engajamento político pode colocar em risco o trabalho acadêmico, sendo necessário um permanente cuidado metodológico. Segundo ela, *the anthropologist as citizen has responsibility not only toward the people he studies, but also to the discipline he practices*.

Em outro trabalho, Ramos (1999/2000: 186) tece o conceito de *expert witness* como maneira de caracterizar o antropólogo que, ao sair da academia com conhecimento prévio de um povo, passa a testemunhar sobre ele em arenas políticas de definição de seus rumos, seja na demarcação de terras, seja na sua gestão. O que a autora sugere com o conceito é uma anterioridade da construção da *expertise* em face da ação política. *In other words, their authority as experts is based on a kind of personal and sui generis experience of the people in question, an experience that cannot be reproduced by anyone else*.

Ruben (1992), por seu turno, ao afirmar que a antropologia do desenvolvimento não progride em função do descompasso entre ensino e prática dos professores/consultores, coloca como pressuposto que esses trabalhos extra-acadêmicos são realizados eminentemente por acadêmicos já formados, servidores públicos atuantes nas universidades. Não é a natureza dos dados etnográficos produzidos em ambientes não-acadêmicos que parece estar em jogo, tanto no caso de Ramos como de Ruben, mas sim o que pode acontecer com um dado etnográfico considerado legítimo, porque produzido na/para a academia, quando esse baliza ações de engajamento presentes em consultorias-laudos.

Em conversas com colegas de curso e profissão, percebi que não são mais os acadêmicos formados – doutores – os únicos a produzirem laudos. Pelo contrário, cada vez mais se observam antropólogos em formação exercendo a profissão fora dos muros da universidade. A *expertise*

exigida no licenciamento da Corumbá IV, por exemplo, não estava dada aos pesquisadores que elaboraram o Diagnóstico, em verdade, a relação *expertise* → testemunho eram inversas. Ademais, se o conhecimento é de imediato comprometido com a prática política, que sentido faz separar a militância da prática acadêmica? Não seria toda prática acadêmica de alguma sorte propositiva? Não seria toda militância de antropólogos guiada minimamente pela orientação teórica? Se situarmos a natureza do dado etnográfico como interesse de estudos e de justificação metodológica, poderemos vislumbrar que a rede da academia, quando fala de laudos, impondo um trânsito aparentemente óbvio dos dados etnográficos no sentido academia → militância ou consultorias/laudos → academia, traslada interesses, no sentido de assegurar que é a academia que valida o dado etnográfico como tal.

Onde estou: situando a autoria

Na medida em que a única experiência que disponho no tema das hidrelétricas parte da produção do Diagnóstico, os dados lá levantados poderiam contribuir para uma generalização significativa para a antropologia? Ou, recolocando a pergunta: se os dados produzidos no contexto não-acadêmico pretendiam dimensionar os impactos para os atores do licenciamento ambiental – muitos com epistemes não antropológicas –, generalizando questões que não são novidades para a antropologia, poderiam esses mesmos dados permitir generalizações significativas para ela? Ao delimitar as generalizações pretendidas no Diagnóstico e as pretendidas nesta dissertação, a questão da autoria estaria resolvida? Isto é, onde reside a autoria? Na produção de dados? Nas reflexões que conduzem a generalizações? Na escrita? Em todas as anteriores? Foi nesse ambiente e tendo em vista tais questionamentos que o olhar atento, domesticado teoricamente; o ouvir, completamente vinculado ao olhar, e o escrever sobre hidrelétricas permitiram que eu construísse os dados que balizam esta pesquisa.

Já que sugiro que a questão metodológica central deve focar nos dados e no seu traslado de uma rede a outra, é preciso considerar, afinal, o que estou chamando de “natureza do dado antropológico”. A primeira condição do “traslado”, como vimos, remete à validação em si e à pretensão da academia como única arena de produção de conhecimentos considerados legítimos; agora, é preciso nos determos à questão da autoria. Apesar de ter uma compreensão bastante questionável sobre o que é o fazer antropológico, Geertz (2005) nos dá um ponto de partida interessante para debater a questão. Segundo ele, o problema da autoria perpassa um dilema central: produzir textos a partir de experiências subjetivas sobre tópicos aparentemente frios e científicos em uma disciplina em que o anonimato é impossível. Essa afirmação é uma consideração crítica do pensamento de Foucault, que, ao tecer o conceito de função-autor, separa

textos literários de científicos. Ao se perguntar “de que o autor é autor”, Geertz nos coloca diante dos dois pólos centrais da experiência etnográfica – pesquisador/pesquisado – e nos leva a concordar que essa relação se reproduz na validação do conhecimento – avaliador/texto. Ele escreve: “*para começo de conversa, descobrir onde se situar num texto do qual, ao mesmo tempo, espera-se que seja uma visão íntima e uma avaliação fria é quase tão desafiador quanto chegar a essa visão e fazer a avaliação*” (Geertz, 2005: 22).

O esforço que o avaliador deve fazer é colocado no mesmo patamar que aquele realizado pelo pesquisador quando tenta compreender o “mundo” alheio. O que o pesquisador faz em campo e depois no texto? Bem, ele tenta convencer o leitor de que “esteve lá”. Para isso, lança mão de um estilo de escrita capaz de dimensionar sua experiência etnográfica. Nessa perspectiva, não é pela extensão dos dados e coleção de traços culturais que o antropólogo convence, nem mesmo pela força do argumento teórico, mas pelo aliciamento do leitor para que este acredite que *realmente* penetramos em outras formas de vida. Assim, a descrição etnográfica guarda uma característica do tipo “pegar ou largar”, diz Geertz. A força dos dados ou dos fatos é menor que a força do convencimento. Os meios de validação são criados a partir do modo particular de como cada autor convence o leitor. É nesse sentido que o engajamento da validação é similar ao engajamento da execução e escrita da etnografia: o avaliador deve se relacionar com o texto etnográfico na tentativa de penetrar no universo do etnógrafo, pois é nele que encontrará sua lógica própria e será ou não convencido. Cabe ao etnógrafo que quer convencer outros, trasladando interesses na rede de produção de fatos antropológicos da academia, dar subsídios aos avaliadores quanto ao modo pelo qual “esteve lá”; *i.e.*, o modo pelo qual construiu sua experiência de campo e seus dados, pois estes, mais que representar o substrato do trabalho, estampam a relação cosmológica do pesquisador com os pesquisados e com os dados daí subjacentes. As alegações do antropólogo “carregam”, por assim dizer, aspectos das alegações e linguagens dos grupos pesquisados, e nisso consiste a característica eminentemente hermenêutica da disciplina. Na medida que o avaliador pode perceber o quanto os “nativos” “estão aqui” – no texto –, ele poderá avaliar com maior segurança se realmente “estivemos lá”.

Se é realmente assim, então os antropólogos que trabalham em equipe, num contexto não-acadêmico, têm certas responsabilidades, de alguma sorte peculiares, quando intentam utilizar, na academia, os dados construídos coletivamente. O dado é uma ponte, um lugar onde atuam forças de alguma maneira nucleantes: nele residem a experiência vivida, a forma de abordagem do “outro” e aquilo do “outro” que foi possível captar a partir de tal abordagem – e por isso, apesar de me inspirar em Geertz, discordo dele porque “joga para escanteio” o dado etnográfico. Em um trabalho como o do Diagnóstico, a experiência vivida foi distinta para cada pesquisador, dispostos diferentemente ao redor do reservatório artificial, que fora levantado sobre

o Rio Corumbá, no município de Luziânia em Goiás, sob a justificativa de abastecimento de água e energia para o Distrito Federal. Do ponto de vista metodológico, a abordagem era decidida coletivamente, salvo em alguns momentos liminares em que eu, como coordenador de equipe, tinha a difícil obrigação de optar por uma ou outra estratégia de pesquisa de campo. Tudo isso influencia, sobremaneira, em como o “outro” é concebido nos dados que poderão ser utilizados posteriormente, na escrita de textos acadêmicos. O risco que corremos nesses contextos é latente. Não nos cabe como pesquisadores validar nossos próprios dados ou o texto, mas apenas subsidiar sua avaliação por outros. Mas, se nos colocamos em uma situação complicada, ou pelo menos inusitada, de produção de dados e textos, é importante levarmos em conta que o avaliador passa a compartilhar dessa espécie de dilema ou mal-estar. Se não fizer isso, sua avaliação pode fracassar. Sendo assim, compartilhamos parte do risco com a própria rede de validação na qual pretendemos legitimar nossos argumentos. Daí a questão não é mais como iremos validar nosso conhecimento, mas como convencer os outros a correrem o risco de considerar nosso argumento como legítimo. Esse me parece o desafio que devemos enfrentar.

No caso do Diagnóstico, caberia inicialmente perguntar se os dados eram realmente compartilhados com todos. A questão é pertinente porque levanta um problema de ordem política com relação à autoria. Ora, ter acesso aos dados seria fundamental para utilizá-los na escrita de textos acadêmicos! Apesar da obviedade da constatação, é importante notar que em muitos casos de elaboração de instrumentos “técnicos” do licenciamento, as empresas contratantes não dão acesso de todos os dados a todos os membros de uma equipe multidisciplinar. Ao restringir o acesso aos dados a alguns membros das equipes, a natureza coletiva – política e não cognitiva – dos dados produzidos é “afanada”. Enquanto eram produzidos, os dados poderiam ser considerados coletivos, depois não.

No entanto, muitas empresas de consultoria reconhecem os méritos de todos os membros da equipe e identificam, etapa a etapa, onde e como cada um participou. O problema é que o traslado de uma experiência etnográfica vivida de forma duplamente coletiva e individual não pode se realizar de uma rede a outra.

É preciso elucidar a questão apresentada. Antropólogos que compõem uma equipe de trabalho e compartilham dados constróem dados individuais: cada um teve sua experiência de campo. No entanto, eles conversam cotidianamente *durante as intermitências dos trabalhos* e não somente quando da *escrita* do texto. Assim, o compartilhamento mútuo de dados passa a ser percebido pelos antropólogos como algo dúbio. Isto é, o dado é individual, mas seus colegas também participam da pesquisa, compartilham indagações que, de certa maneira, formatam o olhar de cada pesquisador. Não se trata de um determinismo metodológico, mas do fato de que a pesquisa *continua* durante as reuniões de planejamento, durante as visitas de colegas às suas áreas

etnográficas, durante as reuniões mais formais nas quais estão presentes mais membros da equipe, etc. Esses momentos de interação entre os membros da equipe não está *fora* do momento mesmo de realização da pesquisa; pelo contrário, é parte integrante dela. Assim, o que se compartilha não são exatamente os dados, mas a experiência de construí-los *durante* as pesquisas de campo. Nessas interações, os membros de uma equipe estimulam-se intelectualmente uns aos outros, o que influencia a construção dos dados “individuais”. Durante a realização da pesquisa, ocorre o compartilhamento de uma certa sensação de coletividade – interpretada e valorizada diferencialmente por cada pessoa – que é realmente reconhecida em muitos casos de consultoria, quando a empresa contratante entrega os “produtos finais”.

O problema é que, ao restringir a totalidade dos dados a alguns, no caso da produção acadêmica, as empresas de consultoria impedem que a dubiedade vivida durante sua construção seja reproduzida em textos acadêmicos posteriormente escritos, obrigando cada um a utilizar apenas “seus” dados, ou melhor, obrigando cada um a desconstruir a sensação de compartilhamento da experiência etnográfica e da natureza coletiva dos dados. Dessa maneira, o traslado de uma rede a outra fica prejudicado, pois aos pesquisadores que querem utilizar dos dados da pesquisa não é oferecido um subsídio fundamental para a validação: permitir que o avaliador penetre na sensação de coletividade experimentada pelo pesquisador quando elaborava seus dados. Se o pesquisador afirma simplesmente que os dados foram produzidos em um contexto de equipe multidisciplinar e encerra a questão, como poderia o avaliador “encontrar” o autor em seu próprio texto? Nesse sentido, para que os dados possam trasladar de uma rede a outra, guardando sua riqueza metodológica e explicativa, é preciso que ele seja compartilhado nos contextos em que é produzido coletivamente, o que foi o caso do Diagnóstico.

Logo que instalaram os computadores na “*sala dos antropólogos*”, foi criado o arquivo público. Todos os membros da equipe tinham acesso aos arquivos da pasta, como notas de campo, entrevistas, tabelas, fotos, mapas, etc. Além disso, os CDs com as transcrições das entrevistas sempre estiveram disponíveis a todos os pesquisadores, independentemente se foram eles ou não que as realizaram. Obviamente, cada pesquisador tinha arquivos particulares, reservados em locais adequados. E, claro, o mais importante, compartilhávamos livremente, conscientemente e deliberadamente esses arquivos e informações.

Mas, se sublinho acima a necessidade de evidenciar a natureza coletiva dos dados, é para imediatamente depois sugerir que o autor se situe nessa coletividade e aponte onde ele acha que está e o que ele chama de “seus dados”. No momento da pesquisa *para* a elaboração do Diagnóstico, cada pesquisador respondeu diferentemente aos recortes sugeridos em meio à coletividade. A leitura de seus dados e dos dados dos demais colegas, como coletivos, está profundamente relacionada à construção dos *seus* recortes quando escreve textos acadêmicos.

Assim, a forma de dimensionar-se na elaboração dos dados evidencia que há, sim, *um* autor. Senão, vejamos.

Como o leitor poderá perceber, a grande maioria das transcrições de entrevistas realizadas com os atingidos não foram gravadas por mim, mas por colegas da equipe de elaboração do Diagnóstico; ao longo do texto, há também diversos trechos do próprio Diagnóstico, ora utilizados como parte de meu argumento, ora como objeto sobre o qual escrevo. Como expus, não considero tais dados como secundários, tampouco são *meus* dados. Onde estou? Onde o leitor poderá *me* encontrar nesses dados? Em primeiro lugar, é fundamental informar que a estrutura da pesquisa, isto é, o tempo de pesquisa de campo para cada pesquisador, a pauta das entrevistas, bem como as etapas de cada “campo” – foram realizados três momentos de campo – foi decidida ou proposta, em primeira instância, por mim. Depois de elaborar uma proposta de estrutura tanto da pesquisa de campo como do texto a ser escrito por cada pesquisador, nos reunimos freqüentemente *durante* a realização das pesquisas para debatermos minha proposta. Nesses encontros, realizamos ajustes e modificações. O fato marcante é que, mesmo realizadas por pesquisadores individuais, as entrevistas correspondiam a recortes de alguma sorte coletivos. Assim, cada pesquisador estava amarrado a uma proposta geral elaborada por nós. Se as entrevistas não são minhas, é prudente afirmarmos que também não são exclusivamente *deles*, no sentido que respondem a expectativas de campo que não foram construídas individualmente.

Da mesma maneira, o recorte das diversas entrevistas correspondiam à estrutura do Diagnóstico. Dos dezessete volumes de entrevistas transcritas, apenas alguns trechos poderiam ser utilizados nos onze volumes do Diagnóstico. O processo de seleção dos trechos a serem utilizados foi de total responsabilidade de cada pesquisador, mas é importante notar que selecionavam a partir de um anteparo que estruturava, de certa forma, seus recortes. A etnografia sugerida por mim, e depois modificada e legitimada coletivamente, delimitava que o “campo” deveria transparecer no texto a partir de temas específicos: história e memória dos lugares nominados, espaço e ordenamento territorial, malha viária, política, socioeconomia e organização social, parentesco e identidades. Para cada um desses itens, descrevi textualmente o que se esperava de cada pesquisador. Dessa forma, cada um se posicionou perante essa estrutura, recortando das entrevistas aquilo que acreditava se adequar à nossa proposta. Assim, fica evidente que tanto as entrevistas em si como os recortes selecionados para o Diagnóstico não eram exatamente meus, nem exatamente deles, nem mesmo exatamente da coletividade, mas sim um complexo emaranhado, que remete, em última instância, à própria dubiedade sobre como estive(mos) lá. Eu ocupava o espaço do planejamento e das relações simultâneas com os atingidos, com os demais pesquisadores, com a CCSA, com o MP e com o IBAMA.

Ao trasladar os dados para escrever este trabalho, agora na rede academia, realizei um esforço para construir um novo recorte sobre os recortes anteriormente executados no Diagnóstico. Estes, sim, são exclusivamente meus, mas nem por isso a dubiedade da natureza dos dados produzidos se perdem. Pelo contrário, esta introdução representou um esforço para estender tal ambigüidade, que será sentida pelo leitor ao longo da leitura do trabalho.

Cabe, portanto, sua validação, leitor, quando, agora, está convidado a compartilhar comigo dos riscos que corro em utilizar-me desses dados, não como dados secundários, tampouco primários, talvez limiares.

Começaremos com minha primeira viagem a campo, quando eu ainda estava sozinho e pretendia formar a equipe. O texto mistura minhas sensações dessa viagem com dados produzidos posteriormente, combinando-os também com dados estritamente secundários quanto às histórias municipais. No segundo capítulo, demonstro como se deu a construção do Eixo de desenvolvimento Brasília–Anápolis–Goiânia, apontando o processo histórico de exclusão daqueles que serão chamados de atingidos quando da implantação da barragem. Ainda no capítulo 2, apresento meu arsenal teórico para tratar a UHE Corumbá IV e sua posição no bojo desenvolvimentista baseado na construção da idéia de região. Lá nos aprofundaremos nos conceitos de redes, moralidades, cosmografias e outros que me subsidiaram nas generalizações a que quero chegar, entendendo-a como possível desde que levemos em conta a diferença entre generalizar e universalizar. O objetivo desse capítulo é deixar claro que o licenciamento ambiental é uma *rede* e obedece a algumas regularidades que constituem a caixa-preta de exclusão moral dos atingidos.

Nos capítulos três, quatro e cinco, cumpro minhas promessas de demonstrar como a caixa-preta conforma seus *inputs* e *outputs* (3); como a exclusão moral é processada objetivamente no interior da caixa-preta (4) e quais as questões envolvidas no resgate de passivos socioculturais e econômicos quando encontramos aquilo que cai pelas malhas da rede por problemas de incomensurabilidade entre os atores em interação (5). Feito isso, teço algumas considerações finais, guardando a característica propositiva do fazer antropológico, seja em meio acadêmico ou não.

Após dobrar e organizar as questões mais gerais, revisar a lista dos itens e desconfortos relacionados à produção de consultorias-laudos antropológicos diante de projetos de desenvolvimento e apertar no pouco espaço que sobra considerações sobre essa autoria em particular; “fecho a mochila e boto o pé na estrada”, desconfiando sempre, como o protagonista de Pirsig, da eficácia da bagagem em face das intempéries que surgirão no caminho.

CAPÍTULO 1

“*Rudiano*” as margens da UHE Corumbá IV

*A Estrada, como uma senhora,
Só dá passagem legalmente.
Escrevo ao sabor quente da hora
Baldadamente.*

*Não saber bem o que se diz
É um pouco sol e um pouco alma.
Ah, quem me dera ser feliz
Teria isto, mais a calma.*

*Bom campo, estrada com cadastro,
Legislação entre erva nata.
Vou atar a lama com um nastro
Só para ver quem ma desata.
 (“A Estrada Como uma Senhora”,
Fernando Pessoa)*

Depois de cruzar o Catetinho¹, eu chegava à “tesourinha”², que reorientava-me para a saída sul, imponente tapete velho de asfalto, desgastado de tanto agüentar o peso das mercadorias, pessoas, valores e vontades que vão e vêm entre Brasília e os demais centros capitais do sudeste e sul do país. Se eu seguisse dezenas de centenas de quilômetros, chegaria no primeiro trecho de rodovia macadamizada³ da América Latina, a Estrada União e Indústria. Impressão física dos caminhos Reais e anteparo secular das relações entre as minas e a antiga capital, a BR-040 impunha-me a conhecer apenas parte de suas inscrições que testemunham sobre os idolatrados valores capitalistas de progresso e desenvolvimento na história do Brasil. Não estava em meus planos de viagem reconhecer, nas sinuosidades curvilíneas dos quilômetros adiante, as relações de poder que dão significado ao espaço. Sequer me aproximaria de qualquer desenho que não fosse retilíneo e plano. Luziânia era “logo ali”.

O caminho linear sabiamente fora traçado assim para que ligasse o máximo de pontos pelo menor custo, mas desvios bruscos e solavancos eram inevitáveis em face dos muitos recapeamentos e buracos que davam à pista diferentes nivelamentos e cores cinza-avermeladas, mescla de brita e chão cerrado. Com a eficiência de uma peneira que quer tapar o sol, o pinche desgastado escondia o óbvio: eu estava me afastando de Brasília, aproximando-me de seus “satélites”. O deslocamento pela BR-040 exprimia menos uma viagem que um passeio pelos arredores. De Brasília a Luziânia, não experimentei a sensação de percorrer uma rodovia interestadual e sim uma pista de acesso à periferia, ironicamente chamada de “entorno”.

Dimensionar impactos provocados pela construção e operação da Usina Hidrelétrica – UHE Corumbá IV, resgatar passivos socioculturais e econômicos, tarefa política por excelência;

pautas que justificavam meu olhar atento, diferente daquele que outrora eu fitava quando ia para chácara de meu avô, na mesma Luziânia. Percorrer aquele trajeto com objetivos de pesquisa antropológica era como percorrê-lo pela primeira vez. Seria preciso desvendar o que o trajeto me dizia sobre o “antes”, o que ele velava. Como o simples ato de o percorrer poderia me ajudar a entender o significado de uma usina hidrelétrica, seus impactos e obrigações?

A conurbação ocupava desde três décadas o lugar do cerrado. Sair de Brasília, passar pelo Núcleo Bandeirante para, sem perceber, ler em largas letras “Valparaíso Shopping”. Compartmentado pela lógica do planejamento com base tecno-racionalista, o espaço logo era adjetivado como Valparaíso II; o rodômetro apontava quase sessenta quilômetros. Eu passara da divisa entre Distrito Federal e Goiás? Sim, o que constatei algum tempo depois. Veio Jardim Ingá, Cidade Ocidental, Cidade Osfaya. Concorria com os carros, cachorros sujos, ônibus coletivos, bicicletas, motos e buracos, muitos buracos e desníveis. Vez por outra a velocidade haveria de diminuir caso o condutor não quisesse desembolsar vultosa quantia monetária demandada pelos “pardais”⁴. A desigualdade social entre origem e destino era latente. Do centro de poder, seguiam-se as aglomerações que pagam os custos necessários para situar Brasília em um dos melhores índices de nível de vida, a partir de critérios muito particulares de medição.

Aquele pequeno trecho de pista da gigante BR-040 foi a primeira ligação entre Brasília e Rio de Janeiro, por ele passaram caminhões lotados de areia vinda dos rios Corumbá, Areias e outros. Areia que marca a chegada de um novo movimento, de uma nova regionalização, para os autodenominados moradores, agricultores ou membros das comunidades rurais atingidas pela Corumbá IV. Mal sabiam eles que, desde os anos 1920, eram alvos nítidos de projetos políticos de modernidade, quando Goiânia já realizava suas mitoses políticas para se transformar em primogênita da “Marcha para o Oeste”. A partir da retirada e transporte de areia para a construção de Brasília, os habitantes das comunidades de Pirapitinga, Sarandi, Mandiocal e Mato Grande, assim como os residentes de Três Vendas, vilarejo na beira daquela estrada, começavam a sentir os efeitos de uma nova ordem que iria se instalar, sem pedir licença. Luziânia deixaria de representar o ponto urbano referencial mais significativo, como o fora por mais de dois séculos. De centro, a cidade passaria a mero “satélite” que compõe o entorno do DF. A classe política composta pelas famílias dominantes, Fernandez Roriz, Meirelles, Sardinha Siqueira e Gomes Curado migrariam para Brasília, mantendo o poder sobre o território; ficam em Luziânia os tenebrosos efeitos da imposição externa de uma nova relação com o desenvolvimento ou progresso.

O arraial de Santa Luzia foi resultado dos sonhos de enriquecimento pela mineração daqueles que estavam excluídos das minas mais ricas das gerais. A incapacidade do capital de distribuir benefícios nos circuitos geográficos, onde se instala principia no sertão goiano o fluxo

mais ou menos denso de desiludidos, que, sem saber, serão novamente surpreendidos tempos depois.

Alguns mineradores de Paracatu foram (...) os primeiros a se estabelecerem (1746) em Santa Luzia. Encontraram ali, em abundância, ouro de 23 quilates e até de melhor qualidade. O local se povoou rapidamente, e o Arraial de Santa Luzia se tornou (1757) não somente a sede de uma paróquia mas também de um dos julgados⁵ da comarca do Sul (Saint-Hilare, 1975: 26)

No século XVIII e XIX, longe de representar um anexo da “*evolução*”⁶, Santa Luzia era, ela mesma, disseminadora da ideologia da exploração dos recursos naturais e do “progresso” da colônia e, depois, da República. O domínio territorial do julgado compreendia o distrito de São Bartolomeu, Arraial de Santo Antônio dos Montes Claros e Arraial dos Couros⁷, respectivamente o Distrito Federal, Município de Santo Antônio do Descoberto e Município de Formosa, ambos em Goiás (Bertrand, 1994). De julgado, Santa Luzia ascende à sediadora da Comarca⁸, antes situada em Vila Boa de Goiás e, como se fosse óbvio, chega à condição de cidade, mudando de nome em 1943⁹.

A distância dos centros consumidores e o desinteresse do poder central em investir na extração aurífera na região impõem à Santa Luzia sua primeira decadência econômica. Excluídos das hierarquias governamentais que classificam as prioridades para investimento, a região ficava à espreita de qualquer impulso que os pudesse recolocar como agentes do “progresso”. Viram os anseios e esforços pelo ouro se transformarem em marmelada. “Marmelada” política, marmelada caseira. O doce passa a ocupar destaque, sendo inclusive consumido pelo Imperador. Até hoje a cidade é conhecida por sua deliciosa marmelada, resultado do aprimoramento culinário que manteve em brasa intermitente o fogo anteriormente alto e viril da ideologia progressista dos moradores de Santa Luzia. As reses e seus couros, depois de secos e quando não apresentavam muitos buracos, também serviam calidamente à (re)produção dos habitantes do lugar.

Na transição dos anos 30 para os 40 do século XX, novos investimentos no mato grosso goiano revigora a “vocaçãõ” “progressista” de Santa Luzia. Era desconhecido dos habitantes que o “presente” era um veneno, um cavalo grego de onde saíam ideais que objetivavam exclusivamente subsidiar uma nova configuração territorial para o estado de Goiás, subordinando tudo e todos à nova capital, Goiânia. Os novos investimentos correspondiam a interesses dos poderes estatais, para os quais, e só para eles, respondiam as ações planejadas, marca registrada da expansão do capital sobre os territórios “descapitalizados”. Nenhuma constataçãõ pôde ser mais ilustrativa desse fato do que a proibição do trânsito de carros de boi pelas estradas carreiras, inclusive pelo que hoje é a BR-040.

Estamos nos anos 1950, quando Brasília é gestada no ventre das ideologias liberais, mesmo em face da eminente ameaça de golpe. Pregos e “trilhos”, essas linhas que

sobredesenham o humano nos “caminhos de sal” entre os Arraiais e Distritos, eram ameaçadores às frágeis borrachas dos caminhões que, entretanto, lestos e fortes, trabalhavam como formigas-operárias-automotivas para uma “nova era” no Centro-Oeste.

Não só o “ciborguismo” acompanhou as notícias de construção da nova capital federal, vieram também operários, seguidos de servidores públicos de todos os níveis¹⁰. Mais uma vez, o desenvolvimento de Luziânia se submeteu a processos exógenos. Poucos eram os operários e servidores que já habitavam a região. Aos olhos dos planejadores, construtores e gestores do Estado, a “importação” de operários ocorria porque não havia disponível mão-de-obra qualificada. Mas como poderia haver, se “qualificada” era definida a partir de critérios alienígenas aos habitantes de Luziânia da época? Brasília impunha, como Goiânia, denominações e modos extralocais de apropriação dos territórios circunvizinhos.

Foi assim, pela exclusão deliberada da história do Arraial de Santa Luzia, que Luziânia passou de centro a periferia. Não demorou para que as areias do Areias e Corumbá fossem cúmplices do escancarado processo de transformação da cidade para “entorno”.

(...) eu trabalhava em areia e eu perdi minha saúde. A gente puxava areia dia e noite. Há vinte e oito anos atrás tinha muita coisa que não era construída. Taguatinga era pequenininha, Luziânia era três vezes maior (morador atingido da Comunidade Mandioccal em entrevista a Raphael Matos)

O exponencial crescimento demográfico experimentado por Luziânia tinha razões muito claras: primeiro, a impossibilidade dos trabalhadores da construção civil em habitar a cidade que erguiam, Brasília, buscando terrenos mais baratos nos arredores (Ribeiro, 2006); em segundo lugar, o *boom* demográfico decorre da dinamização periférica da economia municipal. O distrito de São Bartolomeu, transformado em Distrito Federal, inverteria permanentemente a relação de domínio territorial de Luziânia.

O município, sem condições de prover infra-estruturalmente o novo panorama¹¹ demográfico dava continuidade, acelerada, aos processos de exclusão das lógicas dos habitantes de Luziânia na definição de como e para quem seria o desenvolvimento a ser irradiado por Brasília. Todas as modificações eram autoritariamente dadas como naturais: nova arquitetura, novas necessidades sociais, novas dependências de morada, novos caminhos e estradas, novos centros de lazer, novas alianças político-familiares. O novo sempre em combate ao velho. Era “natural” para a classe política nova que o novo significasse o melhor, desdobramento óbvio da situação de atraso. As oposições novo x velho, desenvolvido x atrasado eram astutamente resignificadas pelos habitantes do município e de toda a região atingida pela Corumbá IV, na oposição fraco x forte. Fraco, o atrasado, incapaz de acessar os benefícios da modernidade, mesmo se quisesse e lutasse por isso, o que não era incomum. Forte, o moderno, desenvolvido, “evoluído”.

Ao falar de exclusão, refiro-me aos processos pelos quais se tornam invisíveis as nítidas diferenças de compreensão de mundo entre os agenciadores da modernidade ou do desenvolvimento e aqueles considerados como atrasados e subdesenvolvidos. Os “atrasados” sequer são considerados dignos de participar das decisões que lhes dizem respeito sobre ações na meso-esfera¹², este lugar das decisões políticas do Estado.

Menos de duas horas de viagem e eu estava no centro de Luziânia, município onde jaz o barramento artificial que liga o Morro da Canastra a outro anônimo, impedindo o Rio Corumbá de ser rio, impondo-lhe a denominação “reservatório de uso múltiplo”, UHE Corumbá IV.

A Igreja Matriz, completamente desfigurada do projeto de 1772, reimprimia sua oposição à Igreja do Rosário, construída em 1756 por quatrocentos escravos (Meireles, 1996). A antítese, no século XVIII, significava a segregação entre negros e brancos. No atual momento, assume o contraste entre passado e presente, entre antigo e moderno; “evoluído” e atrasado. Relegada como patrimônio histórico estadual, “museu” de uma época superada, a Igreja do Rosário não poderia ser a matriz de um município com interesses progressistas da classe dominante goiana desde as primeiras décadas do século XX. Mais que pedra e vidro, a atual Matriz revelava relações intrínsecas entre Deus, o homem e a arquitetura¹³, que subjazem sua fachada sem graça, comum. Fica a Matriz, sai a Catedral.

Pouco tempo depois de o sol adentrar o horizonte, deixando apenas o mormaço e a certeza de um dia seguinte abrasador até para os calangos, estacionei em frente ao Centro Poliesportivo, que compõe, junto com bares, um cordão de lazer cotidiano na vida da cidade. Música, muita música, de vários estilos e volumes, saía dos estabelecimentos, motocicletas (!) e automóveis que, pela quantidade de *watts*, mais se assemelhavam a trios elétricos. Ouvia-se desde modas de viola até *funks* cariocas, não sem antes passar pela música sertaneja, *hits pops* de bandas paulistas e “o som das pistas”. As músicas eram ininteligíveis e a mistura sonora me agradava: “*Cheguei!*”, pensei comigo mesmo.

Na curva da caixa-d’água da Empresa de Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO, técnicos da Corumbá Concessões S/A – CCSA e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, que realizariam vistoria no mesmo dia ao entorno do reservatório, me esperavam. O “uno mil” branco alugado pela empresa, com placa de Palmas – TO, estava cheio, não me caberia. Segui-os até a barragem com meu próprio veículo. A GO-010 estava em obras, assim como o percurso alternativo, pelo qual seguimos. Pastos entremeados com vegetação torta e baixa, clamor do bioma que teimava em reviver ao revés de anos de queimadas e usos intensivos lhe retirando a fertilidade, contrastavam com máquinas e operários

da construção da via. Esta era lisa, nova. Nem mesmo as pequenas elevações laterais, talvez nominadas de morros, haviam cicatrizado os cortes sem anestesia que sofreram para dar lugar à pista, financiada exclusivamente pelo Governo do Distrito Federal¹⁴. O verde era ainda tímido nos barrancos, que muito se pareciam com painéis demonstrativos de tempos geológicos. Os nelores eram recorrentes, mas não únicos. Gir leiteiros e guzerás também apareciam. Talvez os donos tenham dado nomes aos bois, que, tranqüilos e indiferentes às cercas novas que delimitavam sua área de alimentação, foram palanques de alguns conflitos entre grandes proprietários e empregados da CCSA.

As cercas reconstruídas eram poucas e, quando isso ocorria, se compunham de estacas de eucalipto e arame liso. Em um dos casos que ouvi nessa primeira ida a campo¹⁵ um remetia especialmente àquela pista. Um fazendeiro “forte” da região havia perseguido um carro da CCSA até fazê-lo parar. Ameaçou a mão armada o motorista, reclamando uma indenização mal paga e o descumprimento de um suposto acordo em que a concessionária se comprometera em refazer o limite de sua fazenda.

O caminho curvo e sempre em declive me levava pela primeira vez à barragem, ainda com o concreto azul-acinzentado, sem quaisquer marcas lodosas do tempo. As gramas plantadas no sobrelevo entre o chão e os setenta e nove metros de altura do barramento não ocupavam a superfície a elas reservada, seca, no cerrado. Como medir impactos? Como resgatar passivos socioculturais e econômicos? Interrogações que me acompanhavam desde o primeiro contato, mas que, ao chegar na guarita que dá acesso ao “acampamento” ou à “obra”, me eram mais vívidos e mais desafiadores.

O acampamento dos operários, engenheiros, agrônomos, máquinas, materiais de construção civil, subestação e demais componentes daquele cenário seriam violentamente inundados se a barragem rompesse. “*Eles devem confiar mesmo no seu ‘taco’*”, pensei. Por onde começar a pesquisa? O que faço primeiro, o que “recorto”? Nas primeiras conversas com o engenheiro agrônomo responsável pelos trabalhos de desmatamento e indenizações da empresa, a imensa gama de possibilidades já se apresentava. Ele me mostrou “a obra” e uma casa onde ficavam os agrônomos e demais engenheiros quando da construção do barramento e também naquele momento, em que os investidores ansiavam por ligar as turbinas, sem entretanto podê-lo, pois o IBAMA não dera a licença. A “Casa dos Artistas” como debochadamente ficou conhecida a casa dos engenheiros, apelidada pelos demais funcionários da CCSA, representava um marco segregacional. A cada apontamento, em cada história que o agrônomo me contava, eu via um objeto elegível como ponto de partida. Eram tantos, que deixei a experiência falar por si só, não impondo a ela quaisquer impedimentos para se desenrolar.

Ao perguntar como ocorreu a desapropriação da área para a construção da barragem, o agrônomo, que também foi o principal negociador de terras com os atingidos, me contou um pouco a história, sem muita ênfase no caso do Sr. Z., um dos mais emblemáticos exemplos de impactos sofridos em todo o entorno do lago. Mas eu ainda não sabia disso. Eu observava alguns mapas quando os técnicos da CCSA e do IBAMA me chamaram, estavam partindo para a vistoria, e eu não os acompanharia, pois seguiriam de barco. O agrônomo sacou o telefone celular e chamou um de seus subordinados que me acompanharia na “volta ao lago”, que durou três dias.

“*Por onde começamos?*” Perguntou o técnico agrícola. “*Onde é que houve mais impactos por aqui?*” Retruquei. “*Em todos os lugares*”. “*Então vamos para essa região de Luziânia e Silvânia, amanhã a gente segue para os lados de Santo Antônio do Descoberto*”.

Deixei meu carro no estacionamento do acampamento. “*Será que essa barragem vai romper?*”, perguntei em pensamento. Seguimos num Celta branco, com placa de Belo Horizonte. Estranhei não voltarmos pela mesma estrada, a dos operários, pastos e cerrado. “*Vamos ‘por dentro’ para você conhecer as pistas novas*”, ditou meu informante. Gostei da idéia.

A pista variava em largura, espessura de cascalho e qualidade no acabamento. Aos olhos de meu guia ela estava bem melhor do que era antes da Corumbá IV. “*Mas elas existiam antes da Corumbá IV?*”, questionei. “*Algumas sim, mas outras tivemos que fazer, as que tivemos que fazer ficaram bem melhores, as outras também estão ficando, pois estamos recuperando*”.

A vegetação e roças no caminho eram tingidas pelas cores da diversidade de ocupações ao longo da história. Soja seca densamente povoava os metros quadrados das grandes fazendas, produzindo um amarelo forte; enquanto nas pequenas, o espaçamento era maior entre mudas, permitindo-se entrever a vermelhidão do solo. Nestas ainda se via milho, cana e cerrado. O contrário ocorria com as cabeças de boi, mais numerosas por área nos pequenos perímetros. Perto das casas havia hortas, “chiqueiros”, pomares e animais domésticos. O mourão, o curral e o bebedouro também não se distanciavam muito das “sedes”¹⁶. A primeira localidade nominada por que passamos foi a Comunidade de Mandioccal, vizinha ao sul da Fazenda São Jorge, ao norte da Fazenda Caboclo, a leste da Fazenda Buriti e a oeste da Fazenda Corumbá.

Em Mandioccal, poucas foram as modificações significativas na malha viária, resumindo-se a estradas refeitas para circundar a “obra”. Por serem as primeiras a serem construídas, muitas placas sinalizadoras estavam instaladas, processo que ocorria, mais vagarosamente, nas demais localidades atingidas. Mas, se a nova malha viária não causou grandes dificuldades aos antigos moradores da comunidade rural, a inundação das áreas produtivas, o processo de desapropriação,

os efeitos imediatos à jusante da barragem e o aumento de fluxo de pessoas e automóveis aparecem como problemas identificados por todos.

Difícil para sobreviver. As terras boas inundaram. As que estavam na margem, mais para cima não dava, terreno muito acidentado(...) Seria bom se beirasse o córrego [à jusante] para ver a destruição que teve. Teve três dias que eles abriram e fecharam as comportas e derrubaram muitos barrancos. Caiu muita gameleira dentro do rio. Quando o homem mexe a natureza sente (...). A Corumbá chegou e represou de uma vez e o rio secou, morreu muito peixe. Os animais sofreu, a gente achava peixe morto na beirada. Depois o meio ambiente veio aqui e controlou o volume de água (Morador atingido da Comunidade Mandioccal em entrevista a Raphael Matos, grifo meu).

A natureza era muito especial. Sempre tinha muito bicho, hoje tá tudo inquietado. Tá tudo derrubado na beira do rio. Os bichos tá tudo 'desinquiado'. Os matos onde [são] os refúgios dele praticamente acabou (Morador atingido da Comunidade Mandioccal em entrevista a Raphael Matos).

A presença do “meio ambiente” remete à atuação do IBAMA na região, que, ao realizar as vistorias – como aquela que ocorria concomitantemente à minha visita ao Mandioccal –, atuavam para cobrar soluções da concessionária. A partir da mudança de órgão licenciador, o “meio ambiente” passa a ser percebido como atuante na região, não sem ambigüidade. A obrigatoriedade de conceber uma Área de Preservação Permanente – APP a 100 metros da cota máxima de enchimento é uma questão bastante elucidativa dessa ambigüidade: por um lado o “meio ambiente” contribui para que a empresa tome providências quanto aos danos que causam; por outro, é ele mesmo o causador de danos, pois exige que se desaproprie faixas de terras consideradas as mais produtivas por alguns atingidos. A estratégia discursiva dos negociadores da CCSA contribuía para tanto, pois afirmavam que “foi o IBAMA que mandou criar a APP”.

Mais que delimitar uma nova territorialidade, impondo usos e proibições específicas ao território camponês, a APP era a porta de entrada para “baderneiros”, pessoas de fora que se aproveitavam da área para adentrar as terras dos moradores, causando medo e inquietação. Como consequência, muitos colocaram cadeados e correntes nas porteiras de acesso, o que foi respondido pelos “turistas” com cortes de cercas, invasões violentas e conflitos de diversas ordens. Não apenas os prejuízos com as cercas eram reclamados, o reconhecimento do insulto moral também era recorrente.

Somam-se aos infortúnios causados pela CCSA aqueles que historicamente excluem das tomadas de decisão a voz dos membros da comunidade. A partir de uma lógica racionalista do planejamento da educação municipal e estadual, baseada na oferta e demanda de alunos, a prefeitura fechara a escola construída com o esforço das pessoas de Mandioccal, estipulando que os estudantes deveriam seguir para a escola Pólo de Samambaia. A idéia de pólo aparece aí como força propulsora da exclusão no planejamento regional, como construção da idéia de região como desafio à gestão pública. A Escola Pólo é ligada ao Mandioccal por meio de uma linha de ônibus que muitas vezes serve não apenas como transporte escolar, mas público, pois carece na

região tal serviço com a qualidade e frequência desejadas pela comunidade. Crianças de todas as idades devem andar por quarenta minutos até as estradas vicinais onde estão os pontos de parada.

Posto de saúde não há, nem qualquer fiscalização ou policiamento, o que é recorrente em quase todo o entorno do lago. Estão presentes, entretanto, a Igreja Presbiteriana e a Associação dos Produtores Rurais de Mandiocal. A Igreja foi construída em meados dos anos 60 e uma nova sede levantada em 1992. A antiga sede é hoje o único espaço para realização de eventos. A Associação emerge da necessidade de organização política dos habitantes para reivindicarem acesso aos benefícios do desenvolvimento. Ao ser questionado sobre os objetivos do grupo, um dos associados respondeu que a função da Associação é buscar recursos com o Governo e a prefeitura, bem como ir à Brasília quando for preciso.

Difícil é encontrar etnografias que não procurem identificar a gênese sociocultural das populações que estuda. Obviamente, não se trata da busca da origem pré-histórica, mas da atribuição de uma origem, que supostamente leva o antropólogo a conhecer o quanto o presente está arraigado no passado; o quanto ele tem a dizer sobre o que se passa na atualidade. O que significaria Mandiocal? Por que esse nome? As respostas mais recorrentes apontavam simplesmente para a apropriação do nome do Córrego Mandiocal. Por algum tempo fiquei sem qualquer relato que fosse além disso, o que não era insignificante. Nominar o local com o nome do córrego diz algo sobre a relação entre pessoas e seu território. A água, considerada um bem situado no topo das classificações de itens necessários para a reprodução social, passa de bem gerenciado para bem utilizado, após a construção de Corumbá IV. Modificar a relação dos habitantes de Mandiocal com a água, implica impor a eles a reorganização de acesso a ela.

Não demorou para que eu viesse a conhecer outra versão para a criação do nome de Mandiocal. Essa, de origem mítica, dos tempos em que não se pode precisar quando. Dos tempos em que datas são substituídas pela expressão “*de primeiro*”.

Contaram que, “*de primeiro*”, moravam dois amigos, divididos apenas pelas cercas que margeavam um córrego. De um lado, estendia-se uma considerável plantação de mandioca; do outro lado, o “compadre” “mexia” com porco. Certo dia, a plantação de mandioca do agricultor apareceu “mexida”, cheia de buracos. Ele foi procurar o compadre, hipotetizando que seus porcos seriam responsáveis pelos prejuízos. Conversaram sobre o caso e decidiram percorrer o perímetro em busca de alguma ligação entre as duas margens do córrego. Não encontraram. Passaram-se dias e repetidamente o mandiocal “amanhecia” “mexido”. O agricultor procurou novamente seu compadre. Decidiram caminhar para mais longe do que da primeira vez e, ao fazê-lo, se depararam com uma gigantesca mandioca caída no córrego, as duas margens estavam ligadas. Pararam e observaram que o tubérculo superdesenvolvido estava oco. Apalpam as paredes internas e sua textura alva estava marcada por mordidas de porco. Concluíram que os

porcos tinham comido o “miolo” do “mandiocão” e passavam por dentro dele para chegarem à plantação. “Mandiocão”, mandiocal, o córrego é batizado e inicia sua história como termo maleável às dinâmicas lingüísticas. O córrego dá nome ao local que abastece.

Dois vizinhos, um “plantador” e outro “criador”. Os tempos imemoriais, que cronologicamente podem variar bastante, justificavam a identidade daquela população que se classifica pelo trabalho, ou melhor, pelo labor. Produção, identidade, valores morais e sociais estão profundamente vinculados, como nos mostra Woortmann e Woortmann (1997). A idéia de cercas ou cercados não aparecem nos relatos. A época em que se desenrola o mito era a da pequena produção; como se sabe, mandioca e carne de porco são produtos do que hoje se convencionou chamar agricultura familiar. Os amigos estavam diante de uma situação potencialmente causadora de conflito. Nos sertões brasileiros¹⁷, a animosidade entre plantadores e “criadores”, presentes nos anos 1920 e 1930, é bastante conhecida e anunciada, por exemplo, em modas de viola como as de Tião Carreiro e Pardino¹⁸ ou Liu e Léo¹⁹. Apesar de as rixas estarem presentes, elas não ultrapassam o limite do jocoso, sendo a busca por resoluções de conflitos um objetivo comum. A atribuição de conflitos muitas vezes recai sobre atores externos²⁰. Os compadres, diferenciados pelos produtos de seu trabalho, buscavam uma solução comum quando animais e plantações se encontravam na trama. Não apenas argumentaram, mas atuaram para se chegar à “raiz do problema”. Exerceram a paciência, dado o fracasso da primeira “expedição”, até que descobriram o que tinha ocorrido.

O mito de criação do Mandiocal é bastante relevante para compreendermos o que representava o “antes” na visão dos atingidos. Entretanto, esse “antes” não delimita apenas a usina hidrelétrica, é todo o tempo pregresso à Corumbá IV, não sendo possível atribuir apenas à barragem a situação atual de exclusões de toda ordem. Chegar ao “antes” envolve sentar, tomar café, ouvir, ouvir muito. O “antes” é a época em que não se tinha cerca, mesmo que sua chegada não tenha sido decorrência da Corumbá. Mas ela exigiu cercas, na medida que passou a tratar os patrimônios territoriais como propriedades e glebas a serem indenizadas. O “antes” é a época em que, para se resolver uma contenda, a perspicácia, a argumentação e a paciência regiam os significados de justiça e satisfação. Buscavam verdadeiras argumentações dialógicas em que o outro era considerado como ator argumentativo ativo. A Corumbá nada tem a ver com a instituição de um sistema jurídico no país, mas foi ela quem impôs formas e termos negociais – expressão bastante recorrente nos pareceres do órgão licenciador – que desconsideravam a conversa, o tempo e, sobretudo, a paciência. Nas negociações levadas a cabo pela concessionária, o negociador tinha a ordem de resolver o mais rápido possível os casos, nos valores medidos “tecnicamente” por agrimensores. É a desconsideração dos valores de mediação de conflitos, de expressão de

interesses, de vontade de se apropriar de novas tecnologias a seu modo, que justifica o que até aqui chamo de exclusão.

O sol ultrapassava os 45° de angulação do nascente. O calor forte e seco convertia a sede em um bolo áspero de saliva, amargo de dois ou três cafés doces bebidos ao relento em banquinhos ou em sofás forrados com panos aveludados para conservar o estofado. Ao redor, paredes com uma ou outra fotografia denunciavam estruturas sociais (Woortmann, 1995). Mandioccal era o primeiro “exemplar” das queixas que por quase dois anos ressoariam no arredor do espelho d’água, quando lá estive intermitentemente. Perda de terras agricultáveis, violência moral nas negociações de terras, multiplicação de forasteiros, entre outras questões: impressões do “antes” no agora, gravitadas nas órbitas da UHE Corumbá IV.

Seguimos rumo a Pirapitinga e Sarandi pela vicinal de chão batido e cascalho. “*Viu como a estrada tá melhor?*”, disse meu informante-guia. Se definirmos melhoria por aproximação das características das vias citadinas, alguns trechos realmente estavam melhores. “*Uhum*”, respondi desanimado. O caminho largo e quase regular não escondia os rastros frescos de automóveis que a pouco tempo passaram por ali. Alargado para servir à nova realidade, aos caminhões da Serveng-Civilsan, aos turistas de Brasília, Anápolis e Goiânia, aos ônibus escolares abarrotados de semi-analfabetos que pegavam carona para as cidades onde as crianças eram forçadas a estudar, o trajeto poderia ser percorrido sem quaisquer problemas a 80 km/hora. “*A pista melhorou?*”, repeti mentalmente a pergunta a mim mesmo. “*Não para aqueles que puseram cadeados em suas cancelas*”, me respondi em monólogo.

Feixes de lenha, soja e gado compunham topicamente a paisagem às margens da via “melhorada” pela CCSA. A relação grandes/pequenas propriedades aumentava com os quilômetros rodados. “*De onde vem essa madeira?*”, perguntei. “*Do desmatamento do lago que o povo tá fazendo*”, respondeu-me. “*Pra que estão desmatando?*” “*Porque o IBAMA mandou*”. “*Vendem a madeira?*”, insisti. “*Vendem para a Bunge²¹ e alguns carvoeiros daqui mesmo*”. Há muito, a derrubada do cerrado era justificada na região não para o estabelecimento da vida humana, na elementar oposição homem/natureza. Morto, o cerrado já não era o selvagem domesticado, mas o produto rentável.

O “Bar do Luciano”, que podia ser visto após a última curva de nível antes de chegar em Pirapitinga e Sarandi era uma pequena “*holding*” de comes, bebes e carvão. Os fornos em forma de iglu estavam aos olhos de quem quisesse ver e aos olfatos de quem bebia e comia em seu bar. Tudo enfumaçado de madeira permanentemente a queimar. “*Aqui começa Pirapitinga e Sarandi, se a gente seguir, vai bater em Mato Grande*”, disse o funcionário da CCSA. A água quente da

garrafa térmica intimidou-me a parar por ali, em busca de um refrigerante. “Sede é tudo”, dizia o cartaz da Sprite.

Aos goles, conversei com aquele simpático senhor, de olhos verde-azulados. Luciano²² trabalhava com carvoaria há mais de dez anos e foi presidente da Associação de Pirapitinga. Seu bar, ponto de encontro, mexericos e abastecimento na localidade. Para ele Corumbá IV foi boa porque disponibilizou madeira e aumentou o número de clientes no bar, mas ele advertiu que não ocorreu assim para todos. Problemas de indenização, APP, aumento de turistas e outros foram identificados como as principais reclamações das comunidades do local.

Antes de sair, verifiquei a possibilidade dele hospedar a equipe do Diagnóstico que algumas semanas depois iniciaria o trabalho de campo. Ele aceitou prontamente com um sorriso, não sem antes consultar sua esposa. Saímos.

Sarandi se inicia nas plantações de soja pelas quais havíamos passado antes do Bar do Luciano, findando no córrego de mesmo nome. Chapadas e cerradão compõem a vegetação do local, sendo poucas as áreas dignas de agricultura e pecuária, apenas baixadas e platôs servem a tais usos. Os bares e igrejas são os principais lugares coletivos que referenciam a vida no local. Grandes propriedades de soja e feijão asseguram mão-de-obra, principalmente na região nominada por Indaiá. O “Bar do Germano” se soma ao do Luciano como ponto de encontro e troca de informações. Há ainda o chamado “grupinho”, denominação local para os espaços públicos onde se realizam festas, eventos ou onde se deliberam sobre questões comunitárias. Em Sarandi existe o grupinho do Bambu, nome relativo a outra área nominada na comunidade. Há os que afirmam que Bambu seja uma comunidade diferente de Sarandi, divisão que não deixou de ser fluida ao longo dos trabalhos. São importantes as igrejas Assembléia de Deus e Católica, responsáveis pela produção e gerenciamento dos valores que regem e são regidos pelos habitantes.

A estrada por que seguimos era a mesma. Mesmo cascalho, mesma soja e gado, até que avistamos a Igreja Presbiteriana de Pirapitinga. Em volta da Igreja, um espaço público amplo, onde também fica a sede da Associação dos Produtores Rurais de Pirapitinga. A Igreja é centenária, construída com a chegada de missionários paulistas, o que marca também uma transição de épocas na memória dos habitantes.

A chegada da Igreja é o fim da época quando, “*de primeiro*”, as “*pessoas viviam com o que tinham*”. De núcleos familiares mais ou menos isolados, conquistados graças a ação dos respeitosos ancestrais que controlaram a “malquerença” do cerrado, passam à época em que as famílias interagiam na Igreja. A Igreja funciona como um núcleo, do qual se expandiram também as Igrejas Presbiterianas de Mato Grande e Santa Rosa – esta do outro lado, no Baixo Descoberto.

Organizada em “células” a Igreja Presbiteriana mantinha contatos permanentes com grupos de diversas localidades, inclusive Luziânia, Brasília, Anápolis e Goiânia. Sua força social fez-se sentir principalmente nas relações de parentesco, bases da organização social. O matrimônio virilocal, se não se instaura, pois poderia existir antes da Igreja, institucionaliza-se, do ponto de vista moral. O contato visual com a Igreja Presbiteriana de Pirapitinga, desde o início, permitia-me intuir que ali havia algo a ser pesquisado, aquele aglomerado de espaço público não estava ali por acaso, contaria histórias.

A escola de Pirapitinga, assim como em Mandiocal, foi fechada em função da criação da Escola Pólo de Samambaia, impactando as relações políticas locais, já que o professor e também presbítero perdera um dos postos de que emanava seu reconhecimento, autoridade e poder. Com o fim da escola, o espaço passou a ser utilizado como posto de saúde e local de reuniões do “grupinho”.

Desapontado por não encontrar a presidenta da Associação de Pirapitinga, nem o presbítero da Igreja, segui para Mato Grande. A fome anunciava a proximidade do fim da manhã, que, por sua vez, fora muito pequena para percorrermos todas as comunidades atingidas em Luziânia. Mato Grande teria que ser visitada sem qualquer parada.

Mato Grande é a maior comunidade em extensão de terras e onde os impactos diretos foram mais presentes. Há dois “grupinhos”, dois campos de futebol, um bar e uma igreja, também presbiteriana. Ela mantém relações entre as comunidades de Luziânia e Santo Antônio do Descoberto e é referencial para todas as comunidades rurais do município. Um dos grupinhos está desativado em função da Corumbá IV, pois o proprietário da fazenda onde ele se localiza, uma vez atingido drasticamente, reivindicou a área. As propriedades não eram muito diferentes das que havíamos visto em Mandiocal, Sarandi e Pirapitinga. Peguei a lista de proprietários e propriedades atingidas pela usina e verifiquei que os sobrenomes se repetiam insistentemente entre todos os membros das três comunidades.

“Tem muitos parentes aqui, né?!”, perguntei. “Pois é, aqui todo mundo é parente, até com o pessoal do Descoberto ele têm primos”. Meireles e Bueno, no meio, antes de outros dois sobrenomes no final. Sempre presentes. Não foi possível compreender porque “Meireles” havia perdido um “L” naquela região. A dúvida era pertinente, pois os atingidos, sempre que se referiam a suas histórias, afirmavam categoricamente que o nome advém de uma das famílias mais importantes de Luziânia, os Meirelles.

Ao contarem a história das comunidades, os atingidos a inseriam na história de Luziânia, fundamentalmente nos aspectos que colocaram o ainda Arraial de Santa Luzia como centro evoluído.

– *O Bueno veio do Bartolomeu Bueno.*

- *Quem é o Bartolomeu Bueno?*
 - *O Bartolomeu Bueno foi aquele que descobriu as esmeraldas de Goiás. É um bandeirante.*
 - *E ele tem ligação com a família do Senhor ou..?*
 - *Veio de lá para cá. Luziânia aqui veio o... Rapaz, eu tenho esse livro aqui em casa... Peraí só um segundinho...*
 - *Não tem pressa, não.*
 - *Não sei o que de Azevedo que fundou Luziânia, mas já veio Meirel[les]. Eu conversei um dia com uma pessoa mais de idade e ele falou para mim que nós somos descendentes de alemão.*
 - *De alemão? Por isso o olho azul do senhor?*
 - *Acho que sim. Ele falou que a família Meirel[les] é descendente de alemão. Um alemão que veio de São Paulo na época... Rapaz, é gente demais. Para “mim” te dar um relato da família Meireles aqui no município de Luziânia...*
 - *Isso dá um dia inteiro, né?*
 - *Rapaz, um mês para a gente fazer um apanhado...É muita história, né?*
- (Morador atingido da Comunidade de Mato Grande, filho de uma das matriarcas do tronco Bueno em entrevista a Leonardo Leocádio)

Assim como fazem parte da história de Luziânia, os atingidos do meio rural desse município se inserem em sua dinâmica, quando “naturalmente” foi se modificando de centro para periferia. Compartilham uma história como grupo articulado em que sempre foram “convidados” a se adaptar às mudanças promovidas pelo “desenvolvimento” ou “progresso”, nunca atores considerados capazes de argumentar.

É, a evolução foi chegando. Com a chegada de Brasília, o pessoal começou a ficar mais sabido, porque Brasília chegou e pegou o povo igual Corumbá pegou agora: desprevenido. Então, veio aquelas pessoas de fora, oferecia um dinheiro que o cara achou que nunca tinha visto daquele tanto e vendiam suas terras. E muitos deles estão passando fome na cidade. (Morador atingido da Comunidade de Mato Grande, filho de uma das matriarcas do tronco Bueno em entrevista a Leonardo Leocádio)

Sarandi, Pirapitinga, Mato Grande e Mandiocal se articulam como unidade social, se tomamos como referência suas relações de parentesco, sua ancestralidade em comum e o compartilhamento da experiência religiosa. Entendem-se como pares, como membros de núcleos que compõem um todo social sobre os quais expressam suas identidades de habitantes da zona rural, de comunidades do município de Luziânia. Compartilham conhecimentos geográficos com base na vegetação, rios e plantações; compactuam estratégias de lida com os “de fora”, se organizam em “grupinhos”... Mesmo com suas evidentes diferenciações, podem ser considerados portadores de moralidades²³ comuns.

O campo de futebol e o “grupinho” subtraídos em Mato Grande foram perdas de todas as comunidades que lá se reuniam para o lazer, para a política, para os namoros, para resolução de contendas, para orar, para existir como coletividade. A recente estratégia produtiva de plantar maracujá, incentivada pela Associação de Pirapitinga, que se articulou com potenciais pontos de escoamento, está longe de ser uma redoma, um segredo guardado das demais comunidades. As

iniciativas em uma comunidade são ponderadas em todas as outras, não como uma questão nitidamente externa, mas ambigualmente comum. Quando escoam leite, principalmente para a Cooperativa dos Produtores Rurais de Silvânia – COOPERSIL, em Silvânia, são lá nominados como pessoal de Mato Grande, pessoal de Pirapitinga ou de Sarandi, sem que haja uma necessidade de diferenciá-los *realmente*. O pessoal de Mato Grande é o pessoal de Pirapitinga e Sarandi aos olhos dos cooperados; falar de um implica falar de todos. O leite de um é tão branco e saboroso quanto o de outro, assim como suas técnicas de formação de pastagens, trato com animais, medicina veterinária “caseira”, entre outros. Com os impactos da Corumbá IV não é diferente.

– *E a senhora que trabalha no posto de saúde deve saber bem a situação do povo, se ficou mais difícil para chegar lá?*

– *Pra gente que ficou muito difícil. Teve pessoas que tiveram que parar de freqüentar o meu posto de saúde pra freqüentar outro mais perto pra eles, por causa da represa, né. Tem gente que foi muito afetado, ficou muito longe, mas pra mim até que não. Mato Grande até que não teve muito problema não, foi mais o pessoal aqui de Pirapitinga. Porque tem um pessoal que mora bem aqui, que levava as crianças no dentista e eram só uns vinte minutos, agora tem que dar uma volta bem grande, é mais de uma hora. Para eles afetaram muito* (Moradora atingida e responsável pelo Posto de Saúde da Comunidade de Mato Grande em entrevista a Leonardo Leocádio).

– *Ficou mais difícil o acesso para posto de saúde, para o trabalho?*

– *Ficou tudo complicado. Meus irmãos, mesmo para irem trabalhar, têm que passar agora lá pelo grupo. Sendo que a roça é por aqui.*

– *Tem que sair lá na estrada...*

– *Hoje mesmo nós fomos na casa de um primo nosso, que ele morava de fundo com ele. Um do lado de cá do córrego e outro de outro. E para nós ir lá, nós passamos lá naquele morro lá, aonde tem a torre, onde tem a rede elétrica.*

– *Então ficou tudo difícil. Para ir até para Igreja, nem vem porque ficou longe demais passar aqui. Então é complicado, não dá nem para visitar o vizinho.* (Morador atingido da Comunidade de Mato Grande e sua irmã, antiga moradora da Comunidade de Pirapitinga, atualmente realocada, em entrevista a Leonardo Leocádio).

E será assim. Essas três comunidades serão tratadas como detentoras de certa unidade neste trabalho. Não se trata de postular a uniformidade, menos ainda serão vistas como estáticas. A unidade é atributo de um conjunto de relações que se desenvolvem entre pessoas, coisas, valores que culminam em noções de pertencimento ambigualmente comuns e diferentes, a depender do ponto de referência e observação. Mandiocall e Três Vendas se inserem nessas dinâmicas como espaços liminares. Se os valores cristãos encontram seu berço seguro em Pirapitinga, Mato Grande e Sarandi, onde as Igrejas são responsáveis pela distribuição matrimonial que ordenava o espaço, Mandiocall e Três Vendas, que até então eu não tinha visitado, são os lugares do profano, sem o qual o sagrado perde o sentido. Lá se localizavam “puteiros” ou “doenças”²⁴ e todos os vícios mundanos que devem ser evitados pelos cristãos. Esses vícios, segundo os moradores, vêm das cidades, que encontram em Mandiocall e Três

Vendas um pólo de transição da BR-040 para as vicinais estradas de terra. Relações de dependência e/ou inter-relação entre campo e cidade encontram no emaranhado de fluxos entre Pirapitinga, Mato Grande, Sarandi, Mandiocal e Três Vendas um novo significado, simultaneamente de oposição e afinidade: o sagrado e o profano.

Os cafés e cigarros não enganavam mais o estômago, que reclamava em alto e bom tom. Ele teria que esperar até que encontrássemos um lugar para comer na vazia e inóspita GO-010, antes de seguirmos para Silvânia.

As grandes fazendas se impunham como regra. A soja era “adversária” produtiva à altura do gado leiteiro e de corte que dominavam os cercados. O caminho não deixava qualquer impressão de estarmos próximos a centros urbanos. Diferente da BR-040, a ligação entre Luziânia e Silvânia era semideserta. Talvez a única semelhança fosse a ausência do cerrado, num caso, engolido pelo concreto, no outro, substituído pela estrangeira *brachiaria*. Naquela altura, lembrei-me de um dos relatos que acabara de ouvir em Mandiocal, no qual, em função de um conflito por cercas, um dos querelantes sacou uma arma dizendo ao outro: “*Vaza na braquiária, caboco!*”. Seria demais sugerirmos a revisão de critérios biológicos de “natividade” ou exotividade da vegetação? O IBAMA exige da concessionária que revegete a APP com espécies nativas, o que implica a desativação de pastos, profundamente criticada pelos atingidos. Fato é que a espécie africana fazia as vezes das construções, cachorros sujos, bicicletas e cidadelas presentes na BR-040. O cerrado que se via não passava de obrigação legal, ilhas-obstáculos do aproveitamento total das propriedades, dignos apenas, e em alguns casos, de compor um mosaico desdentado da paisagem, anônima, Reserva Legal²⁵.

Não chegaríamos ao núcleo urbano, Silvânia, município dos mais “fortes” na produção de leite, contando com mais de trinta associações, “Atenas de Goiás”. O apelido, justificado pelos imensos e centenários casarões, remete à vida cultural da cidade, com poesia popular²⁶, literatos, historiadores como Americano do Brasil e clérigos como Dom Emanuel Gomes de Oliveira, expoentes da intelectualidade goiana. O antigo Arraial de Bonfim, datado de 1774, assim como a antiga Santa Luzia, resultava dos sonhos de enriquecimento pela extração de ouro por aqueles que não conseguiam colocação nas gerais.

Sonhos despedaçados pela falta de investimentos e declínio da mineração condicionaram os migrantes vindos de todas as partes do sul e sudeste do país a buscarem novas atividades. A terra boa permitiu que a agricultura e pecuária se desenvolvesse como atividade produtiva. Mesmo em face da exclusão de investimentos do Estado na época da mineração e mesmo nos primeiros momentos da agropecuária, Silvânia não se ressentiu com o poder central,

contribuindo para salvar a quase derrotada Coluna de Mato Grosso, na Guerra do Paraguai²⁷. Não se tratava de mero nacionalismo, mas da defesa do proeminente pólo produtivo que via seus primeiros sinais de sucesso econômico, ainda carente de “contra-dádivas” do Estado.

Duas formas de ocupação prevaleceram para configurar o atual meio rural de Silvânia. De um lado, o Engenho Velho seguia o ritmo das relações de parentesco, repasse de herança de terras e resguardo do patrimônio familiar; de outro, a Fazenda Bom Jardim, do Coronel Francisco Correa Bittencourt, foi dividida em glebas e vendida para forasteiros, “chegantes”. Isso não impediu que as terras de Bom Jardim, inundadas pela Corumbá IV, significassem apenas mercadoria.

Antes que pudéssemos avistar a cidade entramos na estrada de terra que nos levava a São Roque, que não pode, com a mesma segurança que nos casos anteriores, ser chamada de comunidade. O termo não aparece com frequência nos dizeres dos habitantes, apesar de não inexistir. “*Sempre estiveram lá*”, nos conta a memória dos atingidos do local sobre seus antepassados, esquecidos a partir da segunda geração ascendente; o ideal comunitário, entretanto, não germinou com a mesma virilidade que nas aglomerações evangélicas de Luziânia. Córregos e rios são as referências principais e também nomeiam os lugares; caso de São Roque.

As novas imposições e exclusões morais impostas aos habitantes da zona rural goiana, com o advento da construção de Goiânia e Brasília, promoveu nos atores ressignificações de termos, expressões e equações lingüísticas anteriores. Se, na região rural de Luziânia, forte x fraco – oposição que diz respeito a toda lógica e simbólica da lavoura (Woortmann & Woortmann, 1997) –, absorveu novos significados de pertencimento ou não ao desenvolvimento, em São Roque, foi o termo “chegante” que exerceu esse papel para diferenciar os da casa ou sede dos da rua ou cidade. O aumento de fluxos populacionais na época da construção das duas capitais não abalou consideravelmente o município de Silvânia, que apenas agora sente de maneira incisiva os efeitos das cidades. Nessa perspectiva, Corumbá IV, mais que um projeto isolado, é um instrumento de gestão política, econômica, social e espacial *de e para* Brasília. Seus impactos são causa e efeito de ideologias desenvolvimentistas desde a segunda metade do século XX.

A casa é a sede da fazenda de alguém, ambiente certo onde se vai e se sabe o que irá encontrar. É o privado, espaço de visitantes conhecidos, lugar das negociações de bois, de casamentos entre famílias. A rua é o público, o lugar do perigo, onde tudo pode acontecer, pois não se sabe que relações serão travadas, nem com quem. O loteamento da Fazenda Bom Jardim impôs aos moradores dos engenhos novos “chegantes”, pessoas de fora, “da rua”, mas que vieram para se instalar no local, para compor uma nova configuração *na* área rural e *para* ela. A Corumbá IV trouxe “chegantes” diferentes, transeuntes, desconhecidos dos quais só se sabe que

são de Brasília ou Goiânia em sua maioria, vieram para pescar, para “badernar”, para acabar com o sossego. Os “chegantes” originais configuraram São Roque como espaço de inovações no trato do gado, colheita, novenas e “trocas de serviços”, termo utilizado para designar uma ajuda mútua entre sitiantes, chacareiros e fazendeiros. Os novos “chegantes” abstêm-se de quaisquer relações consideradas positivas pelos moradores de São Roque ou dos engenhos. Dessa forma, São Roque passa a assumir uma identidade diferente dos habitantes de Bom Jardim.

Não fossem poucos os problemas causados pelos novos “chegantes”, a Corumbá IV inundou várias ligações entre São Roque, São Bernardo, povoado rural do município de Alexânia, Barreiro da Boa Vista, povoado do município de Abadiânia e Anápolis, impedindo que as relações de parentesco, compadrio e afinidade se realizassem nos moldes do costume. Além do aumento de distâncias, as antigas relações não mais poderiam ocorrer na segurança da casa ou da sede.

Ficou um pouco difícil de encontrar os vizinhos né, porque conforme o caso aqui, em vez de você ir na sede aonde ele morava você tem que ir pra rua pra ver se encontra ele lá (Morador atingido de São Roque em entrevista a Ivanise Rodrigues dos Santos).

Com a desarticulação produtiva, social e moral, vieram os instrumentos exigidos na legislação ambiental para minimamente gerenciar os impactos da hidrelétrica, como o Plano de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial. Na confecção do instrumento, a empresa contratada pela CCSA deveria zonear todo o entorno do reservatório. Nas reuniões levadas a cabo pelos consultores, uma das principais questões era saber se os atingidos se interessavam por pontos de formação de praias e pelo incremento do turismo. Desconhecendo as particularidades do local, apenas os plantadores de soja foram consultados, a minoria influente. Eles optaram pelo investimento em turismo. Os criadores de gado nem mesmo ficariam sabendo do caso, não fosse a chegada da equipe de elaboração do Diagnóstico. Em oficina realizada pela equipe, decidiram pela retirada dos pontos de praia do Plano Ambiental de Conservação e Uso de Reservatórios Artificiais – PACUERA. Exigiram ainda que nenhuma área de Silvânia fosse zoneada como área de turismo. Reaparece, como desdobramento da Corumbá IV, a animosidade entre plantadores e criadores, também ressignificando a oposição originária dos anos 1930. Retomaremos a questão no capítulo 5.

Ao sair de São Roque, o desafio de dimensionar impactos e resgatar passivos socioculturais e econômicos da hidrelétrica prestes a entrar em fase de operação tomava forma, ainda pouco clara, mas concreta. A diversidade de propriedades e patrimônios familiares atingidos, seus habitantes, suas histórias, haveria de ser tratada etnograficamente. O lago estava

lá, nada poderia ser feito quanto a isso. Os impactos não acabaram, continuavam vivos e operantes, modificando a vida das pessoas, exigindo-lhes respostas, incrementando ainda mais as tensões preexistentes entre mundo rural e urbano. Resgatar passivos socioculturais e econômicos implica apenas aceitar a nova situação? Não haveria meios de desafiar a lógica do “empreendimento” depois que ele é construído?

Por um momento, compreendi e admirei o esforço dos técnicos do IBAMA e Ministério Público Federal – MP em segmentar os atingidos em classificações de impactos, para, no instante seguinte, lembrar-me que talvez tais classificações pudessem ser problemáticas e elas próprias causarem impactos sérios. Lembrei-me também dos problemas causados pela criação da APP, dos cadeados nas porteiras, da perda de mais cem metros de área produtiva. Recordei a impossibilidade do Estado em ressarcir danos morais, dos impactos que jamais poderiam ser pesquisados, pois estavam submersos no lago ou escondidos em algum lugar nas sensações e emoções dos atingidos. Muitos não poderiam ser traduzidos em palavras. E, se pudessem, porque contariam para mim ou para os colegas da equipe? Que credibilidade teríamos? Por que seríamos merecedores de confiança? “*Somos apenas alguns ‘chegantes’*”, pensei.

Não me parecia verdade incontestável que todos os atingidos deveriam receber toda sorte de mitigação, afinal, sentiam os impactos diferentemente, respondiam a eles a partir de condições bem diversas. Além disso, seus interesses não eram os mesmos, alguns queriam novas condições para investir em turismo, viam na hidrelétrica uma possibilidade de enriquecer, assim como fizeram aqueles que, em busca do ouro, substituíam os habitantes originários dos sertões, os povos indígenas. Outros, enchiam os olhos ao olharem para a água parada da represa, lembrando de tudo que está lá embaixo, de tudo que não podem mais fazer porque o território não é mais “*o de sempre*”.

Como uma única identidade de atingido, isto é, um *corpus* ou *locus* jurídico, sanaria tamanha diferença de perspectivas? Seria possível resgatar passivos? Isso significaria colocar em questão a base ideológica que sustenta um grupo de investidores como os da CCSA: o desenvolvimentismo que, com sua escala planetária, seus tentáculos transversais e seu poder absoluto de verdade científica, mais parece uma fortaleza hegemônica, impossível de transpor. Se questionar projetos hidrelétricos é tão difícil quando eles ainda estão em planejamento, como seria possível retirar-lhes a máscara do autoritarismo, como obrigá-los a pagar a conta de seus custos, que não são exatamente mensuráveis? Para isso, era preciso compreender o impacto, seus mecanismos, as formas de agenciamento dos atingidos sobre eles. Mas bastava? O que poderia ser feito com o conhecimento que sabidamente não seria pleno, total? O que fazer com os retalhos dos impactos juntados pela etnografia? Questões que este trabalho pretende responder, mesmo que parcialmente.

Cego ao mundo da vida²⁸, minhas reflexões suspenderam os sentidos que deveriam estar aguçados na volta de São Roque para Luziânia. Somente os retomei quando percebi que nos aproximávamos novamente da cidade; passaríamos por Três Vendas, lugar a visitar. O povoado é ponto de transição do meio urbano para o rural, ambiente por onde os caminhões de areia passaram constantemente nas décadas de 1950 e 1960 e por onde passam, agora, caminhões da Concessionária e muitos automóveis, rumo ao lago. Não é uma área atingida diretamente, mas compõe os sistemas de relação entre as comunidades de Pirapitinga, Sarandi, Mato Grande e Mandiocal. Lugar de “puteiros”, mercearia e bares, ponto de fiscalização policial desativado pela prefeitura. Ao seu redor, chácaras pequenas, de, no máximo, dois “alqueires goianos”²⁹.

A nova configuração, resultante da Corumbá IV, animou os comerciantes do local. Vinculam o *boom* de vendas ao mesmo movimento que ocorrera quando da construção de Brasília. O mesmo não acontece com atingidos que se mudaram para o local, pois, além da indenização paga pela CCSA não permitir que ficassem no entorno do reservatório, fora-lhes retirado o ofício, isto é, o domínio de sua sobrevivência. São quatro as famílias que lá habitam nessas condições, Bueno e Souza e Silva, oriundas da zona rural de Luziânia, e Pereira Braga, de Santo Antônio do Descoberto.

Ficou tudo dentro d'água. Meu tear, que era meu servicinho que eu fazia tecendo pano para os outros, ficou tudo dentro d'água. Foi preciso de eu vender minha criação, minhas vaquinhas de leite que eu pensava que eu nunca ia ficar sem minhas vaquinhas, que eu mesmo tirava meu leite, eu laçava elas, passava remédio. Tirava leitinho. Minhas galinhas, acabou tudo. Foi preciso tirar tudo. Agora se a gente quiser um ovo aqui tem que comprar. Se quiser leite tem que comprar. Eu nunca pensava que eu ia sair dali (Moradora atingida de Três Vendas, família Pereira Braga em entrevista a Raphael Matos).

Aqui, por enquanto, nós não está fazendo nem para a despesa não. Só tá comprando de tudo. Porque tem um terreninho aí e no ano que nós veio para cá nós plantou uma moitinha de milho, um pouco de feijão. Deu um pouquinho, mas foi pouquinho. Foi só um pedacinho da terra. Agora esse ano passado nós plantamos mais, mas encheu o terreno de milho. Mas, na época em que o milho estava assim, faltou água e o sol. Aí o milho não prestou. Agora nós está tentando ver esse ano de novo para ver se ainda presta. Porque se não prestar nós vai plantar outras coisas. Meu filho plantou um pouco de eucalipto, mas plantar fruteira, madeira, essas coisas, para aproveitar o terreno. Agora eu vou tentar plantar de novo. A vida é apertada. E a gente, meu marido é muito doente. O dinheirinho que ele tira é só para comprar despesa, um salariozinho mesmo, despesa e remediozinho dele, só. E o dinheirinho que eu recebo eu estou aplicando aqui para acabar de organizar. Comprar meu remediozinho, arrumando os documentos, pagando IPTU, pelejando para acabar de ajeitar a casa. Ainda não terminou até hoje (Moradora atingida de Três Vendas, família Souza e Silva em entrevista a Raphael Matos).

A minha vida lá era... Eu tinha o meu gadozinho, eu plantava minha rocinha, criava porco, criava galinha. E agora, com a vinda da Corumbá para cá, eles pagaram muito pouco para nós. E nós era muito irmão, então sobrou pouca coisa. E não tem nem como a gente comprar um lugar que desse para criar a mesma coisa lá. Então, foi preciso eu vender o meu gadozinho todo, vender as criação tudo, porque aqui não dá para criar nada. O que sobrou para mim deu para mim comprar só isso aqui. Então, agora, para mim sobreviver eu tenho que trabalhar. Trabalho de pedreiro (Morador atingido de Três Vendas, família Pereira Braga em entrevista a Raphael Matos).

As atuais condições retiraram os meios de sobrevivência. O valor do labor, transformado na miséria e exploração do trabalho, soa como afrontas combativas às palavras dos empresários e seus “técnicos” leais, quando afirmam que a terra foi valorizada, que as margens do lago estão mais bonitas, que trarão desenvolvimento. Para quem? Quando? Às margens desse desenvolvimento, os atingidos de Três Vendas não poderão, jamais, beber do próprio leite, comer do próprio feijão. São agora escravos de um modo de vida que renunciaram, geração após geração. Saí indignado. Não coletei entrevistas, nenhuma anotação, o olhar de um dos atingidos da família Pereira Braga era meu único dado. Indignava-me o aborto natural da pretensão de sentir o que ele sentia; o método etnográfico... estava impotente, por não compreender, apenas sentir seu fito firme, quem sabe esperançoso, sem dúvida odioso, quanto a essa figura, um consultor-pesquisador de sua desgraça irreparável. A noite caíra antes de chegarmos ao centro de Luziânia, onde um quarto de hotel me esperava. O dia seguinte viria, eu precisava de descanso.

Agradável foi a surpresa de acordar sob um céu com chuviscos, uma garoa fina que não chegava a ser cortante nem fria. O calor ganhava umidade cheirosa, que me recepcionou no *hall* do hotel, onde, alguns minutos depois, chegaria meu informante. Era ainda cedo quando nos dirigimos para a BR-060 pela ligação viária entre Luziânia e o “balão” do Gama. Como qualquer pista, aquela “contava” histórias. De um lado, o Distrito Federal, do outro, o cerrado goiano sujo de lixo. No lado do DF, aglomerações que comprovavam, mais uma vez, o fracasso da cidade planejada como promessa do desenvolvimento. Novo Gama era, naquela fronteira, o exato oposto do mito de JK. O cálculo mal feito da demografia do DF, quando ainda era planta, saía, naquele momento, de planilhas e tabelas. A pobreza, miséria e exclusão ganhavam cores e sabores não muito agradáveis. As localidades por que passávamos, com toda pretensão de um desenvolvimentista convicto, eram nominadas de cidades, escondendo sua clara característica de favela. Posto no plano, o desenho da ocupação poderia enganar os acostumados com os painéis verticais de pobreza e exclusão das favelas litorâneas.

Quilômetros adiante, chegaríamos à BR-060, em obras. Buracos e sobrelevos verificados na BR-040 eram ali corrigidos, tapados, nivelados em um só patamar. Por que aquela via federal recebia investimentos? Por que ocupava posição prioritária diante da BR-040? Por que estava sendo duplicada? Por que os jornais da época anunciavam que a ela se somaria um trem bala de última geração? Aquela rodovia conta histórias, a história de formação do eixo Brasília–Anápolis–Goiânia, história da criação social da necessidade de Corumbá IV.

A história do Eixo é uma história de regionalização. Regionalizar, como estratégia política, envolve fixar recortes espaciais que explicitam modos de apropriação, representação e

ordenamento de dinâmicas socioculturais e econômicas (Vainer & Araújo, 1992: 21). Muitos já se debruçaram nessa história, apenas alguns contribuíram para desmistificar a suposta unidade ideológica que balizou a construção das duas cidades. Refiro-me aqui a Gustavo Lins Ribeiro (2006) e Genilda Darc Bernardes (1998) que, com seus trabalhos sobre Brasília e Goiânia, aliviaram meu fardo de reconstruir criticamente a história de edificação física e ideológica do Eixo. É verdade que não estavam imersos na concepção do Eixo em si, mas das cidades como objetos relativamente separados. Não poderia ser diferente, dado o foco de suas pesquisas: os operários da construção civil de Brasília e sua exclusão das “asas” do poder e o planejamento urbanístico de Goiânia e a exclusão provocada por seu traçado “asterisco”. Não seria necessário nem proveitoso revisitar seus dados brutos, que me parecem exaustivos. O produto de seus trabalhos compilam o que é importante para este texto. Para que recriar a roda se estávamos sobre quatro, percorrendo a famosa radial que liga essas cidades, que liga seus preceitos desenvolvimentistas?

A BR-060 convidava-me a pensar no vão territorial entre os dois maiores projetos de desenvolvimento urbanístico do país, das duas mais significativas evidências de diferentes momentos do planejamento regional brasileiro. Nesse suposto vácuo, habita grande parte dos atingidos pela Corumbá IV. Essas pessoas foram capazes, por meio da memória, de dar “liga” ao ingrediente principal de um doce amargo: a exclusão dos benefícios do desenvolvimento do Centro-Oeste. Por mais de meio século, os habitantes do Baixo Descoberto, Abadiânia e Alexânia provam esse doce, com cara de azedume. Se em algum momento de sua história acreditaram que o problema foi da “doceira”, que “errou a mão”, a Corumbá IV viria determinar, de uma vez por todas, que *“as promessas dos políticos parecem mais um xarope do que um doce”*³⁰.

Sem qualquer responsabilidade ou compromisso, especulei quando passávamos pela primeira ponte sobre o reservatório construído na BR-060: *“Será que há entre os atingidos uma certa estrutura de resposta a impactos?”*. Tempos depois daquela primeira viagem a campo, percebi que não se tratava de uma hipótese sem qualquer fundamento. Anápolis e a Estrada de Ferro, na transição da primeira para a segunda década do século passado; Goiânia, da segunda para a terceira década; Brasília, dos dez anos seguintes em diante, e a própria construção da rodovia davam à idéia concretude. Mais que uma possibilidade analítica objetiva, a dinâmica de construção do eixo Brasília–Anápolis–Goiânia impunha-se como aspecto fundamental para se compreender os impactos de Corumbá IV a partir do agenciamento dos atingidos. A tendência transformou-se em certeza depois de construir e compartilhar os dados etnográficos levantados pela pesquisa realizada nos meses que se sucederam.

Depois de passar por mais uma ponte sobre o lago, a aproximadamente trinta quilômetros antes da cidade de Alexânia, dobramos à esquerda, em um retorno improvisado. Antes que o motorista pudesse esterçar o torque do Celta branco, postava-se à direita uma das entradas para as comunidades rurais atingidas no município de Santo Antônio do Descoberto. De um lado, o Bar do Baiano, abandonado, ruína de uma época em que era ponto de encontro, negociações e trânsito dos moradores que acessavam a pista de ligação entre Luziânia – GO-425 – e a BR-060, rumo a Brasília; do outro, a tóxica e malcheirosa aglomeração de macrófitas que tapavam o lago, armadilha em verde-claro, convite ao afogamento de reses que intentavam mastigar um chumaço do falso pasto.

Não seria necessário seguir mais que um ou dois quilômetros para chegarmos a uma construção índigo com uma grande cruz de madeira no portal de entrada. Poderia ser uma Igreja, uma escola, ou um salão. Ao longo do tempo servira para todos esses fins.

Santo André, nomeada pelo córrego, é a única comunidade majoritariamente católica no Baixo Descoberto

Antes, a gente rezava em casa, fazia os terços. Depois, o meu marido começou essa igrejinha aí. Ele começou com a lona e juntava gente, que o povo não tinha igreja, né? Acho que já tem uns cinquenta e poucos anos que ele começou isso. Ele começou com lona e depois fez uma igrejinha e depois é que fez essa outra. Vinha gente e fazia festa lá. Era festa assim do mês de agosto, de Nossa Senhora da Aparecida. Tinha festa em outubro, juntava muita gente. Rezava, tinha procissão. Vinha padre de Luziânia aí. O povo levantava bandeira (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Santo André, em entrevista a Taís Garone, 26/08/2006).

A partir da Igreja, construíram a escola primária e a sede da Associação.

Antes que parássemos, um pouco à frente, na casa do presidente da Associação da Comunidade Rural de Santo André e outras localidades, cruzamos com três carros com placas de Brasília. Um dos automóveis exibia pontas de varas de pescar na janela do passageiro.

Aqui ficou muito diferente. Não tinha esse tanto de gente na casa da gente. Hoje passa muito desconhecido, antigamente a gente sabia quem era, onde morava, aonde ia. O maior problema nosso é esse. Você não viu lá no Seu M.? Colocou um cadeado lá, trançou e só entra quem ele quer. Nós que estamos aqui, vamos deixar gente desconhecida entrar aqui? Estamos correndo risco de tudo, mete um cadeado na entrada, quero ver. Pode até roubar gado, né? Trem mais difícil de mexer no mundo é gente (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santo André, em entrevista a Taís Garone, 25/08/2006).

Ao descer para abrir o colchete, o malcheiro das macrófitas era mais que perceptível; um incômodo. A recepção à base de café repetia a hospitalidade vivenciada em Luziânia e, igualmente, não escondia o descontentamento com os efeitos de Corumbá IV. Desde então, eu soube das profundas relações entre os habitantes de Santo André, Pontezinha e Santa Rosa com a comunidade de Pinguela, que foram impedidas ou dificultadas pela inundação. Relações de parentesco, associativas, de amizade e compadrio, bem como troca de serviços e produtos do trabalho apontavam, desde o primeiro contato, para a assertiva de que as comunidades formavam

um todo, dinâmico, é verdade, mas coerente. A hipótese foi confirmada depois, nas pesquisas de campo.

Antes da Corumbá, a gente atravessava de pé esse córrego aí. Quando encheu o Lago, a gente começou a atravessar de canoa. Nós temos uma canoa, passava de canoa pra lá e pra cá. Eu achava até bom atravessar de canoa. Agora virou esse “barrão”, o gado não passa pro outro lado mais, tá atolando. Ficou difícil até pra minha irmã vir aqui em casa porque tem de rodear lá por cima. Pra passar para o outro lado são 10 km. Eles deviam ter feito um aterro, alguma coisa pro gado passar. Eles disseram que não tinham condição de fazer isso não. Mas pra gente rica eles fizeram aí pra baixo. Lá no Y., ele mora ali depois da Pontezinha. Eu não vi, mas ouvi falar que fizeram dois ou três aterros lá. O cara é rico, né. Mas nós que somos pobres? Porque minha água fica lá do outro lado, do córrego. Eles eram acostumado a passar nadando, né? E aí veio essa história (...)

E aqui ficou com muito mosquito. Nós sofremos demais. No começo a gente nem conseguia dormir, eles atacavam dentro de casa, parecia uma nuvem. Agora não, agora eles atacam até umas sete e pouquinho e depois eles quietam. E tem essa lama aí, é perigoso até pras crianças da gente, nem o gado passa mais aí. E essas plantinhas, essas aguapés, isso aí é uma praga. Nem o gado come. E também não pega fogo não, nós juntamos um tanto deles tocamos fogo e nada (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santo André, em entrevista a Taís Garone, 25/08/2006).

Na primeira parada em Santo André, o desconforto e ansiedade que embalaram a noite mal dormida do dia anterior ressurgiam com vigor.

O reservatório não havia chegado na cota máxima de enchimento, o que levou meu informante a perguntar se nós deveríamos tentar chegar em Pinguela pela ponte que poderia ou não estar inundada. Consenti. A ponte, envolta em uma fina camada de água, não impediria o carro de avançar. No caminho, passamos de supetão por Pontezinha. “*Depois a gente volta e pára um pouco aqui também*”, disse o técnico agrícola.

Pinguela foi assim batizada em função de uma grande tora de madeira que existia na região. Esse nome concorre com “Quarta-Feira”, emprestado de um dos muitos córregos que banham e abastecem a comunidade. Curioso foi descobrir posteriormente de onde vinha a denominação concorrente, resultado das tramas e modificações linguísticas.

Quarta-feira é o primeiro, é o córrego mestre. Todos estes correquinhos deságuam nele (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

É, mas diz que esse nome Quarta-Feira é porque lá tinha umas famílias com o sobrenome de Costa Freire. Costa Freire, Costa Freire aí passou Quarta-Feira (Morador atingido da Fazenda Lagoinha, em entrevista a Taís Garone 24/08/2006).

Estacionamos numa curva sinuosa que nos colocava como alvo aos carros que porventura se desgovernassem, a escola fora arduamente construída pela comunidade, sob o comando e esforços do professor. Até o momento ele luta para mantê-la. Nosso diálogo deixou explícita a imensa dificuldade que os moradores em geral e ele, em específico, tiveram que passar para alfabetizar suas crianças, na tentativa de “evoluir”. Sem ajuda do Estado, excluídos historicamente do direito à educação, a jornada soava quase como fantástica. Mais que a história de uma comunidade, a trajetória do professor versa sobre as relações entre Pinguela e Santo

André; entre ela e a nova configuração da educação, desde a criação da Casa de Meu Pai em Pontezinha, centro educacional erguido com recursos internacionais a partir de uma iniciativa religiosa do “espiritismo”³¹.

Eu mais o sogro e o vizinho aí. A criançada aqui não sabia ler, aí pensei e falei com meu sogro, vamos ensinar esses meninos a ler? Aí, desmanchei uma parede da sala e fizemos uma sala só, uma sala e um quarto, ficou um salão. No primeiro dia de aula foi 4 de abril de 1971 (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

Sabendo da notícia da construção da escola o prefeito manda um bilhete ao professor.

Vieram de lá com um bilhete do Prefeito para eu ir lá. Eu fui e ele perguntou se eu estava dando aula para as crianças: – “Foi você que inventou?”. Eu disse que era plano meu. Perguntou se eu pretendia continuar e disse que enquanto eu podia ensinar eu ia ensinando. Então, ele disse que ia fazer um teste comigo, se eu passasse eles me contratariam para dar aula para as crianças. – “E se você não passar vamos arrumar um jeito de mandar uma pessoa para ajudar vocês”. Me mandaram para a Secretaria de Educação e me deram um testezinho lá e três horas para eu fazer. Em duas horas e meia eu respondi o que sabia e o que não sabia, não sabia. Entreguei os papéis e o prefeito que foi corrigir minha prova: “Tem alguma coisa que está um pouco errado, mas vamos consertar isso, mas você pode continuar”. Mandou fazer um contrato até o dia 30 de novembro e com este contrato fizeram outro e estou até hoje (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

Os esforços do professor estavam ameaçados por sua possível incapacidade de ensinar, aos olhos do Estado. Era preciso fazer um teste, passar pelos critérios extralocais de aptidão, cegos aos esforços e às mobilidades sociais. O Estado não implementava uma ação por interesse próprio, pelo contrário, sua ausência motivara a construção da escola, o professor, que iniciou o movimento, corria risco de não poder continuar sua empreitada. O teste respondido tinha “*alguma coisa que está um pouco errado*”, mas o professor poderia continuar. Traindo os próprios preceitos estatais ou municipais do padrão de ensino, o prefeito autoriza a continuidade. Inverte-se a agência sobre a empreitada. De implementador do ensino em Pinguela o professor passa a mero paliativo, alguém que recebera o consentimento do prefeito. Mas sua luta reverteria o quadro. Os ensinamentos apreendidos em Santo André, onde começou a estudar, somaram-se ao bom aproveitamento da oportunidade de concluir o magistério. Assim, o professor retomaria a agência na consolidação do ensino, orgulhando sua comunidade. Mas os bons tempos não durariam muito: a concorrência com a Casa de Meu Pai e o aumento de “turistas” a partir de Corumbá IV ameaçariam novamente a escola.

Um ano depois me chamaram para fazer o concurso. (...) Em Santo André. Logo, foram seis meses de escola. Podiam fazer um teste comigo que esta turma da quarta série faz hoje, em quatro cinco anos, porque eu sabia tudo. Era o dia todo e todo dia. O professor era rigoroso. Se o aluno brincasse ou qualquer coisa, ia para o castigo. Chegava em casa, o castigo era dobrado. A gente se esforçava para aprender. Meus dois irmãos mais velhos, coitados, não aprenderam nada, nessa época, e eu conseguia segurar o que o professor falava. Depois dessa escola de seis meses, voltei a estudar de novo em outra fazenda, uns oito meses, mais ou menos. Depois desses oito meses, vim a estudar mais um pouquinho em Santo André. Um professor de Luziânia que dava aula e eu estudava à noite com ele, naquele Programa de Admissão. Mas não tinha comprovante nenhum. A gente só estudava. Depois que passei a dar aula foi

que fui estudar. Todas as férias, durante uns cinco ou seis anos, era em Luziânia, estudando. Aí, fui fazer os concursos, para pegar os comprovantes dos cursos que a gente fazia. Eu concluí o segundo grau lá em Luziânia. Inclusive, quando terminei o segundo grau, terminei o Magistério, também. A prefeitura dava o hotel, para a gente ficar lá o mês todinho. Estudava de dia até às onze da noite. Às vezes, a gente ficava até três meses lá, no final do ano. A gente entrava em férias no dia 30 de novembro, ficava lá dezembro, janeiro e fevereiro. Começavam as aulas no dia primeiro de março, aqui. Foi uma luta tremenda. Vários anos, porque a gente vinha em casa na marra. Porque não queriam dar permissão para a gente vir em casa, porque estudava até nos domingos (...)

Isso [Casa de Meu Pai] está prejudicando porque os alunos estão poucos por causa justamente dessa escola lá. Se fosse só para a turma da 5ª série em diante, tudo bem. Mas tendo essa escola aqui, e no caso essa escola lá, os alunos da 1ª a 4ª deveria estar estudando com a gente aqui e estão indo para lá e o ônibus vai lotadíssimo(...) E tem a escolinha que trabalho com ela, por exemplo, tinha vinte alunos à frente, depois dessa escola agora estou com oito alunos, sendo que meia dúzia deveria estar estudando aqui comigo e estão indo para lá (...)

O que é muito necessário, já pedi e não veio, é cercar a escola porque aberto os alunos vão para a estrada e de vez em quando tem um carro, também se escondem para namorar lá atrás, bagunçam tudo, já até quebraram pia lá. Há uma grande necessidade de fechar em volta da escola (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

Como contar os impactos da Corumbá IV sem relatar toda a história de efeitos do desenvolvimento?

O mesmo professor que me recebeu em sua sala, causando-me certo desconforto por não somente interromper a aula, mas por encerrá-la para conversarmos, falou por muito tempo das relações entre sua comunidade e as demais. Ele demonstrou grande conhecimento das relações religiosas entre as pessoas e Igrejas da região. O parentesco obviamente era o elo mais significativo entre Pinguela, Santa Rosa, Santo André, Pontezinha, Santa Marta, Lagoinha e Pontezinha, mas a diversidade religiosa aparecia naquele momento como resultado de interações que não poderiam passar despercebidas para planejar a pesquisa objetivando compreender a organização da vida dos atingidos e os impactos sobre ela pela Corumbá IV. Marco dessa diversidade, a comunidade conta com quatro grupos religiosos: os presbiterianos, a Congregação Cristã, os católicos e um grupo que acredita em extraterrestres.

A matriz religiosa mais antiga é a presbiteriana. Os fiéis dessa igreja esperaram algum tempo para orar em sua própria comunidade. Anteriormente, utilizavam a igreja de Pontezinha, facilmente acessada antes da Corumbá IV. Na década de 1960, muitos presbiterianos se converteram à Congregação Cristã a partir da ação do missionário paulista Antônio Costa. Como ficou evidenciado após a pesquisa etnográfica da equipe, três razões motivaram a conversão: primeiro que a Congregação Cristã retirava do pedestal os pastores, pois “o único pastor é Jesus”. A palavra de Deus expressa na Bíblia não poderia depender de intermediários, os próprios leitores deveriam ter a consciência de sua missão individual. Daí decorre o segundo aspecto: a Congregação Cristã “segue melhor a Bíblia”. O terceiro ponto é que o batismo só pode ocorrer pela consciência daquele que quer se batizar, afinal, o próprio Jesus se batizou já adulto. Os adeptos da desdenhosamente chamada “Igreja do Véu” ou “Igreja dos Mangas Fofas” guardam certa

animosidade com os presbiterianos, o que não significa de forma alguma o rompimento dos laços sociais, o que francamente foi promovido com a inundação da ponte que ligava Pinguela às outras comunidades.

Na Bíblia não manda batizar criança. Meu pai era presbítero, que o pastor falava a água parava para mim, eu pensava “as pessoas confiam muito no pastor”. O pastor falou, a água parou. Depois que Deus me deu o entendimento, eu tenho é pena dos pastores porque eles vão prestar conta dessas almas que estão segurando. Em Mateus diz que eles estão na porta, não entram e não deixam ninguém entrar. Se você falar que vai para Congregação, eles fazem força, te cercam e não deixam. Esses são os cegos, eu falo porque está na Bíblia. Não é brincadeira, não, eu tenho dó. Não é só o pastor, é o padre, é tudo, é a mesma coisa, eles vão sofrer (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 28/08/2006).

É o seguinte, nós da Congregação, quando Deus converte nosso coração, já temos a certeza de que não precisamos ir para lugar nenhum, não existe nenhuma porque essa Congregação é a vida dos apóstolos de Cristo, desde os apóstolos. Então seguimos esse, não tem outra, não existe (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

Na Pinguela não tem mais presbiterianos (...) Aqui não, só tem o Or., filho do Or. O Or. é contra a Congregação de um tanto, vive grudado no pastor, tenho dó dele, viu? Na igreja deles eu não vou, vou fazer o que lá? (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 28/08/2006)

Por outro lado...

Não, com nós dois não tem esse negócio de briga de Igreja. A dele é a dele, a minha é a minha, não temos discussão por isso. Eu não falo que a igreja dele é pior do que a minha e nem “mais ruim”, não tem nada, é igual (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Santo André, em entrevista a Taís Garone, 14/08/2006).

Toda vida eu frequentei a igreja evangélica, essa presbiteriana que tem aqui na Pontezinha. Meu pai, toda vida, foi dessa igreja. Depois que ele passou para a mesma coisa que era uma evangélica. Mudou de nome para Congregação Cristã. Hoje em dia, eu vou a qualquer uma, não tem esse negócio, não (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

Eles vêm na nossa igreja, se convidar vêm. Os católicos são melhores que os presbiterianos. Os presbiterianos: é o que estou falando, o pastor falou a água parou. Se eles falarem de vir aqui o pastor segura (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

A Assembléia, eles querem fazer a pessoa converter a eles e não é assim. Você tem de ir lá, tem de ver, tem de pedir a Deus se você está certo, como é que está. Deus te revela (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

Os católicos mantêm relações com todos os evangélicos, não se abstendo de participar de suas reuniões religiosas. Os membros da Assembléia de Deus são consideradas pessoas “de fora”. Com o fim da ponte, os membros dessa Igreja ficaram impossibilitados de se relacionar com seus pares em Santa Rosa e Café Baía – nas margens da BR-060 e adjacências. Por último, há um grupo religioso prioritariamente de Brasília, o TFCA (Técnica Física para Conquista da Auto-Consciência), que acredita nos ensinamentos do extraterrestre “Carram”. Esse grupo é

composto das pessoas identificadas como as primeiras de Brasília a se instalarem na região definitivamente.

Não fossem poucas as relações entre comunidades expressas nas aproximações e conflitos dos segmentos religiosos de Pinguela, um dado é definitivo para irmos além do fator religioso quando afirmamos que há uma noção de pertencimento comunitário: o fator político do associativismo. Os produtores rurais de Pinguela são associados à Associação de Santo André. Com a impossibilidade de freqüentar as reuniões, todo o processo político ficou paralisado.

Saí da escola com muitas questões que contribuíram para o planejamento da pesquisa. Quando eu estava na porta, o professor me chamou. “*Pois é, esqueci de falar do pessoal de Lagoinha*”. Lagoinha, subjacente a Pinguela, é uma região de grandes fazendas. “*O pessoal sempre trabalhava lá, agora estão sem emprego*”. Anotei.

Não foi possível na primeira visita de campo ir a Lagoinha, mas, ao me dirigir às demais comunidades, sempre me lembrava de perguntar. Somente em Santa Rosa ficou mais claro o papel de Lagoinha nas relações com os demais povoados. Além de ser o lugar do trabalho temporário, os fazendeiros, prioritariamente católicos, não possuíam igreja antes de Corumbá IV. Freqüentavam a Igreja de São Cristóvão em Santa Rosa. Eram também associados da Associação de Santo André. A inundação impossibilitou que essas relações continuassem, causando desemprego aos meeiros, caseiros e diaristas, bem como impedindo o triunfo da principal festa católica na região: a festa de São Cristóvão, assim como a Folia de Reis.

Retornamos pela mesma ponte quase inundada. Era época do caju, abundante “nativa” que coloria de pintas vermelhas os matos, ora testemunhas de cerrado não mexido, ora fertilizantes naturais das terras em repouso. Pousio e rodízio eram práticas comuns desde os antepassados, ainda pude presenciar esses sistemas de roças que em muito se aproximam da coivara amazônica. O meio da manhã e a estiagem me animaram a parar para provar os cajuzinhos, ácidos e azedos; bastante agradáveis. “*Pra ‘curtir’ pinga é muito bom*”, lembrei-me do Luciano, a quem visitei no dia anterior. Voltamos para a pista principal que atualmente liga as comunidades Santo André, Pontezinha, Santa Rosa e Santa Marta. Os atoleiros e buracos, alvos da indignação dos atingidos, que os atribuíam à Corumbá IV, exigiram de meu informante certa habilidade, desempenhada com desenvoltura³². Essa era a porta de entrada de Pontezinha, assim nomeada por possuir a primeira e única ponte do Baixo Descoberto até as últimas décadas do século passado.

O aglomerado de instituições, área conhecida como “Os Braga”, contava com um posto de saúde, uma venda, a sede da Associação e a centenária Igreja Presbiteriana. A quadra de futebol, atualmente situada lateralmente à Associação, ainda não havia sido construída. Depois foi possível verificar que ainda havia duas outras vendas na comunidade.

“Os Braga”, que se diferenciava da “Chapada” por ser uma região mais baixa e plana, comporta a maioria das propriedades atingidas e abriga o centro mais bem equipado de todo o Baixo Descoberto, senão de toda área atingida pela Corumbá IV. Na parte externa da Associação, há algumas barracas de bambu cobertas de palha de buriti. Trata-se do espaço onde semanalmente os habitantes se reúnem em uma feira. A Associação, assim como as de Santo André e Santa Rosa, reúne-se pelo menos uma vez por mês, quando discutem seus problemas. Um dos “equipamentos” sociais mais importantes é o cemitério, ausente na vizinha e também majoritariamente presbiteriana Santa Rosa. A Comunidade de Santa Rosa utiliza o cemitério de Pontezinha desde que deixaram de sepultar seus parentes nas próprias redondezas, prática “enterrada” definitivamente depois de verem seus parentes submersos.

Conversando com o então presidente da Associação dos Produtores Rurais de Pontezinha – CORPO, ouvi reclamações recorrentes sobre Corumbá IV: perda de terras agricultáveis, autoritarismo nas negociações com a CCSA, cancelamento da cessão de uso da APP, aumento de turistas, entre outras. O impedimento de “*passar para o outro lado*”, sem dúvida, era a questão coletiva mais significativa. Os Pereira Braga de Pontezinha mantinham relações de parentesco com os de Pinguela, bem como de trabalho com os fazendeiros de Lagoinha.

É também em Pontezinha que se localiza a Casa de Meu Pai, orfanato e única escola que oferece o ensino fundamental e médio na região. Foi fundada a partir do cumprimento de promessa espiritual de sua fundadora e atualmente tem problemas com o alto número de estudantes do ensino fundamental. Atribuem a demanda à má distribuição dos estudantes pelas demais escolas. Entretanto, foi a fundação da instituição que reorientou a demanda, pois os pais acreditam que ela oferece melhores condições de ensino. De fato, ao chegar à Casa de Meu Pai, o visitante se depara com uma infra-estrutura de boa qualidade: uma edificação para o orfanato e outras menores compõem a escola. Há uma horta bem cuidada e um campo de futebol. Muitas crianças jogavam “queimada” quando rumei à diretoria, passando por um pasto com algumas cabeças de gado, pés de pequi e caju nativo. Lá soube dos conflitos entre a escola e a proprietária da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Mato Chato.

A moradora atingida é vista como “de fora” pelos moradores, apesar de lá residir há mais de dez anos. A bióloga construiu a RPPN e frequentemente denuncia as crianças, afirmando que elas atentam contra os bichos de seu cerrado cercado. Ela é uma das presenças mais assíduas e militantes nas reuniões da Associação. Na época em que a obra estava em planejamento e construção, ela foi representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e viu seus esforços fracassarem, pois os atingidos não aderiram aos estímulos do Movimento. Sua posição social seguramente contribuiu para tanto. As práticas sugeridas pelo MAB foram consideradas

exacerbadas e “briguentas” demais para pessoas que consideram que os conflitos devem ser resolvidos “na conversa”, aos goles de café adocicado. Ao açúcar é atribuído o poder calmante.

Outro ponto interessante relatado ainda naquela visita e aprofundado posteriormente é uma certa divisão entre as atividades da Associação e as da Igreja, o que não é absoluto. As Igrejas parecem ter mais força no sentido de manter coesão entre as comunidades. Mas associação parece também fazer parte da circulação de valores e dádivas.

Além de Pontezinha vamos muito em Santa Rosa. Eu até que não sou muito “saideira” não, vivo mais aqui, mas de vez em quando ando em Santa Rosa, vai lá do outro lado, com o movimento de igreja, congressos, essas coisas assim, vamos do outro lado do Corumbá onde tem as igrejas pra lá e é a mesma igreja da gente. Então, sempre temos os encontros de igreja com igreja, é o momento em que nos reunimos, fazemos uma viagem, fretamos um ônibus e damos uma volta por Luziânia e vamos até Mato Grande, Pirapitinga, Mandioccal. Esses lugares são onde a gente mais anda, ao menos uma vez ao ano a gente faz um rodízio desse. Uma viagem, assim, é muito bom. Então, a gente sente muito bem essa união de uma igreja com a outra, a gente que trabalha mais em termos de igreja. Também tem a associação que a maioria das pessoas são da igreja. Então, temos esse convívio tão gostoso, tão agradável que pouca diferença faz entre a associação e a igreja. É extraordinário, é bom demais (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone, 15/08/2006).

Rodamos alguns quilômetros. As condições da estrada eram pouco melhores que na entrada de Pontezinha. No “trevo” entre Pontezinha e Santa Rosa, há um bar simbolizado como limite das duas comunidades. É também o comércio mais antigo da região. Adiante, um caminho mais estreito e irregular nos levava a uma bifurcação: por um lado chegaríamos a outro bar de Santa Rosa, por outro, às propriedades atingidas. Seguimos pelo primeiro, esperando encontrar o “vendedor” para nos informar onde encontrar o presidente da Associação. Estava fechado, mas encontramos com ele no seguimento para as propriedades atingidas. Montado em um baio marrom, informou-nos com toda presteza.

Duas casas novas e duas antigas ocupam a sede da fazenda do presidente. Na “sede”, uma copa separada do resto da construção soltava fumaça pela chaminé. Lá estavam pai e mãe do procurado. Sua ausência não representou déficit à visita. Já passava da hora do almoço, o senhor fazia a sesta enquanto sua esposa cuidava das “quiçaças”. As palavras daquele senhor sorridente mais uma vez repetia os principais problemas causados pela Corumbá IV.

Santa Rosa foi a primeira comunidade a criar uma associação. A necessidade do associativismo é vista como decorrência da construção de Brasília, não apenas porque a situação dos produtores exigia ações coletivas em benefício da produção rural, dada a nova configuração socioespacial, mas também porque novos moradores vindos da capital³³ o estimularam.

Eu me empreguei numa fazenda. Fiquei lá nesta fazenda que tinha um patrão muito bom. Todo ano fazia mutirão. O povo gostava muito dele, juntava quarenta, cinquenta homem, roçava os pasto dele todinho, ele vinha e ficava satisfeito. Até que um dia ele falou pra mim: “Por que esse mutirão que vocês fazem aqui, nós não podemos fazer com o Governo do Estado, com a Prefeitura...” Aí eu falei: “Mas como, Sr. E., nós vamos fazer mutirão com esses homão grande?”. “Olha, vocês podem montar uma associação, você topa?” E eu falei: “Eu topo! Então vamos fazer isso, vamos organizar uma associação, que aí nós

vamos fazer esse mutirão também com o Governo de Estado, com a Prefeitura”. Aí fizemos um rondamento da região todinha, organizei a associação. No primeiro projeto ele ajudou, ele foi comigo lá no Governo do Estado para requerermos o trator. Nós recebemos o trator, aí fomos pra outra terra, né? E começou a melhorar. A Prefeitura doava transporte de calcário, nós comprava calcário. A Prefeitura, muitos político doava caminhão de adubo, nós dividíamos com os outros (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone, 19/08/2006).

Interessante é notar a apropriação do mutirão para dar significado à associação. O mutirão é uma prática tradicional no meio rural goiano, em que um proprietário chama seus aliançados para o ajudarem com os serviços. Juntam alguns homens e mulheres. Os homens na roça, as mulheres na sede. O “requerente” oferece alimentação e ao final uma confraternização, em retribuição aos serviços dos companheiros. Algumas vezes a contra-dádiva é em produtos ou dinheiro, mas nesse caso o pagamento é simbólico, pois a obrigatoriedade ritual do almoço e do “pagode”³⁴ não é substituível. Essas trocas de prestações e contraprestações baliza toda construção de significados de criação da associação. Ela seria um corpo moral que buscaria alianças com instituições externas. Não se trata de uma entidade apenas burocrática e de lutas, mas capaz de ofertar, dadivosamente, serviços e produtos à sociedade, contribuindo para a “evolução” do todo.

Apesar de ser a primeira comunidade a constituir associação, Santa Rosa ainda sofre muitos problemas no atendimento à saúde. Depois de Corumbá IV, com o aumento das distâncias, além de verem sua associação reduzida, a festa de São Cristóvão e a Folia de Reis arruinadas e o processo democrático das eleições dificultado, os problemas no atendimento a saúde foram intensificados.

Quando a gente não tem a medicação do paciente, mesmo que ele tenha o dinheirinho pra comprar, ele praticamente fica inviabilizado de ter aquele medicamento naquele dia, no dia seguinte ou no outro, porque ele vai passar três e até quatro dias pra ter um ônibus pra levar ele. Não tem carro, não tem como chegar na cidade pra comprar o remédio. Até mesmo dentro da comunidade, nessas fazendas aí, há alguma dificuldade de deslocamento. Quando tem algum problema mais sério e o indivíduo precisa ir realmente pra cidade, temos que ir atrás daquele que tem um carrinho pra pedir uma ajuda. Parece que o ônibus só roda por aqui uma vez por semana. E tem o ônibus escolar que, vira e mexe, é o salvador da comunidade. Quando o negócio fica sério, eles acabam usando o ônibus da escola.

Não tem facilidade nenhuma não! Ao contrário, o quadro está longe de ser um grande centro e só dificulta. Para o médico, só dificulta. Se você está aqui e se lembrar que está precisando de algo e não trouxe, você não tem opção. Ou fica pra semana seguinte, se for uma coisa muito simples, ou você tem que encaminhar. Aqui é uma comunidade que, por mais que esteja colada no Distrito Federal, parece que está a mil quilômetros de distância. As dificuldades imediatas fazem alguma diferença, mas é mais ou menos assim (Médico do Posto 15 na Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone, 19/08/2006).

O uso dos conhecimentos sobre plantas medicinais muitas vezes substituem a procura por métodos alopáticos.

Isso faz parte da cultura e tem certa base científica. Você, por exemplo, pega uma criança gripada, com coriza, vira pra mãe e fala assim: o pediatra não está. Chegou uma criança cheia de catarro – se você passa um expectorante pra comprar, ele não vai comprar, mas ele tem eucalipto, tem mel de abelha, tem

hortelã... Então ele faz um chá. Com isso, você está hidratando a criança, está dando um suporte calórico pra ela: o mel, o açúcar, o melado. Então você está melhorando a condição do organismo responder a essa virose. Não é que o medicamento vá matar o vírus, mas o organismo, tendo um suporte calórico ou um suporte nutricional melhor, ele pode, sozinho, resolver o problema. É uma coisa constante. Mas metielmim, por exemplo, a gente não usa. A gente passa tudo químico mesmo (Médico do Posto 15 na Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone, 19/08/2006).

Antigamente tinha as nossas mães que faziam os partos. O meu parto foi minha mãe quem fez. Ela fez lá na casa dela – do meu segundo filho. Eu passei mal e minha mãe fez meu parto lá. Aqui, a pessoa vem para consultar, mas no caso de alguém passar mal, eu sei fazer o parto. Nós também temos os remédios do mato que são muito bons, todo mundo utiliza. Não é todo médico que recomenda, geralmente os homeopatas. Mas eu utilizo sempre. Mas eu não posso indicar para os pacientes porque eu sou auxiliar de enfermagem, só o médico mesmo, mas aqui todo mundo utiliza. (Auxiliar de Enfermagem do Posto 15 na Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone, 19/08/2006).

Para terminar aquele dia faltava apenas conhecer a Comunidade Santa Marta, detentora de grandes propriedades e onde ficam as terras da Empresa Juiz de Fora. Não foi possível encontrar nenhum dos quatro atingidos diretamente. Em Santa Rosa, eu recebi a notícia de que a Santa Marta estava isolada em função do reservatório e os membros da comunidade não freqüentavam mais as reuniões.

Ficou tudo cercado. Apesar que aqui é Juiz de Fora também, que é do outro lado do córrego. Mas essa estrada tem há muitos anos. Foi a primeira estrada que teve em Santa Marta. Essa estrada que foi inundada foi a primeira de Santa Marta. Todo mundo passava por ali. Por conta dessa água aí atrapalhou a estrada (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Santa Marta, em entrevista a Taís Garone, 17/08/2006).

Assim como Mato Grande, Sarandi, Pirapitinga, Mandiocal e Três Vendas, as Comunidades de Santo André, Pinguela, Lagoinha, Pontezinha, Santa Rosa e Santa Marta podem ser consideradas como unidade etnográfica. Compartilham relações de parentesco, travam conflitos intramuros, enfim, compõem um conjunto de interações diferenciáveis das demais localidades atingidas. Ao rememorarem o passado, dão pistas efetivas de sua coesão, estórias sobre as modificações que vivenciaram em conjunto e como lidaram com ela.

A chuva agora era fortíssima. O pára-brisa parecia não servir para a tempestade. Lama para todos os cantos: de Santa Marta para a BR-060, Balão do Gama, Luziânia, Hotel Corumbá. O carro branco se vestia de marrom avermelhado. Só a Rádio Tupi chiava músicas sertanejas. “Saudade da Minha Terra”, lembro-me bem³⁵. Nenhuma palavra se arriscava a aumentar o cansaço que eu e meu informante nutríamos para, em seguida, bem descansar e tolerarmos-nos mais uma vez, no dia seguinte. A volta, uma espécie de revisão espacial para fixar a lição.

A manhã estava nublada. Novamente saímos cedo para que eu conhecesse as localidades que, assim como em Silvânia, não poderiam ser chamadas de comunidades com a mesma certeza dos casos de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia. De novo seguimos pela BR-060, dessa

vez, sem “retornar” no Bar do Baiano, o que seria feito mais à frente, no Posto Medalhão. Ao lado do posto, amplo pátio de cimento rachado, em face dos pesados caminhões à diesel, há uma pequena entrada que me passaria despercebida, não fosse a indicação de meu informante-guia. Seguimos por ela. Ao longo do trecho, o asfalto ia “raleando” até que desaparecesse completamente, dando lugar ao chão batido. Não demorou para chegarmos à Caxambu, Igrejinha e São Bernardo, pequenos aglomerados contíguos naquele rasgo de chão duro, infértil e avermelhado, cheio de elevações³⁶.

A reta nos levaria até o lago e as localidades nomeadas não distavam sequer cem metros das margens da pista. Havia ali bares, mesas de sinuca, “puteiros” e muitos, muitos carros permanentemente a transitar. Paramos para conversar com algumas pessoas dos bares. A amistosidade que até então me fora deliberada nos dois dias anteriores assumiu ali um tom *blasé*. Não se tratava exatamente de uma certa aversão, mas de descaso. A dona de um dos bares, forçada a interromper um cochilo em função da minha visita, evitou falar de Corumbá IV, informando-me apenas que muitos achavam que a hidrelétrica foi muito ruim. Ela, por seu turno, achava até bom porque aumentou o número de freqüentadores do bar. Reclamou, no entanto, da completa ausência de transporte público, dizendo que o transporte escolar era usado por adultos que algumas vezes atentavam contra as crianças. Disse ainda que havia uma única liderança no lugar, um vereador de Alexânia.

Seguimos até a última localidade, São Bernardo, onde conversei com uma atingida diretamente. Toda sua família saiu da região, ficando apenas ela, seu marido e filhos. Com lágrimas nos olhos, ela me disse que sua mãe não agüenta mais voltar à propriedade, pois ali não era mais o *seu* lugar.

Logo que voltamos e adentramos a região de Monjolo, a impressão de que a região era mesmo um fragmento urbano, ou uma transição do rural ao urbano, “foi por água abaixo”. Havia ali muitas propriedades grandes, entremeadas de pequenas. A dúvida sempre presente ao antropólogo que inicia uma pesquisa tomava-me o tempo nas conversas que tive. “*Por que aqui se chama Monjolo?*”. Naquela visita não me responderam, mas disseram que a área era composta por fazendas com nomes sugestivos. Os três mais importantes eram Bico de Pedra, Pilão e Monjolo. Tempos depois, após me reunir com a equipe do Diagnóstico, estabelecemos que saber a origem do nome poderia ser fundamental para desvendarmos algumas questões sobre os impactos. Não tardou para que uma versão aparecesse.

O Bico de Pedra é uma pedra ‘faceada’ da terra. Ela tem um bico que a água passa dentro e sobe de um lado e de outro como se fosse um cimentado. Ela [Bico de Pedra] é nivelada, ‘plainagem’. Ela foi coberta com esse pedaço de chão.

Tinha o Pilão do outro lado do rio. O outro lado do rio chama pilão do Corumbá 4. Do lado de cá [Município de Alexânia] significou o Monjolo. De lá é Pilão e de cá é Monjolo. Fazenda Pilão. Fazenda Monjolo. O Monjolo é o que cai dentro do Pilão.

Bico de Pedra foi feito por bico de pedra porque a água cai no calabouço do Monjolo, como fala...na Fazenda Monjolo, lá em Monjolo. O Bico de Pedra cai a água no calabouço, o Monjolo levantava e caía no Pilão no outro lado, que era o 'socador'. O Bico de Pedra caía no Monjolo e o Monjolo socava... Se embicava o bico de pedra caindo água no monjolo e ele socando no pilão. É como se o Corumbá fosse um eixo (Morador de Salta Pau em entrevista a Danilo Farias).

Depois de almoçar no Posto Medalhão, seguimos para Abadiânia e Corumbá de Goiás. O dia terminou depois de algumas visitas a grandes e pequenos proprietários e da constatação de que havia um assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA na área. Em outra ocasião do planejamento do Diagnóstico, Rodrigo Medeiros me disse que Barreiro da Boa Vista, uma das maiores áreas nominadas do município, fora fundada por uma pessoa que teria sido abandonada às margens do Corumbá em uma canoa quando ainda bebê... Se a diversidade das coletividades encontradas era muito grande, os relatos sobre impactos variavam menos. Alguns, como o excesso de turistas, as baixas indenizações, a perda de vínculos familiares e de amizade, o aumento de distâncias, entre outros, eram uníssonos.

Entre tantas coisas que me parecem importantes destacar, uma é mais significativa: o fato de os núcleos municipais de Alexânia e Abadiânia terem se mudado para as margens da BR-060, o que indica a força regionalizadora que representou a constituição do eixo Brasília–Anápolis–Goiânia.

Esse breve relato da minha visita de reconhecimento de campo foi o ponto de partida para o planejamento das pesquisas que se desenvolveram em seguida, quando da realização do Diagnóstico, experiência que me permitiu construir meus dados e utilizar-me de outros, incrementados no mesmo contexto, no qual minha participação se diluía na coletividade da equipe.

CAPÍTULO 2

Corumbá IV e o Eixo Brasília–Anápolis–Goiânia: em busca de um arranjo teórico para dimensionar impactos socioculturais e econômicos

Choice control
Behind propaganda
Poor information
To manage your anger

War for territory
War for territory

Dictators speech
Blasting off your life
Rule to kill the urge
Dumb assholes speech

(“Territory”, Sepultura)

No capítulo anterior, demonstrei a configuração do entorno da Usina Hidrelétrica – UHE Corumbá IV a partir de um “vão rasante”, demonstrando que as populações que hoje são consideradas “atingidas” há muito tempo vem sofrendo exclusões dos processos de “desenvolvimento”. Nesta seção, pretendo construir o objeto que nos levará, nos demais capítulos, a analisar o licenciamento ambiental da UHE Corumbá IV. Para tanto, continuarei a me utilizar dos dados etnográficos produzidos no contexto de elaboração do Diagnóstico, promovendo aqui uma releitura que estampa não só a minha experiência individual na equipe, mas também veicula meus interesses específicos de pesquisa.

Assim, primeiramente, situarei como vejo, ou como entendo, a UHE Corumbá IV no contexto de exclusão das populações menos favorecidas do Centro-Oeste brasileiro para chegarmos ao problema central: o que está envolvido quando pretendemos dimensionar impactos e assegurar direitos às populações atingidas por barragens. O objetivo é demonstrar que os “atingidos” vêm sendo prejudicados pelas estratégias de regionalização no país, estampadas, nesse caso, pela construção do Eixo de Desenvolvimento Brasília–Anápolis–Goiânia. No segundo momento, a partir da constatação da UHE Corumbá IV como resultado dos processos desenvolvimentistas anteriores e como agenciadora dos mesmos, parto para a elaboração teórica que justifica os capítulos 3, 4 e 5. Feito isso, poderemos caminhar para que a caixa-preta do licenciamento seja revelada.

2.1. A construção do Eixo Brasília–Anápolis–Goiânia, entre tempos e exclusões: a construção de um objeto antropológico?

Esta seção visa “reconstruir” ou constituir, sob a ótica de grupos atingidos pela UHE Corumbá IV, a história do Eixo Brasília–Anápolis–Goiânia, entendendo que este é um passo fundamental para o dimensionamento de impactos. Afinal, dimensionar impactos envolve, de alguma maneira, considerarmos o “antes” e o “depois” da barragem. Desde a primeira visita de campo, notei que as populações atingidas eram bastante heterogêneas, o que me parecia resultar dos processos de regionalização do país, remontando momentos históricos em que provavelmente alguns grupos camponeses tiveram que responder às imposições “de fora”. Assim, quando me vi com a obrigação de planejar a pesquisa, coloquei como primeira hipótese a idéia de que poderíamos encontrar certas práticas de resposta ao desenvolvimentismo mais ou menos estandardizadas, já que coletividades camponesas teriam respondido historicamente a muitos grandes projetos, como a construção de Goiânia e Brasília, ou mesmo a Estrada de Ferro ou as BRs 060 e 040. Obviamente, a história oficial não nos poderia subsidiar, sozinha, o desenvolvimento de uma tal pretensão. Por isso, a estratégia adotada foi relacionar dados históricos oficiais, bibliografias propriamente antropológicas sobre “desenvolvimento” e, claro, dados etnográficos construídos com os atingidos.

Antes de iniciar minha formulação sobre a construção do Eixo, é preciso “calibrar” o olhar do leitor, aproximando-o dos meus objetivos. Este capítulo como um todo pretende construir o objeto de estudo da pesquisa, o que implica a concepção de um arranjo teórico. Como ficará nítido, afastei a idéia de escrever um “capítulo puramente teórico”, optando por relacionar em todos os capítulos a teoria e os dados etnográficos. Dessa forma, considero que a descrição do Eixo que levarei a cabo logo a seguir, representa, desde já, uma exemplificação do arranjo teórico. Não poderemos compreender adequadamente os conceitos que elegi para subsidiar a pesquisa sem que, desde de sua apresentação inicial, eles estejam se referindo a um objeto etnográfico e histórico. Por isso, começaremos pelo final da “história” ou do capítulo, isto é, pela mínima e superficial apresentação de seis aspectos que, amarrados, nos conduzirão ao arranjo teórico que este trabalho delimita.

O primeiro deles já foi, de certa forma, anunciado e consiste em considerar o licenciamento ambiental como uma *rede* (Latour, 2000). Sua característica central é a capacidade de poucos atores controlarem a produção de fatos ou verdades. Fazem isso por meio da atribuição de certa irracionalidade daqueles que não controlam a *rede*, o que é possibilitado pela produção de escalas ou de uma visão escalar do entorno do reservatório. Ao produzirem escalas, os produtores de fatos constroem metrologias em que o “viajante” pode ver ou se sentir dentro de um mapa, legitimando-o como “a verdade” sobre determinado espaço. Com isso, o mapa passa a ser mais verdadeiro do

que aquilo que ele mapeia e os cartógrafos conseguem controlar os fatos construídos, ou melhor, aquilo que poderiam fazer de seus mapas. Utilizo os mapas apenas como exemplo, pois, como veremos, são as próprias relações de poder que se legitimam quando os construtores de fatos habitam o mundo com mentes irracionais, produzindo a *necessidade* das *metrologias* que criam. Assim, amarram tantos elementos quanto forem precisos, desconectando-os de suas formatações antecedentes e reconectando-os a seu modo, cortando os vínculos entre eles, mantendo-os em parâmetros controláveis. Essa é, em resumo, a artimanha do licenciamento ambiental, disposto em rede, conceito que, aliás, é mais adequado para dimensionar a produção de assimetrias do que o de *campo*.

O segundo aspecto decorre do primeiro. Tomaremos a UHE Corumbá IV como um *enclave* (Little, 2001) em si e, ao mesmo tempo, como decorrência de um outro *enclave*: o Eixo Brasília–Anápolis–Goiânia. O conceito de *enclave* encerra a capacidade de controle a distância, característica das *redes*. Um *enclave* é um lugar que aglomera noções distintas de tempos e espaços dispostos em relações assimétricas de poder. A perspectiva dominante é a daqueles que controlam o grande projeto desenvolvimentista com olhos gerenciais. Tudo e todos ficam submetidos aos prazos, tempos e espaços da obra. Aos gerenciadores do enclave cabe, portanto, gerenciar os conflitos que dele emanam em função da imposição autoritária de suas concepções de mundo.

Em terceiro lugar, cabe considerarmos que um *enclave* evidencia um choque de *cosmografias* (Idem). *Cosmografia* é um conceito absolutamente relevante para os interesses deste trabalho, porque contempla dois aspectos centrais dos processos de exclusão e imposição das lógicas dos gestores do enclave sobre os “gerenciados”. Se, por um lado, os gestores do *enclave* excluem e oprimem deliberadamente, ou conscientemente, aqueles que quer dominar; por outro, muitas exclusões ocorrem por incomensurabilidades dos universos de significados em contato. Na medida que *cosmografia* significa não somente as interações conscientes entre atores sociais e seu território, mas também as formas mais sistemáticas e “naturais” dessa interação, poderemos, por meio dele, identificar os dois momentos da exclusão dos atingidos, exercício a que se prestam os capítulos 4 e 5, respectivamente. Ao identificarmos as diferentes formas de exclusão – deliberada e por incomensurabilidade –, poderemos dimensionar os desafios implicados em resgatar passivos socioculturais e econômicos.

Mas o que, afinal de contas, está sendo excluído? Notemos que a UHE Corumbá IV está localizada há nada mais que 70 ou 80 km de Brasília. Ora, se um enclave é o controle a distância, será que a barragem em causa representa *mesmo* um enclave? Defendo que sim, pois permanece a distância das *moralidades* (Cardoso de Oliveira, 1996) em questão. Se foco nas *moralidades*, então devo buscar a exclusão não exatamente no anteparo físico da obra, mas nas arenas

argumentativas onde se decidem o que são impactos e quais são os direitos dos atingidos. Nessas arenas, as expectativas dos atores em disputa são manipuladas mutuamente, resultando em concepções de “ações probas” ou “adequadas” quanto à melhor maneira de mitigar impactos. Nota-se que os atingidos são excluídos dessas arenas. Ao convocar o conceito de *moralidades* recoloco o problema hermenêutico expresso pela dicotomia comensurabilidade/incomensurabilidade, visando legitimar que os problemas de incomensurabilidade transcendem ao aspecto epistemológico, já que o que está em jogo são direitos. Daí se desdobra o quinto aspecto: o que é um “atingido por barragens” (Vainer, 2007)? Ao me fazer tal pergunta, motivado pela grande diversidade de organizações sociais e culturais que compõem o entorno da UHE Corumbá IV, senti necessidade de refletir sobre as limitações e potencialidades políticas do conceito a partir do recorte de sua generalidade x sua particularidade.

Por fim, caberia me perguntar se o interesse desse trabalho é em estudar *um caso* ou chegar, mesmo que limitadamente, a certas generalizações não só sobre o que é um atingido, mas sobre como o licenciamento brasileiro promove a exclusão. Subsidiado pela concepção de *fractais* (Abbott, 2000), alimentei a ambição em realizar a segunda opção, permitindo que, entretanto, fiquem bem claras as particularidades do caso estudado; aliás, esta é a qualidade do conceito de *fractal*: permitir que generalizemos, assegurando a riqueza do “objeto” estudado e suas limitações como apenas *um caso*.

Agora, sim, vamos ao Eixo Brasília–Anápolis–Goiânia.

De maneira geral, é possível afirmar que a memória dos atingidos que guardam valores camponeses, ou seja, aqueles que habitam a região “*desde sempre*”, divide sua história em quatro momentos. Por meio desses “tempos”, podemos compreender as relações entre a história de Goiás, o desenvolvimentismo estatal e a Corumbá IV. É em busca dessas histórias que o antropólogo deve ir quando está posto como desafio compreender o que são e como operam impactos socioculturais e econômicos; elas demonstram que os impactos atuais se relacionam não apenas com a história da obra, mas com a história de vida, de ocupação, enfim, de territorialização. Escutá-las implica parar e realmente *ouvir*, interessar-se, gastar tempo e esforço para acessar a significação¹ que o relato carrega. Inundadas as evidências materiais, restava a memória como único “arquivo” disponível, passado, geração após geração, pela tradição oral, que assegurava “*a autoridade de quem, por saber ouvir, estava apto a contar*” (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, vol. III: 512).

“De primeiro, aqui era tudo um pasto só”, disse-me uma atingida de Pontezinha. Tratava-se de uma época em que a idéia de propriedade, assim como a presença do Estado, não fazia muito sentido. Rios e córregos eram cercas naturais de espaços de uso comum. Nem por isso, o gado e as roças eram anônimos. Pelo contrário, os animais tinham nomes, as árvores frutíferas eram utilizadas para marcar o crescimento das crianças².

Para relatarmos como era a vida antes da Corumbá IV, a memória, nem sempre datada, remontava os períodos anteriores à ocupação incisiva do Centro-Oeste, quando levas de migrantes do sudeste e sul chegaram. Tempo em que “os pastos carecem de fecho”³, o cerrado arredio imputava grandes esforços àqueles que aventuravam-se em dominá-lo, colocando-os sob o jugo da sobrevivência humana nas terras que muito distavam daquelas que se beneficiaram das riquezas subtraídas das jazidas no período minerador e oligárquico, sob o domínio dos Caiado. Vila Boa de Goiás, antiga capital, sequer era lembrada como referência espacial, jamais compôs os subsistemas econômicos e espaciais. Na época, o ideal “comunitário” estava diluído na luta pela sobrevivência da família e da propriedade, passando ao largo das posteriores práticas institucionalizadas.

A gente morava num “barraquinho” feito de sapé e madeira. A gente ia para o mato com o machado, pegava as árvores e as fincava aí no chão. Quem tinha telha, botava telha. Telha feita de barro, daqui mesmo, fazia um forno e a queimava. Quem não tinha, arrancava o capim, fazia com as palhas do babaçu. Pegava o barro e o capim, pegava a lenha no mato para “cumear” os tijolos. Os que chegavam aqui ficavam admirados. A luz, quem tinha querosene, conseguia iluminar. Quem não tinha querosene, tirava o azeite da mamona, moía, socava, minha avó fazia muito, para fazer o candeeiro. A vida era essa. Ir para o mato, derrubar, queimar. Quando a chuva vinha, plantava, limpava o mato, colhia. Plantava arroz, feijão, cana. Porque, se não plantasse a cana, não tomava café, não comia rapadura (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 26/08/2006).

Aqui era um lugar, a roça, tudo era comum. Não tinha negócio de pasto, nem nada. Aqui era assim, a gente tinha um monte de criação, de gado, animal, mas ficava tudo solto, juntava com a criação dos outros. Tudo unido (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone, 19/08/2006).

Antes as fazendas não eram cercadas. O gado vivia solto, se você queria procurar o seu gado já tinha os lugares mais ou menos certos que já achava, tirava o seu e ficava os dos outros lá, tudo era misturado. Ninguém roubava um do outro, ninguém precisava disso (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

Os rios seguravam o gado, se quisesse o gado de um lado para outro, tinha de ser na época da seca e passava o gado no “val” (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

O Estado não era um ator muito presente nas cosmografias dos habitantes do Baixo Descoberto. As aglomerações que ensaiavam produzir o urbano sim, principalmente quando se pretendia escoar algum produto, adquirí-lo ou utilizá-lo. Luziânia era o único centro “urbano” que poderia servir aos interesses dos habitantes, lugar que Santo Antônio do Descoberto jamais ocuparia, mesmo com sua emancipação⁴. Tendo como única referência cidadina Luziânia, os habitantes do Baixo Descoberto mantinham relações com os habitantes daquela localidade, o que

situa no tempo as interações até hoje experimentadas e vividas entre eles e os moradores do meio rural da antiga Santa Luzia.

Aqui era só Luziânia. Meu pai saía daqui, ia para Araguari em carro de boi e passava dois, três meses viajando para buscar e vender as coisas que produzia aqui, trazer alguma coisa. A gente estudava em Luziânia, aqui não tinha estrada, não tinha carro nessa época (Morador atingido da Fazenda Lagoinha, em entrevista a Taís Garone, 24/08/2006).

Naquele tempo os casamentos eram à cavalo. Aí vinha aquele monte de gente a cavalo e passava a semana quase toda em Luziânia. Era assim: segunda arruma, terça sai, quarta chega, quinta casa, sexta sai e sábado chega (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Marta, em entrevista a Taís Garone, 18/08/2006).

Os pousos eram assim. A gente chegava nas casas dos fazendeiros e eles abriam espaço de jeito para o pessoal que passava lá. Às vezes, a gente pagava uns centavinhos para ele. A gente vendia fumo. Fabricava fumo aqui e levava. Os fazendeiros até ficavam esperando o fumo, porque eles tinham os fumos escolhidos para eles fumarem. Aí, trocava. Pagava o pouso com o fumo. Outros não cobravam nada. Ali, a gente dormia (...). Dali, o dia ia clareando, a gente tornava a arrear os cavalos e seguia. Chegava lá em Luziânia. Tinha dia que dava para resolver tudo em Luziânia, num dia. Mas tinha os espaços também. Os donos dos armazéns e das lojas tinham uns espacinhos lá para alugar para o pessoal da roça que chegava ali. Cobrava um pouquinho para os pastos dos cavalos. Dinheiro era difícil. Às vezes, a gente levava um café para eles comprarem para torrar lá e depois moer. Outros compravam o fumo. Trocava uma coisa por outra. Às vezes, você pega um troquinho. Você ia vender para o dono do armazém ou da loja. A gente fazia o preço da mercadoria da gente, ele fazia o preço dele e a gente fazia a troca. Às vezes, sobrava um troquinho. Eles davam um troquinho, para a gente pôr no bolso. Às vezes, nem troquinho. A gente ficava era devendo ainda (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

Tratamento só lá em Luziânia, tinha os farmacêuticos. A gente tratava mais aquelas “doencinhas” pequenas com aqueles entendidos daqui da roça. Quando um estivesse ruim, que não desse jeito com as raízes, corria lá, comprava os remédios, trazia. O que era muito grave, eles davam um jeito de levar para lá. Era um trabalho danado, mas geralmente o caboclo que não agüentava com os remédios morria aqui mesmo, sem ir lá. Não sabia nem o que era. Às vezes, estava com uma coisa e a gente trazia um remédio muito diferente. Não fazia exame, não fazia nada (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

Quando as cercas ainda não existiam, o cerrado e seus recursos ambigüamente eram o único meio de realizar as necessidades de toda ordem, e também os obstáculos para tanto. A valorização do esforço pela sobrevivência justifica-se nessa ambigüidade latente. Tempo de fartura, tempo de dificuldades.

A produção daqui, o pessoal plantava arroz, feijão, milho, mandioca, incluía de um ano para o outro. Então, a gente não tinha esse negócio de mercado nem nada, não tinha venda que tem hoje de beira de estrada, não tinha nada disso. Então, a colheita que a gente fazia num ano tinha que dar para passar o ano, para que no outro ano colher outra vez, se não desse, passava descuidado, porque não tinha esse negócio de sair para comprar não. Então, se alguém me perguntasse sobre a região, eu dizia que bem porque deu para a gente viver até aqui. Não tem muitos recursos, até que viveu bem. Não é lá uma terra de muita fartura, mas deu para viver (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone, 25/08/2006).

Eu e meu marido capinávamos. Eu o ajudava a plantar milho, feijão, arroz, muitas coisas. De roça mesmo é só isso, plantando e comendo, plantando e comendo. De primeiro, a pessoa tinha que fiar algodão para poder vestir marido e filhos. (...)Teci demais, costurei demais. De primeiro, se não fizessemos roupas para os homens eles ficavam nus (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

No dia que a carne arrocava, a gente ia para o mato pegar um tatu para comer, ia para a beira do rio pegar o peixe. No Descoberto não tinha muito peixe, mas tinha mais do que hoje. A água era limpinha. Você punha uma rede lá num canto e pegava um peixe de água limpa, mesmo. Mas a gente pescava no Descoberto. Tinha também uns bagres nesses “correguinhos”, mas o peixe maior era no rio (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

A transição da época do “gado solto” para os cercamentos das fazendas e expulsão da população por grandes proprietários, segundo momento da história descrita pelos atingidos, foi assinalada pela passagem dos “revoltosos”. A desconfiança com relação a pessoas “de fora” e o desconhecimento de suas intenções culminavam em aversão a “estrangeiros”. Os revoltosos seriam os primeiros “de fora” a causarem danos morais e físicos aos habitantes da região. Seu aparecimento ocorre em consonância com as mudanças políticas ocorridas em Goiás e no país, quando se ensaiava a revolução de 30.

Isso foi na época de 1925 esse acontecimento. Eu estava com dois anos quando foi essa revolta, é a lembrança que eu tenho deles é que pegaram meu avô, dois tios meu e esse que era para ser cunhado, mas ainda não era, matou um, atirou no meu avô, mas não matou e os outros eles carregaram até no Barreiro, do lado do Areias, lá fugiram deles e voltaram pra trás, mas morrendo de medo deles irem atrás e achá-los. Mas, eles conseguiram fugir e voltar. Sei que foi essa dificuldade, foi nessa época em que eu tinha dois anos. Eles faziam muita capinanga nas casas, matava criação, futricava a casa de todo mundo. Não foi toda casa que eles entraram, não, mas onde entrou era de ferreiro, fazendo maldade dentro de casa. Meu pai, minha avó, minha tia chegaram lá em casa chorando e eu não sabia por quê, mas é que já tinha acontecido o fato na casa dela, que pegaram o meu avô e meu tio, marido dessa minha tia. Elas chegaram chorando e contaram para meu pai e ele, para evitar eles virem e nos achar, ele fez esse baú e colocou na porta e escondeu no mato, os documentos todos, os livros estavam guardados nesse baú para evitar, e nós fomos nos esconder no mato. Nesse tempo tinha muito mato, Córrego Fundo, Rabicho, foi quando eles caminharam dentro d’água, eu recordo direitinho deles caminhando dentro d’água, diz que é para não deixarem rastro para os outros passarem. Caminharam não sei até que distância foi.

Pois é, justamente. Mataram o irmão do Zé Andrade e mataram o irmão da minha sogra Jovina. Foi dois que morreram nessa Revolta (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Marta, em entrevista a Taís Garone, 17/08/2006).

Eles andaram por aí, matavam porco, vaca, sumiam com as galinhas e escondiam nos matos (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

Eles faziam muita coisa errada porque saía aquela turma, um monte de gente chegava a cavalo, aquela tropa. Os animais que estavam cansados eles largavam, matavam, pegavam dos outros que estavam na frente. O que passava na estrada, os porcos, as vacas, eles chegavam, matavam o que eles queriam comer. As pessoas que apareciam, umas eles matavam outras eles largavam também. Matando gente e criação de uma vez. Onde eles passavam, eles faziam a baderna. Deixavam o rastro. Tudo bagunçado, a criação morta, botavam fogo até nas casinhas de capim. Mas a gente não sabe nem dizer qual era a finalidade dessa revolta, de acabar com tudo. Ralhavam com o pessoal. Muita gente fala que essa origem, essa revolta vinha do Rio Grande do Sul. Que era do tempo do Getúlio Vargas. Que Getúlio Vargas era do tempo dos revoltosos. É das origens, porque Getúlio Vargas não era governo. Ele era governo era quando eu nasci. Era mais antigo. Tem gente que fala que ele era da origem dos revoltosos, porque ele era gaúcho (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

Os grifos acima prescrevem a compreensão dos atingidos sobre os processos políticos que levavam os revoltosos ao Baixo Descoberto. Acredito que “os revoltosos” figuram as

bases ideológicas das mudanças ocorridas em Goiás e no Brasil, encadeando o planejamento e construção de Goiânia.

Com a decadência da mineração em Goiás, as únicas alternativas aos descendentes daqueles que se aventuraram por esses “lados” eram a agricultura e pecuária; e foi assim até o início do século XX quando, junto a Mato Grosso, o estado compunha o segundo “vazio nacional”; o primeiro, a Amazônia (Estevam, 1977). Vazio imaginário, construção ideológica que simplesmente ignora populações, sistemas de conhecimento e tecnologias preexistentes. O artifício da invisibilidade permeia o que significa o “vazio”, que coloca como palavra de ordem a *necessidade* de povoar e desenvolver o espaço, consumando conquista, domínio e gerenciamento do território nacional. Sem quaisquer ligações viárias com os grandes centros consumidores dos produtos do sertão goiano, o mercado interno remia a economia da total estagnação (Chaul, 1995). Ao descontentamento das tendências demográficas ocorridas no mesmo período em Minas, São Paulo e Sul do país, a população do Centro-Oeste cresceu. Em consequência do escasseamento de terras naquelas partes do país, os agricultores e pecuaristas menos favorecidos migraram para Goiás.

Desde 1873, o Governo Imperial visava integrar a economia goiana às malhas de transporte ferroviário do Triângulo Mineiro e São Paulo. Tratava-se de um projeto externo ao estado – então província de Goyaz – a ser realizado pela iniciativa privada⁵, com apoio da classe política (Borges, 1990), visando satisfazer os interesses imperiais⁶. A lógica do capital dava seus primeiros passos em sobreposição e subjugo das lógicas do povo da província.

A criação da Estrada de Ferro Goiás operou como chamariz de investimentos na larga produção agropecuária. Os trilhos estimulariam a substituição intensiva do cerrado por desertos verdes habitados apenas pelos vacum e plantações extensivas. As aglomerações às margens da Estrada se dinamizavam e novas cidades eram criadas ou trasladadas impositivamente, seja por novos planejamentos urbanos, seja pela força de atração do capital. A criação das cidades goianas está profundamente vinculada à malha viária que passa a se configurar desde então. O sul e sudeste do estado surgem como irradiadores de uma nova configuração política, econômica e, portanto, espacial. Estava desenhado o primeiro esboço da fronteira do desenvolvimento em Goiás⁷.

O ponto final da Estrada de Ferro era Anápolis, onde também se construiu uma ligação entre ela e Roncador, no Paraná. Havia ainda ligações com o norte do estado e com a então capital. Anápolis se constituiria no berço do “Trevo Brasil” que posicionava o município como o principal centro comercial do Centro-Oeste, território “abre-alas” para a constituição do Eixo Brasília–Anápolis–Goiânia.

As idéias de mudar a capital do estado de Goiás remontam ao século XVIII (Monteiro, 1938), mas só são levadas a cabo no período pré-revolução de 30. Nesse momento, disputavam o poder os mudancistas, liderados por Pedro Ludovico Teixeira, e os oligarcas, da família Caiado. Os primeiros, alinhados com Vargas, pretendiam dar continuidade à dinamização do estado e integrá-lo ao circuito capitalista que germinava o industrialismo paulista. Os ideais de centralismo político vinculavam as iniciativas locais às nacionais, encontrando sua expressão máxima na proposta de criação de Goiânia.

No movimento de 1930, Goiás contou com duas colunas que tentavam derrubar a oligarquia: a Coluna Ludovico, chefiada pelo próprio Pedro Ludovico e a Coluna Artur Bernardes, chefiada por Quintino Vargas (Bernardes, 1998: 137). Os tentames da Coluna Ludovico foram destruídos quando seu líder foi preso no município de Rio Verde. No entanto, a Coluna Artur Bernardes, vinda do sudeste do estado, toma a capital sem muita resistência.

Desses fatos e da conhecida trajetória da Coluna Prestes por Goiás extraio duas hipóteses para identificar os revoltosos⁸: ou seriam os membros da Coluna Artur Bernardes ou da Prestes. Apesar de opostas politicamente, o ideal de modificar o atraso do país era compartilhado pelas duas colunas. Matar, roubar, estuprar, violentar moralmente eram práticas não apenas justificadas pela crueldade e malevolência, tratava-se de amarfancar um modo de vida que atentava contra os princípios nacionalistas que coloriam de preto e branco a cena nacional e seu nascente desenvolvimentismo: o pré-industrialismo.

A vitória da revolução de 30 e a assunção de Vargas ao poder fortaleceram o processo de construção de uma nova capital para o estado. Ela deveria ser a antítese da antiga capital, os casarões da Cidade de Goiás não poderiam, a contento, satisfazer os ideais modernistas e de integração nacional. A arquitetura Art-Decó pretensamente aproximaria, sem pontes, o Centro-Oeste da Europa. Goiânia é fruto dos discursos que amalgamavam o local e o nacional, o novo urbano impunha-se como um bloco de concreto caído do céu. A modernização urbana chegaria a Goiás antes que se investisse no rural, não decorrendo dele, jungindo-o, concorrendo com suas dinâmicas próprias, delimitando-o em um grande cerco de paz⁹. Paz imaginada às custas da homogeneização que as estruturas ideológicas regionalizadoras imputam às viscerais diferenças sociais, excluindo, como sempre, os significados, valores e formas de viver anteriores. Aos que “acidentalmente” ocupam os lugares a serem dominados e regionalizados a partir da ótica do centro, cabe apenas adaptar-se a uma realidade que insiste em se auto-referir como natural. A cidade não é deles, nem para eles. É, sim, parte de um projeto nacional com nuances locais. Para a classe política emergente, sua “necessidade” é óbvia demais para ser questionada, espectro construído como “a vontade de todos”.

É uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes, retornando à trilha dos pioneiros (...) precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando definitivamente os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o oeste (Vargas apud Bernardes, 1998: 126)

O ambiente de sadia renovação, gerado no país pela vitória da Revolução de 30, não ficou, felizmente, adstrito aos Estados mais adiantados. A transformação operou-se também em Goiás. E o governo revolucionário que se instalou neste Estado veio proporcionar à idéia de mudança da capital goiana a oportunidade de caminhar, afinal, para a ambicionada realização. A nossa atitude decorre tanto do desejo de darmos a êste grande Estado o ritmo de evolução que lhe é próprio, quanto dos compromissos morais que tacitamente assumimos nos tempos em que militávamos na oposição. Ontem, revolucionários na oposição; hoje, revolucionários no governo, não poderíamos permanecer surdos à vontade incontestável da maioria do povo goiano, de cujos anseios nos cumpre ser defensor (Ludovico, apud Bernardes, 1998: 138).

Projeto de vanguarda da Marcha para o Oeste e do Estado Novo, a nova capital simboliza o primeiro passo para a conquista da Amazônia (Teixeira, 1973: 115), veículo de um novo modelo de administração, de uma forma racional de programar o espaço. Ela deveria contar com administradores idealistas (Costa, 1985: 92-93), capazes de impossibilitar qualquer sobrevida da oligarquia. Onde os ideais que anunciavam o industrialismo teriam melhores condições de se reproduzir? Onde edificar Goiânia? Junto à Estrada de Ferro, perto de Anápolis. Vias relatam histórias em que fuga para o mato, capital internacional, ideologia desenvolvimentista, baús cheios de livros e documentos, revoluções, arquitetura e urbanismo se encontram para dar sentido à vida, ao “antes”, ao agora, aos projetos para o futuro.

À época em que se criavam soltas as reses, sucederam-se os cercamentos, infligidos por novos fazendeiros que surrupiavam a suposta “terra de ninguém”, expropriando os antigos moradores do Baixo Descoberto – e de toda região atingida – causando-lhes constrangimentos de toda ordem.

Foi dividindo assim, como se fala, por conta própria. Até que fechei um pedaço pequeno. A situação financeira atrapalha muito esse tipo de coisa. Às vezes, não tem condição de comprar bastante arame (Morador atingida da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone, 17/08/2006).

O gado era criado solto. Depois que foi juntando muita gente é que apareceu os pasto, aí não podia soltar mais o gado (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Santo André, em entrevista a Taís Garone, 26/06/2006).

É, vem vindo muita gente nessas estradas, vem gente que nós não conhecemos. Mas, convivemos muito com esse povo e passamos até por perigos, mas estamos aí. Aqui já veio um dia um senhor armado, queria fazer aqui uma divisão, mas era uma divisão para tomar os terrenos que a gente tinha. Só que ele chegou armado querendo fazer o marco da divisão e queria dar pra gente só um lote ao redor da casa. Meu marido falou que não podia aceitar isso e perguntou por que ele veio armado. Ele disse que não sabia que tipo de reação a gente teria com ele. Meu marido disse que de nós aqui ele não devia temer nada porque temos o temor de Deus e não íamos fazer nada com ninguém, mas aceitar também não podia aceitar. O nosso documento não era muita quantidade, mas a posse que já tínhamos aqui de quantos anos e ficar só com a casa e um lotinho. Meu irmão que mora no Rio de Janeiro e é advogado disse pra ele que isso não ia acontecer, nós vamos agir, aí ele conseguiu um advogado que o ajudou, vieram e derrubaram a divisão do homem. Mas, mesmo assim ele tomava um pedaço de chão da gente. Mas, ficou um pedaço pra nós, que estamos vivendo dentro dele. Mas, tudo isso já passou pra gente, não vamos brigar com ninguém por conta daquilo. Que Deus deu pra todos, aquilo que ficou pra nós meu irmão falou que,

agora, vocês cuidem “do seus” que ficou, fecha bem fechadinho, trabalha mais ao redor da cerca, que ninguém mais vai entrar. Nunca mais mesmo entrou. Então, estamos vivendo em paz, graças a Deus. Mas como eu ia dizendo, depois é que foi entrando essa divisão, que cada um fechou o seu pedaço e separou. Hoje cada um tem o seu pedacinho fechado e não pode mais soltar os animais porque se for para a estrada um carro pega uma criação e mata, e o dono é que é responsável. Um dia desse mesmo me contaram que tinha uma vaca com as pernas quebradas na estrada, o carro pegou, o dono do animal não vai atrás, porque sabe que tem de pagar o prejuízo porque deixou a vaca solta. E se estragar os carros e acontecer de matar uma pessoa por conta do desastre, é um problema (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone, 18/08/1006).

Eu tenho uma saudade! Hoje em dia não tem nada disso. Araram tudo e encheram de capim. Antes não tinha fecho nenhum, era tudo aberto (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone, 21/08/2006).

Os estranhos que chegavam à região causando medo vinham atraídos pela Marcha para o Oeste, em franco andamento a partir dos anos 1930. O movimento migratório iniciado pela Estrada de Ferro, a consolidação de Anápolis e a construção de Goiânia compunham o manequim perfeito para as ideologias que a política desenvolvimentista veiculava, sob medida. A relação Estado–região assistia a uma transição na forma de planejar e, portanto, se apropriar do território e seus recursos. Até a década de 30 a regionalização estatal resumia-se em homogeneizar diferenças de classe e criar novas formas de subordinação de fragmentos do território à penetração do capital do sudeste (Vainer & Araújo, 1992: 23). Goiânia anteciparia as estratégias seguintes, nas quais se estabelecem novas relações entre totalidade e particularidade: o “*território vai ser analiticamente decomposto, e funcionalmente recomposto e mobilizado*” (Idem: 25).

Os discursos dos planejadores e implementadores de Goiânia atribuíam à nova capital a missão de construir uma outra “civilização”, ou, se preferir, ampliar aquela, entendida etnocentricamente, como a única ou melhor civilização.

Plutarco disse, certa vez, que a cidade é a mestra dos homens. Goiânia [está] fadada a ser a mestra não apenas dos homens, mas também das cidades e dos costumes do Centro-Oeste... Será a incorporadora, à cultura brasileira, da extensa parte do território Pátrio sobre o qual Goiânia exerce influência civilizadora (Teixeira, 1973: 206 e 211).

Os cercamentos são desdobramentos dessa “nova civilização”, sua causa e efeito. Como tais, são decisivos na reconfiguração espacial e condicionam as cosmografias anteriores. O referencial de um mundo sem cercas deveria ser modificado, adaptado às novas condições. O contato com tecnologias diferentes de plantio não passava por um aprendizado sobre a natureza a partir de conhecimentos anteriores, tudo era empurrado “goela a baixo”; a “evolução” e o desenvolvimento, vistos como etapas “naturais” da escalada do homem. Na relação homem/ambiente não só os primeiros sofriam as conseqüências. O franco assassinato do cerrado indicava perceptíveis sinais da presença dos fazendeiros.

Mas aqui, o pedacinho que nós está tocando, arou, colocou esterco de gado... Antigamente era só um pezinho, e aquele xoxinho, não dava nem sabugo e nem caroço. Aí eu falei: – Essa terra aqui não presta não! Eles falou: – Não, ela presta, só tem que arar e adubar, pode plantar que dá. Eles colocam calcário para corrigir a acidez. Nós fizemos isso e melhorou cem por cento. Mas mandioca não presta. A mandioca é muito boa, mas não cozinha. Se pôr calcário e adubo, ela não cozinha. Faz, por exemplo, um pedaço de roça que não usa calcário e nem nada, a mandioca é uma beleza. Não sei que negócio é esse. Mas o fato é que antes aqui tinha muita cultura (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Marta, em entrevista a Taís Garone, 17/08/2006).

Nesse tempo era muita fartura. Muitos falam que hoje tá muito mais fácil que antigamente, mas eu não sei não. No tempo meu, só em 39 que foi uma época dura. Não tinha arroz, só tinha mandioca, você cozinhava a mandioca e ela não amolecia. Aí tinha que fazer assim: pegava a farinha e fazia a sopa e comia aquela sopa, e jogava a mandioca dentro. A gente separava o espinho do peixe, né? Mas isso foi por causa do sol. Na época, por exemplo, o arroz, o sol secou os arrozal todinho, mas tinham aqueles que tinham as cuias cheias... Mas foi só essa vez, porque naquele tempo as coisas eram mais controladas (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Marta, em entrevista a Taís Garone, 17/08/2006).

E veio a construção de Brasília... terceiro momento de impactos e a conseqüente necessidade forçada de adaptação dos que até hoje vivem às margens de quaisquer decisões sociopolíticas sobre seu território. Jamais consultados, jamais levados em consideração, fantasmas inexistentes, estorvo do desenvolvimento. As operações ideológicas que perpassaram os discursos oficiais da construção de Brasília se assemelhavam muito com as verificadas para Goiânia. O Brasil se dividia entre golpistas e legalistas, nacionalistas e entreguistas (Ribeiro, 2006). Redenção do atraso, naturalização da necessidade de desenvolvimento, única alternativa para unificar o país, escolha do local de construção com base na disponibilidade de malha viária, “vontade da maioria do povo”, verdade incontestável, homogeneização das classes sociais, utilização de figuras históricas como os bandeirantes; todos esses elementos que mais uma vez habitaram as bocas e mentes dos planejadores, políticos, intelectuais e cientistas que pensaram e construíram Brasília (Ibid).

Perdonadme la inmodestia, pero no hay que ocultar la realidad: el papel que mi gobierno está representando con la continuación del viaje de la nacionalidad hacia Brasilia, lo que se está realizando, lo que tengo la honra de impulsar para que sea ejecutado en estas horas es continuar lo echo por vuestras banderas retomando el camino heroicamente recorrido por vuestros exploradores, es extender Brasil, con el poder de la técnica del mundo de hoy, hasta donde lo condujo vuestro Anhanguera (...) Me pongo de pie para anunciar con vosotros que recomenzó la Era de las Banderas(...)

Lo que nosotros ahora estamos haciendo es fundar la nación que los banderantes conquistaron. El esfuerzo que Brasilia representa es exactamente el de integrar, en la comunión brasilera, a brasileiros con territorios que hoy nada influyen en el progreso y la riqueza de este país (...) Y lo que le quiero decir es que la mentalidad que ellos dejaron, felizmente no desapareció de Brasil, y aquellos que quisieran recorrer millares de kilómetros para conocer lo que el Gobierno está realizando en pleno corazón de Brasil, encontrarán allí el mismo espíritu y la misma decisión de aquellos que, hace más de tres siglos, comenzaron a desafiar el misterio insondable de este inmenso continente (Kubitschek apud Ribeiro, 2006: 28).

Goiânia se antecipara à segunda fase das relações entre Estado e região, Brasília fará o mesmo quanto à terceira. Resultado do sucesso da Marcha para o Oeste, a nova capital federal anuncia a formação de um pólo não apenas econômico, mas eminentemente político, o que viria

a se consolidar como política territorial apenas alguns anos mais tarde, no governo Costa e Silva. Brasília anteciparia, sobretudo, a era dos enclaves na qual

a totalidade do território não é vista nem como conjunto de regiões hierarquicamente articuladas, nem como amálgama de regiões-programa, mas como somatório de recursos mais ou menos acessíveis. A ação estatal não tem mais em vista a captura das regiões (na verdade, já concluída), mas a viabilização da apropriação de recursos localizados ao largo do território. O planejamento regional recebe seu epítáfio definitivo e o território passa a ser apropriado, diretamente, a partir e no âmbito da política e do planejamento setoriais (Vainer & Araújo, 1992: 28-9).

Os habitantes de todo o atual entorno de Corumbá IV, marcadamente os do Baixo Descoberto e Luziânia eram lugares que serviriam ao abastecimento do sonho desenvolvimentista, efetivado com Brasília e BR-060. A história de Brasília é contada a partir da história do que ocorria na e com a construção da rodovia radial. Pavimento negro que leva e traz medos e novas possibilidades. Ambiguamente, o período é tido como difícil, por causar uma explosão demográfica jamais vista pelos que ali moravam “de primeiro”, e como bom, pois permitiu a apropriação de mercadorias e produtos que facilitavam a vida no campo. Dependência ou interação entre campo e cidade? Questão que sobrevive aos estudos de antropologia e sociologia rural e urbana; pressupõe-se uma única certeza: para o bem ou para o mal, a cidade não é pensada para os habitantes da zona rural, não participam dos momentos de decisão sobre tudo aquilo que sobrecairá em seus ombros. Cabe a eles a adaptação, “dar um jeito” e apropriar-se da melhor maneira e a seu modo dos benefícios que por ventura se disponibilizem.

Vinha um tanto de gente pra construir essa pista. Aí as coisas foram melhorando, que as coisas aí não tinha preço. Eles foram pondo preço nas coisas, porque vinha aquele tanto de gente. Eu vendia ovo, galinha e aí as coisas foram melhorando. Essa pista que desce aqui, eu lembro quem fez ela, um tal de Major. Eu cozinhei pra ele muito tempo, fazendo essa pista aí. Eu cozinhou e lavava roupa pra eles. Foi bom, eu ganhei um dinheirinho com eles aí (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Santo André, em entrevista a Taís Garone, 26/08/2006).

Muita gente ficava com medo, mesmo. Muitos entrujavam com o pessoal de fora. Mas tinha gente que ficava com medo. Via uma pessoa diferente. Eu mesmo vi gente correr de mim. Não faz muito tempo, anos oitenta, por aí. Eu saí aqui na região de Corumbá. Um três pessoas correram de mim, quando cheguei na porta. Eles estavam com uns papéis, estavam fazendo uma pesquisa. Um homem correu na frente e duas mulheres, depois. O vizinho de perto disse “esse aí é igual a tatu: vê uma pessoa que não conhece entra no mato”. Nesse tempo, era pior, porque o pessoal quase não conhecia outras pessoas. Só vivia aqui na região, na cidade ia pouco, só de vez em quando (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

Logo no começo de Brasília, não vinha muita gente aqui não, depois que foi habitando Brasília que foi aumentando. Mas, no começo, era uma coisa boa demais, aqui era difícil demais. Para nós foi uma coisa muito boa porque naquele tempo para irmos para a cidade, Luziânia, tinha de ir a cavalo, era um dia de viagem. Para ir buscar um remédio em Luziânia tinha de sair daqui de madrugada para chegar de noite. E, não era todo mundo que dava conta dessa viagem. Tinha, também, uns cavalos indóceis. Agora, com carro você vai rapidinho, já leva a pessoa. Melhorou, como se diz, 90% do que era (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

De Corumbá foi milhões de quilos de areia que foi pra Brasília. Eu vi passar demais os caminhão. A estrada era da fazenda aqui do Nelson. Ele passava na Pontezinha e ia pra Brasília. Era de meia em meia

hora, um caminhão atrás do outro. Era muito caminhão puxando areia! (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Marta, em entrevista a Taís Garone, 17/08/2006).

Eu lembro. Interferiu muito, porque quando começou Brasília a estrada ia só até Corumbá e passou a vir muita gente de fora. Mas antigamente só tinha a estrada carroiro. Antigamente só passava carro de boi. Mas eles proibiram, carro de boi não podia passar, porque os carros tinham que passar carregado, né? Aí foi indo e também acabou os carros de boi. Aí acabou, quem fazia rapadura, açúcar não fez mais. Em vez de fazer aqui, ia buscar na cidade (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone, 19/08/2006).

A gente deslocava de carro de boi. A cavalo foi muitas vezes a Higienópolis, Luziânia... Nesse tempo, eram essas as cidades que mais o povo ia. Ia comprar em Higienópolis, fazia uma cadeirada de coisas, de farinha, de outras coisas e levava para vender e comprar o sal para manter em casa. Era desse jeito, desde o tempo de meu pai já era assim e continuou muito tempo. Depois que... De Brasília pra cá é que acabou mais isso, de vez em quando aparece com um carrinho aí, já pegamos mais movimentado de carro, mas no tempo dele não tinha carro (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone, 18/08/2006).

Quando começou a fazer essa estrada aí, era um poeirão, um trator nessa estrada toda e passamos por eles. Isso faz mais de 40 anos, meu filho estava com um ano nessa época, acho que ele está com 46 anos. Olha quanto tempo que faz. Dessa vez estava limpando o chão para fazer a estrada, depois é que veio o asfalto, a quebração das pedras na pedreira. Ah, foi um serviço de muito tempo para poder asfaltar. Lembro disso, vi passar isso tudo. Muita coisa mudou, como você estava dizendo do transporte, tinha muita gente que trabalhava aqui, pegando areia para a construção de estrada mesmo ou levava para Brasília. Quantas vezes andaram de caminhão carregado de areia para poder ir à cidade. Ficou mais fácil, só que era perigoso demais. Mas, deu para a gente passar. (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone, 18/08/2006).

Tem certas coisas que a gente tem saudade, outras a gente não tem não. Eu tenho saudade do tempo antigo, que a gente era mais alegre, mais feliz. Mas trabalhar, trabalhava demais. Era mais tranquilo, que não tinha gente de fora e a gente não tinha medo de nada. Hoje, se for pra mim andar no mato, eu não ando de jeito nenhum. É de medo de gente, de bicho eu não tenho não (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Santo André, em entrevista a Taís Garone, 26/08/2006).

O quarto e último momento da história dos moradores do Baixo Descoberto é a implementação da UHE Corumbá IV, que deixo para contar depois, nas páginas que virão – capítulos 4 e 5. Por agora, cabe apontar o que a história de construção do Eixo tem a ver com o dimensionamento de impactos socioculturais e econômicos de uma hidrelétrica como a UHE Corumbá IV, começaremos então a segunda parte deste capítulo.

2.2. Em busca de um “arsenal” teórico para enfrentar a caixa-preta do licenciamento ambiental

Tanto no capítulo anterior como neste, descrevi estradas e pistas, desdobrando as sensações que elas me causavam, nos primeiros esboços do objeto de estudos deste trabalho. O que pode significar dois pontos ligados por meio de um caminho, uma via, uma estrada ou uma ponte? Malinowski, e também Mauss, mostram que o que circula pelos caminhos ou ilhas do Pacífico Ocidental são as próprias relações sociais e mesmo econômicas e não apenas objetos inertes e passivos. As “coisas” são dotadas de agência ou, se preferirmos, estabelecem cenários; e, se focarmos nessas agências – a areia para Brasília, os produtos goianos para São Paulo, o sal e

a querosene para o patrimônio familiar rural –, chegaremos a processos muito mais amplos do que aqueles encerrados no desenho de ferro, aço, terra ou asfalto pintado sobre o cerrado.

Por ser lugar de fluxos, por levar a entroncamentos entre muitas outras vias, por intercalar centros de poder, as estradas chãs ou de ferro são objetos interessantes para se compreender, a partir de detalhes aparentemente diminutos, processos nacionais e globais. Como anteparo por onde circulam as relações humanas, a ligação entre dois pontos no espaço mantém impressa em sua materialidade as motivações do ir e vir. Caminhos e vias são, antes de tudo, resultados de escolhas da forma e do traçado, isto é, resultados históricos que fizeram com que dois pontos fossem interligados de uma maneira e não de outra. E não apenas ligados, mas planejados e gerenciados.

A escolha do formato de caminhos e vias expressam as relações simbólicas, culturais, políticas e econômicas daqueles que se apropriam do espaço denominando-o território – território do indivíduo, da família, da comunidade, da região, nacional... Uma pista duplicada com asfalto liso, ligando Brasília a Goiânia, ou uma pinguela sobre o córrego Quarta-Feira são peças “arqueológicas” de relações travadas socialmente. Ao etnografar tal pinguela, o pesquisador pode desvendar as motivações que levaram os construtores a selecionarem um determinado ponto do córrego para instalá-la. Poderiam ainda conhecer o que esteve em jogo ao escolher o material com o qual seria feita. O anteparo corresponde a tudo que é mobilizado a circular.

A escolha de cada critério coloca em jogo diferentes interesses. Por que fazer uma pinguela? Em um grupo com diferentes atores, as justificativas seriam diversas. A construção poderia ser motivada para interligar grupos religiosos, como os presbiterianos de Pinguela e Pontezinha. Nesse caso, não seria necessário despender esforços em busca de uma tora larga e resistente. Mas um tronco fino e frágil seria capaz de suportar cargas transportadas entre Santo André e Lagoinha? Poderia ela agüentar caminhões de leite que seria escoado em Luziânia ou Silvânia a um menor custo? O objetivo poderia ser o de diminuir distâncias e tarifas de transporte público entre parentes e amigos separados pelo córrego. Vias são escolhas por um e não por outro critério, cada um relevante para proveitos diferentes, uma vez construídas, transformam-se em heranças das motivações a que serviu de tapete.

Estradas são também anteparos de dinâmicas porque não estão estagnadas. Na medida em que os fluxos se modificam, assim também a via se modifica, seja pelo abandono, seja pela revitalização ou reforma. Os interesses que definem sua construção em um ou em outro local, de uma ou de outra maneira, são aqueles que respondem aos interesses mais poderosos. Nem todos os interessados podem decidir.

As histórias do entorno da Corumbá IV, contadas acima e no capítulo anterior, sublinham justamente as relações entre aqueles que definem e aqueles que se adaptam. Ao focar nos fluxos, estamos tão somente querendo exemplificar que o território é uma palavra cigana, modifica-se ao deslocarmos o referencial. Os atingidos pela Corumbá IV são atores que, há muito, se relacionam com obras e regionalizações imputadas pelo Estado. Ao contar sua história, tentamos confrontar as particularidades com as ideologias desenvolvimentistas que transitavam pelas pistas criadas, desde a Estrada de Ferro até a consolidação definitiva do Eixo Brasília–Anápolis–Goiânia. Cabe agora compreender o que representa Corumbá IV como “empreendimento” desenvolvimentista em um momento da planificação do território nacional, no qual assume força a idéia de Grandes Projetos de Investimento – GPI (Vainer & Araújo, 2001) ou Projetos de Grande Escala – PGE (Ribeiro, 2000).

2.2.1. Enclave e Cosmografia

Creio ter deixado claro que a concepção do Eixo, sacramentada com Brasília, antecipa a tendência que se segue na espacialização do território nacional no ambiente globalizado: a “Era dos Enclaves”. Segundo Little (2001: 75-76, grifo do autor),

The concept of enclave comes from political geography, where it refers to “discontinuous territories of states which are located within the territory of other states” (...) Enclave territories have direct ties to groups or institutions located outside the host country or geographical region. Thus, while economic enclaves are insulated from their direct territorial neighbors, they are linked to larger entities beyond these neighbors. (...) Their location in isolated areas “facilitates the extension of power of the corporation: the establishment of a controlled territory that obeys the logic of production of the project”(...).

A integração regional realizada com a Marcha para o Oeste pulverizou microlocalidades, subordinando-as ao(s) centro(s). Os “perfis” socioeconômicos não eram necessariamente conhecidos pelo Estado, que apenas elegia prioridades a serem satisfeitas pela região. Na “Era dos Enclaves”,

a totalidade não é vista nem como conjunto de regiões hierarquicamente articuladas, nem como amálgama de regiões-programa, mas como um somatório de recursos mais ou menos acessíveis. A ação estatal não tem mais em vista a captura das regiões, mas a viabilização da apropriação de recursos localizados ao largo do território (Vainer & Araújo, 1992: 28).

A partir de então, o Estado legitima os GPIs ou PGEs como gerentes não apenas de seus produtos, mas de todo o território que influencia seu sistema produtivo, criando uma jurisdição própria a seus interesses (Ibid: 38). Foi em consonância com isso que à NOVACAP foram dados poderes sobre a aplicação dos investimentos para a construção de Brasília, sem que houvesse necessidade de consultas prévias ao Congresso Nacional (Ribeiro, 2006: 32-33). A região, criada a partir desses Projetos, assume a característica de responder simultaneamente aos centros e às localidades (Ching, 2003). Aos primeiros, cabe distribuir os benefícios, aos segundos gerenciar

os custos e os conflitos decorrentes. Essa posição liminar exige dos gerenciadores dos PGEs uma certa habilidade para lidar com as escalas que constroem e operam.

A “Era dos Enclaves” não resulta exclusivamente de questões nacionais. Antes, responde à própria mudança do capitalismo, quando passou do capital fixo – fordismo – ao flexível, modificando completamente a estrutura de expansão do capital na qual a idéia de compressão do tempo e espaço (Harvey, 1989) ganha sentido. As representações do tempo e espaço tiveram que dar conta da aceleração do tempo de produção e circulação do capital, que implicava a quebra da verticalização das relações de produção. Para que a descentralização produtiva ocorresse, era necessário acelerar a produção/captação/circulação de informações, fundamentalmente aquelas das quais dependiam a construção de novos pólos do capital flexível.

Como consequência da aceleração do capital, efeitos de volatilidade – descentralização – e aniquilação do espaço pelo tempo se fazem sentir ambigualmente. Cria-se a sensação de que a peculiaridade local importa mais do que nunca, justamente porque há a necessidade de controle da diversidade do espaço, que significa diversidade de atores políticos que devem ser “zoneados” para o melhor controle. A partir dessa perspectiva, que acentua a centralização, Harvey (Ibid) considera que os capitalistas aproveitam de vantagens locais; na medida que diminuem as barreiras espaciais, eles convertem a variabilidade local em exploração vantajosa. Tal perspectiva foi amplamente utilizada no território englobado pela UHE Corumbá IV, como veremos no capítulo 5.

O Eixo, não há dúvidas, representa um enclave, atende a todas as características que o conceitua. O lugar onde se edificaram as cidades eram lugares longínquos. Com a explosão demográfica no Centro-Oeste, a região passa, com o tempo, a não mais ser vista como um lugar distante. Os antigos distritos assumem a condição de entorno do DF – vide capítulo 1 –, compondo com ele um novo centro do qual emanam as forças de produção de enclaves. É nesses termos que devemos considerar Corumbá IV. Mas se o Eixo é claramente um enclave, o seria também “nossa” barragem? Ora, ela não está distante do centro que abastece! Muitos moradores atingidos mantêm, com Brasília, Goiânia ou Anápolis, relações permanentes: compram e vendem mercadorias, visitam parentes, trabalham. As mazelas que sofrem em face da usina produzem, a seus olhos, benefícios para pessoas conhecidas em lugares reconhecíveis. Estaria tal projeto hidrelétrico fugindo às regras da “Era dos Enclaves”? Creio que não, mas, para defender tal posição, é preciso ampliar a noção de enclaves, reformulando o que significa a “distância”.

Se a UHE Corumbá IV não está distante geograficamente do centro que lhe determina, o mesmo não ocorre se tomarmos como critério a distância moral. Território não é uma categoria estritamente geográfica. Somente quando o espaço é significado, pode ser atribuído a ele tal denominação. Para dominar territórios e subjugar-los os enclaves realizam operações no nível do

pertencimento. Não estão em concorrência apenas os recursos naturais em si, mas os significados destes. Os gerentes de enclaves estão expostos à necessidade de “organização da diversidade” e não da “replicação da uniformidade” (Hannerz, 1996). Nesse sentido, para conseguirem efetivar os Projetos de Desenvolvimento, devem se sobrepor às formas anteriores de significar o espaço.

Corumbá IV é, ao mesmo tempo, parte do Eixo Brasília–Anápolis–Goiânia como enclave, e um enclave autônomo. Ao se colocar como marco temporal na história dos atingidos, retalha a continuidade existente na concepção nativa entre sua história e a história do Eixo. Ocorre aí uma sobreposição de cosmografias em que a cosmografia desenvolvimentista sobrepuja as dos atingidos. A distância existente não é geográfica, mas moral; tema que ocupa as próximas páginas, quando a construção do que é ser atingido será tratada como problema inserido no licenciamento ambiental. O fator exclusão é o responsável por assegurar, na Corumbá IV, as características de um enclave. Um enclave, não há dúvidas, pode se revestir de questões eminentemente antropológicas.

Na primeira seção deste capítulo e no capítulo 1, à medida que eu narrava as impressões da primeira visita de campo ao entorno do lago e as combinava com relatos dos atingidos, demonstrei que a UHE Corumbá IV perfaz um duplo papel no processo de exclusão histórica das populações rurais. Por um lado, ela é anexa, resultado da expansão do capital expresso na construção do Eixo Brasília–Anápolis–Goiânia. Por outro lado, a barragem se apresenta como projeto na Era dos Enclaves, exercendo um poder que a mantém mais ou menos autônoma como gestora do território do entorno do reservatório. Nos dois casos, a exclusão moral, isto é, a exclusão das concepções dos atingidos sobre o que seriam as ações probas para lidar com a natureza, o espaço e as negociações, são latentes. Nota-se que as duas faces da moeda são indissociáveis. As cosmografias dominantes se sobrepõem às demais, subjugando-as; essa a lógica do enclave. Segundo Little (2001: 5 e 7, grifo do autor),

Cosmography is defined here as the collective, historically contingent identities, ideologies, and environmental knowledge systems developed by a social social group to establish and maintain human territory (...) By linking cosmographies to specific social groups, historical and ethnographic analysis is facilitated and human agency is placed in the foreground of human territorial behavior (...) The spatial and temporal superimposition of cosmographies is a common outcome of frontier situations and produces situations of direct conflict, as would be expected from direct overlap of territorialities, but is not limited to them. Simultaneous situations of mutual influence, unilateral accommodation, and interpenetration are also engendered in this process, resulting in the continual transformation of cosmographies and territories. In such situations, an ethnographic approach to territoriality makes the territorial claims put forth by each group a principal object of analysis.

Ao tecer o conceito, Little coloca em evidência a agência de grupos perante o território. Entretanto, é fundamental salientarmos que a ação, como ato consciente, é mediada pela cultura

e, nesse aspecto, ao falarmos de cosmografias, estaremos lidando tanto com a objetividade dos atores quanto com as estruturas que as balizam. Por isso, *cosmografia* é tão importante para este trabalho: porque por meio dela poderemos, ao mesmo tempo, lidar com a exclusão deliberada dos atingidos – ou seja, com a imposição das cosmografias dos atores dominantes do licenciamento – e verificar que elementos estruturais ou sistemáticos amparam a exclusão por incomensurabilidade de universos de significados.

Mais adiante e em outras seções veremos que a exclusão moral é a exclusão das moralidades praticadas pelos atingidos das arenas de confrontação sobre o que são direitos e quais os impactos. Quando colocamos a questão nesses termos não estamos sugerindo que os atores desenvolvimentistas têm objetivamente o interesse em formular moralidades e inserir a voz dos atingidos nos produtos finais dos debates. Pelo contrário a práxis mostra que isso passa longe de seus interesses. Entretanto, os rituais jurídicos, técnicos e de comunicação direta do licenciamento invariavelmente conduzem os atores a *acionarem* preceitos morais para justificarem seus interesses objetivos – como, por exemplo, diminuir custos com mitigação de impactos ou preservar o meio ambiente. Obviamente isso não quer dizer, como eu disse, que se interessam em produzir intersubjetividades. No entanto, há obrigações legais estabelecidas no licenciamento que colocam como preceito moral elementar a participação social. Aí reside a importância de cada ator elaborar discursos capazes de lidar com tal princípio. A maneira mais clara dos atores desenvolvimentistas lidarem com a necessidade moral e jurídica da participação social sem colocar em risco seus objetivos e sem promoverem intersubjetividades com os demais atores é produzir artificial e propositalmente incomensurabilidades entre seu universo de significados e os dos demais. Quando isso ocorre, eles simplesmente estão impondo conscientemente sua razão cosmográfica sobre outras. Nisso consiste, em adiantamento, o que chamo de exclusão deliberada.

Por outro lado, acreditando que a obrigatoriedade da participação social representa mais que uma demanda jurídica; entendendo que ela remete a conquistas históricas de populações e segmentos que antes sequer apareciam nos papéis das leis, crendo que tal demanda além do cunho legal encontra respaldo moral na sociedade imaginada nacional, podemos estabelecer um outro aspecto da exclusão. Refiro-me aqui à exclusão por real incomensurabilidade: aquela que, mesmo quando há o interesse na intersubjetividade, mesmo quando os atores se organizam para que haja a participação efetiva dos atingidos nos processos comunicativos de definição sobre quais são seus direitos e como definir mensurações dos impactos que sofrem; mesmo assim, há ininteligibilidade entre os atores. Sendo assim, os atingidos, mais uma vez ficam às margens das decisões. Tal incomensurabilidade se relaciona diretamente com as perspectivas internalizadas

das cosmografias que são conhecidas conscientemente apenas parcialmente pelos indivíduos que participam de choques cosmográficos.

Os dois tipos de exclusão são o eixo deste trabalho e os trataremos etnograficamente em separado, nos capítulos 4 e 5. Foi importante “passar o carro na frente dos bois” para que o leitor resguarde a relação direta entre a potencialidade explicativa do conceito de cosmografia e essas duas formulações sobre exclusão moral que quero construir.

Outro ponto ao qual chamei atenção – e que vale ressaltar – foi o aspecto moral de *cosmografia* como conceito, apontando que a noção de distância entre os grandes projetos e os núcleos aos quais as *cosmografias* dominantes respondem não é meramente geográfica, sublinhando aí uma nova perspectiva não só para a idéia de enclave, mas também de *colonialismo interno* (Chalout apud Little, 2001: 76). Como vimos, Corumbá IV é um bom exemplo disso.

A contigüidade geográfica entre o Eixo e a barragem em causa permite-nos vislumbrar as relações mais ou menos embaçadas entre enclaves que se distanciam entre si. O Projeto Jari, por exemplo, é um enclave que atende a demandas por madeira e minérios em muitos outros lugares no mundo que são ou foram um dia enclaves (Idem: 78). A distância geográfica exigiu de Little o esforço em situar essas relações como parte de um sistema mais ou menos organizado, se bem que difuso, de produção capitalista. O exercício que realizei na seção inicial deste capítulo e no capítulo 1 foi o inverso: mostrar que, mesmo em face da proximidade geográfica entre o espaço da produção e do consumo, há distância de outras ordens entre atingidos e desenvolvimentistas, que mantêm separados os custos e benefícios de uma hidrelétrica, uma distância moral. Um enclave sempre está em relação com outro ou com centros em que a colonização ideológica e material, digo territorial, já se consolidou; essa, uma regularidade dos PGEs. No caso de Corumbá IV, além da sobreposição entre as *cosmografias* do enclave em si, concorrem, no mesmo espaço geográfico, as cosmografias dos “beneficiários” do produto do processo produtivo – água e energia –, bem como dos poderes estatais que autorizam e demandam a produção desses produtos em uns e não outros locais do território nacional.

Tendo em vista que a proposta deste trabalho é contribuir para os debates acerca de como dimensionar impactos e resgatar passivos socioculturais e econômicos, a seção anterior e o capítulo 1 exerceram um segundo papel importante: iniciar meu argumento indicando que tal tarefa implica compreender historicamente como aqueles que hoje “recebem” e formulam a identidade de atingido responderam a processos de mudança social. Não demonstrei sistematicamente como isso ocorreu e nem pretendo fazê-lo integralmente. Coube apenas salientar a necessidade metodológica de expor que ser impactado por uma hidrelétrica é uma etapa de uma história mais ampla de respostas das populações rurais aos projetos e

planejamentos desenvolvimentistas. Nessa perspectiva, os impactos de hidrelétricas não são nem maiores, nem mais drásticos que quaisquer outros que imponham, de fora, novas configurações territoriais às pessoas que estão expostas aos processos autoritários do desenvolvimento, da “evolução” ou da modernidade (Bartolomé, 1996: 434).

Da mesma forma, a usina não deve ser vista como “coisa” excepcional, totalmente nova. Com essa afirmação ressalto que a centralização do planejamento e gestão do território a partir do “ponto de vista” dos empresários não é mais que uma estratégia de criar uma sensação de “novidade” que legitime seu poder de mando, como se a barragem fosse um marco completamente diferente de todos os outros em que populações rurais tiveram que se “adaptar”.

Colocar os efeitos de usinas hidrelétricas em uma redoma em que tudo se pensa a partir dela seria contribuir para seu preceito ideológico mais significativo: tudo passa a ser visto a partir de sua implementação, como se antes dela a história nada significasse. Se é verdade que a Corumbá IV representa para os atingidos uma nova etapa em sua história de exclusão, se é óbvio que dimensionar impactos implica compreender o “antes” para acessarmos o “depois”; não é a partir da lógica do enclave que eles expressam essa nova realidade. Pelo contrário, os atingidos indicam como o projeto hidrelétrico passa a se impor autoritariamente como referencial para descrever a vida em detrimento de referenciais anteriores – a época em que não havia cercas, a época em que trabalhavam para o próprio sustento, etc.

Não pretendo construir uma proposta metodológica para dimensionar impactos socioculturais e econômicos que contribua tacitamente para a naturalização das homogeneizações alavancadas pela ideologia desenvolvimentista. Por isso, insisto que o projeto hidrelétrico não representa mais que um elemento da história de exclusão moral daqueles que têm sido sistematicamente desconsiderados na expansão de fronteiras do capital.

2.2.3. “Atingido”: entre particularidades e generalidades

Nesta seção, pretendo continuar a abertura de caixas-pretas quando o tema é definir direitos de atingidos a partir do dimensionamento dos impactos que sofrem. O objetivo é dar subsídios para afirmar que as noções de atingidos e/ou de impactos, que se desdobram nos diferentes casos de licenciamento ambiental, sozinhas, não contemplam as diferenças sociais, conseqüentemente anulando a necessidade de mitigá-los de forma diferenciada¹⁰. “Atingido” não diz nada sobre as muitas e gritantes diferenças entre pessoas e suas formas de organização social. Pelo contrário, é possível que a homogeneização dessa diversidade em um conceito a-histórico como “atingido” maquie uma certa preocupação do Setor Elétrico em tratar essa diversidade. O conceito é a-histórico porque é “produzido” a partir de um projeto hidrelétrico, seu licenciamento e pela simples extensão e homogeneização da atribuição dada a ele pelos movimentos sociais

iniciados no sul do Brasil. Ao desconectar o conceito de “atingido” de seu contexto de lutas que resultaram na organização das Comissões Regionais dos Atingidos por Barragens – CRABs e do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e religá-los ao licenciamento, o Estado e os empresários privados tiram-lhe o nexó histórico, esvaziando-lhe a potencialidade para o resgate de passivos socioculturais e econômicos.

É preciso desmistificar o entendimento sobre que lugar as particularidades locais devem ocupar nas políticas do licenciamento ambiental. Elas não podem ser utilizadas para legitimar o preceito bastante comum no setor elétrico de que “para cada ‘empreendimento’, uma região”¹¹, e daí: para cada “empreendimento”, um licenciamento, um conjunto de critérios tecnoburocráticos completamente dissociados uns dos outros, um bojo de estratégias jurídicas, argumentativas, administrativas... enfim, um arranjo político-ideológico de gestão de enclaves, que cria sob si uma jurisdição própria, como já demonstrado anteriormente.

Entramos aí em uma aparente contradição: por um lado, estou defendendo as particularidades dos segmentos considerados simplesmente “atingidos”, por outro, atacando a forma nucleada de trato dos impactos como estratégia política do Estado para tornar invisíveis as diferenças dos atingidos. Num caso, afirmo que a noção de “atingido” é vazia, a-histórica e contribui para a homogeneização e controle; no outro, utilizo-a insistentemente nesse texto. A contradição só se configura como tal se a idéia de *cosmografia* for confundida com a *utilização política positiva* da noção de atingido. Aproximo a idéia de cosmografia à concepção de um espaço ambiental (Martinez-Alier, 1999: 227) em que os atores sociais relacionam a quantidade de espaço e suas necessidades de toda ordem (Pádua, 2000). As formas particulares de equacionar o espaço não podem ser perdidas de vista quando diferentes atores disputam “nichos ecológicos”. Está em jogo a tensão entre diferentes sistemas de sobrevivência.

Entonces, volviendo al tema de la comparabilidad y a la posibilidad de formular generalizaciones, les propongo que es a partir de un modelo que considera a los distintos grupos compitiendo por “nichos ecológicos”, teniendo que reestructurar su sistemas de supervivencia, desarrollar nuevas estrategias adaptativas que podemos empezar a encontrar el hilo conductor para comparar procesos tan diferentes como la represa de Tucuruí o el Proyecto Egiin, en el norte de Mongolia, donde aparentemente tenemos diferentes poblaciones, diferentes valores, diferentes culturas, etc., pero que se enfrentan a un mismo hecho: la necesidad de reconstruir los sistemas de supervivencia (Bartolomé, 1996: 435).

Em consonância com Bartolomé, fica posto que não são propriamente as particularidades locais, *i.e.*, cosmográficas, que devem ser generalizadas, mas a forma estrutural dos conflitos que surgem no contato entre PGEs e populações. Se temos em vista preservar e ressaltar as particularidades das cosmografias dos atingidos no dimensionamento de impactos e direitos, fica claro que o *conceito positivo de atingido* tem menos a ver com os mecanismos de significar o espaço do que com a possibilidade política de assegurar direitos em situações formais de conflitos socioambientais (Vainer, 2007). O problema central que me parece visível é tomar a

idéia de “atingido” como representativa das particularidades sociais, o que tem sido estrategicamente feito pelo Setor Elétrico e pelo licenciamento ambiental. Por isso, é importante separar um caso do outro: uma coisa é a cosmografia, os modos de vida impactados; outra coisa é um conceito jurídico-administrativo capaz de assegurar que pesquisas sejam levadas a cabo para “desvendar” essas particularidades, assegurando direitos. Não se pode permitir que as particularidades redundem em instrumentos de gestão que mantêm excluídos os atingidos; pelo contrário, deve-se construir formas de mitigação em que essas diferenças possam se expressar nos espaços de decisão sobre a obra e, se for realizada – como geralmente é o caso –, nos momentos de planejamento e execução de ações. Para isso, é preciso trasladar as diferenças de perspectiva do plano científico da planificação para seu plano político.

No atual modelo de licenciamento, os barramentos e seus reservatórios ou lagos são núcleos de gestão mais ou menos independentes, ocupam o centro ideológico dos planejadores energéticos, são os atores de quem se fala. O licenciamento ambiental, que visa controlar a ação do empresariado nos meios físico, biótico e antrópico, coaduna com esse arranjo, respondendo a cada hidrelétrica diferentemente, contribuindo para a naturalização da obra (Rezende & Rothman, 2005; Oliveira & Zhouri, 2005; Zucarelli, 2005). Tratada como um dos critérios de planificação da gestão do entorno dos reservatórios, as diferenças socioculturais entre os atingidos e entre eles e os beneficiários da produção de energia e água acabam por contribuir para os processos de exclusão, pois o significado dos diferentes impactos para os diferentes atores é obscurecido por gráficos, tabelas, mapas e número de glebas¹² cientificamente construídos *para* o projeto hidrelétrico. Assim, as diferenças entre atingidos poderiam ser facilmente traduzidas por pesquisas socioestatísticas. Trata-se de uma classificação do diferente, enquadrado como problema de gestão, para que os verdadeiros tomadores de decisão exerçam sua atividade. A diferença e as formas de mitigar e compensar impactos não aparecem objetivamente como questões que dizem respeito aos atingidos, *i.e.*, às suas formas particulares de conceber o mundo, mas sim ao barramento e ao seu licenciamento ambiental. Produz-se uma composição regional passiva, inexpressiva, gerenciável tecnoburocraticamente. Operacionalizadas dessa forma, as cosmografias dos atingidos – que são diferentes entre si – findam por ser homogeneizadas em benefício da gestão da obra.

Como dito, é preciso demonstrar que a necessidade de tratar a diferença não é só “técnica”, mas política, e uma questão de justiça – aos olhos de um Estado que teoricamente se pretende isonômico e plural. Os atingidos percebem e respondem aos impactos diferentemente e o desafio de elaboração de políticas para mitigação e compensação é permitir que essas diferenças se expressem a seu modo, que não sejam apenas inteligíveis, mas efetivas. Isso não será possível no atual modelo de licenciamento, que carece de poder e vontade políticas para

estabelecer como “regra técnica” a necessidade de produzir arenas de argumentação realmente democráticas e de acompanhar permanentemente, via pesquisa etnográfica, os desdobramentos dos efeitos das barragens e das ações dos empresários. No licenciamento – essa arena de disputas classificatórias (Barbosa, 2001 e Vainer, 2007) –, a idéia de atingido estampa a prevalência não apenas de pontuais formas de exclusão, mas de opções ideológicas – éticas e morais – de sociedade que remetem aos embates entre desenvolvimento e o emergente conceito de “desenvolvimento sustentável”, este, desdobramento da perspectiva democratizante desde a Constituição de 1988, aquele, reformulado pela ótica neoliberal de Estado-mínimo (Zhouri, Lachefski & Paiva, 2005).

O *direito* dos atingidos – como positivo – é uma categoria política necessária para assegurar a expressão das diferenças. Remeto-me aí a uma particularidade vívida, que está assegurada nos momentos de decisão e planificação de usinas hidrelétricas; que deixa explícitas as diferenças de concepção sobre a obra, sobre sua gestão, sobre o próprio desenvolvimento; que não aceita o recorte “antes e depois” da hidrelétrica como o único a balizar ações sobre as responsabilidades do empresariado para com as pessoas que afetou. O “antes”, para os atingidos, é bastante diferente do “antes” para os atores envolvidos nas tomadas de decisão do licenciamento ambiental.

A idéia de um atingido genérico é que me parece problemática. Entretanto, quando o que está em jogo é a definição de *direitos* dos atingidos, a noção assume outro papel: assegurar a expressão de identidades, ou melhor, cosmografias, quanto às possíveis mitigações e compensações. Por isso, considero-me desimpedido de continuar utilizando o termo, desde que sempre fique assinalado o fato de que atingido é uma noção sobre a qual se disputam direitos. Como identidade “oficial”, detentora de direitos, “atingido” é uma conquista dos movimentos sociais, como cosmografia das pessoas impactadas, um empecilho para desmistificar as ações do licenciamento. Não podemos cair na armadilha do Setor Elétrico quando ele homogeneíza as particularidades, vinculando cosmografias a estratégias únicas de mitigação de impactos, excluindo as vozes dos atingidos em nome de pesquisas pretensamente científicas.

A literatura disponível sobre impactos que pude consultar demonstra de que maneira a exclusão das vozes dos atingidos ocorre *na fase de implementação* da usina. É verdade que Vainer, por exemplo, nos mostra que os impactos continuam ocorrendo sempre, mas a possibilidade de questionar a estrutura energética do país e suas opções desenvolvimentistas ficam restritas prioritariamente aos momentos anteriores à construção da obra. Sua assertiva é bastante sólida e coerente, afinal de contas barrar uma barragem é uma vitória sem igual para aqueles que não terão

que sofrer os impactos dela decorrentes. Eu não poderia deixar de concordar que é absolutamente necessário combater a construção de novas barragens e seria surpreendido se esse texto levasse o leitor a uma interpretação contrária. Mas a questão que coloco é outra e ainda pertinente.

Quero me somar ao coro dos que afirmam que os impactos continuam a ocorrer na fase de operação. Mais que isso, afirmo que muitos daqueles impactos que poderiam ser mitigados ou compensados ainda no início do planejamento da obra são regularmente jogados para a fase de operação. Trata-se de estratégias políticas e discursivas nas quais o próprio léxico “atingido” implica a existência da obra. Só se pode ser atingido por algo objetivamente real. “Atingido” carrega consigo a obra pronta. Se é bastante claro que a era dos grandes projetos hidrelétricos deve ser freada e eliminada (Sevá Filho, 2005), o que ocorre com as hidrelétricas já existentes? A luta por legitimação de outras formas de compreender as usinas hidrelétricas e a relação homem/energia acaba quando eles são construídos? Em suma, o que está envolvido quando se pretende *resgatar* passivos socioculturais e econômicos?

O primeiro passo para responder a essas questões, acredito, é desvelar o que está por trás da produção da idéia de atingido e demonstrar como ela, muitas vezes, contribui não só para produzir novos impactos, mas também para que as ações de mitigação – que deveriam ser previstas e praticadas desde os estudos prévios dos projetos hidrelétricos – só sejam realmente elucidadas quando a obra já está pronta. A exclusão das perspectivas dos atingidos na definição de seus direitos, seja ela deliberada ou por problemas de incomensurabilidade de significados, conduz a um padrão de tratativas para lidar com impactos. As próximas páginas nos permitirão articular a forma como pretendo demonstrar a construção e o funcionamento desse padrão.

2.2.4. Caos e fractais: à procura da generalização antropológica, rumo às redes e exclusões morais.

Na primeira seção deste capítulo e no capítulo 1, descrevi o entorno do lago, relacionando as percepções dos atingidos sobre sua história, a história “oficial” dos municípios, a construção do Eixo, as disputas políticas estaduais e nacionais e, finalmente, a origem no tempo e no espaço desta pesquisa. Ao simplesmente listar aspectos dessas histórias, contadas diferentemente, sob perspectivas diferentes, com cortes abruptos de temporalidades e territorialidades, illustrei propositalmente um aparente caos. Fiz isso para adentrarmos nos fios que compõem malhas que vinculam tantos quesitos em relações objetivas de produção de fatos, isto é, caixas-pretas que versam sobre o que são impactos de grandes projetos hidrelétricos e quais direitos os atingidos detêm.

O macadame da época imperial, as decisões técnicas de traçados de pistas, as “revoluções” de 1930, a arquitetura brutalista e modernista de Brasília ou a Art-Decó goianiense,

os sonhos de enriquecimento pelo ouro, as decisões de não investir na mineração, a derrubada do cerrado, a inserção da *brachiária*, os fundos arenosos dos rios, a ascensão e queda de Santa Luzia como referência ao desenvolvimento, a marmelada, a chegada dos paulistas, as disputas na Câmara Distrital sobre financiamento de obras em Goiás, nelores, gir leiteiros, guzerás, soja, milho, pomares, árvores marcando o crescimento das crianças – ou seria o contrário? –, gado solto, cercamentos, diferenciações entre pequenos e grandes proprietários, mito de fundação do Mandioccal, “Casa dos Artistas”, acampamento dos operários, Igrejas Presbiterianas, Congregação Cristã, Católica, “Espírita”, orfanato, escolas rurais, embaixada da Itália, provas de seleção de professores, grupinhos, os casamentos com primos do outro lado do rio, cadeados e correntes, mais gente vinda de fora, chamadas de “turistas”, os cafés que sempre tomei em campo, carvão, bares, “puteiros”, associações de produtores rurais, mais igrejas Assembléia de Deus, extraterrestre “Carram”, a “sede”, a “rua”, os bandeirantes, as “peladas” no campinho de Mato Grande, os “chegantes” de ontem e hoje em Silvânia, ressignificações de oposições como forte x fraco, os zoneamentos do Plano Ambiental de Conservação e Uso de Reservatórios Artificiais – PACUERA, a animosidade entre criadores e plantadores, minha caderneta de campo, quase vinte antropólogos em trabalho de campo, etnografias, reuniões, discussões, livros, textos, autores, carros alugados, *vouchers* de combustível, esgoto, macrófitas, roubo de gado, baderna, mal cheiro, mosquitos, suposições de uma ou mais unidades socioculturais dinâmicas, vistorias do IBAMA, Costa-Freire, Quarta-Feira, medo de acidentes de carro, tombamento de caminhões, buracos e sinuosidades nos asfaltos e terras batidas, disputas por fiéis, trabalhos de caseiro, meeiro e diarista, busca por soluções consensuais, autoritarismo, imposição, insulto moral, Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, APP, os “de fora”, os “de dentro”, mutirões, expectorantes, mercuriocromo, metielmin, suporte calórico, mel, açúcar, melado, partos em casa, partos no hospital, Estrada de Ferro, Triângulo Mineiro, fluxos de capital, ciclos de regionalização, enclaves, cosmografias, a “vontade do povo”, a “necessidade” de sair do atraso, de “evoluir”, as roupas de algodão cru, a chegada do “preço nas coisas”, as mudanças das sedes dos municípios de Abadiânia e Alexânia para as margens da BR-060; tudo isso coisas, pessoas, significados e ideologias que estão amarradas e não podem ser desconsideradas para se chegar a uma compreensão sobre os impactos e os direitos dos atingidos no caso de Corumbá IV, a partir deste trabalho.

Foi importante falar de tantas coisas sem me aprofundar nelas, porque era preciso demonstrar o que está por trás dos enclaves gerenciados por PGEs: a imposição de uma forma de enxergar o tempo, o espaço e as relações políticas ideologizadas que os modelam. Ao caracterizar a região de Corumbá IV, não estamos legitimando a regionalização imposta pela

obra; ao contrário, estamos mostrando o impacto do recorte da empresa sobre as histórias que, agora, e como não poderia deixar de ser, se referenciam por ela.

Como tratar essa tempestade de quesitos a serem levados em conta? Como lidar com tantos objetos mobilizados para se contar a história não só dos lugares, mas dos impactos? Afinal, dimensionar impactos envolve demonstrar como o “antes” foi modificado pela obra, resgatar passivos exige, como etapa da ação política, a compreensão do que está em jogo e qual é a arena de “batalha”, nesse caso, as regras, possibilidades, fraquezas e impedimentos do licenciamento ambiental.

Muitos atores disputam pelos significados da noção de atingidos e, para validarem suas alegações, eles amarram alguns elementos em detrimento de outros. É de nota que, apesar de muitos, esses atores são poucos diante dos tantos outros que deveriam ser levados em conta e não o são. Representam basicamente as instituições envolvidas no licenciamento, como as agências ambientais licenciadoras, órgãos do poder judiciário, empresários, investidores e servidores públicos do Setor Elétrico. Esses atores divergem entre si e, mesmo no interior de suas instituições, têm posições variadas quanto ao tema.

O licenciamento ambiental deve ser concebido como uma rede de construção de fatos acerca do que são impactos e quais os direitos dos atingidos. Isso implica que cada construtor de fatos, no caso de Corumbá IV – o IBAMA, o MP, a concessionária, a equipe do Diagnóstico, os atingidos em sua diversidade –, procura validar suas próprias concepções sobre o que são impactos e quais os direitos dos atingidos, utilizando-se, para tanto, dos elementos amarrados a suas alegações. Assim, o IBAMA se utiliza dos preceitos ideológicos ambientalistas, da legitimidade do tema na sociedade brasileira e internacional, dos instrumentos políticos como as resoluções do CONAMA, entre outros, para formular seu argumento expresso em pareceres, ofícios e cartas. O MP, por seu turno, traz à tona seu preceito institucional de fazer valer as leis e o ideal de justiça veiculado por um Estado “democrático”. O empresariado amarra em sua proposta argumentativa a ausência de regulamentação para o trato com populações, a incapacidade do estado em fiscalizar as áreas e o retorno a longo prazo dos investimentos, que impedem ações de mitigação nas fases iniciais do projeto, entre outros.

A equipe do Diagnóstico, por sua vez, amarra a necessidade de se compreender que estruturas foram impactadas, a literatura disponível, o interesse político em contribuir para o resgate dos passivos, amalgamando tudo em um “produto” que se insere na disputa. Os atingidos, por outro lado, atuam diferentemente por serem muito diferentes. Alguns amarram o aumento do preço de terras, a explosão demográfica e o aumento do mercado consumidor, o tratamento de esgoto em Brasília, entre outros, para considerarem a obra positiva. Outros amarram quebra de vínculos de

parentesco, perda de terras produtivas, entre outros para se posicionarem contra a barragem, alegando que os direitos que detêm vão além das indenizações, consideradas ínfimas.

Ao demonstrar que coisas e pessoas estão amarradas a cada argumento, pretendo abrir as caixas-pretas do licenciamento ambiental da Corumbá IV, acreditando que poderei estender as conclusões, ponderadamente, ao licenciamento. Entendo tais generalizações como regularidades políticas, se bem que caóticas, ou melhor, baseadas na dissipação do caos para manter regular o fluxo do licenciamento. Essa possibilidade estaria assegurada não apenas pela comparação com outros casos, mas porque concebo este trabalho não como um estudo de caso apenas, mas como a demonstração de um fragmento de um fractal (Abbott, 2000).

O fractal permite-nos generalizar não pela possibilidade comparativa simplesmente, mas pela regularidade de elementos que estão em jogo em um conflito socioambiental. Os elementos componentes de uma certa totalidade repetem regularidades quando fracionados, guardando, entretanto, a particularidade de ser uma seção da totalidade. O licenciamento da UHE Corumbá IV é, senão, uma fração da totalidade dos licenciamentos ambientais, mas, ao ser tratado como fractal, tomo como dado que ele repete as regularidades a seu modo. Não são as formas que me parecem regulares, mas os fluxos, por isso considero que a *rede* opera um modelo de caos determinístico, conceito interessante para ampliar a assertiva de que quanto mais forte uma alegação – em uma rede de produção de fatos –, mais tênues os elementos amarrados.

Lo que estoy tratando de hacer es abstraer lo particular de lo general que tiene un proceso para poder llegar así a un modelo conceptual que nos permita acomodar no ya un caso solamente, sino diversos casos. Lo que estoy proponiendo es adoptar un modelo de caos determinístico para estos procesos. Tal concepción extiende a las sociedades humanas las características definidas por Prigogine (1983) para los estados apartados del equilibrio, y particularmente para las que denomina estructuras disipativas: sistemas que mantienen una pauta estable de flujos alejados del equilibrio y que sobreviven por una entrada de energía que se disipa en la conservación de la estructura. Tales sistemas son no-lineares y su comportamiento se ajusta frecuentemente al caos determinístico. (...) Sin embargo, es importante señalar que la misma ofrece un marco adecuado para concebir a los PGEs como estructuras disipativas en sí mismas, y para analizar el comportamiento de las distintas partes que se articulan dentro de tal subsistema (Bartolomé, 1996: 433)

A característica dissipativa explica porque as alegações fortes amarram tenuamente elementos uns nos outros: dissipar significa desligar os elementos que os atingidos carregam para caracterizar impactos e seus direitos e religá-los de maneira particular, capaz de assegurar a continuidade da exclusão de suas demandas. Assim, ao afirmar que considero o licenciamento como uma rede, fica implícito que sua operacionalização implica um modelo de caos determinístico, em que a estrutura a ser mantida é a de se construir projetos hidrelétricos em detrimento de qualquer possibilidade de veto por parte da sociedade, jogando para a fase de operação os debates acerca do resgate de passivos socioculturais e econômicos.

Para abrir as caixas-pretas dessa rede, será preciso demonstrar como se procede a exclusão dos atingidos dos lugares onde se definem impactos e direitos, apontando que coisas, pessoas e concepções de mundo são “esquecidas” das alegações dos atores que participam definitivamente dessas arenas.

Ao utilizar-me do conceito de *rede*, combato o de *campo*. Acredito que é preciso afastar a noção de campo para se compreender essas exclusões, pois ela se embasa na possibilidade de *autonomia* e na idéia de que *um* capital é o objeto de disputa. Como demonstrei, há uma infinidade de quesitos que fazem parte do jogo, impossibilitando qualquer tentativa de considerar o licenciamento como autônomo de outros “campos” como o científico, o social, o cultural, o político, o simbólico e outros. Ao focar num *habitus*, perde-se de vista a relação entre diferentes *habitus* que operam diferentes interesses e diferentes capitais. Creio que o conceito de campo, quando apropriado para lidar com o “campo do licenciamento ambiental” ou o “campo do setor elétrico”, acaba por contribuir para se considerar tudo a partir do ponto de vista dos gerenciadores do enclave, já que ele seria isolável, ou pretensamente autônomo. É a artificial autonomização do campo que contribui para que o enclave se naturalize; é contra qualquer tentativa de isolar o licenciamento e o setor elétrico que devemos lutar se queremos demonstrar o ponto de vista “nativo” na definição de seus direitos. Não se trata de apontar que há uma certa autonomização do que se chama “campo ambiental”, mas de indicar como os atores dominantes no licenciamento omitem os elementos que evidenciam que ela é artificialmente criada, promovendo a exclusão de outras perspectivas sobre impactos e direitos.

2.2.5. Moralidades

Como já adiantei, chamo de exclusão o processo pelo qual os atores envolvidos em uma argumentação ou tomada de decisão não conseguem viabilizar um diálogo, no sentido estrito do termo, fazendo com que sua compreensão de mundo, de como atuar nele, não participe das decisões e desdobramentos das ações levadas a cabo. Trago à baila, nesse sentido, as concepções de Cardoso de Oliveira, para demonstrar que a exclusão a que me refiro é eminentemente moral.

O costume está vinculado a convenções e a moralidade à idéia de ação proba, baseada em princípios. A moralidade tem a característica marcante de consciência para a ação: o sujeito age a partir de uma motivação de “vontade subjetiva do bem”, o que não necessariamente ocorre no âmbito dos costumes (Cardoso de Oliveira, 2000: 171).

O que não significa entretanto que valores morais não possam estar imbricados em costumes. Poder-se-ia dizer, de conformidade com Simmel, que há um continuum entre o pólo da moralidade e o pólo da legalidade, situando-se entre ambos o costume. Esse entrelaçamento que se observa na dinâmica do continuum mostra que a própria oscilação do costume entre dois pólos indica que essas três dimensões societárias não apenas podem, mas devem ser distintas. Assim sendo, se se aceita a distinção indicada

entre costume e moralidade, não há porque deixarmos de aplicar essa distinção no exame que gostaríamos de fazer da moralidade no âmbito de nossa disciplina (Cardoso de Oliveira, 1996: 58-59).

Ao propor a separação entre esses dois pólos, Cardoso de Oliveira abre espaço para que culturas diferentes possam ser comensuráveis, senão em sua totalidade – o que, se for possível, só o será em contextos nos quais os atores compartilham pelo menos um mesmo sistema de significação –, pelo menos nos espaços argumentativos subjacentes ao contato das fronteiras culturais. Esses espaços argumentativos, e essa é uma condição para compreendermos uma prática dialógica, devem ser considerados como comunidades de argumentação e de comunicação. *“Trata-se da substituição da tradição cartesiana-kantiana do “eu-penso” pelo “nós argumentamos”* (Idem: 57).

Os referidos conceitos, cunhados na tradição apeliiana, são co-extensos, pois são marcados pela intersubjetividade (Cardoso de Oliveira, 1996: 34). Na concepção original – que o autor pretende modificar introduzindo o contato interétnico ou intercultural¹³ –, essas comunidades são constituídas por indivíduos que compartilham do mesmo jogo de linguagem¹⁴ e pressupõem consenso sobre regras estabelecidas. É o estabelecimento de uma ética que permite a produção de consensos morais. Ética é entendida como o dever, refere-se a um ideal de ação e não propriamente à ação em si, esta, relativa à moralidade. A ética é quem baliza a ação moral traduzida em práticas – moralidades.

Outra condição para a ética discursiva é a consideração de que toda e qualquer coletividade ou sujeito tem capacidade comunicativa, isto é, pode expor seus argumentos, uma vez possibilitada a livre argumentação. Reconhecer a capacidade argumentativa dos membros de uma comunidade de argumentação significa levar em conta a necessidade de inteligibilidade mútua de quais deveres e noções de bem-viver são negociadas. Isso significa que, nos casos em que a inteligibilidade é dificultada pela distância cultural, a tolerância deve ser vista como um direito, e não como caridade ou qualquer coisa que mantenha a situação subalterna de um dos pólos na interação (Cardoso de Oliveira, 2000: 197). É por meio da tolerância que se pode assegurar a equidade e a democratização de uma situação assimétrica de relações argumentativas.

O arranjo teórico exposto estabelece, por um lado, um mecanismo de averiguação de comunidades de argumentação e comunicação reais e, por outro, ideais. É a partir dessa possibilidade que Cardoso de Oliveira (2000: 178) oferece sua principal contribuição para o que chamo de exclusão. Cabe detalhar ainda mais as situações em que o que está em jogo é uma questão de etnicidade, isto é, *“um panorama no qual se defrontam grupos étnicos no interior de um mesmo espaço social e político dominado apenas por um deles”*. Como se sabe, as relações interétnicas no Brasil são bastante assimétricas e, nesse sentido, o autor procura montar uma

estrutura de ação – indigenista, ativista ou de pesquisas antropológicas – para a concepção de comunidades de argumentação e comunicação interétnicas. Trata-se de verificar como agir adequadamente – o bem viver –, tendo em vista um dever – agir eticamente e produzir espaços de livre argumentação – em que reina a assimetria e autoritarismos de toda ordem – nesse caso, de ordem discursiva.

Para haver um acordo intersubjetivo em uma verdadeira comunidade de argumentação interétnica, é preciso que se opere uma fusão de horizontes entre seus participantes¹⁵. Nesse sentido, para cumprir os pré-requisitos de uma situação de diálogo interétnico, é necessário estabelecer uma moralidade nova, resultado da tolerância mútua entre as partes e do estabelecimento de consensos inteligíveis aos universos semânticos em interação (Idem: 180). Ela deve ser nova porque a vigência das moralidades “antigas” na comunidade de argumentação interétnica reproduziriam a dominação do discurso hegemônico, impossibilitando o cumprimento da inteligibilidade. A inteligibilidade deve ser construída na negociação de consensos, pois não existe, *a priori*, num caso de contato interétnico, havendo apenas “fragmentos de razão” (Cardoso de Oliveira, 1996: 66).

Nas negociações em uma comunidade de argumentação, os atores elaboram seus discursos a partir das categorias que trazem de sua cultura. Isto significa que organizam seu pertencimento a essa cultura para um embate argumentativo, quando estarão diante de outras. O que se negocia são identidades, vistas aqui como flexíveis e dinâmicas.

(...) as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vida individuais (Barth, 1998: 188).

O avanço de Barth sobre a idéia de identidades deslocou o foco da história e constituição internas dos grupos diferentes para espaços de fronteiras. Mas somente em Crapanzano (1992 e 1980) a relação entre comunicação e identidade foi afirmada contundentemente. Esse autor vai em busca da caracterização do “eu” quando em face do “outro”. A identidade do “eu” é tida como tipificação que ele utiliza como agente nas diversas interações sociais. A relação entre o “eu” e o outro seria dialética, intermediada por um terceiro, que pode ser entendido como o elo que torna possível a inteligibilidade entre ambos. A idéia de uma nova moralidade acima proposta está em consonância com o “terceiro” de Peirce (1955) apropriada por Crapanzano (1992). A novidade da concepção desse autor é a possibilidade de abordar interações face a face e não apenas coletivas. Ao dar sentido comunicativo às identidades, o autor supera a dialética entre “eu” e “outro” quando o “terceiro” elemento dá sentido às identidades e transformam seu

significado. A exclusão é justamente a desconsideração das formas particulares de ressignificar a identidade daqueles que estão no caminho do desenvolvimento.

Nos casos de relação interétnica, a quem caberia a responsabilidade de assegurar a simetria para a produção de consensos em uma arena argumentativa? Para responder a tal questão, Cardoso de Oliveira, utilizando-se de Grunewold, divide três espaços de negociação moral diferentes: micro-esfera – na qual estão as relações face a face –, meso-esfera – espaço das moralidades coletivas coadunadas em práticas de Estado –, e, finalmente, a macro-esfera, na qual estão os valores universais de uma ética planetária. Os agentes da meso-esfera são os responsáveis por criar a simetria que redundará em acordos intersubjetivos, pois são esses agentes que mediam os valores da macro-esfera na micro-esfera e vice-versa. Não há dúvida que alguns valores vigentes na macro-esfera são os da tolerância, do pluralismo e do convívio com a diferença; cabe ao Estado, portanto, assegurá-lo, como “prestador de contas” na macro-esfera e “estado-maior” na micro-esfera. Caso isso não ocorra, estaremos diante de um diálogo intolerante (Cardoso de Oliveira, 2000).

O foco nas moralidades quando da análise de políticas de Estado – ou do licenciamento ambiental – é importante, porque elas são produzidas em arenas em que se exige dos atores uma postura democrática. A democracia como valor é o pano de fundo de quaisquer discussões que intentem definir o que são impactos, quem deve arcar com seus custos e quais os direitos dos atingidos em um Estado Nacional como o Brasil. Mas, na prática, as políticas não são realmente democráticas, pois não contam com a participação efetiva dos atores que são seus “alvos” – ou “targets”, como bastante conhecido na *business language*. Ao utilizar um modelo ideal de processos argumentativos realmente democráticos, *i.e.*, dialógico, podemos qualificar os exemplos encontrados nos casos etnográficos. Recapitulemos alguns pontos focados mais estritamente no licenciamento.

O primeiro é que *Comunidades de Argumentação* engajadas em definir políticas são espaços em que muitas moralidades são colocadas em contato. Cada ator formula seus argumentos a partir dos valores que tem em mãos, visando justificar esses valores diante da situação sobre a qual se discute. No processo comunicativo, os valores e visões de mundo dos atores são mobilizados de maneira a tensionar sua significação anterior, exigindo daqueles que argumentam certa responsabilidade de zelar pela coletividade que carrega em seu discurso, nos momentos de negociação. A ele cabe reorganizar a significação de seus valores para que eles “sobrevivam” ao processo comunicativo. Assim, emergem novos significados para os valores que anteriormente contribuíram para que cada ator planejasse seu argumento. Idealmente, os

resultados do processo comunicativo são concepções novas, mas capazes de satisfazer as particularidades de todos os universos colocados em contato. Daí a idéia de que uma prática argumentativa dialógica necessariamente é consensual. Ao falarmos em exclusão moral no licenciamento de Corumbá IV, estamos acentuando o distanciamento das moralidades que emergem dos processos comunicativos, do ideal democrático.

O segundo aspecto é que as novas moralidades construídas nas comunidades de argumentação subsidiam a construção de instrumentos políticos. Estes devem expressar os valores morais negociados anteriormente. Assim, minha proposta é analisar as etapas do licenciamento ambiental, suas modificações no tempo e os produtos daí emergentes – pesquisas, EIA/RIMA, PACUERA, estratégias de negociação da concessionária, a construção da APP, etc. –, atentando para como as moralidades se expressam ou se omitem.

Apesar de as moralidades serem aqui encaradas como formas societárias diferenciáveis dos costumes, isso pode balizar e, ao mesmo tempo, resultar de negociações de moralidades. Esse *continuum* entre costume e moralidade despertou meu interesse em buscar, nos produtos culturais, impressões dos processos de construção de moralidades, ou seja, impressões de processos comunicativos em que o resultado imprime as concepções que se fizeram vigentes nos momentos de negociações de significados sobre o que era a ação adequada e inadequada para lidar com impactos e com os impactados. Ao analisar esses produtos com foco nas moralidades, poderei perceber como e por que as perspectivas dos atingidos não se fizeram valer.

Passemos ao terceiro e último aspecto que deve ser ressaltado. A exclusão ocorre pela deliberada desconsideração dos atingidos como dignos de argumentar em favor de seus interesses ou por problemas de tradução de suas demandas. As comunidades de argumentação, que visam estabelecer direitos, devem assegurar a participação, a livre argumentação e a elaboração de estudos que permitam, em maior ou menor grau, traduzir as demandas dos atingidos. Atento para o fato de que as arenas argumentativas aqui descritas são os espaços *políticos* em que a incomensurabilidade dos sistemas simbólicos deve ser vista como um problema ou desafio a ser vencido. A natureza dessas arenas é a vontade de compreensão intersubjetiva por parte de todos os atores que deveriam participar do processo.

Acabo de descrever como acho que a “máquina” deveria funcionar, digo, o licenciamento ambiental de hidrelétricas. A própria contratação da equipe do Diagnóstico na transição da fase de implementação para a fase de operação do “empreendimento” indiciava que o caso muito se distanciava do ideal. Além disso, observei que os princípios desenvolvimentistas continuavam praticamente intactos, mesmo depois dos processos de negociação. A obrigatoriedade legal de se criar a APP e de retirar as casas que se encontram nessas faixas, também mostrava que os ideais conservacionistas estavam vigorosos. Os valores que entravam

de um lado da caixa-preta do licenciamento saiam do outro lado como se não tivessem sido processados com a participação dos atingidos, e, realmente, não foram.

Uma vez que os produtos imprimem os efeitos de ações comunicativas levadas a cabo no interior da caixa-preta, poderemos considerar, em consonância com Barth (1993) – que nos convida a focar nas conseqüências, e não nas motivações; voltaremos no assunto no capítulo 4 –, a possibilidade de, a partir deles, generalizar sobre o funcionamento da caixa-preta, ou seja, questões sobre o licenciamento ambiental e o processo de exclusão dos atingidos. A caixa-preta a ser aberta guarda as translações de interesses que ocorrem na construção e gerenciamento de um enclave. Este, delimitado nesta pesquisa a partir do licenciamento ao qual responde. No contexto desta pesquisa e com os dados levantados, abrir caixas-pretas da exclusão implica buscar impressões morais das cosmografias legíveis nos instrumentos do licenciamento quando, ao definir o que são impactos e direitos dos atingidos, impõe valores que oprimem as formas anteriores de relacionamento destes com o território.

2.2.6. Aprofundando a noção de rede

Como se produz a assimetria entre os universos discursivos dos atores da rede do licenciamento perante os atingidos, que atuam em suas próprias redes de parentesco, produção, religião, etc.? O passo inicial dos atores do licenciamento é povoar o mundo com mentes irracionais¹⁶, atribuindo à rede o único conhecimento válido para lidar com as questões que querem tratar; essa, uma regularidade bastante presente no licenciamento ambiental de hidrelétricas. Assim cria-se a idéia de que os atingidos são detentores de conhecimentos particulares e incomensuráveis aos conhecimentos técnicos da rede do licenciamento. Este seria universal, baseado na opinião de cientistas, técnicos, políticos e executivos. As cosmografias dos produtores de fatos na rede – ou seja, os técnicos, diretores, secretários, engenheiros e cientistas que participam definitivamente das comunidades de argumentação que estabelecem o que são impactos e quais os direitos dos atingidos – sobrepujam as cosmografias dos impactados, excluindo-as.

Perguntas acerca de causas não merecem resposta se a existência do efeito não for provada primeiro. Não haveria nenhum fator especial para descobrir por que as pessoas acreditam em coisas irracionais, se essa irracionalidade fosse simplesmente conseqüência de se estar olhando do lado de dentro da rede para o seu lado de fora – depois de omitir todos os recursos necessários para a existência, a expansão e a manutenção dessas redes (Latour, 2000: 303).

Aqui já podemos entender porque a distinção entre os de dentro e os de fora da rede do licenciamento não é adequada, quando tomamos como parâmetro entre eles a racionalidade – dos de dentro – e a irracionalidade – dos de fora. Em verdade, a questão se resume da seguinte forma: a expansão de redes, criando alianças bem fortes, depende da expansão e legitimação das

premissas dessas redes. Não se trata de reconhecer a legitimidade dos conhecimentos e diferenças dos atingidos, mas de alistá-los na rede, por meio da idéia de um atingido genérico, promovendo a possibilidade de gerenciamento de conflitos (Sigaud, 1996; Assis, 2005 e Viveiros de Castro & Andrade, 1988). Por isso, percebe-se, nas pesquisas e leis desenvolvidas para/no licenciamento, uma certa categorização dos atingidos como grupos diferentes daqueles que receberão os “benefícios” da usina. Isso necessariamente reconfigura as práticas dos atingidos numa nova relação de poder na qual suas acepções de mundo passam de conhecimento – do ponto de vista das populações atingidas – para conhecimento *local* – do ponto de vista da rede.

De questões de “mentes” e “formas” mudamos agora para questões de choques entre pessoas que vivem em mundos diferentes.(...) Agora podemos ver como deixar os relativistas com seu dever profissional de advogados de defesa e continuar nosso caminho, para entender, simultaneamente o que a rede científica captura em suas malhas e o que lhe escapa. (...)

De debates sobre a razão vamos para disputas em torno daquilo de que é feito o mundo de diferentes pessoas, do modo como elas podem atingir seus objetivos, daquilo que se interpõe em seu caminho, dos recursos que podem ser buscados (...) Ninguém está acusando ninguém de irracionalidade, mas ainda estamos lutando para viver em mundos diferentes” (Latour, 2000: 323-324).

Mas como saber de que é feito o mundo das pessoas? Resposta: analisando as controvérsias, pois é em meio aos embates que as ligações “se mostram”. Por isso, ao buscarmos compreender a rede do licenciamento, será fundamental apontar as controvérsias expostas entre investidores e empresários, IBAMA e MP.

Em outras palavras, ninguém vive uma cultura, ninguém tem paradigmas em comum com os outros nem pertence a uma sociedade sem que antes se choque com os outros. A emergência dessas palavras é uma das conseqüências de se construírem redes maiores e de se cruzar o caminho das outras pessoas” (Ibid: 330).

Quando alguém ou algum estudo ou lei nos mostra atribuições de causas e efeitos sobre algo, apontam que pontos estão interligados, que dimensão e força têm as ligações, quem são os porta-vozes legitimados e como esses elementos são modificados em meio à controvérsia; nos dá os elementos necessários para traçar sua sócio-lógica. Essa proposta supera em muito a idéia de *capital* como elemento que liga os pares num campo, no nosso caso, numa rede. O que está em jogo não é mais o elemento cognitivo da construção da ciência ou da tecnoburocracia do licenciamento ambiental, mas propriamente quais ligações importam e quais não importam na legitimação de algo em contato com o outro a ser convencido. Isto é, como os atores dominantes na rede do licenciamento “dissipam” os inúmeros elementos que não querem ou não podem considerar na construção do que são impactos e direitos dos atingidos, garantindo a regularidade de seu funcionamento. Eles desconectam os elementos amarrados pelos atingidos para caracterizar impactos e direitos religando-os de maneira a manter operante a própria estrutura tecnoburocrática. A invisibilidade dos atingidos é, assim, produzida como se eles fossem

incapazes de compreender “o que está em jogo”, ou seja, a totalidade do processo. Note-se que a totalidade é imposta como a totalidade do licenciamento em detrimento da totalidade que os atingidos chamam a atenção quando, para relatarem sobre impactos, afirmam ser necessário contar toda sua história de vida.

Do ponto de vista do observador, nenhuma dessas pessoas nunca pensa ilógica ou logicamente, mas sempre sociologicamente; ou seja, elas vão direto de elementos a elementos, até que se inicie uma controvérsia. Quando isso acontece procuram aliados mais fortes e mais resistentes, e, para isso, podem acabar mobilizando os elementos mais heterogêneos e distantes, portanto mapeando para si mesmas, para seus oponentes e para os observadores aquilo a que atribuem mais valor, aquilo a que mais se apegam. “Onde estiver o vosso tesouro, ali também estará o vosso coração (Lucas, 12, 34)” (Latour, 2000:336).

Outro aspecto fundamental, para analisarmos o atual contexto do licenciamento ambiental, no caso específico de Corumbá IV, e tecermos algumas considerações mais gerais, é considerar que os atores determinantes na rede do licenciamento e os atingidos se diferenciam – do ponto de vista das posições de poder –, apenas por comporem redes maiores e menores, por deterem possibilidade de controle sobre alegações que transitam em amplitudes políticas diferentes.

diante de uma acusação de irracionalidade, ou simplesmente de crenças em alguma coisa, nunca acharemos que as pessoas acreditam em coisas ou são irracionais, nunca procuraremos saber que regra da lógica foi infringida, mas simplesmente observaremos o ângulo, a direção, o movimento e a escala do deslocamento do observador [acusador]” (Ibid: 348).

O que a rede do licenciamento produz é uma pretensão de conhecimento sobre impactos e atingidos, no qual os atores em disputa falam sobre os atingidos a partir das incursões que fazem *neles* e não *com* eles. Essas numerosas incursões acabam por permitir o acúmulo de um arcabouço de conhecimento sobre a situação dos atingidos, que contribui para que eles sejam, aos olhos dos demais atores, cada vez menos necessários para falarem sobre si, sendo substituídos por gráficos, estudos, conceitos legais e outros. O empresariado e os demais atores, apoiados por estudos técnicos e leis, acreditam que conhecem mais e melhor os atingidos do que eles próprios. Em consequência, os atingidos são classificados a partir dos interesses do centro. A assimetria de poder quanto à definição do conceito de atingido remete ao número de inscrições que os atores detêm sobre as supostas particularidades locais, relacionando-as a processos mais amplos: as regras do licenciamento ambiental. Assim,

A geografia implícita dos nativos é explicitada pelos geógrafos, o conhecimento local dos selvagens se transforma em conhecimento universal dos cartógrafos; as crenças imprecisas, aproximadas e infundadas dos autóctones se transformam em conhecimento preciso, certo e fundamentado (Ibid: 351).

Tomemos o exemplo de Latour sobre a expedição de Lapérouse, quando pela primeira vez fez uma expedição à Sacalina para desbravá-la e desenhar o mapa da costa do Pacífico, sob

mando do rei da França, que à época guerreava com a Inglaterra por colônias. Como foi possível tal tarefa?

A assimetria é produzida na medida que a missão do capitão tem sucesso. Seu principal interesse é voltar à base da qual partiu na França, levando consigo “a ilha”, isto é o máximo de aquisições de coisas e conhecimentos sobre a ilha. Inclusive a definição, se era ilha ou península. Quando os dados chegarem à França, Sacalina já vai poder ser conhecida *na* França. O barco Neptuna, que parte para Sacalina dez anos depois do primeiro, estará mais forte que os nativos – diferente do que ocorreu com a tripulação de Lapérouse – pois terá acesso a mapas, livros, diários, etc. Será a segunda vez que as terras terão sido vistas. A assimetria resulta da acumulação de inscrições que se faz quando é possível a viagem de volta. Se Lapérouse não tivesse voltado¹⁷, ou melhor, se suas inscrições não tivessem chegado à Versalhes, a tripulação do Neptuna estaria mais fraca, em pé de igualdade com os nativos – quanto aos conhecimentos sobre a ilha e não quanto ao poderio militar. Como esses dados chegaram ao palácio, Neptuna é mais forte, pois sabe muitas coisas antes de conversar com os nativos. Portanto, é mais fácil “domesticá-los”; a dependência das informações deles para um novo ciclo de inscrições é bem menor.

Não há nenhuma maneira de organizar com clareza esses elos em categorias, pois eles foram todos urdidos juntos, como os muitos fios de um macramé, para que um compensasse a fraqueza do outro. Todas as distinções que poderíamos desejar fazer entre domínios (economia, política, ciência, tecnologia, lei) são menos importantes que o movimento sem-par que leva todos esses domínios a conspirar pelo mesmo objetivo: um ciclo de acumulação graças ao qual um ponto se transforma em centro, agindo à distância sobre muitos outros pontos(...) (Ibid: 361).

Ao concentrar tantos elementos de tantos lugares diferentes e dispô-los lado a lado, os técnicos e cientistas ficam diante do desafio de criar o conhecimento, algo novo. Mas é bom reforçar que o que é novo não é a forma de ver o mundo, mas propriamente o número de elementos ligados a uma observação ou uma concepção de impactos e direitos dos atingidos. Cria-se um mundo de papel que inverte a situação de dominação sobre a história. É assim que a lógica do enclave se naturaliza, destroçando as histórias dos atingidos, por meio da criação de uma particularidade que remete apenas àqueles quesitos necessários para gerenciar a obra e o licenciamento ambiental.

Num mapa, a terra cabe no papel, a galáxia cabe no observatório ou nos *softwares*. As realidades “locais”, as experiências individuais, os impactos de cada hidrelétrica são colecionados de maneira que possam caber numa tabela. A inversão das relações de dominação entre observado e observador¹⁸, amplamente dependente da manipulação em escala daquilo que se observa, é responsável pela confusão que se cria quanto à idéia de lugar. É como se os centros de onde partem os viajantes não fossem tão lugares quanto são os lugares que vão “visitar”.

Não precisamos opor conhecimento local dos chineses ao conhecimento universal dos europeus, mas apenas dois conhecimentos locais, só que um tem forma de rede, e transporta móveis imutáveis num trajeto de ida e volta para atuar à distância (...) Finalmente sabemos que os resultados da construção, manutenção e ampliação dessas redes é a possibilidade de agir a distância, ou seja, fazer nesses centros certas coisas que às vezes possibilitam dominar espacial e cronologicamente a periferia (Ibid: 372, 377).

Ao chegar nos centros, os viajantes trazem consigo dados que precisam organizar em função do interesse da rede a que pertencem. Para tanto, vão filtrando as inscrições, que são infinitas e, por isso, vão até a enésima ordem, diria Latour. As inscrições não param até que haja uma controvérsia. Quando isso ocorre, “tudo bem, pois podemos olhar a inscrição ($n-1$) e regredir até a primeira, não importa o trabalho que isso nos tome”. (...) *é a logística dos móveis imutáveis que temos de admirar e estudar, e não o aparentemente miraculoso aumento de força obtido pelos cientistas que queimam as pestanas em seus gabinetes (Latour, 2000: 385).* Ao focarmos nessa logística, podemos indicar que as inscrições ocorrem cumulativamente e demonstrar que a lógica da acumulação de inscrições tem procedimentos próprios de deixar de fora determinados aspectos que não interessam ou são invisíveis aos operadores do licenciamento. No primeiro caso, exclusão deliberada, no segundo, problema de incomensurabilidade.

Esses centros, Latour os chama de *centrais de cálculo*, em que, no caso do licenciamento de hidrelétricas, a idéia de impacto e direito dos atingidos é definida. São nelas que iremos em busca de como os impactos são produzidos na rede tecnoburocrática. No caso da Corumbá IV, trata-se dos lugares onde se emitem pareceres, laudos, processos judiciais, etc.

A última questão que devo abordar, antes de partir para a análise da construção da rede, sua operacionalização e a identificação de tudo que cai pelas malhas, é a de estabelecer como a rede se expande, como ela legitima os produtos decorrentes de suas negociações de significados. Nos produtos do licenciamento, como laudos e pesquisas, a estratégia para assegurar a exclusão dos atingidos é desvincular as teorias das coisas das quais são teorias. Tudo isso é um mal entendido e pode ser esclarecido se estivermos atentos ao que significa quando alguém utiliza a “capacidade de abstração” ou “capacidade teórica” como atributos mais presentes nos cientistas “puros” que nos outros reles mortais. O que é abstrato é o produto das *centrais de cálculo*, dos laboratórios, centros e Ministérios, não seus processos de concepção. O produto sim é um modelo reduzido que depende da abstração, pois seu estágio atual acumula estágios de inscrições anteriores (de enésima ordem) sem evidenciá-los. As mentes dos produtores não são mais ou menos abstratas que as demais. Quando o processo de fabricação do produto abstrato é entendido como tão abstrato quanto o produto que gera, então, nossa busca por compreensão sobre como se produz impactos e direitos dos atingidos se complica, pois tudo que é incompreensível *a priori*

será delegado a uma capacidade mágica de abstrair do cientista, do técnico, do político ou do executivo.

É preciso compreender que os processos de construção de qualquer objeto, política, psique, etc. são verificáveis e “estudáveis”.

Assim que se traça uma linha divisória entre as teorias e as coisas das quais elas são a teoria, a ponta da tecnociência fica imediatamente envolta em brumas. Teorias, agora transformadas em objetos abstratos e autônomos, flutuam, como discos voadores acima do restante da ciência que, por contraste, se torna “experimental” ou “empírica” (...) Nunca separaremos as abstrações ou as teorias das coisas das quais abstrações ou teorias elas são, o que significa estar sempre viajando pelas redes ao longo de sua maior extensão. (...) nunca estudaremos um cálculo sem estudar as centrais de cálculo. (E, evidentemente, como aprendemos acima, não confundiremos os resultados do processo de atribuição com a lista daqueles que realmente fizeram o trabalho) (...)

Quando se tem uma informação em mãos, tem-se a forma de alguma coisa sem ter a coisa em si (por exemplo o mapa de Sacalina sem Sacalina [...]). Como sabemos, essas informações podem ser acumuladas e combinadas nos centros. Mas seu acúmulo tem mais um subproduto inesperado. Como não há limite para a cascata de reescritura e re-representação, podem-se obter formas de enésima ordem que se combinam com outras formas de enésima ordem provenientes de regiões completamente diferentes. São esses novos nexos inesperados que explicam porque as formas importam tanto e porque os observadores da ciência vibram tanto com elas. (...) Nas centrais de cálculo obtém-se formulários a partir de domínios totalmente desvinculados, mas com a mesma forma. Isso significa que serão criados nexos transversais além de todas as associações verticais feitas pela cascata de reescritura. (...) (Ibid).

Essas novas combinações e comparabilidades entre inscrições do setor elétrico e do licenciamento ambiental, conduzem a práticas que tendem a jogar para a fase de operação as demandas socioculturais e econômicas.

É necessário fechar o ciclo. Os viajantes vão, voltam, produzem conhecimento e agora têm que disseminá-lo. Ora, mas disseminá-lo significa necessariamente ampliar a rede, criar os meios de sobrevivência dos conhecimentos gerados que, fora dela, nada significam. Ninguém compra energia ou água se não houver necessidade. Como exemplifica Latour, quando estamos interessados em saber as horas perguntamos a alguém que tenha relógio. Por que? Porque o relógio indica as horas!! Genial!! Os fatos produzidos na rede da tecnociência não funcionam fora dela. Disseminar os produtos da ciência, da tecnologia, da burocracia e do licenciamento ambiental de hidrelétricas é disseminar os pressupostos que permitem operacionalizá-los.

Um restaurante, um supermercado, uma loja, uma linha de montagem estão o tempo todo gerando tantas leituras a partir de tantos instrumentos quanto um laboratório (pense nas balanças, nos relógios, nas registradoras, nos pedidos). (...) na maioria das vezes comparamos o que lemos nos mapas com os sinais das rodovias, escritos na mesma linguagem. Quando “lá-fora” é realmente encontrado, quando as coisas de fora são vistas pela primeira vez é o fim da ciência pois a causa essencial da superioridade científica terá desaparecido (...) (Ibid: 417).

Quando produz essas *metrologias*, a *rede* permite amarrar todos os elementos necessários para que aquilo que cai pelas malhas, o lá fora, não seja perceptível. As relações entre inscrições e marcos em que se pode conferir sua realidade – as placas que marcam os quilômetros de uma rodovia, por exemplo – dissociam os elementos ligados, não permitindo que

o funcionamento da máquina seja inteligível a todos os “móveis” que dinamizam seu funcionamento.

Os grupos interessados podem, portanto, ser controlados à medida que, movimentando-se através de uma série de translações, acabam sendo capturados por um elemento completamente novo, tão fortemente amarrado que nada pode soltá-lo (...) O meio mais simples de transformar o conjunto justaposto de aliados num todo que atue com unicidade é atar as forças reunidas uma à outra, ou seja, construir uma máquina” (Ibid: 212).

Latour (2000: 212-213) usa aí um conceito amplo de máquina:

um tipo de esperteza em que as forças usadas mantêm-se mutuamente sob controle, de tal modo que nenhuma delas pode escapar do grupo (...) O truque é cortar a ligação que cada ferramenta tem com cada corpo e interligá-los de outra maneira.

Quanto mais aliados se tem para controlar, mais complexo é o funcionamento da máquina. O desenvolvimento da máquina conduz a uma automatização do licenciamento, de maneira que ela própria faça o controle dos elementos, ou melhor, que cada elemento faça o controle dos demais. Somente quando se constitui um autômato de funcionamento regular, podemos falar na conclusão de uma caixa-preta.

A partir disso, Latour (2007: 217) justifica porque não separa ciência e tecnologia e eu acrescentaria a tecnoburocracia: porque as práticas do construtor de objetos e do construtor de fatos procuram resolver o mesmo problema:

como convencer outras pessoas, como controlar o comportamento delas, como reunir recursos suficientes num único lugar, como conseguir que a alegação ou o objeto se disseminem no tempo e no espaço. Em ambos os casos são os outros que têm o poder de transformar a alegação ou o objeto num todo duradouro”.

A partir desse arranjo teórico, dou segmento a meu argumento. No capítulo seguinte, veremos como a caixa-preta do licenciamento ambiental é produzida. Acentuarei as perspectivas morais que levaram à construção de duas ideologias políticas: desenvolvimentismo no setor elétrico e desenvolvimento sustentável. Em seguida, caberá mostrar o que entra na caixa-preta e como ela opera a exclusão deliberada e consciente dos atingidos por parte dos atores dominantes na rede, *i.e.*, quais pontos de vista compõem os *inputs* do licenciamento ambiental. No capítulo 5, será feita uma análise sobre o que sai da caixa-preta, e, uma vez notando que os elementos morais que entraram se repetem nos produtos finais, a pergunta a ser respondida é: o que e como as categorias de entendimento de mundo dos atingidos escapam pelas malhas da rede do licenciamento ambiental? O que pretendo evidenciar é que os resultados da caixa-preta do licenciamento não imprimem processos comunicativos em que os atingidos são tidos como atores de fato na produção de

certos consensos. A maioria dos produtos desconsideram as formas anteriores de conceber o espaço e o tempo em que se desenrolavam as relações sociais antes da barragem.

CAPÍTULO 3

A construção moral da caixa-preta do licenciamento ambiental de hidrelétricas: considerações sobre seus *inputs*



(“Kama Sutra”, Gato e Gata, Laerte)

O licenciamento ambiental de hidrelétricas é uma rede em que concepções de sociedade, intervenções na natureza, formas de planejar ações de estado, crenças na racionalidade e tecnologias, distribuição de benefícios e custos tensionam-se ao redor de duas propostas: o desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável. Há, claramente, uma disputa por qual seria a maneira adequada de planejar e executar ações relacionando obras públicas, fornecimento de energia e água. Disputam-se ainda a(s) “verdade(s)” sobre conceitos como participação, cidadania e sociedade civil (Zhourri, Laschefski & Paiva, 2005). Isso permite-nos colocar o licenciamento ambiental como arena em que está em jogo a produção de moralidades. A maneira como tais moralidades são negociadas corresponde aos preceitos mais amplos sobre o agir probamente, inscritas nos discursos do ambientalismo e do desenvolvimentismo. Assim, é fundamental que tenhamos em vista que o posicionamento dos atores diante de questões específicas do licenciamento respondem a valores que, nas próprias instituições – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Corumbá Concessões S/A – CCSA, Ministério Público – MP e outros –, estão em construção e disputa. Os contornos institucionais que se estabelecem a partir daí impõem aos atingidos dificuldades de satisfazerem suas demandas, e mesmo de formulá-las, nos termos ideológicos que estão em jogo, os quais não necessariamente são compartilhados entre todos os atores interessados (Rezende & Rothman, 2005).

Faz-se necessário demonstrar, a partir das dinâmicas na história, como a ação desses atores institucionais perpassa diferentes níveis de pertencimento, integrados a concepções de mundo, para termos uma noção menos embaçada de como a caixa-preta do licenciamento se constituiu, qual sua amplitude e como ela dissipa as relações entre suas partes, reorganizando as interações, no sentido de manter a estrutura em funcionamento. Àquilo que entra na caixa-preta chamaremos de *inputs* e este capítulo intenta demonstrar a construção artefactual e integrada das noções de pertencimento que os subsidiam.

Utilizo aqui a mesma noção de níveis de integração de Ribeiro (2000: 96), segundo o qual:

A minha concepção de níveis de integração é também informada por uma fusão heterodoxa de análise regional com uma compreensão fluida das relações entre parte e todo de qualquer sistema organizativo ou classificatório. Interpreto-os como um espectro formado pelos níveis local, regional, nacional, internacional e transnacional.

3.1. A ambientalização das populações que sofrem efeitos de barragens

O marco inicial das idéias de desenvolvimento contemporâneas – em substituição ou transição da idéia de “progresso” – é o pós-II Guerra Mundial. Desde então, houve muitas variações do termo, nas quais os atores coletivos procuraram *estabelecer suas perspectivas particulares sobre como se deve proceder com relação ao desenvolvimento, como as mais corretas* (Ribeiro, 2000: 133, grifo do autor).

No momento em que se assiste à perda da eficiência relativa de algumas das principais ideologias/utopias ancoradas no século XIX, vemos a penetração, por um lado, do pós-modernismo, um discurso antiutópico e infenso a categorias, interpretações e propostas totalizantes e, por outro, do ambientalismo, este com características utópicas e totalizantes (...) Desde o século XIX o ritmo crescente de integração do sistema mundial passou a requerer uma ideologia/utopia que pudesse tanto dar sentido às posições desiguais dentro do sistema quanto promover uma explicação pela qual os povos situados em níveis mais baixos pudessem “entender” suas posições e acreditar que existia uma saída para a situação de atraso (Ribeiro, 2000: 138 e 141).

Daí a idéia de desenvolvimento como performance de grupos no espaço internacional, no qual os menos “desenvolvidos” poderiam chegar ao ápice, seguindo uma certa receita – ofertada, obviamente, pelos desenvolvidos. O “progresso”, colocado como “matriz-civilizadora” é um motivo natural no qual o desafio humano seria crescer. O dilema humano, nessa perspectiva, está entre crescer ou perecer (Ribeiro, 2000: 142). Para crescer, bastaria investir em melhoramentos e inovações tecnológicas. Este o “segredo” do desenvolvimento, ainda compartilhado e bastante expressivo nas concepções sobre mitigação de impactos de hidrelétricas. Por esse ponto de vista, bastaria desenvolver instrumentos tecnológicos adequados para findar impactos.

Nesse contexto, o ambientalismo interage com teorias econômicas desenvolvimentistas, sendo apropriado por diferentes grupos políticos, aparentemente opostos. Tal apropriação é possível porque

a despeito do fato de que o ambientalismo não compartilhe um corpo central, claramente definido, de categorias interpretativas, pode-se dizer que o conjunto principal de seus referentes conforma uma matriz, o relacionamento homem/natureza, que é difundida ou apropriada de maneira mais neutra do que outras que partam do relacionamento homem/homem, enfatizando-o ou assignando-lhe lugar central em suas arquiteturas teóricas e interpretativas (Ribeiro, 2000: 145).

É possível situar o marco inicial da “questão ambiental” *em nível global* na Conferência de Estocolmo em 1972, quando emerge também a idéia de Estado Burocrático Autoritário (O’Donnel, 1982), que, ao bloquear o florescimento de outras ideologias políticas, derrota o ideal democrático popular em favor do paradigma Neoliberal (Zhouri, Laschefski & Paiva, 2005).

“Estocolmo 72” se relaciona diretamente com os debates iniciados nos anos 1960, no chamado Clube de Roma, que resultaram no relatório de Meadows, contemporâneo à Conferência. O Relatório propunha a meta de não-crescimento até 2010. Essa posição radical mantinha a questão ambiental como necessariamente oposta ao desenvolvimento do pós-guerra. Somente a flexibilização dessa idéia faria surgir o ambientalismo não como alternativa ao desenvolvimento que vinha sendo levado a cabo, mas como interlocutor “desde dentro” das arenas desenvolvimentistas. O “meio termo” encontrou sua formulação na concepção de desenvolvimento sustentável que articula eficiência econômica, eficácia social e ambiental sem que se pudesse ir contra os princípios mesmos de eficácia e eficiência. Isso só ocorre nos meandros dos anos 1980 e 1990 do século passado.

Montibeller Filho (2004) nos mostra três vertentes desse novo paradigma: a ambiental neoclássica, que crê que o sistema é capaz de resolver os problemas ambientais – visão que se tornou predominante entre os capitalistas –; a ambiental ecológica, que acredita que o mercado só absorve parcialmente os conflitos, mesmo assim, desde que pressionados. Há, nessa perspectiva, a necessidade de substituição da lógica econômica. Por último, emerge a vertente do ambientalismo marxista, em que custos sociais e ambientais são inerentes ao capitalismo, sendo dialética a relação entre capital e natureza.

Em “Estocolmo 72”, essas visões não chegavam ainda a se consolidar como paradigmas compartilhados em nível global. Os debates dessa Conferência colocavam, de um lado, os países desenvolvidos e, do outro, os do “Terceiro Mundo”, acusados de serem os responsáveis pelos riscos ambientais que o globo sofria. Os países do “Terceiro Mundo”, a exemplo do Brasil, não aceitavam a acusação, afirmando que se discutia apenas os efeitos ambientais, excluindo suas causas e seus vínculos sociais, políticos e históricos. Com isso, a comitiva brasileira informou que aceitava de bom grado os efeitos poluentes do desenvolvimento, desde que o resultado fosse o crescimento nacional – sua industrialização (Lemos, 1999: 30).

Apesar de não consolidar o desenvolvimento sustentável como paradigma moral desenvolvimentista em nível global, “Estocolmo 72” promoveu muitos resultados em nível internacional e também no Brasil. No primeiro caso, o modelo americano de Avaliação de Impactos Ambientais – AIA foi colocado como necessidade urgente para a execução de projetos desenvolvimentistas. No Brasil, o principal desdobramento da Conferência foi a criação da Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, situada no Ministério do Interior¹. Esta não representava

uma incorporação nacional da filosofia ambiental; era uma agência à qual cabia responder às pressões internacionais, já que financiamentos externos começavam a ter como pauta determinante o atendimento às “questões ambientais”. Cabia à SEMA, ainda, conter quaisquer oposições ambientalistas internas (Barbosa, 2001). De qualquer maneira, foi dado início à administração do meio ambiente pelo Estado. O Estado passa a administrar as representações nacionais de natureza e não propriamente reformular sua visão de desenvolvimento (Fabiani apud Barbosa, 2001). É ilustrativo dessa perspectiva a volatilidade da questão ambiental no Estado brasileiro, em que o tema ocupava pastas no Ministério do Trabalho, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Interior e outros espaços institucionais². Não cabia à SEMA a elaboração de políticas sobre o meio ambiente, ela era apenas uma mediadora das concepções de natureza presentes nesses órgãos. Seu objetivo era cuidar dos efeitos ambientais das atividades desses setores (Lemos, 1999).

Nos anos 1970, somou-se à “Estocolmo 72” o encontro de Tbilisi, em 1977, que debateu o papel da educação ambiental na nova configuração desenvolvimentista. Foi a aparição mais significativa da vinculação do conceito de meio ambiente a aspectos sociais e culturais. Poucos ou nenhum desdobramentos ocorreram no Brasil a partir desse encontro. O fato é que até o início dos anos 1980 não existia um conjunto de apropriações articuladas sobre meio ambiente, na produção de políticas públicas. Elas ainda não representavam uma postura moral do Estado em sua planificação. As diversas regulamentações existentes³ eram menos uma reformulação político-ideológica, no sentido do uso racional dos recursos, do que a simples otimização da exploração da natureza nas mesmas bases desenvolvimentistas preexistentes (Lemos, 1999: 35). Entretanto, o Estado não é homogêneo, nem mesmo as diversas instituições que o compõem têm discursos institucionais monolíticos. “Estocolmo 72” e “Tbilisi 77” ressoariam nos atores intra-governamentais, mesmo com a paliativa criação da SEMA.

No início dos anos 1980, configurou-se no país duas vertentes de luta institucional: uma que se caracterizava pela constituição de políticas ambientais e outra que disputava classificações jurídicas sobre o meio ambiente. Assim, como decorrência dessas disputas internas, surge um espaço ambiental estatal (Ibid), de onde surgiu a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA⁴.

A PNMA representa o marco que preparou o país para a posterior internalização dos princípios de desenvolvimento sustentável, debatidos, em alguma medida, no período de redemocratização que culminou com a Constituição de 1988, concretizando-se na “Rio 92”. Essa Política reunia em um só corpo legal as questões ambientais, centralizando as definições sobre a probidade das relações entre cidadania, capital e natureza. Todas as Comunidades de Argumentação que se formariam no ambientalismo estatal visavam modificar, manter, acrescentar ou retirar itens e concepções de meio ambiente e sua gestão no país.

Após a centralização promovida pela PNMA, seguiu-se uma organização institucional de descentralização, no âmbito da execução dessa Política. Assim, foi criado o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, que borrifava nos estados e municípios toda a gestão da PNMA. O duplo aspecto do aparato institucional criado (centralizar/descentralizar) corresponde claramente à adaptação da “questão ambiental” estatal à nova configuração do capitalismo flexível (Harvey, 1989), na qual a lógica do enclave é hegemônica. Para “administrar” esse duplo movimento, foi criado, como órgão superior do SISNAMA, o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. A primeira resolução do Conselho institui, finalmente, os princípios do licenciamento ambiental⁵.

A exigência de EIAs/RIMAs para usinas hidrelétricas surge como etapa da AIA. Segundo Barbosa (2001: 47), o instrumento resulta das disputas entre líderes das eleições de 1982 contra os remanescentes da ditadura. Sendo assim, observa-se uma relação direta entre o contexto político nacional e a mudança sistemática nas ideologias políticas que incorporam noções de desenvolvimento sustentável, conceito que até então era apenas um germe. Já nas eleições nacionais de 1986, observava-se o uso da questão ambiental como diferencial político nos discursos dos candidatos. No mesmo período, intensifica-se a pressão internacional para financiamentos, “cimentando” a pauta ambiental entre níveis de integração (Viola, 1987). Em 1989 é criado o IBAMA, órgão em nível federal do SISNAMA. Esse era o contexto pouco antes da realização da “Rio 92”, evento-chave que ilustra o meta-relato do capital flexível após a queda do Muro de Berlim, no qual a concepção de desenvolvimento sustentável encontrará bases mais sólidas para se concretizar (Ribeiro, 2004).

A emergência e consolidação da pauta ambiental pelos atores sociais em nível global e nacional incorporaram princípios éticos na lógica capitalista capazes de justificar sua ação perante a natureza. A principal questão se relacionava com os custos e os benefícios do sistema: como equacionar sua distribuição desigual? O desenvolvimento sustentável viria em socorro à ausência de respostas e como reformulação de posicionamentos radicais das ideologias ambientalistas anteriores. O capitalismo precisa usufruir dos custos para se manter ativo (Montibeller, 2004) e o mecanismo encontrado para dissipá-los na sociedade – que deve arcar com todos eles – foi a apropriação da questão ambiental via “sustentabilidade”. Do lado dos custos fica a exploração vantajosa das particularidades e recursos naturais locais, disfarçada de desenvolvimento sustentável; do lado dos benefícios, a “sociedade”, reduzida ao Estado.

Diante dessa sociedade ou do Estado qualquer quantidade de população é minoritária, por isso os custos sempre parecerão pequenos, em face dos grandes benefícios (Viveiros de Castro & Andrade, 1988). Esse foi um dos aspectos morais mais significativos para que os custos do capitalismo fossem ambientalizados: o Estado seria capaz de gerenciar as catástrofes

provocadas pelas realizações do desenvolvimento, como as hidrelétricas. A própria concepção de catástrofe acabava por naturalizar as obras, entendidas como inevitáveis para que o país, o mundo e as pessoas saíssem de um estado de atraso para um estado “evoluído”. Assim, a obra é vista como a obra do destino (Idem).

A partir da Resolução 001/86 CONAMA, os custos dos projetos hidrelétricos tiveram que incorporar, com resistências diversas, a “questão ambiental”. A operacionalização do licenciamento, expressa também nas resoluções 006 e 009/87 CONAMA, marcaria uma inversão da razão social e política em razão técnica (Idem). Menos que prever efeitos danosos às populações e ao meio ambiente, o EIA/RIMA instrumentalizou os fazedores de obras do capital flexível para prever custos – custos morais que não poderiam mais ser ignorados. Quanto custa uma obra que possa ser caracterizada como responsável ambientalmente? Essa a pergunta que o EIA/RIMA deveria responder. Seu preceito fundamental de analisar a viabilidade ou não de uma obra⁶ jamais foi uma constante nas práticas do licenciamento.

A preocupação social estampada nos princípios de desenvolvimento sustentável contribuiu para que, na parte dos custos, fossem pensadas as chamadas questões antrópicas. Dessa forma, as populações a serem atingidas se tornaram parte da questão ambiental. A forma sistemática de como isso ocorre é a desconexão dos atingidos do resto da sociedade, dos seus modos de vida, de seu relacionamento com o território, de sua organização política e sua imediata conexão com a operacionalização do licenciamento ambiental. Nessa *rede*, as populações são ligadas a tantas outras questões técnicas – meio biótico e físico – de maneira que a contradição entre os elementos ligados nos *inputs* do licenciamento não aparecem de imediato. Cria-se a idéia de que as implicações ambientais, sociais, culturais e econômicas de hidrelétricas “caibam” no mesmo instrumento de política pública.

A conformação dos problemas socioculturais e econômicos causados por hidrelétricas a uma “questão ambiental” cria a sensação de que tudo estará resolvido quando o licenciamento for cumprido adequadamente. É como se a concepção de mundo das populações atingidas e os preceitos ambientalistas expressos em leis, estudos e pareceres compusessem um mesmo universo de valores sobre a relação homem/natureza. Ao mitigar impactos identificados pelos técnicos e cientistas que operam as instituições ambientalistas estatais, a concessionária estaria sanando as demandas sociais dos atingidos. O licenciamento ambiental é uma caixa-preta porque torna invisível aos componentes de sua rede tudo aquilo que ameaça seu funcionamento, porque subjuga as lógicas particulares dos elementos para reproduzir a sua própria nos embates éticos e políticos que trava em níveis mais amplos. Assim, as populações atingidas acabam por ser alistadas como “aliadas naturais” da questão ambiental e/ou do desenvolvimento sustentável em suas tensões com outras formas de pensar o desenvolvimento.

Se focarmos nas cosmografias dos atingidos, poderemos visualizar claramente que os instrumentos políticos do ambientalismo não estão em consonância com seus “valores para a prática”. É possível notar que há oposição frontal entre elementos amarrados no licenciamento ambiental quando da mitigação de impactos “ambientais”. O caso da criação da APP ao redor do lago é um bom exemplo disso.

A APP é criada à medida que o reservatório se forma. Trata-se de uma categoria jurídica “natural” à área ao redor dos mananciais aquíferos. Legalmente, havendo reservatório haverá a APP. Interessante é que, diferente das unidades de conservação, a APP não corresponde a áreas que apresentam *a priori* qualquer “vocação” para serem preservadas. Dessa forma, pouco importa se a área a ser transformada em APP é atualmente uma plantação de soja, um pasto, uma roça de toco ou um cerrado fechado. O fato é que, toda faixa de 100 metros a partir da cota máxima de enchimento do reservatório é APP, o que pode ser flexibilizado caso a concessionária opte por áreas maiores que podem ser descontadas de outras menores. No atual contexto legal, cabe à concessionária adquirir as áreas de APP e, onde for preciso, revegetá-la. Essa ação está enquadrada como condicionante do licenciamento ambiental da Corumbá IV. Caso ela não realize a tarefa, poderá perder sua Licença de Operação.

A criação da APP atende aos preceitos ambientalistas em sua disputa por nichos de território. No caso de hidrelétricas, esses nichos são palco de disputa, já que para os atingidos as áreas de APP são as mais férteis, as únicas que poderiam permitir a reestruturação de suas vidas após o enchimento do lago. Ocorre aí uma nítida contradição entre a população atingida e “meio ambiente”, ambos peças supostamente harmônicas do funcionamento do licenciamento ambiental, no qual as populações são parte não apenas do “meio ambiente”, mas convertidas em “aliados” da causa ambientalista.

A questão se complica ainda mais quando se leva em consideração a “entrada” da concessionária como *gestora* da APP, adequação da legislação ambiental no contexto neoliberal. Mas isso ficará para mais tarde. Por enquanto, ficamos com a exposição de um dos aspectos da caixa-preta do licenciamento: a ambientalização dos atingidos como condição de dissipar forças que atentariam contra a própria política ambiental. Não é possível assumir como compatíveis as mitigações de impactos socioculturais e econômicos e as mitigações bióticas e físicas porque concorrem duas maneiras de pensar o território e, com ele, a relação homem/natureza.

3.2. Impacto do Impacto: diretrizes e estratégias do setor elétrico para minimizar custos com aspectos socioambientais na operação de empresas e usinas hidrelétricas

Na seção anterior, foi necessário algum esforço argumentativo para demonstrar que há correspondências diretas e indiretas entre ideologias, noções de pertencimento e moralidades desenvolvimentistas e do ambientalismo estatal, que, desde a primeira resolução do CONAMA, anunciavam princípios de desenvolvimento sustentável, se bem eram germinais ainda⁷. No caso do Setor Elétrico – SE, tal vinculação é tão evidente que dispensa maiores delongas. É possível postular que projetos hidrelétricos são encarnações dos ideais desenvolvimentistas como: a redenção de uma região, o motor que levará populações, meio ambiente e a sociedade nacional de um estado subdesenvolvido para um “avançado” e o gigantismo (Ribeiro, 2000). Esses fatores, combinados com as dinâmicas institucionais do setor, conduziram à consagração do modelo de gerenciamento correspondente à Era dos Enclaves.

Nesta seção, demonstrarei como ocorreu a interação entre ideais desenvolvimentistas e do ambientalismo estatal em suas diversas acepções até chegarmos ao licenciamento ambiental no atual contexto, no qual a ideologia do desenvolvimento sustentável avaliza as práticas institucionais, se bem que trata-se, ao que parece, de mero *marketing*/obrigação. Nota-se que o SE, em face das novas exigências legais, coloca-se como vítima da “questão ambiental”, obscurecendo, então, os processos pelos quais ele transforma tudo ao seu redor, em *seu* “meio ambiente”, tornando-o gerenciável à sua maneira. Defendo que, na medida que aumentam as exigências legais que versam sobre a “questão ambiental”, o SE estabelece estratégias de “defesa” e de inversão dos impactos, colocando-se como vítima, o que, na verdade, resulta em instrumentos e visões de mundo que legitimam os mecanismos de dominação territorial característicos da gestão de um “empreendimento”.

Nos moldes das comunidades de argumentação, os atores do SE, de maneira geral – mas não universal –, “carregam” para os embates argumentativos que travam com os ambientalistas estatais, valores que remetem a dois preceitos básicos: operar sistemas elétricos *em seu estado ótimo* de funcionamento e *ao menor custo*. É a partir disso que constroem sua visão de meio ambiente e suas estratégias para lidar com ele. Dessa forma, para compreendermos o papel desempenhado pelo SE na construção da caixa-preta do licenciamento, é preciso revisitar a história de interação do Setor com a “questão ambiental” como pauta para o planejamento do Setor e os níveis de integração identificáveis em seu argumento. Antes, é preciso ressaltar que aspectos morais balizam a assertiva de que o melhor é “operar sistemas hidrelétricos em seu estado ótimo ao menor custo”.

O *estado ótimo de funcionamento* remete à capacidade de gerar o máximo de energia dado o aparato tecnológico construído. Se uma hidrelétrica consegue operar em estado ótimo,

seus engenheiros serão adjetivados como especialistas eficientes, pessoas que conseguiram vencer dificuldades “naturais”, domesticando-as. Desde a inserção da energia como critério interessante para se compreender estruturas sociais⁸ e suas formas de controle/reprodução, pode-se estabelecer que há uma relação orgânica entre energia e poder (Adams, 1975: 97).

(...) those things that are unchanging also are not changeable by certain actors or elements in the situation; that is, they are beyond the control of some actors or operating units. This does not mean they are beyond the control of all actors, however; and thus we have structures that are beyond the control of some people, but subject to control by others (...) The point is that structures are entirely relative to the operating unit for which they are structural. What may be structural for a peasant may well be under control by landlords; and a part of the structure that an army confronts is specifically controlled by its opponent. Each individual enjoys (or suffers) a unique set of structures. (...) Control rests on a technology. We control that which that our technology permits us to manipulate in some appropriate manner. So one way of destructuring something is to invent a technology that will permit us to control it. The same argument holds when comparing one actor or operating unit with another. If one has the technology and the other does not, then what is structural for the second is not structural for the first. Also, what appears structural from one position or standpoint may not be from another (Adams, 1975: 99 e 101).

Este não é um espaço em que pretendo debater acepções de estrutura – esse vasto *semantical gap*⁹ da antropologia –, o importante é salientar que a idéia de um sistema hidrelétrico – aproximado da noção de estrutura de Adams – corresponde ao controle sobre a produção de energia, o que remete à uma certa estabilidade da estrutura social à qual pertencem os operadores do sistema. Pretendo mostrar que o elemento “ambiental” passou a ser estrutural para a operação de sistemas do setor em todos os níveis. Entretanto, o quesito “meio ambiente” está sob controle institucional de agências que não fazem parte do SE. Dessa forma, a disputa pela legitimidade sobre o que são e como mitigar impactos é, em verdade, uma disputa por tornar parte do sistema – do SE –, algo que ele não domina de imediato. Ao defender-se dos atores do ambientalismo estatal, o SE realiza uma maquinação – no sentido de Latour – que intenta englobar a questão ambiental à sua rede. Ao fazer isso, sua estrutura institucional, menos que alcançar autonomia quanto ao licenciamento, acaba por se compor a ele, pois o controle do *meio ambiente das obras* depende de poderes que estão nas mãos dos ambientalistas estatais. Nesse sentido, o SE e os atores do ambientalismo estatal produzem um arranjo de funcionamento do licenciamento que reflete a estrutura das interações entre eles. Essa estrutura opera a exclusão moral dos atingidos de todos os processos de decisão.

Operar o sistema hidrelétrico no estado ótimo significa fazer valer concepções de “ótimo” sobre outras formas de significar a relação energia/controle. Nesse aspecto, é salutar verificarmos a posição do engenheiro na esfera política nacional, se pretendemos entender quais valores estão sendo mobilizados para fazer valer as concepções do SE sobre a energia necessária para alimentar a estrutura social à qual ele pertence. Assim, a idéia de que as imposições ambientais do licenciamento colocam em risco o abastecimento de energia do Brasil – principal

argumento do SE contra os ambientalistas – pode ser inserida no arcabouço teórico que venho construindo: que a exclusão perpassa o aspecto moral.

Como escreve Barbosa,

Segundo Hershmann & Pereira, a origem do “Brasil Moderno” remonta as últimas três décadas do século XIX, no período que vai do fim do Império à proclamação da República, quando ocorreram significativas mudanças no âmbito das idéias e mentalidades, e principalmente, no perfil dos intelectuais: “espaços como o da Escola Politécnica passam a ser considerados prioritários, ou seja, a “arte do operatório”; dos engenheiros, médicos e educadores, vem sobrepujar a “arte retórica” dos bacharéis” (Barbosa, 2001: 160).

Os engenheiros ganham visibilidade justamente no momento em que observávamos as primeiras tensões entre as moralidades baseadas na resistência aos ideais republicanos e aquelas que os impulsionava em nome do progresso. Tal tensão é um momento germinal dos processos que posteriormente marcarão a transição de uma sociedade que se baseia na agroexportação para uma com interesses urbano-industriais. Entre o Império e República, percebemos a franca ascensão dos engenheiros como legítimos implementadores do “progresso”. É o momento do positivismo, em que o método científico é ideologizado, assumindo, inclusive, o estatuto artístico. Misturam-se no mesmo “caldo” identitário a concepção de que obras de engenharia devem seguir o “estado da arte da engenharia”, de que o engenheiro é um pioneiro, um desbravador, um político e a peça fundamental do desenvolvimento do Brasil. Esses elementos revestem o discurso dos engenheiros de uma carga moral em que o progresso é uma pauta indiscutível. Como disse Euclides da Cunha, engenheiro, político e escritor, referindo-se à sua expedição ao Purus, *a terra é naturalmente desgraciosa e triste, porque é nova. Está em ser. Faltam-lhe a vestimenta de matas, os recortes artísticos do trabalho* (Euclides da Cunha apud Barbosa, 2001: 162).

Povos Apurinã, Mura e outros que habitam a região do Purus, assim como ribeirinhos, também procuram aproveitar os recursos naturais ao máximo com o menor custo. O custo, uma questão de trabalho demandado para realização de tarefas, como o conhecido artesanato Apurinã; o aproveitamento “ótimo”, o máximo de pulseiras que se pode fazer com cascas de coco secas, por exemplo. Sim, há trabalho humano no Purus, mas ele era invisível a Euclides da Cunha que, a partir de outra ótica, descaracterizava o que há de regular na relação energia/controla nas relações das populações pré-existentes com os recursos naturais. A vestimenta “capenga” da mata, identificada por Euclides da Cunha, carecia daquilo que ele considerava como o recorte artístico do trabalho.

Os períodos posteriores, como a pré-industrialização, que se combinava com a Marcha para o Oeste e com a fase da industrialização até a década de 1970, desdobram-se, como vimos, de muitas concepções que validam o ideal do engenheiro como responsável pelo progresso do

país. Silva Coutinho, na inauguração do Clube de Engenharia, ainda no século XIX, ilustrou os objetivos da instituição: *tornar mais íntimas as relações dos engenheiros com os industriais e organizadores de empresas, tendo sempre em mira o desenvolvimento dos trabalhos de engenharia e o progresso material do país* (Turazzi apud Barbosa, 2001: 163). Posteriormente, Paulo Freitas disse, nas comemorações do Instituto Politécnico Brasileiro:

Lançai vossas vistas sobre a extensa região do Brasil: comparai o que foi, o que é atualmente, ou tende a sê-lo; encontrareis por toda parte o dedo do engenheiro, e reconhecereis que temos ganho não somente na civilização como no progresso nacional, e que toda essa evolução, única crescente e realmente eficaz, é fruto da engenharia (Hershmann & Pereira apud Barbosa, 2001: 163)

Até a década de 1970, os engenheiros estavam em franca concorrência com a economia agroexportadora. Esta representava os principais entraves à expansão e legitimação da profissão, pois a base produtiva agroexportadora não pretendia, de nenhuma maneira, investir em tecnologias nacionais e abrir mão das exportações agrícolas. Assim, constrói-se no imaginário da engenharia uma idéia de que os agroexportadores representariam o atraso. Note-se que no mesmo período ocorre o “fim das oligarquias”, momento em que também são planejadas Goiânia e, pouco depois, Brasília – como vimos no capítulo 2, nesse período os moradores do atual entorno do reservatório de Corumbá IV entravam em contato com os “revoltosos” que visavam derrubar oligarquias, como a dos Caiado em Goiás.

Nos períodos posteriores, configura-se uma dimensão produtivista e ocorre a reforma universitária, que findou por estabelecer divisões mais claras nas perspectivas dos engenheiros. De um lado, os engenheiros “de obras”, ou “de campo”, reivindicavam maior legitimidade sobre os problemas vivenciados e, de outro, os engenheiros “de prancheta”, ou “de escritório”, afirmavam que detinham o conhecimento propriamente técnico. Essa disputa pela legitimidade sobre controle/energia contaminou a eminência dos chamados engenheiros barrageiros (Barbosa, 2001: 166), que passam a compor o cenário da engenharia dos anos 1970 em diante.

A partir desse breve relato da engenharia no Brasil, percebe-se que os engenheiros galgavam postos, seja no governo, seja na academia ou no setor privado, a partir de discursos em que claramente representariam os veículos de ideologias desenvolvimentistas ou progressistas – se pretendemos uma certa sincronia histórica. De uma forma ou de outra, estava implícito que os engenheiros objetivavam legitimar a possibilidade de controle sobre uma certa tecnologia que naturalizasse a profissão como fundamental – estrutural – para o país. Uma vez que a profissão surge em consonância com o industrialismo, não seria de se estranhar que o preceito capitalista do lucro – menor custo – estivesse impresso na concepção do que é ser um bom engenheiro. Assim, operar sistemas no estado ótimo com menor custo, mais que um preceito meramente técnico, remete à disposição moral da profissão no país, uma moralidade capitalista.

Nas entranhas da identidade de engenheiro no Brasil jaz os preceitos morais responsáveis pelo acomodamento do país nas dinâmicas do capital flexível. A operacionalização de sistemas hidrelétricos no seu estado ótimo ao menor custo, paramentada de verdade científica, esconde o fato de que qualquer coletividade compartilha do mesmo anseio, mesmo que, para tanto, não formule o problema eminentemente econômico – escassez de recursos – a partir dos significados de sistema, estado ótimo e menor custo. Em geral, coletividades pretendem usufruir ao máximo – a partir de concepções muito particulares do que seja o máximo – dos recursos, com o menor esforço – mesmo que o “esforço” esteja envolto em princípios também peculiares¹⁰. Ao conceber o progresso como alvo a ser alcançado – sem que nunca realmente se o alcance –, os valores para prática, formulados pelos engenheiros e pela sociedade que representam, transformam a permanente busca pelo progresso em um preceito moral intransponível, contra o qual só um maluco ou idealista irresponsável poderia atentar.

O que está em jogo, portanto, são valores morais concorrentes sobre uma questão que aparentemente só seria legítima aos engenheiros: domesticar a natureza. Entretanto, na medida que estabelecemos que não se pode confundir cosmografias com identidades políticas oficiais, verificamos que, uma vez que qualquer povo ou coletividade visa satisfazer e reproduzir sua cultura a partir da manipulação dos recursos naturais que têm à disposição, deixamos à vista o real objeto de disputa: o poder sobre o espaço, que chamei de nichos de território.

3.2.1. Apontamentos sobre o Setor Elétrico, entre níveis de integração e estratégias de cooperação

O SE, desde seus primórdios, tem concorrido com “barreiras” que regulamentam sua expansão. Recentemente, a inversão da noção de impactos ambientais tem sido a estratégia argumentativa mais nítida disso, desde o contexto global até o nacional. Fazemos uma inserção na história do SE para termos idéia de como isso ocorreu e como o argumento do Setor se modificou em resposta às suas interações com outros segmentos que lhe impuseram restrições e/ou modificações.

Carmo (2005) afirma que o SE se caracteriza por quatro períodos:

- *De 1890 a 1934 – presença crescente de empresas monopolistas estrangeiras e inexistência de um arcabouço jurídico propriamente formado*
- *De 1934 a 1962 – o Estado estabelece os princípios de regulamentação e inicia investimentos diretos na geração de energia*
- *De 1962 a 1990 – expansão e consolidação do monopólio público do Setor*
- *E a partir de 1990 – início dos debates que resultaram no desmonte, reestruturação e progressiva reprivatização do Setor*

Até a década de 1930, a ação governamental sobre produção de energia hidrelétrica era pontual e estava sob responsabilidade da iniciativa privada. A LIGHT, grupo canadense, começa a atuar no Brasil em 1899 e a ANFORP em São Paulo, desde 1924 (Barbosa, 2001). A primeira aproximação do Estado com empresas de energia hidrelétrica ocorre por dois fatores: o estímulo para que se crie um mercado interno de equipamentos elétricos¹¹ e a possibilidade de falta de energia para suprir a demanda. A criação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – CNAEE em 1939 resultava das tratativas do Estado em resolver a crise já anunciada.

O fato marcante era que o recém nascido setor elétrico atribuía à Constituição de 1934 e ao Código de Águas do mesmo ano – estabelecido no governo provisório de Vargas – a responsabilidade pelo racionamento (Carmo, 2005). O Código impunha a concessão pelo governo do aproveitamento das quedas d’água, previsto na Constituição, e estabelecia que as empresas deveriam prestar serviços pelo preço de custo, sendo seu capital avaliado com base no custo histórico – custo original das instalações menos a depreciação do capital. *A iniciativa privada desconhecia esse custo e considerava o custo da reprodução ou de substituição, este referente ao valor das instalações a serem montadas no momento da avaliação* (Barbosa, 2001: 54). Assim, desde a primeira aproximação do Estado com a questão hidroenergética, observa-se conflitos ancorados em preceitos ideológicos concorrentes. Concorrência, vale repetir, entre concepções de sociedade nas quais as populações atingidas¹² sequer eram cogitadas como atores decisivos. O que era “estrutural” para as empresas do SE da época não o era para segmentos nacionalistas no país.

As barreiras impostas pela Constituição de 1934 e pelo Código de Águas correspondiam ao contexto nacionalista em que Vargas, pela primeira vez, associou energia elétrica e interesses nacionais, em detrimento da franca expansão de companhias estrangeiras no país. Em 1931 ele afirmou:

(...) não sou exclusivista nem cometeria o erro de aconselhar o repúdio do capital estrangeiro (...) mas quando se trata (...) do aproveitamento das quedas d’água, transformadas em energia que nos ilumina e alimenta as indústrias de guerra e de paz; (...) de maneira tão íntima ligados ao amplo e complexo problema de defesa nacional, não podemos aliená-los, concedendo-os a estranhos, e cumpre-nos providentemente manter sobre eles o direito de propriedade e domínio (Vargas apud Barbosa, 2001: 56)

A presença do capital estrangeiro no país era decorrência das modificações do capitalismo dos anos 1920. Nesse período, muitas instituições transnacionais foram criadas, como, por exemplo, o *Conseil International des Grands Réseaux Électriques* – CIGRÉ, em Paris. Essa instituição funciona até hoje como uma espécie de “cooperação técnica internacional privada” do setor elétrico desde 1921 e tem como objetivo facilitar a troca de conhecimentos de engenharia que envolvam sistemas elétricos. Segundo o portal da instituição¹³ os conhecimentos mais importantes a serem cambiados seriam os de planejamento e operação de sistemas.

Atualmente a instituição tem sede em 80 países, sendo considerada uma das maiores organizações transnacionais do SE. O CIGRÉ representava uma das primeiras *centrais de cálculo* do SE global, que visava controlar à distância os conhecimentos e suas aplicações, intentando “evoluir” tecnologicamente. Para isso, como veremos, criava metrologias institucionais capazes de manter controlados os países membros e de criar homogeneidade quanto aos conhecimentos sobre operação de sistemas elétricos.

A perspectiva nacionalista de Vargas anunciava a II Guerra Mundial, que acabou por contribuir para o fortalecimento do discurso de estatização dos serviços de produção de energia. Com o início das batalhas e a conseqüente interrupção das exportações, o Estado teve que adotar uma política de investimento em tecnologias nacionais e na expansão de agências estatais de energia. No entanto, nem os investimentos foram suficientes, nem as agências criadas, capazes de contornar a situação em que o consumo crescia 179% e a capacidade instalada apenas 18%, até o período final do governo Dutra (Ibid). O racionamento foi inevitável.

Em 1941, ouvia-se nas rádios e lia-se nas propagandas de revistas um saci “malcriado” cantarolar: *Gaste a luz que entender / Prá que economizar? / Quando tudo escurecer / Basta um fósforo riscar!*¹⁴. A figura do saci e a ironia da propaganda nos mostra que a falta de energia, ou melhor, sua necessidade, é um princípio inquestionável e difundido entre aqueles que se beneficiam dela – os centros urbanos. Quem, senão um saci, um enganador, um “pregador de peças”, um personagem folclórico do mundo rural – onde normalmente habitam os atingidos –, para estimular o consumo excessivo de energia em tempos de racionamento?

A pretensão de estatizar o SE observada nos discursos nacionalistas não se concretizou nos anos 1950, mesmo com a volta de Getúlio, que criou diversas agências estaduais e ensaiou o surgimento da Eletrobrás em 1954. Ocorre no mesmo ano a criação de um sistema interligado¹⁵. Esse sistema é um modelo inicial do que hoje é conhecido como Sistema Interligado Nacional – SIN, que liga usinas hidrelétricas por linhas de transmissão de maneira que a distribuição de energia possa ser cada vez mais independente do fator geográfico, *i.e.*, usinas podem abastecer lugares cada vez mais distantes, uma vez identificadas demandas. Isso significa que *locais* são gerenciados por meio de lógicas de oferta e demanda *regionais, nacionais ou internacionais* – nos casos de sistemas elétricos que interligam países. A “qualidade” primordial de um sistema é a possibilidade de controle da produção e distribuição de energia sobre um vasto território a partir de lugares escassos, pequenos e caros. Dessas *centrais de cálculo*, poucos cientistas e técnicos parecem capazes de controlar o mundo, ou pelo menos partes dele.

Em 1951, ocorre o segundo racionamento de energia no país, fato que desmobilizou o discurso nacionalista e fortaleceu as pressões da iniciativa privada internacional. Em 1957, já no governo JK, a barragem de FURNAS foi construída sem a necessária aprovação do Congresso

Nacional. Ao autorizar tal transação, o governo “tomava providência” quanto à segurança energética do país. A força moral da idéia de progresso fez com que se sobrepujasse os ritos legais estabelecidos até então para a construção de projetos hidrelétricos em favor de uma “salvação” sujeitificada nas usinas planejadas. Mediante uma controvérsia – indicada pelo racionamento de energia –, o que se observou, dada a incapacidade tecnológica para suprir a demanda, foi o afrouxamento de regras existentes para a realização de obras. Não se tratava, desde então, de uma incorporação das variáveis relevantes para se planejar usinas, mas da confrontação política sobre as variáveis impostas “de fora” por outros segmentos da sociedade ao SE. No entanto, a “resposta” à controvérsia permitia ao Setor englobar, com sua lógica, os entraves que se apresentavam.

A estatização pretendida por Vargas foi açambarcada definitivamente no governo de JK, quando emergem as bases do relacionamento público–privado no SE brasileiro. O Plano de Metas destacava 73% dos recursos para obras de infra-estrutura, energia e transporte, dos quais 24% destinados ao SE. Modelava-se uma relação entre iniciativa privada e estatal de capital misto que culminaria na criação, em 1962, da Eletrobrás (Barbosa, 2001: 58). Essa relação não colocava a estatização como objetivo central, pelo contrário, a Eletrobrás teria como encargo fundamental a execução de projetos hidrelétricos, “caso a iniciativa privada não os realizasse com os estímulos legais criados” (Barbosa, 2001: 59). De qualquer modo, a criação da Eletrobrás, dois anos depois da implementação do Ministério das Minas e Energia, concretizou a integração do capital privado com o Estado e lançou as bases para a fase estatal que seguirá.

A Eletrobrás é decorrência da necessidade de expansão do setor elétrico levada a cabo desde os anos 1950, quando, pela primeira vez, foram se consolidando sistemas interligados de energia elétrica. Segundo Lemos (1999: 60),

A localização de novos projetos de expressão regional, os estudos de mercado, a integração operacional de sistemas – capazes de assegurar maior confiabilidade no suprimento de energia – e as economias de escala exigiam, de fato, um esforço integrado de planejamento entre as empresas do Setor Elétrico, esforço este que foi plenamente alcançado com a constituição da Eletrobrás como empresa holding do setor.

Na medida que centralizou o poder, concentrou a estrutura de mercado, englobou as empresas estrangeiras e garantiu o controle estatal (Ibid), a Eletrobrás assegurou ao país as condições institucionais que o colocavam no rol dos modelos a serem seguidos. O sucesso da Eletrobrás residia no fato de controlar integradamente sistemas de produção e distribuição de energia elétrica, criando *sistemas de tempo único*, (Virilo apud Ribeiro, 2000: 105), característica que atribuo a *centrais de cálculo*. Esses sistemas correspondem à lógica de compressão do tempo e espaço impostos pelo capital flexível (Harvey, 1989).

A façanha de controlar o fluxo material da energia elétrica pelos fios e cabos das linhas de transmissão em um *sistema de tempo único* exigiu da Eletrobrás uma estrutura organizacional capaz de lidar com as dicotomias homogeneização x heterogeneização e centralização x descentralização, inerentes às lógicas dos enclaves. Isso porque a articulação entre Eletrobrás e as usinas e suas concessionárias deveria ocorrer harmoniosamente. Na medida que “capacitava” os operadores de projetos pontuais para que pudessem, por exemplo, abrir e fechar comportas coordenadamente em lugares muito distantes, a *central de cálculo* lançava mão de todas as inscrições e dados acumulados sobre as “localidades”, produzindo um único “tempo” para a produção e distribuição de energia.

Há relações diretas entre as operações tecnológicas necessárias para garantir segurança operativa do sistema elétrico e a organização institucional que o comanda. Por isso, podemos afirmar que as torres cabos e fios representam muito mais do que os “meios de transporte” da eletricidade, são também traçados de relações sociais, de interdependência, fluxo de obrigações e valores; enfim, sinais objetivos da existência de comunidades imaginadas (Ribeiro, 2000), arenas nas quais o SE articula em nível local posturas, posições e noções de pertencimento que assegurem o alcance de suas demandas. O mesmo ocorre em instituições transnacionais como CIGRÉ.

O principal evento do CIGRÉ, entre outros, é o encontro Bienal que sempre ocorre em Paris, no qual participam todos os comitês nacionais. Esse encontro gira em torno da construção de uma comunidade de iguais que detém, como denominador comum, a capacidade de operar as ciências que dão suporte aos sistemas elétricos. O objetivo da Bienal é a apresentação de *papers* e dos avanços ocorridos em cada comitê de estudos. Como me informou em entrevista o coordenador desses comitês, os países concorrem para apresentar o maior número de *papers*. Concorrem também pela qualidade desses *papers*. Nesse sentido, deixam em evidência a transversalidade e o conflito de lealdades intrínsecas às condições integrativas dos membros dessa instituição transnacional.

Mas não apenas a Bienal permite a sensação de pertencimento a uma mesma cadeia de eventos. A padronização da estrutura organizacional em comitês de estudos e forças-tarefas em todos os CIGRÉs nacionais assume a característica clara da ambigüidade homogeneidade x heterogeneidade da identidade. A pergunta que os fundadores e sucessores do CIGRÉ se faziam era: como garantir a representatividade dos países membros? A uniformização da estrutura funcional do órgão, que supõe a centralização de poder, ocorria em nome da necessidade de descentralização, fundamental na acumulação flexível.

As principais atividades técnicas de todo e qualquer CIGRÉ nacional são realizadas em Comitês de Estudo – CE. Atualmente, o CIGRÉ prevê 16 CE, cada um com forças-tarefas específicas. Forças-tarefas são subtemas dos CE. Os domínios das atividades realizadas em cada CE são definidos pelo Comitê Técnico a partir das deliberações nas Bienais de Paris. Todo CIGRÉ nacional deve elaborar um Plano Estratégico – PE, o que significa planejar as prioridades técnicas por até 10 anos. Os PEs, que tratam de estratégias de médio e longo prazos, devem ser acompanhados de Planos de Ação, referentes aos desdobramentos do PE em cada CE.

A versão do plano 1998-2008 teve que ser reformulada em 2004, pois os tecnopanoramas do setor elétrico mudaram, fundamentalmente por causa do fortalecimento das pressões ambientalistas sobre o setor elétrico global; voltaremos nisso depois. O interesse da descentralização e da representatividade dos países membros também foram fundamentais para a reformulação. Um relatório que analisava o andamento do Plano Estratégico 1998-2008 apontou como pontos fracos do Comitê Técnico – CT: a perpetuação dos membros regulares nas cadeiras do CT, havendo falha na representação dos “novos países industrializados”, a falta de “experts” para as novas demandas técnicas e ainda o *link* fraco entre CT e representações nacionais. Quanto ao escritório executivo – *office* –, os pontos fracos eram: a perpetuação de hábitos e pessoal que limitam o aprimoramento e a inovação, a falta de profissionais que dominassem as ferramentas da informação e a política insatisfatória de promoção de resultados alcançados pelo CIGRÉ.

O referido relatório previu os “futuros impactos” para o setor elétrico global. Para os países industrializados: aumento das restrições ambientais, problemas no planejamento em função da necessidade de gerar maior quantidade de energia em áreas geográficas dispersas – o que implicaria grandes sistemas elétricos – e, ainda, problemas técnicos na operação. Interessante notar que as restrições ambientais não apareceram nos impactos previstos para *operação* do sistema. A descentralização ocorre simultaneamente à centralização. Se concebemos o CIGRÉ como componente da sociedade civil global, verificaremos que as estratégias de centralização permitem que os membros reconheçam não apenas a *sua* sociedade, mas também e simultaneamente *essa* ou *aquela* sociedade. Com forças centralizadoras, o órgão pode contribuir para modificar relações de poder entre o local, o nacional e o global em uma cadeia de descentralização. Tamanha capacidade de barganha nas relações de poder implica a necessidade de conhecer o diferente e, para Keane (2003), esse conhecimento seria mútuo.

A criação de siglas, regras de funcionamento, comitês em temas padronizados é característica das *centrais de cálculo*. Com a *metrologia* criada, podemos entrar em contato com todas as questões técnicas consideradas relevantes para o SE global sobre os assuntos do CE-C3, por exemplo, que versa sobre efeitos ambientais.

Enquanto o CIGRÉ fortalecia seu arsenal de controle sobre a operação de sistemas energéticos interligados; no Brasil, a ditadura militar promoveria, de uma vez por todas, a consolidação da fase estatal do SE. Nesse momento, configura-se na organização política uma visão de que energia é um bem social e cabe ao Estado a responsabilidade sobre a gerência desse bem. Na fase estatal, o Estado se apresentava como investidor capitalista e como gerente dos interesses públicos – leia-se interesses de segmentos dominantes da sociedade. É a partir desse contexto que se consolida um padrão de política governamental em que os PGEs ou GPIs ocupam lugar central. Em 1971, o CIGRÉ-Brasil é criado, na mesma década em que Sobradinho, Tucuruí e Itaipu são erguidas como obras-chave para compor o sistema elétrico do país.

3.2.2. “A hora e a vez de Augusto Matraga”: quem é a vítima?

Em 1974, pouco depois de Estocolmo 72, a Eletrobrás lança o plano para expansão do SE, conhecido como Plano 1990; ele ignora completamente as “questões ambientais”. Entretanto, nos anos 1980, com a criação do PNMA, SISNAMA e as Resoluções do CONAMA, a interação entre SE e a “questão ambiental” passa a ser inevitável. Na Resolução 006/87 CONAMA, o Conselho estabelece relações diretas entre as etapas de realização do projeto de engenharia com os procedimentos do licenciamento ambiental.

Art 4^o. Na hipótese dos empreendimentos de aproveitamento hidroelétrico, respeitadas as peculiaridades de cada caso, a Licença Prévia (LP) deverá ser requerida no início do estudo de viabilidade da Usina; a Licença de Instalação (LI) deverá ser obtida antes da realização da licitação para a construção do empreendimento e a Licença de Operação (LO) deverá ser obtida antes do fechamento da barragem (Resolução 006/87 CONAMA).

É verdade que no Plano 2000, elaborado pela Eletrobrás em 1982, ocorre a primeira aparição da questão ambiental, mas foi em 1986 que dois dos mais significativos instrumentos do SE para lidar com a “questão ambiental” foram criados: o Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos e o I Plano Diretor de Meio Ambiente do SE – I PDMA, seguidos da criação do Departamento de Meio Ambiente na Eletrobrás e do COMASE, conselho deliberativo sobre meio ambiente (Barbosa, 2001: 70). Todas as ações representavam um combinado de pressões internas – mobilização da sociedade civil, consolidação dos departamentos de meio ambiente nas agências de energia elétrica, etc.; – e externas – como o financiamento de bancos transnacionais, por exemplo. Esses instrumentos orientaram as bases político-ideológicas das tratativas do SE com o eminente ambientalismo estatal.

O Manual e o I PDMA tinham como temas mais polêmicos a definição de custos ambientais, a interação com a sociedade e a inserção regional. Quanto aos custos ambientais, as diretrizes da Eletrobrás afirmava que deveriam ser pagos “pela sociedade”, que creditou a obra como necessária. Por detrás dessa afirmação estava, por um lado, a resistência do SE em assumir

novos gastos; por outro, a incapacidade técnica de lidar com novas variáveis para o planejamento energético. *O sistema contábil adotado pelo Setor Elétrico não é compatível com a relevância dos custos ambientais e com as necessidades de planejamento e controle que a magnitude dos valores envolvidos exige* (Assumpção apud Barbosa, 2001: 111). Estabelecia-se, então, que a sociedade deveria pagar pelos custos sociais dos projetos hidrelétricos porque o próprio SE não seria capaz de dimensioná-los e, se fosse, não poderia arcar com eles. Isso representou a base argumentativa do SE que se seguiu nos anos posteriores, permitindo que a energia, transformada em mercadoria, fosse vendida sem o real pagamento do custo de produção, digo, o custo social.

A *inserção regional*, por seu turno, nada mais era do que uma proposta para o gerenciamento de conflitos sociais advindos das barragens a partir da lógica dos enclaves. Apesar de indicar que a questão ambiental aumentava custos e era um entrave para a expansão do SE, ao elaborar a idéia de *inserção regional*, o setor aumentava seu poder de trasladar interesses, convertendo natureza e sociedade em *sua* natureza e sociedade (Vainer & Araújo, 1992: 57). É, portanto, na segunda metade dos anos 1980 que, em consonância com o licenciamento ambiental, o SE lança mão de um arcabouço que transforma a engenharia de barragem em engenharia social (Viveiros de Castro & Andrade, 1988). Esses instrumentos criam uma sensação de preocupação do SE com a questão ambiental que, em verdade, representa sua instrumentalização para subjugar populações e natureza aos moldes gerenciais dos projetos hidrelétricos.

O que se propõe, deliberadamente e planejadamente, é a (re)organização do território. O SE, no entanto, recusa-se a assumir a integralidade das conseqüências do processo de desestruturação/reestruturação dos espaços regionais provocado por sua intervenção, e define, pragmaticamente, como região de intervenção aquele espaço (território) capaz de interferir ou criar obstáculos (resistências) ao projeto. Assim, se realiza a apropriação consciente e planejada do território e de seus recursos pelo Setor (...) o planejamento territorial e a IR [Inserção Regional] constituiriam, assim, ação preventiva cujo fim é impedir que a reorganização em curso escape ao controle e possa resultar em novos e mais graves obstáculos ou restrições à implantação e operação dos aproveitamentos hidrelétricos (...) Se do ponto de vista técnico a IR, tímida proposta redistributiva, restringe-se à introdução de novas variáveis ao planejamento e a aceitação de incorrer em determinados custos compensatórios, do ponto de vista político ela constitui estratégia de legitimação/viabilização social. (...) Graças a uma espécie de sociologia política esperam-se redimir todos – SE e os interesses internacionais de que é expressão e agente, grupos sociais locais/regionais diretamente ou indiretamente afetados pelo empreendimento – da dura realidade imposta pela economia política do grande projeto (...) Trata-se, mais que isso, de construir os instrumentos políticos que sustentem a continuação de um modo de apropriação e mobilização territorial de que os grandes projetos são veículo e forma típica (Vainer & Araújo, 1992: 61-62; 66 e 67-69).

A criação dos instrumentos para “gerenciamento de impactos”, o que significa “gerenciamento de comportamentos alheios”, nos moldes da rede de Latour, impunha as concepções do SE ao licenciamento ambiental. Esse fato ocorre fundamentalmente porque o próprio licenciamento, baseado em critérios tecnocientíficos, não estabelecia claramente o

que era preciso saber sobre impactos (Sigaud, 1988: 107). Quanto a isso Lemos (1999: 46) afirma que,

(...) na verdade, ao concentrar-se na discussão sobre a formalização de normas e padrões de ocupação do território e de utilização de recursos naturais, o CONAMA acabou retirando-se do campo político onde são discutidas as estratégias de ocupação do território, a aplicação/distribuição de recursos, as práticas e políticas setoriais que afetam o meio ambiente, os usos e poderes sobre os usos dos recursos naturais espaço este que foi imediatamente ocupado por outros agentes que se posicionavam no campo ambiental estatal.

Se é verdade que o CONAMA se limitou a estabelecer critérios técnicos para formalizar normas sobre uso e ocupação de territórios, parece-me problemático dizer que o CONAMA tenha se retirado do campo político. Creio que a tecnificação promovida por ele seja, em si mesma, uma forma de posicionamento político. Trata-se aí de um amálgama entre SE e ambientalismo estatal na construção da *máquina* do licenciamento, de maneira que as ideologias supostamente concorrentes pudessem sobreviver perante a hierarquia de poder estabelecida. O ambientalismo estatal detém menos poder que o setor elétrico na organização institucional do Estado. A tecnificação do CONAMA era uma tentativa de concentrar mais poder no ambientalismo estatal via discurso científico. O preço a pagar nessa traslação de interesses era deixar de lado a inerência política do que são e como dimensionar impactos.

Mais uma vez me parece que o conceito de campo se mostra inadequado, pois, como utilizado pela autora, conduz a uma pretensa separação entre coisas – aspecto político e aspecto técnico – que compõe um mesmo autômato: o licenciamento ambiental. Este é resultado dessas traslações em que SE e ambientalismo estatal amarram-se uns aos outros, tentando driblar as dificuldades mutuamente impostas em favor de seus interesses específicos. O “produto”, entretanto, é uma máquina em que interesses concorrentes aparecem como harmônicos. Nisso consiste a habilidade dos atores em se aliar, mesmo que de maneira agonística.

Os anos 1990 começam para o SE com desvalorizações tarifárias, crise no padrão de financiamento de projetos hidrelétricos, redução da capacidade de inovação tecnológica. Tudo isso somado às exigências legais para incorporação de “custos ambientais”. Assim, o SE passa de uma situação de custos decrescentes para custos crescentes, o que o leva a optar pela privatização, marcando a nova fase de estruturação do setor, na qual a energia passará a ser vista como *commodity* (Pires apud Lemos, 1999: 66).

Ao tratar a energia como uma commodity como outra qualquer, ao conceber a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica como uma indústria – melhor seria dizer um negócio – como outra qualquer, a reestruturação faz tábula rasa de todo o debate ambiental dos últimos 20 anos e de toda a experiência recolhida na implantação de grandes projetos hidrelétricos. A pretensão de externalizar a questão social e ambiental representa um preocupante recuo em relação à consciência, que parecia consolidada inclusive nas agências multilaterais, de que a questão social e ambiental é intrínseca aos grandes projetos, deles é inseparável (Vainer apud Barbosa, 2001: 204).

Com relação às tratativas com a população atingida, a percepção de técnicos da área de meio ambiente do período estatal, muitos desempregados em função da emergência das consultorias privadas, deixam clara a diferença entre os dois momentos do setor.

(...) nosso trabalho era um trabalho social com os atingidos por barragens (...) Antes – fase estatal – a gente recolocava pessoas, a gente dava assistência social, acompanhava o filho para ver se tinha colocado em nova escola, via se as vacinas estavam sendo dadas. Nós fizemos uma mini reforma agrária durante todo esse processo de realocação dessa população atingida. (...) Na transição para a iniciativa privada, em vez de realizar esses estudos se pagava a terra e dava dinheiro para o colono (...) em vez de projetos de reassentamentos passou a ser reassentamento individual (Arquiteta, ex-empregada da Eletrosul, apresentado por Etcheverry, 2005)

Fica evidente que a concepção de energia como bem social impunha ao SE relações de obrigação com os atingidos, modeladas de forma completamente diferente da que se observará na fase posterior. Balizava os princípios morais que justificavam a privatização desde os anos 1960 a concepção da energia e dos recursos naturais como bens sociais. A “energia para o Brasil” é o argumento sólido da época. Na fase privada do SE, ocorre uma mudança nessa perspectiva: o que justifica a privatização é a possibilidade de crescimento econômico nacional – um argumento claramente carregado dos princípios morais que colocam o desenvolvimento como indiscutível –, via exportação de energia para o mercado global. Atender ao mercado global não é colocado como uma opção, mas como uma obviedade para aqueles que querem ajudar o Brasil a crescer. Mudam as configurações institucionais, mudam também as estratégias para convencer o outro, para trasladar interesses.

Apesar de a Eletrobrás recomendar a indenização apenas nos casos de grandes proprietários, os dados analisados por Nuti e Garcia (2005) revelam que a prática é disseminada a todos os atingidos. Nos casos de Itá, Machadinho, Dona Francisca, Salto Caxias, Segredo, Lajeado e Manso, o número de indenizações superou em mais de 300% outras opções de compensação de impactos. Mas, apesar das diferenças da fase estatal quanto à atual configuração do SE, o objetivo das equipes de meio ambiente do setor é o mesmo: viabilizar hidrelétricas sob o crivo do desenvolvimento. As diferenças remetem mais a uma adaptação da concepção de energia elétrica, meio ambiente e projetos de sociedade do que a uma crítica à própria opção desenvolvimentista. (...) *a dificuldade básica do meio ambiente é tornar os empreendimentos viáveis, e para isso não tem como fugir da clássica equação custo/benefício* (Técnico de Projeto apresentado por Barbosa, 2001: 192).

A emergência das questões ambientais fez com que o SE se mobilizasse no sentido de produzir instrumentos capazes de neutralizar quaisquer forças que sugeririam que há incompatibilidade entre usinas e “meio ambiente”. Tratava-se, antes de tudo, de domesticar a questão ambiental, tornando-a impotente quanto à inviabilização de barragens. Em 1991, a Eletrobrás afirmou:

A frequência e a intensidade dos questionamentos e das contestações levam o Setor Elétrico a estabelecer uma série de ações num processo de planejamento participativo, em que a divulgação das informações, o debate e a tomada de decisões em tempo hábil compatível com o cronograma da obra, assume papel crucial (Eletrobrás apud Lemos, 1999: 78, grifo meus).

A existência mesma da obra parece não fazer parte do que a Eletrobrás chama de planejamento participativo, nem de tomada de decisão. Essa visão já estava estampada no I PDMA/1986, quando os impactos são vistos como “coisa gerenciável”, mas não havia ainda a sofisticação estratégica do SE para naturalizar os “empreendimentos”. No II PDMA, elaborado em 1991, a Eletrobrás estabelece textualmente que os custos devem ser disseminados na sociedade, livrando-se da responsabilidade sobre eles.

Na verdade, instaurava-se um modelo de gestão e planejamento energético em que o Estado, responsável pela definição de novos projetos hidrelétricos a serem construídos, se abstinha de quaisquer responsabilidades quanto aos custos sociais. Ao mesmo tempo incapaz e mesmo desinteressado em exigir que as concessionárias privadas pagassem por esses custos, temendo a fuga de investimentos, o Estado construiu um arcabouço argumentativo que o isentava de responsabilidades sobre os efeitos das barragens, assim como isentava a iniciativa privada, em uma clara estratégia para dar segurança aos investimentos. Isso fica claro quando consideramos a Lei 8.631/93 – nova configuração do SE – e as Leis 8.987/95 e 9.074/95: elas não mencionam em que estágio do licenciamento a concessão para exploração dos recursos naturais deve ocorrer. Apesar de não haver diálogo entre licenciamento e concessão, tal legislação insere maior participação do capital privado nos projetos hidrelétricos, garantindo a competição entre possíveis concessionárias. Esse fato marcará, como veremos mais adiante, um dos preceitos básicos para que todas as demandas socioculturais e econômicas sejam jogadas para a fase de operação de “empreendimentos”.

(...) por qualquer teoria financeira, ele [os impactos ambientais] impacta na taxa interna de retorno, impacta no custo, na entrada em operação do empreendimento. Isso muitas vezes não é visto, mas a empresa de distribuição de energia que contava com aquela energia do empreendimento, se tem qualquer atraso no empreendimento, lógico que a distribuidora de energia também sofre seus impactos porque contava com aquela energia numa determinada data. Se ela não entrou em operação, aí há alguns transtornos, mas tudo isso faz parte de um grande aprendizado. O setor elétrico brasileiro sofreu mudanças desde a lei 10.438, depois com a lei 10.848 e o decreto 5.163. Isso aí criou todo um arcabouço legal, todo um marco regulatório para o setor elétrico. Então o setor elétrico ainda está em ajustes e a questão ambiental que é uma parcela forte do setor elétrico está também em processo de adequação e evolução. (Presidente da CCSA em entrevista ao autor em 31 de maio de 2007).

O presidente da Vale do Rio Doce ontem colocou claramente que a Vale do Rio Doce não tem interesse mais em investir em indústrias de energia intensiva no Brasil, porque não vai ter energia pra atendê-los. Então que eles estão desviando os investimentos deles para outros países. Não há garantia de energia. Então o quê que tá acontecendo no Brasil hoje? Como você não tem uma base legal sólida, o investidor se sente inseguro, exatamente o que aconteceu em Corumbá IV. Corumbá IV era pra custar (x) milhões e custou (x + y) milhões, exatamente por conta da falta de arcabouço legal definitivo para empreendimentos desse porte. (Ex-diretor financeiro da CCSA, em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

Além disso, a colocação das dificuldades em apontar responsabilidades sobre os efeitos das barragens, proporcionada pela lógica atual do SE, marca uma contradição latente. Como afirmam Vainer e Araújo (1992: 59),

Ao considerarem que esse problema não é seu e esconderem-se no silêncio, os formuladores das diretrizes de política energética separam deliberadamente os problemas mais gerais do desenvolvimento dos problemas regionais/locais. Mais que isso, contrariam seu próprio discurso de que o SE é estratégico, posto que indutor de desenvolvimento.

A impossibilidade de identificar custos e quem deveria pagá-los foi consolidada com as novas relações que se estabeleceram entre produtores e distribuidores de energia, a partir da segunda metade dos anos 1990. A Lei 9.074/95 regulamenta que os maiores consumidores de energia podiam comprar livremente. Antes, a aquisição era feita obrigatoriamente pela empresa geradora da região. Desde então, os distribuidores de energia não precisavam mais vender seu produto aos centros consumidores mais próximos. As concessionárias poderiam negociar e estabelecer contratos com aqueles que pagassem o menor preço. Isso só foi possível porque os sistemas interligados, definitivamente consolidados com a criação da ANEEL e da ONS em 1996, permitiam o gerenciamento da distribuição de energia sobre o território.

Assim, além da possibilidade tecnológica da produção de enclaves – sistemas elétricos interligados –, o SE elétrico passou a contar com mais um aliado: a lógica de mercado. Esses fatores, combinados, despistam aqueles que procuram por responsáveis pelos impactos socioculturais e econômicos. Demonstram também que é uma tarefa difícil identificar onde, como e quando os impactos são produzidos. Além disso, a nova relação entre público e privado leva o licenciamento a um padrão de aprovação de licenças ambientais com condicionantes que vão se acumulando até a fase de operação.

A energia depois da reformulação do setor elétrico brasileiro, a energia é tratada quase como uma commodity. A Corumbá IV está instalada no estado de Goiás, mas eu poderia vender energia para o Sergipe, para o Piauí, vender energia para a Paraíba, o Rio de Janeiro, São Paulo, tá? Porque quem fornece energia para os consumidores é o setor, o sistema interligado nacional o SIN – Sistema Interligado Nacional – que nós somos hoje quatro sub-mercados: sudeste, centro-oeste, sul, norte-nordeste. Como eles são todos interligados pela malha de transmissão e como a energia flui pelos seus caminhos naturais que são as linhas de transmissão, eu posso fazer contrato de venda de energia em qualquer ponto do país. Mas a Corumbá está instalada no estado do Goiás e temos um único contrato de venda de energia que é com a companhia energética de Brasília – CEB – a CEB distribuidora. Nós temos esse único cliente, mas por uma questão de que quando o contrato de venda de energia foi feito com a CEB o novo setor elétrico brasileiro ainda não tinha sido modelado. Foi antes da lei 10.848. Então, as distribuidoras eram ativas do mercado de energia e podiam comprar energia de quem elas quisessem, então a CEB fez um contrato com a Corumbá. Hoje, isso não seria mais possível, porque as distribuidoras são passivas no mercado de energia e as geradoras ‘vendem’ em leilão para todas as distribuidoras simultaneamente. (Presidente da CCSA em entrevista ao autor em 31 de maio de 2007).

O caso peculiar da Corumbá IV indica que o elemento “distância geográfica”, que seria fundamental para caracterizar a imposição de visões gerenciais sobre os “empreendimentos”, não

está presente. Esse fator é bastante perceptível tanto ao empresariado quanto aos atingidos, quando caracterizam custos e benefícios da obra. O presidente da CCSA afirma que

Estamos diretamente ligados à capital federal, isto é uma segurança de fornecimento de energia para a capital federal. O Brasil já sofreu grandes apagões, grandes blackouts, a capital federal hoje tem a segurança de ter uma usina hidráulica quase como 'self-dealing' praticamente dentro dela, separada da capital federal por uma linha de transmissão de quarenta quilômetros, o que é muito pouco para uma transmissão. Então, quer dizer, isto além de dar suporte de tensão, aumentar a potência de curto-circuito da região, tudo isso gera estabilidade, estabilidade para o setor elétrico da região. Então, a Corumbá indistintamente da questão energética, indistintamente da questão da formação de um grande reservatório, né? O clima da região do cerrado... Eu vim de São Paulo, mas eu tenho visto como é o clima daqui nesses onze meses, é um clima muito árido, muito seco e um grande reservatório com certeza melhora as condições climáticas da região.

Alguns atingidos, por seu turno, dizem que:

De primeiro, um menino de dois anos não tinha sapatinho, não. Cinco anos e mais. Agora, não, tudo tem sapatinho. Essas coisas ficaram boas. Mas, eu me conformo porque diz que é para manter Brasília a água, então, está bom. Brasília aumentou demais (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone, 23/08/2006).

Ninguém imaginava que isso ia acontecer um dia aqui. Antigamente não tinha isso, mas é igual ao que o pessoal fala, a gente não pode viver sem água, né? Essa Hidrelétrica, se não fosse construída, ia faltar água mais pra frente. Então é uma coisa muito importante, sem água nós não "veve" (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone, 22/08/2006).

Apesar da ausência da distância geográfica, a Corumbá IV incorpora todos os preceitos de um enclave e responde ao “movimento” em que o SE se aproveita da questão ambiental como vantagem competitiva, fortalecendo suas centrais de cálculo a partir de inserções nos locais das barragens. A própria proximidade entre o pólo que paga os custos sociais e o que recebe os supostos benefícios é utilizada como vantagem do projeto hidrelétrico, como vimos. Mas permanecem as imensas distâncias e/ou deslocamentos morais que mantêm Corumbá IV como enclave, em quase todos os sentidos – menos na distância geográfica. Isso parece já estar claro, mas será ainda mais nítido nos capítulos seguintes.

Por meio dos argumentos criados pelo SE, seja quando se apropria da questão ambiental a seu modo, seja pelo gerenciamento de sistemas elétricos por intermédio de sua estrutura funcional, todas as demandas das populações atingidas passam a ser gerenciáveis a partir da lógica neoliberal. É de nota que a gerência dos conflitos socioambientais pelo SE, entretanto, nunca é resolvida enquanto a obra corre o risco de não ser realizada. Assim, por meio de diversas *traslações de interesses*, o setor e o licenciamento ambiental vão criando condicionantes que só fazem sentido de serem tratadas, aos olhos do empresariado, na fase de operação, quando a obra está assegurada, o retorno financeiro dos investimentos garantidos e boa parte dos custos sociais invisibilizados.

É nesse contexto que o SE se apropria da questão ambiental, utilizando-a como critério de legitimação das obras. Uma propaganda da Usina Hidrelétrica – UHE Cana Brava – GO em 2002

dispõe imagens de animais e pessoas felizes – prováveis reassentados – ao redor do maior quadrante: a imagem da hidrelétrica. O discurso trata o meio ambiente como se antes da hidrelétrica ele não existisse. Isso retrata o que chamei a pouco de “incorporar a questão ambiental como vantagem competitiva”, a partir da associação entre desenvolvimento, meio ambiente e racionalidade econômica (Assis, 2005). A imposição ao SE de princípios ideológicos do desenvolvimento sustentável não ameaçou o mito do desenvolvimento, apenas acrescentou um *plus*: desenvolvimento *com respeito à natureza* (Zucarelli, 2005). O presidente da CCSA e o ex-diretor financeiro corroboram com isso. Eles afirmam:

A presença dela [Corumbá IV] no estado do Goiás é um modo para aumentar o progresso da região, trazendo além de água e energia para a região, tudo o que depende de um investimento desse porte: progresso para as cidades do entorno, empregabilidade, renda, é esse o foco do empreendimento de geração.

(...) há necessidade haver uma compatibilidade entre a necessidade do crescimento do progresso da nação com as necessidades das populações envolvidas.

Veja uma estrada, um aeroporto quando é colocado e que as populações que já viviam perto passam a conviver com o barulho dos aviões, mas no entanto o aeroporto é uma obra de infra-estrutura que tem ser implantada. As estradas que rasgam propriedades também. As estradas que deslocam pessoas que moravam também, mas nem por isso se pára de fazer estrada, nem por isso se pára de fazer aeroporto. O que nós precisamos é adequar a conservação com o progresso, pra chegar num meio termo onde esses ambientes possam conviver, possam conviver cada um com suas obrigações e os seus direitos. (Presidente da CCSA em entrevista ao autor em 31 de maio de 2007, grifos meus).

Mas, olha só, vamos lá. Ela [Corumbá IV] tem esse benefício claro de energia elétrica e água, tá certo? Mas o foco principal de uma usina como essa, numa região como essa, talvez não seja a energia elétrica propriamente. É uma usina muito grande, um lago muito grande pra uma geração mediana pra pequena. (...) Guilherme, no começo daquilo ali você não acreditava a pobreza, a miséria que era aquilo ali, aquilo era uma miséria absoluta. (...) Então, Corumbá IV realmente trouxe desenvolvimento para aquela região, eu não tenho dúvidas. A população que tá lá, que ficou ou que saiu porque perdeu a terra, ou que ficou com partes, melhorou e muito a vida deles. A vida deles hoje é muito melhor do que era naquele tempo.

Melhorou no aspecto do desenvolvimento, de vida, crescimento, de valoração, de acesso, acesso a informação, acesso a oportunidade de trabalho, de vida, de manter a população lá.

(...) mas elas estavam se perdendo, os filhos da terra não estavam lá mais, estavam saindo em busca de emprego, porque lá não tinha renda. Então, das poucas unidades rurais que foram totalmente inundadas, essas pessoas foram tão bem remuneradas pela terra que aqueles que quiseram, saíram pra outras com tamanho maior em terra melhor e tudo. Mas a maioria delas voltaram às cidades vizinhas e formaram patrimônio ali. Eu acho até que Corumbá poderia, se o arcaouço fosse mais elaborado, teria trocado, feito troca mesmo, comprava uma outra propriedade ou dava uma possibilidade melhor nas cidades vizinhas pra que esse pessoal instalado, invés de botar lá alguns, sei lá quantos reais na mão do cara pro cara ir lá comprar e, o cara da roça, o cara sem experiência, pode ter sido enganado eventualmente ou ter comprado um carro, uma moto ou até bebido o dinheiro da propriedade toda. Nesse ponto realmente foi falho o processo, mas a intenção do empreendedor foi a melhor possível, nesse aspecto foi a melhor possível. Eu não tenho dúvida disso. (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007, grifos meus).

A apropriação das demandas socioambientais como vantagem competitiva opera claramente o que Oliveira e Zhouiri (2005) chamaram de “paradigma da adequação”: a superação de problemas socioambientais, sem que se perca o ideal de modernização. Mas note que não se trata de abraçar os princípios morais do ambientalismo global, nem do ambientalismo estatal,

mas de negociar com ele esses princípios, a partir da criação de uma noção de respeito ao meio ambiente particular ao SE. Essa visão nada mais faz do que incrementar a “armadura” do Setor perante os ataques de seus “inimigos”. O objetivo é firmar acordos que não coloquem em questão a expansão do setor elétrico e que estabeleçam apenas como ela deve ser executada de maneira “responsável”.

Nos primeiros anos do novo milênio, o Brasil experimentou mais um racionamento de energia, conhecido como o “apagão”. Desde então, o SE tem se articulado para pressionar o ambientalismo estatal para que flexibilize as regras do licenciamento. A Medida Provisória 2.147/2001 é um claro exemplo disso. Ela impõe um prazo não superior a seis meses para que o processo de licenciamento seja iniciado, *i.e.*, para que seja liberada a licença prévia. Atualmente, o que se percebe é a continuidade da busca de inimigos “externos” que entravam a expansão do SE. As imposições “ambientais” do licenciamento são o principal alvo. O Rio Madeira, que aguarde...

Em 2006 o CIGRÉ, promoveu em Brasília um Workshop intitulado: Influências dos Aspectos Socioambientais na Operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. O evento ocorreu em parceria com a Eletronorte e representava um momento de “tomada de posição” do SE quanto à questão ambiental, decorrente também da reorganização do CIGRÉ em 2001, quando a variável ambiental passou a compor o escopo dos CEs. A reformulação da estrutura dos temas dos CEs reorganizou um emaranhado de 41 títulos que se acumularam ao longo da história da instituição e incluiu na pauta do setor elétrico global novos assuntos que não poderiam mais ficar de fora das preocupações técnicas do órgão. Os antigos temas de estudo foram organizados em grupos. O grupo A contempla os estudos sobre equipamentos e o grupo B subsistemas. O grupo C, no qual se situa o CE-C3, que versa sobre meio ambiente, conforma os sistemas e o grupo D é composto por estudos sobre equipamentos diferentes dos do Grupo A.

A partir análise do CE-C3, intitulada “Systems Environmental Performance”, poderemos compreender o que motivou o CIGRÉ a convocar o *Workshop* e ainda estabelecer minimamente que concepções de meio ambiente instrumentalizam a atuação diante da necessidade de mudança. O objetivo do CE-C3 é a *Identification and assessment of the impacts on environment of electric power systems and methods used for assessing and managing the environmental impact of system equipment* (www.cigre.org).

Nem no escopo nem mesmo na missão do CE-C3 aparecem, em qualquer momento, tanto questões sociais como ambientais. A única menção a questões sociais que consegui encontrar foi no PE do CE-C3, mesmo assim, muito incipientes. A diretriz estratégica mais

significativa, entretanto, é a afirmativa de que a concessionária não pode mais pensar como antes, pois nota-se que, agora, tudo é sistemático. Ao identificar “target groups”, o comitê visava atingir diretamente os atores interessados na questão ambiental, otimizando sua atuação. Entre os alvos do comitê, não encontramos os movimentos transnacionais de atingidos, nem mesmo o ambientalismo global, apenas, genericamente, a “sociedade civil”. No interior do grupo foram criadas três “technical directions”. A terceira delas convoca o grupo a identificar os dilemas e ver como as circunstâncias nacionais podem contribuir para o aprimoramento estratégico do CIGRÉ, é nesse contexto que o *Workshop* faz sentido.

O *Workshop* é um evento local que responde a ansiedades do setor elétrico em todos os níveis. Essas respostas, que variam em intensidade e coerência com cada nível de integração estão embebidas das ambigüidades do sistema mundial e sua peculiar maneira de representar tempo e espaço. Lê-se no panfleto que traz a apresentação e programação do *Workshop*:

A influência dos aspectos socioambientais na operação dos sistemas elétricos tem sido objeto de atenção crescente nos últimos anos.

As restrições ambientais, de usos múltiplos e as questões judiciais com alegações ambientais que acarretam multas e indenizações, têm ocasionado um acréscimo de restrições à operação do Sistema Interligado Nacional, levando a uma elevação nos custos de operação, com reflexos nas tarifas do consumidor.

Visando debater essas questões numa visão integrada de meio ambiente e operação de sistemas elétricos, o Comitê de Estudos Desempenho Ambiental de Sistemas – CE C3 – e o Comitê de Estudo Operação de Sistemas – CE C2 – do CIGRÉ-Brasil realizam este Workshop sobre Influência dos Aspectos Socioambientais na Operação do Sistema Interligado Nacional – SIN, que certamente poderá proporcionar uma interação entre os segmentos da sociedade envolvidos nessa problemática, com vistas a soluções exequíveis, duradouras e sustentáveis para o setor elétrico brasileiro (Programação Workshop Influência dos Aspectos Socioambientais na Operação do Sistema Interligado Nacional – SIN, 2006, grifos meus).

O primeiro grifo rememora a emergência da questão ambiental, que há pouco apresentamos e que reaparece na discussão do SIN. Cabe apontar que o setor elétrico incorpora as questões ambientais diferentemente nos diferentes níveis, nacional, internacional e transnacional.

O segundo grifo indica a estratégia do setor elétrico no *Workshop* de deslegitimar os critérios ambientais, mantendo-os fora dos custos dos sistemas elétricos, pois são supostamente aleatórios, conjunturais, não mensuráveis. Em função de meras “alegações” ou versões ambientais (que, na verdade, estabelecem a necessidade de criação e cumprimento de direitos específicos sobre o meio ambiente e sociedades atingidas), há dois fatos indiscutíveis, afirmam os organizadores do evento: o aumento de restrições ao sistema hidrelétrico (e não a necessidade de modificar a concepção de ótimo) e o fato mais duro e “convicente”, o aumento das tarifas¹⁶. Esse aumento, entretanto, nada mais é do que reflexo de custos não pagos pelo SE, que antes não eram identificados legalmente (Vainer, 2005).

O último grifo é de suma relevância para o intento desta seção. Demonstra que a inversão da idéia de impactos ambientais não é uma mera confrontação de ideologias. Pelo contrário, a auto-vitimização do SE é o “cavalo de batalha” para que ele ganhe tempo e diminua custos, criando “*soluções exequíveis, duradouras e sustentáveis*”. Dessa maneira, menos que combater frontalmente os princípios do desenvolvimento sustentável, o SE atua para controlar o poder de mudança que esses princípios possam causar. Com isso, o SE produz relações internas ao licenciamento ambiental, delimitando nele, e não de fora, suas demandas. Assim, tenta reverter a seu favor o controle sobre deveres e direitos surgidos em decorrência do licenciamento ambiental.

O *Workshop* teve caráter pedagógico. Mas a “chamada” do texto supra-transcrito conduz a uma expectativa oposta; a de que haveria plena discussão entre diferentes atores de diferentes segmentos e não apenas o repasse ou o “ensinamento” de informações. Nem a platéia, em sua maioria, nem os palestrantes representavam segmentos diferentes; eram atores interessados em levar adiante os objetivos do setor elétrico global. O *Workshop*, como textualmente deposto, visava encontrar soluções, isto é, meios de assegurar os interesses do setor. Em suma, as respostas deveriam ser produzidas para o setor elétrico, e não para os supostos segmentos que estariam participando do evento. A apresentação do evento situa-nos a entender o *Workshop* como uma arena “inter-pares”, na qual posições políticas eram tomadas/repassadas ora por pesquisas científicas, ora pela simples autoridade discursiva dos cientistas palestrantes.

A palestra de abertura, de Flávia Gama, consultora da Chesf e mestre pela Universidade de Pernambuco no assunto de planejamentos ambientais de hidrelétricas, levantou grande expectativa quanto ao evento. O seminário foi dividido em três momentos: primeiro, aquele que remontava historicamente o PACUERA¹⁷, depois, o PGSP¹⁸ e, na terceira parte, alguns apontamentos da pesquisa. A palestra foi didática e visava ensinar o que significam esses instrumentos. A palestrante, posicionada pela apresentadora como autoridade no assunto, mostrou que somente em 2002 criou-se o PACUERA por meio da Resolução CONAMA 302/02, instrumento legal que deveria ser apreendido pelos observadores da palestra. Ela atualizou a plenária ao expor conseqüências da Medida Provisória nº 2.166/2001, que obriga o “empreendedor” a adquirir as propriedades ou parte delas que estiverem incluídas na APP.

A platéia assistia atônita ao número de obrigações que lhes são cobradas quando da implementação e operação de hidrelétricas. O PACUERA, sozinho, obriga a concessionária a tratar, isto é, pagar financeiramente por: diagnóstico socioambiental, zoneamento de usos, usos potenciais, programas ambientais, diretrizes para as zonas criadas e normas de uso. Todos estes, custos inimagináveis nas décadas de 1970 e 1980. O PGSP, embasado pelo ofício 206/2001 da ANEEL, obriga os empresários a implantarem planos de efetivo domínio sobre as áreas

adquiridas pela empresa. O argumento central da palestrante era de que os planos deveriam ser unificados para que critérios padronizados os balizassem, diminuindo custos ambientais.

Apesar de Flávia Gama indicar que é de fundamental importância a realização do PACUERA, sua proposta não poderia colocar em questão a própria estrutura do setor elétrico. Mantém-se a salvo e bem explicado, isso sim, a relação das concepções ambientais e de participação social existentes nos instrumentos jurídicos com a necessidade de redução máxima dos custos.

É importante salientar aqui que essas medidas são apresentadas como forma de instrumentalizar o setor elétrico para as arenas de disputa com IBAMA, ANEEL e MP em nível nacional¹⁹. A implicação óbvia da padronização dos instrumentos é a standardização de procedimentos que reduzam as particularidades dos impactos sociais e ambientais mensuráveis, o que implica muitos problemas, como já exposto no início do capítulo.

A palestra seguinte foi proferida por uma autoridade jurídica em direito ambiental em hidrelétricas, trata-se de uma das consultoras jurídicas mais acionadas pelo SE no trato com o licenciamento ambiental, a advogada Alacir Borges Schmidt. A palestra era muito esperada, pois a questão jurídica é o cerne da inversão da noção de impacto. Na palestra, a advogada apresentou a Instrução Normativa 65/05 do IBAMA, o texto que regulamenta o ritual jurídico do licenciamento ambiental e a Lei 9.605/98, temida por ser o contencioso administrativo que impõe infrações ambientais. A atenção despendida pelo público nessa palestra foi impressionante, poucos se levantaram, celulares não se ouviam e muitos estavam com papel e caneta (com o símbolo da Eletronorte) em punho. Ambiente de sala de aula.

Depois das referidas leis, ela apresentou as dinâmicas e significados da *compensação ambiental* debitada a estados e municípios, com uma parcela para o governo federal. Ela mostrou que um projeto hidrelétrico só poderá ser passível de cobrança da *compensação ambiental* se for digno de receber EIA/RIMA, o que significa que o critério está sob poder do órgão licenciador. A compensação ambiental é estipulada a partir de um grau de impacto medido por meio de metodologias estabelecidas pelo mesmo órgão. Como diferentes órgãos ambientais licenciam diferentes barragens, pode haver diferenças na medição de impacto, afirmou. Houve muitos sorrisos comportados da platéia quando a advogada começou a apresentar as falhas na lei de compensação ambiental. A principal delas é que não há uma porcentagem máxima de quanto se deve gastar com compensação ambiental, apenas uma mínima; segundo a palestrante isso fere princípios da segurança jurídica, legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, gerando inclusive confisco da propriedade produtiva. Além disso, há a falta do momento ritual, no qual a compensação deveria ser paga, sendo apenas informado que o desembolso não poderia ser cobrado antes da liberação da licença de instalação, o que diminuiria custos na fase de

planejamento e asseguraria a licença de instalação. O aumento do percentual da compensação ambiental desde 1987 foi de mais de 1.000%.

Diante de tais dados e explicações, os participantes começaram a emitir sinais de pertencimento a uma classe oprimida pelo licenciamento e políticas ambientais. A inversão da idéia de Impacto estava, desde a segunda palestra, completada. O *Workshop* já era um sucesso quanto a seus objetivos. A legitimidade que se queria alcançar chegou ao auge quando, na tela onde se projetava a apresentação, leu-se:

Estado Unidos, Canadá, Noruega, União Européia e Reino Unido: não há legislações equivalentes; medidas compensatórias e compensação ambiental são sinônimos; é uma opção de medida mitigadora quando a prevenção dos impactos não é possível e a minimização dos mesmos não é suficiente; não está vinculada ao processo de licenciamento (ABCE, 2006: 26 – apresentação em meio eletrônico).

A “chamada” final da palestra foi o estímulo ao setor elétrico a forçar os órgãos licenciadores a não simplesmente identificar os empresários como ávidos por lucros e desmatadores do meio ambiente, mas fundamentalmente como prestadores de serviços à sociedade. O segundo ponto, repetido em quase todas as palestras, foi que *sem a definição de critérios claros e fixados em lei, o montante da compensação pode variar de técnico para técnico, de equipe para equipe multidisciplinar, de órgão para órgão ambiental, de governo para governo, etc.* (Idem: 30).

Mais uma vez a diversidade das populações atingidas ficou de fora da exposição. A insistência em uniformizá-las em critérios de mensuração objetivos remete à necessidade de que, ao arrepio das subjetividades das pessoas atingidas, dos técnicos e equipes multidisciplinares e de alguns técnicos de órgãos ambientais, prevaleçam as variações de magistrado para magistrado, assegurando campo de trabalho permanente aos advogados do SE.

Outra palestra interessante para este trabalho versava sobre “benefícios” proporcionados por hidrelétricas. Eram dois palestrantes, mas optamos por aqui apresentar apenas a exposição de um deles, o Sr. Sérgio Pacheco, da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Todos os benefícios apresentados se vinculavam às sedes municipais ou aos “novos” turistas que surgem quando se instala uma hidrelétrica²⁰ e não às populações atingidas. Os benefícios indicados são também meios de inverter a noção de Impacto, pois, ao atestar benefícios incontáveis, o palestrante cria, mais uma vez, a sensação na plenária de que o setor elétrico está sendo injustiçado pelo discurso “anti-barragens”.

Como estratégia discursiva, o uso da Compensação Financeira e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, assim como os argumentos jurídicos, renovaram a sensação de pertencimento entre os participantes do *Workshop* aos valores do setor elétrico global. Isso pôde ser observado claramente na satisfação da platéia após a informação de

Sérgio Pacheco de que, com os recursos gastos com a Compensação Financeira pela a Utilização de Recursos Hídricos – CFURH, estados e municípios poderiam ter construído 14.698 escolas, 29.396 casas populares, 685.921 meses de salários de um professor, 19.412 postos de saúde, 128.610 salários de médicos do PSF, 1.469.832 salários de agentes de saúde, 294 estações de tratamento de esgoto. Isso só com os recursos pagos pelo setor elétrico em 2005.

Por último, cabe relatar uma interessante palestra sobre a influência dos condicionantes ambientais na operação do SIN. Não há dúvidas de que essa palestra foi paradigmática para o argumento que defendemos neste texto – da inversão da noção de Impacto. O palestrante, Sr. Arteiro, representa o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, órgão que coordena o SIN, supervisionando inclusive sistemas interligados internacionalmente e tem como objetivo a otimização da operação e ganhos energéticos, ou seja, o menor custo para a maior produção e suprimento de energia. A ONS, órgão responsável pela segurança elétrica, cuida do balanceamento da distribuição energética ao longo dos complexos sistemas de linhas de transmissão que ligam o país e parte do Mercosul em cabos de aço. Partindo da concepção de que todo o funcionamento do sistema gira em torno do alcance do “ótimo”, o palestrante demonstra que qualquer restrição à operação do SIN é sistêmica e não pode ser pensada como restrição em nível local. Arteiro informou ao público que as restrições se dividem entre restrições estruturais e conjunturais. As restrições estruturais seriam: o uso concorrencial da água, restrições por aproveitamento, restrições à jusante (vasões turbinadas, defluente e vertida), que se dividem em quatro grupos: restrição de volume, restrição elétrica, restrição de defluência e restrição de afluência, alteração do perfil dos rios no período seco.

A palestra funcionou no *Workshop* como uma demonstração de “*quem somos*” e que “*não é possível que restrições meramente conjunturais prejudiquem a operação do sistema todo*”. Eis aí como o setor elétrico global, a partir do caso brasileiro, consolida a inversão do impacto: demonstrando como as quimeras locais, ou uma *tribo de índios que nem são mais índios de verdade*, colocam em risco a segurança energética nacional e de parte do Mercosul.

Uma tal concepção de “sistema” poderia conduzir-nos à falsa conclusão de que os critérios ambientais do licenciamento, vistos como *restrições*, são tensões exclusivamente *externas* ao SE. No entanto, o aspecto pedagógico do *Workshop*, o estímulo para homogeneização de critérios de medição de impactos, as estratégias argumentativas para lidar com a questão em nível jurídico e a criação de índices que atestem benefícios promovidos pelo SE nos mostram que há um esforço para criar instrumentos *internos*. As Comunidades de Argumentação que se formam a partir das exigências do licenciamento ambiental produzem resultados instrumentais – EIA/RIMA, PACUERA, etc. – particulares. Isso significa que as visões de mundo e o planejamento para a ação dos atores envolvidos estampam uma relação de

mutualidade entre formas de significar “a questão ambiental”. Essa interação e seus desdobramentos são os nós que amarram na mesma rede todos os atores do SE e do ambientalismo estatal. O que seriam *campos* distintos e em oposição, marcados por fronteiras mais ou menos autônomas, é, em verdade, uma rede de conexões entre *capitais* muito diferentes entre si, senão incomparáveis como tais.

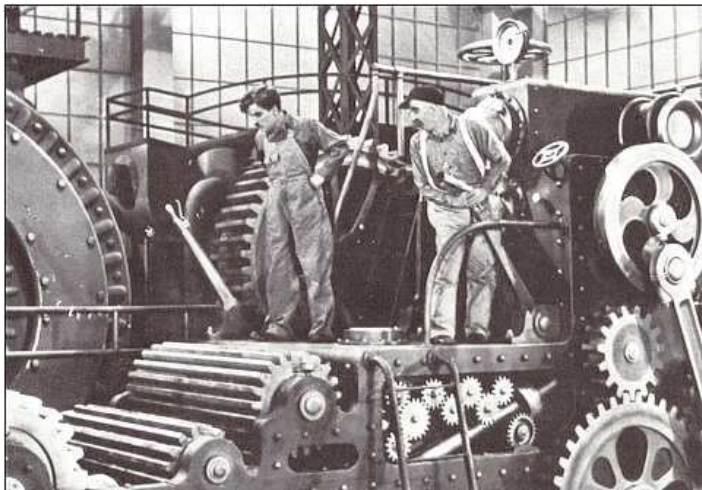
Quando o palestrante da ONS, Sr. Arteiro, classifica os impactos ambientais como conjunturais, ele opera um sistema de significados que pretende dar sentido aos impactos a partir dos sentidos anteriores de sistema. Mas por mais que sejam entendidos como restrições, eles são *classificados*, *i.e.*, passam a compor a forma de pensar a operação do sistema elétrico. Por isso, creio que, seja como for, o simples fato de classificar os impactos ambientais remete a uma incorporação da própria idéia de impacto e, em consequência, à participação na rede em que se define o que eles são, como são produzidos, dimensionados e mitigados; a rede do licenciamento.

Em resumo, argumento que a vitimização do SE perante o aumento de imposições à sua expansão só, aparentemente, corresponde a uma oposição incomensurável entre moralidades do SE e do ambientalismo estatal. Ocorre o oposto: a vitimização, entendida como afeto moral, é o nexos que justifica a postura do SE e a produção de instrumentos de gerenciamento desde dentro da rede do licenciamento ambiental, é o resultado da interação, e, como tal, é parte da máquina de exclusão moral dos atingidos.

Eis portanto as duas forças que conformam os *inputs* da caixa-preta do licenciamento ambiental de hidrelétricas. Esta é resultado de arranjos e rearranjos entre diversos atores postados em diferentes “lugares”. As ideologias perfazem níveis transversais e integrados de pertencimento que, trocando em miúdos, e seja como forem as relações entre desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, conduzem ao fechamento da caixa-preta e esquitejamento de quaisquer mecanismos de participação social que não parta dos pré-supostos básicos do licenciamento ambiental: que os atingidos são parte do ambiente da obra e que é o setor elétrico e o desenvolvimento do país e do mundo que são atingidos pelas “restrições” ambientais. Se esses quesitos são contemplados, tudo pode ser negociado, se não, a realidade não existe.

CAPÍTULO 4

O funcionamento da máquina: o licenciamento ambiental e o processo de exclusão dos atingidos



(“Tempos Modernos”, Chaplin)

No capítulo anterior, demonstrei quais são os *inputs* morais da caixa-preta do licenciamento ambiental, indicando que apesar de a literatura disponível definir *enclave* a partir da distância geográfica, ela não é determinante. Há mais do que distância geográfica entre os nichos de território que pagam os custos socioambientais das hidrelétricas e os que recebem os supostos benefícios. É possível, ainda, que essa distância seja menos significativa para a concepção de um enclave do que outros aspectos. O caso da Usina Hidrelétrica – UHE Corumbá IV é exemplar disso, pois, apesar da proximidade geográfica entre atingidos e “beneficiários” da usina, persiste um distanciamento eminentemente simbólico e moral, mantendo, com isso, a possibilidade de gerenciamento “à distância” dos territórios onde a obra foi imposta. Não seria prudente, entretanto, sugerir que se elimine completamente a distância geográfica como condição de um enclave, mesmo no caso em questão, em que ela é efêmera. Mas reduzir os conflitos por territórios ao espaço, torna desinteressante e vazia a própria noção de territorialidade. Os relatos de atingidos, apresentados anteriormente, atestam a complexidade envolvida no trato do tema: por um lado, são prejudicados, por outro, reconhecem os “beneficiários” do Distrito Federal e, por vezes, confundem-se com eles, pois mantêm com os habitantes dessa unidade da federação relações permanentes.

Acredito que a característica mais significativa de um enclave é a exclusão e o distanciamento das moralidades, que disputam pelo gerenciamento do território, e que, geralmente, conduzem a uma impossibilidade de acesso dos atingidos às *Comunidades de Argumentação*, nas quais se definem as políticas energéticas e ambientais em nível global, estatal

e “local”. Nesse aspecto, mostrei que esses níveis estão interligados de tal forma que pensá-los isoladamente é ineficaz e contribui para que os elementos ligados – sejam eles coisas, pessoas ou entes sobrenaturais e regras sociais¹ – percam de vista as ligações artificiais a que são submetidos, visando unicamente que a *máquina* do licenciamento ambiental opere livremente seus interesses e produtos.

Foi necessário descrever a história da relação entre o Setor Elétrico e o ambientalismo estatal para que pudéssemos identificar do que é feito o mundo das pessoas que operam o licenciamento ambiental. Obviamente não chegamos à exaustão das diferentes etapas de consolidação histórica das duas ideologias, em princípio, concorrentes – o desenvolvimentismo e o desenvolvimento sustentável. Pelo contrário, recortes foram necessários. No caso do ambientalismo, escolhi a Conferência de Estocolmo de 1972 como ponto de partida. No caso do SE, retrocedemos ainda mais no tempo. A linha de chegada de ambas foi a consolidação do licenciamento ambiental na metade dos anos 1980.

Ao contrário do que se esperava, o encontro dessas duas ideologias – que são claramente demandas morais de distintos segmentos sociais – se amalgamam no licenciamento de tal forma que as diferenças – travestidas em um conflito aparentemente absoluto – são, em verdade, formas de sociação mais ou menos regulares (Simmel, 1985). Regularidade esta estampada na “domesticação” das populações atingidas em favor de interesses específicos. O ambientalismo estatal ambientaliza e impõe, de certa forma, a ambientalização dos atingidos ao SE, o que é retratado em suas políticas. Este, por seu turno, se vitimiza, impondo ao ambientalismo estatal flexibilidade nas exigências ambientais, o que é também retratado em suas políticas. O resultado, um só: as bases para a exclusão das populações atingidas do processo de definição sobre a questão ambiental e energética do país.

O trabalho não estaria completo se apenas indicássemos os *inputs* que compõem a caixa-preta do licenciamento, *i.e.*, aquilo que entra na caixa-preta, construindo receptores específicos, sem os quais os *inputs* não funcionam “bem”. *Inputs* são resultados de interações que formatam as “condições de entrada” na caixa-preta, ou seja, formatam os critérios que legitimam ou deslegitimam determinado ator de participar nas *Comunidades de Argumentação* da rede de produção de fatos sobre impactos e direitos dos atingidos. Visto por esse prisma, os *inputs* se assemelham às “inscrições” iniciais das quais se pode falar de impactos e direitos no licenciamento e a partir das quais todas as controvérsias serão “resolvidas”. Em suma, os *inputs* são os meios pelos quais os atores interessados em determinada controvérsia se diferenciam de outros, que não podem acessar tais controvérsias, apenas os fatos prontos, depois de sua “resolução”.

Conforme Latour², a solução de controvérsias exige que os produtores de fatos, ligados em rede, verifiquem as assertivas anteriores, regredindo, se for preciso, até o ponto inicial do debate. Assim, esse ponto inicial é tomado como pressuposto para além do qual não se pode regredir. A expedição de Leperouse é a origem de Sacalina para os franceses. Para que quaisquer controvérsias sobre Sacalina sejam solucionadas sem colocar em risco “o mundo” dos franceses, os envolvidos no debate devem regredir, inscrição ante inscrição, até a primeira viagem colonial à ilha. A resposta à controvérsia não reside *fora* da rede de conhecimentos produzidos sobre Sacalina. Em se tratando de impactos e direitos, isso significa que a luta por “barrar” barragens ou modificar os mecanismos de gerenciamento de hidrelétricas já criadas está inserida nos preceitos do licenciamento ambiental apresentados no capítulo anterior. Essa, a pretensão dos atores dominantes no licenciamento.

Tudo se passa como se os conectores “machos”³ devessem se adaptar aos receptores “fêmeas”, para que as informações dos *inputs* pudessem fluir em concordância com as amarrações funcionais de elementos na *máquina*. Se houver incompatibilidade entre os *plugs*, ela deve ser resolvida pelos que querem entrar e não pelos que já “estão dentro”, ofuscando o fato de que os que “estão dentro” pretendem ampliar a rede a partir de parâmetros controláveis, sem colocar em risco a disposição dos elementos amarrados em relações autômatas. Se a caixa-preta e seus *inputs* exigem um “macho” WD1008, do tipo P2, mono e com rabicho; seguramente e como condição “técnica”, um WD1228, P10, estéreo de metal niquelado não seria compatível. Para *plugar* seria necessário comprar o *plug* WD1008, P2, mono com rabicho, diriam os eletricitistas.

A comparação com aparelhos eletrônicos, apesar de simplificar, é útil, na medida que cria uma imagem do problema. O que o capítulo anterior demonstrou foi que os *inputs* modelam a construção de seus receptores e, assim como se poderiam mudar os “machos” a serem *pluggedos*, poderíamos perfeitamente sugerir a mudança das “fêmeas”, *i.e.*, dos *inputs*. Mas isso traria grandes dificuldades aos operadores da caixa-preta, pois teriam que “partir do zero”, teriam de construir outro mundo em que fizessem sentido *inputs* diferentes. As inscrições originárias estariam ameaçadas. Se a exigência de que os atingidos modelem sua entrada na caixa-preta a partir dos *inputs* do ambientalismo estatal e do SE não é proposital – o que nem sempre é o caso –, certo é que há alguma sorte de desconhecimento destes, de que os próprios *inputs* podem e devem ser modificados. São os atores dominantes do licenciamento que devem se adequar, caso pretendam construir uma política que tome como base uma *participação com agência* dos atingidos (Giddens, 1984)⁴. Apesar de avanços, o licenciamento ambiental parece ainda estar longe disso, o que será demonstrado neste capítulo.

4.1. “Jogar” para a fase de operação as demandas socioculturais e econômicas: a regularidade do licenciamento ambiental de hidrelétricas

Apesar de muitas diferenças entre impactos de cada licenciamento ambiental de hidrelétricas, é possível afirmar que eles detêm certa regularidade em alguns aspectos. O primeiro é que impactos não são substanciais, mas processuais. Isso significa que não é possível acreditar na idéia tão presente no SE e no ambientalismo estatal de que ações de mitigação e/ou compensação de impactos poderão *findar* os danos causados. Eles continuam ao longo do tempo e são marcas permanentes nas histórias das populações atingidas. O que se observa é que muitas tentativas bem intencionadas em mitigar e/ou compensar impactos produzem novos impactos. Isso nos leva ao segundo aspecto: os impactos são produzidos, ao longo do licenciamento ambiental, de muitas formas e em muitos lugares – *as centrais de cálculo*. O lugar onde o enclave se localiza é um território – com diversas territorialidades – que agrega efeitos de ações multilocalizadas. Apesar de ser o amparo geográfico da hidrelétrica, o lugar do enclave não pode ser confundido com o lugar onde os impactos são produzidos, *i.e.*, o local onde os impactos são *sentidos* não corresponde necessariamente àqueles onde eles são *gerados*.

A regularidade mais marcante, e que se relaciona com as demais, consiste em um mecanismo sistematizado no licenciamento ambiental em se jogar para a fase de operação das hidrelétricas todas as demandas socioculturais e econômicas dos atingidos. Isso ocorre porque nessa fase não há muitas definições legais sobre como “tratar” os impactos e porque a usina já está assegurada, havendo chances diminutas de inviabilizar sua operação e de reverter a idéia de que os atingidos são parte do “meio ambiente da obra”. Jogar para a fase de operação as demandas dos atingidos é proveitoso para os empresários porque seus investimentos estarão assegurados, os custos com ações de mitigação e compensação estarão dissipados na sociedade e o controle, ou melhor, a construção de um meio ambiente *da obra* estará consolidada. O relato do presidente da CCSA é elucidativo:

(...) tem empreendimentos de geração com dez anos e ainda cumprindo condicionantes e TAC. A Cespe tem alguns Termos de Ajustamento de Conduta, a Cespe tem quarenta anos.(...) Porto Primavera, que é mais recente, ainda tem condicionantes ambientais a cumprir e ela já tá totalmente pronta, tem catorze unidades geradoras. E elas continuam. (...) se você seguir o que manda o almanaque, você teria estes passos cumpridos nas suas datas previstas, porém não é incomum (...) (Presidente da CCSA em entrevista ao autor em 31 de maio de 2007).

Mas o que quero dizer quando afirmo que há uma regularidade em se jogar para a fase de operação as demandas socioculturais e econômicas? Primeiramente, cabe lembrar que o licenciamento é composto por três fases: fase de estudos, ao fim da qual emite-se a Licença Prévia – LP. Essa licença é o atestado de que a obra é viável aos olhos das agências

licenciadoras. Depois, vem a fase de construção da obra, para a qual é emitida a Licença de Instalação – LI. Essa licença assegura que as providências para mitigação e compensação de impactos já foram tomadas. Por último, há a fase de operação, que inicia após a liberação da Licença de Operação – LO, momento em que as ações planejadas na fase anterior serão realizadas e que se considerará a maior parte dos impactos mitigados e/ou compensados.

Bem, mas o que é, afinal de contas, jogado para a fase de operação? Para responder a essa pergunta, é importante retornarmos à questão central: o que são impactos socioculturais e econômicos. Impactos são imposições objetivas sobre os territórios dos atingidos e, por isso, para sabermos o que é jogado para a fase de operação, precisamos ampliar a concepção de território. Qualquer imposição sobre territórios reverbera em tudo que se liga a ele. Antes de qualquer coisa, território diz respeito a um ou mais espaços, que podem ou não ser contíguos, nesse caso, formando *multiterritórios* (Costa, 2006). Mas, para ser território, é preciso que haja alguma atribuição dada a esse espaço por um grupo que pretende dominá-lo. Tal atribuição demanda esforços de grupos sociais para habitar, usar e se identificar com um espaço que será denominado como *seu espaço* (Little, 2002 e Segato, 2005). O espaço passa a ser território por meio dos significados a ele atribuídos e, por isso, ele pode ser considerado como uma simbiose entre a abstração e a materialidade. Às noções de pertencimento que emergem do esforço demandado para transformar um espaço em território denominamos territorialidade, conceito que funde natureza e cultura, materialidade e abstração.

Territorialidade se liga às identidades concebidas por grupos sociais a territórios específicos. Essa noção envolve a consciência dos atores sobre seu espaço. No entanto, há relações de populações com o espaço que não são formuláveis objetivamente como aspecto da identidade. Ou seja, as relações com espaços não são completamente verificáveis nos sinais diacríticos que os grupos estabelecem para se diferenciar de outros. Pelo contrário, os sinais diacríticos estampados pelas territorialidades são apenas fragmentos de relações entre homem e natureza presentes em sistemas de conhecimento e significação mais amplos. Esses sistemas são operados pelos atores, ora conscientemente – no sentido de que querem expressar voluntariamente uma diferença quanto a outros sistemas –, ora inconscientemente – no sentido que os atores performam suas relações com o território sem sinalizar objetivamente tal ou qual diferença quanto a outros sistemas. O conceito de cosmografia, incrementado por Little (2001), parece ser o mais adequado para compreendermos a amplitude das relações entre natureza/cultura a partir de seu pareamento com a dicotomia abstração/materialidade⁵.

Um enclave representa, a partir do exposto, uma sobreposição de cosmografias em disputa pela significação do espaço. Essa disputa está embebida tanto da intencionalidade – territorialidade – dos atores quanto dos sistemas mais amplos em que eles operam

inconscientemente. Se queremos dimensionar impactos, devemos ir em busca das estratégias de dominação do espaço e dos sistemas que estão por detrás dessas estratégias. Dessa maneira, o que regularmente é jogado para a fase de operação de projetos hidrelétricos são as demandas objetivas dos atingidos, o que implica necessariamente a desconsideração dos sistemas de conhecimento que balizam a formulação de tais demandas. Dimensionar impactos envolve, sobremaneira, produzir conhecimentos sobre esses sistemas, já que é a impossibilidade de sua reprodução que me parece o dano mais significativo às populações atingidas.

Ao demonstrar como o licenciamento ambiental joga para a fase de operação as demandas socioculturais e econômicas, temos a tarefa de indicar processos de exclusão de demandas objetivas e seus respectivos sistemas de conhecimento. No primeiro caso, enfocaremos os processos “participativos” do licenciamento, em que os atingidos são “convidados” a expressar suas opiniões sobre a usina. No segundo, iremos em busca dos meios de dominação dos sistemas de significados dos atingidos, que, normalmente, são invisíveis aos atores do licenciamento ambiental, mas nem por isso deixam de produzir impactos significativos. Em um caso, estamos falando da exclusão deliberada das demandas formuladas pelos atingidos em face da barragem; no outro, da incomensurabilidade mesma dos sistemas de significados em disputa. Se o uso do método etnográfico no licenciamento é bastante controverso, pois os etnógrafos ficam sujeitos à estrutura de poder instituída no instrumento tecnoburocrático, é por meio dele que muitos impactos antes invisíveis podem ser minimamente dimensionados.

O processo de exclusão deliberada pode ser atribuído à operacionalização da *máquina* do licenciamento e sua *rede*. Como insistentemente tenho afirmado, a construção de uma *máquina* consiste em desconectar elos entre coisas e pessoas que estão historicamente ligados e reconectá-los de outra maneira. Cria-se, a partir daí, a sensação de incomensurabilidade entre a vida “antes” e “depois” da barragem. As significações do passado por parte dos atingidos são retalhadas e reordenadas de maneira que não possam ser formuladas da mesma maneira. As demandas passam a ser ininteligíveis aos demais atores do licenciamento, que não consideram impactos e direitos a partir dos sistemas de conhecimento impactados, mas pela simples concepção da *terra como recurso*. A totalidade do “antes” se torna invisível aos demais atores e coisas ligadas na máquina do licenciamento.

O outro tipo de exclusão é aquela que ocorre por problemas de tradução entre os mundos do SE, ambientalismo estatal e dos atingidos. Nesse caso, as demandas socioculturais e econômicas escapam aos fios e malhas da rede. A exclusão daí resultante não se dá por incomensurabilidades produzidas *no interior* do licenciamento, mas daquelas *preexistentes*, que sequer são computadas pelos atores do SE e do ambientalismo estatal quando constroem a *máquina*, quando alistam aliados, quando trasladam interesses.

Neste capítulo, tratarei apenas da exclusão levada à cabo no funcionamento da *máquina*, deixando para o próximo tudo aquilo que a máquina não consegue captar ao dimensionar impactos e direitos dos atingidos.

Parece-me, agora, claro o que significa a afirmação de que o licenciamento ambiental sistematicamente joga para a fase de operação as demandas socioculturais e econômicas dos atingidos. Ao empurrar as demandas objetivas para a última fase do licenciamento, ele torna invisível o bojo de conhecimentos e a própria estrutura de significação, expressa pelas cosmografias. Do ponto de vista das demandas objetivas dos atingidos, ocorre uma intolerância nas práticas discursivas do licenciamento ambiental. Isso significa que nas *Comunidades de Argumentação* que se formam, seja na elaboração de termos de referência para consecução de estudos, seja na própria execução desses estudos ou nas arenas políticas de decisão – como as Audiências Públicas, por exemplo –, não é realizado um esforço interessado na livre argumentação. A reificação do discurso tecnocientífico como verdade absoluta e a consideração das arenas políticas como meras “consultas” contribuem sobremaneira para isso. Todas as argumentações ocorrem dentro de parâmetros bem estabelecidos e controlados pelos atores dominantes do licenciamento, convertendo o ideal de participação democrática em adaptação e apropriação proveitosa dos discursos dos atingidos pelo SE e ambientalismo estatal, instituindo-se o *Paradigma da Adequação* (Zhourri, Laschefski & Paiva, 2005). As moralidades que entram na caixa-preta se mostram pouco modificadas quando saem, não havendo quaisquer indícios de que os atingidos participaram de sua construção.

A artimanha efetivada pelo licenciamento consiste em não creditar qualquer possibilidade de mudança dos *inputs* morais da caixa-preta, quando surgem controvérsias. Ao fazer isso, toda resolução de controvérsias contribui para que os preceitos morais do desenvolvimentismo e do desenvolvimento sustentável sobrevivam, sem modificações significativas. O preço a pagar é a exclusão dos atingidos e a impossibilidade de discutir e definir as responsabilidades do empresariado perante os impactos que a hidrelétrica promove. Jogar para a fase de operação é um movimento que evidencia a característica eminentemente dissipativa da estrutura de funcionamento do licenciamento ambiental; uma forma particular de assegurar a estrutura moral dos atores dominantes, em face do aparente caos enfrentado, licenciamento por licenciamento (Bartolomé, 1996).

São muitas as estratégias para que as demandas sejam lançadas para a fase de operação. Todas elas vinculadas à nova configuração do SE e do licenciamento ambiental. As concessionárias, caso da CCSA, estabelecem em seus jogos de forças internas meios de sucessão no gerenciamento empresarial capazes de satisfazer os objetivos dos investidores nos diferentes momentos do licenciamento. Assim, acionistas públicos e privados que se consorciam

estabelecem regras de funcionamento do consórcio capazes de lidar com os problemas a serem enfrentados. A sucessão de equipes técnicas e de diretores e presidentes das empresas satisfazem claramente a esse preceito. Trocar equipes técnicas e gerência, além de representar uma adequação às etapas do licenciamento, contribui também para que os conflitos internos sejam sempre “renovados”, fazendo com que os atores da própria concessionária se liguem à *máquina*, perdendo de vista o nexo histórico das ações levadas a cabo. Dessa maneira, as equipes técnicas que desenvolvem os EIAs/RIMAs, geralmente são diferentes das que elaboram os PBAs e das que prestam outros serviços na fase de operação. Da mesma forma, trocar presidentes da empresa consiste em dissipar responsabilidades, travestindo as obrigações do consórcio como um todo em responsabilidades de gerentes individuais. Havendo erros, os impactos nunca serão tidos como inerentes à usina como tal – e, com isso, inerentes aos projetos hidrelétricos do desenvolvimentismo estampado nas políticas energéticas nacionais –, mas sim a “equivocos” dos gerentes da empresa e seus técnicos. Como veremos, essa estratégia foi bastante utilizada pelos acionistas da CCSA.

Da parte do ambientalismo estatal, observa-se uma intensa disputa entre técnicos engajados em realmente mitigar e/ou compensar impactos e seus dirigentes, que ocupam cargos eminentemente políticos. Enquanto os técnicos identificam problemas e impactos, apontando a inviabilidade de obras ou mesmo a necessidade de cassação de licenças, os diretores, secretários e ministros, envolvidos que estão nas estratégias governamentais, pressionam para que o licenciamento ocorra em favor dos arranjos políticos estabelecidos. Essa prática conduz ao enfraquecimento da principal função do licenciamento ambiental: regular a ação de projetos hidrelétricos, decidindo, de fato, sua (in)viabilidade (Zhou, Laschefski & Paiva, 2005 e Zucarelli, 2005). Em vez disso, a prática estabelecida conduz a um sem-número de condicionantes que são anexadas às licenças ofertadas ao SE, sem que as ações previstas legalmente tenham sido realizadas.

A exclusão começa pela concepção de natureza expressa pelo ambientalismo estatal e pelo SE, quando construíram os *inputs* do licenciamento ambiental. Sua perspectiva é de que a terra é apenas um *recurso*. Por outro lado, os atingidos, marcadamente as populações a quem se pode atribuir a identidade oficial de “populações tradicionais”, consideram a *terra como morada*⁶. Ao considerar o *input* da *terra como recurso* os técnicos de meio ambiente, quando formulam exigências de mitigação e/ou compensação de impactos, impõem um modo de pensar o território estranho aos atingidos, fazendo com que as ações daí decorrentes sejam, elas mesmas, impactantes.

A partir da *terra como recurso*, desenvolveram-se duas noções correlatas de impactos e de direitos dos atingidos. A primeira é a territorial patrimonialista (Vainer, 2007): a terra é tida

como mercadoria e o único direito reconhecido, mediante necessidade de desapropriação pelo Estado, é o de propriedade. Ao SE caberia apenas negociar valores de desapropriação. A segunda é uma concepção hídrica (Idem): o atingido é o inundado. Continua reformulada a noção patrimonialista, pois o foco é a área inundada e não as responsabilidades do “empreendedor”. Essas concepções não consideram as barragens como deflagradoras de mudanças em todos os níveis – social, político, cultural e econômico.

O princípio da *terra como recurso* perpassa a construção de todas as exigências técnicas, políticas e legais do licenciamento ambiental, levando-o a cometer injustiças de toda ordem, a produzir impactos e a negar a condição de sujeito e de cidadania aos atingidos (Oliveira & Zhouri, 2005). Resultado da concentração do poder de deliberação sobre o controle territorial, o licenciamento impõe aos atingidos as cosmografias e moralidades resultantes das relações travadas por um pequeno grupo que domina sua operacionalização (Zhouri, Laschefski & Paiva, 2005). Os desdobramentos da perspectiva territorial utilizada pelos atores do licenciamento estão organicamente ligados às formas de exclusão dos atingidos no processo.

Um dos desdobramentos da concepção da *terra como recurso* é a criação da crença na ciência e na técnica como critério de dimensionamento de impactos. O licenciamento está carregado desses valores em todas as suas etapas, seja na fase de estudos, que antecede a LP, seja na elaboração de Planos Básicos Ambientais – PBAs e Plano Ambiental de Conservação e Uso de Reservatórios Artificiais – PACUERA, entre a LP e a LI ou nos projetos de monitoramento após a LO. A tecnificação do licenciamento cria uma aparente incomensurabilidade entre o universo dos atingidos e o do licenciamento. Caberia ao licenciamento “ensinar” aos atingidos quais são os critérios de avaliação de propriedades e de estudos de viabilidade da obra. A partir disso, a participação dos atingidos passa a ser mediada pelos próprios instrumentos de tradução do licenciamento, como veremos na próxima seção.

Outro aspecto que decorre da concepção territorial dos atores do licenciamento é o político. A participação social é eleita como fundamental para que se assegure a democracia do processo. Entretanto, além de restrita a certas etapas, ela ocorre dentro de limites muito bem definidos. Como já demonstrado, a participação realmente democrática, que assegure um lugar de fala aos atingidos, deve levar em conta as assimetrias existentes nas *Comunidades de Argumentação*, formais ou não. O que se observa é o empoderamento do discurso científico e das ideologias desenvolvimentistas, e não a busca de simetria entre atingidos e demais atores. Nas próximas seções, descrevo como o licenciamento ambiental está estruturado de forma a desconsiderar as demandas dos atingidos, jogando-as para a fase de operação.

Ao descrever o licenciamento da UHE Corumbá IV, estarei lidando apenas com um caso? Eu poderia generalizá-lo para todos os demais licenciamentos, isto é, para a prática do

licenciamento em si? Creio que sim, mas isso deve ser feito a partir de alguns critérios. A possibilidade de generalização não é resolvida na antropologia em geral e, particularmente, no interpretativismo. Não cabe aqui expor as razões da controvérsia, mas é importante colocar que, em suma, elas residem em uma separação entre hermenêutica e ciência. A hermenêutica, como proposta por Geertz (1989), ao postular a incomensurabilidade de universos distintos de significado, inviabilizaria qualquer pretensão da antropologia à generalização. Entretanto, como mostra Tambiah (1990), na medida que há conexão entre as representações coletivas e as estruturas sociais – desde Lévy-Bruhl –, é possível, quanto às faculdades psicológicas humanas, generalizar. As formas de acessar as estruturas sociais são as representações coletivas, que são particulares e, por isso, a hermenêutica não pode ser demitida da análise antropológica; pelo contrário, está em seu cerne.

É por meio da observação de práticas sociais – representações coletivas – que se pode chegar às estruturas formais da ação – estruturas sociais –, pois jamais encontraremos em um contexto etnográfico qualquer estrutura formal em si (Barth, 1993). Os atores sociais, no momento da ação, atuam de acordo com as experiências vividas anteriormente e essas ações são contextuais e particulares (Idem). Compreender as motivações da ação, simplesmente, não permitiria ao antropólogo chegar às regularidades gerais das estruturas sociais. Por isso, adverte o autor, devemos ir em busca das conseqüências inesperadas da ação. Os efeitos da ação escapam ao contexto, remetendo a práticas mais ou menos estandardizadas.

Ao propor a regularidade do licenciamento ambiental em jogar demandas socioculturais e econômicas para a fase de operação, a partir do caso da Corumbá IV, não tenho qualquer pretensão em afirmar que sempre ocorre assim em qualquer licenciamento ambiental. Como já explicitado neste trabalho, a falta de definição de processos para lidar com o meio antrópico no licenciamento abre espaço para negociações a partir do contexto de cada hidrelétrica. Mas não seria essa ausência de normatização, ela própria, uma regularidade? Tomo o caso em estudo como um fractal (Abbott, 2001: 3-33 e 60-90)⁷ do licenciamento ambiental, em que as particularidades são definitivas para se compreender o caso, mas elas repetem conseqüências “inesperadas” das práticas do licenciamento como um todo.

A ação dos atingidos diante do licenciamento poderia ser considerada como conseqüência das imposições desse instrumento de “regulação” social. Se isso ocorresse, não faria qualquer sentido buscar regularidades no licenciamento, pois ele seria mera causa ou motivação de impactos. Entretanto, creio que o próprio licenciamento é conseqüência de causas anteriores, como já demonstrado. Dessa forma, o licenciamento pode ser generalizado a partir do caso da UHE Corumbá IV, pois estampa desdobramentos de uma estrutura de ações que resultam em conseqüências mais ou menos regulares. Essas conseqüências nos informam como se procede a exclusão dos atingidos,

sistematicamente impossibilitados de barrar projetos hidrelétricos nas fases de estudos prévios e de instalação.

4.2. Antecedentes e primeiro momento do licenciamento: tudo pela Licença Prévia

O licenciamento ambiental de hidrelétricas se inicia com os estudos de inventário de rios e os respectivos estudos de inventário ambientais. Eles visam identificar a potencialidade hídrica dos rios que são os objetos de estudo. Na atual configuração do licenciamento e do SE, qualquer empresa de consultoria ou mesmo grupos de técnicos habilitados podem solicitar autorização para realização desses estudos. Fica claro que os estudos de inventário são interessados, pois são investimentos em pesquisa sem qualquer retorno financeiro imediato aos pesquisadores ou empresas que os elaboram.

As populações que vivem às margens dos rios estudados também ficam às margens dessas pesquisas. Não há qualquer mecanismo participativo que as inclua na decisão de autorizar a realização de estudos de inventário. Além de mapear os potenciais usos dos rios e as características ambientais – bióticas e físicas –, é possível que em alguns casos as populações também sejam alistadas. Nota-se que, desde o primeiro momento, estas são tomadas como parte do inventário, o que as coloca como meros “itens” presentes na bacia ou rio estudado, nada mais. Nem se cogita a hipótese de que ali estão pessoas às quais interessam os resultados dos estudos, desde que saibam que estes estão sendo feitos para planejar pontos do rio onde poderão ser construídas hidrelétricas. Sem saber ou ser consultadas, as populações são englobadas pela rede do licenciamento a partir dos moldes instituídos pela configuração privada do SE. É o momento em que os atores que coordenam o funcionamento da *rede*, da caixa-preta e da *máquina* começam a naturalizar as coletividades como parte de um ambiente no qual se pode ou se deve construir hidrelétricas, *i.e.*, explorar recursos hídricos.

Uma vez finalizados, os estudos são encaminhados à ANEEL, que se manifesta sobre eles. Em caso de aprovação, podem ser realizados os estudos de viabilidade técnica e ambiental. A diferença entre os estudos de inventário e os de viabilidade é que os primeiros têm como objetos o potencial hídrico de todo um rio ou bacia. Os segundos versam sobre a avaliação de viabilidade de barragens específicas, a partir dos estudos anteriores. Há, nesse momento, um paralelo entre os estudos de projeto de engenharia e os estudos para elaboração do EIA/RIMA. Em tese, o objetivo dos estudos de viabilidade é verificar se há a possibilidade de aproveitamento dos recursos hídricos para a produção de energia elétrica e, se for o caso, para abastecimento de água. As equipes que elaboram os estudos deveriam avaliar os custos e benefícios da obra,

apontando alternativas de projeção e estabelecendo cenários para cada sugestão. Quando é o caso, cabe a esses estudos demonstrarem que é inviável construir a hidrelétrica. Na prática não ocorre assim.

Assim como os estudos de inventário, os de viabilidade são investimentos de empresas ou grupos de pesquisadores. O ressarcimento depende da aprovação da viabilidade da obra, já que, em caso de indicar a inviabilidade, todo investimento será perdido. A Eletrobrás mostra que sequer é cogitada a possibilidade de que os estudos apontem a inviabilidade, perspectiva internalizada da instituição⁸.

Foi a privatização do SE que conduziu à formatação desse sistema, que se torna ainda mais perverso que o da fase estatal. Os estudos de viabilidade são realizados como condição para a realização da licitação, popularmente conhecida no SE como “leilão”. No “leilão”, a concessionária vencedora “compra” os estudos, tomando como dado para seu investimento as indicações de programas e custos a serem dispendidos com a mitigação e/ou compensação de impactos. Dessa forma, os estudos de viabilidade representam uma espécie de “termo de referência” para a realização de ações da empresa vencedora do “leilão”. A expectativa dos investidores é que tudo o que está previsto deve ser realizado, nem mais nem menos. Essa característica do licenciamento ambiental e da nova configuração do SE é assegurada pela Lei 8.897/95, que garante o ressarcimento dos estudos a empresas que os realizam. Além disso, conforme Lemos, tal Lei delibera à ANEEL um papel central na desestatização do Setor, garantindo ao investidor segurança nos investimentos. Não há dúvidas de que, a partir daí, é possível inferir que os estudos de viabilidade ofuscam ou omitem custos socioculturais e econômicos de usinas, na maioria das vezes, em favor da viabilidade da obra (Sigaud, 1988). Não se realiza uma efetiva análise de viabilidade, mas sim como as “externalidades” ambientais devem ser tratadas, *i.e.*, gerenciadas a partir da ótica dos empresários.

Na fase estatal a licitação poderia ocorrer antes da obtenção de qualquer licença, o que geralmente era o caso. A empresa vencedora era responsável pela elaboração de todos os estudos de viabilidade. A mesma empresa que realizava os estudos iria executá-los. Por isso, havia certa continuidade nas negociações com as populações atingidas. Agora, os que elaboram estudos não se dispõem a negociar com os atingidos, não assumem o projeto como seu, ele é anônimo até a licitação. Antes, os empresários assumiam os riscos de não conseguir as licenças; agora não, é o próprio Estado o responsável por conseguir a Licença Prévia no órgão ambiental competente, até que se realize a licitação (Lemos, 1999). Ao assumir a responsabilidade pelos estudos prévios, o Estado, por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, negocia com os demais segmentos do licenciamento, eliminando riscos de investimento às concessionárias que disputarão o “leilão”

(Idem). O EIA/RIMA, mais do que nunca, passa a ser uma mercadoria que, obviamente, responde à lógica de mercado.

Vamos lá, supomos que eu e você temos RT [responsabilidade técnica], vamos na ANEEL, somos reconhecidos aí de alguma forma, eles tem lá os critérios deles que eu não sei. Vamos lá e pedimos: “Olha, a gente quer fazer um estudo da bacia do Rio Paracatu”. A ANEEL vai e arruma a autorização pra gente fazer isso segundo os critérios dela. Bom, a gente descobre que lá tem a possibilidade de ter uma usina hidrelétrica, a gente se aprofunda nesses estudos, também com a autorização deles pra ver, pra fazer um estudo de viabilidade. A gente faz um estudo de viabilidade ali. Neste estudo de viabilidade, a gente vai botar a parte ambiental, a parte da barragem, a parte do equipamento, eletro-mecânica...

– Sem receber nenhum dinheiro?

– Sem receber nada, sou um investidor no risco.

– É um investidor em consultoria?

– É, um investidor no risco, no risco, entendeu? Mas eu acredito que aquilo lá vai ser vendido, então eu gasto lá um milhão, por exemplo, tá certo? Levo pra ANEEL esse estudo, a ANEEL aprova esses estudos (...) Esse aproveitamento, então, é licitado e o vencedor vai pagar esse estudo a quem fez, a mim e você, por exemplo. Foi assim em Corumbá IV e é assim em todos os demais (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

Os desdobramento desse arranjo que sistematiza a aprovação de estudos prévios acaba por contribuir para que a responsabilidade dos impactos se dissipem. Não é o empresário capitalista ou mesmo a usina que se torna responsável pelos danos que causa, mas aqueles que elaboraram o EIA/RIMA! É dada a largada para que direitos possam ser negociados sem que os atingidos tenham qualquer participação nas *Comunidades de Argumentação*. Na medida que a obra é realizada e novos impactos aparecem, os empresários se abstêm de quaisquer responsabilidades, atribuindo ao Estado o mal dimensionamento dos problemas. Na CCSA, as impressões do presidente da empresa e do ex-diretor financeiro – único funcionário que esteve presente em todas as fases do licenciamento – exemplificam o discurso do SE.

Quando o projeto começou a andar, começamos a descobrir que alguns aspectos do empreendimento não foram bem equacionados durante a fase de estudos e projetos, anterior até à licitação lá na ANEEL. O mais gritante deles é a questão ambiental, tanto da parte ambiental propriamente dita: de peixe, floresta, madeira, reservatório, lago, essa coisa bem física mesmo; quanto a questão mais de população, de ‘mitigação’, essa parte antropológica que você entrou depois e conhece muito melhor do que eu.

Olha, no começo não tinha isso [impactos sobre o meio antrópico], viu Guilherme. É aquilo que te falei, o primeiro e o segundo presidente nosso não tinham essa sensibilidade, cara, era muito difícil. Por outro lado, o empreendedor privado também tem dificuldade nisso. É aquilo que eu te falei, mais uma vez, é o arcabouço jurídico: você não tinha essa previsão nos estudos ambientais, entendeu? Então era muito difícil convencer o empreendedor que “olha, apesar de não estar no estudo é de bom tamanho a gente imaginar uma situação favorável”, entendeu? Eles não conseguiam entender isso. É aquela história, não tá escrito, por quê que eu vou fazer? Até um dia que eles “caíram na real” que precisava fazer. “Caíram”, né? Viram que tinha que fazer. Então, no começo não tinha sensibilidade nenhuma.

(...) e aí vem a culpa pro empreendedor, entendeu? O empreendedor não tinha e não tem essa avaliação como eu não tinha essa avaliação. Como o cara [“empreendedor”] vai saber que, pôrra, tinha um cara [atingido] que morava lá há duzentos anos que nunca quis sair de lá. Não, nunca houve essa questão. Essa questão nunca existiu, o que existia de fato era: Corumbá IV vai ser aqui nesse lugar. “Tá aqui o

estudo de viabilidade”. O estudo de viabilidade hoje quem faz é um empreendedor qualquer, vai lá na ANEEL, consegue uma autorização pra fazer isso, vai ser reembolsado depois da licitação pelo empreendedor vencedor, entendeu? (...) não há padrões desse estudo, não há um padrão mínimo exigido. Então os caras [consultores e/ou pesquisadores] fazem do jeito que eles acham [que deve ser]. (...) os técnicos da ANEEL também não são pessoas de campo, de tá lá junto à população, conhecedores da matéria profundamente. Conhecem a energia elétrica que é métier deles. Aprovam esse estudo, o empreendedor vai lá de boa fé, como foi o caso da Corumbá, e eu acompanhei isso, ganha uma licitação, quando chega lá encontra uma realidade totalmente distinta daquilo que tá escrito, entendeu? Você ainda junta MP, a promoção pessoal de certas pessoas, então, meu amigo, é um negócio, vira uma bagunça que você viu lá, você participou de tentar “arrumar essa casa”.

Então, o empreendedor comprou, comprou entre aspas, foi na licitação, ganhou isso aqui, comprou a utilização do bem público sem saber que era necessário tratar o esgoto de Brasília⁹. E não seria ônus dele, isso é ônus do governo, ele não tinha nada com isso. Então, perdeu um tempo enorme, muito dinheiro por conta dessas coisas: falta de arcabouço legal (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

A fala do ex-diretor da CCSA ilustra não apenas os problemas vinculados à sistemática de elaboração de EIA/RIMA e projetos de obra, mas também que a “questão antrópica” não é tratada como custo ambiental, a não ser nas equações financeiras sobre indenização. Mais adiante mergulharemos nas questões sobre meio antrópico estampadas no EIA/RIMA da UHE Corumbá IV. Vejamos o que diz o presidente da CCSA quanto às responsabilidades sobre impactos.

Deve ficar entendido para todos os brasileiros que só existe usina aonde o governo federal permite. O que cria até um paradoxo, porque é o governo que manda construir ali e muitas vezes organismos de governo como IBAMA e o MP dizem “não, não é para ser ali”.

O Estado é bem heterogêneo onde os poderes não estão em consonância, porque não existe uma mesma cultura dentro dos poderes. Isso faz parte da democracia. Em outros países, a gente vê que existe uma consonância maior entre os poderes constituídos. Aqui não, fica paradoxal, o presidente da república assina um decreto com o ministro de Minas e Energia e, ao mesmo tempo, quem impede a construção de um organismo que é subordinado ao Governo Federal, é o IBAMA; o MP tem sua independência de poder. Mas não deixa de ser Ministério Público Federal, um organismo do Governo Federal. Mas é necessário que todos entendam que só existe uma usina naquele “canto”, porque assim quis o presidente da república.

Olhe, Guilherme, você pode pegar o edital do leilão da Corumbá e você vai ler lá que a Corumbá teria a obrigação de construir uma ponte e 15 km de estrada. Nós já construímos dezesseis pontes, 200 km de estrada e reformamos mais 200 km. Então, nós fizemos muito mais do que o governo falou que tinha que fazer, fizemos muitas vezes mais (Presidente da CCSA em entrevista ao autor em 31 de maio de 2007).

Ao mesmo tempo em que os atores do SE reconhecem os impactos que surgem ao longo do licenciamento – mesmo que não assumam a responsabilidade por eles –, desconsideram que, caso esses impactos fossem identificados nos estudos de viabilidade, o custo da obra seria muito mais alto. Ocorre uma contradição gritante no discurso do SE, pois naturalizam os custos apresentados pelos estudos prévios, entendendo-os como adequados, mas, ao mesmo tempo, afirmam que impactos não previstos “aparecem” nas fases posteriores do licenciamento, aumentando o preço da obra. Ora, se há o reconhecimento de que esses impactos surgem no processo, porque insistir que os custos dimensionados nos EIA/RIMA e no projeto de engenharia

são adequados? Não seria mais prudente se antecipar, no que fosse possível, aos custos que “aparecem”?

(...) porque o valor efetivamente aprovado, inclusive no BNDES, era um valor factível de se fazer essa obra. Não tinha nada assim fora, “Ah, teve um erro”. Não, não tinha. Nesta fase a gente já tinha consolidado os valores. Nosso problema não era esse. Nosso problema é que a cada momento da obra se descobria, normalmente por interferência do MP, que tinha que fazer mais alguma coisa. E a utilização do MP em cima das propriedades que eles têm, é... propriedades legais, constitucionais, eles conseguiam certas soluções jurídicas junto à justiça federal. Um tal de embargar obra, de conseguir que se fizesse mais isso, mais aquilo, mais aquilo outro e isso ia elevando o custo, meu amigo, foi elevando o custo substancialmente. E, nessas histórias, como eles exigiam que a gente desse uma parada em certas etapas da obra, isso custava muito. Custava muito por quê? Porque você tinha que manter a equipe lá mobilizada, você tinha que manter tratamento de concreto, de barragem de terra, de equipamento. Então, o cara [operários e técnicos] que ia ficar na obra um ano, passou a ficar dois, três. Você tinha que pagar esse dinheiro lá na obra dois, três anos. O escritório aqui que tinha que funcionar durante três anos, teve que funcionar durante cinco anos. Pôrra, isso onera pra caramba. Os juros, que você imaginava que ia começar a saldar em 2004, você começou a saldar em 2007. Esse período todo: juros. Juros de mercado. Você teve que buscar alternativas. A sua contratação é um exemplo disso, ela nunca foi prevista. Quanto você e sua equipe custou? (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

É com base nessa auto-vitimização que o SE parte para as disputas jurídicas e argumentativas com os demais atores do licenciamento, ora se apropriando, ora rechaçando preceitos ambientais – a obra assegurada pelas condicionantes das licenças ambientais emitidas. Tudo sempre está a se realizar, em perfeita consonância com a ideologia desenvolvimentista. Os estudos de viabilidade, como se percebe, não estão em condições de realizar a real avaliação. Ao contrário, contribuem para que a obra seja “natural”, cabendo aos estudos apenas dimensionar custos e formas de mitigação e/ou compensação de impactos, esses, sim, considerados viáveis, a partir da crença na tecnociência (Sigaud, 1992). Não se trata apenas de más consultorias ou de pura má fé dos empresários ou dos técnicos do licenciamento ambiental, mas sim de uma sistemática de funcionamento da *rede* em que as obras são inevitáveis. As licenças são tidas como “naturais” e necessárias (Zhourri, Lschefski e Paiva, 2005), o que empodera o SE perante os demais atores do licenciamento, dissipando suas responsabilidades sobre os impactos e empurrando as demandas para as fases posteriores do licenciamento.

Na maioria das vezes, essas demandas sequer podem ser formuladas pelas populações a serem atingidas, já que, até a liberação da LP, eles nem sempre conhecem os processos que os englobam; não são capazes de lidar, de imediato, com os significados a ele impostos, visando exclusivamente a apropriação cosmográfica de seu território. Apesar de não se reconhecerem como tal, mesmo antes das construções começarem, o licenciamento ambiental já os indicia à identidade de “atingidos”.

Um fator ilustrativo da impossibilidade de os atingidos formularem demandas na fase de estudos é a própria descrença que eles tinham quanto à possibilidade de que a água chegasse nos

lugares onde a cota máxima foi marcada com estacas pelos técnicos da CCSA. Isso só é possível porque há descaso com a democratização da informação, levado à cabo pelo SE e pelo licenciamento ambiental.

Faz muitos anos que vemos falar nessa barragem, com o contato com o pessoal de Luziânia, principalmente esse pessoal do Roriz, temos muito conhecimento com eles e ouvimos falar que ele ia fazer essa barragem. Nas reuniões em Luziânia, em Santo Antonio, a gente via esse comentário. Em jornal, também, às vezes, aparecia. Então, já se falava muitos anos de dar início. Uns acreditavam que ia ter, outros não. Falavam que água não chegava aqui nunca, outros falavam como fazer uma barragem nesse rio tão grande. Quem não conhecia, não acreditava de jeito nenhum (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone em 23/08/2006).

De vez em quando falava nessa barragem, mas parecia um sonho (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone em 23/08/2006).

Ficamos sabendo por alto que ia passar uma barragem, a Corumbá IV, mas ninguém acreditava, eu mesmo não acreditava. Aí começou a chegar o pessoal com o mapa da nossa casa. Vocês vão sair das suas terra e tal. Eu sabia, mas sabia por boca dos outro. Ainda não encheu no nível, diz que era dois ou três anos, ele chegou num ano! (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santo André, em entrevista a Taís Garone em 25/08/2006).

Nós pensávamos: – Que dia vai inundar isso aí? Esse era um projeto muito velho, sempre esses político falava que ia ter essa Corumbá IV (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Rosa em entrevista a Taís Garone em 23/08/2006).

A maioria não acreditava que chegasse. Eu mesmo não acreditava. Quando começou a subir eu vi que ia chegar no nível que eles marcaram, foi uma coisa impressionante... (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone em 19/08/2006).

Eu lembro do povo comentando dessa barragem. Eu achava estranho, eu ando muito e lembro do povo falar que ia fazer a barragem. Mas o povo aqui da região falava: – A barragem não vem nada! A barragem não vem nada! Isso é conversa! Só quando a água começou a subir, agora a barragem chegou! Eu quase não ando, pra poder falar. Eu só via falar: – A água vem subindo! Sai, que a água tá subindo (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone em 17/08/2006).

As únicas informações que os moradores tinham sobre a hidrelétrica advinha de contatos com outras experiências, nunca de um trabalho sistemático de divulgação do que estaria por vir, de maneira inteligível aos atingidos.

A subida do rio foi bem rápida. Em 5 dias invadiu. Muita gente não acreditava, mas eu acreditei lembrando de Três Marias. Eu já pensava nessa barragem antes dela existir, porque aqui é próximo à Brasília, mas não comentava. A indenização foi barata. Acertaram 2 mil a plantação [valor da indenização], mas acho que valia 5 mil (Morador atingido da região de Porto Pechincha/Capão em entrevista a Danilo Farias).

Aí, os homens começaram a trabalhar, mas mesmo depois de começarem a trabalhar o povo ignorava plenamente, dizendo que essa água não chegava por aqui. Mesmo com o povo trabalhando. Falavam que essa barragem não ia sair. Eu dizia que saía, porque não viram outras barragens por aí? Falavam que já viram a de Santo Antonio, mas a de Corumbá é mais difícil. E quando chegou esse aguaceiro aí, acreditaram. Hoje pensam: quem é que imaginava que o mundo girava desse jeito, está tão diferente do que era (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, 23/08/2006).

A relação entre o EIA e o RIMA é também um fator indicativo da impossibilidade dos atingidos em formularem demandas nas fases de estudos e na subsequente, a Audiência Pública. O EIA é o resultado das pesquisas e contém informações tecnocientíficas requintadas por uma

linguagem irreconhecível, senão para cientistas que a compartilham. O RIMA, por seu turno, é uma “tradução” do EIA para os leigos, a saber, as populações a serem impactadas. Tal como escrevemos no Diagnóstico entregue ao MP e ao IBAMA,

a necessidade de tradução de uma linguagem a outra ocorre porque a ciência é apresentada como uma caixa-preta, uma verdade a qual não pode ou não quer ser vista como processual, como interessada, instável e, por isso, incerta. A tradução da linguagem científica para a linguagem “leiga” evidencia o contato entre dois mundos aparentemente incomensuráveis por “natureza”, mas que, em verdade, constroem tal incomensurabilidade como condição de estabilidade de seus sistemas de verdade. Um sistema baseado na racionalidade ideologicamente embasada na idéia de que não há ideologia e interesse no fazer científico, apenas a objetividade (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, vol. II: 301).

Mas a verdade científica absoluta tem prazo “fixo” de validade, fase a fase do licenciamento ambiental. Como vimos, a ciência e a técnica, que na elaboração dos estudos prévios reinam soberanas, nas fases posteriores, são percebidas como pesquisas mal feitas pelo próprio SE. Esse fato indica o uso fundamentalmente político do discurso científico para encobrir seus próprios erros e limites e, é claro, seus interesses. O discurso científico é válido e absoluto para os atores dominantes do licenciamento ambiental, desde que contribuam, mesmo que momentaneamente, para seus objetivos. São as agências ambientais que aprovam os estudos de viabilidade, garantindo ao SE que a obra é viável socioambientalmente. Por isso, não somente os atores do SE são responsáveis pelo processo de exclusão visualizado na fase de estudos de viabilidade, mas também o ambientalismo estatal. Dessa maneira,

assim como a ciência não se faz apenas em laboratórios, mas no parlamento – por meio da busca por orçamento para o Ministério da Ciência e Tecnologia ou em empresas privadas que financiam pesquisas, por exemplo –, também o impacto socioambiental de grandes empreendimentos constitui uma rede multicentrada onde ele é produzido enquanto tal (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, vol. II: 303).

Voltemos ao aspecto hermenêutico do RIMA. Ele tem o papel de traduzir as informações do EIA. Por que tal tradução haveria de ser feita? Principalmente porque o licenciamento ambiental tem como pretensão a participação social, com base nos princípios de desenvolvimento sustentável. O RIMA seria a peça fundamental para essa participação, que só ocorre depois de sua elaboração, nas Audiências Públicas (Faria, 2004: 79). Mas não seria de se esperar, já que o RIMA representa a vontade política de inserir a participação social nos instrumentos do licenciamento, que ele refletisse o próprio processo comunicativo de discussão sobre quais serão os impactos? Não estariam estampadas no RIMA as concepções das populações a serem atingidas sobre quais danos sofrerão, o que eles significam e como se poderia mitigá-los e/ou compensá-los? Bem... se isso ocorresse de fato, para que haveria a necessidade de tradução do EIA? É exatamente por não incluir a perspectiva da população a ser atingida, por impor a lógica científica, por atribuir o dimensionamento de impactos como algo

meramente técnico, por formatar os interesses do SE e do ambientalismo estatal, que o RIMA emerge como “tradutor” do EIA.

Mesmo que os estudos de viabilidade ocorressem em arenas argumentativas totalmente democráticas, o problema mais importante permaneceria: caberia às populações a serem atingidas participar da discussão sobre quais são os impactos que sofrerão e quais direitos elas detêm, e não debater se haverá ou não a obra (Buendía, 2002)! A questão seria responder “o que é ser atingido pela UHE Corumbá IV?”, e não “queremos a identidade de atingidos por barragem?”. O EIA/RIMA carrega consigo a inevitabilidade da emissão da LP.

Até quando o discurso do “antes tarde do que nunca” prevalecerá nos processos de construção de grandes empreendimentos? Enquanto a questão prevalece, cabe aos construtores de instrumentos para mitigação de impactos continuarem utilizando o chavão, alguns com lamento (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, vol. II: 312).

Fica explícito que os estudos de viabilidade, mesmo embasados por uma política ambiental que privilegia a participação social – pelo menos em tese –, não têm condições de promovê-la, havendo grande vácuo entre intenção e gesto (Faria, 2004: 250). Ao contrário, os estudos são peças-chave na sistemática do licenciamento em jogar para a fase de operação as demandas socioculturais e econômicas, pois constroem uma incomensurabilidade entre populações a serem atingidas e demais atores, de modo que o instrumento é algo externo, que apenas algumas poucas pessoas seriam capazes de compreendê-lo e de produzi-lo.

O EIA/RIMA da UHE Corumbá IV não foge à regra. Seu objetivo era adquirir a LP na então Fundação Estadual do Meio Ambiente de Goiás – FEMAGO –, órgão licenciador original da usina. A análise de viabilidade levou em conta duas outras alternativas à hidrelétrica: ou o uso da energia nuclear, ou a instalação da usina em outra localidade. Ambas foram desconsideradas. A primeira, por falta de tecnologias e pelo problema do lixo nuclear e, a segunda, porque a instalação em outro estado seria prejudicial ao estado de Goiás, já que a criação da UHE Corumbá IV poderia contribuir para que a Empresa de Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO economizasse 6 milhões de reais por ano. Nada mais tendencioso. A construção da obra em outro lugar não traria os mesmos “benefícios” apontados para Goiás? As escolhas políticas do local da barragem, em função da necessidade de fortalecimento e expansão do Eixo Brasília–Anápolis–Goiânia, foram acobertadas pelo discurso científico. Um fato absolutamente significativo é que o discurso legitimador da UHE Corumbá IV, em função do pretenso abastecimento de água para Brasília e entorno, não foi contemplado nos estudos de viabilidade do projeto. Até hoje não há qualquer projeto de captação, tratamento e distribuição da água. Pode um reservatório ser considerado viável sem que haja um projeto de viabilidade como esse? No licenciamento ambiental da UHE Corumbá IV pode.

Se houve no passado um discurso político, já que os políticos são transitórios, o empreendimento é permanente, ele é definitivo, ele daqui a cem anos ele estará lá gerando energia para o DF. Os políticos não, são passageiros, tá? E eles fazem seus discursos, o poder público tem suas conveniências e eles falam o que acham conveniente, isso aí eu não faço análise do valor de discurso político. Mas hoje eu estou sabendo que existe um projeto que é estudado pela THEMAG. THEMAG é a empresa de consultoria de engenharia. Foi ela que fez o projeto da Corumbá IV, é uma grande empresa de São Paulo que tem escritório aqui em Brasília... Isso são conversas, eu não sei quando isso vai se consolidar, um consórcio entre a SANEAGO e a CAESB para captação de água a partir de 2008 ou 2009, é uma estação de captação d'água eu acho que na região chamada São Bartolomeu e que forneceria água para algumas cidades do entorno do Goiás e uma parcela para o D.F. Isso são conversas onde eu não vi nada escrito. São projetos que ainda não foram para o papel, estão em estudo, até porque pelo contrato de concessão existe a possibilidade de captação de oito metros cúbicos por segundo do reservatório da Corumbá IV para fornecimento de água para a sociedade (Presidente da CCSA em entrevista ao autor em 31 de maio de 2007).

É digno de nota que o EIA/RIMA da UHE Corumbá IV sequer cogita a hipótese de a obra ser inviável ambientalmente. Outro ponto desse estudo é a absurda e etnocêntrica “constatação científica” de que os problemas ambientais anteriores à barragem foram causados pelo mau uso dos recursos naturais pela população a ser atingida. Seriam as populações às margens do futuro lago realmente responsáveis pelo processo de ocupação do cerrado goiano que culminou com a construção do eixo Brasília–Anápolis–Goiânia? Obviamente que não. Para completar a análise, o EIA/RIMA conclui que o projeto hidrelétrico seria benéfico, pois poderia redimir a região de seus problemas ambientais! Caberia à CCSA consertar o que já estava danificado pelas populações “locais”. Como se percebe, não é possível imaginarmos que o instrumento tenha sido construído de forma participativa. Nenhum aspecto da relação dos atingidos com seu meio ambiente estão estampados no EIA/RIMA. Veremos no próximo capítulo que o mesmo ocorreu com os Planos Básicos Ambientais e PACUERA.

As populações a serem atingidas nem participaram da construção do EIA/RIMA, nem mesmo foram informadas sobre seu conteúdo, contrariando a legislação ambiental. Isso também permite que não haja qualquer possibilidade de objeção qualificada à obra, pois os únicos critérios reconhecidos pelo SE seriam aqueles que desbancassem os estudos de viabilidade. Como poderiam os atingidos combater a obra nesses termos?

Cabe indicar, ainda, que os preceitos desenvolvimentistas que justificaram a obra aos olhos do SE se mantiveram intactos nos *outputs* da caixa-preta. Conforme o texto do EIA/RIMA:

Os impactos positivos demonstrados nos estudos do Meio Antropogênico, principalmente no que se refere ao abastecimento de água e maior disponibilização de energia elétrica, bem como ao estímulo do fortalecimento da economia dos municípios, contribuirão para o desenvolvimento regional e serão maximizados com a adoção das medidas e programas propostos neste estudo (CCSA: 64).

Como vimos, o RIMA tem o objetivo de “traduzir” o EIA para as populações a serem atingidas. Mas, em verdade, o que ocorre é o contrário: ele contribui para que se consolide a incomensurabilidade criada a partir de discursos tecnocientíficos para que o projeto hidrelétrico

não seja colocado em xeque. A necessidade de “traduzir” é imposta pelo Estado, via licenciamento ambiental, para que o momento ritual da participação social possa ocorrer: a Audiência Pública – AP. Esse instrumento de participação política representa uma grande conquista dos movimentos sociais de atingidos por barragens e um avanço substancial no licenciamento ambiental. Mas muitos autores vêm demonstrando que as APs, assim como os EIA/RIMAs, ao invés de contribuírem para a democratização nas decisões sobre viabilidade de hidrelétricas, acabam por legitimá-las perante a sociedade. Assim, o objetivo de ampliar o controle social, a moralidade e a legitimidade das decisões (Moreira Neto, apud, Oliveira 1999), que justificam a AP, parece se reverter ao controle e legitimidade dos empresários capitalistas e do licenciamento ambiental sobre as populações atingidas.

A possibilidade de se realizar APs foi instituída pela Resolução 001/86 CONAMA. Nesse documento, apenas as agências licenciadoras poderiam convocá-la, o que foi modificado com a Resolução 009/87CONAMA, que obriga legalmente a discussão do EIA/RIMA. Apesar disso, a convocação da AP continua facultativa mas não só o órgão licenciador pode solicitar a AP, mas também a sociedade organizada (Lemos, 1999). Apesar do avanço, os principais empecilhos para uma prática realmente democrática continuaram. Note-se, por exemplo, que as reuniões geralmente são realizadas nas cidades – há diversas exceções, mas elas não ameaçam a regra – e seguem um ritual jurídico muito bem delimitado. As populações a serem atingidas, em geral, não dominam esse ritual jurídico e, de imediato, devem se esforçar para compreendê-lo e se adaptar a ele.

Teoricamente a AP é o espaço de discussão pública sobre a viabilidade da obra expressa no EIA/RIMA. Entretanto, casos de licenciamento como os de Tijuco Alto, Irapé (Lemos, 1999), Cachoeira da Providência e Fumaça (Rezende & Rothman, 2005), mostram que não há real possibilidade de veto da obra na audiência. Como demonstrado, isso resulta da criação da incomensurabilidade promovida pelo discurso tecnocientífico, do ritual jurídico inadequado, da localidade escolhida para realização da reunião, enfim, de diversas operações promovidas no licenciamento que desconectam os atingidos de suas redes de pertencimento e os reconecta em outra de um modo incompreensível a eles. A peculiaridade da AP reside em forçar as populações a serem atingidas a exercerem, ao mesmo tempo, vontades políticas contraditórias.

A incomensurabilidade produzida na fase de estudos de viabilidade é imediatamente apropriada pelo SE e ambientalismo estatal nas APs. As populações a serem atingidas são estimuladas a discutir as medidas mitigadoras propostas no EIA/RIMA e, ao mesmo tempo, a se posicionarem “a favor” ou “contra” a obra (Rezende & Rothman, 2005). Eis aí um exemplo límpido do funcionamento da *máquina* que movimenta a *rede* do licenciamento ambiental.

Ao longo de quase dois anos de pesquisa no entorno da UHE Corumbá IV, não ouvi nenhuma vez qualquer informação dos atingidos sobre a realização de audiências públicas. No entanto, elas ocorreram, geralmente nos núcleos urbanos.

Como se percebe, os mecanismos de participação social, de democratização das informações e da moralidade no licenciamento ambiental estão longe de sair da teoria. Realizados os estudos de inventário, de viabilidade e as APs, todos os documentos são submetidos ao órgão licenciador que emite a LP, caso aprove o conteúdo dos documentos. A liberação da LP assegura a realização do “leilão”, quando as chances de barrar a barragem são muito pequenas. Mas as operações políticas e ideológicas – balizadas em preceitos morais desenvolvimentistas – imputadas com o objetivo de ocultar custos continuam forçando as demandas socioculturais e econômicas a terem que esperar para serem tratadas. A LP é um marco que consolida a inevitabilidade da obra e do “desenvolvimento”, ela implica que o projeto irá ocorrer e que o capital privado está livre para realizar seus investimentos. Quaisquer problemas a serem enfrentados posteriormente não são negociáveis unicamente com o empresariado, já que as responsabilidades sobre danos estão dissipadas.

4.3. Da Licença Prévia ao Termo de Ajuste de Conduta: do conflito à mediação dos significados de impacto e direito dos atingidos

Depois de liberada a LP, os grupos interessados em concorrer no “leilão” começam a se organizar. Vence aquele que oferecer a melhor tarifa de energia elétrica. No período entre a LP e a LI, o consórcio vencedor tem a obrigação de apresentar o projeto básico de engenharia, que detalhará as características do barramento e os Planos ou Projetos Básicos Ambientais – PBAs, que sintetizam todas as ações da concessionária para mitigar e/ou compensar impactos. Não é surpresa o fato de que a equipe técnica formada no consórcio tenha o perfil claramente voltado à realização de um bom projeto de engenharia, em detrimento dos PBAs. A CCSA ilustra bem o caso. Na formação do consórcio, os diretores e técnicos selecionados para compor a empresa eram aqueles considerados os melhores para executar a obra. As equipes que elaborariam os PBAs seriam terceirizadas. A formação dos consórcios podem ser exclusivamente privadas ou públicas, mas não é incomum verificar arranjos público-privados, caso da CCSA.

As relações travadas internamente na concessionária expressam as tensões existentes entre o público e o privado e suas concepções de mundo, bem como seus distintos interesses. Dessa maneira, é importante termos em vista que os consórcios não são homogêneos. O mesmo ocorre com os órgãos licenciadores e jurídicos. Esta subseção pretende apontar como esses diferentes atores, com suas distintas perspectivas sobre a obra, impactos e direitos dos atingidos se relacionam

no licenciamento ambiental, até a fase de instalação. A cada controvérsia levantada eles reorganizam suas estruturas institucionais de forma a contemplar as demandas, sem que, entretanto, seus princípios morais e objetivos utilitaristas – que não estão separados – sejam ameaçados. Produz-se, mais uma vez, o efeito de se jogar para a fase de operação as demandas socioculturais e econômicas, já que essa é a condição básica para que a *máquina* possa funcionar. Lembremos que ao falar de “demandas” não situo apenas as questões objetivas formuladas pelos atingidos, mas a possibilidade mesma de que suas cosmografias possam se reproduzir, modificadas, no novo contexto.

A CCSA foi formatada com três acionistas principais: dois públicos – CEB e CAESB – e um privado, sendo este majoritário. O estatuto da concessionária determina que o acionista majoritário é o responsável por indicar o presidente da empresa e o diretor financeiro. Aos investidores estatais caberia indicar o diretor técnico. Sob o véu da quantidade de ações que cada grupo detém, o estatuto da CCSA ofusca o fato mais importante para compreendermos a divisão de poderes dentro da concessionária: os interesses públicos e privados. O interesse privado é unicamente o lucro – funcionamento do sistema no seu estado ótimo ao menor custo –, o público é um apanhado de interesses políticos governistas e momentâneos que tem como base os princípios desenvolvimentistas de emprego, renda, redenção de uma região, etc.

O estatuto da CCSA hierarquiza esses objetivos de maneira a estabelecer o controle quase total da empresa em função dos interesses privados. O aumento de custos para a realização do projeto hidrelétrico “impacta” mais fortemente a iniciativa privada que a pública – já que esta se livrou do problema com a privatização do SE –, por isso, a indicação da presidência e da diretoria financeira aparece como responsabilidade do acionista majoritário, ou melhor, privado. Apesar de o estatuto tentar obscurecer a relação direta entre acionistas majoritários/minoritários e moralidades, ora concorrentes, ora mutualistas dos acionistas públicos e privados, os atores que compõem o consórcio percebem claramente a tensão político-ideológica, e não apenas econômica.

O ex-diretor financeiro da CCSA foi peça-chave nessa organização, pois vinha de uma experiência profissional na iniciativa pública, mas acabou sendo indicado pelos acionistas privados. Na iniciativa pública, o ex-diretor obteve experiência com questões financeiras, o que o habilitou a ser boa mão-de-obra para a iniciativa privada na CCSA. Seu currículo o conduziu a exercer um papel de amortecedor das tensões das duas moralidades componentes da concessionária. Talvez pelo lugar que ocupava, combinado com sua história profissional, ele pôde evidenciar os conflitos entre público–privado.

Trabalhei lá [na ANEEL] oito pra nove, quase 10 anos, porque quando eu tava na CEB ainda fiquei um ano mais lá, um ano e meio, quase dois. Então vim pra CEB pra cuidar de tarifa de mercado de energia

elétrica, essa era a minha formação original. Eu nunca tinha formado uma empresa, nunca tinha trabalhado na formação de uma empresa, de um núcleo pra desenvolver um projeto dessa forma. Já tinha trabalhado noutros dois projetos... Então, eu fui pra CEB cuidar de mercado de tarifa, (...) a CEB é uma empresa muito politizada, muito voltada para o governo do Distrito Federal, na época que o PT entrou, eu saí pra cuidar de projetos especiais na empresa. Aí comecei a trabalhar com usina, trabalhei numa usina chamada Queimado aqui perto de Brasília. Trabalhei numa no Tocantins chamado Lajeado, mas sempre na formação do consórcio, nunca efetivamente na empresa cuidando do projeto e sim na formatação do projeto.

Corumbá IV foi o seguinte: eu tava trabalhando na área de mercado de energia e o presidente da empresa me chamou pra fazer uma avaliação econômica do projeto [da UHE Corumbá IV] que a área financeira aqui da empresa não conseguia, não tinha essa visão de formatação de projeto. Eu fiz o estudo e fui apresentar a ele, a pedido do presidente, para empreendedores privados e os empreendedores privados, depois da apresentação, me chamaram pra ficar na empresa, na Corumbá (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

Ao diretor técnico da Corumbá caberia não só a execução do projeto de engenharia, mas também o lido com a questão fundiária e com mitigação de impactos. Entretanto, o diretor nomeado pelos acionistas públicos não assumiu completamente seu papel quanto aos impactos e, por isso, o diretor financeiro teve que se desdobrar para realizar as ações. A organização institucional obedecia simultaneamente à estrutura de poder instituída no consórcio e às demandas que surgiam ao longo do licenciamento. O resultado desse processo modelou a visão de impactos e direitos dos atingidos que a empresa adotou até o início da fase de operação, se bem que, veremos, houve algumas modificações importantes. Saliento que há uma direta relação entre a organização institucional da CCSA com a forma que ela trabalhou com os atingidos, principalmente nos procedimentos de negociações de terras e indenizações.

Estatutariamente, na Corumbá, o diretor técnico era o responsável por isso [lidar com a questão ambiental], não era o administrativo financeiro. Só que, por conta da formação dele, o tipo de pessoa que ele era, acabou que eu, de certa forma, me envolvi nisso pra tentar aparar aresta, aparar as arestas que foram criadas aí no meio do caminho.

O Diretor presidente era o cara das ações governamentais, dos contatos, dos acionistas. O diretor técnico cuidava da implantação, cuidava de toda a parte construtiva, construção, eletro-mecânico, civil e a parte ambiental também fazia parte de responsabilidade dele. E a parte do administrativo financeiro, o nome próprio já diz, toda a parte de administração, suprimento.

(...) mais uma vez, o agente público participando cria esse tipo de problema, era distribuído da seguinte forma, o presidente e o diretor administrativo financeiro eram nomeados pelo sócio empreendedor privado e o diretor técnico pelo sócio empreendedor público. Aí já criava uma certa cisão, quer dizer, tinham dois diretores focados no empreendimento com o retorno financeiro e tinha um outro voltado para questões políticas, partidárias, locais (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

Pode parecer que a “mudança de planos” da CCSA se referia a uma melhor capacidade técnica do ex-diretor financeiro para lidar com questões ambientais. Não se tratava disso, mas sim da consolidação do poder privado no consórcio em todas as diretorias. Além disso, o acomodamento das tarefas “técnicas” na diretoria financeira era uma resposta às demandas que apareciam no licenciamento. Mas, como o próprio ex-diretor reconheceu, ele não tinha qualquer

experiência com a “questão ambiental”. Fica explícito que tratar o licenciamento na concessionária era uma tarefa secundária, que poderia ser exercida por leigos. Resulta daí uma concepção de impactos e direitos dos atingidos focada apenas nas demandas que apareciam, e não em uma planificação minimamente qualificada¹⁰, nas interações com as populações atingidas ou em estudos bióticos e físicos. Na CCSA, a “questão ambiental” foi tomada como “focos de incêndio a apagar”, nunca como uma questão que exigisse uma diretoria e um corpo técnico na empresa. Como se observa abaixo, impactos sequer eram previstos por um profissional que, há mais de 10 anos, estava no SE, o que remete ao próprio descaso do Setor com as questões socioambientais.

Então entrei do zero, não conhecia a questão ambiental, alguma coisa de equipamentos e barragens eu já conhecia por causa dos projetos anteriores. A questão de terra, a agrária, não conhecia absolutamente nada, nada. Até porque, Guilherme, olha só, não era a minha praia, a minha praia era dinheiro, era financeira, era tarifa, mercado, voltado para prospecção de mercado, entendeu? Não era esse o meu negócio: comprar terra....

Olha só: dois momentos. Quando eu entrei em Corumbá, minha visão era de um empreendimento de energia elétrica, pura e simplesmente. Eu não conseguia, nessa hora, avaliar que ia ter impacto político, que ia ter impacto social junto à população. Na minha cabeça, isso nem existia, pra te ser sincero. Nunca imaginei um negócio desses. Entendeu? Então foram surpresas (...), quando eu comecei a entrar no negócio, (...) eu comecei a me surpreender com determinadas atitudes, posições políticas e tal que eu não tinha essa vivência. Eu sempre tive a formação, atuei tecnicamente, nunca politicamente, nunca voltado a comunidades, a ‘expropriações’. O máximo que eu cuidei na minha vida foi o condomínio do meu bloco, mais nada. Meu contorno de interesse se limitava à época que eu fui síndico do meu bloco pra botar os 48 moradores ali em paz. Eu acho que até valeu isso e muito (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

A visão e impactos do ex-diretor remetem ao *gerenciamento* de impactos. Assim como num condomínio, experiência apropriada por ele para trabalhar na CCSA, mitigar e/ou compensar impactos é gerenciar conflitos, em perfeita consonância com os preceitos de um enclave. O argumento central reside na possibilidade de negociar direitos, o que é ilustrado com o que ele chama de um “gerenciamento exemplar”:

Porque o diretor técnico lá [da UHE Corumbá III], colega meu aqui de CEB, inclusive, ele fez tudo que o cara [procurador] pediu e ponderava quando o cara exigia demais: “Não, espera aí, isso aí tá demais, tem alternativa aqui e tal”. Ele fez tudo, conseguiu todo o licenciamento sem um problema, nada, zero. Por quê? Porque o cara foi competente, o cara soube levar, coisa que nós não fomos em Corumbá IV, não fomos (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

Com esse “pano de fundo”, o consórcio Corumbá Concessões S/A foi formado. Inicialmente, o acionista privado era a VIA Engenharia, conhecida construtora de prédios residenciais no DF. Mas a intenção de investir na construção da hidrelétrica não durou muito; seis meses depois de o grupo ter vencido o leilão, ela abandonou a CCSA.

Não, não era o business deles. A Via Engenharia tem como filosofia retornos financeiros em médio prazo, entendeu? E projetos de geração têm retorno em longo prazo. Eles não toparam, o negócio deles é

construir prédios residenciais, comerciais, que são vendas diretas que em 18 meses o prédio tá pronto, acabado; líquido e lucro no bolso. É bem diferente do projeto de geração em que a maturação de um projeto desse aí são 15 anos, 10, 20, 15 anos, depende do projeto. A Corumbá IV é um projeto de 20, 25 anos (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

Para que os investidores privados entrem no negócio de hidrelétricas, regulamentado pela rede do licenciamento, é preciso que se adéqüem à lógica de mercado estabelecida, assim como todos os atores. A VIA não poderia investir na hidrelétrica e, ao sair do consórcio, forçou uma readequação na composição da CCSA, que deveria ser rápida, pois os prazos para cumprir as obrigações instituídas com a LP já estavam “correndo”. Sucedeu o primeiro presidente – indicado pela VIA Engenharia – um segundo, que, conforme o ex-diretor da CCSA era *um cara de escritório*. A obra ainda não havia sido iniciada, mas o Ministério Público questionou a natureza do projeto – uso múltiplo para produção de energia e abastecimento de água – ao criticar os estudos realizados até então. A reorganização do SE nos anos 80 e 90 garantiu ao MP o direito de impetrar Ações Cíveis Públicas contra empresas que estivessem em desacordo com os preceitos legais (Lemos, 1999)¹¹.

O MP questionava a qualidade da água do reservatório a ser formado, alegando que os afluentes estavam poluídos e que, portanto, o projeto hidrelétrico não poderia alcançar os objetivos disseminados pelos políticos locais: “Água para 100 anos”. Por várias vezes o procurador tentou conversar com o então presidente da empresa, mas, como afirmou o ex-diretor da financeiro da CCSA, ele

(...) era um engenheiro civil extremamente técnico. Ele achava o MP uma grande bobagem. O MP chamou ele lá, chamou “duzentas” vezes pra conversar sobre a questão de água e ele ou não ia, quando ia não tratava bem, não levava as informações, porque ele achava, mais uma vez, uma grande bobagem. Não respondia o MP, não dava informação, achava que tinha que ser tudo assim, era uma coisa meio selvagem, sabe aquele capitalismo meio selvagem? Ele era um cara meio selvagem (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

Uma vez que o presidente enfrentou o MP, não atendeu suas demandas e negou informações, o órgão federal instituiu uma Ação Civil Pública (Ministério Público Federal/Ação Civil Pública nº 2002.35.00.011863-2) contra a CCSA, o que marcaria o licenciamento da usina permanentemente. A ação do MP foi a primeira tentativa de impor obstáculos aos empresários. A demanda do órgão jurídico, no entanto, não dizia respeito às populações atingidas. Nesse momento, elas ainda eram invisíveis, o que, como demonstrei, é a condição de entrada – o *input* – dos atingidos na rede do licenciamento. O processo de exclusão era latente ao ponto das populações não serem nem mesmo consideradas pelos demais atores do licenciamento, o que foi se modificando com a transição do órgão licenciador da FEMAGO para o IBAMA. Apesar de a Ação Civil Pública focar apenas nos problemas identificados com a questão biótica e de qualidade da água, o MP construiu um argumento interessante para exigir a mudança de órgão

licenciador, movimento que culminará, posteriormente, no deslocamento das demandas do meio biótico para o antrópico. O ex-diretor financeiro tem uma visão clara do deslocamento conceitual levado à cabo pelo MP para justificar a mudança de órgão licenciador:

(...) não, ainda tava na Agência Goiana. Exatamente o motivo da ação foi exatamente esse. A qualidade d'água era influenciada; inclusive, foi uma usina que inverteu o padrão. O padrão normal de licenciamento nesse negócio de IBAMA ou Agência Ambiental do estado é que para ser do IBAMA, é o seguinte: o lago faz fronteira com os estados, não é o caso de Corumbá IV, ou o lago influencia o estado vizinho que também não é o caso. Na verdade, o estado vizinho, o DF, era que influenciava o lago com o esgoto. Então, não tinha porque ser o IBAMA. Porque a legislação prevê o contrário, se o lago influencia o estado, aí sim é IBAMA, não o estado influenciar o lago, não há essa previsão. Mas eles fizeram uma ação nesse sentido e ganharam.

Na época, nas entrelinhas, a gente observava que o IBAMA não tinha interesse em licenciar este projeto.

– Arrumar sarna pra se coçar...

– É, tava tranqüilo, tava licenciado pela Agência, tudo sendo cumprido, mas o MP fez, fez, fez e o IBAMA teve que entrar no processo... E licenciou, entendeu? Fez tudo que tem que fazer, mas sempre acompanhado de perto pelo MP (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

Quando a Ação Civil Pública foi feita, a CCSA estava tomando as providências para “limpar” a área a ser inundada, *i.e.*, iniciava os procedimentos para medir os valores das propriedades a serem indenizadas, principalmente aquelas que se encontravam na área onde o barramento seria construído e aquelas que seriam as primeiras a serem totalmente tomadas pelas águas¹². Além disso, as equipes terceirizadas de meio ambiente iniciavam a elaboração dos PBAs. Um deles era o PBA de aquisição de terras. Apesar de ele estar sendo elaborado, algumas indenizações já começavam a ser negociadas. A Serveng-Civilsan S/A, que ocupara o lugar da VIA Engenharia, já movimentava máquinas, providenciava as contratações de mão-de-obra para a realização da obra, preparava concreto e licitava equipamentos elétricos à espera da liberação da Licença de Instalação – LI.

A Ação Civil Pública custou caro ao consórcio que ainda operava com recursos próprios. Na época, não haviam consolidado ainda o empréstimo no BNDES.

Então nós fomos ao BNDES pra tentar o financiamento desse projeto. Olha, o que eu te diria é o seguinte, o processo foi muito, muito bom, lá com eles, entendeu? Super fácil o acesso, as pessoas lá são muito sensíveis a esse tipo de coisa. Não deixa de ser um banco, apesar de colocarem como uma agência. Não; é um banco mesmo, tem retorno financeiro, eles querem o retorno financeiro deles. E, lá dentro, o problema que nós tivemos foi quando nós fomos assinar o contrato, já com tudo pronto, descobriu-se nessa época...

– Do empréstimo?

– Do empréstimo já com a liberação dos recursos, a “obra” estava andando direitinho.

– E até então ela tava andando com recurso dos empreendedores?

– Dos empreendedores. Porque uma parte você financia outra parte é custo do empreendedor, né? Normalmente, o BNDES financia 70% dos itens financiáveis lá. Chegou lá na hora de pegar as certidões, tem que tirar as certidões negativas de diversos órgãos, constava uma recente Ação Civil Pública do MP a respeito da qualidade da água do reservatório. E esta Ação Civil Pública foi evoluindo ao longo do

tempo. Esse dinheiro atrasou um ano e meio mais ou menos (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

As atitudes do segundo presidente da CCSA e a resultante Ação Civil Pública levaram os acionistas a demiti-lo. Seguiu-se daí uma busca para encontrar um presidente capaz de realizar o que demandava a Ação, isto é, o tratamento de esgoto dos afluentes que desembocariam no lago a ser formado. Além disso, caberia a ele se relacionar com o novo órgão licenciador, o IBAMA. O ex-diretor assegura que o terceiro presidente, era uma pessoa com perfil melhor, *um cara de sensibilidade a essas questões*. De fato, aos olhos dos investidores parece ter sido esse o caso, já que, em setembro de 2004, o IBAMA emite a Licença de Instalação, após algumas visitas de campo – lembremos da vistoria do primeiro capítulo – e tratativas com o MP. A LI era o primeiro resultado objetivo da força-tarefa do MP e IBAMA, que reconfigurou completamente o licenciamento da UHE Corumbá IV.

A mudança de órgão licenciador implicou uma mudança drástica na visão do Estado sobre o que eram os impactos e quais os direitos dos atingidos. A presença de antropólogos, historiadores e geógrafos nas equipes técnicas do IBAMA e do MP, bem como a proximidade da barragem, que permitia incursões mais freqüentes, assim como maior fluxo de informações sobre a área atingida; fizeram com que os olhares se voltassem, finalmente, para as populações que há muito vinham sofrendo impactos em função da usina, mas que até então não eram enxergadas. Assim como o consórcio, os órgãos licenciadores e jurídicos resultam de tensões, pontos de vista diferentes e concorrentes. Não se pode falar, sem cometer equívocos, que há uma visão institucional monolítica. O papel dos técnicos que passaram a tratar do licenciamento da UHE Corumbá IV foi fundamental para a mudança de perspectiva no licenciamento. É importante salientar que a visão de impactos e direitos por eles veiculadas, com lamento, não representa de maneira geral a visão do Estado sobre todos os licenciamentos, se bem que cria precedentes.

Entretanto, a expressão das exigências sobre o “meio antrópico” ocorria no sentido de formular condicionantes, não assinalando a necessidade de executá-las antes da liberação da Licença de Instalação, demonstrando que o espaço da inovação e dos interesses individuais de técnicos e procuradores esbarra nas formas institucionais já estabelecidas. Segundo Immergut (1992: 66-67),

The response of politicians to interest groups, it will be argued here, does not depend upon the social origins or the personal weaknesses of these representatives. Instead, specific institutional mechanisms structure the decision processes in a given polity, and by so doing, provide interest groups with different opportunities for influencing political decisions. Depending upon the logic of the decision process, different political strategies are available to interest groups, and different groups are privileged by political institutions in each country.

Parto do princípio de que instituições sociais, estatais, movimentos sociais, associações, etc., detêm uma prática institucional concebida historicamente, seja ela discursiva, artística, intelectual, pragmática, etc. Essas práticas são realizadas cotidianamente na ou pela instituição por indivíduos que se posicionam diante dela. Eles refletem sobre suas práticas como institucionais, a fim de planejar respostas aos desafios atuais. Os “operadores” atuam em diferentes esferas e ocupam diferentes posições dentro da instituição. Cada posição, um conhecimento acumulado ou interpretação da postura institucional (Barth, 1993: 171). A totalidade de práticas institucionais em um só ator (o funcionário modelo ou padrão) deve ser colocada de lado se pretendemos compreender como a pretensão dessa totalidade é atualizada na prática. Ninguém conhece os “fatos” – concebidos como naturais –, pois eles são inacabados como conhecimento e cada qual opera com os conhecimentos e experiências que tem em mãos.

Na perspectiva apontada acima, nos interessa, como venho demonstrando, os *terminais de relacionamentos intersubjetivos*, e não a análise sociopolítica das práticas institucionais, tomadas como um todo hegemônico (Wolf, 2003). As pessoas que ocupam certas posições nos órgãos licenciador e jurídico, bem como na CCSA e na equipe de antropólogos, influenciam diretamente na transmissão e reprodução das respectivas existências simbólicas e morais¹³ das instituições, e o fazem apenas parcialmente.

As condicionantes mais importantes para o “meio antrópico”, presentes na LI da UHE Corumbá IV eram:

2.6. *Consolidar no estudo descritivo quali-quantitativo realizado, os resultados obtidos, envolvendo aspectos socioeconômico e cultural da parcela idosa da população atingida pelo empreendimento.*

2.7. *Consolidar o estudo descritivo-analítico realizado, apresentando os resultados obtidos quanto às comunidades rurais localmente conhecidas como Pontezinha, Mandiocal, Santa Rosa, Santa Marta, Pirapitinga, Mato Grande e outras que, da mesma forma, estão sujeitas à fragmentação compulsória em decorrência da implantação/operação do AHE Corumbá IV. O estudo deverá apresentar a situação atual das famílias já impactadas (remanejadas ou não) para todas as localidades.*

2.8. *Apresentar o Programa de Reassentamento, que deverá conter, minimamente: a) projeto executivo de reassentamento com previsão de obras de instalações de equipamentos comunitários e infra-estrutura básica; b) projeto de reestruturação sócio-econômica, com previsão de atividades de assistência técnica agrônômica e incentivo a práticas tradicionais sustentáveis nos reassentamentos, por um período mínimo de cinco anos; c) projeto de reintegração social voltado para o segmento populacional de terceira idade nos reassentamentos, visando a readaptação psicossocial à nova realidade, reintegração comunitária e diminuição de riscos à saúde deste contingente específico (Licença de Instalação 281/2004 / IBAMA).*

Nesse momento, iniciava-se uma controvérsia na *rede* marcante no licenciamento, que culminará, como sabemos desde a introdução, na contratação de uma equipe multidisciplinar composta em sua maioria por antropólogos. Tal controvérsia permitiria que os atores do licenciamento visualizassem que a caixa não é tão preta assim, o que será demonstrado mais à frente e no capítulo seguinte. Apesar dessas condicionantes, a CCSA não envidou esforços muito

significativos para cumpri-las. No momento, ela estava mais preocupada com o tratamento de esgoto do DF e com as indenizações e negociações de valores de terras com os atingidos.

Emitida a LI, a obra finalmente começa a ser construída. O fluxo de operários, caminhões e máquinas foi muito grande e a CCSA não havia dotado os municípios a serem atingidos de infra-estrutura para recebê-los. Assim, as populações atingidas passaram a ter que arcar com os custos, literalmente. Moradores das comunidades atingidas de Silvânia relatam que os peões de obra entravam livremente nas casas. Contrariando o discurso desenvolvimentista de que o “empreendimento” traria empregos para a região onde seria instalada, os operários advinham de longe, do município de Anápolis, um lugar chamado “Pau Terra”.

os peões fecharam contrato com a Corumbá, aí eu ainda perguntei lá como que ia ficar as estradas, aí eles falaram que não, que ia fazer as estradas e arrumar tudo direitinho, ia por os mata-burros, tudo, sabe, mas isso não aconteceu, as estradas não foram feitas, mas as represas tão aí feitas porque precisava fazer represa para arrumar estrada né? Só que está sem “encabeçar” até hoje, os mata-burros quem fez foi o prefeito de Silvânia, não foi a Corumbá. Eles pagaram um pedreiro e ele veio pra cá fazer, os mata-burro a gente já tinha então o prefeito de Silvânia que deu a mão-de-obra, o B. que é o vereador ajudou com a areia, cimento, tudo, então foi o B. junto com o prefeito que fez os mata-burros, não foi Corumbá IV, agora as estradas eles arrumaram, eles controlaram, eles abriram novas estradas, mas aqui as represas tão tudo sem encabeçar, eles não fizeram encabeçamento, tá tudo abrindo buraco, é só cair uma chuva que o problema tá sério, então, isso aí... Então, se o prefeito não tem a boa vontade de fazer esse mata-burro aqui pra gente, ou a gente tirava do bolso ou a gente tava sem até hoje.

E sem falar que, quando eles foi fazer aqui as estradas aqui de casa, nós cozinhamos com a nossa despesa um mês mais ou menos, 8 homens, 9, 10, era essa turma. O V. disse aqui: ou a gente enchia o tanque das máquinas de óleo ou a gente dava despesa. O V., como é conhecido, mora na Gameleira. Ele era, acho que era o mestre-de-obras, ou fiscal de obra, sei lá o que era, ele era o chefe dessa turma que estava fazendo... Nós demos a despesa toda. Na época, eu tava ralando mandioca, era cozinhando pra esses homens, ralando mandioca. A alimentação foi toda daqui e não teve esse negócio de eles comerem arroz e feijão aqui em casa não, é a alimentação que nós fazemos, aqui é sempre do mesmo jeito, tando gente ou não tando, então a gente tratou eles bem. Comia, a mesma coisa, e eu, como se diz, eu estou falando isso, às vezes um pode até contestar contra mim, mas eu tenho provas, a minha casa sempre cheia de gente, então quando eles tava aí tinha muita gente aqui então, aconteceu aqui. Inclusive eu falei isso para o [negociador da CCSA] a última vez que ele teve aqui, ele falou, mas vocês não podiam ter aceitado isso aí, eu falei, mas pera aí, eu acho que a pessoa que tinha que vir aqui, negociar, tinha que ter consciência né, mas não, eles veio para explorar mesmo...

Ele falou com o meu esposo se ele aceitava, ele não falou só aqui não, ele falou com os meus cunhados tudo também. Mas aí a despesa caiu aqui em casa, porque igual o meu cunhado, a esposa dele mora na cidade com as crianças estudando, tudo pequenininho, e aí outro de lá não tinha serviço para eles lá, só uma estradinha, 6 horas e pouquinho, lá no outro cunhado meu, o A. ele já deu despesa pra eles um dia, mas a maior ficou aqui em casa, e isso aqui, todo mundo pra trás, O., todo mundo tratou deles aí, então não foi só nós aqui não, mas aqui em casa ele ficou mais tempo, porque aqui nós tivemos que abrir tudo [as estradas], geral, não tinha nem um pedaço pronto, então aqui em casa ficou mais. É como se eles tivesse fazendo um favor. É o que eu falei para eles: não é tudo por conta da Corumbá? (Moradora atingida da Comunidade Fazenda São Roque em entrevista a Ivanise Rodrigues dos Santos).

Relatos impressionantes como esses se multiplicaram ao longo da pesquisa de elaboração do Diagnóstico por todas as comunidades no entorno do lago. Enquanto os operários ofendiam moralmente a dignidade dos atingidos, por meio dos diversos “puteiros” que foram criados, do assédio das mulheres adolescentes da região, das despesas que tinham que pagar do próprio bolso,

etc.; as negociações de terras eram incrementadas cada vez mais, em um ritmo alucinante. Havia dias, relatou um dos negociadores de terras da CCSA, que se negociava até três propriedades ou posses.

Essa etapa da obra foi muito marcante para os atingidos, que estabeleciam contatos diretos com a concessionária por meio dos negociadores de terras. Na perspectiva dos empresários capitalistas, a indenização representava o fim das relações entre eles e os atingidos, como se o pagamento pelo valor das terras representassem uma ação de compensação e/ou mitigação de impactos. Essa visão, que remete à concepção patrimonialista e fundiária de impactos (Vainer, 2007), confrontava diretamente com a do IBAMA e MP. Esses significavam os impactos a partir de outras lógicas, muito mais atentas às modificações impostas pelas obras aos sistemas de conhecimento e de reprodução cultural dos atingidos. Mas o confronto ainda não encontraria, no início de 2004, um instrumento que o expressasse.

Os atingidos foram tomados pelos anseios mais diferentes possíveis, sempre incorporando aos negociadores da Corumbá toda a responsabilidade pela usina. Não era possível a eles formularem críticas à própria gestão da empresa, basicamente, porque os gestores não se constituíam como pessoas reais, eram “entidades” distantes e imaginárias. Ao tomar as indenizações como única forma de mitigar e/ou compensar impactos, os empresários realizavam um duplo papel na exclusão dos atingidos. Primeiramente, ao quitar a dívida, desconectavam as demandas sociais da *máquina* que operam, considerando toda relação encerrada, tornando invisíveis aqueles atingidos que seriam 100% inundados. Quaisquer reclamações sobre más medições dos valores da terra e de tudo que poderia ser indenizado – benfeitorias, pomares, etc. – não poderiam ser retratadas, pois logo a água subiria, impedindo contra-laudos nas propriedades.

As informações levantadas pela concessionária são as únicas que sobrevivem à inundação e o único meio de resolução de controvérsias com os atingidos. Por isso, essas pessoas, em ações futuras exigidas pelo MP e IBAMA com as populações, não seriam visíveis, por mais que se demandasse mitigação e/ou compensação de impactos a elas. A CCSA controla todas as informações sobre essas populações até o momento que quita as indenizações, a partir daí, ficaria extremamente difícil descobrir para onde as pessoas se mudaram e que problemas estão enfrentando. O resultado objetivamente buscado pelo empresariado é reduzir custos com ações de mitigação e/ou compensação de impactos para além da indenização, já que os atingidos que saem das margens da usina desaparecem dos documentos, impossibilitando que se planeje ações de readequação produtiva, por exemplo (Daou, 1996: 478).

Em segundo lugar, a consideração de indenizações como única responsabilidade do empresariado perante os atingidos permitia que tudo recaísse na figura dos negociadores, eximindo os diretores e acionistas de suas responsabilidades. Assim, os próprios negociadores

contratados pela empresa eram desconectados e reconectados na *máquina*, de forma a assumirem responsabilidades às quais não estão aptos, assegurando os interesses e a integridade moral da empresa. Daí, todos os problemas identificados pelos atingidos, sejam os insultos morais, sejam os autoritarismos na negociação, não são percebidos como um problema de gestão e qualificação da empresa, mas dos negociadores individualmente.

Descontentes com as indenizações pagas até então, temerosos pela possibilidade de não receberem nem mesmo os valores “negociados” e, muitas vezes, se sentindo despreparados para negociar individualmente com a CCSA, os atingidos começavam a se organizar não exatamente para impedir a obra, mas para lidar com seus gerentes em pé de igualdade. A organização para a luta não era homogênea, pelo contrário, em cada região, e dadas as diferentes configurações sociais, os atingidos construíam suas estratégias. Os moradores do município de Santo Antônio do Descoberto e de Luziânia relatam que pessoas “de fora”, contrárias à construção da obra, apareceram para “assessorá-los” em sua luta. Muitos não identificavam esses “chegantes”, senão pela sua identidade de paulistas ou gaúchos. Era um momento em que as ONGs ambientalistas do DF, bem como o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, faziam incursões na área atingida para articular com os moradores estratégias de atuação.

A gente nem acreditava e depois veio esses movimento orientando a gente. Tinha esse movimento ambientalista, eu esqueci o nome agora. Mas era o movimento pra orientar o povo. Tinha muitas barragens que foram construídas, eles mandavam a gente marcar reunião pra eles aí na associação, a gente marcava. Aí o povo pegou a fazer reunião com os advogado da Corumbá e ficamos sabendo do sorteio que foi feito, quem é que ganhou, que ia construir. A gente sempre naquelas de “será?” Surgiu um negócio exclusivo e muita gente preocupou. De cá não teve, mas do outro lado teve pessoa que até morreu, preocupou demais, a pressão agitou, teve várias pessoa que morreu... (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone em 19/08/2006).

Eu defendia contra ela. Fizemos muitas perguntas, abaixo-assinado para tirar, mas não teve jeito (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone em 19/08/2006).

O meu pessoal lá dos Braga diz que barragem não, teve até abaixo-assinado aqui (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pinguela em entrevista a Taís Garone em 23/08/06).

Ele esteve aqui pelejando para empatar essa barragem com uma turma de estudantes, eles vieram até aqui em casa. Mas, não conseguiram nada, não, a barragem foi pra frente. Nessa época, a barragem já tinha começado, já tinha peão de obra. Eles pelejaram porque disse que iam desapropriar muita gente, como desapropriou (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone em 19/08/2206).

Teve um pessoal aí, nós acompanhamos um pouco, mas depois eu vi que era bobagem, a gente não pode ir contra o Governo, né? Não tinha como. Você sabe que os maiores sempre vencem os menores, não adiantava nós ficar lutando, né? Eles tinham ameaçado que se nós não recebesse esse que estava lá, nós íamos ficar sem receber nada. Aí eu morava na casa dos meus pais. E tinha mais tios. E eu pensava: – Se a gente não receber e inundar... Dessa vez eu até adoeci, porque eu ficava pensando como ia fazer... Só esse povo que veio, não deu certo, mas eu acho que eles tava fazendo o papel deles. Mas o pessoal veio junto com V., depois vieram outros de São Paulo (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone em 19/08/2006).

Pra mim, nunca tive dificuldade, porque a gente sabe que quando se trata de fazer uma obra, na verdade, está consumado que vai ser feita mesmo, não tem jeito mais. Então, pra mim ia acontecer e aconteceu, nunca duvidei que ia acontecer. Agora, o que a gente temia e estamos vendo hoje que aqui era muito

sossegado antes. Teve o movimento contra, mas não tivemos êxito (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pontezinha, 22/08/2006).

O principal problema enfrentado pelo MAB e pelas demais instituições que atuaram na área foi a adoção de estratégias de ação que não correspondiam aos modos de lidar com conflitos dos moradores do entorno do reservatório a ser formado. O primeiro equívoco foi escolher uma pessoa para mediar as ações do Movimento que era considerada “de fora” pelos demais. Isso levou os atingidos a uma postura arredia quanto ao Movimento. Outro fator absolutamente relevante para o insucesso, foi que o MAB estimulava estratégias como a invasão do canteiro de obras e argumentava que os moradores jamais receberiam indenizações em sua totalidade, desconhecendo a perspectiva dos empresários, que acabou por saldar a maioria das indenizações, deslegitimando o discurso do Movimento.

Além dos movimentos “de fora”, houve algumas iniciativas dos próprios atingidos, principalmente no Rio Corumbá e das Antas. Eles formaram uma associação, justificada pela disparidade entre os valores ofertados pela empresa aos plantadores – 19 mil reais o alqueire – e criadores – 8 mil reais o alqueire. A entrada do discurso ambientalista no licenciamento foi relida pelos atingidos de forma muito perspicaz. Eles sabiam que a APP era uma área de grande interesse para os ambientalistas que atuavam na área e para o próprio IBAMA. Uma vez que as áreas preservadas das fazendas criadoras de gado eram bem maiores que as dos plantadores de soja, eles argumentavam: – *Se falam pra nós preservar a natureza, porque a nossa terra vale menos do que aquelas que estão desmatadas ou com plantação de soja, cheia de veneno?* (Morador atingido da Comunidade São Roque, em entrevista a Ivanise Rodrigues dos Santos).

No início, a associação criada estava composta por quase a metade das propriedades a serem atingidas, principalmente das famílias Pereira, Rodrigues e parte dos Dutra, maioria absoluta das regiões rurais de Abadiânia, Alexânia, Corumbá de Goiás e Silvânia. Mas ocorreram muitas divergências internas, balizadas principalmente pela contratação de um advogado que cobrou 20% dos valores das indenizações sem, entretanto, conseguir realizar nada juridicamente. Ocorreu que ele pegou o valor das indenizações e “sumiu” com o dinheiro, causando grande atribulação na associação. Assim, seus dirigentes ficaram desacreditados diante dos demais membros e foram abandonando a luta, com medo de não receberem jamais a indenização. Um dos membros da associação vinha coletando dados para encaminhar ao MP, como a venda ilegal de madeira e a coerção para a construção de estradas aos moldes dos projetos de engenharia não discutidos com os atingidos. Entretanto, suas denúncias não tiveram qualquer desdobramento, perdendo-se nos “bolos” de papel do sistema judiciário do país.

O ex-diretor financeiro da empresa, que assumiu as responsabilidades do diretor técnico, teve um papel central na desarticulação dos movimentos que surgiam contra o projeto

hidrelétrico. Dois fatores foram fundamentais para que isso ocorresse. O primeiro, já anunciado, é que as indenizações acabavam sendo pagas e, mesmo tendo seus valores questionados, deslegitimavam o discurso do MAB perante os atingidos. Por outro lado, ele utilizava a Ação Civil Pública impetrada pelo MP para justificar o não pagamento das indenizações nas datas acertadas com os atingidos. Assim, fica evidente que as próprias ações para conter arbitrariedades da concessionária, quando entram na *rede* do licenciamento, são colocadas em novas relações de causa e efeito, de maneira a desestruturar os objetivos originais em favor dos novos, dada as assimetrias de poder.

Ele [diretor técnico] não era o cara mais indicado pra fazer isso. (...) e eu fazia isso por ele, o meu lado já era completamente negativo para esse fim. Eu cuidava do dinheiro que ia dar o retorno pro cara [“empreendedor”] e, além disso, tinha que ir lá conversar com associação. E fiz isso muitas vezes, muitas vezes quebrei movimentos lá dentro, de proprietários; de proprietários não, os proprietários eram pessoas, são pessoas humildes, legais, de bom relacionamento, mas de aproveitadores que queriam fazer movimentos naquela região para ter benefícios pessoais.

Olha, eles [os estudos de viabilidade] diziam, os acionistas vão entrar, por exemplo, com 150 milhões, então os acionistas se programaram nas suas participações e entraram com 150 milhões, botaram 150 milhões e o dinheiro do BNDES não saiu, tiveram que botar mais 100 milhões, não tinham. Então esse dinheiro vinha pingando, então era muito complicado. Vamos imaginar, a gente ia lá, conversava com o proprietário, negociava toda a propriedade dele, tal e falava: “Vamos pagar no dia 20 de julho”. Aí chegava no dia 20 de julho o dinheiro não veio. Aí eu tinha que chamar o proprietário e era eu quem chamava, e falar: “Amigo, olha, te prometi, amigo, pagar no dia 20, tá tudo aqui certinho, não sei o quê e, infelizmente, não tem dinheiro pra pagar” (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

Sobre as razões que desmobilizaram as populações o ex-diretor afirma:

(...) MAB, Associação dos moradores da igreja da região lá da família Dutra, igreja São Bernardo... Enfim, dessa parte aqui debaixo de Santo Antônio do Descoberto, Pontezinha... Ali nesses núcleos surgiram associações, lideranças, mas eles mesmos se perderam.

– *Como que eles se perderam, como foi isso?*

– *O quê que aconteceu? (...) As associações, normalmente formadas por terceiros envolvidos politicamente em alguma agremiação política ou mesmo movimento, como o MAB... Na medida que a gente ia a um camarada, e eu fui muito Guilherme, por isso que eu te falo. Lá na época que você falava “Conversei com fulano de tal...”, eu conheço. À medida que eu conversava com o proprietário, eu dizia: “Não seu João, tá aqui: sua propriedade tem 10 hectares, tão pagando 5 mil, sei lá 10 mil, 20 mil, sei lá, não me lembro os valores, por hectare. O senhor arruma terra onde o senhor quiser por esse valor”. À medida que os caras começavam a acreditar que a gente ia pagar, porque houve em determinados momentos aquela dona maluca do PV, a V. Eu fui lá na Igreja uma vez, ela tava liderando, ela não era atingida diretamente, ela falou um negócio lá que os caras quase me bateram nesse dia, falaram que o rio ia começar a encher, que o lago ia começar a encher da barragem pra cima e que o dinheiro da terra tava orçado e era limitado, então que a gente ia comprando as propriedades de lá pra cá até onde o dinheiro desse, a partir de onde acabasse o dinheiro, ninguém ia mais receber, ia ficar todo mundo desapropriado sem receber. Aí rapaz, essa mulher criou uma confusão, quase que me bateram, um negócio horrível, eu até gravei isso, acho que eu te contei isso. E aí eu mostrei pra eles que não, a gente ia pagar e pagávamos. Aí o quê que aconteceu? Essas associações começaram a cair no descrédito, porque os caras vendiam uma situação pro morador humilde, aquela coisa toda... Não era legítimo, porque eles tavam se mirando em projetos antigos no Brasil, pra trás, anos pra trás que o governo ia lá com um título sei lá do quê que o cara não ia receber nunca. Não era o caso, era outra filosofia de trabalho, a gente foi lá pra pagar a terra, comprar, quanto é que custa, 100? Tá aqui, tem benfeitoria? Tem, quanto é que é a benfeitoria, 150? Então tá aqui 150, tá justo? Não, não tá justo, a gente fica aí na negociação normal.*

Ninguém tava lá pra iludir ninguém, não era esse o espírito, nunca foi (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

Desarticulados os movimentos contra a barragem, a obra seguia em ritmo acelerado, sem qualquer oposição realmente significativa. O eixo que fecharia definitivamente o Rio Corumbá estava praticamente pronto. As condicionantes da LI, entretanto, não estavam sendo cumpridas pela CCSA. Mesmo após diversas tentativas do MP para impedir o definitivo fechamento do eixo, a CCSA conseguiu, na justiça, a satisfação do pleito. A barragem passava a uma nova etapa, estabelecendo-se definitivamente. Fechar o eixo da barragem foi uma ação “sem volta” para todos os que imaginavam ainda ser possível impedir que a obra se realizasse. Para a concessionária era uma grande vitória. O fechamento do eixo é tão significativo para os empresários que na ante-sala da empresa se viam fotos das máquinas colocando “o último caminhão de terra”.

Nessa época, o terceiro presidente da CCSA mantinha contendas com os acionistas da empresa, e não conseguiu realizar as demandas que apareciam em diversos pareceres do IBAMA. Estas, estavam fortemente marcadas pelos problemas identificados com as populações atingidas, principalmente em função das negociações de terras, o que resultava da mudança de perspectiva do Estado quanto a impactos e direitos dos atingidos, bem como de freqüentes vistorias em campo. Assim, o terceiro presidente, tendo cumprido seu papel original de se aproximar do MP e resolver as questões da Ação Civil Pública referentes ao esgoto do DF, sai da empresa, deixando para o que lhe seguirá um acordo quase formatado. Esse acordo teve seus termos estabelecidos em um Termo de Ajuste de Conduta assinado por IBAMA, MP e CCSA.

A mudança de presidente foi estratégica. Era necessário buscar alguém capaz de solucionar as novas demandas impostas por MP e IBAMA quanto às populações, o que foi feito prontamente. Assim, a Serveng-Civilsan indicou um presidente identificado pelo ex-diretor financeiro da CCSA como alguém que tinha melhor “*jogo de cintura*” que o anterior.

As estratégias de negociação da CCSA, aprovadas pelo IBAMA, foram sintetizadas no PBA de negociação de terras. Na prática, no entanto, elas não ocorriam conforme o planejado, havendo regularmente arranjos individuais e discrepantes. O IBAMA, a partir de suas vistorias, já indiciava problemas de toda ordem, o que o motivou a requerer maiores detalhamentos sobre os “termos negociais” adotados pela CCSA em alguns pareceres e notas; o MP também pressionava. Na medida que o IBAMA produzia demandas, as formas de negociar com os atingidos se modificavam, causando a impressão aos atingidos de favorecimento a alguns proprietários e posseiros em detrimento de outros, criando conflitos entre eles. Assim, novos impactos eram criados na medida que os atores estatais tentavam mitigá-los e/ou compensá-los.

Segundo o PBA, seu objetivo era realizar todas as indenizações de maneira legalmente correta e com justiça social. Tudo começava com a medição topográfica da área. Nesse momento, era dado um passo significativo para que a organização social de grande parte dos atingidos fosse completamente desconsiderada. Na medição topográfica, os técnicos deveriam estabelecer claramente os limites de todas as propriedades. Na verdade, o que ocorria era a própria imposição *in loco* da idéia de propriedade. Como veremos, as comunidades dos municípios de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia se organizam há muito tempo a partir de critérios particulares de herança e sucessão de terras, estabelecendo limites aos usuários da terra a partir das relações de parentesco e afinidade, nas quais a idéia de propriedade, conforme o código civil, não faz muito sentido. Pelo contrário, ela se opõe ao funcionamento da organização social dessas comunidades, que visam assegurar o tamanho da propriedade geração após geração. Nessa perspectiva, da *terra como morada*, o espaço habitado é o espaço do trabalho, em que a idéia de patrimônio parece muito mais adequada do que a de propriedade.

Além de desestruturar completamente a organização territorial dos atingidos das referidas comunidades, a perspectiva territorial patrimonialista impunha grandes dificuldades tanto aos atingidos quanto à CCSA. A usina começou a ser construído sob uma legislação que obriga o empresariado a adquirir os 100 metros destinados à APP, além da área a ser inundada. Ao realizar as medições topográficas, ele começou a verificar que grande parte das “propriedades” não tinham documentação legal da terra. Assim, viu-se diante de um impasse: como provar ao IBAMA e MP que havia adquirido toda a área necessária para a legalização da obra, se não havia qualquer documentação que comprovasse a propriedade da CCSA? Os atingidos, por sua vez, ficaram receosos de não receberem a indenização em função da ausência do “papel da terra”. O novo presidente da empresa, entretanto, autorizou que se comprasse as terras, mas a CCSA não pagaria o total do valor devido, até que o “proprietário” regularizasse sua situação. Haveria um desconto de 20% do valor dimensionado.

Vieram muitas vezes. Eles disseram que nós tínhamos que arrumar advogado. Não, primeiro eles disseram que eu tinha que pegar a folha do inventário dos meus avós. Aí eu fui, procurei tudo, quando eu cheguei com as folhas eles falaram que nós tínhamos que arrumar advogado pra fazer o usucapião. E que eu ia achar ruim no dia, e depois eu ia achar bom. Aí eu pensei: – É bom mesmo, né? Porque tem o papel, eu recebia mais pouco, mas eles faziam o usucapião. O advogado que tava arrumando, nós tava pagando 15% pra ele dar conta do documento e pronto. Aí isso tá lá no fórum, eu já fui diversas vezes e eles falaram que falta coisa, que é o advogado que tem que resolver. A gente pelega pra arrumar advogado, mas eles falam que tá faltando coisa. Ele é um bom advogado, não tenho nada que falar dele. Mas que tá faltando cinco coisas e é só ele que resolve. Eu já pelegei, eles já ligaram diversas vezes e ele não apareceu lá mais (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone em 19/08/2006).

Assim, a inexistência de documentos – que ocorria em função da inexistência ou existência precária do Estado na região e da própria organização social que se estabeleceu

historicamente – era utilizada para minimizar custos com indenizações, para negar direitos. Rapidamente, o IBAMA e o MP perceberam o que ocorria e exigiram que a concessionária arcasse com os custos da regularização fundiária, o que, entretanto, não ocorreu ou ocorreu parcialmente. Muitos foram os relatos de atingidos que afirmaram que pagaram do próprio bolso o valor para regularizar suas terras, ou que os recursos necessários para tanto eram descontados das indenizações. Na verdade, quando as demandas do IBAMA e MP foram emitidas, muitas indenizações haviam sido realizadas e, ao se depararem com casos em que a empresa pagou pela retirada do “papel da terra”, os atingidos se sentiram prejudicados porque uns haviam recebido o “papel” “de graça” e outros não. A CCSA por vezes retirava os documentos apenas da área a ser inundada e da APP, ficando o remanescente da propriedade de fora da legalização. Isso causou muita indignação e conflitos entre os atingidos. Tudo porque, ao invés de paralisar a obra e rever todas as negociações, as demandas do órgão licenciador eram formatadas como condicionantes. O licenciamento seguiu seu ritmo sem interrupções, rumo à fase de operação.

A medição topográfica estava em consonância com a tecnificação dos instrumentos do licenciamento. Com ela, todos os problemas e mecanismos para desativar qualquer possibilidade de agência dos atingidos se repetiam – como foi o caso, por exemplo, do EIA/RIMA. Mais que isso, o resultado era uma visão panorâmica daquilo que a CCSA construía como “propriedade”, em que os atingidos propriamente ditos eram insignificantes informantes, peças secundárias no jogo. Nada que eles falassem poderia contradizer os gráficos, números e tabelas apresentados pela concessionária. Ao produzir “laudos” das “propriedades” a serem indenizadas, a CCSA produzia inscrições e conhecimento que julgava ser o único realmente necessário para realizar as negociações de terras. Dessa forma, ela assegurava seus próprios termos negociais em detrimento dos termos dos atingidos. Estes, por sua vez, muitas vezes queriam apenas participar de maneira mais ativa do processo ou mesmo serem recompensados com lembranças da terra inundada. Uma moradora de São Bernardo afirmou:

a nossa propriedade era muito antiga. Era um sítio arqueológico. Tinha um engenho antigo. Não pagaram direito. Deram o que quiseram. Nosso quintal era centenário (...) gostaria pelo menos de ter a foto que a Corumbá tirou de avião (...) eu não tenho nenhuma foto das coisas embaixo d'água (Morador atingido da Fazenda São Bernardo em entrevista a Danilo Farias).

Não bastasse os impactos inerentes à própria concepção de propriedade e à tecnificação do licenciamento, muitos atingidos alegaram que as medições feitas estavam erradas. A metodologia utilizada para avaliar as casas, em princípio, se baseou em um levantamento aerofotogramétrico, tido como referência para dimensionar a área do proprietário e a faixa de preservação permanente durante boa parte do processo de negociação. Esse levantamento foi realizado pela empresa Topocart e continha um defeito fundamental: a falta de nivelamento

geométrico da linha d'água do reservatório e demais acidentes geográficos. Ou seja, não estabelecia a profundidade das áreas avaliadas, pois era ausente de um levantamento empírico nas propriedades, isso fez com que o dimensionamento da amplitude da APP fosse falho, acarretando a compra de muitas áreas que na realidade não compõem o tamanho da APP.

Posteriormente, quando a água já havia subido até a cota máxima, a empresa Saint German realizou uma nova medição na APP, mais uma vez contendo falhas quanto à exatidão. Tal imprecisão se tornou um problema, principalmente, para os pequenos proprietários. Foi bastante comum aos atingidos relatarem que na primeira medição sua casa não estava na APP, mas na segunda estava; no primeiro caso não haveria necessidade de “*perder a casa*”, no segundo, sim. Outra medição foi realizada por engenheiros da própria CCSA. Dessa vez, levou-se em conta a profundidade dos terrenos. De forma geral, os erros técnicos de medição das áreas é um problema comum a todo o processo de dimensionamento das “propriedades”, o que implicaria a revisão de boa parte das ações de expropriação realizado pelos negociadores. Entretanto, isso ainda não foi imposto nem mesmo como condicionante, o que ainda é compreensível, pois as denúncias dessa ordem presentes no Diagnóstico realizado ainda não foram avaliadas, até hoje...

O caso da APP é também um impacto singular. Como demonstrado no capítulo anterior, ele revela a oposição entre atingidos e política nacional de meio ambiente, ofuscada pelo movimento ideológico realizado pelo licenciamento de ambientalizar impactos e atingidos. As pessoas que tinham casas e benfeitorias na APP deveriam ser indenizadas, as casas derrubadas e a APP revegetada, segundo determinações do IBAMA, com base na Resolução 302/CONAMA. Entretanto, baseados em uma má interpretação da concessão ofertada pela ANEEL – para não dizermos que a interpretação foi tendenciosa –, a CCSA estabeleceu uma estratégia ilegal de negociação de terras. Muitos atingidos nunca entenderam porque é que tinham que sair das terras não inundadas e isso foi utilizado como baliza negocial pela CCSA. Havia o interesse, por parte da concessionária, em não causar maiores constrangimentos aos atingidos e, ao mesmo tempo, assegurar que a APP estivesse sempre vigiada por eles, eliminando, em parte, sua responsabilidade de fiscalização da área de preservação.

Pela APP, muitos “turistas” entram nas “propriedades” atingidas para realizar suas atividades de lazer. Eles degradam o que resta de matas, causam transtorno com músicas altas, libertinagem sexual e uso de drogas, como afirmaram muitos dos atingidos, ênfase dos evangélicos, incontestável maioria das populações das regiões de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia. O pior é que, ao reclamarem para os “turistas”, estes respondem que aquela área não é deles, que eles não têm direito de mandar em nada, que não irão sair dali pois a área é do IBAMA. Na verdade, a área é da CCSA e cabe a ela a fiscalização, mas o fato da APP se

relacionar à preservação do meio ambiente fazia com que os “turistas” entendessem o IBAMA como “donos”.

Dada essa situação, a CCSA negociou com os atingidos o uso da APP. O negociador da empresa oferecia aos atingidos um termo de cessão de uso da APP, afirmando que os “proprietários” poderiam utilizar a área e que, por isso, a empresa não indenizaria as benfeitorias e casas lá existentes. Dos pouco mais de 600 proprietários, 407 optaram pela cessão de uso da APP, recebendo valores menores que os dimensionados pelos confusos estudos topográficos e pela avaliação da propriedade. A maioria dos acordos para a cessão de uso da APP não foram formalizados, pois o IBAMA e o MP exigiram que eles fossem desfeitos. Entretanto, todas as negociações já haviam ocorrido informalmente. Apenas 39 contratos de cessão de uso haviam sido assinados quando ocorreu a decisão do órgão licenciador. Os demais “proprietários” não têm mais que sua palavra e a de seus pares como provas do prejuízo que até hoje se assoma aos demais impactos sofridos.

Foi uma porcaria, não teve negociação. Eles chegaram, é tanto e tanto. Fomos conversar com eles, primeiro foi com o Dr. R. e depois o Dr. L. Falei com eles e eles falaram que era tanto, aí eu fui e pedi mais um pouco, eles falaram: – Não, já vai pra mão do juiz. Então não teve negócio. Era o preço deles, nós não tivemos chance de pedir nenhum real a mais. Eles deixaram de pagar a gente 20% pra nós continuarmos na reserva. Minha casa tá na reserva e não tá, porque a primeira medida foi lá no porão, na segunda medida foi na porta da casa, na frente, né? A terceira medida já pegou aqui na área de baixo. Só que quando eles pagaram (eu não fiz acerto com eles não) eles indenizaram a casa. Indenizaram a casa da minha mãe, da Ondina, mas indenizaram do jeito que quis (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santo André, em entrevista a Taís Garone em 25/08/2006).

A análise das implicações das negociações de terras explicitam que o que está em jogo é um confronto de universos diferentes de significados. Nesse conflito, percebe-se que o universo dominante, aquele que estabelece as regras e instrumentos do licenciamento ambiental, sobrepuja o da maioria dos atingidos por Corumbá IV. Como venho defendendo, isso ocorre porque se cria uma evidente, se bem que artificial, incomensurabilidade entre os universos em contato, por meio da tecnificação, em que o discurso científico aparece como verdade absoluta, ou seja, pelo uso político das posições de poder no interior mesmo do licenciamento. Daí se verifica que é uma tarefa complexa definir quem e onde se produz impactos. Independente disso, é fácil apontar a concessionária como o responsável por eles, principalmente no atual contexto do SE, no qual o Estado “lava as mãos”, na medida que “entrega” a LP aos grupos concorrentes no “leilão”.

Como se nota, há muitos atores interligados na produção de impactos e na exclusão dos atingidos dos processos de definição de seus direitos. Quem é responsável pela obrigatoriedade do uso do conceito jurídico de propriedade? Quem exige a aquisição e reflorestamento da APP? O “empreendedor”? O Estado? Ambos? A tarefa do licenciamento, na condição de *rede* que opera uma

máquina de produção de fatos, é justamente impossibilitar tais respostas, por meio da dissipação que promove, visando manter a regularidade dos fluxos¹⁴. O resultado é a total exclusão das perspectivas dos impactados – o que significa dizer, da desconsideração de suas cosmografias – quando se define quais são os traços e direitos da identidade oficial de atingido. Além das situações já apresentadas no caso das negociações de terras da Corumbá IV, duas outras me parecem contribuir para ilustrar o argumento.

A primeira é que a medição dos valores das “propriedades”, correspondentes às normas técnicas brasileiras¹⁵, levava em conta o fator “depreciação”. Isso significa que uma cerca com 50 anos valeria menos que uma de 2 anos de uso. O choque das formas de significar os valores – *i.e.*, os direitos dos atingidos – ficava latente: para muitos atingidos a cerca “velha” tem um valor muito maior que a “nova”. Não foram poucos os relatos que afirmavam que “aquela cerca foi meu avô que construiu”. O “velho” para os atingidos ganha valor ao longo do tempo, pois ocupa em suas concepções de mundo o lugar da conquista e domesticação do cerrado. Época em que os antepassados venceram a natureza em favor do assentamento humano no terreno.

O mesmo ocorre com as árvores frutíferas, por exemplo. As mais velhas, algumas vezes, eram consideradas pelos técnicos em medição de terras como estagnadas, portanto recebiam menor valor. Além disso, a relação com as frutíferas, como apontado no primeiro capítulo deste trabalho, perfazem papéis muito além do produtivo para boa parte dos atingidos, servindo como história de vida das crianças. Os pais marcavam com objetos pontiagudos o tronco das árvores para medir o tamanho das crianças ao longo dos anos, as árvores eram batizadas, tinham identidade. Nos laudos, eram apenas árvores com valor monetário muito bem estabelecido. Um valor passivo, que não computa a interação humana com a natureza – se é que há natureza ou humanidade fora dessa relação –, que simplesmente a julga como mercadoria. Os atingidos bem que tentaram traduzir o problema para os negociadores

Eles não fazem um levantamento do que é uma construção. Porque construção é o seguinte: o tijolo, o material bruto é igual fazer uma comida. O arroz, o feijão, o óleo é barato, não é? Mas o prato de comida é caro. Igual o acabamento de uma casa é um absurdo. É muita coisa que envolve ali. Às vezes, pensa que terminou, mas tem mais alguma coisinha para comprar. Então é complicado (Morador atingido e realocado para o município de Alexânia, em entrevista a Leonardo Leocádio).

A consideração do fator depreciação, ao sobrepujar o sistema de conhecimentos dos atingidos, impunha-lhes dificuldades objetivas. Os valores recebidos pelas casas e benfeitorias “antigas” jamais seriam capazes de permitir a aquisição ou construção de novas casas e benfeitorias. Os atingidos que ficaram às margens se viram diante de uma situação ameaçadora: mesmo havendo remanescente de terra na “propriedade”, mesmo não sendo deslocados para outras áreas, como poderiam reconstruir o que foi perdido com as indenizações pagas? Os que não morreram “*por desgosto*” ainda tentam, em vão, responder para si mesmos a essas questões.

Muitos remanescentes de terras ficaram reduzidos a ponto de não poderem ser considerados “propriedades rurais” aos olhos do Estado, sendo enquadrados como “remanescentes menores que o módulo rural” pelo IBAMA e MP. Isso ocorreu porque a ANEEL aprovou a construção da barragem sem verificar que a estratégia de aquisição da CCSA visava adquirir apenas as áreas diretamente atingidas – pela água e APP. Assim, mais de 50 propriedades ficaram nessa situação.

Módulo Rural é uma categoria jurídica e, como tal, é limitada quanto à possibilidade de contemplar todos os aspectos vinculados às questões de reprodução dos valores e formas de subsistência camponesas. Assim, o mesmo dilema epistemológico com que os técnicos do licenciamento se defrontam no caso do espólio, conforme veremos no capítulo seguinte, ocorre também no caso da necessidade de se mitigar e solucionar questões relativas aos remanescentes menores que o módulo rural.

O inciso II do art. 4º do Estatuto da Terra define como propriedade familiar o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, absorva-lhes toda força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o processo social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e, eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros. O conceito de propriedade familiar é fundamental para entender o significado de módulo rural. Este é uma unidade de medida expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico.

Tal definição enseja muitas questões que devem ser aqui tratadas. A primeira delas é que o módulo rural opera somente com o conceito de propriedade e não posse. O código civil brasileiro estabelece que posse é apenas um estado transitório que deve culminar na constituição de propriedade. Haveria um sentido evolutivo das relações entre homem e território no qual propriedade é o único desdobramento possível. Como se sabe, as posses são ainda muito disseminadas no meio rural brasileiro e nenhum fator aponta para o interesse dos posseiros em transformar suas posses em propriedades, dados os custos para tanto, a não ser quando o que está em jogo é o acesso a “benefícios” e políticas públicas. No caso da UHE Corumbá IV, a necessidade de transformar posses em propriedades remete à própria necessidade de se receber a totalidade dos valores indenizatórios. Nesse sentido, não se trata aí de acessar “benefícios”, mas de repor prejuízos advindos da hidrelétrica. Antes de serem considerados menores que os módulos rurais, os territórios familiares devem constituir as qualidades jurídicas de propriedade. Isso significa que as exigências do IBAMA e MP de se resolver os casos de áreas menores que o módulo rural trazem implícita a idéia de propriedade, bastante problemática para que se insira relações não formais de repasse da terra e subdivisões da mesma.

Outra questão bastante complexa no termo “propriedade familiar” é a noção de família. O núcleo familiar pode variar substancialmente, principalmente porque as relações de parentesco tendem a consolidar mecanismos de divisão de terra e consolidação de alianças via matrimônio – no caso em questão o “sistema” matrimonial é virilocal – bastante particulares, tornando a definição do que é uma família bastante complicada.

Ao remeter o conceito de propriedade familiar ao uso total da força de trabalho na terra, apesar de intentar contribuir para “o progresso social e econômico” dos agricultores, o Estatuto da Terra acaba por isolar a propriedade e a potencial força de trabalho familiar, condicionando-a a uma noção de propriedade hermeticamente fechada, único lugar de reprodução dos valores camponeses, quando, em verdade, não é bem isso que ocorre. Ao contrário, a força de trabalho familiar muitas vezes é subdividida entre trabalhos a serem realizados fora do território familiar e aqueles dentro dele. Assim é que se estabelecem verdadeiros sistemas de trabalho, compadrio, entre outros, resultando em práticas muito comuns como a diária, a meia ou serviços eventuais de outras ordens. Além disso, nos mostra Sahlins (1997), não se pode isolar o meio rural, acreditando que ele não mantém conexões com o meio urbano. Pelo contrário, há um frutífero e interessante debate acerca da inter-relação x dependência do meio rural quanto ao urbano.

Sendo assim, fica bastante claro que a conceitualização de propriedade familiar, que embasa a noção de módulo rural, é bastante caricata das relações no campo. Daí decorre a imposição a qualquer instrumento de mitigação de impactos das concepções legais de propriedade e família.

Como será melhor debatido no próximo capítulo, nas comunidades atingidas nos municípios de Luziânia e Santo Antônio do Descoberto, há um certo sistema de uso e ocupação da propriedade no qual o celibatário herda a casa dos pais e os demais irmãos, principalmente o mais velho, ocupam novas glebas no interior da mesma propriedade. Esse mecanismo assegurou por anos a integridade territorial e a cosmovisão da terra como patrimônio e morada. Entretanto, com a chegada da UHE Corumbá IV, chegaram também as leis e o Estado. Em uma propriedade de Luziânia, uma senhora disse, ao ser abordada pela Equipe: *Uai, eu nunca imaginei que o governo ia chegar aqui!* A expressão da atingida é bastante característica das discussões aqui travadas, principalmente se temos em mente que a região já se caracterizava como um enclave desde a construção do Eixo Brasília–Anápolis–Goiânia e o respectivo processo de exclusão.

A partir dos meios de repasse e divisão de terras anteriores à chegada da UHE Corumbá IV, os irmãos inter-relacionados e as irmãs que vão morar na casa dos maridos mantinham vínculos permanentes com o patrimônio familiar originário, não sendo considerados entre si donos de terras diferentes, o que acabou por ocorrer quando a categoria de propriedade foi imposta. Ocorre que as casas dos irmãos nem sempre são divididas por cercas, a não ser quando

objetivavam conter os animais de invadirem pomares ou hortas. Muitas propriedades ocupadas por irmãos, caso fossem consideradas separadamente, já estariam na condição de “menores que o módulo rural” antes mesmo da obra. Isso se torna invisível às leis, já que partem de bases epistemológicas centradas na idéia de indivíduo ou pessoa. Quando eu afirmei para alguns atingidos que eles eram “menores que o módulo rural”, eles responderam que não era verdade, pois compunham com vizinhos, seus irmãos ou cunhados/irmãs, um complexo territorial maior.

Outro tipo de caso emblemático são os remanescentes menores que o módulo rural no Rio Areias. Lá é uma região caracterizada claramente como área de expansão urbana, onde o turismo e a pesca já estavam em formação. Naquela região, ocupada prioritariamente por propriedades de veraneio ou para uso turístico, muitas “glebas” já eram menores que o módulo rural antes da barragem, mas nunca o Estado havia tomado conhecimento ou atuado no sentido de reassentar as pessoas ou de considerar a região como de expansão urbana. Com o advento da UHE Corumbá IV, a situação se modificou sobremaneira porque a APP, além do reservatório, acabou por tomar mais pedaços de terras, diminuindo ainda mais as propriedades, sem contar aquelas 100% atingidas e indenizadas. Muitos foram os casos em que cheguei esperando encontrar propriedades menores que o módulo rural, mas que estavam 100% atingidas, pois o remanescente se convertera em APP.

Foram essas as principais características e implicações das negociações de terras a serem indenizadas quando a água já estava subindo rapidamente. A concessionária não cumpria os condicionantes da LI, levando o MP e o IBAMA a pressionarem ainda mais o quarto presidente da empresa. Do ponto de vista fundiário, observava-se uma supervalorização das terras às margens do lago, o que fazia com que imobiliárias dos municípios pressionassem fortemente pela saída dos atingidos, para serem substituídos pelas classes médias de Brasília e Goiânia. Aliás, a valorização de algumas propriedades foi francamente utilizada pelos empresários como benefício da barragem às populações ou como justificativa de que a região estava se desenvolvendo. Assim, a expropriação da população rural por uma concepção veranista de ocupação e planejamento territorial passava de problema a redenção.

Em função do não cumprimento das condicionantes da LI, IBAMA e MP deram o “ultimato” à CCSA: ou realizava as ações exigidas, ou novas ações judiciais seriam movidas contra a CCSA. Essa foi a carta de apresentação desses órgãos ao quarto presidente da empresa. Uma vez que o antigo presidente havia dissolvido – em parte – os problemas da Ação Civil Pública, coube ao então presidente apenas “assumir” suas responsabilidades por meio da assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta – TAC com os órgãos para minimizar os conflitos.

Olha, o TAC, o J. deixou pronto. Em audiência com a juíza, não me lembro exatamente quando, a justiça de Goiás, um belo dia lá, o juiz substituto, não foi nem a juíza, ele bateu o martelo, falou: “Olha, vocês

voltam daqui a um tempo e eu quero esse TAC resolvido, porque não dá mais pra ficar negociando assim, você faz, o outro fala que não fez. Não, traga esse negócio pronto”. Aí culminou com a entrada do M. O M. foi e fechou as últimas arestas do TAC... (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

O TAC representa uma transformação do conflito em mediação ou acordo. É um mecanismo de negociação de direitos inegociáveis a partir da lógica da conciliação. Há um aspecto moral marcante no TAC: o “empreendedor”, ao assiná-lo, assume erros, reconhecendo sua conduta inadequada (Zucarelli, 2005). Dessa forma, além de evitar futuros conflitos jurídicos, o TAC conduz à retirada das Ações Civis Públicas anteriores, e talvez por isso o ex-diretor afirmou que *ele foi a salvação daquele momento para conseguirmos a LO sem mais brigas na justiça*. Utilizado como peça-chave aos interesses dos atores dominantes do licenciamento, o TAC contribuiu de forma definitiva para que as demandas sejam “jogadas” para a fase de operação. Não foi diferente no caso de Corumbá IV.

Apesar disso, o instrumento, assinado em abril de 2004, instituiu definitivamente no licenciamento, uma controvérsia que fugia a todas as inscrições anteriores da *rede*, já que exigia o uso do conhecimento etnográfico para dimensionar os impactos causados até então. As cláusulas 40 e 41 impunham à CCSA:

Cláusula 40 – realizar estudo descritivo analítico detalhado sobre as comunidades rurais (...) que estão sujeitas à fragmentação compulsória em decorrência da implementação/operação do AHE Corumbá IV. O produto deste estudo deverá permitir o conhecimento dos seguintes aspectos (...):

- a) modos de criar, fazer e viver; compreendendo todos os bens que constituem referências culturais, enfatizando aquelas significativas para a população local;*
- b) percepções e avaliações relativas à obra e a seus efeitos já em curso;*
- c) o histórico de ocupação levando-se em conta a memória social local;*
- d) descrição de áreas de uso comum e equipamentos comunitários (...);*
- e) os processos de trabalho e os sistemas produtivos, com atenção às relações de dependência entre as comunidades locais e os recursos ambientais, bem como as interações intercomunitárias (...)*

Cláusula 41 – O estudo relativo à cláusula 40 deverá ser desenvolvido por equipe multidisciplinar sob coordenação de um profissional das Ciências Sociais, que necessariamente faça uso da metodologia de pesquisa o trabalho de campo etnográfico, aliado a uma abordagem científico-social dos conflitos sociambientais, orientada por procedimentos participativos de levantamento, análise e avaliação de impactos (Ministério Público Federal, 2004).

O TAC e a LI se combinavam para pressionar a CCSA a realizar ações de mitigação e/ou compensação de impactos, remetendo às iniciativas dos dois órgãos, respectivamente MP e IBAMA, no mesmo momento do licenciamento: a liberação da licença de instalação e o início das obras.

A solicitação de um trabalho com base no método etnográfico abria espaço para que uma nova sorte de conhecimento considerado científico desse seu “parecer” sobre o processo de exclusão dos atingidos. Surgia uma controvérsia qualitativamente diferente das anteriormente estabelecidas na *rede* de produção de fatos em questão, principalmente porque definiria circuitos de produção e validação singulares de significar e elaborar inscrições sobre o que são impactos e

direitos dos atingidos. A estratégia em buscar, nas inscrições anteriores, os “erros” que justificariam os problemas atuais – como exemplificamos, sob empréstimo de Latour, com a expedição de Leperouse no capítulo 2 – não poderia ser levada a cabo pelos atores dominantes da *rede*, justamente porque nunca antes as inscrições haviam levado em conta o método etnográfico. A aparição da necessidade legal do uso do método etnográfico no TAC é importante para a própria antropologia, na medida que, no Brasil, somente agora verificamos alguns resultados que vão além da constatação de que há obstáculos à interpretação da disciplina quando esta atua fora dos muros da academia¹⁶.

A primeira implicação da solicitação do método etnográfico no licenciamento é de ordem epistemológica. Era realmente um conhecimento antropológico que estava sendo solicitado? Creio que sim, afinal, que matriz disciplinar¹⁷ permite a seus “operadores” desvendar modos de fazer, criar e viver, relacionando artefatos e cultura, desde pelo menos o culturalismo de Boas? Quem, senão a antropologia, estaria melhor capacitado para descrever, a partir de pesquisas de campo, percepções coletivas, assunto permanente da disciplina? Não seria também a antropologia que poderia subsidiar a produção de conhecimento sobre a estrutura, história e memória dos locais e municípios atingidos? A antropologia histórica parece ser uma ferramenta indispensável. Quem, por fim, permitiria um conhecimento mais acurado sobre os processos de trabalho e sistemas produtivos de populações camponesas? A antropologia! Tais demandas são textualmente exigidas no TAC.

As cláusulas do TAC acima transcritas deixam explícito que os técnicos do IBAMA e MP que as formularam reivindicaram conscientemente o conhecimento antropológico, “convidando-o” a entrar na rede. Quando os antropólogos que estudam as práticas de seus pares em ambientes de consultorias-laudos se perguntam se as inscrições daí resultantes são antropológicas, querem dizer: os *fatos construídos* detêm as qualidades necessárias para serem adjetivados como antropológicos? A dúvida é pertinente, na medida que novos desafios e questões epistemológicas surgem, resultado das exigências emitidas por atores do licenciamento, sejam eles antropólogos ou não. Isso acontece porque o conhecimento antropológico produzido em laudos é validado, geralmente, de maneira diferente do que ocorre com as pesquisas estritamente acadêmicas: são os técnicos das agências licenciadoras que verificam a validade dos argumentos, e não os departamentos universitários de antropologia. Mas, se voltarmos nossa atenção à realização dos produtos ou textos que emergem da prática antropológica em meio não acadêmico – e não apenas à validação –, focando nos dados produzidos, poderemos concluir que tanto nas consultorias-laudos como na academia o esforço intelectual do profissional ou pesquisador é antropológico. O que se diferenciam são os obstáculos e desafios existentes em cada caso, travados com interlocutores diferentes.

Os consultores que aceitassem elaborar a proposta solicitada no TAC teriam que emitir um parecer que servisse à aplicação de um ordenamento jurídico, mas, ao mesmo tempo, que visasse fundamentar inteligibilidades¹⁸. No caso do trabalho antropológico não-acadêmico, o desafio não remete simplesmente à forma de produção de conhecimentos ou da característica artefactual e singela das construções práticas dos antropólogos; está em jogo o plano político dos interesses. É justamente essa diferença do trabalho não-acadêmico que atenta contra o paradigma do conhecimento produzido na academia.

Os atores sociais não acadêmicos são encarados como os iniciadores de uma transformação social e epistemológica, obrigando os acadêmicos a procurar novas linguagens de descrição e explicação (Escobar, 2003: 642).

Essas novas linguagens são expressas nos textos produzidos em contextos não-acadêmicos e colocam uma questão ameaçadora à disciplina: a tentativa de conceber a ordem (Lévi-Strauss, 1970; Latour, 1999: 280) pela escrita pode conduzir aos usos políticos dos textos e impedir o diálogo das diferentes formas de conhecimento, já que a lógica jurídico-administrativa opera uma racionalidade para produzir seus instrumentos de ação, enquanto a antropologia se orienta pelo múltiplo ordenamento da realidade (Tambiah, 1990: 92). Mas, como bem afirmou Tambiah, as províncias de significados são finitas, o que nos faz acreditar que é possível que textos escritos em ambientes de laudos-consultorias respondam às demandas jurídico-institucionais, sem necessariamente perder a riqueza etnográfica e analítica. Isso dependerá, obviamente, da capacidade dos antropólogos que atuam no contexto não-acadêmico em assegurar uma mínima autonomia às suas pesquisas, no sentido de poderem elaborar críticas e sugestões aos atores do licenciamento a partir de um lugar de fala em que se possa controlar ou prever as intervenções dos outros¹⁹.

O que se colocava com o TAC era a sobreposição da rede de produção de fatos do licenciamento e da academia, que, apesar de diferentes, compartilham de uma mesma base epistemológica quando falam em “método etnográfico”. Em que pese uma certa semelhança do olhar e ouvir para a produção dos dados, é precisamente no escrever que os resultados do trabalho antropológico na rede do licenciamento e na rede acadêmica se diferenciam como produtos (Rego, 2007). Ao escrever, o antropólogo-construtor de fatos consolida sua proposta em função daqueles que quer convencer. No caso do licenciamento da UHE Corumbá IV, tratava-se de lidar coerentemente, à luz do método etnográfico, com as categorias e mecanismos de classificação de impactos e direitos dos atingidos presentes no licenciamento.

Ao mesmo tempo em que incrementava substancialmente a visão sobre os problemas socioculturais e econômicos, o MP e o IBAMA abriam a possibilidade de que as categorias de impactos e direitos dos atingidos por eles veiculadas pudessem sofrer críticas. Isso porque está na

base epistemológica da antropologia a perspectiva crítica. Além disso, nos trabalhos com base no método etnográfico, está implícita a idéia de que

o ponto de vista nativo deixa sempre sua marca na interpretação do antropólogo. (...) ao contribuir para a constituição dos fatos etnográficos o discurso nativo revela significados que são necessariamente incorporados à visão do pesquisador (L. Cardoso de Oliveira, 1995: 49).

Assim, estabelecia-se a possibilidade de desvendar o que estava por trás das categorias de atingidos como “propriedades remanescentes menores que o módulo rural”, “propriedades com casas e benfeitorias na APP”, “propriedades em situação de espólio em que se deve resguardar o remanescente produtivo”, entre outras. Essas categorias são problemáticas aos olhos dos atingidos, que entendiam os impactos e seus direitos a partir de outras formas de significação, baseados em sua própria cosmografia. A legitimação de críticas a essas categorias no interior da *rede* do licenciamento seria o principal desafio epistemológico daqueles que aceitassem realizar a pesquisa demandada pelo IBAMA e MP no TAC.

Há ainda outras questões que deveriam ser enfrentadas pelos pesquisadores que aceitassem elaborar as demandas do TAC. Na medida que ele está inserido na *rede* do licenciamento, não estariam os pesquisadores contribuindo para toda sorte de exclusão, já que o produto final seria um texto que supostamente representa a demanda do meio antrópico traduzida pelos antropólogos? Como se sabe, a antropologia tem limites epistemológicos e, apesar de eles não serem muito nítidos, é certo que não cabe ao antropólogo representar politicamente os grupos que estuda em arenas de decisão. A “tradução” de universos de significados não presta esse serviço. Pelo contrário, é possível, isso sim, produzir espaços para que os próprios “nativos” se expressem e possam validar suas demandas perante os demais atores. Isso colocaria aos pesquisadores um duplo desafio: primeiramente, elevar o conhecimento etnográfico como capaz de elucidar problemas envolvidos na construção das categorias de atingidos do licenciamento. Em segundo lugar, caberia demitir a antropologia quando o assunto é representar politicamente os interesses dos atingidos (Cardoso de Oliveira, 2006: 225-239). Trata-se aí de contribuir para a abertura do sistema político e planificação da obra e de desmentir a “religião secular dos especialistas em desenvolvimento” (Maybury-Lewis, 1992: 53).

O desafio era ainda maior porque a legislação não estabelece claramente quais seriam as etapas de pesquisa para mitigação e/ou compensação de impactos sobre o meio antrópico.

Os impactos sobre o ‘componente antrópico’ (como são, bizarramente, chamados aqueles que sofrem, sofrerão ou sofreram impactos) não estão desamparados pela legislação. No entanto, a metodologia para o diagnóstico de impactos sobre qualquer espécie animal ou vegetal (‘o componente biótico’) é infinitamente mais detalhada e rigorosa do que a metodologia empregada para o diagnóstico de impactos sobre o ‘componente antrópico’. Ademais, quando se trata de impactos sobre o ‘biótico’, as recomendações para a implantação de programas de compensação e mitigação são claras e

direcionadas. O contrário ocorre com os impactos sobre os 'antrópicos'. Não há consenso sobre o que seja uma compensação adequada (Cid, 2005: 192).

Planejar o que, como e por que pesquisar são preocupações que não podiam ser, naquele momento, desvinculadas da execução da pesquisa em si. Assim, aqueles que aceitassem elaborar as pesquisas em resposta às demandas do TAC deveriam, ao mesmo tempo, planejar, executar e avaliar o que estava sendo produzido. O trabalho consistiria, antes de mais nada, em imaginar que tipo de resultado os órgãos competentes do licenciamento esperavam. A falta de exemplos demonstrativos, de trabalhos similares, colocaria uma responsabilidade peculiar quanto à própria forma do “produto” a ser entregue, não apenas seu conteúdo.

Em meio a todo o exposto, os pesquisadores que aceitassem realizar as demandas do TAC estavam diante de um desafio que, além de epistemológico, era ético. Na rede do licenciamento ambiental, os dados produzidos na pesquisa antropológica deveriam ter uma preocupação ética em assegurar que as propostas metodológicas e o dimensionamento dos impactos a partir da visão dos atingidos não se perdessem de vista diante de usos políticos que se pudessem fazer do produto final, o que nem sempre é possível. Antes de mais nada, estava em jogo a tarefa de qualificar a pesquisa como antropológica, o que significaria demonstrar a preocupação com a vigilância metodológica, perante os elementos políticos que poderiam atentar contra ela.

Apesar de responder aos atores do licenciamento, seria necessário que a pesquisa a ser realizada fosse defensável como antropológica em qualquer arena de validação do uso do método etnográfico. A preocupação é legítima, na medida que o que se convencionou chamar de antropologia aplicada, ao longo da história da disciplina, representou um fantasma de difícil exorcização (Colmegna, 2005: 177). Apesar de ainda causar aversão em alguns cientistas sociais, acredito que o termo antropologia aplicada possa ser usado sem prejuízos para a antropologia, já que antropólogos sempre estiveram presentes nos processos sociais que estudam, aliás, isso ocorre em qualquer prática de pesquisa (Ruben, 1992: 175-183).

Uma vez assinado o TAC, as obras continuaram, assim como as negociações de indenização de terras. IBAMA e MP monitoravam as ações à distância.

4.4. Do TAC à Licença de Operação: o êxito dos interesses dominantes da *rede* do licenciamento ambiental

O caso da “cota 810” ficou conhecido em todo o licenciamento da UHE Corumbá IV. As chuvas estavam muito fortes e frequentes e o ritmo de subida da água pegou desprevenido o negociador de terras da CCSA. Nesse momento, muitos proprietários tiveram que sair de suas

casas com pertences nas mãos e calças arregaçadas até o joelho, coberto de lama podre. Foram muitos os relatos ao redor das áreas a serem inundadas, nas mais de 20 comunidades atingidas. Vejamos o contexto de surgimento do caso.

Um ano havia passado desde a liberação da LI e da assinatura do TAC e a CCSA não tomou nenhuma providência considerada satisfatória pelo IBAMA e MP. O que se observava, ao contrário, era a continuidade dos processos de negociação autoritários. O IBAMA realizou mais vistorias e, nelas, entrou em contato com os mais variados relatos sobre insultos morais, negociações de terras impositivas, reclamação de baixos valores, entre outros problemas. Abaixo, alguns relatos de moradores de toda a orla do reservatório que, apesar de serem “coletados” pela equipe de elaboração do Diagnóstico, dimensionam o que, provavelmente, os técnicos do IBAMA escutaram em suas visitas de campo.

Isso aí, como diz o outro, me deram uma micharia. No caso dela mudar a casa, para mudarmos, não dá para comprar nem os tijolos, o dinheiro que deram para a gente. E o cantinho de melhor valor foi o que eles pegaram porque era na beira da água, então, devia, pelo menos, indenizar um troco melhor para construir um barraco melhor porque ficamos sem a terra, sem as plantaçõezinhas que tinha no quintal, porque no caso de sair perde tudo. Aqui [APP] dá para desfrutar, mas se for preciso sair, eles podem vir uma noite e tirar tudo qualquer hora. Ficou muita gente prejudicada com isso porque fizeram de qualquer jeito e quem chegar para conversar e falar que tem de ser assim, desse jeito e pronto. Podia pagar uma coisa melhor e eles falavam que não, que se não aceitássemos tínhamos de ir para a lei. Muita pressão. Instruir as pessoas que não tinham maior experiência para negociar e acabaram sendo prejudicados (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone em 23/08/2006).

A orientação aqui era de que todo o jeito nós tínhamos que ceder, só isso. A ajuda que nós ganhamos era só ameaça. Eles explicavam do tipo deles, da barragem, se nós não entregássemos, tinham os documento, que nós ia ficar sem nada. Mas reunião pra dizer: – Vamos lá pra ajudar aquele pessoal que está sendo atingido – nós nunca encontrou ninguém (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Santa Rosa em entrevista a Taís Garone).

Eles me pagaram, só que foi muito pouco. Me pagaram R\$7. 720,00. Eu fui fazer minha casa ali e ficou numa faixa de uns R\$15.000,00! Eu tô achando que R\$7.720,00 reais não paga nem um “merrêi” de cadeira. Quanto você acha que vale um pé de cana desse? R\$10,00, sendo que eu compro uma mudinha assim [pequena] por R\$10,00. Minha filha, você não faz idéia de quantos anos que eu moro aqui. Tem trinta e seis anos que eu moro aqui. Não tinha esses pés de fruta aqui não. As árvores eram tudo do tamanho disso aqui, ó [pequenas]! Hoje esse aqui tá dando, aquele ali tá dando [frutos]. Pra você ter uma noção, só pra mim zelar desses trem, roçar tudo direitinho, criar esses trem aí, pra receber R\$10,00? Tem cabimento? Não. Mas sabe o que acontece? Pressão. E ainda eles iam enrolar, se você não procura acertar logo pra receber, aí a Corumbá chega e não recebe é nada. A minha filha, que é a mais velha, se apavorou, foi lá e acertou. E eles falaram que essa casa [Contrato Verbal de Cessão de Uso para Casa na APP] podia ficar, não quiseram desmanchar. Agora já tem o comentário de desmanchar a casa. Foi combinado de não desmanchar a casa, agora se desmancha, só se me pagar ela, aí eu vou construir outra, se eles acertassem esse pagamento eu ficaria muito satisfeito (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone em 18/08/2006).

Quando nós ficamos sabendo mesmo eles chegaram com o nome das propriedades e fotos que eles tiraram de avião. O negociador chegou conversando. Ele levou a proposta das pessoas e a Corumbá não aceitou. A proposta da Corumbá foi 50% do que tínhamos pedido. A proposta da Corumbá foi baixa (Ex-morador atingido da região de Monjolo em entrevista a Danilo Farias).

Dá um ruim na gente ver a casa sendo destruída (Morador atingido da região de Salta Pau em entrevista a Danilo Farias).

Eu acho que eles deviam ter falado direito. No final que eles disseram e o patrão ficou muito ofendido (Caseiro atingido na Região do Capão em entrevista a Danilo Farias).

E nós estamos de boca aberta na Corumbá. Nós chegamos lá para ver que dia que eles pagavam para fechar o negócio. Não, não, pode fechar o negócio aí, com quinze dias nós pagamos. Nós fechamos negócio [para comprar a outra propriedade]. Aí eu falei: [para o negociador da CCSA], eu tenho cinqüenta anos de idade e nunca desmanchei um negócio. Desmanchei por conta tua. E tu [tens] dinheiro para pagar? Nem a terra ele não paga direito quem dirá ressentimento (Morador atingido da região de Barreiro da Boa Vista em entrevista a Rodrigo Medeiros).

A nossa negociação não foi justa não, foi o tempo que eu mais o [negociador da CCSA] discutiu aqui em casa porque no dia da reunião pra negociação eu não estava, o T. [marido] não gosta muito de falar; eu não tava, e sob pressão o T. acabou fechando da forma que foi, e o nosso advogado também deixou a desejar, então o dia que ele esteve aqui pra conversar com nós porque a nossa terra no caso diminuiu, ele achou ruim eu falar, e eu falei: você pagou como você quis vai ser da mesma forma, ele falou não, não foi como eu quis, a empresa é que é assim, eu falei, não é assim, gente que não tinha casa, não tinha nada na terra vocês pagaram um preço, então eu acho que vocês erraram, eu estou à favor do que é nosso; eu não quero o que é seu; eu quero o que é nosso e foi onde ele achou ruim e eu não achei justo. E foi isso que eu falei pra ele; eu não achei justo, e eu acho que ele não gostou da minha forma de expressar e eu falei gostando ou não eu não vou ficar calada, a nossa terra não estava à venda, nunca teve... Ele [o negociador da CCSA] falou assim: eu estou aqui pra acertar, se vocês não quiser depois vocês acertam com a justiça, pra nós é muito melhor... (Moradora atingida de São Roque em entrevista a Ivanise Rodrigues dos Santos).

– Eles vinham com informação de preço de terra. Mas não dava para acreditar não. E teve gente pior que nós.

– Parece que nós fomos um dos melhores.

– Teve meu primo mesmo, terreno muito bom e a indenização foi baixa principalmente uma coisa que a gente não tem para negociar. Tinha que ser tratado diferente. Não alguém que vem para cá para explorar. Os contratados pela empresa para negociar são picareta mesmo. Vem para passar a perna mesmo. (Moradora e Morador atingidos da família Bueno da Comunidade Fazenda Pirapitinga em entrevista a Leonardo Leocádio)

Muitas e diferentes foram as estratégias da concessionária para que as terras fossem pagas a partir do valor estipulado pela CCSA. A mais conhecida delas era que o negociador da empresa primeiramente perguntava ao morador quanto ele queria ganhar pela terra. Apesar de os atingidos terem freqüente contato com o comércio, negociar forçadamente era algo totalmente inusitado, por isso não saberiam dimensionar qual o valor de sua “propriedade”. Quando essa estratégia falhava e os atingidos reivindicavam outro valor, caso este fosse negado, o negociador afirmava que não pagaria mais e que, caso quisessem, resolveriam o caso na justiça. Assim, os “termos negociais” da CCSA sequer eram vistos como realmente negociais pelos atingidos. Ao contrário, entendiam generalizadamente que o que ocorria era uma atribuição arbitrária dos valores da terra. Isso era legitimado pelo quarto presidente da empresa, que não assegurou que o PBA de negociação de terras fosse cumprido. Mesmo se o fosse, como vimos na subseção anterior, os problemas da tecnificação e das categorias inadequadas de atingidos permaneceria.

Outro problema nas negociações foi o fato de que elas ocorriam em um momento e muito depois os valores eram saldados. A diferença dos “tempos de negociação” e pagamento podiam ser de tal ordem que os atingidos não estavam mais dispostos a aceitar o valor

negociado. Como sugere Sigaud (1992), as demandas dos atingidos se modificam ao longo do tempo, em função de novas questões que emergem no licenciamento.

Os negociadores da CCSA foram minuciosamente selecionados para que cumprissem os ideais monetários da empresa. Havia, claramente, um limite de recursos bem estabelecido para ser gasto com indenizações, dimensionado a partir dos levantamentos de terras. O objetivo do negociador não era exatamente negociar *com* os proprietários, mas negociar *para* a CCSA a partir do teto máximo estabelecido. Nesse sentido, se podemos apontar um despreparo técnico do negociador da CCSA, do ponto de vista dos empresários, ele era muito bem capacitado.

Após as vistorias e o recebimento de algumas denúncias de atingidos por correio, o IBAMA e MP não toleraram mais o descumprimento das exigências da LI e do TAC. Assim, o MP impetrou, na primeira metade de 2005, uma Ação Cautelar (6ª Vara Federal, Processo nº 2005.35.00.014424-0) contra a concessionária, claramente focado na “questão antrópica”, exigindo que a obra fosse paralisada imediatamente. O lago estava já enchendo e a prescrição obrigava a CCSA a paralisar a obra na cota 810. Dessa vez, o MP levantou perguntas na Ação Cautelar, que caracterizava de maneira límpida a necessidade do conhecimento etnográfico para sanar dúvidas²⁰. A Ação Cautelar foi acatada em juízo e a obra, assim como o financiamento do BNDES, teve que parar. Foi um momento dramático para os empresários, o que reverberou nas negociações de terras que já vinham em ritmo acelerado e foram ainda mais intensificadas.

Se, antes da “parada”, as negociações eram absolutamente autoritárias e ilegítimas aos olhos dos atingidos, depois dela a coisa piorou. Os negociadores exigiam rapidez dos atingidos. Eles tinham que negociar de qualquer maneira para que a CCSA saísse da situação em que se encontrava. A “cota 810” representou para os atingidos o momento mais dramático de exclusão de suas demandas durante a fase de instalação, pois seu “tempo de negociar”, que implica em sentar, tomar um café doce, conversar, ouvir, falar, ouvir de novo, falar de novo..., era ainda mais desrespeitado. Muitas vezes, o negociador queria resolver tudo em apenas um encontro com os “proprietários”. Eles, por sua vez, demandavam mais tempo para pensar. Além disso, não era assegurado a eles qualquer assessoria jurídica. Segundo um dos líderes das comunidades rurais do município de Luziânia,

Como é que era que ele falava com o senhor, pressão psicológica?

– Pressão psicológica mesmo. Porque eles falavam assim: se não aceitar a proposta deles, eles iriam colocar na justiça. Como a gente tem a informação que a justiça é muito lenta, a gente queria negociar. Acabou que essa pressão assim, não teve um preço que seria justo.

– O preço foi resolvido nessa negociação na base da pressão?

– Porque se eles tivessem procurado com mais antecedência, mas como veio muito rápido. Então como é que faz? Peixe grande sempre engole o pequeno (Morador atingido da Comunidade Mato Grande, filho de uma das matriarcas do tronco Bueno, em entrevista a Leonardo Leocádio).

Para a CCSA, o caso da “cota 810” era enxergado a partir da lógica do capital, combinada com os interesses políticos do GDF, em consonância com a configuração público-privada da empresa. Segundo o ex-diretor financeiro,

Havia um compromisso do então governador do DF de terminar esta obra em seu mandato. Você não pode desconsiderar isso pra nada. Então, o acionista público, o player público, ele tinha o papel fundamental junto ao governo, à sociedade, de terminar esta obra dentro do prazo estabelecido, essa era uma das metas do governo (...) Então, o acionista público pressionava pela conclusão da obra e o privado se sentia forçado a ir à obra de qualquer forma por conta dessa pressão pública. (...) eu não tinha voz nenhuma, ação nenhuma, eu era o diretor ali, mas de toda aquela parte de baixo da estrutura, da parte estratégica não tava comigo. Então, eu mesmo fui contra continuar a obra em determinados momentos e externei isso aos acionistas na época. Porque eu achava que enquanto não fossem observadas as questões ambientais que estavam latentes lá no MP e tal, a gente deveria parar, refletir e, se fosse o caso, até devolver a concessão pra ANEEL e assumir os prejuízos. É fácil pra mim falar assim de um prejuízo, de um dinheiro que não é meu (risos). Mas eu achava que era o caminho e eu ainda continuo achando, até hoje eu acho a mesma coisa, a usina tá pronta, tá gerando e eu continuo achando que era eu que tava certo lá naquela época. Ninguém me convenceu do contrário. Eu acho até que não abandonaria a obra, mas eu acho que pararia, faria todo o estudo com toda a pressão que ia haver nesse momento, porque havia uma pressão enorme em cima do empreendedor, da direção da empresa, para que continuasse, mas eu pararia e chegaria aos órgãos governamentais e falaria “Olha, tá aqui uma obra que me venderam, eu comprei de boa-fé isso aqui e olha o tamanho dessa encrenca aqui que eu não sabia.” Entendeu? Vamos dar uma solução pra isso aqui agora, senão tá parado e dali não sai. E os acionistas, pela pressão governamental, ele faz, tem que fazer, faltando energia, tinha saído o Apagão, tinha todo um... Quer dizer, a pressão não era só estadual, era federal também: governo Lula também, FHC, Lula, já não me lembro mais quem era. Mas era uma coisa, foi uma pressão... “Não, pode tocar, porque a justiça vai dar ganho”. E realmente deu, mas a um custo financeiro brutal. Então eu hoje eu vejo aí questionamentos dessa natureza: por quê que essa usina ficou tão cara? É muito simples, cara, vai lá, pegue quantas vezes essa usina parou, pegue a época que o MP mandou parar ela na 810 e a água quase levou a barragem.... (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

Conforme previsto pelos acionistas, realmente a justiça deu “ganho de causa” à CCSA, que recorreu da Ação Cautelar baseada em um estudo encomendado pela empresa sobre a pressão que o barramento estava suportando. As chuvas não paravam.

Se continuasse chovendo daquele jeito, ia rolar a barragem. Ia rolar barragem, meu amigo, e ia inundar cidade, ia levar linha de transmissão, ponte, estrada, o “diabo à quatro” aí pra baixo. A tal [cidade] de Pires do Rio que é na beira do rio lá, ia inundar todinha. E se Corumbá I não amortecesse a água, rodava Corumbá I também e ia começar a rodar barragem por barragem em cascata. Ia ser uma tragédia nacional, mundial, isso ia até Itaipu, se não levasse Itaipu. Um negócio absurdo, foi uma mobilização monstruosa...

Porque o MP mandou parar no 810, por quê? Porque não atendeu lá o não sei o quê, ou porque não chamou os antropólogos pra fazer os estudos... Enfim, tudo decorrente daquela primeira ação, porque aquela ação foi crescendo... Atendeu o esgoto aqui de Brasília... “Ah, atendeu o esgoto, mas não atendeu a árvore lá do Zezinho da casa tal, da igreja, aquela igreja lá independente...” (Ex-diretor financeiro da CCSA em entrevista ao autor em 30 de maio de 2007).

Derrotados no tribunal, IBAMA e MP decidem articular um novo instrumento: a Retificação da Licença de Instalação – RLI. Mais uma vez, as demandas referentes ao meio antrópico eram centrais. Tendo em vista que a concessionária não estava mais disposta – e não poderia, do ponto de vista financeiro – a paralisar a obra por meio de ações na justiça, foi

contratado um grupo de consultores que seriam responsáveis por articular a resolução dos problemas. Apoiados por um dos criadores do IBAMA, esse grupo entrou em contato com diversas ONGs ambientalistas, procurando por antropólogos que aceitassem realizar a pesquisa exigida no TAC, na Ação Cautelar e na RLI. Encontraram algum tempo depois.

Eu estava no meio de uma aula de etnologia extra-continental quando o telefone tocou. Displicente, saí para atender, era um colega da FUNATURA, ONG ambientalista do DF a quem eu havia prestado um serviço anteriormente. Ele disse que tinha dois senhores procurando antropólogos para fazer um trabalho que atendesse às solicitações do IBAMA no licenciamento ambiental da UHE Corumbá IV. Marcamos uma reunião para o dia seguinte.

Ao chegar, fui apresentado aos dois senhores, eles eram da empresa que prestava consultoria à CCSA. Depois de colocarem o problema que queriam resolver, demonstraram pouco conhecer a demanda em si, mas o objetivo central de “conseguir a LO” era explícito. Falei para eles que os antropólogos em geral não compartilham dos mesmos objetivos do desenvolvimentismo e que a demanda não estava bem caracterizada, por isso, não poderia afirmar nada quanto ao caso. Sugeri uma reunião para o dia seguinte, pois naquele final de tarde eu iria ao IBAMA “tomar pé” da situação.

Ao chegar lá, fui recebido pela técnica responsável pela questão antrópica do licenciamento da UHE Corumbá IV, que me disponibilizou pareceres sobre o caso da CCSA e, o que era mais importante, o TAC e Partes da Ação Cautelar.

Corri para casa, bastante interessado na demanda, afinal, até então eu não tinha avançado muito na elaboração de um objeto de estudos para o mestrado²¹. Aqueles documentos, além de representarem uma demanda que claramente poderia me subsidiar uma dissertação defensável, poderia também me proporcionar uma interessante e desafiadora experiência profissional. Liguei para dois amigos. – *E aí, vamos fazer uma proposta de projeto de pesquisa?* Aceitaram. Passamos a noite elaborando uma pequena matriz lógica e um texto que deixava claro aos dois senhores que me procuraram qual era a demanda sociocultural e econômica do IBAMA e o que pretendíamos.

No dia seguinte, nos encontramos e apresentei a proposta. Disse que uma pesquisa como a solicitada jamais poderia ser realizada em quatro meses, como eles queriam, sendo necessário pelo menos um ano²². Informei ainda que seria necessário montar uma equipe e que ela deveria ter autonomia para identificar os impactos causados pela usina. O tentame de meu argumento era assegurar que os preceitos críticos e reflexivos da antropologia não encontrassem obstáculos advindos da concessionária que, seguramente, não iria ficar satisfeita com alguns resultados aos quais chegaríamos²³. Alguns dias se passaram, quando recebi outra ligação dos consultores, que aceitaram a proposta. Deveríamos elaborar um projeto de pesquisa consistente que seria

apresentado ao IBAMA pela CCSA. Desde então, eu e meus colegas nos reuníamos diariamente para pensar o projeto de pesquisa e a formação da equipe. Nenhum de nós havia trabalhado com hidrelétricas anteriormente, mas pretendíamos realizar uma pesquisa à altura da demanda do TAC, LI, RLI e Ação Cautelar.

Mediante visitas técnicas, IBAMA e Ministério Público constataram que as exigências da RLI não tinham sido cumpridas²⁴, motivando o enquadramento da CCSA na lei de crimes ambientais. Isso não foi suficiente para que novas vistorias relatassem a permanência dos problemas.

Os empresários e investidores precisavam da LO não apenas para começar a lucrar com a compra e venda de energia, mas também porque o contrato firmado entre a concessionária e a ANEEL estava atrasado. A ANEEL pressionava a CCSA para gerar energia no início de 2005, o que não foi possível em função do descumprimento das exigências da LI, da RLI e do TAC, inviabilizando a liberação da LO. A concessionária estava obrigada, por força contratual, a comprar energia de outras empresas hidrelétricas e repassar ao Estado, até que pudesse, ela própria, fazê-lo. Esse era o cenário que justificava uma reunião entre MME/ANEEL, MMA/IBAMA e CCSA para resolver os impasses e onde eu deveria participar como o mais novo consultor da CCSA.

Na reunião, fui convidado a falar do projeto. Aproveitei para reafirmar a necessidade de autonomia da pesquisa e que, mesmo se o órgão licenciador decidisse liberar a LO, o resultado final da pesquisa poderia testemunhar contra a operação do “empreendimento”. Ingênuo e neófito no assunto, eu não percebia a constância do protelamento das questões sociais, sempre empurradas para a fase de operação.

Ao longo da elaboração do projeto de pesquisa, fui tomando conhecimento de outros documentos, que consumavam a demanda dos órgãos licenciador e jurídico. Algumas categorias de impactos já estavam preestabelecidas, das quais três, como demonstrei, são mais significativas: a necessidade de resguardar o residente produtivo em terras que aguardavam resolução de inventário, o que ficou conhecido como “casos de espólio”; reassentar, indenizar ou criar outras medidas para as propriedades menores que o módulo rural, categoria que define o tamanho mínimo da propriedade rural por município; e retirar casas e benfeitorias que estavam presentes na futura APP.

O projeto de pesquisa entregue deveria ser viável à concessionária, atender às solicitações dos órgãos competentes, respeitando as categorias de impactos emergentes no licenciamento e ter qualidade antropológica. Esses eram os principais desafios. Sua proposta metodológica anunciava instrumentos – utilizados em maior ou menor grau – da antropologia: observação participante, entrevistas semi-estruturadas, grupos focais, entre outros.

Algumas semanas depois de apresentarmos o projeto, o IBAMA se pronunciou.

o projeto apresentado e a metodologia proposta foi conformada às novas exigências. Neste sentido, é de nota o esforço de apreensão da cultura local apresentado pelo Projeto, somada a particularização da demanda solicitada pelo IBAMA (IBAMA, 2005).

Mauss nos ensinou que a dádiva pode ser presente ou veneno. Por mais que a posição do IBAMA fosse favorável ao projeto, sua aprovação permitiu que a CCSA e o IBAMA negociassem a LO, emitida em dezembro de 2005, condicionando sua renovação à elaboração do Diagnóstico. Ao saber da notícia, ficamos preocupados com a euforia e a visão que temporariamente os empresários construíram da equipe. Não importava à concessionária o conteúdo do projeto de pesquisa, mas única e exclusivamente o “sucesso” da liberação da LO.

À medida que o tempo “trabalhava” e novas responsabilidades institucionais substituíam as antigas, a CCSA começou a se preocupar com a “gestão” de sua licença. Os condicionantes deveriam ser cumpridos e boa parte deles estavam em nossas mãos. O Ministério Público, por sua vez, rompeu a aliança com o IBAMA, pois considerava, assim como nós e alguns técnicos do próprio IBAMA, que a LO não deveria ser emitida sem que as pendências tivessem sido resolvidas, o que incluía a apresentação do Diagnóstico e sua execução²⁵. Isso poderia demorar mais de cinco anos, forçando, quem sabe, a desistência do consórcio na usina, que se tornaria inviável aos investidores. Os administradores políticos do IBAMA, por outro lado, liberaram a LO, pois acreditavam que essa era a única forma de pressionar para que alguns passivos socioambientais fossem resgatados e porque havia uma forte pressão do MME para que a hidrelétrica fosse legalizada.

Produzir fatos antropológicos no ambiente de consultoria-laudo como o exposto implicou, aos olhos do “empreendedor”, gerenciar a LO; aos olhos do Ministério Público, permitir a precoce liberação da LO; e aos olhos do IBAMA a possibilidade de responder às pressões do setor elétrico estatal e ainda resgatar alguns passivos socioculturais e econômicos. A força das alegações do projeto de pesquisa amarrava na rede todos esses elementos e interesses que representavam *provas de força* (Latour, 2000). Era preciso controlar minimamente os desdobramentos das alegações dos demais atores do licenciamento, o que significava controlar as interpretações e usos das mesmas. Mais do que nunca, estava evidente para nós o que poderia acontecer com o produto da pesquisa: colocar em suspeita a credibilidade dos antropólogos que realizaram a pesquisa, o próprio conhecimento antropológico, seu rigor conceitual, além da própria comunidade científica da antropologia (Leite, 2005: 16). A cilada que víamos se desenhar, caso não pudéssemos controlar os resultados da pesquisa pela validação do uso do método antropológico, demandava estratégias de ação.

Sería deseable que cualquier proyecto de desarrollo (que tenga o no antropólogos/as trabajando en la gestión del mismo) tenga otro equipo de antropólogos/as analizando desde afuera sin constreñimientos o apremios (Colmegna, 2005: 182).

Como agora me parece mais ou menos explícito, a questão que estava posta não era se o conhecimento a ser produzido no Diagnóstico era antropológico, mas se seria possível produzir tal sorte de conhecimento, dado o contexto apresentado. Ele se torna ainda mais dramático para o pesquisador, na medida que o licenciamento ambiental não apresenta detalhamento dos procedimentos a serem adotados sobre o fator antrópico, deixando a cargo de cada licenciamento particular as estratégias para assegurar que os impactos sejam conhecidos e dimensionados. Nesse caso, convencer os atores da rede do licenciamento e controlar os resultados do trabalho é uma tarefa árdua e diferente dos casos em que a legislação estabelece passo a passo a metodologia e as etapas de ação do antropólogo, como na demarcação de terras indígenas e quilombolas²⁶.

Se para o “empreendedor” a motivação para contratação da equipe nada tinha a ver com o conteúdo da pesquisa, o mesmo não ocorria com o IBAMA e Ministério Público. Fato é que os dois órgãos viam no TAC uma espécie de termo de referência do trabalho solicitado. Não era dado que as categorias de atingidos e impactos sugeridas no licenciamento deveriam ser colocadas à prova. Entretanto, a etnografia, relativamente livre para apontar seus próprios rumos (L. Cardoso de Oliveira, 2004: 33-45) guarda consigo a possibilidade/necessidade de reflexão crítica sobre categorias impostas de fora às populações pesquisadas. Está implícito na contradição da rede do licenciamento²⁷ um dos grandes desafios para a prática etnográfica em meios não-acadêmicos: a alteridade conceitual.

A colocação da alteridade conceitual como uma questão significativa para apontar os desafios de produzir dados antropológicos em meio não-acadêmico remete tanto a um problema de tradução das categorias nativas propriamente ditas como à deliberada e intencional desconsideração de suas demandas; nos dois casos, a exclusão da voz dos atingidos é latente, como tenho demonstrado até aqui.

Povoar o mundo com mentes “irracionais” é a condição primordial para a expansão de qualquer *rede* de produção de fatos²⁸. Isso é necessário para que a ciência seja entendida como necessária pelos atores “de fora” da rede²⁹, é a condição mesma da ciência³⁰.

Na *rede* do licenciamento da UHE Corumbá IV, os processos de decisão quanto à obra e categorias de impacto passaram ao largo dos conhecimentos e demandas políticas dos próprios atingidos. Nosso interesse, na condição de atores dessa *rede*, era promover a participação dos atingidos nos momentos de decisão que ocorrerão frequentemente nos assuntos de gestão do território do entorno do reservatório, invertendo a irracionalidade a eles atribuída. Isso implicava demonstrar aos órgãos licenciador e jurídico, bem como aos empresários, sua ignorância quanto

às categorias nativas sobre o impacto. Nesse sentido, o movimento que seria necessário fazer era demonstrar que os demais atores não estavam adequadamente inseridos na *rede*³¹. O desafio de assegurar autonomia, inserir as demandas dos atingidos a partir de seus critérios – ou de nossas interpretações desses critérios –, bem como garantir a execução dos programas que pretendíamos elaborar, exigiram um trabalho árduo de convencimento do quarto presidente da CCSA e toda sua equipe, o que, como veremos, foi “por água abaixo” nos momentos posteriores à liberação da LO.

4.5. Despistando custos para mitigação e/ou compensação de impactos socioculturais e econômicos: a transição gerencial da Corumbá Concessões S.A. e os problemas “pós-operatórios” do licenciamento

Após a liberação da LO, os empresários trataram de zelar para que as condicionantes fossem cumpridas. Isso envolvia o controle das ações da equipe que iniciava o *survey* para, então, programar com mais profundidade a pesquisa de campo. Ao mesmo tempo em que cuidava da pesquisa propriamente dita, eu tinha que contrapor o controle intentado pela empresa. A dificuldade em abrir espaço para que a pesquisa ocorresse sem interferências significativas dos empresários e investidores se originou no “problema estrutural” desse tipo de trabalho antropológico.

Ocorre que a pesquisa, apesar de demandada pelo Estado, via MP e IBAMA, era paga pela CCSA. Esse problema remete à privatização do SE e se assemelha às questões já trabalhadas neste capítulo, quando da elaboração de EIAs/RIMAs. O fato é que o Estado não é capaz – ou se abstém – de pagar pelas demandas que produz no licenciamento e, sendo essas demandas instrumentos que objetivam pressionar os empresários para a realização de ações de mitigação e/ou compensação de impactos, toda a responsabilidade de mediação com a concessionária para questões pragmáticas, metodológicas e políticas recai sobre os antropólogos. Além disso, vale salientar, a Associação Brasileira de Antropologia, historicamente, não se interessou pela regulamentação da profissão – aos moldes, por exemplo, da OAB ou CREAs –, sendo, até hoje, uma associação prioritariamente acadêmica. Dessa forma, não havia qualquer mecanismo eficaz de defesa do trabalho antropológico no momento de realização do Diagnóstico.

É nesse contexto que o quarto presidente da CCSA impôs à equipe que realizasse duas reuniões semanais para acompanhar os trabalhos. Isso implicou diversos problemas, principalmente porque era o momento de realização do *survey* e boa parte da equipe estava em campo. O grupo que ficava em Brasília não tinha muitas informações sobre o que estava

ocorrendo. A CCSA tentava insistentemente antecipar as demandas do Diagnóstico que mal começara a ser realizado, mas, com o tempo e algumas reuniões, conseguimos elucidar a natureza artesanal do trabalho antropológico, sempre resguardado, pelo menos, pelo TAC e demais documentos.

Ao longo da pesquisa, demandas foram aparecendo, algumas delas emergenciais. Nesse contexto, “descobrimos” que, por um erro crasso de medição, a ponte do Rio do Ouro não estava prevista para ser inundada; ao chegar em campo, alguns “proprietários” andavam de canoa sobre ela. Além disso, verificamos que muitas cercas não haviam sido reconstruídas pela CCSA, obrigando alguns “proprietários” a ficarem permanentemente vigilantes quanto ao gado que poderia escapar. Problemas emergenciais como esses eram imediatamente encaminhados à CCSA, que os resolvia a seu tempo. A ponte foi reconstruída em pouco tempo, assim como algumas das cercas. Outras demoraram mais, mas acabaram sendo feitas.

As reuniões semanais já estavam insuportáveis, pois nada poderia ser dito sobre demandas que não eram emergenciais. Questões sobre organização territorial, produtiva, parentesco, etc. ainda estavam sendo levantadas e as reuniões atrapalhavam minhas idas a campo para auxiliar os colegas que lá estavam instalados. Com o tempo, consegui convencer os empresários que as reuniões não faziam qualquer sentido para nossa equipe, e fomos “dispensados” de participar delas.

Entretanto, as intromissões a cada constatação que fazíamos continuaram. Quando verificamos que os atingidos de Pinguela atribuíam à CCSA a ausência de energia elétrica na escola³², o ex-diretor financeiro se reuniu comigo e tentou demonstrar que o problema nada tinha a ver com a CCSA, sendo questão a ser resolvida pelas Centrais Elétricas de Goiás – CELG. Em resposta, afirmei ao ex-diretor que nosso trabalho não era de advogado, não estávamos buscando exatamente os responsáveis pelo problema da energia na escola, mas sim as percepções dos atingidos sobre *seus* problemas. Julgar seria tarefa do MP ou IBAMA, a nós caberia informá-los de como a CCSA e o reservatório é significado pelos atingidos.

Praticamente todos os dias o ex-diretor me procurava para intervir ou saber notícias sobre o que estávamos “descobrimo” em campo. Eu repassava as informações que julgava necessárias e, sempre, ele questionava sua veracidade. Minha resposta era sempre a mesma: *estamos em busca de percepções “nativas” e não de provas jurídicas*. Obviamente, no entanto, nosso interesse era produzir um laudo que pudesse instrumentalizar o MP e o IBAMA para atuarem. No entanto, o processo de pesquisa não levava em conta esse objetivo como fator metodológico. Por vezes, o quarto presidente e o ex-diretor me chamavam em suas salas e afirmavam que o que estávamos escrevendo não eram fatos, mas versões e, segundo eles, um trabalho baseado em versões não poderia ser científico. Seu principal receio era quanto ao processo de negociação de

terras. Eles temiam, com razão, que a pesquisa descaracterizasse a cientificidade que escondia os escândalos dos termos negociais utilizados pela empresa. O resultado poderia ser catastrófico para os investidores: ter que indenizar mais uma vez os atingidos.

Após os primeiros meses de pesquisa, eu soube, em conversas com colegas da Katakumba, que o MP iria contratar um antropólogo para realizar um contra-laudo do nosso trabalho, sem que a pesquisa tivesse concluída. Uma vez que a situação com a CCSA estava insuportável, utilizei-me dessa informação para trasladar os interesses da pesquisa, assegurando minha relativa liberdade para ir a campo e realizar meu trabalho de coordenação. Solicitei em sentido de urgência a contratação de um especialista que pudesse avaliar o projeto e sua execução “de fora”, mas que acompanhasse a realização da pesquisa e os obstáculos que enfrentávamos a cada dia, e não simplesmente a avaliasse como “produto final”. Após muitas tentativas de convencer os empresários a gastar mais um pouco de recursos com a “desinteressante” questão sociocultural e econômica, consegui êxito. Foi contratada uma consultora que, a partir de então, orientou criticamente o trabalho para que a pesquisa pudesse ser finalizada com a máxima vigilância metodológica possível. Enquanto ela nos auxiliava a elaborar um bom trabalho de antropologia em meio não-acadêmico, eu ocupava as mesas de reunião com os demais atores da rede, tentando “gerenciar” o comportamento alheio em função do interesse primeiro dos fatos que estávamos construindo: que eles fossem dignos de uma experiência etnográfica crítica, independente e reflexiva. Desde então, consegui algum espaço para ir a campo com mais frequência.

Como ficará claro no próximo capítulo, as categorias emergentes no licenciamento não são suficientes para dimensionar os impactos causados. Era preciso reformulá-las, e isso exigia que convencêssemos IBAMA e Ministério Público da inadequação de noções que eles próprios sugeriram. Além disso, o Diagnóstico era esperado pelas prefeituras que elaboravam seus respectivos PDOTs municipais e pela WALM, que havia encaminhado a proposta de PACUERA que não fora avaliada pelo IBAMA, pois este considerava que era necessário incorporar os resultados do Diagnóstico no Plano. Quanto à CCSA, a vigilância, sempre presente, remetia à possibilidade de este solicitar modificações no Diagnóstico de maneira a descaracterizar os males inadjetiváveis causados aos atingidos. Para a CCSA, custos sociais só se justificam mediante lei ou incentivos fiscais e, nesse caso, as “*masturbações sociológicas*”, como disse o atual presidente da empresa, *não têm qualquer validade*.

O lugar que ocupávamos no licenciamento era, portanto, de desconfiança de todos os lados. A CCSA desconfiava dos dados, acreditando que eles pudessem atentar contra seu processo de negociação de terras, as equipes de meio ambiente contratadas pela empresa também temiam os resultados da pesquisa, principalmente após duras críticas que fizemos à WALM e à

FEINDT, que até então cuidavam da gestão ambiental da empresa. O MP desconfiava da possibilidade de intervenção da CCSA nos resultados da pesquisa e mesmo da nossa capacidade em realizar o pleito. O IBAMA, que mantinha relações tensas com o MP desde a liberação da LO, pressionava-nos a entregar o trabalho com boa qualidade, pois, caso contrário, ficaria atestado que o MP tinha razão nas controvérsias como IBAMA.

Apesar disso, a maior força que legitimava a pesquisa era a confiança que conquistamos dos atingidos. Jamais qualquer pessoa “de fora”, da CCSA, havia chegado em suas casas, tomado café muitas vezes, conversado e, o que para eles parecia o mais importante, ficado com eles, morando em suas comunidades e povoados por tanto tempo, interessando-se pelas histórias de família, pela forma que plantam mandioca ou milho. Em um evento que realizamos em Pontezinha o presidente da Associação disse:

Nesse momento, o Guilherme me convidou para nós realizar a Festa das Fotos, ele tá aqui preparado para receber aqui suas fotos, suas histórias. Então, essa equipe é a equipe de elaboração do Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos dos Atingidos pela Corumbá IV. Então, esse é um momento que vai ficar aqui para nós como uma história, desse tempo que vocês passaram aqui... e, ao vocês chegar aqui, a gente tava até brincando ontem, a gente achou que chegou aqui um qualquer, que a gente teve até medo de recebê-los, pensando assim que podia ser um explorador a mais aqui na região, né, quando a coisa funcionou totalmente diferente. Eu agradeço novamente as pessoas em receber essa equipe e hoje nós estamos com uma equipe amiga e que o trabalho deles vai também trazer êxito para as nossas propostas. (...) Outra coisa que a gente quer pedir a vocês que estão nos visitando é desculpa pelo nosso modo. A gente é muito pacato, é muito simples, né, Rosa?!?! Mas eu vejo vocês não é rebaixar as suas categorias, mas a humildade de vocês faz com que a gente aproxime de vocês do jeito que a gente é. E vocês têm recebido a gente assim como nós somos também. Eu acho que a humildade de vocês com a nossa simplicidade fez com que a gente chegasse aonde chegamos. Temos aprendido muito com vocês e creio que vocês têm aprendido alguma coisa conosco também (...) (Ex-presidente da Associação dos Produtores Rurais de Pontezinha – CORPO, em discurso na festa de encerramento da pesquisa de elaboração do Diagnóstico. Fala constante no Filme “Às Margens”).

O IBAMA realizou duas vitórias no período da pesquisa e os atingidos informaram seus técnicos sobre o nosso trabalho. Ouviram muitos elogios, disseram que a gente deveria ter chegado antes, desde o começo da hidrelétrica. Nessas visitas, os atingidos também reclamavam aos técnicos do IBAMA o fato de terem que sair da APP, o que víamos como bom resultado da pesquisa. Até então, todos os problemas ligados à APP eram vistos como impostos pela CCSA, e não pelo Estado.

Outras vezes, o quarto presidente da CCSA recebia cartas dos atingidos falando que não sabiam das coisas que estavam acontecendo em Brasília e que nossa chegada os informou. Muitas demandas foram elaboradas por eles e encaminhadas diretamente à CCSA ou ao IBAMA, sempre relativas à indenização mal feita ou às questões referentes à cessão de uso da APP.

Nesse contexto, a equipe conseguia se legitimar diante dos órgãos e demais atores, mesmo em face de sua desconfiança. Além disso, conseguimos alguns avanços nas concepções de atingidos e direitos dos “empreendedores”, como afirmou o ex-diretor financeiro da

empresa, quando perguntei sobre direito de readequação produtiva, direito ao trabalho, à terra, etc.: – *Olha, Guilherme, isso apareceu com vocês. Antes não existia isso (...) se tem que fazer, tem que fazer e pronto.*

Após dois momentos iniciais de *survey*, quatro pesquisadores foram dispensados da equipe por impropriedades em campo e porque os textos por eles produzidos não eram satisfatórios aos intentos da pesquisa. Nesse momento, o quarto presidente era demitido pelos acionistas. O argumento para tanto era que ele teria um perfil de “construção” e, naquele momento, se fazia necessário alguém capaz de gerenciar a empresa para o cumprimento das demandas ambientais. Isso ocorreu alguns meses depois do antigo presidente ter demitido a FEINDT e contratado a empresa Mais Verde para gerenciar as demandas.

Dessa forma, todo o trabalho de convencimento que fizemos com o antiga gerência foi perdido. A apresentação do novo e atual presidente da empresa não deixava dúvidas disso. Ao chegar na sala reservada para a equipe – que ficava do lado de fora do prédio da CCSA –, ele disse: – *Olá, meninos, estou aqui para me apresentar e para dizer que estamos juntos para demonstrar para a sociedade que a Corumbá IV é uma dádiva para o Centro-Oeste!*

Desde então tudo teve que ser reconquistado. O presidente considerava a equipe simplesmente como sua empregada, pois ele não tinha a visão do processo que a empresa havia passado até aquele momento. A nova gerente ambiental, por seu turno, atropelava as ações que havíamos iniciado. Exemplo disso é que, logo que chegou, ela procurou locais onde se pudesse instalar um viveiro industrial para realizar a revegetação da APP, quando nossa proposta era que os viveiros fossem pequenos e instalados nas comunidades, os viveiristas seriam das comunidades e, após a revegetação, toda infra-estrutura seria repassada a eles para que pudessem ter mais uma fonte de renda. Além disso, incluímos na proposta de viveiros mudas de árvores frutíferas para recompor os pomares perdidos. Tivemos diversos embates com a gerente ambiental, que a todo momento procurava deslegitimar o trabalho com o presidente da empresa, IBAMA e MP. Com o primeiro, conseguiu êxito, com os demais, nem tanto.

As primeiras ações do presidente foram cortar equipamentos de campo, fundamentais para que terminássemos a tempo o Diagnóstico. A pesquisa ficou parada por algumas semanas até que conseguimos convencê-lo da necessidade de carros, gasolina e outros.

A mudança no gerenciamento da CCSA conduziu a empresa a uma sensação que começava “do zero”. Todo o processo foi perdido e os elementos que estavam ligados anteriormente à *máquina* foram desligados. Novos elementos passaram a compô-la de maneira que as relações entre uns e outros se perdessem. Assim, muitas das demandas já legitimadas pelos antigos diretores e presidente foram descartadas objetivamente pelo atual, mesmo que continuassem constando no Diagnóstico. Segundo o presidente, *ninguém pode me obrigar a*

fazer o que vocês estão falando pra fazer, principalmente porque eu não tenho dinheiro, a Corumbá é uma empresa pobre.

Essa ironia permeou todas as relações com o “empreendedor” na segunda metade de realização da pesquisa. Foi um período muito tenso para todos que realizavam o trabalho. Tendo em vista as dificuldades, tive que reformular as estratégias de ação. O campo etnográfico tinha terminado e nos restava a tarefa de formatar o projeto e entregá-lo. Mas decidi colocar a equipe novamente em campo. Dessa vez, iríamos estimular os atingidos a escreverem cartas de próprio punho – ou dos punhos de seus filhos, nos casos dos atingidos analfabetos ou semi-alfabetizados. A estratégia era, agora sim, produzir provas escritas sobre a visão dos atingidos sobre os processos de negociação e sobre a necessidade de saírem da APP. Apesar da resistência dos colegas da equipe, após algumas conversas, ficamos convencidos de que era fundamental “colocar” os atingidos no MP e IBAMA diretamente. Mais de cem cartas foram elaboradas e encaminhadas junto com um parecer individual dos casos, elaborado pelos pesquisadores que realizaram as respectivas visitas de campo.

O Diagnóstico foi entregue no início de 2007. Pairava sobre a equipe de elaboração a incerteza sobre o que fariam do nosso “produto”. Que conseqüências ele poderia desencadear, já que todos os atores interessados no Diagnóstico se utilizariam dele para proveitos diferentes dos nossos (que se resumiam no resgate de passivos de impactos causados pela barragem física – o reservatório – e seus desdobramentos jurídico-administrativos, como a criação da APP, a necessidade de operação do conceito de propriedade, da criação de instrumentos de gestão do território, como o PACUERA e os PDOTs municipais)? Inicialmente, não saberíamos responder, mas o momento final após a entrega do trabalho, por onde iniciei a introdução deste trabalho, deixou tudo muito claro.

Visando esclarecer o Diagnóstico, a CCSA exigiu que a equipe apresentasse o trabalho para a empresa minuciosamente. Fizemos isso antes de fechar a revisão e elaborar as matrizes lógicas e cronogramas dos programas, mas, não satisfeitos, eles marcaram uma reunião com o IBAMA³³. O trabalho entregue era composto de onze volumes, aproximadamente 2.500 páginas de etnografia, programas de ação e esclarecimentos metodológicos.

A reunião exemplificava um dos problemas estruturais do licenciamento. O IBAMA não conseguira ler o Diagnóstico até hoje, menos ainda naquela data³⁴. O mesmo ocorre com o MP. Sete meses após sua entrega, o Estado não foi capaz de se posicionar diante das demandas, o que abriu espaço para que o “empreendedor” se organizasse para simplesmente ignorar o Diagnóstico. Mais que simplesmente apresentar o trabalho ao órgão licenciador, a reunião poderia contribuir para que o IBAMA não lesse o Diagnóstico, já que as informações poderiam ser passadas diretamente. Atualmente, todas as ações programadas estão sendo desconsideradas ou modificadas pela empresa. Tendo em vista que os programas sugeridos foram construídos junto com os

atingidos em mais de 30 oficinas e quase sete meses de pesquisa de campo, o descaso com seu conteúdo é, em verdade, um descaso com os atingidos. A estratégia adotada pelos empresários do capital investido na bacia do Corumbá para legitimar suas ações foi recontratar os pesquisadores que saíram da equipe, dando aos atingidos a sensação de que não somente a equipe que executará os programas é a mesma, mas também de que eles continuam intactos.

Essas estratégias são possíveis por duas razões mais ou menos previsíveis e regulares no licenciamento ambiental de hidrelétricas: primeiro, porque o Estado não tem quadros técnicos quantitativamente suficientes para triar e analisar as demandas que ele próprio produz. A extensão do trabalho entregue corresponde à extensão dos problemas causados pela CCSA e, fundamentalmente, à complexidade social do entorno do lago. Assim, as inúmeras demandas para lidar com licenciamentos ambientais por todo o país sobrecarrega os técnicos do meio antrópico, que são poucos (Barbosa, 2001).

Outro fator, decorrente do primeiro, é que, na fase de operação, os “holofotes” políticos da questão energética x socioambiental estão voltados para obras em fase de estudos ou de instalação. Atualmente, as hidrelétricas do Rio Madeira tomam todo o tempo de trabalho dos técnicos do IBAMA, não havendo disponibilidade para análise do caso Corumbá IV e outras hidrelétricas em fase de operação.

Como demonstrei, há uma certa regularidade no licenciamento ambiental da UHE Corumbá IV de jogar para a fase de operação as demandas socioculturais e econômicas. Acredito que tal regularidade não remeta apenas à hidrelétrica em causa, mas ao próprio licenciamento ambiental de hidrelétricas. Como sugeri anteriormente, tal generalização seria possível se tomássemos não as motivações das ações dos atores do licenciamento como questão a ser generalizada, mas as próprias conseqüências inesperadas dessas ações. Ficou explícito que são exatamente essas conseqüências que fazem do caso uma regra “enunciável”.

A tentativa do IBAMA e MP em pressionar a CCSA teve como conseqüências a própria intensificação de impactos e, com isso, impossibilitou a mobilização para o enfrentamento dos problemas preexistentes. Foi assim com as indenizações, que tiveram que ser rapidamente negociadas em função das exigências dos órgãos. Foi assim também com a CCSA e sua agência financiadora, que vetou o desembolso de recursos em função das ações do MP contra a CCSA, e assim também com a equipe de elaboração do Diagnóstico, submetida às trocas de gerenciamento da empresa. Dessa forma, Corumbá IV representa um fractal do funcionamento do licenciamento ambiental, guardando suas principais regularidades, dentro de limites particulares nos quais as tramas se desenrolam.

Meses depois da liberação da licença de operação, prevaleceu a sensação de que a CCSA é uma empresa em formação, que nada havia acontecido até então³⁵. Os resultados dos *outputs* do licenciamento mantêm intactos os valores morais inseridos nos *inputs*. A forma de significar impactos e direitos continua atribuindo a eles uma característica de substância e não de processo. A partir disso, é promovida uma dissipação das responsabilidades sobre o impacto por parte do capital e seus operadores que as atribui a outros atores da rede. Os impactos são vistos como “findáveis”, algo que pode e deve acabar a partir de intervenções baseadas no discurso científico.

Olha, eu acho que as demandas sociais elas devem ser tratadas desde o início, porque quando o empreendimento entrar em operação elas já estão sanadas. Agora, o momento histórico de cada empreendimento, ele não é similar a todos os momentos dos outros empreendimentos (Presidente da CCSA em entrevista ao autor em 31 de maio de 2007).

Por outro lado, devemos considerar que os próprios atingidos modificam suas perspectivas ao longo das relações que travam com a CCSA e suas equipes técnicas, bem como as do IBAMA e MP. Nesse sentido, novas controvérsias poderão aparecer, cabe estarmos atentos para verificar se elas serão fortes o suficiente para modificar o funcionamento da *máquina*. O fato é que, após anos de interação com a obra, os atingidos detêm maior conhecimento sobre o que é uma empresa, o que é o licenciamento ambiental e, por isso, podem elaborar estratégias com alguma chance de sucesso. Isso só será possível se o Estado voltar seus olhos para a fase de operação de hidrelétricas e somar forças junto aos atingidos. Isso implica descer alguns degraus na assimetria de poder e realmente proporcionar uma visão crítica sobre suas ações, adequando-as à sua responsabilidade moral: assegurar a simetria discursiva nas arenas argumentativas em que é debatido o que são, como e onde são produzidos impactos socioculturais e econômicos de hidrelétricas e quais direitos devem compor a identidade oficial de atingido por barragens.

CAPÍTULO 5

Resgatando o que cai: a incomensurabilidade desatenta da *rede* do licenciamento ambiental

*O exercício da mentira
faz-nos lúcidos, divinos;
torna os animais humanos
e torna os deuses caninos.*

*O exercício da mentira
(por que tamanha maldade?)
concedeu-nos – que loucura! –
o exercício da verdade.
("Amálgama", Roberval Pereyr)*

"E se vós não mais perseguis este fim, se o mononaturalismo, junto ao multiculturalismo, vos parece uma impostura, se verdadeiramente não ousais mais serdes modernos, se verdadeiramente a antiga forma de futuro não tem mais futuro, então não será preciso reconsiderar os termos veneráveis da democracia? (...) Que risco corremos em tentar uma política sem natureza?" (Bruno Latour, Políticas da Natureza, 2004: 368)

A *rede* só enxerga aquilo que pode controlar¹, por isso só consegue excluir dos processos políticos de definição, sobre o que são impactos e quais os direitos dos atingidos, demandas inteligíveis. A condição da incomensurabilidade entre universos simbólicos em interação, entretanto, estimula-nos a conceber que muitas outras exclusões ocorrem, mesmo sendo ignoradas pelos atores dominantes da *rede* do licenciamento. Se é verdade que muitas delas serão sempre ignoradas, porque a incomensurabilidade não é algo que se vença facilmente, é possível que, ao inserir diferentes pontos de vista, marcadamente o olhar antropológico, muitas questões que caem pelas malhas da *rede* sejam resgatadas.

Não quero dizer com isso que o olhar antropológico está livre dos problemas de tradução, aliás, parece justamente o contrário. Quando estamos diante da necessidade ou simplesmente da vontade de entender os mundos dos outros, partimos para o "contato" com muitas dúvidas. Certeza não se pode alimentar sem que, durante a interação, qualquer formulação anterior cause a sensação de trabalho parcialmente perdido. Quando os mundos se encontram é porque pessoas se encontraram. Nem os mundos, nem as pessoas suportam, na vida vivida, uma realidade coerente e una. Por serem complexas e singularmente caóticas², as pessoas, como os mundos expressos pelas suas realizações, são pontos de vista posicionados em uma ordenação ampla mas não menos caótica. Antes da interação, à guisa de certezas sobre o que esperar do outro e de seu mundo, talvez

a insistência da dúvida permita-nos alimentar uma hipótese: havendo alteridade, haverá o desconhecido; tanto porque os próprios indivíduos em interação absorvem, processam e reproduzem parcialmente seu(s) próprio(s) mundo(s) como porque as interações só propiciam uma linguagem em si limitada. O olhar antropológico é um ponto de vista “especializado” porque, mesmo em face do conhecimento desses problemas de tradução, toma para si o desafio de compreender outros mundos a partir dos critérios de entendimento daqueles que vivem nesses mundos, amalgamados com os seus próprios; e o que é mais significativo, faz isso com base em trabalhos empíricos de campo.

Assim como todos os atores presentes na rede, os antropólogos não podem, por definição, absorver e reproduzir ou construir a totalidade dos mundos dos atores e coletividades que estudam. Para eles, também, muitas coisas envolvidas nas práticas alheias serão invisíveis, desconhecidas. Muitos impactos não serão, jamais, conhecidos. Se na academia a incomensurabilidade se apresenta como dilema epistemológico – no caso dos hermeneutas – ou apenas um princípio metodológico – para etnometodólogos e construtivistas³ –, quando ela impede que direitos sejam criados ou cumpridos em um Estado pretensamente democrático, trata-se então de um problema político. Esse é o caso do que descrevi nas páginas anteriores sobre o licenciamento da Usina Hidrelétrica – UHE Corumbá IV: uma arena com muitos e diferentes atores, posicionados em relações assimétricas de poder, produzindo concepções sobre o que são impactos socioculturais e econômicos e quais são os direitos de certas pessoas.

O que podemos reclamar, diante de um problema que sistematicamente limita a elaboração de políticas que situem a pluralidade como um valor central? Tais políticas não podem negar que mundos diferentes não são traduzíveis mutuamente em sua totalidade. Por outro lado, não podem abrir mão do princípio basal ao qual estão ligadas, a democracia, que exige das ações do Estado um tratamento simultaneamente isonômico e plural das pessoas e grupos. Isso significa assegurar a pluralidade como direito, mas o que está posto é que a pluralidade não é totalmente acessível, nem mesmo àqueles considerados “especialistas” pelo Estado. Então a pergunta que nós – interessados em resgatar passivos no licenciamento ambiental e em contribuir para a construção de um Estado menos opressor, mais isonômico e mais plural – devemos nos fazer é: se a própria antropologia admite a parcialidade, por que delegar a ela a tarefa de dimensionar impactos socioculturais e econômicos? Por duas razões relacionadas.

Primeiro, porque a antropologia pode explicitar alguns aspectos daquilo que os demais atores desconhecem do universo dos atingidos. Segundo, porque a incomensurabilidade entre universos distintos de significado não é plena. Sendo assim, a interação permite a construção de significados que emergem do/no “contato”. As páginas deste capítulo versam sobre a

configuração social das pessoas e coletividades do entorno da hidrelétrica, representando um esforço de demonstração de tudo aquilo que foi ignorado no licenciamento por problemas de incomensurabilidade nas inter-relações entre atingidos e atores dominantes da *rede*. Analiso alguns *outputs* da caixa-preta, visando demonstrar que muitos preceitos morais que entram pelos *inputs* saem intactos, sem quaisquer indícios de que a perspectiva dos atingidos tenha balizado a construção e processamento da *máquina*. Mesmo assumindo que nem tudo é captável ou traduzível, é ainda perfeitamente possível afirmar que para IBAMA, MP, CCSA e outros atores, o mundo dos atingidos era desconhecido em muitos sentidos; sentidos que são, em maior ou menor grau, visualizáveis com um trabalho etnográfico. Na medida que podemos apontar o que cai pelas malhas da rede, indicamos os passivos que deveriam ser resgatados na fase de operação, esquecida pela literatura de impactos de hidrelétricas.

O uso do método etnográfico no licenciamento, que reverbera e é tomado como objeto de estudos neste trabalho, intenta impor controvérsias que forcem os demais atores a se preocuparem com a incomensurabilidade como um problema político de compreensão da pluralidade do que é ser atingido pela UHE Corumbá IV. Cabe, nesse sentido, indicar o “mundo lá fora” da *rede*, abrindo controvérsias que impliquem um englobamento dos impactos a partir de inscrições que desafiam a forma anterior de produzir conhecimento e planejar ações de mitigação e/ou compensação. Dessa forma, está em jogo não o fato de a rede se estender aos atingidos, mas a necessidade de que isso ocorra a partir de uma reconfiguração dos elementos dispostos na *máquina*, de maneira que seu funcionamento ocorra em função dos interesses e como resposta do mundo dos atingidos às situações que lhes são postas. Nisso consiste, em resumo, o que significa “positivar impactos”.

Como vimos desde os primeiros capítulos deste trabalho, a hidrelétrica em causa resulta de um enclave – o eixo Brasília–Anápolis–Goiânia – e, ao mesmo tempo, exerce o papel de enclave particular, que amplia o controle e os significados de mundo do desenvolvimentismo. Afirmar isso foi importante para demonstrar que o “antes” para os atingidos é o resultado histórico de suas respostas e arranjos às mudanças sociais anteriores. Se falamos da vida “antes” da Corumbá IV, remetemos a um “depois” se tomamos como referência a construção do Eixo. Afinal, a ocupação do Centro-Oeste e a exclusão dos camponeses na determinação desse processo é o fator mais importante para compreendermos as diferenças e multiplicidades de organização social das coletividades atingidas. Cabe agora demonstrar que aquilo que era excluído na construção do eixo – a moralidade camponesa – assumiu novas características. Estas são permeadas pela ambigüidade inerente ao confronto entre ideologias desenvolvimentistas e “tradicionais”, expressas nos relatos dos atingidos quando discorriam sobre o “antes” da hidrelétrica.

O fato marcante é que, mesmo em face da ambigüidade vivida pelos atingidos, a exclusão não foi refreada, muito pelo contrário; por isso, é necessário considerar os mecanismos de respostas dos atingidos ao desenvolvimentismo ao longo do tempo, para que seja possível indicar como estes foram ignorados na construção da caixa-preta do licenciamento. Assim, o “antes” é tido aqui como as formas de se relacionar com a tensão promovida na construção do Eixo e que configuram as moralidades impactadas. Não se trata de impactos sobre campesinos ideais-típicos, imaginados pelos valores litero-românticos dos sertões, mas sobre moralidades vividas, atuadas, que se configuraram como resposta a mudanças anteriores e que, agora, não podem mais sobrevir perante a UHE Corumbá IV. Conhecer aspectos do “antes” permite-nos desvendar o “desconhecido” mundo dos atingidos aos olhos dos atores dominantes do licenciamento.

5.1. A vida às margens da rede: o “desconhecido” mundo dos atingidos pela UHE Corumbá IV

Esta seção visa analisar as diferentes formas dos atingidos espalhados pelo entorno da UHE Corumbá IV lidarem com suas propriedades ou patrimônios. Ao fazer isso, estaremos aptos a considerar que o conceito de “atingido” é, antes de mais nada, apenas uma identidade oficial forjada na luta por direitos. Esta, entretanto, não pode ser confundida com as cosmografias vividas, pois, caso isso ocorra – como é o caso do licenciamento da UHE Corumbá IV –, a identidade oficial, em vez de assegurar direitos, produzirá impactos. Sendo assim, estamos em busca das cosmografias dos atingidos. Cosmografias, como venho insistentemente afirmando, são permeadas por moralidades que lhes dão sentido na prática cotidiana. Ao situarmos as formas de plantio, de criação de animais, de uso da vegetação nativa, dos conhecimentos geográficos por parte dos atingidos, temos o interesse menos em conhecer as tecnologias utilizadas em si, mas sim as moralidades aí estampadas e o direito de elas se reproduzirem como tais. O exercício é fundamental para que possamos diferenciar certos atingidos de outros, o que significa diferenciar direitos entre coletividades denominadas igualmente de “atingidos”. Com isso, creio estamos determinando, de uma vez por todas, não somente que as identidades oficiais são diferentes das cosmografias, mas que aquelas não podem ser utilizadas como meio de homogeneização destas, sob pena de provocar danos ainda maiores.

O passo inicial para compreendermos as diferenciações entre os atingidos é considerarmos que alguns detêm historicamente uma moralidade camponesa e outros não. Essa moralidade permitiu certa coesão das coletividades, mesmo em face da chegada dos ideais progressistas e desenvolvimentistas. Elas são forças capazes de manter noções de pertencimento

ativas, mesmo em face da mudança e das tensões causadas sobre seu modo particular de significar o mundo, as relações sociais e econômicas. Isso é possível porque o processo de produção, e, portanto, também o de reprodução de uma sociedade ou pequena coletividade não é função do capitalismo. Como afirma Polany (2000: 65),

Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que estes interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas.

Além disso, Cândido (1987: 23) nos mostra que a relação das necessidades sociais com a disponibilidade dos recursos é um construto da organização social dos grupos, refletindo tal organização. Segundo ele,

(...) a obtenção, para cada grupo, do equilíbrio entre as necessidades e os recursos do meio depende dos tipos de organização que desenvolver nesse sentido, [o que envolve pelo menos dois] ajustamentos necessários: (1) o encontro de soluções que permitam explorar o meio físico para obter recursos de subsistência; (2) o estabelecimento de uma organização social compatível com elas. Recusando-se a aceitar a dicotomia homem-natureza, implicada seja no idealismo, seja no materialismo mecânico, Marx abriu efetivamente horizontes mais largos para se compreender a solidariedade profunda do mundo físico e da cultura humana, encarados, por ele, à luz do desenvolvimento histórico, como elementos do mesmo processo dialético.

Dessa maneira, a vida das coletividades atingidas resulta das relações históricas travadas entre determinados grupos com os demais. A concepção do “antes”, *i.e.*, da caracterização da vida antes da barragem, perpassa necessariamente pelos mecanismos diferenciados que cada coletividade atingida desenvolveu para lidar com imposições das ideologias desenvolvimentistas, de base capitalista. Para dimensionar impactos e construir direitos mais adequados às realidades impactadas, faz-se necessário conhecer essas formas particulares de responder às imposições externas. É sob tal perspectiva que devemos situar a campesinidade de algumas coletividades do entorno de Corumbá IV.

Ao adotar o termo campesinidade, valho-me das propostas de Woortmann, que desloca o foco economicista dos estudos clássicos de campesinato para as moralidades agenciadas. A moralidade camponesa é então nomeada de campesinidade. Segundo ele,

assim, naturalmente, cada cultura terá categorias nucleantes específicas, mas, ao que parece, existem certas categorias comuns às sociedades camponesas em geral, como terra, família e trabalho. O importante, contudo, não é que sejam comuns – pois elas estão presentes também em culturas urbanas – mas que sejam nucleantes, e, sobretudo, relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra (...) Nas culturas camponesas não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Nessa perspectiva não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um núcleo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre o qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor (Woortmann, 1990: 23 e 12).

A diversidade das coletividades atingidas pela UHE Corumbá IV remetem, em maior ou menor grau, às forças nucleantes do trinômio terra, família e trabalho. Adoto esse critério de diferenciação porque, a partir dele, se pode organizar minimamente os atingidos que foram “repostos” na história de construção do Eixo – em substituição àqueles que abandonaram as áreas em favor seja de grandes propriedades, seja de pequenas propriedades de veraneio –, daqueles que, mesmo em face do projeto de regionalização do Centro-Oeste, continuaram resistindo e respondendo ao desenvolvimentismo. Assim, o trinômio exerce aqui um papel central: indicar a exclusão histórica e a configuração do campesinato da área nos momentos anteriores à implantação da Corumbá IV. Contribui também, como afirmei, para estreitarmos nosso entendimento sobre os problemas da homogeneização da identidade de “atingido”, quando se confunde o corpo de direitos correspondente e que lhe dá força como identidade oficial com as cosmografias propriamente ditas. Ao focar nas cosmografias, adentraremos nas diferenças entre “atingidos” genéricos, indicando não só os problemas do recorte feito pelos órgãos dominantes no licenciamento – quando criaram a emergencialidade dos “casos emergenciais” –, mas também o único critério que nos parece justificar ações emergenciais para uns e não para outros atingidos: a exclusão histórica do que se chama desenvolvimento. Esta, como sabemos, se inicia muito antes da barragem.

As descrições abaixo estão muito longe de esgotar as campesinidades em jogo. Muito embora este trabalho não seja um estudo focado exclusivamente no campesinato, o que exigiria maior detalhamento da vida camponesa no entorno do lago, as linhas abaixo procuram situar minimamente as campesinidades encontradas em favor do objetivo central: atestar que muitas questões latentes aos atingidos caem pelas malhas da *rede* do licenciamento, dando continuidade à exclusão histórica que essas populações enfrentaram e enfrentam no dia-a-dia.

5.1.1. Santa Rosa, Pontezinha, Santo André, Pinguela, Lagoinha e Santa Marta (Município de Santo Antônio do Descoberto) e Mato Grande, Pirapitinga, Sarandi, Mandiocal (Município de Luziânia)

As comunidades rurais dos municípios de Santo Antônio do Descoberto e de Luziânia parecem ser os redutos onde a força nucleante dos pés do tripé se mostram mais intensas. Mesmo assim, é importante salientar que há diferenças internas entre elas. Por um lado, representam uma rede de relações de troca, compadrio, afinidade e parentesco; por outro, relacionam-se com regiões nominadas onde habitam principalmente grandes proprietários e comerciantes. O fato é que terra, família e trabalho nesses municípios, se comparados com os demais, encontram-se articulados de tal forma que poderíamos afirmar, não sem esperar críticas, que há uma moralidade camponesa mais nitidamente definida. Mas tal afirmação não é absoluta, já que em outros municípios – Alexânia, Abadiânia, Corumbá de Goiás e Silvânia – há também

agrupamentos que mantêm a inseparabilidade da terra, família e trabalho. No entanto, nestes municípios, a relação de forças dos elementos se apresenta com traços diferentes e, portanto, com características nucleantes distintas.

Ao longo da realização das pesquisas de campo, percebi que alguns lugares nominados pelos atingidos eram denominados “comunidades” enquanto outros não. O termo foi marcadamente usado nos municípios de Luziânia e Santo Antônio do Descoberto, dando-nos os primeiros indicativos da organização social das coletividades aí presentes. O sentimento de comunidade remete a uma noção de pertencimento, que, como tal, expressa vínculos morais.

Muito antes de representar apenas a ocupação de um espaço, uma comunidade é um sentimento de localidade proporcionado pelas inter-relações cotidianas que causam, de alguma maneira, a sensação de diferença quanto a outras coletividades e a experimentação de algum tipo de unidade – mesmo que essa unidade seja apenas um fractal das múltiplas e caóticas identidades vivenciadas. A diferença, comunidade a comunidade, é marcada pelas singularidades em significar a terra não apenas como anteparo físico ou natural, mas como um valor sobre o qual a organização familiar se debruça no trabalho, produzindo invariavelmente concepções éticas e morais. Essas características encerram-se no que venho chamando de *terra como morada* em detrimento da *terra como recurso*, oposição que, de certa forma, reescreve a tensão entre dependência/inter-relação entre campo e cidade e reproduz as relações de poder na definição e gerenciamento de enclaves.

Sensações de pertencimento, para uma comunidade rural atingida pela UHE Corumbá IV, não podem ser bem compreendidas se perdemos de vista que elas se realizam a mais de meio século em meio a essas tensões, quando da construção do Eixo. Não só as expressões “nativas” sobre o sentimento de vida comunitária estampam tais tensões, como sua própria organização social em práticas vicinais, relações de parentesco, afinidade e aliança, etc. Assim, ao descrevermos esses pertencimentos e afirmarmos que as comunidades da zona rural de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia compõem um conjunto de relações particulares em contraste com as demais áreas impactadas, estamos afirmando que formam uma *rede* em que a traslação e produção de interesses, a obtenção de aliados, a produção de escalas e de conhecimento estão tão presentes quanto na *rede* do licenciamento. Ao caracterizar tal *rede campesina*, estaremos demonstrando que valores da *máquina campesina* são ou foram invisíveis aos atores dominantes da *rede* do licenciamento.

A ajuda é o valor que mobiliza a vida nas comunidades rurais de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia. No plano dos interesses, ela ocupa um lugar hierarquicamente superior ao dinheiro principalmente porque há baixa circulação monetária entre as coloridas e pequenas terras, desenhadas pelo trabalho humano realizado a muitas mãos, pequenas e grandes, velhas e

novas, de mulheres e homens, de cunhados, genros, compadres, filhas, da família. A ajuda é um valor, por outro lado, porque sem ela o estabelecimento humano não seria possível. Ajudar o outro afigura-se como responder, em grupo, às intempéries da dependência e necessidades criadas na interação impositiva com as ideologias e realizações desenvolvimentistas. Trata-se do valor que permeia as respostas práticas das comunidades, respostas essas que são, por si só, a reconstrução do mundo dos “de fora” pelos “de dentro”, numa tentativa de dar sentido às mudanças que emergem da interação. É por meio da ajuda, também, que os atores mantêm-se ligados e reproduzem a sensação inigualável de liberdade.

Quer dizer, é um vizinho que é praticamente da família também, porque tudo que a gente precisa com ele é na hora, não marca dificuldade pra atender a gente. De vez em quando trabalha pra ele lá, algum serviço que ele precisa e quando precisamos de alguma coisa ele vem a ajudar a gente (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone em 16/08/2006).

Aqui eu planto milho, feijão, cana, mandioca, banana, de tudo um pouco. A família toda ajuda. Os filhos todos, genros, noras. Levo um bocado de mexerica para Santo Antonio, já levei muito para a Ceasa também (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone em 16/08/2006).

Um homem livre nas comunidades, que ora nos toma a escrita, é aquele capaz de produzir o básico. A liberdade está ancorada na independência em relação ao mundo dos “de fora”, mesmo que esta seja relativa e parcial. Não há famílias que não realizem atividades que exercem o papel de forças marginais, no sentido de Tepich (apud Woortmann, 1995: 33-36). Mas, na medida que essas forças são responsáveis pela reprodução moral da vida camponesa, em oposição à produção econômica das terras; na medida que estão cunhadas pela dádiva nominada de ajuda, e não no trabalho como dependência financeira, não podemos concluir que forças marginais estão hierarquicamente posicionadas abaixo das forças plenas. Cada gleba, propriedade, posse ou patrimônio familiar opera as duas, combinando-as ao sabor das relações com os “de fora”.

A partir daí se faz necessário diferenciar trabalho de labor. Como colocado nos textos do Diagnóstico,

(...) parece oportuno e instrutivo remontar etimologicamente o sentido da palavra “trabalho”, tendo em vista contrastá-la ao seu correlato que é a palavra “labor”. A palavra trabalho possui uma raiz grega que significa “fixar”, “enterrar no solo”, “afundar”, e uma derivação dessa raiz que pode ser traduzida por “pau” ou “palha”, que é a palavra “palus”. Nesse sentido, a palavra trabalho aparece como “tripalium”, o que, etimologicamente, significa um instrumento de tortura formado de três paus, isto é, algo extremamente negativo e desumano, se aproximando mais das concepções marxistas acerca do trabalho alienado.

Diferentemente, a palavra “labor”, de origem latina, está ligada às atividades agrícolas, à lavra e à laboração do campo, isto é, trabalhar significa cultivar, o que nos remete diretamente ao sentido da palavra cultura. Cultivar é fazer cultura, e sendo a cultura, por assim dizer, cultivada, pode-se dizer que ela se encontra imersa num intenso processo de enriquecimento e transformação constantes. Deste modo, o trabalho, em sua dimensão de labor, revela seu conteúdo simbólico, isto é, a manipulação da natureza por parte dos homens como medida da construção, reprodução e transformação das culturas humanas.

Como coloca muito apropriadamente Sônia Viegas, quanto mais o homem coloca de si no mundo, mais conteúdo interior ele vai adquirindo, pois é exatamente através da exterioridade de suas ações que ele é capaz de dar um significado interior ao universo que o rodeia (Viegas, 1989: 10) (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, Vol. IV: 737).

As diferenças de forças plenas e marginais reiteram, em verdade, diferentes concepções de trabalho. Em um caso, o trabalho expressa a dependência dos “de fora”, de seus produtos, de seu sistema econômico; no outro, acentua-se a independência marcada pela possibilidade dos valores morais subsistirem, mesmo em face das tensões em contrário.

E é exatamente esse o sentido de trabalho vinculado à vida. Trabalho é a forma humana de fazer jus à vida, é a forma humana de produzir, não no sentido de criar objetos reificados, simplesmente, mas no sentido de se criar significações. Significações que se desdobram indefinidamente. Há na esfera do trabalho uma verberação infinita das significações humanas. (Viegas, 1989: 10 apud CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, Vol. IV: 737)

E é em meio a ambigüidades e desafios da reprodução camponesa que os atingidos significam o trabalho como eminentemente dádivo, necessário e, o mais importante, livre. A liberdade, entendida como resultado de ajudas em que o essencial é posto em circulação. Era comum afirmarem: “*Somos pobres, mas não falta nada*”. O homem livre é o homem que tem terra e disposição para o trabalho como labor; antes de tudo, trata-se de uma escolha por um modo de vida, arduamente sustentada no cotidiano.

Só porque com as facilidades da cidade, as coisas melhoraram demais, que hoje, só trabalha quem gosta de trabalhar. Eu planto aqui arroz, feijão, milho, mandioca. Mas muitos falam: – Vou plantar arroz não, arroz tá barato demais. Eu trabalho três dias na semana e o dinheiro que eu ganho dá pra comprar tudo isso que eu preciso. Então pra que eu vou mexer com roça, trabalhar direto, mexer com trator, comprar adubo, comprar semente, pagar peão pra trabalhar ou eu mesmo limpar? A maioria do pessoal daqui tá nessa. Nós tem ônibus aí toda a quinta-feira. O povo busca de tudo e não reclama. Enquanto tá barato, tudo bem, mas pode encarecer, né? O serviço na roça diminuiu, mas não é só por causa da barragem. É porque a mecanização tomou muito o serviço do pessoal, né? O peão que gastava dez dia pra trabalhar na roça hoje não tem serventia. Então mudou demais mesmo. A gente tinha que fazer cerca de arame farpado também, limpar roçado, tinha um punhado de serviço. Agora apareceu a essas máquinas, é uma coisa que ninguém precisa mexer mais. Você vê que o povo da cidade tem o mesmo problema, não tem? Uma fábrica gastava vinte empregado e agora a máquina faz tudo. O mesmo que acontece na cidade, acontece na roça. Feliz daquele que tem um pedacinho de terra pra viver nela, porque trabalhando, ela dá sustento (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone em 19/08/2006).

As práticas de auxílio vicinal devem ser entendidas, nesse contexto, como um esforço para assegurar a liberdade coletiva dos camponeses⁴. Em campo, pude me deparar com muitos relatos sobre duas práticas vicinais recorrentes, mas que não vinham mais sendo realizadas: o mutirão e a traição. Tendo isso em vista, sugeri à equipe de elaboração do Diagnóstico que produzisse o máximo de informações possível sobre esses auxílios vicinais. As comunidades de Santo Antônio do Descoberto, principalmente, mas também de Luziânia e outras localidades, forneceram um rico material sobre o tema.

Era um costume, mas também não era todo mundo que fazia. Mas, aqui nós já fizemos muito, tanto mutirão para fiar e ajudar a manter as roupas de casa, como mutirão de trabalhar na roça. Juntava aquela turma de homem para limpar a roça. Isso foi uma coisa que aconteceu. Saía na região convidando, por exemplo, pedindo uma ajuda, um mutirão e convidava o povo da região que vinha de longe. Nessa época não tinha a associação, não. Tinha também a traição que é diferente, é o mesmo tipo de mutirão, mas é uma pessoa que vê que o outro está precisando e tem o desejo de ajudar e fazem calados. Até hoje ainda faz, mas é pouco. Reúne o pessoal que quer ajudar, mas tem de ter o compromisso, quem prometeu tem de cumprir; eles chegavam de madrugada na casa da pessoa que ia receber atirando, brincando, fazendo aquela festa, cantava e, depois, iam para o serviço até amanhecer o dia. Isso já foi feito muitas vezes, aqui mesmo já aconteceu. O cabeça que inventou a traição era responsável pelo almoço porque o dono não sabia e, à tarde, o que recebia tinha que matar uma leitoa para a janta. Era uma festa e essa leitoa tinha de ser cozida todinha, quando chegava à tarde vinha jantar e terminava. Mas, era muito gostoso. Hoje faz tempo que não vejo falar de traição. Dava o almoço, a comida, o dia todo. Era o almoço e uma janta. Era muito gostoso isso, é uma coisa que nunca esquece e é um favor que os outros fazem pra gente (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone em 15/08/2006).

Às vez a pessoa tava com a roça passando da hora de limpar, e não tinha condição de pagar peão e juntava gente pra limpar a roça mesmo. Outra hora a gente fazia uma marca escondida deles. Quando eles chegava lá com a peonada na horta dele, a gente ficava apertado, matava uma leitoa e tal. A gente falava “traição” (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone em 19/08/2006).

Tava passando da hora, o dono não tava dando conta e reunia aquele povão escondido da gente e quando você pensava que não... Quando era ali pras cinco hora da manhã, eles tavam tudo chegando na casa da gente. E eles traziam de tudo, as mulheres com o algodão catadinho, na hora de fiar (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone em 18/08/2006).

Hoje em dia, é mais difícil ter mutirão, mas de primeiro tinha muito. “Traição”. Eu adorava uma “traiçãozinha”. Quando eu era solteiro, pagava traição, quando a gente chegava na casa dos outros, tinha as meninas para dar uma dançadinha. Eu nunca fui muito de dança, mas estava na farra. Quando eram onze horas, o boi estava cozido nos tachões de carne. Não assava, não. Era cozido, mesmo (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone em 23/08/2006).

Até em Cachoeirinha eu já fui fazer mutirão. Mas a gente ia a pé, não era de cavalo, não. Não dava para levar a roda. A minha roda era da minha bisavó, foi herança (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone em 23/08/2006).

A diferença marcante entre mutirão e traição está no fato de que, no primeiro caso, o “precisado” – termo muito utilizado para definir o proprietário do lugar onde a roça ou a tecelagem será realizada – pede ajuda e, no segundo, a recebe sem pedir. Nos dois contextos, o trabalho a ser realizado era tido como gratificante, executado ritualmente sob cantos que articulam beiradeiros e os do centro ou do meio. Os agricultores dispunham-se em filas e, para que tudo fosse coordenadamente realizado, cantavam uns para os outros de maneira a combinar canto e batidas de enxada, sempre em tom jocoso. Os do meio cantavam: *Cortador beiradeiro, não bambeia não!* Os beiradeiros respondiam: *Que o meio já bambeou, mas não bambeia não!* As mulheres faziam o mesmo entre giros da roda de fiar e o “esticamento” e “enrolamento” dos fios.

Tinha uma música que eles cantavam, quando era mutirão das mulheres para fiar, cantavam: “Minha patroa, minha patroa, sobranceira de galinha, se você não der café, também não dou a linha”. Era engraçado. Outras cantavam: “Minha patroa, minha patroa, sobranceira de gavião, dá uma volta lá pra dentro e traz café com requeijão”. Era cantiga das mulheres, agora, os homens era diferente. Eu lembro de uma vez no mutirão do meu pai, tinham quatro homens que cantavam o dia inteiro essa música, tem uma que não esqueci: “Sabiá do peito roxo, do biquinho verdinho dourado, ele canta à meia-noite

regulando a madrugada”. Mas eles cantavam bonito demais, a gente saía da rancharia para ver eles cantarem, mas era bonito demais, eles moravam do outro lado de Corumbá (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone em 15/08/2006).

Tinha um versinho que dizia assim: “Quem matou, quem matou, quem matou meu gavião. Num foi eu, num foi eu, num foi eu que matei não”. E assim toava o dia inteiro, né? E tinha outro assim: “Lá em cima da terra eu vi dois mutum gemer”. O outro respondia lá: “Hum lerê”. E outro respondia: “Oh, meu sabiá”. Era muita cantiga, era muito divertido! (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone em 14/08/2006).

Era um momento festivo no qual se celebrava o pertencimento ao grupo pela ajuda. As formas de festejar, entretanto, variavam. De um lado, os protestantes, de outro, os católicos.

Os evangélicos também iam nos mutirões dos católicos, que faziam umas festas diferentes, com dança e sanfona. Mas os evangélicos também dançavam, eles dançavam mais do que os que faziam. Os mais velhos, mais dedicados à igreja, às vezes não. Dançar eles não dançam, não caem na farra, mas os mais novos... (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone em 23/08/2006).

No mutirão a gente aprontava e fazia as coisa. E a traição era de repente. Matava porco e ia fazer arroz. Mas se os traioeiro via que a gente não tinha arroz pronto, eles trazia, que aí não precisava limpar arroz, mas sempre que a gente chegava, punha a água pra esquentar, pra matar o porco e tratar do trabalhador. De noite fazia o forró. A traição era assim: vinha os homem pra trabalhar e as mulher pra fiar. As mulher gostava de sair pra beber cachaça. As mulher ia fiando, tomando uma cachacinha, e cantando (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Santo André, que é católica, em entrevista a Taís Garone em 26/08/2006).

Os que gostavam de festa, os católicos que gostam de baile, essa coisas, também tinha, de noite fazia festa para o povo, para alegrar. Mas, nós que somos evangélicos não fazíamos festa, quando terminava todo mundo despedia e ia embora, agradecia o povo e eles iam embora contentes (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone em 23/08/2006).

Ao longo do tempo, essas práticas deixaram de ser realizadas com a mesma intensidade que antes, o que decorria da facilidade em comprar tecidos e do incremento tecnológico da produção agropecuária simbolizada com a chegada do trator.

Na época de 50 até 58 meu pai trabalhava aí, nós fazia roça do outro lado desse morro. Eu levava almoço pra ele lá. Em 58 meu pai faleceu e eu fiquei numa faixa de doze anos. Eu tinha um irmão mais velho, o E. Aí o recurso de roça aqui foi acabando. A gente roçava o mato, derrubava, depois queimava e aí plantava dois, três, às vez até quatro ano. Nós largava aquela e fazia outra. Quando Brasília apareceu aí, muita gente daqui venderam e veio gente de fora. Aí acabou o jeito de fazer roça, porque as comitiva foi tudo pra longe. E nós ficamos trabalhando de “meia” lá em Santa Marta, trabalhava de “meia” lá do outro lado do Rio Areias, trabalhei num terreno arrendado aqui do outro lado chamado Indaiá. Na nossa região aqui não tinha “cúmulo”, os pasto já tinha acabado e nós não tinha trator pra revirar a terra. Ficamos naquela dificuldade (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone, em 19/08/06).

O interessante é notar que apesar de a expressão ritual da ajuda ter se modificado, ela se manteve como valor moral que mobiliza as práticas sociais, agora não mais expressas nos mutirões e traições, mas nas associações. A associação é vista como o desdobramento dos mutirões e traições, sem que se tenha perdido a qualidade primordial desses dois tipos de auxílio vicinal. Ela marca uma continuidade dos valores, mesmo em face das modificações das formas

de expressá-los. As associações das comunidades rurais dos municípios de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia são tomadas, portanto, como uma forma de exercer a liberdade de ser camponês em um contexto eminentemente capitalista; na verdade, configura-se como uma resposta a ele. É a partir dessa lógica que articulam suas demandas nas interações que travam, via associação comunitária. Como constatado no Diagnóstico,

o plantio é, nesse sentido, uma empreitada calculada em todos os seus fatores, até mesmo na contraprestação de dívidas através do trabalho. Percebemos, várias vezes, tal situação principalmente em famílias em que o trabalho no campo só podia contar com a mão-de-obra do chefe da casa. O meio em que se dava a comunicação entre as pessoas para o auxílio de empreitadas eram, por excelência, as reuniões de associações e das igrejas. Nesta última o oferecimento de trabalho assumia não apenas ares de projetos voltados para um mercado, mas também de assistência social de alguém que estava passando por uma situação difícil (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, Vol. IV: 824).

Na região em questão, havia ainda outras formas de relacionamento entre membros das comunidades. Atividades como a meia e a diária transitavam no limiar entre trabalho assalariado e trabalho dádivo ou auxílio vicinal. Esses trabalhos envolviam simultaneamente cálculos sobre quantidade de trabalho, tempo necessário para realizá-lo e trocas de favores. Ao mesmo tempo que dimensionavam o quanto se poderia “cobrar” ou “pagar”, os preços e serviços combinados entre as partes estavam diretamente relacionados com quem são as partes. Trabalhar à meia para o sogro é diferente do que fazê-lo a um grande proprietário distante ou compadre.

Preciso comprar um saco de cimento e um pouco de terra para rebocar essa parede. Fiquei sabendo que a minha cunhada vendeu a R\$ 2,70 o quilo do quiabo em Luziânia. Se eu plantar esses 200 m², vai dar em média 40 pés. Cada pé produz por safra 5 quiabos o que equivale a um total de meio quilo. Terei que adubar, mas posso utilizar as cascas das mandiocas que guardei, da última vez que fiz polvilho. Só que não poderei plantar sozinha, vou chamar o Z. para me ajudar, semana passada ajudei ele a limpar o terreno (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pirapitinga, em entrevista a Leonardo Leocádio).

As trocas de serviços e auxílios vicinais estendem a territorialidade camponesa para além dos limites do patrimônio familiar. As terras dos outros são, em algum sentido, também suas – ou da comunidade –, na medida que representa o palco de relações ainda mediadas pela moralidade camponesa. Delimitar o território camponês, tomando em conta apenas os limites dos patrimônios familiares, é reduzir de forma insustentável a própria concepção de território, galgado numa moralidade veiculada pelas cosmografias que centralizam a noção de ajuda, portanto de trocas permanentes.

Cabe notar que o auxílio vicinal é um fragmento maior da concepção do trabalho, da terra e da família encontrado caso a caso. A organização da família em função da terra e do trabalho, apesar de hierarquicamente estabelecida, remete às formas de auxílio mútuo para que a vida camponesa sobreviva às dificuldades. Tudo é calculado a partir dos ciclos sazonais de seca e chuvas.

O homem é o responsável pelas atividades de roça, estabelecidas nas áreas de baixada, e lida com o gado. Estas representam a base de aquisição de renda, enquanto as atividades das mulheres se direcionam aos quintais, às pequenas criações, hortas e pomares, bem como à manufatura de determinados produtos como queijo, doces e quitandas. Na época da seca, é comum os homens buscarem serviços nas cidades ou oferecerem sua mão-de-obra aos grandes proprietários. Enquanto isso, as mulheres assumem o controle das atividades do patrimônio familiar, assegurando, com seu trabalho, a reprodução camponesa e a subsistência.

Dada a interação com as novas linguagens estabelecidas historicamente desde a construção do Eixo Brasília–Anápolis–Goiânia, o planejamento das atividades ao longo dos anos e das sazonalidades passou a ser denominado “projeto”. O projeto familiar encerra as características da cosmografia camponesa, na medida que objetivos, metas e atividades são realizadas por determinadas pessoas posicionadas diferentemente na família ou na vizinhança, a partir da moralidade baseada na ajuda, sem a qual a idéia de produção perde todo o sentido.

Dar e receber ajuda ocupa o centro da concepção do trabalho como valor no campesinato goiano das comunidades rurais no município de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia. A oferta e demanda de ajuda são sistematicamente organizadas, nas quais o trabalho é a referência das posições ocupadas tanto no patrimônio familiar como nas relações comunitárias. Trabalho, terra e família são tidos como os valores que fazem circular a ajuda e, com ela, a construção do mundo camponês. Dentro da família, o trabalho é diferentemente percebido pelos membros, no sentido de que detêm conhecimentos limitados às suas posições e experiências de vida quanto ao saber “fazer o que tem que ser feito” no projeto sertanejo. Ao reproduzir o saber, cada um reproduz suas concepções de terra, família e trabalho e as borrija nas relações que travam na vida cotidiana.

Normalmente, aqueles que são responsáveis pelas chamadas *forças plenas* são considerados os chefes de família. Na região em questão, muitas mulheres exerciam tal papel, mas a predominância dos homens é observável. Um chefe de família é aquele que detém o maior conhecimento sobre o “saber fazer” um projeto, o que implica saber coordenar as ações necessárias para que o essencial circule, tanto dentro quanto fora do patrimônio familiar. Isso envolve o conhecimento das atividades mais pragmáticas do lido com a terra e gado, como das vias de circulação da moralidade expressa nos produtos da terra e nas relações de parentesco, afinidade e compadrio. Há ainda a perspectiva do comércio, do escoamento da produção excedente para aquisição de renda, na qual o chefe de família estabelece vínculos em feiras ou outros pontos de comercialização nas cidades. A referência urbana recorrentemente são os municípios mais próximos: Brasília e Anápolis. Detentor desses conhecimentos, o/a chefe de

família honrada ou honrada é aquele ou aquela que pode planejar a produção e a reprodução da terra, distribuindo conhecimento e otimizando a organização familiar.

Esse aspecto da chefia nos leva a questionar a eficácia tanto da distinção quanto dos termos da dicotomia força plena x força marginal. Não se trata apenas de demonstrar que as forças marginais são também produtivas, como é o caso da época da seca, em que o trabalho nos quintais gera excedentes, mas também indicar que as forças plenas não são exclusivamente produtivas, mas reprodutivas. Isso ocorre porque, para produzir, é preciso conhecer, e o conhecimento do projeto sertanejo não separa objetivamente produção e reprodução. Mais que isso, é por meio da reprodução do conhecimento necessário para realizar o projeto que ele se torna viável. A forma de distribuição desse conhecimento obedece às concepções morais de ajuda, porque ela – a ajuda – representa o veículo pelo qual o trabalho na terra se transforma em liberdade ou relativa autonomia da família. Um(a) chefe de família é chefe(a) porque é legitimado(a) socialmente como um(a) distribuidor(a) de saberes. À medida que situamos o saber lado a lado com a produção da idéia de liberdade, nos aproximamos do que parece ser o caso das comunidades rurais atingidas pela UHE Corumbá IV nos municípios de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia. Mas, como assinalado no Diagnóstico,

o saber técnico⁵ é o fator cultural capaz de promover uma modificação no status social, e por consequência, no status simbólico dos indivíduos dentro de um tipo específico de comunidade. O saber é o Terceiro (Peirce, 1955)⁶ no qual as modificações seriam acionadas, o que promoveria as transformações capazes de gerar conflitos e reformular identidades. O confronto entre gerações expressa tal perspectiva, pois a valorização do trabalho com a terra como algo que faz o homem se encontra modificada. Atualmente, junto a algumas propriedades impactadas, pode-se perceber que o trabalho, como saber, é bom na medida em que se constitui por técnicas em que se faz pouco esforço físico, mas que se alcança resultados esperados.

Sem dúvida, produzir implica uma conexão de saberes que pode ser percebida como uma categoria de apreensão do real. Assim, pensarmos em múltiplas formas de produzir, implica pensarmos em múltiplos valores e saberes, como também em diferentes papéis do eu⁷ nesse processo. Se produzir é produzir saber, é também produzir cultura, o que faz com que a forma de produzir campesina represente um instrumento de identificação chave ao trabalharmos a sua dimensão identitária (Woortmann, 1997) (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, Vol. IV: 852).

Exemplos da agência dos atingidos nas comunidades quanto aos conhecimentos que detêm sobre o projeto familiar não faltam. Esses conhecimentos são, antes de tudo, os meios que, associados ao trabalho como labor, compõem a forma cognitiva dos membros das comunidades significarem a realidade (Woortmann, 1995). Para que cheguemos a uma compreensão mais nítida desse conhecimento, não podemos separar técnicas de cosmografias, pois elas se amalgamam.

A gente que é mulher trabalha mais em casa, de vez em quando a gente vai lá na roça levar uma comidinha para os homens (Moradora atingida na Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone em 15/08/2006).

Torrar farinha é pra homem, mulher não dá, esforça muito (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone em 19/08/2006).

Meu pai trabalhava em casa mesmo, na rocinha. Nós ajudava ele na roça. Ele que comandava, a gente plantava milho, abóbora, batata... Só tinha filha, né? Então a gente tinha que trabalhar pra ele. Era um pai maravilhoso! (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone em 22/08/2006).

O meu filho me ajuda lá [na roça], já a mulher e a menina cuida mais é daqui da igreja. Mas a produção fica a critério meu mesmo. Eu falo que acho que dá certo plantarmos isso aqui, depois muda pra outra coisa ali, o menino concorda comigo e vamos fazendo assim. Então, lá dá de tudo, o que precisar lá eu tenho nas mãos, a gente se vira, toma conta, faz desse jeito (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pontezinha, em entrevista a Taís Garone em 16/08/2006).

Nesse sistema de conhecimento, de liberdade, de busca pela sobrevivência dentro de preceitos específicos, a ajuda é tida como obrigação moral que sustenta as relações necessárias para que a família e a terra mantenham-se nucleantes, resultando na moralidade camponesa. Não se trata apenas da vontade subjetiva da caridade, mas da *vontade subjetiva do bem*. Ajuda é, portanto, a base da constituição da ética sobre a qual se realiza o trabalho e na qual ele assume valor e é demandado como direito pelos atingidos. Para os membros das comunidades, trabalhar é um direito porque, por meio do trabalho, se exerce a liberdade de ajudar. Ajudar é o meio pelo qual viver de um modo particular, considerado o melhor, o mais livre, o mais adequado, torna-se possível. Para os atingidos, demandar e ofertar ajuda é uma forma de estender ou significar relações que lhes afiguram como o bem viver. A ajuda baliza a própria construção do mundo.

À medida que o Eixo foi sendo construído, novas interações, com novos atores detentores de interesses e perspectivas morais diferentes foram se estabelecendo. Surgiu a possibilidade de novas trocas, lidas pelos camponeses como novos lugares onde se realiza a ajuda enquanto valor moral, onde se constrói o mundo. Feiras, cooperativas, farmácias, postos de saúde; enfim, todas as relações que se estabeleceram não podem ser bem compreendidas se perdemos de vista a perspectiva moral da ajuda. Uma vez que os atores do novo contexto partiam de perspectivas morais diferentes, os camponeses percebiam dificuldades de reproduzir sua própria moralidade, o que resultou na construção de uma diferenciação que estabeleceu, como sabemos, “os de dentro” e os “de fora”. Os primeiros, aqueles que compartilham tacitamente os valores camponeses e formam uma noção de pertencimento; os segundos, aqueles com quem nem sempre é possível reproduzir sem modificações as moralidades baseadas na ajuda.

Na relação com os “de fora”, os camponeses eram estimulados a reformularem as práticas interativas de maneira a resguardar os preceitos morais vigentes em sua noção de pertencimento. O fato marcante é que, mesmo em face da nova configuração, a ajuda ocupa lugar privilegiado na maneira camponesa de significar suas demandas, seja por crédito rural, por assistência técnica ou inovações tecnológicas. A oferta e demanda de serviços é tomada como a oferta e demanda de ajuda. Exercer o direito ao crédito rural é exercer o direito à ajuda. Pagar o

crédito rural é retribuir a ajuda, é provar que “*se o Estado ajuda, a gente tem que mostrar que paga*”, disse-me a presidenta da associação comunitária de Pirapitinga ao relatar pautas de reuniões da associação.

Insisto aqui que não se trata de simplificar a moralidade camponesa dessa região, reduzindo-a à ajuda, mas de alertar para o fato de que não poderemos compreender o “ponto de vista nativo” das traslações de interesse perante os atores “de fora” se não levarmos em conta que tais relações se desenrolam no sentido de resguardar tal princípio moral, de percebê-lo como sensação vivida nas negociações. Essa é a maneira de um camponesino acreditar que uma negociação foi satisfatória: perceber que, além da frieza mercadológica dos preços, há o aconchego morno da obrigação estabelecida mutuamente entre as partes, obrigação da vontade subjetiva de ajudar, obrigação de oferecer e demandar a liberdade. A ajuda guarda a sensação de relativa autonomia aos olhos desses camponesinos goianos.

O que devemos reter dessas afirmações é que se, por um lado, as ideologias desenvolvimentistas e os enclaves expandem suas *redes* de significação para os territórios que querem dominar, via gerenciamento tecnoburocrático, por outro, os moradores das comunidades rurais respondem ativamente à dominação, estendendo, por sua vez, *sua* rede e, com ela, os princípios que lhe dão significados. Como cunhado no Diagnóstico,

se pensarmos que o trabalho na terra é em grande medida a manipulação da natureza por parte dos homens como medida da construção, reprodução e transformação das culturas humanas, o trabalho na cidade representa a manipulação de sua subjetividade para que possa se encontrar em diferentes universos simbólicos (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, Vol. IV, 2007: 833).

A configuração da vida camponesa nos municípios de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia impunha aos sertanejos a necessidade de articular seus princípios morais com as mudanças provocadas quando da construção do Eixo. Tais mudanças implicavam a busca de assistência técnica, o uso de novos artigos agropecuários, bem como de outros bens e serviços. Esses tidos ora como “evolução”, ora como entrave. De qualquer maneira, em meio à diversidade das formas de trabalho que surgiram com a chegada de grandes proprietários e do comércio, a expressão dos moradores das comunidades quanto às relações com os novos atores testemunha a persistência da ajuda como valor moral que perpassa e justifica a relação.

Mas fui eu que falei: “Vamos plantar” [maracujá]. Pelo menos plantaram. E valeu. Agora, eu estou sem projeto. Agora eu preciso de uma pessoa para inventar para mim. Um projeto de coco da Bahia parece que não é lucro. Criar galinha, não sei. O leite, tem que dar uma ampliada. Agora tem um problema sério – a Cooperativa [de leite] está exigindo tanque de resfriamento. O preço do tanque é muito alto. As prestações ficam muito altas, o leite muito baixo. A gente está pensando em dar mais um tempo para ver se pode, não sei não. Mas o que eu entendo é que não pode parar com o leite. Tem que dar continuidade e tem que melhorar, racionalizar mais as vacas, diminuir a quantidade e aumentar a produção do leite. Tem que melhorar a pastagem, tem que melhorar essa questão de racionamento do leite. Esse é um

projeto que tem que ir para frente. Agora, criar um outro aí, que ainda não tem... Eu estou atrás de quem tem cabeça para inventar (risos). Eu já falei para muita gente já, que eu quero um cara que me invente projeto, que me invente coisa para a gente fazer. Eu falo para a turma: “Eu quero um projeto assim para a gente ter lucro (risos) com pouco gasto” (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pirapitinga, em entrevista a Leonardo Leocádio).

Nós tínhamos assistência da Emater e requeremos em Luziânia. A associação ajudou até nisso, porque não tinha como nós buscar, né? Com a associação, aquilo despertou em nós, que nós tínhamos que ter um acompanhamento técnico pra criação, pra aumentar a lavoura. Na época eu era o presidente e eu fui requerer em Luziânia e eles falaram: – Muito bem, o que vai atender vocês é a Emater de Alexânia. Ela ajudou demais, muitos tocou horta, plantou maxixe, tomate, quiabo, tudo com orientação deles (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone em 23/08/2006).

Então veio a UHE Corumbá IV, um *sobrenclave* que marcaria de forma mais intensa a necessidade de respostas por parte dos camponeses. O que se percebe é o completo desconhecimento e o descaso da incomensurabilidade como um problema político a ser solucionado pelo Estado. Até a fase de instalação não houve qualquer preocupação com os modos de reprodução camponês, pelo contrário, o que se viu foram ações balizadas pela lógica do enclave. Depois, quando as terras estavam inundadas e as negociações de indenização realizadas, aí sim houve preocupação, mas muitos impactos não poderiam ser sequer dimensionados. Em muitos casos, não se tratava de um problema epistemológico da antropologia, mas da história afogada nas águas do reservatório.

As maneiras dos atingidos das comunidades rurais expressarem os impactos e elaborar demandas estavam em consonância com as concepções de mundo que delineamos. O principal impacto, obviamente, foi a subida da água, que tomou todas as áreas de baixada, onde se realizavam as atividades de agricultura e ainda se observavam pastos. Ao invadir a área responsável pela produção do “grosso”⁸ da subsistência, a água fez submergir a própria estrutura de (re)produção camponesa, o que envolve as formas de trabalho e ajuda. Para veranistas e comerciantes, entretanto, ela valorizou as terras e estabeleceu um mercado de bens e produtos, principalmente imobiliário e de pesca esportiva, sem precedentes na região.

Aconteceu foi que os terrenos melhores foram tomados (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone em 23/08/2006).

Os parentes que moravam na beira do rio ficou com terra só pra tocar hortaliça (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone em 19/08/2006).

O maior desafio hoje é o meio de sobrevivência, porque, com a Corumbá aí, fica difícil. Então, o maior desafio é sobreviver de agora pra frente. Cada ano que passa, o serviço vai diminuir mais (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone em 19/08/2006).

Lá onde é cultura a água tomou tudo (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone em 20/08/2006).

O desafio é manter os pioneiro ficar aqui, vai ser difícil. Nós não vai agüentar a pressão, porque como vamos ficar sem trabalho? Os meus filhos, nenhum mora comigo, moram tudo pra lá. Mas e os outro? Os que “veve” da enxada? (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone em 19/08/2006).

Muitos saíram da região, seja porque tinham as terras totalmente atingidas, seja porque optavam ir para as cidades, dado o descontentamento e a nova paisagem. Não faltaram relatos de “morte por desgosto”. O afastamento de parentes e amigos contribuiu para que as relações de ajuda perdessem parte dos membros que a compartilhavam como valor e a reproduziam com os “de fora”

Outros relatos acentuavam a perda do trabalho como meeiro, caseiro e diarista em outras propriedades, o que impactou diretamente os(as) chefes de família, pois estes trocavam seu trabalho nas épocas de seca, assegurando seu papel de “responsáveis pela renda familiar”. Além disso, a circulação de mercadorias foi dificultada em função da nova malha viária construída pela CCSA, que aumentou consideravelmente as distâncias dos núcleos urbanos.

Com a inundação, vieram também os impactos produzidos pelos instrumentos do licenciamento. O principal deles é a obrigatoriedade de estabelecimento da APP a partir de 100 metros da cota máxima de enchimento do reservatório. A APP é tida como o lugar de entrada dos “de fora”, que aumentaram consideravelmente com a formação do lago. Os moradores das comunidades rurais afirmam:

O “nego” chega e tem uns que têm educação de pedir, de ficar ali, outros que chegam pra detonar com tudo, quer acabar, entrar sem pedir, botar tarrafa, rede, não quer nem saber, deixa sujeira na beira do lago e acabou. Brasília está próximo e qualquer folga o pessoal vem para cá. Muita gente de fora. À noite aqui tem de ter cuidado (Motorista do transporte escolar da Fazenda Lagoinha, em entrevista a Taís Garone em 24/08/2006).

Meu Deus do céu. Só Deus pra guardar a gente. Você não conhece ninguém, né? Ficou muito zuado. Agora a gente tem medo, eu não tenho como sair. De primeiro, eu passava com a lua clara, agora acabou. Agora só passa gente estranha. Se dá uma carona só quer fazer malandragem (Moradora atingida da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone em 23/08/2006).

Hoje não se tem aquela tranquilidade que tinha aqui. A gente fica com medo. A região de Luziânia está tendo muitos assaltos nas fazendas. Aqui até hoje não teve, não. Mas, a região de Alexânia é demais da conta. A gente fica até com medo de ficar à noite aqui (Morador atingido da Fazenda Lagoinha, em entrevista a Taís Garone em 24/08/2006).

Você vê tanta gente aí que nunca viu na vida, vem pescar, conhecer o lugar, mas não sabemos, pode ser gente boa ou ruim (Morador atingido da Comunidade Fazenda Pinguela, em entrevista a Taís Garone em 23/08/2006).

O maior problema que o pessoal aqui comenta, é o enchimento de pessoas na beira do lago, eles deixa muito lixo, Corumbá não vem tomar providência. Já surgiu a idéia de arrumar o pessoal para tratar do problema na região, porque fica muito lixo e tem a parte de segurança também. Tem muita gente estranha aí no meio, tem muitas casas próxima ao lago. Aí fica todo mundo com medo. O que mais comentaram é isso (Morador atingido da Comunidade Fazenda Santa Rosa, em entrevista a Taís Garone em 19/08/2006).

Não tinha esse tanto de gente na casa da gente. Hoje passa muito desconhecido, antigamente a gente sabia quem era, onde morava, onde ia. O maior problema nosso é esse (Morador da Comunidade Fazenda Santo André, em entrevista a Taís Garone em 25/08/2006).

Com a hidrelétrica, vieram também as formas diferentes de significar o território, os estudos, EIA/RIMA, Plano Ambiental de Conservação e Uso de Reservatórios Artificiais –

PACUERA, Diagnóstico, PBAs e outros, todos impactantes à sua maneira. A incongruência das novas territorialidades impostas aos moradores das comunidades exigiu conhecimentos para lidar com a reprodução camponesa que os chefes de família não detêm. Dessa forma, a ausência de terras e a reconfiguração do “saber fazer” desestruturou toda a hierarquia anterior, assim como deslegitimou o chefe de família como detentor do conhecimento.

Qualquer ação ou proposta de legitimação de impactos que desconsidere as formas de viver e se reproduzir dessas comunidades reitera a assimetria de poder existente na *máquina* do licenciamento ambiental. Muito ficará encoberto pelos problemas de incomensurabilidade inerentes ao fazer antropológico, mas aqueles que podem ser apontados não devem ser desconsiderados.

Os atingidos respondem aos impactos, agenciando-os de forma a “*dar um jeito*”. O “jeito” seguramente indica os mecanismos de respostas aos atores “de fora” e suas ideologias, que colocam em risco a liberdade e relativa autonomia dos moradores das comunidades rurais em questão. Assim, como o “antes” foi desconsiderado pelos planejadores do licenciamento da obra em questão, também o foi o “depois”, *i.e.*, a agência dos atingidos diante dos impactos, como ficará mais claro nos demais subtópicos deste capítulo.

5.1.2. São Roque (Município de Silvânia) e Bom Jardim (Município de Gameleira de Goiás e Silvânia)

Se nos municípios de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia as comunidades rurais se mantêm nítida e fortemente ligadas à família, ao trabalho e à terra, o mesmo não ocorre em São Roque e Bom Jardim, em Silvânia. A região é composta por terras muito maiores⁹, configuração territorial que, como vimos no capítulo 1, decorre da ocupação histórica.

Mas se podemos, com segurança, afirmar que em Bom Jardim não opera a moralidade camponesa, já que a área é majoritariamente composta por veranistas, há dúvidas quanto a São Roque. Apesar de as terras serem grandes, encontramos muitos indícios que aproximam relativamente São Roque das comunidades anteriormente descritas. Há, claro, muitas diferenças. Mas, de fato, apesar de deterem menor densidade, as forças nucleantes existem e se apresentam àqueles que com alguma insistência buscam compreendê-las.

O leite foi o carro-chefe da produção não só em São Roque como em toda Silvânia. Atualmente, a soja compete com o leite, o que revela uma tensão entre os antigos e os novos moradores, assinalando diferentes moralidades. Essa tensão emerge na região juntamente com a construção do Eixo e, por isso, deve ser levada em conta para que o “antes” seja dimensionado adequadamente.

A produção de soja é mecanizada em sua maioria, os proprietários, muitas vezes, não moram nas terras e alimentam perspectivas mais estritamente econômicas sobre a área. São, em

resumo, executivos no que se convencionou chamar *agribusiness*. Os criadores de gado, por outro lado, estão mais presentes nas terras, têm uma agricultura um pouco mais diversificada, dependem, em maior grau, da mão-de-obra familiar – não tanto quanto nas comunidades já descritas – e concebem o trabalho como um valor nucleante com relação à terra e à família. Há uma tênue relação nucleante da terra, família e trabalho entre os produtores de leite de São Roque que pode passar despercebida ao observador menos atento.

A divisão familiar do trabalho é similar à encontrada nas comunidades de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia: homens trabalham com o gado e com a “tiração de leite”, mulheres cuidam das casas, quintais, pequenas criações, hortas e pomares. A agricultura é realizada em pequena escala e atende com mais frequência ao sistema produtivo do gado: silos, milharais, mandiocais, canaviais e até pomares; todos voltados para alimentação do gado *vacum*. Mas há excedentes que asseguram a subsistência. Esta, cultivada mais como traço identitário do que como necessidade elementar da família. O caso dos produtores de leite de São Roque exige que perguntemos: onde reside a campesinidade?

Um analista com tendências economicistas afirmaria contundentemente que São Roque não compõe uma realidade camponesa, já que a grande propriedade é recorrente, o que o levaria a considerar que um dos principais fatores de produção, a terra, é abundante. Mas se, aos moldes das propostas dos Woortmann, focarmos nas moralidades camponesas, outras afirmações poderiam ser feitas. Talvez a mais significativa para o caso deste trabalho é a de que os produtores de leite de São Roque guardam as marcas históricas de uma campesinidade baseada na grande propriedade rural em Goiás. Não se trata de conceber a terra como mero fator de produção, mas como valor ligado impreterivelmente à família e ao trabalho. Valores que, no momento anterior à hidrelétrica, estampavam grande ambigüidade.

Quando perguntávamos aos atingidos de São Roque o que a terra significava para eles, a resposta mais recorrente era de que ela constituía o espaço onde os antepassados se estabeleceram. Talvez esse seja o sinal diacrítico mais marcante entre os produtores de leite e os plantadores de soja e veranistas: para os primeiros, a região é o lugar da família, terra onde o cerrado foi dominado e subjugado aos interesses do trabalho. Para os demais, ela não representa o lugar da morada, mas apenas o lugar do recurso, seja para o lazer, seja para a aquisição de renda.

Ao longo da constituição histórica do Eixo Brasília–Anápolis–Goiânia, o casamento endogâmico, prática até então recorrente, foi sendo gradativamente substituído pelo exogâmico e, ao contrário do que se poderia esperar, essas alianças fortaleceram a pertença ao local. Mais que isso, representaram a extensão das moralidades antes expressas intramuros à cidade.

Isso hoje, hoje tem muito né, as pessoas casam com gente de fora, não casam mais com gente daqui, porque são muitos parentes, mas hoje não, hoje já misturou, aqui na cidade são tudo parente... (Morador atingido de São Roque, em entrevista a Ivanise dos Santos).

O casamento exogâmico expressa, de modo geral, as interações ambíguas entre os grandes proprietários do leite de São Roque e a cidade. Por possuírem terras extensas, galgam a possibilidade de produzir leite com a mesma intensidade e retorno econômico dos produtores de soja, considerados ricos. Entretanto, excluídos historicamente do desenvolvimentismo, da mecanização da agricultura e da comercialização com os grandes centros, cultivaram uma moralidade baseada no trabalho familiar combinado com algumas práticas vicinais e contratação de trabalho assalariado. Os valores vinculados a essa moralidade são reproduzidos em meio a e simultaneamente aos preceitos do capitalismo no meio rural. Se buscam o modelo econômico capitalista, no sentido de que pretendem melhorar seus ganhos em função do tamanho de suas terras, a forma de planejar a “entrada” no sistema é balizada por uma moralidade camponesa. A exogamia, antes de desdobrar-se em desagregação social, afigura-se como revitalização do pertencimento camponês. Na cidade de Silvânia é comum que se referencie indistintamente o “povo de São Roque” como “os Dutra”, “os Rodrigues” ou, com menor recorrência, “os Freitas Lima”. Ao se casar com um desses “povos”, os habitantes da cidade passam a compor o grupo e estabelecer-se nas relações de obrigação e deveres impostos pelos chefes das grandes famílias.

Outro sinal diacrítico que assinala uma tênue e ambígua moralidade camponesa vivida pelos produtores de leite de São Roque é a festa de São Sebastião. Como descrito no Diagnóstico,

(...) em 1870, foi construída a Igreja de São Sebastião, segundo Borges (1981), devido a uma promessa da tradicional família Peixoto. Conta-se que o motivo da promessa era para que a “gente da casa” não fosse mandada para a Guerra do Paraguai, fato que não ocorreu e que deu ao santo a característica de guerreiro. O mesmo santo acabou sendo visto, tempos depois, como o santo dos roceiros (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, vol. IV: 946).

Não há párocos na católica São Roque. São as mulheres que vêm desempenhando a tarefa de organização das atividades rituais. A festa de São Sebastião, que passou a ser considerada profana à medida que migrou para a cidade, é um momento de reafirmação dos laços sociais, em que exalta-se a vida sertaneja. É também o momento em que se discutem as dificuldades coletivas enfrentadas, como os impactos da UHE Corumbá IV. A festa, quando realizada em São Roque, era palco em que se expressava o desprezo pela cidade e seus costumes, considerados ofensivos aos produtores que até hoje incriminam os cigarros prontos ao enrolarem em palha os fumos produzidos em pequena escala nas propriedades leiteiras.

Mesmo sendo donos de parcelas maiores de terra, alguns senhores de idade de São Roque lembram, com alguma dificuldade, dos mutirões que realizavam. Um deles, já com 82 anos, diz:

Não é bem um ritmo de mutirão, o outro tá fazendo o trabalho, a gente vai pra lá e ajuda, depois vem tudo pra cá e faz o daqui, então é assim. Isso era uma maneira também de utilizar o que tinha lá, por ser longe, não precisar ficar levando gente(...) Tinha que tomar a cervejinha quando acabava o serviço, a cachacinha. Lá era muito comum fazer isso, fazia no fim de semana, de sábado pra domingo. Fazia o serviço pra aquela pessoa e já ficava pronto e já marcava pro outro, tal dia é do fulano (...) Matava um capado (...) A gente tomava muita pinga, não era pouquinho não, ficava o dia inteiro trabalhando, era o único dia que trabalhava bebendo pinga(...) (Morador atingido de São Roque, em entrevista a Ivanise dos Santos).

Mas é necessário fazer uma importante distinção entre o mutirão aí descrito daquele realizado pelas comunidades rurais de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia. Com o passar do tempo, as práticas de auxílio vicinal foram perdendo a característica da ajuda a grupos familiares, dando lugar a atividades sobre a infra-estrutura coletiva exclusivamente. Já nos anos 1970 e 1980, os mutirões, quando realizados, trabalhavam apenas no espaço público. A concepção de pertencimento a uma coletividade daí resultante respondia às transformações das pessoas em indivíduos, em consonância com os novos “chegantes”¹⁰ e seu mundo. Fica claro no relato acima o problema da distância entre propriedades, que decorre das grandes extensões de terra e ainda o fato de que “não é bem um ritmo de mutirão”, já que os auxílios vicinais ocorriam em nível individual.

Essa concepção de coletividade, no meu entender, não nos permite caracterizar São Roque como uma comunidade nos mesmos termos das que já foram tratadas anteriormente. As práticas vicinais passaram a satisfazer não a necessidade da liberdade, embasada na ajuda de pessoas que se identificam como pares, quanto aos “de fora”, ou quanto ao sistema produtivo envolvente, mas como o aperfeiçoamento do espaço público *na* e *para* a lógica capitalista. Quando colocávamos a questão aos produtores de leite de São Roque, ouvíamos respostas variadas.

Para algumas pessoas, São Roque é apenas um povoado, uma região formada por famílias centenárias. Para outros, há a comunidade de São Roque que ainda persiste apesar da desagregação social caracterizada pelo êxodo rural. Segundo relato de um morador, a comunidade em São Roque é pensada mais em um conceito familiar que em termos de coletividade, o que pode explicar a falta de consenso em relação à utilização deste termo para caracterizar a região formada basicamente de produtores rurais (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, Vol IV: 944).

A vinculação da idéia de comunidade aos grupos familiares em São Roque não chega a dar coesão entre as famílias, a não ser pelas denominações de parentesco. “*Todos são primos*” afirmou uma senhora que visitei na primeira viagem de campo. Trata-se de um pertencimento

claramente marcado pelo compartilhamento de valores e crenças¹¹, mas não chegam a representar um grupo corporado (Wolf, 2003).

Exemplo disso é a razão pela qual as associações foram criadas: para busca de crédito rural que estava estritamente disponível aos grandes produtores ricos, em detrimento dos não tão bem favorecidos. A posse ou propriedade de grandes porções de terras não assegurou aos produtores de leite de São Roque a inclusão no sistema produtivo capitalista. Dessa forma, eles se encontram em uma situação liminar, na qual nem são exatamente executivos do *agribusiness* com vastos créditos para realizarem suas atividades produtivas, nem uma comunidade camponesa ou sertaneja, com base no trabalho familiar na pequena propriedade.

Desde as primeiras associações, o maior problema enfrentado era o escoamento da produção, indicando-nos a prevalência das atividades geradoras de renda sobre as de subsistência. Como desdobramento, foi criada a Cooperativa dos Produtores Rurais de Silvânia – COOPERSIL, que hoje afigura-se como grande cooperativa do estado de Goiás.

(...) é que o produtor passa a ter uma identidade, algo vinculado a ele, ele passa a pertencer a uma instituição, antes ele não pertencia, às vezes, podemos dizer a nada, quando ele vendia pra uma empresa que apenas vendia, passa então até a pertencer a um grupo de pessoas, isso para nós é importante. Ele passa a conviver com essas pessoas, a trocar idéias, participar de encontros com essas pessoas, passa a ter uma família também, mais essa área social, e depois ele passa a comercializar com a COOPERSIL como uma empresa que ele é dono também, a cooperativa passa a ser dele, então essa compra e venda de produtos aí, normalmente, em boa parte, em condições melhores de preço tanto para vender o produto como para comprar, então ele passa a ter essas vantagens. Ele tem a possibilidade também de ter assistência técnica coletiva que ele mesmo paga, os nossos técnicos são contratados pela cooperativa, que sai dele também, em vez de contratar um profissional, um só contrato passa a atender um monte de gente. Então essa assistência técnica passa a ser coletiva, tem essa facilidade, e de participar também de outras oportunidades atrás do leite que é o principal ramo da entidade (Presidente da COOPERSIL, em entrevista a Ivanise dos Santos).

A cooperativa recebe leite de toda as áreas atingidas pela UHE Corumbá IV, o que nos leva a entendê-la como *central de cálculo* na região. Se até aqui insisti que a oposição capitalismo x comunidades camponesas não faz muito sentido quando focamos nas moralidades, em busca da campesinidade, por que centralizo a maior interação de São Roque com o capitalismo rural para caracterizá-la? Basicamente, porque os valores morais que se estabeleceram historicamente em São Roque reproduzem sua campesinidade não como o valor que assegura certa autonomia, mas que relê as ideologias burguesas de ascensão econômica no meio rural.

Todo e qualquer camponês mantém relações com os fluxos econômicos do capital, seja em busca de autonomia, seja no escoamento da produção excedente ou na aquisição de produtos das cidades, não há qualquer novidade em indicar isso. O que me parece interessante é que a moralidade camponesa, no caso de São Roque, se reveste de um teor saudosista que acompanha e baliza as estratégias de ascensão no capitalismo rural de Goiás, diferente do que ocorre nas

comunidades rurais de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia, onde a terra, o trabalho e a família se adensam em um nó apertado a partir do qual as necessidades são supridas, assim como a relativa autonomia. Neste caso, a moralidade camponesa é vivida no sentido da reprodução objetiva da forma de lidar com a terra e com os “de fora”. Não como uma tradição resguardada e nomeada como tal no presente, e sim como simples prática que se vive.

Essa era, portanto, a configuração de São Roque antes da chegada da UHE Corumbá IV. Depois da criação da usina, muitos impactos foram relatados pelos produtores de leite. Nota-se que o enchimento do reservatório em si não causou grandes danos, dado o tamanho das terras e a prática menos recorrente da agricultura de subsistência nas áreas de baixada. Entretanto, o escoamento da produção leiteira para a COOPERSIL foi prejudicado. O leite, que já vinha sofrendo desvalorização no mercado, ficou ainda mais caro, pois houve considerável aumento de percurso até a sede da Cooperativa. Àqueles que sobrevivem exclusivamente do leite foi colocada uma escolha: ou procurar outras fontes de renda, ou aumentar o rebanho.

Se a solução pretendida pela família fosse aumentar o rebanho, a empreitada esbarrava na capacidade da força de trabalho familiar. Há alguns anos, boa parte dos filhos dos moradores de São Roque saem das fazendas para as cidades. Com a mão-de-obra reduzida, percebeu-se o aumento de mulheres lidando com a ordenha, atividade considerada eminentemente masculina. Com isso, a própria “tradição” foi sendo retirada de seu lugar ideal, tendo que ser não só reinventada, mas vivida como necessidade causada pela implementação da barragem. Recriou-se a necessidade do trabalho familiar e maior dependência da terra.

Isso ocorreu com grande frequência com as famílias que vinham sendo historicamente excluídas dos avanços tecnológicos no meio rural, quando se implementou a ordenha mecânica. Alguns dos produtores de leite, principalmente os “de fora”, ou “chegantes” faziam uso da tecnologia desde os anos 1990. Mesma época que marca a difusão da energia elétrica nas comunidades rurais de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia.

Caso o produtor escolhesse procurar outras fontes de renda, ele encontraria grandes dificuldades, pois não domina o “saber fazer” até então estritamente vinculado ao trabalho com gado leiteiro. Alguns abandonaram as “roças” e foram morar na cidade e trabalhar com comércio, outros se aposentaram como produtor rural. Outros, ainda, passaram a vender gado, eliminando gradativamente seu rebanho. Houve ainda os que adquiriram outras propriedades no mesmo município e continuaram a realizar as atividades anteriores.

Vem ocorrendo com grande frequência o assédio de investidores imobiliários que intentam criar condomínios na região. Alguns proprietários relataram que receberam propostas e venderam pedaços de terra para investidores, geralmente de Brasília e Goiânia. Outros proprietários optaram, eles mesmos, por lotear parte de suas terras. Essas ações, além de não

regulamentadas, seja nos Planos Diretores Municipais, seja no PACUERA, geraram um certo conflito que expressa a ambigüidade da campesinidade presente em São Roque: alguns são favoráveis aos loteamentos e alegam que não dá mais para viver do leite nos padrões de produtividade necessários para a reprodução da família. Outros são veementemente contra os loteamentos e afirmam que eles irão descaracterizar as terras e a memória dos antepassados.

Os dois contextos até aqui apresentados nos mostram como é complexa e arriscada a tarefa de determinar a “emergencialidade” dos casos emergenciais do licenciamento da UHE Corumbá IV. Poderiam alguns produtores de leite de Silvânia serem enquadrados nesse grupo? Não pretendo aqui responder a questão, mas qualquer passo que se possa dar nesse sentido não pode desconsiderar o conhecimento da diversidade sociocultural da área rural de Silvânia e as formas como o desenvolvimento excluiu historicamente alguns grupos familiares em detrimento de outros. Talvez não coincidentemente os excluídos são os mesmos que alegam ter seus antepassados enterrados nos quintais¹².

Os problemas com turistas também revelam um posicionamento dos “de dentro” quanto aos “de fora”

A gente que está na beira do lago, a gente vê né, mas aí é o que eu estava te falando, tem que arranjar uma central para a gente ficar ligando [para poder fiscalizar o lago], porque todo mundo que mora no barranco tem interesse em preservar, agora, os de fora, esse pessoal que vem, não está nem aí, quer pegar de qualquer forma(...) (Morador atingido de São Roque em entrevista a Ivanise dos Santos).

A implementação do reservatório causa em alguns o reavivamento dos valores considerados tradicionais, não no sentido de retomar práticas anteriores simplesmente, mas de exaltar as raízes sertanejas e praticar uma tradição modificada, reconfigurando limites dos grupos familiares que observam desgostosos a saída de seus parentes.

Mas continuemos nossa “viagem” ao “desconhecido” mundo dos atingidos, vamos agora aos municípios de Corumbá de Goiás, Abadiânia e parte de Alexânia.

5.1.3. Alvoradinha, Cotia e Rochedo (Sub-região do Rio do Ouro, Município de Corumbá de Goiás e parte de Abadiânia), Barreiro da Boa Vista, Barro Amarelo e Vaca Brava (Sub-região do Rio das Antas, parte do Município de Abadiânia e parte de Alexânia)

Ao depararmos-nos com a organização sociocultural e econômica das coletividades situadas nas áreas rurais dos municípios de Corumbá de Goiás, Abadiânia e Alexânia, percebemos duas configurações mais ou menos regulares. Por isso, em face da inadequabilidade dos limites municipais quanto à disposição social da região, dividimos analiticamente a área em duas partes ou sub-regiões. De um lado, a Sub-região do Rio do Ouro, que conforma as localidades de Alvoradinha, Cotia e Rochedo; do outro, a Sub-região do Rio das Antas, onde estão Barreiro da Boa Vista, Vaca Brava e Barro Amarelo¹³.

A Sub-região do Rio do Ouro é contígua ao município de Silvânia, enquanto a do Rio das Antas ao município de Santo Antônio do Descoberto. A difusão de práticas e moralidades camponesas por essas terras permite-nos aproximar a maneira de produzir e reproduzir dessas áreas com seus vizinhos. Em Rio do Ouro, há grandes semelhanças com os produtores de leite de São Roque e no Rio das Antas com as comunidades rurais de Santo Antônio do Descoberto. Mas há diferenças que devem ser levadas em conta para compreendermos a diversidade do “atingidos”.

Na Sub-região do Rio do Ouro, as propriedades são um pouco menores que as de São Roque. Ao sair de Silvânia rumo a Corumbá de Goiás, percebe-se o aumento proporcional de pequenas terras, entretanto, elas ainda são maiores que as encontradas na área rural de Santo Antônio do Descoberto. Percebe-se, também, maior dependência da policultura de subsistência do que em São Roque, entretanto, assim como em São Roque, a atividade produtiva mais importante é o leite e seus derivados e a ética compartilhada e expressa nas relações vicinais, de trabalho e da produção familiar se assemelha àquela voltada para a inserção no capitalismo rural a partir da “tradição” camponesa.

O menor tamanho das terras, em comparação com São Roque, reflete diferenças nas formas de galgar espaços na produção goiana de leite e na organização do trabalho. Há na Sub-região um forte comércio de leite, mediado principalmente pela COOPERSIL e pela Itambé, o que gera uma correspondência entre os ciclos sazonais – chuva e seca – e os ciclos produtivos. Na época da seca, *“os pastos ficam fraco e a tropa não sustenta”*, disse um atingido da Sub-região a Rodrigo Medeiros. A partir do conhecimento dos (das) chefes de família e dos vaqueiros contratados, é possível administrar a baixa produtividade na seca. Em casos mais extremos, os moradores abrem mão de algumas cabeças de gado, seja para adquirir renda – venda direta –, seja para cortar gastos – abandono e até sacrifício e consumo interno de reses. Muitas vezes o sacrifício de reses, além de ajustar a previsão de diminuição de renda, serve às práticas de auxílio vicinal. Peças de carne são oferecidas a vizinhos, amigos e parentes. Como nos outros casos já descritos neste capítulo, na época da seca, as mulheres assumem papel central na reprodução da família, justificando o conselho de um dos atingidos de que *“mulher boa para casar é a trabalhadeira, que segura os homens que vai trabalhar pros outros”*¹⁴.

Uma vez que as propriedades são menores que em São Roque, há maior dependência dos moradores da Sub-região do Rio do Ouro quanto à terra. Para produzir na mesma escala é preciso intensificar o trabalho leiteiro por hectare. A mão-de-obra familiar muitas vezes não é suficiente para suprir a intensidade de trabalho desejada nas terras. Por isso, é muito comum que se utilize de mão-de-obra “de fora” ou da vizinhança. O contrário também ocorre: muitas vezes, a capacidade produtiva das terras, mesmo utilizando-se de trabalhos e auxílios vicinais, é

limitada diante das demandas da campesinidade da Sub-região. Dessa forma, os (as) chefes de família e, principalmente, os filhos trabalham com frequência nas fazendas vizinhas e até mesmo nas cidades.

As relações que aí se estabelecem, via diária, meia ou empreitada, perpassam por relações de cooperação e de negociação quanto à quantidade de trabalho no tempo. As inter-relações entre as partes também são importantes para o estabelecimento de valores monetários. Mesmo ausentes, as práticas vicinais – como mutirão e traição – ocupam lugar central nessas relações “trabalhistas”.

A única negociação de diária que presenciamos [na Sub-região], segundo o filho de Sr. T. não foi um “combinado comum para diárias, porque era de serviço de trator” que tem outra dinâmica porque envolve custos com equipamentos e ajudante. Mesmo assim, ficou claro nas explicações posteriores que a combinação segue uma ética toda própria do como deve ser uma negociação séria entre “iguais”. A simetria é a primeira característica importante que é garantida pela liberdade: ambos estão celebrando um contrato de livre vontade. A segunda característica é a busca de uma negociação considerada razoável para as partes (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, vol. IV: 802).

Dessa forma, mesmo que as relações de trabalho sejam travadas em função de necessidades objetivas da reprodução da família e da terra – o que indica uma dependência do trabalho de meeiros ou diaristas –, a negociação dos contratos, que em sua maioria são verbais, ocorre sob o significado de liberdade. Assim, a Sub-região do Rio do Ouro pode ser aproximada das características de São Roque, mas a diferença de tamanho das terras repercutem incisivamente na organização da família para o trabalho. Com isso, as forças nucleantes assumem outras configurações que são fundamentais quando temos o interesse em apontar a diversidade dos atingidos pela UHE Corumbá IV e subsidiar críticas à homogeneização dos “atingidos” e dos “casos emergenciais” como categorias do licenciamento.

A Sub-região do Rio das Antas conforma localidades que se aproximam da organização social das comunidades rurais de Santo Antônio do Descoberto. As terras são pequenas, se bem que um pouco maiores que as de Santo Antônio, mas menores que as da Sub-região do Rio do Ouro. Há dependência mais intensa das roças e criações de animais de pequeno porte para suprir as demandas, principalmente na época da seca. Nessas localidades, há uma busca de autonomia ou liberdade quanto aos “de fora”. Por ser uma das áreas de maior beleza cênica, aos olhos dos “de fora”, os impactos sobre as relações de trabalho familiar na terra têm sido fortemente sentidos, já que a região comporta o maior foco de especulação imobiliária do entorno da UHE Corumbá IV.

O leite é também o principal produto para aquisição de renda, mas ele é vendido como excedente, como insistentemente afirmaram moradores do Barro Amarelo e Barreiro da Boa Vista. Se em São Roque e na Sub-região do Rio do Ouro o leite é valorizado exclusivamente como

produto para a venda, na Sub-região do Rio das Antas ele assume um duplo papel: serve tanto à subsistência quanto à aquisição de renda. Obviamente, em São Roque e no Rio do Ouro, os produtores satisfazem suas necessidades nutricionais, consumindo parte do leite produzido. O diferencial aí não é tanto o fato de ele ser consumido nas famílias produtoras, mas como ele é significado no gerenciamento da tríade campesina. Na Sub-região do Rio das Antas, ele supre necessidades compartilhadas pela família que prioriza a subsistência; caso houver excedentes, este é comercializado.

Barro Amarelo é um Projeto de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e, como tal, tem uma territorialidade estatal baseada nos princípios democráticos de reforma agrária. As pessoas que lá residem compartilham ideais de luta pela terra em movimentos sociais organizados. O associativismo daí resultante segue a perspectiva da luta de classes no meio rural, diferenciando-se tanto de São Roque como das comunidades rurais de Santo Antônio do Descoberto. Às atividades políticas de luta pela terra se somam as trocas de ajuda que objetivam tanto a reprodução da família e trabalho como a coesão do grupo como “assentados”. A Associação de Barro Amarelo é a única da Sub-região, o que faz com que seja utilizada por pessoas não assentadas, mas que buscam auxílios para acessar crédito rural, resolver contendas cotidianas, ou trocar dádivas.

Com a implementação da UHE Corumbá IV, muitos impactos recaíram sobre os atingidos das Sub-regiões em questão. O que motivou agrupar as duas Sub-regiões foi o fato de que nelas as áreas de baixada eram utilizadas como partes absolutamente significativas do projeto de planejamento do trabalho familiar. A oposição cidade/fazenda também é bastante presente. A fazenda ou roça, sempre valorizada como o melhor lugar para se viver.

Criamos a família no cabo de enxada (Morador atingido de Barreiro da Boa Vista, em entrevista a Rodrigo Medeiros).

Amor [pela terra] isso não se paga (Moradora atingida de Vaca Brava, em entrevista a Rodrigo Medeiros).

(...) não agüento ficar meia hora na cidade, já fico agoniado pra voltar. Há duas classes e qualidades de gente que não se combinam nunca: o povo da cidade e da roça (Morador atingido de Barreiro da Boa Vista, em entrevista a Rodrigo Medeiros).

(...) tem que ter sentimento pelas coisas da terra (Moradora atingida de Rochedo em entrevista a Rodrigo Medeiros).

Além da inundação das áreas de baixada e da valorização da terra e da roça em oposição à cidade, as duas Sub-regiões compartilham a religiosidade católica, por meio da qual também expressam seus contrastes com a cidade. Isso ocorre principalmente no município de Abadiânia, onde uma das casas espíritas mais conhecidas no mundo está instalada. Trata-se da Casa de Dom Inácio de Loyola, onde João Curandeiro realiza trabalhos espirituais, com base no espiritismo. Percebido como “de fora”, ele atende e alcança efetividade nos tratamentos, principalmente com

turistas, muitos deles estrangeiros. Na Sub-região do Rio das Antas, a oposição entre os católicos e João Curandeiro é freqüentemente utilizada pelos atingidos para se diferenciarem do “povo da cidade”. Uma atingida de Barreiro da Boa vista relatou a Rodrigo Medeiros que, quando o João Curandeiro aparecia em sua casa, em busca de seu famoso polvilho, sua filha corria, pegava a bíblia e ia rezar escondida no quarto. Mas, segundo ela,

(...) não vejo mau naquele homem, é bom de prosa. Conversador que é muito (...) sentamos aqui nesta beira de terreiro [no quintal da casa, local de receber as visitas na casa dela] e proseamos foi muito. O moço é bom de prosa. Ele é jovem, né? Na primeira vez que veio aqui nem sabia quem era. Depois que disse perguntei logo pra ele o que fazia para ficar com uma cara tão boa, sem rugas, né? (...) Eu não tenho medo não. Deus é um só e quem tem Deus no coração não precisa ter medo dos outros, né? Rezo todos os dias, minha Nossa Senhora do Rosário está ali na porta da sala. Meu filho, esta casa está protegida. Para que ter medo do homem (...) Não acredito muito nessas coisas de cura, será que cura mesmo? Aqui de Abadiânia parece que nunca curou não. Só esses estrangeiro que vem ai, né? Não sei, só sei que na igreja dele não vou. A nossa aqui foi desativada, depois dessa tal de barragem é uma dificuldade de chegar lá na igreja de Nossa Senhora do Rosário (Moradora atingida de Barreiro da Boa Vista em entrevista a Rodrigo Medeiros).

As pessoas da Sub-região fazem questão de se diferenciarem também dos protestantes, que são maioria nas comunidades rurais de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia.

Isso aqui que você está vendo é tudo católico, tudo filho católico. Católico você sabe como é, né? Católico tem que ler para fazer o que eles querem. O crente já é diferente, não pode comer isso, não pode comer aquilo, não pode jogar mais, então católico é dominante mesmo (...) Católico se sente livre para fazer qualquer coisa, protestante tem muito não pode (...) Porque a Bíblia é uma só. Interessante, Deus é um só e o povo vive brigando. Inclusive tem uma guerra lá para o lado da Inglaterra para lá... Como é que chama lá? (Morador atingido de Barro Amarelo, em entrevista a Rodrigo Medeiros).

As semelhanças entre as duas Sub-regiões são finitas. Apesar de reconhecerem a terra, a família e o trabalho como valores interligados, o meio de significar essas vinculações é diferente. Podemos exemplificar essa afirmação comparando as implicações da inundação da área de baixada nas duas Sub-regiões.

No Rio do Ouro, pelas baixadas se estendiam os pastos de melhor qualidade e maior regularidade. Os pastos de baixada representam, para os produtores dessa sub-região, o meio pelo qual equilibram e sustentam as dificuldades encontradas na época da seca e da baixa produtividade do leite. Sua utilização está diretamente relacionada com a moralidade camponesa, que privilegia a ascensão no capitalismo rural em terras que impõem limites ao montante produtivo exigido pelos preços de mercado. Se em São Roque a inundação em si não representou um impacto muito significativo na configuração das forças nucleantes da campesinidade, na Sub-região do Rio do Ouro, ela foi determinante de mudanças. Os pastos de baixada foram inundados, retirando dos produtores o fator de produção mais significativo para o amortecimento da baixa produtividade. Dessa forma, toda a estrutura familiar do trabalho e as prestações de serviços entre os atingidos foram friccionadas.

Além desse impacto significativo, a Sub-região do Rio do Ouro sofre também do problema causado pelo aumento de percurso no escoamento do leite para a COOPERSIL, compartilhando com os produtores de leite de São Roque os significados dos danos.

Na Sub-região do Rio das Antas, as áreas de baixada serviam não só para pastos, mas também para as roças de subsistência, conformando um sistema agrissilvipastoril¹⁵. Uma vez que o leite é entendido nessa Sub-região como meio de subsistência e aquisição de renda, permitindo certa autonomia quanto ao capitalismo rural, visto que a roça, nas áreas de baixada, exerce papel similar ao observado nas comunidades rurais e Santo Antônio do Descoberto, e, tendo em vista que as terras são menores que as da Sub-região do Rio do Ouro, a forma de significar o impacto das inundações nessa região é bastante diferente. No caso do Rio do Ouro, a inundação das baixadas representa impossibilidade de ascensão no mercado leiteiro capitalista, resguardada a campesinidade como tradição; no caso do Rio das Antas, é a própria existência e permanência das famílias campesinas que está em jogo, pois a dependência da terra é mais intensa.

O problema se tornou uma calamidade aos olhos dos produtores dessas Sub-regiões quando, depois de acordarem com a CCSA a cessão de uso da APP, viram o MP e IBAMA exigirem que a lei, mal interpretada pela CCSA, fosse cumprida. Assim, criar gado, a atividade mais recorrente e conhecida, tornou-se inviável.

Porque nós tínhamos mais de três alqueires de terra onde nós criávamos o gado. Sobrou dois e pouquinho [alqueires]. Desses dois tira os 20%. O que é que sobra para nós criar gado? Não dá para criar a quantia que tinha lá em baixo. Aqui é só mato também. Lá em baixo estava pronto. Aqui, o que é que tem que fazer aqui ainda. Se derrubar os matos tudo seca o resto da água que tem aqui. (...) Se tivesse um jeito de repor o prejuízo que eles deu, tudo bem. Mas, aí não tem. Comprar terra eu não compro mais não porque já foi. Então, não tem jeito não, uai. Eu mexer com plantação, eu já estou velho não compensa mais. A terra não presta também. E criar gado em dois alqueires e pouquinho também não adianta. Para mim está sem jeito (Morador atingido de Barreiro da Boa Vista, em entrevista a Rodrigo Medeiros).

Para os atingidos da Sub-região do Rio das Antas, o alagamento e constituição da APP nas áreas de baixada impossibilitou que a organização familiar do trabalho na terra reproduzisse a busca pela autonomia e relativa liberdade. Como não poderiam mais realizar roças, já que a terra remanescente geralmente era considerada ruim para o plantio, tiveram que deslocar os significados de alguns produtos de subsistência para a concepção de bens que só poderiam ser adquiridos pela renda familiar. A situação se tornou tão insustentável que muitos dos atingidos cederam às pressões das imobiliárias. Alguns venderam suas terras e outros, despreparados para negócios imobiliários e sentindo-se desonrados por não poderem reproduzir a vida que consideram a melhor – a de agricultor e produtor de leite –, acabaram loteando, por conta própria, suas terras. Nesses casos, os atingidos são vistos com maus olhos pelos poderes municipais, pois estes temem que o loteamento promova uma favelização da área, já que os

atingidos não têm condições de instalar infra-estrutura considerada necessária aos padrões de classe média.

Quanto à organização associativa, observou-se que a hidrelétrica estimulou, como em São Roque, a exaltação da vida camponesa, muitas vezes chamada de “*vida sertaneja*” pelos atingidos. Em Barreiro da Boa Vista, as lideranças, geralmente restritas a grupos familiares, intentam reativar a Associação preexistente para atuar nos programas propostos pelo Diagnóstico

Sigamos agora para a última área que nos falta caracterizar para que a diversidade dos “atingidos” seja estabelecida como ponto de partida para provarmos a exclusão promovida pelos instrumentos do licenciamento, quando este não considera como problema político as dificuldades de tradução ou incomensurabilidade de universos de significados em contato.

5.1.4. Bico de Pedra, Capão, Resfriado e Porto Pechincha (entrada do Monjolo, Município de Alexânia), Três Vendas, Caxambu, Igrejinha, São Bernardo, Pedra Preta, Salta Pau e Raizama (entrada do Posto Medalhão, Município de Alexânia) e Rio Areias (Município de Santo Antônio do Descoberto)

As localidades nomeadas no município de Alexânia e no Rio Areias, município de Santo Antônio do Descoberto, formam um mosaico de configurações do uso da terra. Como já descrevi no capítulo 1, trata-se de área onde se encontram bares, “puteiros” e grandes propriedades rurais. Há algumas poucas pequenas e médias propriedades, cada vez menos recorrentes desde a construção do Eixo, o que foi intensificado com a chegada da UHE Corumbá IV. No Rio Areias, as propriedades sempre foram pequenas, mas nunca ocupadas por camponeses e sim por veranistas, em sua maioria brasilienses, anapolinos ou goianienses. Mesmo em face do esfacelamento da camponesidade bastante nítida que vigia no lugar antes da construção do Eixo, no momento anterior à construção da usina, ainda pude ouvir de alguns moradores afirmações que valorizavam o trabalho, a terra e a família, colocando-as como indissociáveis.

À parte os bares e puteiros, bastante comuns principalmente na entrada do Posto Medalhão, onde muitos caminhoneiros em trânsito pela BR-060 satisfazem suas necessidades sexuais e onde o alcoolismo se afigura como grave problema, podemos caracterizar a região a partir dos usos da terra, do trabalho e da família. No local, há baixa circulação monetária, pois os proprietários propriamente ditos ou não moram no local ou, mesmo morando, circulam sua renda em cidades mais distantes. Talvez por isso muitos habitantes afirmam que “*na cidade não corre muito dinheiro*”, como constatou Danilo Farias. O gado de leite e corte, principal atividade produtiva, é comercializado por atravessadores de Alexânia e Corumbá de Goiás.

Em face das grandes propriedades, bastante caracterizadas pelo gerenciamento executivo do *agribusiness*, poderíamos encontrar ainda a força nucleante da tríade camponesa? Não é necessário muito tempo em campo para constatar que sim. Mas se o tempo de campo para tal

confirmação pode ser curto, a necessidade de caracterizar a configuração da tríade exige maiores delongas.

Ao visitar as propriedades, dificilmente se encontra o proprietário, mas nota-se a dispersão de diversos núcleos familiares que se assemelham a pequenas terras de agricultura familiar. Ao estacionar, alguns cachorros recepcionam a visita, seguidos geralmente de olhares atentos de mulheres e crianças. Os homens não estarão em casa enquanto o “*sol não deitar*”. A recepção dos visitantes é similar às que presenciei em Luziânia e Santo Antônio: “*Vamo entrar pra dentro!*”. O “dentro” normalmente uma copa ou varanda que fica separada da casa ou nos fundos, mas do lado “de fora” das paredes que encerram quartos, sala e banheiro. Somente quando encontrei um homem em casa fui convidado a entrar na sala.

No quintal, hortas e pomares. Porcos também não faltavam, assim como galinhas e, em um caso, até mesmo coelhos. Mulheres e crianças cuidavam desse patrimônio; os homens estavam trabalhando. “*Trabalhando onde?*”, eu questionava. “*Na fazenda*”, respondiam. E dessa forma iniciávamos a pesquisa sobre os meeiros e caseiros das grandes propriedades, tão recorrentes na área em questão.

Muitas famílias vivem nas grandes propriedades como meeiros ou caseiros, dependem da terra, plantam nas áreas de baixada, trabalham parte do tempo para seus patrões, parte para sua família. Boa parcela deles advêm das comunidades rurais de Santo Antônio do Descoberto e se instalam nas grandes fazendas, onde continuam a viver da terra, do trabalho e da família, reproduzindo-os como os valores cruciais da vida. Algumas famílias estão nas grandes fazendas há mais de três gerações, o que resulta em uma noção de ancestralidade com *aquela* terra. Ao mesmo tempo em que reivindicam a terra como morada, no sentido moral, sabem que ela não os pertence. Dessa forma, relacionam-se ambigualmente com seus patrões: ora estes são tidos como compadres ou padrinhos de seus filhos, como aqueles que permitem a vida no campo; ora como aqueles que expulsaram seus avós das terras retirando-lhes a independência característica do campesinato da região.

O fato é que são os meeiros e caseiros que vivem da e na terra. São eles que dependem do consorciamento da terra, do trabalho e da família para se situarem no mundo, para serem orgulhosamente tratados de chefes de família que conseguem, com o trabalho, distribuir os conhecimentos necessários para planejar as atividades da e para a fazenda e da e para sua família. A terra não é sua, mas seu significado lhe pertence. Os patrões dificilmente ficam nas propriedades, consideradas apenas como mercadoria. Alguns deles são donos de mais de uma fazenda, em diversas regiões do país.

As práticas de auxílio vicinal existentes desenharam o fluxo de interações entre meeiros e caseiros com outras localidades de Santo Antônio do Descoberto, Abadiânia e Silvânia, onde

geralmente fica “o resto da família”. Em regra, as relações com os patrões são contratuais, nas quais

o contraste entre o poder jurídico do fazendeiro e o poder jurídico do lavrador é patente. Trata-se de um direito de desiguais. O acordo nunca resulta da vontade de uma das partes; é impingido por uma das partes (...). Se, no plano de confronto de interesses, ninguém nega sua magnificação nos dias presentes – e isso é tanto verdade para o fazendeiro quanto para o agregado – no plano dos resultados obtidos, o desequilíbrio advindo das perdas materiais e simbólicas vivenciadas pelos lavradores só poderia ser sanado com corretivos que estão fora do local (Moura, 1988: 42-43) perto da 42 e 43).

Mas, em outros casos, a interação é menos autoritária, na qual podem-se perceber a extensão da rede campesina e seus valores morais aos patrões. Esse é o caso de uma das fazendas de Monjolo. O proprietário está aposentado e utiliza a propriedade para descanso. Entretanto, as atividades produtivas desenvolvidas são bastante intensas. Utiliza-se a mecanização leiteira, bem como diversos funcionários, além das famílias estabelecidas na fazenda como meeiros ou caseiros. O caso é que o neto do proprietário foi o único de sua família a se interessar pela lida com a terra. Não coincidentemente, ele é filho do filho adotivo do proprietário, adotado na própria localidade.

Essa configuração marca a organização social de muitas fazendas da área onde meeiros, caseiros, grandes proprietários, filhos adotivos, afilhados, genros e noras permitem a circulação dos valores campesinos e sua ressignificação no contexto da grande propriedade.

A maior parte das informações, sobre o que aconteceu ou deixou de acontecer na fazenda, sobre as técnicas de trabalho, estão entre os funcionários. Ainda que existam vínculos de confiança e de reciprocidade entre patrões e empregados no fluxo de informações, existe também a confiança entre empregados e empregados que muitas vezes está imbricada em vínculos de parentesco.

O gerente é o homem de máxima confiança de um proprietário dentro da fazenda. Na hierarquia de uma grande propriedade só está abaixo do proprietário e de sua família. A palavra gerente chama a atenção, por ser de origem de outro campo, o da administração. Ao mesmo tempo chama a atenção que esse cargo é ou foi exercido em muitos casos por pessoas da região. Antigamente não havia a figura dos gerentes muito possivelmente porque eram os próprios donos que exerciam o papel da gerência.

O gerente, além de coordenar o trabalho dos outros funcionários, tem acesso a outras regalias, como melhor salário, acesso a carros ou motos, melhor casa, em relação a de outros funcionários, além de outros benefícios por parte dos proprietários (...). Além de cuidar das relações internamente à propriedade, o gerente também pode ter autonomia para lidar com fornecedores, compradores e outros proprietários da região. É relativamente comum, por exemplo, o empréstimo de insumos e o gerente pode ter autonomia para decidir isso, ou não (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, vol. IV: 774).

Mas além das grandes propriedades há as pequenas. Nas entradas do Posto Medalhão e de Monjolo, todos, quase que exclusivamente, pertencem aos troncos Pereira Lima e Dutra. Os primeiros foram completamente extirpados da região com a inundação de suas terras. Os Dutra ainda contam com alguns membros da família na área, mas em situação insustentável. Quase todos os Dutra com que conversei estão pretensos a venderem as terras e saírem da região.

No Rio Areias, por outro lado, encontramos majoritariamente pequenas propriedades. Apesar de muitas delas contarem com famílias que moram e dependem da terra e do trabalho familiar, a grande maioria são terras para veraneio.

A chegada da UHE Corumbá IV representou grandes impactos para todos os atores posicionados na complexa organização social da região. A geografia contribuiu para a inundação de grandes áreas nas fazendas, reduzindo significativamente o tamanho das propriedades, impedindo que os fazendeiros mantivessem o ritmo produtivo anterior. Se em Santo Antônio do Descoberto e Luziânia um dos grandes impactos foi a perda de trabalho por parte dos atingidos, nessa região, são os grandes proprietários que reclamam a falta de mão-de-obra. Ela decorre da substituição da população antes estabelecida na área por propriedades de veraneio e comércio, sob poder dos novos “chegantes”. Assim, houve tanto a necessidade de demissões como a impossibilidade de novas contratações, seja por falta de mão de obra considerada adequada, seja porque a fazenda não necessita mais do mesmo número de funcionários que antes.

Depois da Corumbá meu patrão só gasta dinheiro. Antigamente tinha 400-500 rês. Agora está com 40 rês [cabeças de gado] (Caseiro atingido de Caxambu, em entrevista a Danilo Farias).

De morar [na cidade] está regular. O problema é o emprego. Sem dinheiro ninguém vive. Tem seis meses que estou desempregado. O que atrapalhou foi a idade. Por causa da idade a gente não consegue mais emprego. Eu penso que a Corumbá poderia pelos menos oferecer o modo de trabalhar. É importante que a Corumbá gere emprego (Membro da família Pereira Lima, deslocada para a cidade de Alexânia, em entrevista a Danilo Farias).

Continuo criando gado, vaca de leite e gado de corte. Diminuiu porque não tem onde por. A renda fica quase toda no gado. A comida do gado dava R\$ 42,00 por dia e 100 litros de leite dá R\$ 43,00 (Morador atingido de Salta Pau, em entrevista a Danilo Farias).

Para meeiros e caseiros, o impacto foi ainda maior porque dependem da terra para a reprodução da família e do trabalho. A inundação das áreas de baixada e a criação da APP provocou efeito similar ao que descrevi nas comunidades rurais de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia, com o acréscimo do fato de que, dependentes da terra, além de perderem boa parte das terras onde lhes era assegurada a subsistência advindas das roças, temem as demissões das fazendas.

No Rio Areias, a APP foi, em muitos casos, o único impacto. Segundo os moradores dessa área, o “rio não saiu da caixa”, *i.e.*, o rio não subiu para além dos limites anteriores, mas a APP transformou as propriedades, ora 100% atingidas, ora em remanescentes menores que o módulo rural.

O que se observa é o crescimento do comércio de artigos para pescaria esportiva, o incremento de hotéis e pousadas e a intensificação da expulsão dos pequenos produtores que se iniciou na construção do Eixo.

5.2. Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno da UHE Corumbá IV x Planos Diretores Municipais: a reprodução das tensões desenvolvimentistas e suas implicações para o resgate de passivos socioculturais e econômicos

O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais – PACUERA – somado aos PDOTs-M são os principais, senão únicos, documentos elaborados pela CCSA e pelos poderes municipais que saem da caixa-preta do licenciamento com o objetivo de propor o ordenamento territorial do entorno de usinas hidrelétricas. O PACUERA é legalmente exigido pela Resolução CONAMA 302/02, art. 4º, que visa disciplinar, preservar e implementar o plano de usos múltiplos, em especial, os de interesse público e social, como Planos da Bacia Hidrográfica, Planos Regionais de Desenvolvimento, Planos Diretores e/ou planos de uso e ocupação dos solos municipais. Dada sua posição no bojo do licenciamento, caberia ao PACUERA relacionar todas as formas de perceber os territórios, o que significa dar visibilidade não somente às novas ordenações espaciais exigidas pelo licenciamento, mas também contemplar os interesses municipais e da sociedade civil em favor do planejamento e gestão integrada.

Mas se o instrumento está posicionado em lugar privilegiado não só do ponto de vista político – visto que tem poder para estabelecer parâmetros de ocupação e uso dos territórios –, mas também sob a ótica da pesquisa etnográfica – já que pode tomar como objeto de estudos as diferentes maneiras e interesses de significar o território quando da implantação de projetos hidrelétricos –, ele é tardio. A obrigatoriedade de sua elaboração reside nos momentos em que a hidrelétrica já é uma realidade objetiva. Os estudos, apesar de frequentemente serem iniciados pouco antes da liberação da LI, só são cobrados pelos órgãos licenciadores após a LI e antes da LO. Esse fato, por si só, diz muito sobre a possibilidade e interesse real das empresas, que pagam pelo “produto”, em dimensionar a visão dos envolvidos e apresentá-la ao Estado e municípios. Aos olhos do “empreendedor”, o PACUERA nada mais é que uma exigência legal a ser cumprida para que a usina adquira a tão esperada Licença de Operação.

Apesar de o único objetivo do empresariado ser a liberação da LO, para realizar o PACUERA, ele se vê obrigado a se relacionar principalmente com os interesses e ideologias do estado – no caso da UHE Corumbá IV, os do Estado de Goiás e Distrito Federal – e dos municípios diretamente atingidos. Pontual e timidamente, cabe à concessionária inserir no PACUERA os interesses das coletividades atingidas pelas barragens. Isso estaria assegurado, do ponto de vista legal, mediante a realização de audiências públicas. Mas, como constatamos no capítulo anterior, essa forma de participação, além de limitada, contribui para a legitimação de uma forma particular de entender e decidir sobre o território. Há, entretanto, uma diferença que não pode ser esquecida.

As audiências públicas realizadas antes da aquisição da Licença Prévia – LP obrigam os atingidos a exercerem vontades políticas contraditórias: ao mesmo tempo, devem optar pela construção ou não da obra e deliberar sobre as melhores formas de mitigação e/ou compensação de impactos. No caso das audiências públicas que ocorreram durante a elaboração do PACUERA, quando a hidrelétrica se impôs como grande obra de engenharia, quando já se inundaram as histórias e memórias, quando parte dos atingidos que saíram das redondezas ou receberam indenizações estavam “neutralizadas” no processo político, mas também quando aqueles que ficaram às margens detinham maiores informações e formulações sobre os efeitos da obra; a discussão poderia resultar em concepções sobre impactos, direitos e ordenamento territorial mais híbridas, se bem que incompletas. Mas não é o que ocorreu, como veremos.

Conforme consta no PACUERA, depois do pré-zoneamento pronto, foram realizadas ações de participação e consulta pública com diferentes setores da sociedade interessada no uso do solo regional (órgãos ambientais, prefeituras – poderes executivo, legislativo e judiciário, comunidades, proprietários rurais, associações rurais, demais sociedades organizadas e organizações não governamentais), o que em tese possibilitou a empresa realizadora do Plano Ambiental incorporar novas idéias e propostas das partes envolvidas. Em tese, pois a participação se restringiu apenas a três reuniões de trabalho que tiveram a duração de 12 dias e uma consulta pública de 3 dias, durante o período de fevereiro a abril de 2005, apenas em seis cidades que possuem as maiores áreas de intervenção do Plano Ambiental. Considerar este processo como participativo e que dê legitimidade ao instrumento parece uma afronta àqueles diretamente atingidos e em situação mais delicada pós-instalação do empreendimento (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, vol II: 354).

Ao se relacionar com os interesses desenvolvimentistas, sob o véu viscoso de ideologias ambientalistas expressas nas resoluções do CONAMA, o PACUERA, na prática, nada mais faz que mesclar elementos do desenvolvimento sustentável e do conservacionismo, produzindo uma aparente tensão diante dos interesses municipais e estaduais emergentes. Não se trata de abraçar de corpo e alma os princípios salutares do desenvolvimento sustentável – por exemplo, o da participação decisiva das populações atingidas –, mas de preparar um documento elegível pelos órgãos licenciadores. O desafio, portanto, é convencer o órgão licenciador de que os interesses ambientalistas estarão assegurados, na gestão da usina e seu entorno, pelos poderes regionais. O objetivo não é elaborar uma pesquisa sobre concepções de território em jogo, mas apenas adequar as perspectivas dominantes – que conformam os *inputs* e *outputs* da caixa-preta – aos casos particulares de cada licenciamento.

Sob esse prisma, é possível afirmar que o PACUERA se consolida na prática de licenciamentos ambientais como um dos mais eficientes mecanismos de afirmação do enclave. Ele “plastifica” a dominação dos territórios atingidos e legitima os *inputs* e *outputs* do licenciamento, fechando a caixa-preta, tornando-a ainda mais “natural”. Se, por um lado, sua elaboração conta com elementos similares de exclusão deliberada das perspectivas dos atingidos sobre o uso de seus territórios, por outro, o contexto e os interesses que veicula impõem aos

formuladores incomensurabilidades que também promovem a exclusão; estas, invisíveis aos próprios órgãos licenciadores, jurídicos e mesmo ao empresários.

O PACUERA é, em suma, a visão do “empreendedor” sobre como pretende gestar e gerir *seu* espaço em um ambiente marcado pela assimetria entre as cosmografias em tensão, onde os preceitos ambientais estatais devem ser contemplados. Nesse sentido, se ele está em uma posição privilegiada de observação e proposição, todo esse potencial é perdido quando a lógica da *Inserção Regional*¹⁶ é colocada em operação. Caso aprovado pelos órgãos licenciadores, o PACUERA contribui para a produção de impactos desastrosos aos atingidos, reifica a assimetria discursiva como um dado objetivo e mantém desconhecido, o “desconhecido” mundo dos atingidos.

Assim, esse instrumento de gestão é o claro exemplo da complexidade envolvida em se dimensionar impactos. Ele não é mero resultado de interesses econômicos, mas também simbólicos. Ele não decorre da inundação de territórios em si, mas produz impactos comparáveis à inundação. Ele não representa exclusivamente a visão da concessionária, nem do Estado, nem dos atingidos, nem da sociedade civil organizada, nem dos técnicos que o realizam, mas das lógicas subjacentes à interação desses atores concorrentes e posicionados em relações assimétricas de poder.

Quem e onde são produzidos os impactos? Nos escritórios da empresa energética que paga ou nas mesas “empapeladas” que exigem? Nos *ploters* e mapas das empresas de consultoria ou no invisível fluxo de mercado de consultorias ambientais, que estabelecem padrões discursivos para a competitividade? Tudo está amarrado, os objetos, interesses e ideologias em disputa são muitos e parecem não compor exatamente um único capital, nem uma única disputa, nem um único “campo”. Não se trata também de campos sobrepostos, como se pudessem se relacionar como estruturas mais ou menos autônomas. Pelo contrário, o PACUERA é o retrato das interdependências e traslações de interesses entre atores articulados em *rede*.

Se a produção de energia elétrica, o abastecimento de água, a redenção de uma região, a necessidade de se conservar os mananciais aquíferos, entre outros respondem às traslações levadas a cabo na rede; assim também ocorre quando focamos a produção de impactos e a construção oficial da identidade de atingido. Já que o resultado histórico dessas traslações é a exclusão e desconhecimento do elo mais fraco das amarras – os próprios atingidos –, é prudente que acreditemos que iremos encontrar, nos produtos da rede, pistas elucidativas “do que se trata” tal exclusão. A isso nos serve a análise do PACUERA.

5.2.1. Contextualizando os instrumentos

O PACUERA, apresentado em junho de 2005 ao IBAMA, conforme assinalou a empresa consultora, intentava estabelecer “*uma nova filosofia de trabalho do empreendedor na era ambiental*” (CCSA/WALM, 2005: 02) por meio de regras que regulassem o uso e ocupação do reservatório e seu entorno. Essas regras estariam expressamente referenciadas na área atingida pela UHE Corumbá IV, gerando uma sobreposição de interesses/necessidades de regulamentação territorial nos municípios. Caberia ao PACUERA elaborar uma proposta que garantisse “*a segurança e o bem-estar coletivo; o equilíbrio ambiental; a preservação da qualidade da água do reservatório, obtendo um ordenamento territorial para pleno desenvolvimento regional*” (Ibid), combinando critérios de restrição a zoneamentos socioambientais, em amparo à elaboração de PDOTs municipais.

Uma *nova filosofia de trabalho na era ambiental* implicou uma visão do entorno do lago baseada em critérios ora conservacionistas, ora objetivamente desenvolvimentistas. Nos dois casos, a perspectiva etnocêntrica é visível, pois impõe uma primazia da perspectiva de natureza dominante no ambientalismo, em que o “fator antrópico” é visto como ameaça, em que as concepções da natureza, ou seja, do território dos atingidos, ficam ao largo de qualquer consideração, como algo a ser domesticado, em favor do funcionamento da *máquina*. Quando afirma que o entorno do lago é “*significativamente frágil, especialmente no que se refere à manutenção da qualidade e quantidade dos recursos hídricos disponíveis, e que idealmente deveria ser objeto de ação antrópica extensiva*” (CCSA/WALM, 2005: 73) ou quando estabelece que seu objetivo é *assegurar a ocupação e o uso racional e sustentável, paralelamente, à conservação e preservação dos ambientes mais frágeis e significativos para a região* (CCSA/WALM, 2005: 74), o PACUERA adota claramente um discurso de coexistência pacífica entre desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, respondendo ao *paradigma da adequação* (Zhouri, et alli, 2005). Entretanto, como aponta o Diagnóstico,

deve-se inverter a primazia da natureza sobre o homem que está por trás desse discurso ambientalista e colocar que toda ocupação territorial, mesmo que dita científica, é uma construção humana – política (Santos, 2004; Latour, 2004). A concepção do zoneamento é por si só um instrumento de impacto, por isso deve ser desconstruída em suas bases ideológicas para que a concepção de impacto se alargue e inclua as populações locais como os principais atores desse jogo entre natureza e cultura (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, vol. II: 362).

O que seria, ou melhor, sob que ótica, afinal, seriam construídos os significados da *segurança e o bem-estar coletivo* e do *equilíbrio ambiental*? De que coletividades ele trata? Estaria o PACUERA atento ao fato de que “segurança”, aos olhos de muitos atingidos, representa a possibilidade de não precisar de segurança – no sentido policial –, o que só é assegurado por meio da circulação de ajuda? Estaria o PACUERA disposto a conhecer a

diversidade das formas de organização do trabalho, da família e da terra? Teoricamente sim. Mas, se esse fosse o real interesse, poderia o PACUERA, da forma como foi realizado, conhecer minimamente o universo dos atingidos? Mais adiante veremos que não. Por ora, cabe apenas afirmar que o *ordenamento territorial para pleno desenvolvimento regional* corresponde a uma concepção de desenvolvimento e de região similar ao discurso de práxis do desenvolvimentismo que gere e gesta enclaves. As moralidades que entraram, parecem sair da caixa-preta intactas.

A nova filosofia de trabalho do empreendedor na era ambiental, na prática, aparece como um cumprimento restrito das condicionantes do licenciamento ambiental, exigidos por imposições e disputas políticas e jurídicas com o IBAMA e MPF. Evidentemente a Corumbá Concessões não modificou sua “filosofia” de trabalho em prol do meio ambiente, mas foram as condições políticas impostas aos empreendedores que se alteraram (...) O caráter técnico e sem respaldo da participação dos atingidos no processo de elaboração deste novo planejamento territorial condiciona o uso do espaço do entorno do lago a partir de critérios desconhecidos e distantes da dinâmica local. Esse procedimento de fatiar as áreas em zoneamentos de maneira técnica e distante, como parte do “pacote” desenvolvimentista implicado na construção do empreendimento, dificulta que esse instrumento se torne eficiente (CCSA/ Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, vol. II: 346).

Quanto aos PDOTs, é necessário indicarmos que seu objetivo é similar ao do PACUERA: regulamentar usos e ocupações de territórios. Duas diferenças, entretanto, são de fundamental importância. A primeira é que enquanto o PACUERA versa sobre o entorno do reservatório, os PDOTs tratam de todo o terreno municipal. A segunda é que enquanto o PACUERA serve apenas como instrumento técnico de avaliação e monitoramento do espaço no interior do licenciamento ambiental, os PDOTs assumem força de lei municipal. Por isso, a interação dos planejadores do PACUERA com os dos PDOTs municipais é inevitável, pois os atores do licenciamento querem que suas concepções sejam aplicadas, mas, hierarquicamente, os PDOTs detêm maior poder de ordenamento territorial. O contrário também é verdadeiro: os poderes municipais se interessam no PACUERA, na medida que podem, por meio de sua incorporação nos PDOTs, angariar recursos da empresa hidrelétrica e evitar conflitos jurídicos.

Tendo isso em vista, o IBAMA emitiu um ofício (Ofício DILIQ/IBAMA, nº 571/2006) informando que o conteúdo do PACUERA conflitava com o dos PDOTs. E foi além, uma vez que a equipe de elaboração do Diagnóstico estava em campo, informou que a avaliação do PACUERA reformulado só seria realizada após a entrega do trabalho antropológico e a inserção de seu conteúdo no Plano. Dessa forma, ao Diagnóstico foi dada a missão – quase impossível – de articular o PACUERA, os PDOTs e as cosmografias dos atingidos. Tal tarefa obviamente não foi realizada com base na planificação *para* a barragem, mas no sentido de elucidar os conflitos de cosmografias em jogo, apontando que as concepções dos atingidos não estavam contempladas.

Mas a possibilidade de abrir a planificação territorial à sociedade e assegurar a efetiva participação aos atingidos estava limitada. Afinal, quem legisla os PDOTs são os vereadores

municipais, quem iria reformular o PACUERA era a empresa para isso contratada, quem iria avaliar a inserção das questões levantadas no Diagnóstico era o IBAMA. Ao Diagnóstico caberia apenas indicar o que estava em jogo e dar maior visibilidade às perspectivas dos atingidos.

Outro problema é que havia uma incompatibilidade de agendas entre municípios, PACUERA e Diagnóstico. A Secretaria de Planejamento de Goiás – SEPLAN deveria entregar com urgência os PDOTs aos avaliadores do Ministério das Cidades; a paralisação da avaliação do PACUERA, entretanto, impunha-lhe esperar. O Diagnóstico, por sua vez, seguia o ritmo do campo, dos trabalhos etnográficos e das reuniões mais formais com os atingidos sobre o ordenamento territorial¹⁷.

Esses “tempos” em sobreposição conduziram a SEPLAN a orientar os municípios a não emitir posição conclusiva sobre as áreas municipais afetadas, mas, antes que isso fosse feito, muitas audiências públicas haviam sido realizadas. Durante as Audiências, percebeu-se que havia uma efêmera participação das populações da zona rural, não só porque as reuniões ocorriam nas sedes urbanas, mas porque o discurso tecnocientificista era incompreensível aos atingidos. As decisões eram tomadas com pressa, afinal, a SEPLAN não estava convencida, ainda, de que havia de esperar para deliberar sobre as áreas atingidas, o que só ocorreu com a interferência da equipe do Diagnóstico. Além disso, a perspectiva das audiências públicas era completamente voltada para a lógica urbana, em que a diversidade da zona rural lhe era incomensurável.

Os interesses e perspectivas, tanto do ambientalismo estatal quanto da CCSA, já foram satisfatoriamente descritos neste trabalho. Faltam as prefeituras. O que estava em jogo para elas? Quais questões a elas se afiguravam como centrais para discutir a nova realidade socioespacial que a UHE Corumbá IV lhes impusera? Do ponto de vista territorial, a chegada da hidrelétrica representou a possibilidade de crescimento econômico por meio do turismo.

O turismo implica uma reconfiguração municipal correspondente ao perfil de turistas que se espera. Preparar os municípios para receber turistas, implica, sobremaneira, reproduzir o “ambiente” que esses turistas procuram, *i.e.*, implica reproduzir os valores veiculados pelo turismo, pelos que dele se utilizam. Nunca se sai de casa em Cancun! A sensação de viajar é apenas que se trocou de “lugar” onde se vive a mesma vida, os mesmos preceitos. Hotéis são as “embaixadas” dos hóspedes. (Ribeiro & Barros, 1995). A concepção de loteamentos e infraestrutura necessária para atender essa nova demanda ignora os interesses dos eleitores da zona rural e seus direitos como atingidos. A perspectiva de elaboração dos PDOTs está completamente voltada para a nova possibilidade de desenvolvimento da região, desenvolvimento este que implica a ausência das moralidades camponesas. Estas representariam apenas um entrave.

Outro fator que marcou os interesses dos poderes municipais a partir da chegada da UHE Corumbá IV foi o recebimento mensal de *royalties* que a CCSA obrigatoriamente teria que pagar a estados e municípios. Com isso, a elaboração do PDOT incorporava as pretensões quanto ao novo recurso a ser recebido pelas prefeituras. Os atingidos, mais uma vez, não estavam presentes na definição sobre sua destinação, pois a participação não foi colocada como condição do processo, mas mera subjunção a ser encarada politicamente como uma questão “técnica”, seja por prefeituras, seja pela CCSA.

A partir dos interesses no turismo e loteamentos, bem como na repartição dos recursos dos *royalties* os municípios atingidos iniciaram debates para a criação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios do Entorno do Reservatório de Corumbá IV. Tudo começou quando o IBAMA exigiu da CCSA o apoio e fomento para a criação do Comitê da Bacia do Rio Corumbá. A demanda era uma tentativa de fazer valer as políticas ambientais e assegurar minimamente a participação dos atingidos – e dos municípios – no processo de gestão. Entretanto, o uso político do Comitê de Bacia deslocou as ideologias que avalizam o ambientalismo estatal, para a ideologia desenvolvimentista dos municípios. Assim, no palco do ambientalismo, assistiu-se a uma peça tematizada pela vontade de diminuir custos municipais, auferir recursos de *royalties*, lotear as áreas rurais e promover o desenvolvimento regional em nome do êxodo rural¹⁸. Êxodo que, como sabemos, ampliam problemas classificados pelos próprios ambientalistas como partes da “questão ambiental”. Como afirma o Diagnóstico, esse problema influencia sobremaneira a construção dos PDOTs.

É um desdobramento do problema da dependência dos recursos provenientes do governo federal para gestão pública municipal, o que implica na necessidade de buscar outras fontes de recursos. Portanto, não há uma preocupação maior e comum com os Códigos de Uso e os zoneamentos estabelecidos enquanto diretrizes de atuação (CCSA/ Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, vol. II: 356).

Eis, portanto, a caracterização dos atores mais imediatamente envolvidos com ordenamento territorial do entorno de Corumbá IV. É verdade que instrumentos como conselhos municipais, Comitês de Bacias, entre outros podem contribuir para a democratização de políticas voltadas para a mitigação e/ou compensação de impactos socioculturais e econômicos causados por hidrelétricas. Isso seria verdade se houvesse um interesse real em considerar a perspectiva dos atingidos sobre o uso de seu território em um momento de intensa mudança. No entanto, esse não é o caso dos atores envolvidos na elaboração do PACUERA ou dos PDOTs municipais. Mesmo se fosse, as metodologias utilizadas, conforme descritas nos instrumentos e também relatadas pelos atingidos, não permitiriam compreender minimamente a diversidade de moralidades e cosmografias daqueles simplesmente denominados “atingidos”. Vejamos porque.

O PACUERA, assim como os PDOTs, visa classificar o território em zonas para as quais são estabelecidos códigos de uso embasados em critérios de restrição. As zonas e os códigos de uso são elaborações mais diretamente ligadas à criatividade classificatória dos formuladores desses instrumentos; os critérios de restrição são desdobramentos das exigências legais, seja do INCRA, seja das leis de parcelamento e uso do solo. Segundo o PACUERA, a metodologia de sua elaboração primeiramente focou a produção de diagnósticos ambientais com base em dados primários e secundários, a partir de consultas aos poderes municipais e às populações atingidas. Os dados secundários em questão eram os documentos produzidos ao longo do licenciamento, como EIA/RIMA, PBAs e os Relatórios de Monitoramento Ambiental.

O uso desses dados incorpora os problemas vinculados às suas formulações, conforme tratamos no capítulo anterior. Caso não assumissem uma postura crítica diante deles, os formuladores do PACUERA incorreriam no erro de reproduzir suas inscrições, sem abrir-lhes a caixa-preta. E, de fato, parece ter sido esse o caso. O critério eleito para compor uma certa homogeneidade territorial, abrindo o processo de zoneamento, foi a fragilidade ambiental. Uma projeção responsável das áreas impactadas deveria levar em conta critérios de uso e ocupação das próprias coletividades atingidas. Mas, ao eleger a fragilidade ambiental, os elaboradores do PACUERA retiraram do processo político a agência dos atingidos sobre o espaço e estabeleceram a incomensurabilidade na forma de enxergar as relações humanas com os territórios. A família, o trabalho e a terra e suas forças nucleantes variáveis, ou seja, o meio de dominação do homem sobre seu território, foram simplesmente substituídos pelas fragilidades ambientais captáveis a partir de critérios científicos do que seja uma natureza frágil e uma forte. A partir dos critérios eleitos para a classificação da área atingida, o PACUERA, como apresentado ao IBAMA, não poderia jamais dimensionar a configuração do entorno sob a ótica dos atingidos, mas sim, sob tendências desenhadas ao sabor dos interesses desenvolvimentistas e conservacionistas¹⁹.

A área de abrangência do estudo contempla apenas o cinturão de um quilômetro das margens do reservatório, o que restringiu a concepção territorial gritantemente. Afirma-se ter realizado trabalhos de campo entre os dias 27 de outubro e 5 de novembro de 2004, tempo insuficiente para o aprofundamento de qualquer questão qualitativamente significativa para os objetivos do ordenamento territorial. Seria possível conhecer o “desconhecido” mundo dos atingidos com apenas poucos dias de campo? A etnografia sofre de problemas de incomensurabilidade, entretanto, em comparação com as metodologias utilizadas, é possível que ela indique incomensurabilidades que poderiam ter sido evitadas na construção desses instrumentos.

A partir dessa metodologia, o PACUERA simplesmente esqueceu, “tirou do mapa”, ou melhor, não inseriu nele, boa parte das áreas nominadas do entorno²⁰. Isso ocorreu porque o anteparo – os mapas – foi confundido com a coisa que ele representa – a diversidade territorial atingida –, reproduzindo, dessa forma, *metrologias* legíveis e operacionalizáveis apenas pelos atores dominantes do licenciamento e seus interesses, sem qualquer sentido para os atingidos. Assim, o conhecimento dos atingidos sobre seu território, sua forma particular de trabalho, de dimensionamento do projeto camponês, foi relegada como conhecimento “tradicional” ou “local”, em detrimento do conhecimento, sem adjetivos, que, de seu lugar de poder científico ou técnico, comanda a construção do espaço em uma escala não mais geográfica, mas política e ideológica.

Nesse caso o que é importante não é apenas demonstrar que o instrumento causa impacto – o que este também faz – mas que desconsidera quesitos fundamentais para produzir impactos positivos. Desconhecer até mesmo diferenças geopolíticas bem delimitadas e públicas da população com a qual se quer contribuir é um pecado capital na produção de impactos (...) A questão do método envolve tanto a forma de captação de dados e suas devidas fontes de informação, uma postura crítica e ética do profissional, o tempo realizado para pesquisa, quanto as técnicas e instrumentos analíticos utilizados. Ficam sob suspeita que possam ser asseguradas através da gestão territorial, planejada nestes moldes, a garantia da qualidade das águas, a melhoria da qualidade de vida humana, a conservação dos ecossistemas e a promoção do desenvolvimento sustentável, conforme apresentados no próprio Plano, visto que a participação da comunidade é fundamental neste processo (CCSA/ Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, vol. II: 357 e 349).

5.2.2. Critérios de Restrição: a maleabilidade dos conceitos jurídicos e a produção de impactos socioculturais e econômicos

Para que fosse possível elaborar formas de uso para cada zona a ser criada, os técnicos e pesquisadores do PACUERA levaram em conta os critérios de restrição legalmente estabelecidos. Ficava posto que os critérios de restrição nada mais fariam do que cumprir a lei, deixando implícita a idéia de que eram meros desdobramentos – inevitáveis – da aplicação das regulamentações de parcelamento de solo, impermeabilização máxima, área construída, entre outros. Duas questões me parecem que exigem tratamento. Primeiro, o fato de as legislações imporem limites ao zoneamento e produzir impactos. Em segundo lugar, o fato de que, mesmo dentro de limites estabelecidos legalmente, há espaços para a interpretação das normatizações e proposição de usos, o que também produz impactos.

No primeiro caso, estamos diante da fetichização das leis em detrimento dos processos sociais que regulamentam. Leis são desdobramentos das relações humanas mediadas pela interpretação dos legisladores. Estes, por sua vez, veiculam interesses particulares em arenas de disputa sobre concepções do que deve ser regulamentado. O resultado me parece regular: os processos sociais estão sempre um passo à frente do que as normas podem regulamentar. Uma vez que as leis estão sempre “correndo atrás” do que querem normatizar, uma vez que versam

sobre realidades dinâmicas, observa-se que elas são antiquadas, pois estatizam os processos, substancializando-os.

Há ainda um agravante: as leis não são interpretações neutras dos processos sociais. Muito pelo contrário, são o fruto de forças políticas e ideológicas em tensão, conflito e aliança. Assim, leis não apenas engessam dinâmicas, mas o fazem a partir de óticas peculiares; nesse caso, as do desenvolvimentismo e do ambientalismo estatal. Isso por si só é um foco de produção de impactos, pois percebe-se que as leis, tanto municipais – PDOTs – como ambientais, desconsideram a interpretação que os atingidos têm sobre os impactos que sofrem, impedido-lhes de impor suas respostas, produzir contra-impactos e agenciar o restabelecimento de danos causados.

Mesmo em face da existência cadavérica das leis de restrição ao uso do solo, é observável um certo espaço para interpretação, manipulação e proposição do que sejam os critérios de restrição. Por isso, a afirmação de que os critérios de restrição apenas correspondem às demandas legais é, no mínimo, ingênua. As demandas legais, por mais duras que sejam²¹, ao serem executadas na prática, permitem variações dentro de limites estabelecidos. Os executores das leis detêm, portanto, certo poder de manipulação em que colocam em operação determinados interesses. No caso do dimensionamento de impactos e do ordenamento territorial do entorno do reservatório, ficou claro que não foram os interesses e a perspectiva dos atingidos que mobilizaram a interpretação dos preceitos legais, culminando no zoneamento e nos códigos de uso respectivos. Se podemos afirmar que isso ocorreu em função da simples desconsideração dos atingidos, do pouco tempo de trabalho de campo, da metodologia inadequada para abordar e conhecer o uso dos territórios, etc.; é fundamental considerarmos os problemas de incomensurabilidade entre os elaboradores dos PDOTs e PACUERA diante das cosmografias dos atingidos.

Tal incomensurabilidade decorre dos lugares onde se posicionam os atores dominantes do licenciamento, das ideologias que veiculam e motivam suas traslações de interesses e da própria sistematização do licenciamento que abre o mercado de consultorias *para* o SE e ambientalismo estatal. Não se trata apenas dos problemas mais evidentes da participação social, já apresentados, mas também da impossibilidade de acessar significados de universos que sempre estiveram alheios quando da construção do licenciamento como instrumento político. Cabe, portanto, demonstrarmos como essa incomensurabilidade está estampada nos procedimentos e resultados de elaboração dos instrumentos de ordenamento territorial e como ela resulta em categorias emergenciais de atingidos bastante inadequadas.

Os critérios de restrição foram construídos por meio da obediência às normas de uso do solo e das águas, combinada com elementos eleitos como os mais significativos para estabelecer

a gerência do enclave: a nova configuração viária, considerada indutora da ocupação do solo, a participação das comunidades na dinâmica econômica e as áreas ocupadas pelas “populações tradicionais”, como denominadas algumas comunidades às margens. Cada um desses critérios nada mais é que a interpretação de como as leis poderiam ser cumpridas e desembocam num zoneamento coerente com tais preceitos. Mais adiante, será importante situar os problemas implicados na construção do que vem a ser populações tradicionais aos olhos dos elaboradores do PACUERA, bem como indicar que não foi possível a esse instrumento “captar” as dinâmicas das populações. Pelo contrário, ao que parece, as populações não foram inseridas num contexto dinâmico e processual no qual respondam à nova realidade, mas sim colocadas numa redoma estática em que deveriam ser preservadas. Por ora, é importante considerar alguns dos critérios de restrição utilizados no PACUERA e nos PDOTs e suas implicações.

Foram traçados os seguintes critérios de restrição a serem considerados em cada zona a ser criada: fração mínima de parcelamento do território definido como área rural; restrição da área construída; impermeabilização máxima do solo; tipo de ocupação a partir de dois critérios – unifamiliar e multifamiliar –; categorias de uso e número máximo de pavimentos. Não é necessário tratarmos todos esses critérios para alcançarmos os objetivos aqui estabelecidos. Alguns deles são suficientes para denotarmos os problemas de incomensurabilidade expressos nas escolhas metodológicas e interpretação da legislação por parte dos elaboradores do PACUERA.

O critério de *fracionamento mínimo de parcelamento de terras* está assentado no conceito de propriedade. A discussão sobre esse problema já foi iniciada neste trabalho e situa a questão da *terra como morada x terra como recurso*. O problema foi agravado quando o licenciamento exigiu o resguardo do residente produtivo em terras em situação de espólio menores que o módulo rural, como veremos adiante. Por enquanto, é importante salientar que a incomensurabilidade é a condição dessa restrição, em que toda sorte de reprodução camponesa é excluída. Como desdobramento, verifica-se o interesse dos municípios em lotear áreas em favor do turismo e do pretense desenvolvimento da região.

Para que seja possível a exploração turística da área aos moldes pretendidos pelos poderes municipais, seria necessário desconsiderar as áreas do entorno como áreas rurais, renomeando-as como “áreas de expansão urbana”. Isso traz várias implicações aos municípios e ao ordenamento territorial. A mais significativa é que, ao considerar determinada área como “de expansão urbana”, os PDOTs abrem a possibilidade de solicitar a redução do módulo rural. Esse foi o caso, por exemplo, da prefeitura de Silvânia que solicitou a redução do módulo rural de 3 ha para 2 ha. Mas se os municípios objetivam o aproveitamento turístico dos seus territórios, fazem-no dentro de perspectivas bem delimitadas do tipo de turismo em causa. Trata-se de um turismo

que implica a substituição das populações da área rural por membros das classes médias dos municípios do entorno, Brasília, Anápolis e Goiânia.

Na medida que se observa o uso desenfreado do lago por pessoas que não se enquadram nos requisitos turísticos esperados pelos municípios, estes temem os loteamentos realizados nos moldes atuais, pois contribuem para a favelização e diminuem a possibilidade de auferir recursos com a nova atividade. Observemos que aos olhos dos gestores municipais o problema não é a expulsão das populações rurais, mas a forma como isso é feito.

(...) tem estudo ambiental, são lotes de 1.000 metros, com proteção da APP, infra-estrutura por conta do empreendedor, pois a prefeitura não tem condição de prover saneamento, esgoto, água para essa área. O empreendimento irá ordenar a ocupação. A empresa é confiável, já fez condomínios em Furnas e em Pirenópolis. O que a Corumbá quer é as favelas que estão se formando lá? Tem gente vendendo lote de 100 metros, está virando uma favela. Melhor que fechemos acordos deste tipo com grandes empresas (TOCTAO Engenharia LTDA – empresa de construção civil especializada em condomínios em áreas turísticas, como condomínios “bem-sucedidos” em Serra da Mesa) do que deixar ao deus-dará para que se formem favelas, o que já está acontecendo (Assessora da prefeitura municipal de Abadiânia, em entrevista à equipe de elaboração do Diagnóstico).

A questão que surge aos poderes municipais é, portanto, ainda mais complexa. Ao definir qualquer área como “de expansão urbana”, o município assume responsabilidades de toda ordem perante o Estado. A primeira é que cabe a ele prover as áreas com serviços como coleta de lixo, transporte coletivo, assistência médica, segurança pública, entre outros. Apesar de ansiarem o desenvolvimento pelo turismo, os municípios não detêm recursos necessários para assegurar tais serviços. Os gestores trabalham com orçamentos mais ou menos definidos de antemão e o planejamento urbano, bem como sua implantação, deve anteceder os valores auferidos das novas atividades.

Outro problema é que cabe aos municípios conduzirem os procedimentos de licenciamento para consecução de condomínios e loteamentos, respondendo também às leis de parcelamento de solo. Assim, a pretensão de quase todos municípios em conter loteamentos não está embasada na necessidade de participação dos atingidos nas definições de uso do solo, mas, estritamente, na suspensão provisória do turismo. Este deve ser retomado posteriormente, quando as tão esperadas parcerias entre municípios e empresas se concretizarem.

Evidência disso é o conflito que se estabeleceu em Silvânia, quando a prefeitura e o PACUERA inseriram áreas de turismo que teriam sido aprovadas pelos atingidos. Entretanto, por desconhecer a diversidade de significados atribuídos ao território, levou-se em consideração apenas a perspectiva dos plantadores de soja e dos veranistas de Bom Jardim. Os produtores de leite se mostraram contrários a tais áreas, o mesmo ocorreu em outros lugares onde os atingidos não aceitam a implantação de praias, prevista nos Planos. Seja por problemas de incomensurabilidade do universo dos atingidos, seja pela sua simples desconsideração, o

resultado é a exclusão daqueles para quem, teoricamente, deveriam estar voltadas as políticas de ordenamento territorial. As formas dos atingidos agenciarem os impactos que sofrem, isto é, os mecanismos de que lançam mão na produção de contra-impactos, não é sequer conhecida pelos atores dominantes do licenciamento. Por isso, o ordenamento territorial nada mais representa que a legitimação do enclave.

O critério de *restrição de área construída* é também significativo para compreendermos tanto a incomensurabilidade que exclui a perspectiva dos atingidos do processo de dimensionamento de impactos, como os desdobramentos que tal incomensurabilidade promove nas formas de os atingidos agenciarem as imposições do ordenamento territorial.

Para populações campesinas tão diversas como as que se encontram às margens do reservatório, o que vem a ser uma construção, isto é, o que é e o que compõe o espaço construído? Responder a tal pergunta é de fundamental importância para compreendermos a perspectiva dos atingidos diante dessa restrição absolutamente nova para eles. Pomares, hortas, plantações, pastos, cercas, currais, mourões e até o “mato” são entendidos como resultado, no tempo, da ação ancestral sobre a natureza. Trata-se da domesticação do cerrado em favor da ocupação humana em que tudo que foi e é trabalhado na terra representa “o construído”. A valorização moral da terra e sua visceral ligação com o trabalho e com a família promovem uma concepção de construção completamente incomensurável à restrição imposta pelo PACUERA e PDOTs²². Como afirma o Diagnóstico,

(...) quanto mais construções, mais histórias, memórias e trabalho a propriedade possui. Construções eram vistas como marcas do tempo na terra, marcas que reafirmam o vínculo com a região. Relações de parentesco e vizinhança que se definem a partir das casas, quem nasceu em qual casa, porque tal casa foi construída, porque foi reformada, etc. A temporalidade das áreas construídas passa a ser, a partir da necessidade de restrição para a preservação do lago, a temporalidade dos direitos, portanto dos seres humanos sem caras definidas, nem mesmo histórias ou memórias para contar ou lembrar daquele lugar no qual sempre estiveram presentes e do qual dependem para sobreviver. Choques de tempos no mesmo espaço, que se intensificam a partir dos interesses de agentes externos de instalação na região de empreendimentos turísticos e de comércio, que necessitam de grandes áreas construídas e acarretam transformações profundas no modo de vida local (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, vol. II: 351).

Falar em construção, para os atingidos que vivem uma dada campesinidade, implica levar em consideração a realização do projeto camponês. Como demonstrei, o/a chefe de família ocupa sua posição por saber planejar o trabalho em família, por fazer circular a ajuda nas veias da vida social, enfim, por deter certo conhecimento no qual está implícita a idéia da liberdade de trabalhar, nesse caso, a liberdade de construir. Obviamente os atingidos compreendem claramente o que o PACUERA quer dizer quando restringe a construção a partir das zonas. Tratam-se de casas, algumas benfeitorias e edificações. Chamo a atenção para o fato de que ocorre uma reconfiguração do que vem a ser a construção ou o trabalho familiar. Isso reflete nas

formas de planejar o ordenamento territorial e nas formas de os/as chefes de família responderem ou optarem pelo tipo de restrição a que são submetidos.

É preciso resgatarmos a perspectiva de “construção” dos atingidos em causa, para que tenhamos um dimensionamento menos inadequado sobre as decisões e posturas tomadas nas reuniões, oficinas e etnografias. A restrição da área construída foi motivo de grandes discussões sobre o zoneamento, principalmente no que tange à Zona de Preservação da Cultura Tradicional, tentativa mal sucedida do PACERA em dar subsídios para que alguns atingidos pudessem retomar sua organização social no contexto de mudança intensa. Voltaremos ao tema, mas é preciso algumas evidências de que a questão da construção é realmente um problema para os atingidos, problema que respinga para muito além da área construída em si, mas na própria organização social. Tomarei como exemplo um caso etnográfico explicitado no Diagnóstico para ilustrar algumas dessas questões.

Em outubro de 2006, ficamos sabendo que haveria uma reunião em Mato Grande. Os atingidos não sabiam ao certo do que se tratava;

(...) diziam que a Secretária de Agricultura de Luziânia iria falar sobre um financiamento para pequenos agricultores que a prefeitura iria promover. Outras pessoas falavam que era um deputado que estava indo à região em busca de votos, e poucos diziam que era o pessoal da Corumbá (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, vol. II: 169).

Depois ficamos sabendo que era uma reunião do PDOT. Uma das lideranças de Pirapitinga solicitou a participação da equipe na reunião. Informamos a ele que provavelmente os pontos mais importantes que o município iria abordar seriam os locais para formação de praias, estabelecidos no PACUERA, assim como a restrição de área construída e impermeabilização. Em princípio, a equipe alimentava a expectativa de que as comunidades não iriam optar por pontos de praia e iriam escolher baixas taxas de impermeabilização ou construção. Isso porque os próprios atingidos viam nos turistas, nas casas de veraneio e nos grandes proprietários do *agribusiness* toda sorte de moralidades contrárias à perspectiva eminentemente presbiteriana e camponesa. Além disso, a grande maioria era abertamente contrária aos loteamentos e à expansão turística.

A região já estava zoneada como Zona de Preservação da Cultura Tradicional e as restrições de construção para essas zonas eram significativas.

– O que o senhor acha sobre a taxa de impermeabilização, o senhor acha que deveria ser de 3% como é nas comunidades tradicionais?

– Eu acho que a gente não constrói tanto na terra, e se for bom pra gente ser comunidade tradicional, eu acho que seria bom pra trazer projetos e também iria diminuir os loteamentos.

– Mas o senhor sabe que existe uma possibilidade de que a terra se desvalorize, pois iria limitar a compra de terra por grandes proprietários que querem construir pousadas, hotéis...

– *Eu não sei não, esse negócio de valorizar ou desvalorizar é muito difícil de medir. Depende muito da terra e de quem vai comprar. De repente, a pessoa que vai comprar quer sossego, aqui a gente iria ter isso, assim a terra seria valorizada* (Liderança atingida da Comunidade Fazenda Pirapitinga em entrevista a Leonardo Leocádio).

A perspectiva do sossego, do maior distanciamento possível dos “de fora” – digo, distância geográfica –, tudo estaria articulado no discurso dos atingidos perante os poderes municipais. Essa a expectativa inicial.

A reunião foi marcada para uma hora da tarde, mas só começou às três horas. Enquanto esperavam, algumas rodas foram se formando. Assuntos eram muitos. Um senhor reclamava da reprovação em testes para aquisição da habilitação de embarcações. O clamor referia-se ao material quase que exclusivamente em versão digital. Depois, discutiram a forma de atravessar ondas. O livro dizia que a embarcação deveria passar de frente, mas um senhor mais velho disse que não, que o livro estava errado, pois “a vida toda” ele passou de lado. Os reprovados não aceitaram seu argumento, houve debate e conclusão: o livro deveria estar se referindo ao mar pois *no Corumbá* o barco tem que passar de lado. Depois começou uma conversa sobre plantio, melhores épocas para semear, colher, como estava a produção do ano etc.

De repente, fez-se silêncio. Chegava um senhor paulista, também atingido, que comprara terras na região e visava lotear e construir condomínios. O silêncio parecia denunciar um “estranho proibido”; proibido de participar das questões que ora se desenrolavam²³. Ele perguntou ao Leonardo Leocádio se ele saberia dizer se a taxa de construção seria de 15% ou de 3%. Antes da resposta ele disse: *“é um absurdo esse povo, eu construo o quanto eu quiser na terra; você é de onde? (...) pessoal estão querendo mandar nas nossas terras, esse povo do IBAMA não tá nem aí pra gente”*. Muito se discutiu sobre isso, mas não houve muitas oposições ao paulista, que falava bem, com propriedade de “gente estudada”. A época era de eleições e o loteador atirou: *“o pior governo que teve foi o do Lula, ladrão, não ajudou em nada o proprietário rural”*. A liderança que nos convidara rebateu: *“eu não sei se é bem assim, o meu cunhado acha que foi o melhor governo do mundo, ele disse que nunca comeu tanta carne na vida dele”*. Nova discussão, cada um com suas opiniões. Um último disse: *“eu voto é na Heloísa Helena”*. Depois de risos, o tema perdeu fôlego.

A posição do proprietário paulista contrastava também com a de outros grandes proprietários da região. Estes afirmavam que tinha que ser feito o melhor para as comunidades e que eles poderiam perfeitamente se adequar ao que fosse decidido. O que não poderia ocorrer era piorar a situação daqueles que já estavam bastante impactados. A comitiva não chegava e houve evasão de boa parte do coletivo que se aglomerara para a reunião. Quando iam embora, falavam do desrespeito do “povo da cidade”; *“eles pensam que a gente é todo mundo vagabundo, que não tem nada pra fazer”*. Em seguida, chegaram a Secretária de Meio Ambiente de Luziânia e a

gerente ambiental da Corumbá IV. A Secretária disse que não iria participar da reunião, mas que confiava inteiramente na Dra. D., gestora da CCSA.

Assim a reunião se iniciou. Foram expostas as questões do PACUERA e do PDOT, os problemas e implicações de cada zoneamento e código de uso. Os moradores foram unânimes em não aceitar qualquer ponto de praia. Depois, falou-se sobre a restrição de áreas construídas. A gerente disse que, com a redução do percentual, as propriedades poderiam ser desvalorizadas em relação a outros municípios com maiores taxas, mas disse também que a medida continha o avanço e os interesses dos loteadores e veranistas. Depois de muito debate, chegou-se a um consenso que a área de construção seria a menor – 3%. Entretanto, no momento da votação²⁴, venceu a proposta de 10%, de interesse do Sr. paulista. Um dos moradores das comunidades disse que isso não alterava em nada o fato de eles serem tradicionais. A liderança, anfitriã da equipe, ao ser questionada do porquê havia votado nos 10% e não nos 3%, há pouco apontados por ele como a melhor solução para sua comunidade, respondeu: “*sou a favor dos 3%, mas eu não podia ir contra o povo, não quero criar briga*”.

Em uma região onde o/a chefe é responsável por fazer circular a ajuda, *criar briga* poderia deslegitimar a liderança. Além disso, o paulista tem propriedades no local, o que seria uma potencial aliança nesses circuitos de dádiva. O apelo de que *estão querendo mandar nas nossas terras* impunha aos atingidos uma afronta moral, já que, como vimos, a autonomia perpassa pelo trinômio terra, família e trabalho. Dessa forma, os debates acerca da restrição de construções implicou impactos também de ordem política. Para a liderança de Pirapitinga, o recurso utilizado foi anular-se para que mantivesse a legitimidade adquirida historicamente por ele e sua família. São exclusões produzidas por tal ordem de incomensurabilidade, explicitadas nos critérios de restrição, que balizaram a construção de todo o zoneamento.

5.2.3. “Zoneando” a vida dos “outros”: a noção de “atingido” entre identidades, exclusões e incomensurabilidades

Parece-me claro que os instrumentos de ordenamento territorial do entorno da UHE Corumbá IV obedecem às condições de entrada e processamento da caixa-preta do licenciamento ambiental; uma rede que coloca em funcionamento elementos ligados aos moldes de uma máquina, ou autômato. A escolha do PACUERA e PDOTs para demonstrar os *outputs* e aquilo que cai pelas malhas dessa rede é adequada porque assuntam sobre temas centrais. Nesses instrumentos, encontramos a construção da identidade de atingido produzida pelo SE e pelos interesses municipais em resposta ao próprio licenciamento. Ao exercitarmos uma análise crítica do zoneamento proposto, poderemos chegar aos problemas que não poderiam aparecer na categorização de impactos e direitos subjacentes. Por que eles não poderiam aparecer? Basicamente, porque a construção da identidade de atingido expressa nesses instrumentos, que

saem da *máquina*, são resultados das formas de conceber o mundo dos formuladores, técnicos e pesquisadores e não dos atingidos.

Quando se atestam direitos, ou melhor, quando estes são produzidos na elaboração do zoneamento, percebemos que são as identidades de técnico do setor elétrico, de consultor, de diretor, de prefeito, secretário e outras, que se reproduzem em um contexto em que mitigar e/ou compensar impactos se torna uma obrigação legal. As identidades ou cosmografias dos “atingidos” não participam da construção do que é ser atingido e quais seus direitos. Na verdade, as cosmografias dos operadores da *máquina* e suas expectativas quanto aos “outros” é que se fazem valer. Como veremos, o zoneamento proposto não estampa qualquer conhecimento ou interesse sobre as expressões culturais, organização social, parentesco e sistemas simbólicos dos atingidos. Produz-se um “outro” sem cara, sem expressão política e, claro, absolutamente passivo.

O problema não é reconhecer que há particularidades nas formas de pensar o território e assegurar direitos em consonância com essas particularidades. A questão é que tais particularidades são pensadas não a partir delas próprias, *i.e.*, elas não resultam da expressão dos diferentes, mas da impressões dessas diferenças pelos atores dominantes do licenciamento ambiental que produzem, avaliam, aprovam ou reprovam os instrumentos do ordenamento territorial. Assim, os *locus* de “direitos diferenciados” construídos são, eles próprios, artifícios que contribuem para todo o funcionamento da caixa-preta. Nesse processo, a incomensurabilidade, além de latente – pois é condição epistemológica do choque de universos de significados –, é naturalizada, como se não impusesse problemas políticos para elaboração de direitos.

Desconsiderar ou naturalizar a incomensurabilidade impede que os atores dominantes interajam com os atingidos não só em busca da interpretação, mas do aproveitamento do que é comensurável, do que pode ser conhecido. Como tenho insistido, isso só será possível caso ocorra uma mudança de perspectiva dos atores dominantes do licenciamento, em que se considere a incomensurabilidade como questão política a ser trabalhada para que se aprimore o entendimento de “participação social”. Conhecer o outro implica permitir e legitimar sua expressão política, seus interesses e leituras dos impactos, instrumentalizando-as no bojo do licenciamento. Por um lado, é a própria atividade e agência dos atingidos que deveriam balizar o ordenamento territorial, em respeito à vida e à luta dessas coletividades; por outro, é o interesse “científico” pelas cosmografias alheias que permitiriam acessar mais ou menos nitidamente os significados dessas vidas e lutas.

Como resultado, teríamos ordenamentos territoriais que denotam as zonas – essas fatias de significados sobre o território – como anteparo das moralidades colocadas em interação.

Cosmografias são, entre outras coisas, evidências de moralidades e, dessa forma, direitos de atingidos legitimamente defensáveis são aqueles construídos a partir das moralidades das coletividades mais interessadas nos impactos: as dos próprios atingidos. Se isso ocorresse, seria possível identificar categorias de “atingidos” entremeadas das formas de conhecer e usar o território pelos grupos impactados, evidenciando processos intercientíficos (Little, 2005). A intercientificidade aparece em contextos de interação de sistemas simbólicos em processos de mudança, em que é preciso buscar alternativas a problemas mais ou menos estabelecidos. As respostas ou alternativas à inundação das áreas de baixada – que variam substancialmente de coletividades atingidas para coletividades atingidas –, por exemplo, deveriam estampar os problemas diferentemente significados pelos atingidos e as formas particulares de lidar com eles. Não é o que ocorre no zoneamento em causa.

A partir dessas considerações, tomarei como índice da exclusão dos atingidos, e da evidência da incomensurabilidade dos universos de significados em interação, a presença ou ausência de intercientificidade no zoneamento da UHE Corumbá IV. Meu intento é provar a ausência da perspectiva dos atingidos no zoneamento, indicando o que cai pelas malhas da rede, *i.e.*, o que ela dissipa, como forma de assegurar a mínima regularidade aos fluxos caóticos de interesses, coisas e pessoas amarradas nas alegações sobre impactos e direitos. É bom salientar que o zoneamento é tido como um direito, como um instrumento de conhecimentos sobre o entorno do reservatório. Emergem daí, entretanto, classificações e gradações de impactos e direitos completamente inadequados, se temos o interesse em produzir mitigações e/ou compensações realmente participativas e que correspondam a um Estado isonômico e plural. As categorizações emergentes correspondem a pesquisas sem qualquer cunho etnográfico, com trabalhos de campo metodologicamente inadequados, tanto em relação às técnicas quanto ao tempo necessário para que se chegasse ao conhecimento mais preciso dos atingidos. Assim, um direito passa a desempenhar um papel de dominação e legitimação do enclave. Como destacou o Diagnóstico,

o Plano Ambiental [PACUERA] sugere um conjunto de ações, em conformidade com a legislação e com aquilo que se acredita ser o aproveitamento dos recursos da região, a serem realizadas num espaço e num período de tempo, e dessa forma reproduzem na região impactada outra lógica de uso do espaço e do tempo, instaurando uma “compressão do tempo e espaço” (Harvey, 1989) (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, vol II: 379).

Antes de prosseguir na interpretação crítica do zoneamento da UHE Corumbá IV, é importante assinalar uma característica fundamental do processo de ordenamento territorial. Zonear territórios que perpassam por mudanças incisivas implica considerar usos preexistentes e usos futuros, ainda não definidos, nem necessariamente verificáveis empiricamente. Como afirmei, isso ocorre por meio da extensão das concepções territoriais dos formuladores do

PACUERA e PDOTs. A ampliação da rede se desdobra em dois aspectos: por um lado, verificamos as concepções dos técnicos e pesquisadores sobre o que era o território antes da barragem, por outro, tornam-se legíveis as expectativas quanto ao que se pretende fazer da área. Obviamente, não podemos supervalorizar o poder dos instrumentos de ordenamento territorial diante das dinâmicas vividas pelos atingidos e pelos novos “chegantes”. Mas trata-se aí de apontar que, ao denunciar tanto os usos pretéritos como as expectativas futuras, tanto o PACUERA como os PDOTs permitem-nos dimensionar os impactos que esses instrumentos promovem, já que representam a perspectiva do enclave. É a partir dela que são criadas as concepções do que é ser atingido e quais são os impactos.

O primeiro aspecto consiste em deslegitimar os usos anteriores do território, subdimensionando-os. Isso ocorre pela simples desconsideração das populações atingidas e também porque, recorrentemente, os usos do território são mapeados com base em metodologias ineficientes: pouco tempo de campo, mediado por um olhar acrítico e sem qualquer relativismo. Decorre daí uma incomensurabilidade que nem mesmo chega ao limite epistemológico do círculo hermenêutico, é anterior a ele. Nesse sentido, a *terra como morada* não pode ser conhecida como questão central para o ordenamento territorial. Território é:

o lugar onde se desenvolvem as relações sociais, espaços de ação, de poderes e representação humana sobre o espaço, implicando a noção de limite e manifestando a intenção de poder sobre uma porção do espaço (Raffestin apud Becker, 1988:108).

Quando os elaboradores do PACUERA ou dos PDOTs criam zonas de uso e ocupação do entorno do reservatório, impõem suas interpretações sobre as configurações pretéritas, o que envolve construir *para* o enclave um panorama das relações sociais, as formas de ações coletiva, familiar e individual, suas respectivas representações simbólicas e, o que é mais importante, que noções de pertencimento reiteram a territorialidade presente nos momentos anteriores ao impacto. Ou seja, postula-se quem manda, quem tem não apenas a intenção de poder, mas o poder de fato. Dada a intencionalidade ou a incomensurabilidade imbricada na exclusão dos atingidos nesse processo de dimensionar usos anteriores, o resultado é uma compreensão mouca na qual o espaço é mero anteparo compartimentado de atividades que aparentam ser mais ou menos autônomas. Assim, afirmam os elaboradores dos instrumentos de ordenamento territorial, aqui é onde “eles” moram, ali é onde comercializam, acolá é onde há restos de cerrado que nunca foram utilizados...

A compartimentação do espaço em categorias estratigráficas corresponde à racionalidade tecnocientífica na qual a objetividade é uma deusa onipotente e onisciente. Sequer é cogitada a hipótese de que a concepção territorial “poderia ser diferente”, palco onde historicamente os grupos se estabelecem e onde vivem um emaranhado de usos do espaço. Não, na ótica da

consultoria, é preciso falar a língua do “empreendedor”, do Estado e do mercado; assim, sem qualquer cuidado metodológico, em nome da poderosa ciência e técnica, o mundo dos “outros” é construído como “a nossa visão do mundo dos outros”²⁵. Não há qualquer tentativa de demonstrar esses “outros” nas “nossas” afirmações sobre “eles”. Não se percebe quaisquer indícios de que “os outros” de quem se fala estão presentes nas alegações; eles são simplesmente tomados como dados brutos e passivos.

O segundo aspecto refere-se à necessidade de se criar zonas capazes de contemplar o que chamam de “tendências” da ocupação territorial do entorno do reservatório. Daí decorrem os devaneios criativos dos elaboradores dos instrumentos de ordenamento territorial no sentido de mediar os interesses do desenvolvimentismo e do ambientalismo estatal. Se uma área conta com a expansão de loteamentos, PACUERA e PDOTs afirmam que ali é uma área de expansão urbana, e não uma decorrência ilegal dos impactos promovidos pela hidrelétrica. Se há um projeto megalomaniaco de um hotel “caribenho”, a tendência é que ali seja uma zona turística e não um ponto onde emergirão conflitos de muitas ordens com as populações atingidas. Se há um cerrado que ainda convive com as populações atingidas, fornecendo-lhes, lenha, medicamentos, caça ou um cenário mitológico, bem... ali deve ser cercado e preservado. E, assim, vão zoneando a vida dos outros, impedindo-lhes a definição e a legitimação de suas expectativas quanto a realidade que se apresenta monstruosa.

Entre a compreensão dos usos anteriores e as tendências de ordenamento territorial, os elaboradores do PACUERA e PDOTs criam sobreposições que produzem impactos ainda maiores. Não só seccionam e simplificam pedaços de território, mas criam oposições gritantes entre as seções criadas²⁶. Sobre um território zoneado como de “preservação da cultura tradicional”, criam, por força legal, áreas de APP. Sobre áreas de preservação ambiental, criam zonas de comércio. Ao fazer isso, omitem o fato evidente de que uma área de comércio para os atingidos pode ser uma área também de reprodução familiar, ou mesmo uma área de “mato”. Vão ainda além: organizam uma lógica de sucessão de espaços embasada nas visões do enclave. Segundo os elaboradores dos planos, é bom que uma área turística seja limítrofe de uma área de “preservação da cultura tradicional”, pois os atingidos poderão usufruir os benefícios do turismo. Com isso, omitem a proposta urbanizadora da lógica espacial imposta, que se desdobra no êxodo rural. Simples assim.

Obviamente, os atingidos respondem às imposições territoriais a que são submetidos a partir de processos de territorialização e reterritorialização (Haesbaert, 2006). Mas a construção dos usos pretéritos e tendências por parte dos elaboradores do PACUERA e PDOTs, o seccionamento territorial de base tecnocientífica, as lógicas de sucessão das zonas e a sobreposição de usos e códigos impedem que a multiterritorialidade resultante corresponda ao

agenciamento dos atingidos. Não se trata, portanto, de negar que os atingidos se posicionem diante dos impactos, mas de deixar explícito que suas respostas aos impactos não são tratadas como direitos no licenciamento ambiental; pelo contrário, quando bem sucedidas, elas se afiguram como conquistas de coletividades perante a violência legalizada infligida pelo Estado, municípios e setor elétrico. Não estamos questionando a existência de reterritorialização por parte dos atingidos, mas o reconhecimento e legalização de tal reterritorialização. É sob essa perspectiva que, abaixo, trabalho o zoneamento levado a cabo no licenciamento ambiental da UHE Corumbá IV.

a) Um passeio pelas “zona”

Com base nos critérios de restrição e a partir dos problemas implicados em sua construção, conforme exposto, os elaboradores do PACUERA teceram códigos de uso e zonas, expressas em mapas coloridos. Foram sugeridas quatro grandes zonas, cada uma com respectivas subdivisões:

- *Zona Lacustre (ZL)*, que contempla a Zona de Segurança I (ZLS-I), Zona de Segurança II (ZLS-II) e Zona Lacustre de Lazer (ZLL);
- *Zona de Ocupação Orientada (ZO)*, com seu Corredor Especial de Comércio e Serviços (ZOCS);
- *Zona de Restrição à Ocupação (ZP)*, com as Zona de Preservação da Cultura Tradicional (ZPCT), Zona de Lazer (ZPL), Zona de Preservação Permanente (ZP-APP), Zona para Estabelecimento de Unidades de Conservação (ZP-UC) e Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPC);
- *Zona de Uso Agropecuário (ZR)*, com a Zona Rural Especial (ZR-e).

A partir de então, os territórios dos atingidos passam a ser mapeados por agentes externos como meras siglas, essas são *metrologias* criadas para que “os de fora” se estabeleçam e naturalizem a dominação dos territórios pelo enclave. Tal dominação é latente se tomamos os significados adotados para cada zona. Obviamente, não cabe aqui destrinchá-los, tarefa mais adequada a um parecer técnico ou a um Diagnóstico, mas é interessante tratar algumas delas para que fique mais claro o papel das *metrologias* criadas, quando permitem às coisas e pessoas amarradas na *máquina* se situarem desde dentro da *rede*, tornando impossível – ou inacreditável – qualquer territorialização não “mensurada” pelo zoneamento.

A *ZL* e suas respectivas subdivisões intentam controlar os usos da área de inundação do lago. Tomam-se como preceitos básicos as regras de navegação impetradas pelas Normas da Autoridade Marinha – NORMAN –, a segurança para a geração de energia e abastecimento de

água – em que não é permitido o acesso – e áreas de atracagem. Há ainda a ZLL, que prevê instalação de pontos de praia e a segregação de banhistas e embarcações.

A criação dessas zonas não levaram em conta a perspectiva dos atingidos em sua relação tão marcante com a água. Os córregos nomeiam as comunidades e lugares. Sobre os nomes das águas há mitos, “causos”, adaptações lingüísticas, santos da igreja católica, entre outros²⁷. As águas eram os lugares onde a reprodução da moralidade camponesa, principalmente nas épocas de seca, tornava-se possível. Bebedouro do gado, linha de chegada do vaqueiro e suas reses, tanque de roupa, poço de água, para beber, para “banhar”, para lavar louça, para alimentar. Parque de diversões das crianças, calmo reduto das varinhas de bambu, regador de pastos desidratados. A água era o corte úmido que delimitava quem manda em que lugar; era um patrimônio familiar, item indispensável ao projeto camponês, capítulo elementar na “cartilha” daqueles que, com esforço e conhecimento, salvaguardavam a honra de serem livres e “gerentes” legítimos do trabalho.

Não bastasse a inundação em si mesma, o zoneamento do PACUERA consolidava não só a nova paisagem azul-esverdeada, mas os usos da água. Suas restrições e imposições naturalizariam, de uma vez por todas, a inversão dos atingidos, que passaram de gestores a usuários da água. Tudo em nome do abastecimento do Eixo e da produção de energia elétrica. Esta, uma novidade escassa e intermitente nas comunidades atingidas de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia, que recebem alunos de volta das escolas por falta de luz, que perdem parte da produção de leite porque os refrigeradores falham...

A ZO versa sobre áreas sujeitas à ocupação desenfreada e objetiva assegurar os critérios de restrição de parcelamento de solos. Nela também se localizam as ZOCS, lugares em que supostamente se comercializavam produtos e onde atualmente é estabelecida, como “tendência”, a instalação de pontos de comércio. Percebe-se que a ZO, muito aquém de mapear os usos dos territórios a partir das concepções de comércio dos atingidos – imbricadas pela ajuda, que borrija os limites territoriais nas vias de circulação da moralidade camponesa, impedindo-lhe a simplificação como mero “lugar do comércio” –, representa uma proposta de gestão do enclave a partir dos interesses municipais.

Como demonstrei, a postura dos poderes municipais diante dos loteamentos é ambígua: por um lado, são temerosos da possível favelização, por outro, percebem nos loteamentos meios de “desenvolver” o município. A ZO serve como auxílio técnico para a resolução desse dilema e para a contenção dos “turistas” e loteadores via gerenciamento do espaço. Nesse sentido, nada mais é que um dos instrumentos criados para que a *máquina* funcione adequadamente no novo contexto; definida a adequação pelas noções de pertencimento desenvolvimentistas.

A *ZP* e suas subdivisões têm como característica ideológica marcante a idéia de preservação. É o meio pelo qual a ambientalização dos atingidos se consolida nas fases mais avançadas do licenciamento. Mas notemos que não são todos os atingidos, mas alguns deles. Ao parear a necessidade de preservação da vida silvestre, do bioma cerrado, dos mananciais aquíferos e das “culturas tradicionais”, o PACUERA intentava proteger esses atores do *meio ambiente*. O custo da proteção é sua transformação em meio ambiente *da obra*.

Interessante notar que na *ZP* está também presente uma *ZPL*, área destinada ao turismo público. Por que ela estaria ao lado de outras coisas e pessoas a serem preservadas? À guisa de conclusões, é possível, pelo menos, indicar que o que se preserva, se o faz *para* o “empreendimento”. Não estaria este interessado no gerenciamento dos fluxos turísticos? Certa vez, o presidente atual da CCSA me disse, em tom jocoso, que talvez a empresa pudesse se transformar em uma *holding*!

A *ZR*, por sua vez, afigura-se como evidência da incomensurabilidade entre os universos de significados dos atingidos e dos elaboradores do PACUERA. Elas delimitam usos para produção agrissilvipastoril, esartejando a moralidade camponesa que mantém inseparáveis terra, família e trabalho. Assim como a *ZPCT*, a *ZR* representa uma simplificação insuportável das territorialidades presentes no entorno do lago. A perspectiva é claramente a do empresariado capitalista ou do gestor de enclaves, pois não é feita qualquer diferenciação interna a essas zonas. Produtores de leite de Silvânia são enquadrados em zonas idênticas aos moradores das comunidades rurais de Luziânia e Santo Antônio do Descoberto. O lugar da roça é separado das terras de baixada, das áreas de comércio e dos espaços públicos. Cada um desses lugares é concebido como mais ou menos autônomo pelo PACUERA. Como vimos, comércio, áreas de baixada, roça, casa e outros espaços são indissociáveis para boa parte dos atingidos. Escapa às zonas qualquer possibilidade de compreender e reproduzir, via planejamento territorial, a diversidade dos usos do território e das cosmografias das populações impactadas. Não se observa quaisquer processos intercientíficos; a incomensurabilidade não se afigura como problema político reconhecido pelo Estado.

O mesmo ocorre quando nos debruçamos na organização e sucessão das zonas. A razão porque uma zona *x* é colocada lado a lado com uma *y* veicula não só os interesses conscientes, mas as (sócio)lógicas²⁸ que balizam a construção do ordenamento territorial. É de se esperar que a organização das zonas do PACUERA não correspondam à dos atingidos. Senão, vejamos.

Os elaboradores do PACUERA entendem que as *ZLL*, *ZPL*, *ZOCS* e *ZPCT* são mutuamente atrativas. O magnetismo ideológico que as aproxima é, claro, o “casamento” do desenvolvimentismo com o desenvolvimento sustentável:

(...) as Zonas de Preservação da Cultura Tradicional associaram-se às Zonas de Lazer e Corredores Especiais de Comércio e Serviços possibilitando a participação mais direta e ativa dessas comunidades ao processo de dinamização estabelecido pela criação de áreas de relevante beleza cênica e interesse ao turismo e lazer (Corumbá Concessões / Walm, 2005: 86).

Não é necessário insistir que a organização dos camponeses goianos atingidos pela UHE Corumbá IV não diferencia, da forma como o faz o PACUERA, as áreas de comércio da produção e do lazer²⁹. Mas há duas questões que são necessárias apresentar.

A primeira é o fato de que as zonas acima descritas são propostas que envolvem responsabilidades. Não são os elaboradores do PACUERA os responsáveis por escolher quais e quantas áreas de praia ou de preservação da cultura tradicional serão implantadas. Trata-se apenas de uma espécie de consultoria *para* os que ocupam as cadeiras das decisões municipais. Dessa forma, fica claro que a sucessão dos zoneamentos atende explicitamente aos interesses do enclave. A responsabilidade pelo processo participativo acaba por se dissipar na *rede*, eliminando ou naturalizando, de uma vez por todas, a culpa pelos impactos socioculturais e econômicos, e a definição de quem vai pagar por eles. Talvez, por isso, a fase de operação seja o momento preferido dos atores dominantes da *rede* para tratar de impactos e direitos. Senão para todos, pelo menos para o SE e para os poderes municipais.

A segunda questão remete às posturas adotadas pelos atingidos tanto na pesquisa de campo como na realização de oficinas de trabalho elaboradas pela equipe do Diagnóstico. Lembremos que o IBAMA exigiu que o Diagnóstico se pronunciasse sobre o PACUERA, para que a opinião da equipe de elaboração fosse conhecida e, quem sabe, considerada na avaliação do Plano. Particpei tanto das pesquisas de campo como do planejamento e execução das oficinas, quando pude atentar para as respostas dos atingidos no zoneamento proposto no PACUERA. O fato é que esses momentos, muito embora não representassem o ideal da participação social, permitiram aos atingidos que expressassem sua vontade desde suas comunidades, associações, grupos familiares e igrejas. As oficinas eram espaços em que, ora tímidos, ora eufóricos, os atingidos deixavam transparecer posições sobre o ordenamento que atestavam a completa ausência de participação na elaboração do PACUERA.

Mesmo que não se tenha avançado em muitos aspectos, foi possível entrever por detrás das vestimentas tecnocientíficas, as pessoas, coisas e poderes que francamente excluíram os atingidos dos processos políticos de definição do ordenamento territorial. A partir do que vi, “diagnostiquei” a muitas mãos e agora escrevo “solitário”, não é possível que qualquer ator da *rede* sustente a afirmação de que os atingidos são incapazes de compreender, refletir e elaborar proposições sobre zonas, códigos de uso e restrição. É verdade que suas elaborações são invisíveis a muitos dos atores da rede, assim como o fato de que muitos dos quesitos de ordenamento territorial do PACUERA o são para os atingidos. Mas isso não impediu que o

mínimo esforço em produzir intercientificidades abrisse controvérsias *na rede*. Estas, de ordem política, embasadas por uma forma diferente de produzir inscrições sobre impactos e direitos.

Nas oficinas, os atingidos de Mato Grande, Pirapitinga, Sarandi e Mandioccal se opuseram à criação de qualquer ponto de praias próximos a seus territórios. Havia algum interesse no turismo em Mato Grande, contraposta à rejeição unânime dessa atividade em Mandioccal. Em Santo Antônio do Descoberto, os moradores de Santo André desconsideraram o turismo como alternativa de renda, contradizendo os preceitos do SE de desenvolvimento regional como pretensão natural ou como fase inevitável da evolução social. Por outro lado, Santa Rosa optou por um ponto de praias entre tantos propostos pelo PACUERA. Os moradores dessa comunidade rural acreditam que é necessária a praia para que venham alguns benefícios e para que o turismo seja minimamente organizado, pois “*do jeito que está não dá pra ficar*”, como me disse um morador atingido de Santa Rosa. Em Alexânia, no bloco composto por Capão, Monjolo e Porto Pechincha, a aversão ao turismo e às praias não foi uníssona. Pelo contrário, gerou pontos e contrapontos entre os atingidos. Em Igrejinha, Caxambu e São Bernardo o turismo foi duramente criticado. O interessante é notar que justamente nessa área está uma das Estâncias turísticas mais antigas da região. A oposição ao turismo se revestiu da oposição dos “de dentro” e dos “de fora”.

As discussões não ficaram restritas à “condição” do território como estampado no PACUERA, pelo contrário reverberaram para outras necessidades surgidas, conhecidas e demandadas pelos atingidos. Assim, exigiam postos de fiscalização policial, postos de saúde, telefones públicos, coleta de lixo, transporte escolar, entre outros. Em algumas reuniões, estavam presentes os poderes municipais e a oficina acabava por representar uma arena de confrontação e negociação direta entre os secretários e técnicos e os atingidos.

Em cada oficina ou mesmo na pesquisa de campo, apresentávamos aos atingidos um trecho da primeira página do PACUERA, o que os estimulava a opinar sobre o ordenamento territorial. Diz o trecho: “*o Plano Ambiental do AHE Corumbá IV, como instrumento de gestão e planejamento deve ser revisado e re-estruturado sempre que necessário*” (Corumbá Concessões/Walm, 2005: 1). Foi assim que, após dezenas de oficinas realizadas, a questão se tornou conhecida dos atingidos. Algumas decisões foram tomadas, outras não. Muitas vezes, os atingidos solicitaram que o Diagnóstico não desse um parecer conclusivo sobre códigos de usos e zonas, mas “*diga ao Ministério Público que a gente quer ter tempo pra pensar*”, como me disse um dos presidentes de associação de produtores rurais de Santo Antônio do Descoberto³⁰.

Ao analisar os *outputs* do licenciamento, percebemos que muitas coisas que caem das malhas da rede podem ser resgatadas. Fica sob suspeita a eficiência desse resgate, pois sua continuidade depende de uma coalizão de fatores capazes de dar vida às controvérsias

levantadas. O atual contexto do licenciamento ambiental não é muito animador. As experiências, ainda pontuais e isoladas, estão longe de ameaçar definitivamente o funcionamento da *máquina* de exclusão. Há de se continuar tentando? Por que? Para que? Para quem? Como? A partir de que lugar *na rede*?

b) Preservação da Cultura Tradicional? Impactos da “tradicionalidade” sobre as moralidades camponesas

No zoneamento proposto pelo PACUERA, observa-se um esforço em diferenciar certos grupos de atingidos de outros. Segundo o PACUERA, a diferença reside nas seguintes constatações:

(...) locais onde se identificou propriedades com área menor, grupos sociais com famílias descapitalizadas que sobrevivem da cultura de subsistência. Por costume e força das circunstâncias, nestas comunidades existe o hábito o parcelamento informal da propriedade com os membros da família que vêem a constituir nova família. (...) a educação e costumes identificados nestas comunidades comumente são mais conservadores e rígidos que aquelas identificadas nas áreas urbanas (...) avaliou-se o risco potencial de desarticulação de tais estruturas sociais e a manutenção e sobrevivência do núcleo familiar (Corumbá Concessões / Walm, 2005: 92).

Esses grupos foram denominados “populações tradicionais”, zoneadas como ZPCT. A concepção de populações tradicionais aí veiculada flutua na correnteza das ideologias do desenvolvimento sustentável atreladas a alguns princípios preservacionistas. Não é casual que a ZPCT seja de “preservação”. O princípio preservacionista, conforme apropriado política e ideologicamente pela ciência, presume refrear as interações consideradas negativas entre elementos de (eco)sistemas. Assim, cria-se artificialmente uma vida *in situ* e com ela uma concepção de harmonia, portanto, uma moralidade em que os elementos se ligam “perfeitamente”. Para que a harmonia ou o funcionamento *in situ* prevaleça, faz-se necessário desconectar as interações preexistentes – fundamentalmente as ligações entre natureza x cultura –, reconectá-las de um modo particular e preservar essas novas conexões, seja com leis, normas, cercas ou forças policiais. Não é à toa que uma das principais demandas do preservacionismo no Brasil seja a criação de unidades de conservação, áreas protegidas que visam assegurar a preservação *in situ*. O que me parece interessante para este trabalho é que a idéia de preservação envolve necessariamente a construção moral daquilo que se quer preservar. O objeto de preservação não é um dado bruto e natural, mas o resultado de significações, traslações de interesse e processos comunicativos, portanto, políticos.

O PACUERA quer preservar a cultura tradicional. Esse, o meio pelo qual acredita referenciar as diferenças de concepção e uso de territórios no entorno do reservatório para o planejamento. Até aí nenhum problema, afinal é realmente necessário tanto garantir que “atingidos

por barragens” sejam traduzidos politicamente como uma identidade detentora de direitos específicos quanto assegurar que entre os atingidos se reconheçam diferenças. Do ponto de vista político, a questão não é tanto saber se o termo “populações tradicionais” é adequado, pois qualquer denominação inventada não será capaz de resolver o impasse entre identidades oficiais e cosmografias³¹. O que me toma a atenção são as conseqüências dos processos morais de construção das identidades oficiais, ou seja, os objetos de preservação, proteção ou defesa. Nesses processos, muitas vezes bem intencionados, outros não, o ponto de vista das pessoas às quais se quer nominar de população tradicional, de índio, quilombola, ribeirinho, pescador e outros, parece permanecer ausente.

Com isso, o objetivo dessas identidades, a partir de uma perspectiva antropológica, reveste-se de novas interrogações não mais voltadas à constatação, que já me parece óbvia, de que é preciso assegurar direitos a populações diferenciadas. Trata-se, isso sim, de verificarmos se a construção desses direitos “nominados” assegura a participação política das “populações alvo” e se eles – os direitos – refletem os mecanismos dos atingidos se “situarem no mundo”, a partir de suas experiências históricas, adquiridas e reproduzidas sistematicamente. Os impactos são sofridos, significados e respondidos pelos atingidos. A perspectiva de “conservação da cultura tradicional” seria capaz de refletir a agência dos atingidos diante dos impactos, dando-lhe legalidade? Poderia ela promover uma sensação de pertencimento ancorada nas diversas cosmografias espalhadas pelo entorno do reservatório? A identidade oficial criada, em suma, inaugura um espaço em que as cosmografias e as moralidades camponesas podem expressar e legitimar sua diversidade, demandando direitos no bojo do licenciamento ambiental? Ou será que ela representa uma limitação à expressão dessa diversidade e legitimação? Parece ser esse o caso do PACUERA. Faz-se necessário, então, abrir-lhe a caixa-preta para que compreendamos como o processo de criação da identidade oficial produz impactos sobre as cosmografias dos atingidos.

Ao propor a preservação da cultura tradicional, lado a lado com a preservação da vida silvestre, por exemplo, o PACUERA intenta a manutenção das características atuais das comunidades e povoados. Aí está implícita a idéia de que as “comunidades” têm um modo particular de viverem suas vidas, *in situ*. Nada contra o interesse em preservar ou criar mecanismos de defesa dessas populações, mas quando tal preservação remete ao completo desconhecimento das formas de elas significarem o território, quando ela promove uma visão estagnada ou substancializada de cosmografias, quando é cega à característica eminentemente processual e dinâmica da cultura, bem... aí temos problemas.

É muito claro que os elaboradores do PACUERA não poderiam “preservar” a cultura tradicional porque desconhecem o mundo dos atingidos e porque essencializam a cultura. Assim, tomam as “culturas tradicionais” como um estado harmônico e estável. Não reconhecem que os

atingidos, há muitas décadas, vêm respondendo a impactos e se modificando individual e coletivamente. A hipótese de que estes detêm um modo particular de responder a grandes projetos desde a colonização, Marcha para o Oeste e construção do Eixo sequer poderia ser formulada a partir da idéia de cultura veiculada pelos elaboradores do PACUERA. Assim, este instrumento de ordenamento territorial confunde identidades oficiais e cosmografias, nichos de significado jurídico e a vida vivida dia-a-dia, direitos políticos e experiências pessoais e coletivas. Emerge daí uma concepção de preservação aos moldes daquelas que se desdobraram das teorias da aculturação no contexto do indigenismo. Preservar seria retirar certas coletividades das dinâmicas e mudanças que autoritariamente as foram impostas, seria impedir que elas respondam a essas mudanças, seria anulá-las como detentoras de interesses, de vontades e formulações de demandas. Como afirma o Diagnóstico:

A definição de tradicional, no contexto do PACUERA, traz um teor etnocêntrico, pois além do essencialismo presente, aparece enquanto mecanismo de restrição e controle de uso de determinadas áreas. Ora, o Centro-Oeste em expansão capitalista, um lago de mais de mil km de orla, um fluxo inacreditável de pessoas estranhas, a quebra de vínculos sociais, a desestruturação da malha viária, a perda de terras e ainda o interesse em manter as “comunidades” da maneira que estão? Tudo muda, menos as “comunidades”(…) Apesar de representar um marco geopolítico de defesa de direitos dos atingidos que se enquadram na concepção de “tradicionais”, não se pode permitir que a heterogeneidade e as diferentes posturas políticas das diferentes localidades se percam na identidade definida burocraticamente. Positivar impactos consiste em otimizar o uso político dos impactos produzidos em prol dos atingidos (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, vol. II: 350 e 375).

Na tentativa de isolar ou preservar as “populações tradicionais”, o PACUERA, em verdade, insere os grupos que quer classificar nas dinâmicas próprias do enclave, pressupondo que os atingidos são “incapazes” de agenciar as mudanças que sofrem, e, ainda, impondo-lhes “projetos” de atuação perante as mudanças formuladas gerencialmente, em nome do desenvolvimento da região, em favor da usina e do licenciamento ambiental. Nisso reside a atração “magnética” entre ZPCT, ZPL, ZLL e ZOCS, que, juntas, formariam núcleos de desenvolvimento turístico.

Mas a idéia de “populações tradicionais” é capaz, mesmo que timidamente, de assegurar direitos. Vide, por exemplo, a recente promulgação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Ela também guarda problemas similares aos do PACUERA³², mas assegura direitos, recursos – afinal para executar uma política há de se ter dinheiro –, e legitima certas populações em relação a outras. No contexto do licenciamento, como convencer os empresários a gastar dinheiro com algumas coletividades que impactou? Como dimensionar quais coletividades devem receber muitas outras formas de mitigação e compensação de impactos, além da indenização? O uso do termo “populações tradicionais” soma forças nesse sentido. Por meio dele é possível elaborar exigências ou alegações mais fortes.

Dessa forma, a ambigüidade implícita nas identidades oficiais e o desafio de lidar com elas – para aqueles que querem contribuir para a construção de políticas mais isonômicas e plurais – é real. Por um lado, a idéia de populações tradicionais assegura direitos, por outro, inverte a relação do “mapa” com o que é mapeado, por meio de metrologias. Em campo, tal ambigüidade se apresentou com todas as cores.

Os elaboradores do PACUERA criaram códigos de uso exatamente iguais para todas as áreas denominadas ZPCT. Com isso, promoveram a acomodação da diversidade das cosmografias dos atingidos à identidade oficial, transformando-as em siglas inteligíveis nos mapas. Inverteu-se a primazia das cosmografias sobre a identidade oficial. Em verdade, a construção do que é ser população tradicional e quais os códigos de uso adequados é que deveria se adaptar às muitas cosmografias presentes no entorno do lago. O zoneamento levado a cabo pela CCSA acabou por engessar as dinâmicas socioculturais e econômicas, silenciando as diferentes formas dos atingidos responderem aos impactos e provocando muitos conflitos sobre a relação entre as ZPCT, seus códigos de uso e demais zonas.

Os elaboradores do PACUERA falaram que as ZPCT deveriam se localizar lado a lado com as ZOCS, os atingidos “tradicionais” não concordaram; disseram que seus territórios deveriam fazer fronteira com as áreas de lazer, também discordaram em sua maioria, queriam limitar a “construção” em 3% do total de cada “propriedade”, foi negado em alguns casos. *“A gente quer ser tradicional se for pra participar dos benefícios, mas eles falam que se for tradicional não pode fazer igual a gente fazia antes, aí já não serve”*, colocou-me sabiamente um ex-secretário de cultura da CORPO³³.

Nesse contexto, a equipe de elaboração do Diagnóstico, ao debater com os atingidos a sua classificação como ZPCT, intentou inserir nessas zonas todas as comunidades e regiões nominadas onde encontramos moralidades camponesas, mas a partir de uma posição distinta. Enquanto os elaboradores do PACUERA perguntavam: “você quer ser populações tradicionais? Isso envolverá restringir o uso do solo, a desvalorização das terras, etc.”. A equipe do Diagnóstico perguntava: “que tipo de restrições e códigos de uso você quer para suas áreas, de maneira que possam ser considerados ‘populações tradicionais’ e acessar direitos que outros não poderão?”³⁴.

A intervenção da equipe do Diagnóstico, em atendimento ao IBAMA, provocou muitos debates. Uma vez que a idéia de “populações tradicionais” já estava desgastada pelas razões acima apontadas, o resultado acabou por refletir a confusão causada pela inversão promovida pela metrologia do zoneamento territorial. Enquanto as comunidades rurais do municípios de Santo Antônio do Descoberto optaram por serem denominadas “populações tradicionais”, priorizando o embate com o PACUERA no sentido de modificar os códigos de uso; as

comunidades de Luziânia chegaram a negar tal identidade oficial, priorizando a aversão aos códigos criados pelo PACUERA e a indisposição para modificá-lo. Lembremos que as comunidades rurais desses dois municípios são detentoras de uma forte noção de pertencimento, balizada pela nuclearidade da terra, família e trabalho.

Em Luziânia, a questão era tão problemática que um dos chefes da família mais atingida de Mato Grande pediu que a equipe do Diagnóstico não realizasse mais reuniões, pois “*a gente não quer trocar a indenização por esse negócio de população tradicional, então é melhor nem vir mais aqui com essas reuniões, o Leonardo [pesquisador que mais tempo de ficou em campo em Luziânia] pode ficar*”. Depois, outras lideranças de Luziânia ficaram sabendo das decisões tomadas nas comunidades de Santo Antônio do Descoberto e pediram mais uma reunião na região para esclarecer as questões, quando optaram por serem “tradicionalistas”, mas isso tinha que ser mais discutido, principalmente os códigos de uso da ZPCT.

O resultado foi a sugestão de inserção de muitas comunidades como “populações tradicionais”, de maneira que os códigos de uso fossem diferentes para cada caso. É verdade que não houve consenso em boa parte das oficinas sobre esse ponto, mas unanimemente todas as coletividades afirmaram que gostariam de receber apoio em forma de programas de mitigação e/ou compensação de impactos. Assim, o Diagnóstico concluiu:

Mesmo assim, o processo de adoção da Zona de Preservação da Cultura Tradicional não foi feito de forma representativa entre os integrantes de uma determinada região zoneada no Plano Ambiental como ZPCT. Isso porque durante as reuniões e consultas públicas não houve segurança por parte dos líderes e/ou representantes das comunidades locais para fazer tal opção. Porém os elaboradores do Plano Ambiental optaram, em comum acordo com os participantes de reuniões e consultas públicas, que a proposta de adoção das ZPCT fosse inserida no Plano Ambiental mesmo sem sua formalização e junto a comunidade(...) Com esta breve contextualização do que são chamadas Comunidades Tradicionais, este Diagnóstico apresenta como proposta, a criação de novas 18 regiões como ZPCT, nas quais o modo de vida tradicional encontra-se profundamente diversificado. Há comunidades onde se verifica grande mobilização sociocultural, e níveis de pertencimento bastante contundentes, refletindo no auto-reconhecimento do coletivo enquanto um todo, enquanto em outras, como em Barreiro da Boa Vista, município de Abadiânia, o avanço dos loteamentos causa a perda da identidade da tradicionalidade devido a evasão dos moradores mais antigos e seus costumes. Mesmo em situações onde o proprietário tem maior poder aquisitivo, tamanho médio de propriedade e heterogeneidade dos residentes de uma dada comunidade, este Diagnóstico avaliou como passíveis de receber a nomenclatura de ZPCT (...) cabe alertar a necessidade de legitimar e consolidar tais definições junto às próprias comunidades (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, vol. IX: 63).

Entre incomensurabilidades, metrologias, identidades oficiais e cosmografias vívidas, definir “populações tradicionais” não é tarefa das mais fáceis. Mas, na eminência e necessidade de sua construção, é absolutamente fundamental que não se permita a inversão da homogeneidade sobre a diversidade. Caso isso ocorra, não há qualquer sentido em produzir identidades oficiais e direitos específicos, pois o critério que justifica o resgate de passivos continuará escondido nos interesses de gestão do enclave: a exclusão dos atingidos dos processos

de tomada de decisão, historicamente consolidada no entorno do que hoje é o reservatório da UHE Corumbá IV, que antes fora o palco do Eixo e que amanhã provavelmente receberá mais projetos de grande escala. Chamem do que quiser, mas que não se perca de vista o porquê e para quem direitos especiais são criados e, com eles, identidades oficiais.

5.3. Espoliado, residente e produtivo? Um caso exemplar de equívoco

Seria simples acreditarmos que as incomensurabilidades presentes no ordenamento territorial remetem aos atores que têm o maior interesse em excluir deliberadamente a perspectiva dos atingidos dos processos de licenciamento: SE e poderes municipais. Entretanto, apesar de realmente esses atores se interessarem politicamente e objetivamente na exclusão dos atingidos, é importante diferenciarmos a exclusão por interesse e por incomensurabilidade. Não se pode confundir as duas sob pena de dimensionarmos de maneira equivocada os impactos produzidos pela usina. Assim como no caso do SE e municípios, aqueles atores da rede que intentam resgatar passivos e impor ações, responsabilidades e penalidades aos empresários, também expressam problemas de incomensurabilidade. Os resultados, ao contrário do pretendido, acabam por produzir impactos danosos aos atingidos. Já pudemos fortalecer essa afirmação no capítulo anterior, mas a classificação de um tipo de impacto – e em consequência um tipo de atingido – me parece a mais elucidativa dessa questão: o resguardo do residente produtivo em remanescentes de terras que se encontram em situação de espólio. Segundo parecer encaminhado pelo IBAMA à CCSA, ela deve:

(ii) Rever os procedimentos adotados em relação às indenizações efetuadas / negociadas no processo de desapropriação do Consórcio Corumbá nos casos em que houve demandas de inventário e partilha entre herdeiros, identificando aqueles que efetivamente residem e/ou mantêm atividades produtivas na propriedade, que deverão ser alvo de Programa de Reassentamento, conforme condicionado na RLI nº 281/2004 (...) Ressalta-se que somente após a interveniência do IBAMA, os srs. J. e A. tiveram sua situação revista pela Corumbá Concessões (IBAMA. Parecer Técnico nº 135/2005 – COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA, de 29 nov. 2005, grifos meus).

A partir do trecho acima, quero retomar duas implicações dessa exigência, entendida aqui como peças etnográficas, ou seja, “produtos culturais” elaborados a partir de um universo prático-simbólico particular, o da tecnoburocracia no licenciamento ambiental. A primeira implicação é a que os estudos de organização social e parentesco passaram a ser um dos ingredientes necessários nos procedimentos do licenciamento ambiental, pelo menos no caso da UHE Corumbá IV. Dois desdobramentos disso: a expansão do campo de atuação do cientista social – como ator nesse ritual – e a melhoria do processo de licenciamento, que passa a reconhecer o conhecimento produzido à luz da etnografia como veículo técnico para a construção de instrumentos políticos para assegurar direitos das populações atingidas. A

segunda implicação é que processos de aprimoramento do licenciamento ambiental podem ser tomados como objetos de estudo da antropologia³⁵, pois, como afirma Wolf (2003), antropólogos têm licença para estudar estruturas intersticiais, o que me parece ser o caso. Assim, poderemos analisar, à luz da etnografia, resultados e limites inerentes ao processo, quando este convoca a própria etnografia para contribuir na execução do papel de Estado: assegurar isonomia e pluralidade.

É bastante evidente que o licenciamento ambiental da UHE Corumbá IV representa uma rede de validação do conhecimento antropológico diferente da rede da academia. Mas não podemos esquecer que é a mesma matriz disciplinar que opera a validação. A possibilidade da exigência perpassa pela construção mesma da antropologia como disciplina. Os técnicos com conhecimentos suficientes para exigir o resguardo do residente produtivo herdaram, por exemplo, as constatações de Morgan (1945), um dos “pais” fundadores dos estudos de parentesco³⁶, de que a herança é fundamental para explicar a organização social de grupos, ou a afirmação de Radcliff-Brown (1979) de que, em processos de sucessão, estão em jogo valores, direitos e deveres e não apenas e exclusivamente a herança material³⁷, ou a perspectiva da aliança de Lévi-Strauss, que atenta para a necessidade de estudar as relações entre afins.

Obviamente não estou afirmando que os técnicos e antropólogos do IBAMA e MP que demandaram o resguardo do residente produtivo dominam profundamente as teorias do parentesco – o que também não é o meu caso. Quero, isso sim, deixar explícito que as inscrições que permitiram construir os casos de espólio como “emergenciais” na rede do licenciamento são heranças da construção da disciplina, seja ela praticada na academia ou não. Essas, quando presentes no licenciamento, permitem que antropólogos e cientistas sociais questionem os preceitos legais vigentes. A necessidade de “resguardar o residente produtivo” me parece ilustrativa disso, pois, ao formularem a demanda, os cientistas sociais, antropólogos, historiadores e geógrafos envolvidos no licenciamento reconhecem, desde dentro do Estado, a incapacidade das leis de sucessão do Código Civil em “captarem” outros mecanismos sociais que são fundamentais para que impactos sejam reconhecidos. Nesse aspecto, a inserção de profissionais que compartilham de uma matriz disciplinar como antropologia no Estado, permite que ele “enxergue” mais questões, que absorva tensões intelectuais entre juristas e antropólogos que antes só se desenvolviam na rede da academia. Tendo isso em vista, cabe perguntar: o que está envolvido na exigência de resguardar o residente produtivo em remanescentes em situação de espólio? Mais ainda, o que motivou os técnicos de meio antrópico dos órgãos licenciador e jurídico a elaborar tal exigência?

A simples constatação de que é preciso resguardar o residente produtivo implica o conhecimento explícito por parte do Estado de que a família camponesa atingida não pode

simplesmente se submeter à partilha de bens dos códigos jurídicos sem prejuízo para sua sistemática de herança e negociação. A exigência veicula, portanto, o entendimento amplamente produzido nos estudos de campesinato no Brasil, quanto à herança e sucessão de terras camponesas. Notemos, entretanto, que o mesmo Estado que exige o resguardo do residente produtivo, regulamenta, via Código Civil, a herança pela partilha igual da herança entre os herdeiros. De qualquer maneira, a motivação do Estado em demandar o resguardo do residente produtivo perpassa pelo conhecimento individual de alguns técnicos e antropólogos que ocupam lugares definidos no licenciamento ambiental. Estes, utilizam o conhecimento etnográfico dos problemas camponesinos, produzidos à luz da antropologia no Brasil, para operar a *rede*.

Há muitas questões implícitas na exigência de resguardar o residente produtivo. Primeiro, podemos identificar a idéia de uma família camponesa. Em seguida, devemos salientar que o que está em jogo são formas específicas dessa família se reproduzir, o que, como vimos na primeira seção deste capítulo, envolve a reprodução também do trabalho e, o que é mais importante para esse caso, da terra. Outra questão fundamental é a idéia de “residência”, da qual não se desvincula a reprodução camponesa. Por fim, a exigência situa a idéia de produtividade como central para que se mitigue e/ou compense impactos. Tudo isso inserido na hipótese do Estado de que herança e sucessão de terras, em alguns casos, são categorias que diferenciam certos atingidos de outros.

Além dos limites legais, que impõem uma alteridade conceitual, o problema da incomensurabilidade no caso do resguardo do residente produtivo, reside no fato de que, apesar de conhecer ou minimamente ter em mente, em nível teórico, os problemas de herança e sucessão camponesinos, o Estado não fomenta pesquisas de campo. O pouco tempo de campo e algumas metodologias adotadas nas visitas técnicas impossibilitam que os técnicos do Estado sejam capazes de se situar nos contextos etnográficos, o que, em tese, permitiria relacioná-los às teorias que lhe dão subsídio para formular demandas. Dessa forma, isolam mais ou menos aleatoriamente certos fatores que conseguem captar nas poucas e curtas visitas que realizam ao entorno dos reservatórios. Muitas vezes não há tempo para reflexão sobre esses fatores, pois, ao voltar para a “repartição”, novos calhamaços estarão esperando tratamento técnico, em estado de urgência. Decorre daí proposições de mitigação de impactos incompletas – porque isolam certos aspectos da herança e sucessão, ligadas a tantos outros, que lhe dão sentido –, quando não impactantes.

Para exemplificar, tomarei como contexto o sistema de parentesco e organização social da comunidade rural de Pontezinha, em Santo Antônio do Descoberto. Há muitas similaridades entre os mecanismos de sucessão e herança dessa comunidade com as demais, tanto no

município como em Luziânia. Os desdobramentos do resguardo do residente produtivo no licenciamento, portanto, podem ser estendidos a partir desse caso.

Relações de parentesco são componentes fundamentais para as noções de pertencimento a uma comunidade rural. Ser de “dentro” em Pontezinha é, em grande medida, ser parente, afim ou agregado de pessoas identificadas. Assim, o parentesco é a marca da coesão coletiva e motor da circulação de solidariedades, expressas pela concepção de “ajuda”. O parentesco se afigura não somente como expressão das relações de sucessão de terras, mas como fator de coesão entre grupos familiares de terras distintas. Ele veicula regras de conduta apreendidas cosmologicamente. O que se herda não é somente a terra, mas o *status* em uma complexa rede de distribuição de produtos, favores, conhecimentos, etc.

Antes de mais nada, devemos ter em mente que o parentesco opera certos modelos sobre “como deveria ser” um casamento, uma sucessão de terras, a organização de uma roça, uma traição ou mutirão... Nesse sentido, ele está no cerne da produção de moralidades. Mas devemos diferenciar o “modelo” ou as expectativas de sua realização na prática. O que se espera nem sempre se realiza, mas os membros das comunidades procuram justificar, via arranjos argumentativos diversos, o quanto sua prática se distanciou ou se aproximou do “esperado”³⁸. Dificilmente o visitante de Pontezinha ouvirá de alguém que “a minha filha casou com um primo dela” sem que ele complemente: “ele é um rapaz trabalhador” ou “apesar de ele ter morado muitos anos na cidade, é da família”. Dessa forma, cabe ao parentesco se relacionar com fatores econômicos e políticos, como a construção do Eixo, por exemplo³⁹. Disso resulta a noção de estratégia e prática de parentesco (Leach, 1968), que aqui é central para não correremos o risco de recair em modelações demasiadamente artificiais do parentesco em Pontezinha. Mas caracterizemos Pontezinha mais afincadamente.

Os campesinos dessa comunidade, ao serem perguntados sobre o casamento, afirmavam que tinham plena liberdade para escolher seu cônjuge. No entanto, os mais idosos lembram, saudosos, da época em que “*de primeiro, era o pai da noiva que dava o bilhete para o marido ou pro pai dele*”, disse-me a senhora mais idosa de Pontezinha. Dar o bilhete significava intermediar um casamento entre a filha do remetente e o filho do destinatário. Tratava-se de uma estratégia que antecedia o contato “cara a cara”, com vistas a evitar conflitos ou desentendimentos, caso a resposta fosse negativa – o que era respondido também em forma de bilhete. O pai da noiva procurava sempre um homem trabalhador e honrado. Ao conversar com Taís Garone, que também fez campo em Pontezinha, ela me disse que quando perguntava se o pretendente a ser “convidado” tinha que ser da família, eles respondiam freqüentemente: “é bom que seja, mas naquela época não tinha gente de fora”. Fui verificar isso em campo, quando a

esposa do então presidente da CORPO me disse que essa coisa de casar com o pessoal de fora começou com a construção da BR-060.

Quanto à residência, o sistema é virilocal. Quando ocorre um casamento a família do noivo cede um pedaço de seu patrimônio para que o casal se estabeleça. Nem sempre isso ocorre, pois em alguns casos percebemos casais morando na casa do pai do marido, entretanto, se o casal tem um filho, é quase certo que irão construir sua própria morada⁴⁰.

Em Pontezinha, podemos pensar os sobrenomes como troncos de famílias mais extensas: o pai, seus filhos e filhas solteiras, filhos homens casados mais os netos que habitam na mesma porção de terra. As filhas casadas, embora parte da família, não são partes do tronco ou das famílias extensas. Os troncos se vinculam a territórios ocupados, sendo possível identificá-los geograficamente, mesmo que estes sejam mais ou menos pulverizados. Assim temos, no centro de Pontezinha, a região “dos Braga”, referência ao tronco Pereira Braga. Os homens e mulheres nascidos em um tronco de família recebem o sobrenome dessa família. Mesmo quando casam, as mulheres não modificam seus nomes de solteiras.

As mulheres, por sua vez, circulam entre grupos de família, pelo que mantêm vivas as trocas de ajuda, fundamentalmente marcadas pela figura de seus maridos. As mulheres são sempre de fora, pois sempre, ou preferencialmente, habitam as casas de seus maridos. Entretanto, há ainda casamentos entre irmandades, que permite que as esposas dos maridos – que são irmãos entre si – possam viver juntas. Como afirma o Diagnóstico,

e como as mulheres são os elementos mais móveis do sistema de parentesco em Pontezinha, são também as principais responsáveis pela troca e circulação de produtos intra-comunitários. Por exemplo, enquanto os homens se prestam a cuidar das roças de mandioca e milho, a fabricação de farinha, polvilho, quitandas, pamonhas são atividades exclusivas das mulheres. Cabe notar que ao desempenhar tal função, as mulheres acabam por agregar valor de troca aos produtos tidos como base da estrutura produtiva local. Ora, não se troca mandioca entre famílias, muito menos o milho, cujo principal destino é a produção de ração e que inclusive pode ser vendida a saca; já pamonha, biscoitos de polvilho e farinha de mandioca, são distribuídos aos parentes e vizinhos enquanto “agrado”, oferecidos como merenda às visitas e são utilizados em festas da coletividade⁴¹. Além disso, como as mulheres são sempre de fora, elas têm como obrigação remeter agrados à família extensa de sua origem que, por sua vez, retribuem o feito “na mesma moeda” (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, vol. IV: 885).

Mas é interessante notar, no caso que tratei etnograficamente e que a seguir apresentarei, o fato de que as retribuições das filhas à terra dos pais não remetem apenas aos produtos do trabalho da esposa, mas também do marido. Muito antes disso representar a anulação do cunhado ou genro no jogo de dádivas, interpreto o fato como uma espécie de feminilização do trabalho do genro por parte do sogro e dos cunhados. Não se trata da esposa se apropriar do trabalho do marido, mas da intenção do sogro demonstrar que ele é, de fato, o único homem ou chefe, em determinado patrimônio familiar. Está no centro dessa interpretação o fato de que um chefe de família é aquele capaz de planejar a circulação da dádiva, quesito basal da moralidade e da honra

camponesas. Considerar a dádiva como advinda da filha implica reafirmar a satisfação do pai quanto ao casamento dela com o referido genro. Trata-se, antes de mais nada, de reconhecer que a filha está bem casada, o que é motivo de orgulho tanto para o pai, quanto para a filha.

Dada a forte expropriação promovida historicamente desde os primórdios da construção do Eixo, é possível concluirmos que o casamento entre troncos de família tem sido um dos principais meios de manutenção e reprodução da terra, da família e do trabalho, sobretudo o casamento entre primos cruzados, que impede que a terra fique sob domínio de apenas algumas famílias extensas.

Cabe agora demonstrar os limites implícitos do uso dos conhecimentos de organização social e parentesco quando aplicados no licenciamento ambiental a partir de um caso etnográfico, o espólio da Dona O., que, após intervenção do órgão ambiental, assegurou o resguardo do residente produtivo, Seu A.

Ao mesmo tempo em que os estudos de organização social e parentesco estão subentendidos nas obrigações impostas pelos órgãos ambiental e jurídico, será por meio deles que tentarei demonstrar problemas imbricados na utilização do método etnográfico como pragmática política. Meu objetivo é demonstrar que a aplicação do “resguardo” a um dos muitos casos na Corumbá IV acabou por estimular estratégias retóricas dos irmãos do residente produtivo, que contrariam suas próprias sistemáticas de sucessão, herança e reciprocidade. Isso implicou um posicionamento visto por esses irmãos como moralmente ambíguo, como um problema de lealdade à práxis. É verdade, entretanto, que as lógicas de sucessão existentes entre campesinos do entorno da Corumbá IV passam por revisões, pelo incremento da individualidade e pelo êxodo rural. Independente disso, a solicitação do “resguardo” implicou na tensão entre irmãos em uma situação em que o objetivo era mitigar e/ou compensar impactos.

Sabendo do caso de resguardo exigido pelo IBAMA e implementado pela CCSA, procurei conhecer melhor o espólio de Dona O., mãe falecida do Seu. A. Não pude encontrar o Seu A., mas sim Dona J., sua irmã mais velha, que atualmente mora em Taguatinga. Tivemos longas conversas, sob o efeito de cafeína e glicose. O que se segue é um aprofundamento dos pontos acima, relacionados ao caso em questão. Organizei os itens a partir das constatações feitas junto a Dona J., para em seguida versar sobre os títulos das seções respectivas.

5.3.1. O procedimento do resguardo do residente produtivo: revisando as questões fundamentais

- a) Seu A. é considerado pelo IBAMA como residente produtivo da propriedade de espólio da Dona O.
- b) Após intervenção do IBAMA, Seu A. foi reassentado, recebendo uma propriedade com valor equivalente a quase 70% do valor total da propriedade e mais ainda, sua parte na indenização.

c) Os irmãos e irmãs de Seu A. teriam direito legal apenas sobre a área atingida pela água e pela Área de Preservação Permanente, 100 metros a partir da cota máxima de enchimento. O valor recebido pelos irmãos é a partilha do equivalente dessa área diretamente atingida.

d) Após a vistoria do IBAMA, a Corumbá Concessões S.A. precisava resolver rapidamente a situação do espólio e resguardar o residente produtivo. O caso foi citado em parecer que pede a cassação da Retificação da Licença de Instalação.

Como se percebe, o valor dado à produtividade na exigência do IBAMA é maior do que ao das implicações territoriais das relações de parentesco envolvidas na concepção de espólio/herança. Isso ocorre por uma impossibilidade conceitual imposta juridicamente: o Estado é incapaz de pensar direitos para grupos domésticos; só há direitos baseados nos valores individuais e/ou da pessoa (Woortmann, 1995: 37). Ocorre um choque epistemológico entre os objetos do direito legal e do parentesco que respingam no instrumento político, impondo aos operadores do licenciamento limites para as exigências “exigíveis” juridicamente, isto é, não poderão concretizar em exigências legais de mitigação toda as implicações observáveis por meio de pesquisas que se balizem nos estudos de organização social e parentesco. Isso porque estruturas formais de parentesco – aquelas do código civil, por exemplo – coexistem em sobreposição com outras estruturas (Wolf, 2003). A legislação impõe, ela própria, limites à criatividade tecnoburocrática, desestimulando desde a raiz, a prioridade de mitigação para casos em que há quebra ou desestruturação dos sistemas informais de sucessão e parentesco, pois não há instrumentos legais capazes de lidar com tais sistemas.

A concepção de família camponesa do Estado, no caso do licenciamento ambiental da Corumbá IV, se aproxima à de Chayanov (1966), na qual a família camponesa comporta uma unidade produtiva diferente da capitalista e nisso residiria sua perpetuação no tempo e sua fundamental diferença. Com isso, o Estado repete o erro dos economicistas europeus em acreditar que a indivisibilidade da terra reside na unidade produtiva do grupo doméstico, quando os estudos de organização social e parentesco demonstram que as causas para tanto só poderão ser encontradas nas regras de sucessão e nas moralidades camponesas. Tendo em vista que os técnicos do Estado sabem disso, o que explicaria a insistência no erro? Na verdade, não se trata de insistir no erro, mas de “fazer o que é possível” com os instrumentos que têm à mão. Se, por um lado, “*muitas organizações dentro do Estado geram, distribuem e controlam poder, competindo entre si e com o poder soberano do Estado*” (Wolf, 2003: 94), por outro, tal distribuição e controle de poder opera dentro de limites bem específicos. O licenciamento em causa procura assegurar o resguardo do residente produtivo à revelia de tal necessidade como exigência regulamentada no código civil, entretanto, faz isso a partir da concepção inescapável de propriedade privada.

A partir do caso em análise, veremos que “resguardo”, ao se assentar em terreno delimitado pelo choque epistemológico do direito e do parentesco, acaba impondo aos pareceres técnicos oficiais um utilitarismo conceitual que esvazia a inerência processual de sistemas de sucessão, alianças, casamentos, proibições, etc. Como afirma Levi-Strauss (1982: 523), “*uma relação não pode ser isolada arbitrariamente de todas as outras*” e eu acrescentaria, sob pena de objetificar a um ponto insuportável ao olhar crítico as relações de parentesco. Tal objetificação significaria levar em conta apenas as relações em nível civil, ignorando os sistemas informais da sociedade quando se solicita o resguardo do residente produtivo. Levar em consideração os sistemas informais implica reconhecer a terra como patrimônio (Woortmann, 1995) ou como morada. O domínio de um grupo sobre um patrimônio afasta a idéia de propriedade privada. Propriedade privada é o conceito limitador fundamental no processo de licenciamento, pois é a base jurídica que impede a mitigação de impactos a partir do grupo doméstico e das relações entre eles. Além disso, impõe aos membros desses grupos que se identifiquem não como componentes de retroalimentação e manutenção do patrimônio familiar, mas como proprietários individuais de pedaços cada vez menores de terra.

Para que recebessem as indenizações, os posseiros atingidos pela Corumbá IV necessariamente tiveram que passar à condição de proprietários, acarretando problemas e conseqüências inesperadas vinculadas à idéia de resguardo do residente produtivo. A lei romana, que embasa a brasileira, considera co-propriedade – posse ou uma fazenda com vários irmãos, como é o caso da sucessão em famílias unilineares virilocais como as de Dona J. – como uma situação transitória e, nesse aspecto, a transformação da terra em contrato é central para a dominação (Moura, 1988) por meio da administração, pública ou privada. Se, por um lado, a tradição ou os sistemas informais de sucessão retiram a terra do mercado (Woortmann, 1995:62), o resguardo do residente produtivo pressupõe o mercado, pois só pode operar dentro dos limites impostos pela concepção de propriedade privada.

O impacto produzido em função da mudança da condição de posseiro ou membro de uma unidade familiar corporada para proprietário modifica completamente a relação entre parentes, o que é ainda mais intensificado quando da liberação de indenizações. Trata-se de separar e individualizar uma coalizão de parentes que se organizavam em relações vantajosas para todos. Pretendo demonstrar em que medida isso ocorreu no caso de Dona J.

Antes de propor ações objetivas que envolvam herança/espólio, os operadores do licenciamento devem (re)conhecer o dilema epistemológico que vivem, pois seu desconhecimento conduz à produção de impactos subjacentes que, no mínimo, poderiam ser evitados, como a desestruturação de relações entre irmãos, cunhados e sogro-genro. Se não pode solicitar indenizações com base em grupos domésticos, pode evitar que esses grupos sejam ainda

mais fragmentados por meio de ações que, mesmo baseadas na propriedade privada, não impliquem em tensões entre os herdeiros.

5.3.2. Relações e expectativas nas relações pais e filhos

- a) Dona J. morava na propriedade quando era solteira e ajudava o pai com a lavoura de café e com a roça de subsistência (milho, hortaliças...).
- b) O irmão mais velho, Seu J., trabalhava na roça ajudando o pai e trabalhava eventualmente em outras propriedades vizinhas.
- c) Seu A. não se casou enquanto os pais não vieram a falecer, não é comentado se ele trabalhava. Sabe-se que ele não é o irmão mais novo.
- d) Seu B., um dos irmãos é solteiro até hoje. Dona Jovelina se refere a ele como uma espécie de aventureiro: *“ele nunca parou em casa... por isso não quis ficar lá com mamãe”*.

Estimulado pelo campo e pelas entrevistas mais formais, compartilho do pré-suposto de Woortmann (1995: 71) de que,

(...) descendência e sucessão consistem na transmissão de direitos e deveres⁴², e os sistemas mais coerentes seriam os unilineares, onde os grupos de descendência detêm o domínio corporativo das propriedades mais relevantes para a sociedade, o que não impede a existência de propriedades individuais, relevantes para a constituição da pessoa. Tais propriedades são indivisas tornando o grupo uma pessoa jurídica.

O espólio da Dona O. carrega valores que vão além da idéia de “terra como mercadoria”, como vimos, o que está em jogo é a “terra como morada”. Já sabemos também que a família em Pontezinha é unilineal e virilocal, seguindo o padrão mais amplo do campesinato, senão no mundo “ocidental” (Ibid) – no quesito unilineal –, pelo menos na América Latina (Wolf, 2003: 117-139) – no quesito unilineal e virilocal. As unidades de parentesco remetentes a esse tipo de família são corporadas e, no caso etnográfico em questão, parece que estamos diante de tensão entre concepções de corporações baseadas em descendência associada à primogenitura e aquelas que vão para além do grupo local. Essa tensão é resultado, a meu ver, do enorme êxodo do povo de Pontezinha para as cidades que se iniciou, como eu disse, desde os primeiros projetos de modernização do Centro-Oeste brasileiro, mas que, com a UHE Corumbá IV, se acentuou volumosamente. Esse “estado” entre uma e outra forma de assegurar a corporação familiar pode ser identificado na tensão inerente às relações entre primogênito e celibatário⁴³. Em detrimento disso, a família persiste como “organização multipropósitos” (Wolf, 2003), capaz de amortecer e responder a mudanças.

A divisão das tarefas no interior da propriedade em Pontezinha, sabemos, está estruturada de maneira que as mulheres trabalham nas atividades vinculadas à casa e seus arredores. Ao

longo do tempo que passei em Pontezinha, não me deparei com nenhuma mulher trabalhando na roça propriamente dita; elas estavam sempre em casa com crianças ou no “*terreiro*”, cuidando das “criações”. O que teria motivado a afirmação 5.3.2. a)? Dona J. era a filha mais velha e, como tal, supõe-se que tinha seu papel mais ou menos determinado no empreendimento familiar. Nossa protagonista tinha muitas atribuições como filha mais velha: cuidar dos irmãos, ajudar a mãe com seu trabalho; enfim, aprender a ser uma boa esposa, pois logo teria que casar, e “casar bem”.

Suponho aqui que a afirmação 5.3.2. a) representa uma estratégia discursiva que visava acentuar o papel produtivo de Dona J. Tal estratégia é coerente com a situação da pesquisa: nós, todos os membros da equipe, éramos vistos como mediadores das relações entre eles e a CCSA, bem como com o IBAMA. Fomos nós que informamos aos “espoliados” que o IBAMA tinha mandado a Corumbá resguardar o residente produtivo e explicamos o que isso significava e porque concordávamos com a determinação do órgão ambiental⁴⁴. A afirmação de Dona J. era uma clara demonstração de que ela jamais poderia ser considerada improdutivo. Se seu irmão, resguardado pelo IBAMA, deveria receber benefícios por ser produtivo, porque ela também não poderia receber?

Seu J., quando ainda solteiro, trabalhava também fora de casa, em roças alheias, mutirões, etc. Como filho mais velho, ele precisava formar família o quanto antes e assegurar sua posição de herdeiro “preferencial”, o primeiro que poderia construir nova sede nos territórios de sua família. Os trabalhos em propriedades alheias poderiam representar, em verdade, trabalhos nas propriedades de futuros sogros. Seu A., filho “mais ou menos do meio”, como disse Dona J., não se casou, assim como Seu B. O costume comum da família em manter celibatários remete à necessidade de “*cuidar dos pais*”. Seu B., apesar de ser o solteiro preferencial para se tornar celibatário e herdar a casa dos pais, demonstrou que não “*serve pra ficar em casa*”, já que, desde cedo, foi atraído pela cidade. Seu A. acabou exercendo o papel. A relação entre celibatário – preferencialmente os filhos mais novos – e o primogênito reproduz os significados cuidar dos pais x cuidar do patrimônio da família. O gerente/primogênito administraria a totalidade da fazenda a partir da casa que nela construiu após casar e o celibatário ficaria na residência originária dos pais. Com a usina hidrelétrica e a necessidade do “resguardo”, os dois foram considerados como proprietários de terras diferentes. No caso do espólio da Dona O., resguardou-se o celibatário e não o primogênito, quebrando a estrutura que justificava as relações, sejam elas quais forem, entre celibatário e primogênito.

5.3.3. Casamento

- a) Seu C. e Dona J. são primos de segundo grau, assim como seus pais e mães eram primos. Notemos que eles fazem parte de famílias menores do que as famílias dominantes de Pontezinha e o casamento entre primos era uma estratégia de assegurar a terra em nome de sua família.
- b) Quando casou, Dona J. mudou-se para uma propriedade próxima à da família, onde viveu por muitos anos com o marido. Ela foi a primeira de todos os irmãos a sair da casa dos pais, o critério foi o casamento. Todas as suas irmãs se casaram e também saíram da propriedade dos pais, seguindo para propriedades das famílias de seus respectivos sogros.
- c) Mesmo morando fora da casa do pai, Dona J. continuou ajudando a família a “zelar da roça”, que significa zelar do patrimônio como um todo.
- d) A nota de campo produzida pelo Diagnóstico informa que a situação do espólio teria sido resolvida, mas Seu C. disse que, como a CCSA precisava resolver logo a situação do espólio, o negociador de terras da empresa teria se aliado a seu cunhado, Seu A., para enganar a família de sua esposa. Seu C. também, em muitos momentos da entrevista, demonstrava grande conhecimento sobre a genealogia da família da esposa. Muitas vezes, quando ela não lembrava certos parentes, ele o fazia.
- e) Depois que eu pedi um nome na genealogia, Seu C. , por não se lembrar, pegou o celular e ligou para um dos irmãos de sua esposa e perguntou: “*e aí, compadre (...) como é o nome dos ‘meninos’ do V. mesmo?*”
- f) Seu J., o irmão mais velho, assim que casou, construiu casa na mesma fazenda do pai, assim como Ot., um dos “*irmãos do meio*”.
- g) Seu A. se casou após o falecimento da mãe com uma esposa que trouxe dois filhos de outras relações.

A expressão 5.3.3 b) confirma a virilocalidade dos costumes de parentesco em Pontezinha que aqui será importante. Ao sair de casa as mulheres são meios de alianças entre sua família e a família de seu marido. A mulher, ao levar “presentes” de “sua” propriedade para os irmãos que continuam na terra dos pais ou para os próprios pais, apropria-se do trabalho do marido como seu. É por isso que um quarto de boi, por exemplo, dado ao pai é ritualmente explicitado para todos “da casa” como uma ajuda da filha ao pai – e não do marido da filha que, provavelmente, plantou o pasto e cuidou do boi. Da mesma maneira, quando o marido ia trabalhar em mutirões promovidos pelo sogro ou pelos cunhados, ritualmente se explicita que é a filha quem está ajudando a cuidar da roça, afinal o genro ou cunhado só foi ajudar porque a irmã ou filha ficou em casa “*cuidando das coisas*”.

Quero defender que, nas reciprocidades entre cunhados e sogro/genro é ritualmente inadequado o marido da filha ou da irmã explicitar que a relação de reciprocidades ocorre entre

eles. Em suma, o marido deve trabalhar “calado” para que a reciprocidade que aparece seja entre filha e pais/irmãos. A afirmação categórica – e não foi apenas no caso da Dona Jovelina – de que quem ajuda é a filha que saiu da terra dos pais marca seu vínculo permanente com ela. É aí que notamos a corporação que vai além do grupo local: mesmo distante, a filha faz parte do sistema da propriedade resultante do espólio.

A constatação acima é fundamental para entendermos a afirmação de Seu C. de que o negociador da CCSA e Seu A. teriam se aliado para enganar *a família de sua esposa*, ou seja, seus cunhados. Em verdade, a reciprocidade quebrada a partir de novas negociações para o “resguardo do residente produtivo” incluía também o próprio Seu C. que, apesar de se sentir prejudicado, não se inclui como vítima da situação criada a partir da exigência do IBAMA. O conhecimento profundo que Seu C. demonstrou quanto à árvore genealógica de sua esposa remete, por um lado, à proximidade que mantém com eles até hoje, principalmente por meio de cultos evangélicos. Por outro lado, eles são, em certo sentido, do mesmo grupo familiar.

No caso da comunidade de Pontezinha e da situação aqui exposta, como seriam as relações de reciprocidade entre cunhados na qual o marido da irmã é primo dela? Que tipo de reciprocidades são trocadas entre esse cunhado e o cunhado celibatário? E entre cunhado e cunhado primogênito? Apesar de não poder responder incisivamente, a possibilidade em si de elaboração dessas perguntas indicam que essas relações foram tensionadas pela determinação do resguardo do residente produtivo. Tais questões foram motivadas a partir da observação da postura do Seu C. e Dona J. em face de minha presença como “mediador” e não simplesmente pesquisador. Seu C. mantém não apenas relação de reciprocidade com Seu V., que é seu cunhado e irmão mais velho vivo de Dona J., mas de compadrio. A cumplicidade entre eles no que ele chamou “*a questão da terra lá...*”, quando falava ao telefone, demonstra claramente que há uma questão entre eles e a “terra lá”. Não há qualquer dúvida que Seu A. é visto como centro dessa questão. Acredito que Seu C. e Seu V. compartilham e são cúmplices na indignação com relação ao que entendem como quebra de reciprocidade de Seu A. com sua própria família.

A quebra de reciprocidade a que me refiro significa a negociação feita por Seu A. e o negociador da CCSA, pressionado que estava pela exigência do IBAMA. Para os cunhados de Seu C. e para Dona J., Seu A. descaracterizou a terra natal como patrimônio. Na verdade, o fato que proporcionou tal efeito negativo foi o próprio processo de licenciamento ambiental e seus limites legais. Os vínculos que vão além da residência e além da produtividade entre todos os irmãos, ligando-os àquele pedaço de terra, foram esfacelados, na medida que as operações realizadas no licenciamento ambiental reforçaram o resguardo de Seu A., tornando-o, aos olhos dos irmãos, culpado por uma transação considerada ilícita. É como se ele tivesse desobedecido à “*subordinação severa do destino pessoal ao interesse da família*” (Woortmann, 1995: 33).

Nesse aspecto, as estratégias para deslegitimar Seu A. como residente produtivo foram acentuadas. Para esta seção, cabe apenas indicar que Dona J. insistiu que os filhos de Seu A. não eram dele. A afirmação parece indicar uma preocupação com a herança da terra, afinal, o único irmão que ficou nela não tem herdeiros “*de sangue*”, então, “*como ele pode ser residente produtivo?*”

5.3.4. Sucessão e Herança

- a) Retratos dos filhos do filho mais velho de Dona J. na estante principal da casa.
- b) Com a morte dos pais, Seu A. foi o único filho que continuou residindo na propriedade.
- c) Segundo Dona J., diante do fato do espólio, Seu A. ficou na propriedade dos pais “de favor”, posto que “não tinha para onde ir”.
- d) Ela declarou que o sítio ficou “abandonado”, pois seu irmão residente não desenvolvia nenhuma atividade produtiva.
- e) Quando ela e seu marido se aposentaram como trabalhadores rurais, mudaram-se para Taguatinga, mas continuaram visitando a região, inclusive o sítio onde nasceu. Nas visitas, ela sentia muita tristeza de ver o sítio da família “*tão abandonado*”.

Woortmann, de maneira contundente, mostra-nos que retratos e suas disposições nas casas representam muito mais que sentimentos: retratam estruturas. O que foi descrito até aqui e a presença do retrato do neto mais velho de Dona J. em sua casa, nos leva a confirmar a proposta de Woortmann. Fica explícito que o filho mais velho ocupa lugar central na estrutura familiar de Dona J. Os netos representam os herdeiros considerados legítimos e a constatação reforça a idéia de que aquele que deveria ser o herdeiro/guardião do patrimônio familiar é mesmo o primogênito⁴⁵. As alegações 5.3.4. c) e d) projetam respectivamente as estratégias discursivas que Dona J. utilizou para deslegitimar o irmão, Seu A., como residente e como produtivo. Apesar de não conhecermos, senão superficialmente, as relações entre irmãos primogênito/celibatário, é importante salientar que independente dos níveis de tensão e afrouxamento nas reciprocidades entre esses atores, há entre eles relações, no mínimo agonísticas. Afinal, o irmão mais velho está legitimado pela regra a herdar a terra, enquanto o celibatário está legitimado a continuar nela e, mais ainda, na sede da fazenda (a casa onde os pais moravam)⁴⁶.

Ao sugerir que Seu A. teria continuado na terra “de favor”, Dona J. ao mesmo tempo que “estiliza” o discurso para a situação da entrevista, aponta que havia, em algum nível, relações de reciprocidade entre Seu A. e alguém, afinal, um favor implica uma dívida. Essa pessoa não foi indicada, provavelmente porque não se trata de uma pessoa, mas de todos os irmãos, já que o que dura no tempo não é a propriedade, mas as relações de propriedade. Como vimos, os irmãos são ligados à propriedade de diferentes maneiras, justificando a idéia de propriedade como

patrimônio. Não posso afirmar seguramente que a idéia de “morar de favor” foi criada em função da situação criada pelo “resguardo”. Caso a expressão fosse usada anteriormente, como forma de expressão da relação supostamente agonística entre primogênito/celibatário, a noção de “favor imposto” (Moura, 1988) caberia perfeitamente ao caso. Se esse fosse o caso, então a sentença de Dona J. estaria retirando a condição do “favor imposto”, que seria legitimado para apenas e estrategicamente demonstrar que o irmão não era o legítimo residente. Independente da preexistência da expressão “morar de favor” no caso do celibatário, Moura nos diz que, “*num momento de ampliação de confrontos, diversificam-se as apropriações verbais e práticas do favor e do contrato*” (Ibid). Ao acentuar que Seu A. mora ali “de favor”, é como se Dona J. me dissesse: “*não é ele quem deveria morar ali*”, deslegitimando sua condição de residente.

Quanto às afirmações 5.3.4 d) e e), são claramente uma tentativa de deslegitimar a produtividade do irmão, já que ela sabia que a questão da produtividade estava no centro da obrigatoriedade do “resguardo”. Apesar de não encontrar com Seu A., pude passar pelo perímetro da propriedade onde foi reassentado e o que vi foi uma propriedade bem cuidada. Ora, como poderia o IBAMA mandar resguardar o residente produtivo, sem levar em consideração a produção *para* a terra, daqueles que não moram mais nela em função dos mecanismos de sucessão, herança e casamento?

A análise acima está longe de ser um compêndio seguro e intransponível do sistema de parentesco e organização social em Pontezinha. Deixei muitas questões sem responder, não por vontade própria, mas por limitações óbvias dos objetivos deste trabalho. Fico à guisa de conclusões sobre as relações celibatário/primogênito, cunhado/primogênito, cunhado/celibatário, entre outras. Mas, apesar disso, foi possível demonstrar, de maneira mais ou menos nítida, que há problemas de incomensurabilidade que deixam cair pelas malhas da *rede* certos impactos danosos produzidos pelos próprios atores da rede, em princípio interessados em pressionar o empresariado para que se mitigue e/ou compense impactos.

Este longo capítulo encerra minha contribuição no sentido de não só dimensionar os impactos produzidos como desdobramentos de incomensurabilidades entre os atores dominantes da *rede* do licenciamento ambiental da UHE Corumbá IV, mas de apontar os desafios e limites colocados ao antropólogo que, *na rede*, se interessa por resgatar passivos socioculturais e econômicos. Esses limites definem até onde pode ir a etnografia e o trabalho antropológico. De uma maneira ou de outra, se não pode produzir todos os resultados pretendidos, o advento do método etnográfico livre e crítico permite-nos agora, fora da *rede*, denunciar, apontar, sugerir, enfim, levar ao conhecimento da sociedade o que se passa *lá dentro* para, quem sabe, possamos

assistir à mudança sistemática do licenciamento ambiental. Não apenas em alguns casos, em que observamos a algum tempo resultados demonstrativos, mas na própria estrutura autoritária, cega e poderosa que amarra numa só *rede* tantos atores e interesses.

Como tudo tem um fim, e quero terminar da maneira mais coerente possível, é preciso fazer algumas considerações finais quanto ao trabalho antropológico *sobre* e *na* rede do licenciamento ambiental. Afinal, o que se pode fazer diante da ou dentro da *rede*?

CONCLUSÃO

O que fazer? Produzir Impactos!

“Essas dificuldade vai ser sanada; ou a gente acompanha ou ‘caça’ outro recurso” (Morador atingido da Fazenda Pontezinha – extraído do filme “Às Margens”).

Neste trabalho, fiz um esforço para situar o leitor na complexidade envolvida quando o assunto é dimensionar impactos socioculturais e econômicos de hidrelétricas no licenciamento ambiental brasileiro, tomando como exemplo a implantação da Usina Hidrelétrica – UHE Corumbá IV. No exercício realizado, construí como objeto a *rede* do licenciamento ambiental, tomando para a análise os instrumentos utilizados nessa “política” para lidar com os impactos produzidos pela barragem. A experiência de campo vivida me colocou diante de problemas de autoria, bem como de transporte de dados de uma rede não-acadêmica para uma rede acadêmica. Meu “lugar” de observação era o do planejamento de um desses instrumentos que servem ao licenciamento – o “Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos” –; elaborado, entretanto, a partir de uma perspectiva crítica, tentando sempre contribuir para a complexificação, abrindo controvérsias antes invisíveis aos demais atores dominantes e aos atingidos. O mesmo objetivo permeou este trabalho, diferenciando-o, entretanto, no que diz respeito às estratégias de validação do conhecimento produzido.

Na *rede* do licenciamento, a validação passava objetivamente pelo apontamento de impactos. Nesta – a rede acadêmica –, ela passa pelo dilema que vivi, e que me parece nítido no texto: ao mesmo tempo em que analisei o licenciamento ambiental e seus instrumentos, analisei *minha* atuação nele. Nesse sentido, o Diagnóstico foi tomado tanto como objeto etnográfico, como fonte da qual colhi e construí meus dados. Isso impôs, de várias maneiras, limites ao trabalho. Entre muitos, creio que o mais latente é o uso deliberado dos dados e entrevistas coletados por outros colegas que, comigo, realizaram a tarefa de dimensionar impactos.

As entrevistas com os atingidos foram gravadas por Taís Garone, Leonardo Leocádio, Rodrigo Medeiros, Raphael Matos, Danilo Farias e Ivanise dos Santos. Muitas das constatações aqui expressas também emergiram deles e de nossos debates. Boa parte dessas entrevistas, no entanto, migraram de seus gravadores para o próprio texto do Diagnóstico, quando perderam a identidade individual, transformando-se em parte de um trabalho coletivo em que o nome de todos estava em cada vírgula dos onze volumes entregues ao IBAMA e MP e, ao mesmo tempo, em nenhuma. Eu estive lá? Como?

Sim, eu estive, foram muitas oficinas, alguns meses de campo intercalados com reuniões em Brasília ou visitando atingidos que já não moravam no entorno do reservatório. Mas é inegável que eu não chegaria às interpretações e análises expressas neste trabalho sem os dados produzidos por “outros”. “Outros” que, entretanto, compunham uma perspectiva mais ou menos homogênea, planejada coletivamente. Onde estaria o processo criativo do fazer antropológico? O que me legitimaria como autor? A construção das expectativas? A coleta e construção dos dados? Ou sua interpretação depois de tudo realizado?

Em todos os momentos o “eu” esteve disseminado, sem que a personalidade individual estivesse muito bem situada. Como elétrons em volta de núcleos atômicos, a experiência etnográfica que vivi era, ora matéria, ora energia. Definir onde eu estava seria tarefa difícil, principalmente para mim. Se me perguntassem quais partes do texto do Diagnóstico escrevi, não saberia responder exatamente, preferiria definir, agora sim, um “campo” pelo qual vibravam minhas energias e criatividade, sem apontar: “estou aqui ou acolá”. Se isso pode ser antropologia, bem... a resposta cabe a uma rede de produção de fatos. Em minha defesa, nada mais que a limpidez do processo de construção do argumento e da experiência.

Neste trabalho, comecei com uma espécie de *road trip*, inspirado na leitura de Pirsig, em que combinei o relato de minha primeira visita de campo com cortes temporais, que me permitiram descrever alguns processos históricos da exclusão moral daqueles que seriam, em meados de 2001, convertidos em “atingidos”. Estava aberta a minha perspectiva no sentido de indicar que os impactos são, na verdade, mais um dos muitos processos de mudança sociocultural e econômica vivida pelas populações camponesas de Goiás. Se isso não ficasse muito claro, meu intento em afirmar que a UHE Corumbá IV é duplamente o resultado de um enclave e um enclave em si – o que demonstrei no capítulo 2 – poderia fracassar.

A partir disso, convoquei Latour, Cardoso de Oliveira, Little, Ribeiro, Vainer e outros para compor um arranjo teórico que “adubasse” o que fora semeado anteriormente. O que fiz da alegação dos outros, aproximando-as, repelindo-as, amalgamando-as foi estratégico e proposital para que aquilo que eu gostaria de “falar” fosse escrito da maneira o mais convincente possível. Até esse momento da dissertação eu construía o que era o *meu* problema investigativo.

A partir de então, nos capítulos 3, 4 e 5, coloquei em teste a *máquina* que construí. Vimos do que é feita a caixa-preta do licenciamento e como ela opera, ou seja, como ela exclui sistematicamente as cosmologias e moralidades dos atingidos nos momentos decisivos do planejamento energético em todos os níveis – desde o transnacional até os casos mais específicos de atingidos e categorias de impactos. No último capítulo, era preciso demonstrar aquilo que escapa pelas malhas da rede do licenciamento. O que isso significa?

Como insisti em quase todas as seções do trabalho, concebo a produção de impactos como multilocalizada e dinâmica – impacto é um processo e não uma substância ou coisa da qual se “livra” facilmente. O mecanismo que construí para encontrarmos os lugares, coisas e pessoas que produzem impactos foca incisivamente nas formas de exclusão moral e cosmográfica dos atingidos. Estabeleci para nós, leitores e autor, que a exclusão, tomada como a exclusão de moralidades que compõem as maneiras de populações lidar com seus territórios, ocorre de duas formas: pela deliberada produção de incomensurabilidades – ou seja, intencionalmente – e por incomensurabilidades reais que se apresentam como entrave à inteligibilidade mútua dos atores envolvidos nas *Comunidades de Argumentação* do licenciamento. Muitas vezes, os atingidos nem mesmo estão presentes nessas arenas comunicativas; em outras, mesmo estando lá, diversos impactos são invisíveis.

Especificamente no capítulo 4, expus como a caixa-preta exclui intencionalmente os atingidos do processo de licenciamento, assegurando que os preceitos morais que entram no que chamei de *inputs*, saem intactos ou pouco modificados nos *outputs*. No caso da *exclusão deliberada* dos atingidos, os pilares epistemológicos vigentes, seus *inputs* e *outputs*, apresentam-se como mais ou menos adequados para garantir uma boa qualidade no planejamento e execução de ações para mitigar e/ou compensar impactos. Até então cabia-me demonstrar que o problema reside no mau uso desses preceitos ou em sua desvirtuação. Lembremos que *inputs* e *outputs* foram tomados essencialmente como a configuração moral dos valores socioculturais e econômicos que entram e que saem da caixa-preta. Dessa maneira, a *exclusão deliberada* ocorre mais por uma falha na regulação dos projetos hidrelétricos do que propriamente por um problema de formatação dos instrumentos do licenciamento.

No caso da *exclusão por problemas reais de incomensurabilidade*, apontados no capítulo 5, são os próprios *inputs* e *outputs* que padecem, i.e., são as perspectivas morais estampadas nos instrumentos que se mostram ineficazes pois não são capazes de captar elementos fundamentais para a construção conceitual-jurídica de “direitos dos atingidos” e “impactos socioculturais e econômicos”. Em suma, as moralidades e cosmografias acionadas para construir direitos e significados de impactos se mostram incapazes de acessar demandas concretas dos atingidos. Está em jogo a possibilidade mesma de realização moral do Estado que pretende ser democrático, isonômico e, simultaneamente, plural. Por que isso acontece?

Os *inputs* e *outputs* são evidências da forma de conceber impactos e direitos dos atingidos, impressas na legislação, estudos e argumentos dos atores dominantes do licenciamento. Uma vez que ele é um instrumento político que visa assegurar a participação da sociedade na definição dos projetos de desenvolvimento do país, temos como dado que a própria construção desse instrumento deveria levar em conta os anseios da sociedade. Mas a sociedade é composta por muitos e

diferentes grupos e concepções do que *deveria ser* feito para compensar e/ou mitigar impactos ou abastecer o país de água e energia – portanto, concepções *morais*. Assim, quais partes ou fragmentos da sociedade deveriam participar com maior intensidade dos “processos participativos”? Obviamente, aqueles que pagarão os custos socioculturais e econômicos das barragens em nome de toda a sociedade! Ocorre, no entanto, que as concepções do que vem a ser “participar” para os atingidos – que são heterogêneos – é incompatível com os *inputs* e *outputs* estabelecidos no licenciamento em sua configuração atual. Por isso, busquei desafiar as “compatibilidades” dos *inputs* e *outputs* no capítulo 5.

O capítulo 5 foi, portanto, o momento de indicar o outro tipo de exclusão: aquela que, por freqüentemente estar desinteressada em produzir intersubjetividades, não enxerga que os princípios epistemológicos e cognitivos de conceber impactos e direitos são diferentes entre os atores envolvidos. A impossibilidade de os atores dominantes no licenciamento perceberem questões que estão postas aos atingidos, assim como destes em formularem suas demandas em face da configuração comunicativa oferecida no “jogo”; foi tomada como problema político que necessariamente exige de um Estado com pretensões democráticas a revisão de seus instrumentos de ação. Uma revisão sistemática, que coloque em discussão as regras do jogo, ou seja, que duvide ou relativize os próprios preceitos morais que compõem *inputs* e *outputs*, que queira não apenas discutir mitigações, mas o resgate de passivos de usinas existentes, a própria estrutura de planejamento energético nacional e, por que não, o significado mesmo de democracia.

Um processo realmente democrático de participação implica discutir, antes das ações a serem incrementadas para formatação de direitos, a própria negociação dos termos em que o diálogo ocorrerá, isso é impossível quando estamos diante de uma caixa-preta aparentemente intransponível, na qual *inputs* e *outputs* estão dados *a priori* em um espaço de deliberação em que as concepções morais não são compartilhadas, nem mesmo conhecidas, de imediato por todos os participantes. O problema é de tradução em um círculo hermenêutico em que nenhum dos termos e concepções originais são capazes de satisfazer as demandas em jogo, sendo necessário a construção coletiva de um terceiro termo ou moralidade, decorrente dos embates levados a cabo na argumentação. Esse terceiro termo ou elemento não se adéqua aos *inputs* e *outputs* do licenciamento e, por isso, são os próprios *inputs* e *outputs* que estão ou deveriam estar em discussão.

Bem, mas imaginemos que o processo fosse realmente democrático e participativo. Mesmo assim, teríamos um problema: os próprios atingidos não são homogêneos entre si. Como argumentei nos capítulos 2 e 5, a identidade de atingido é positiva se restringirmos seu uso às políticas do licenciamento. Como identidade cosmográfica, no entanto, “atingido”, além de nada dizer sobre as coletividades afetadas por “empreendimentos”, contribui para a homogeneização

autoritária das maneiras diferentes de significar/construir o(s) mundo(s). Assim, preocupei-me em demonstrar a diversidade de coletividades atingidas, o que significou explicitar as muitas e diferentes formas delas se relacionarem com os impactos que sofrem. Isso envolveu detalhar as noções de pertencimento que perpassam tanto construções argumentativas coletivas, quanto individuais.

Chegando ao nível individual, demonstrei que também aí havia identidades em tensão. Uma mesma pessoa pode ser atingida, grande ou pequena “proprietária”, remanescente menor que o módulo rural, espoliada, com casa ou benfeitoria na APP, protestante, católica, espírita ou agnóstica, chefe de família, filha mais nova, mais velha, comerciante, veranista, amante do *jazz*, da música sertaneja, turista, pescadora, doente, sadia, e por aí vai. Esses pertencimentos podem se relacionar na composição identitária de um mesmo indivíduo! Há ainda um agravante: os quesitos em interação respondem a dinâmicas externas e, por isso, a própria concepção de identidade é também dinâmica. Junte tudo isso e chegaremos a uma aproximação do uso que fiz – ou pretendi fazer – do conceito de cosmografia. Para um dimensionamento mais adequado de impactos, é preciso fazer com que as cosmografias excluídas, que caem pelas malhas da rede, “ressuscitem” no processo do licenciamento, permitindo minimamente o resgate de passivos.

O problema de incomensurabilidade pode ser solucionado ou amenizado por meio da promoção de dois tipos de ação combinadas: a primeira e mais importante é que os atores dominantes na rede do licenciamento se esforcem em compreender as categorias dos próprios atingidos em sua diversidade quando estes constroem o que entendem por impactos e direitos. Para que isso seja possível, é fundamental que os atingidos estejam presentes nas arenas argumentativas. Envolve também os atores dominantes colocarem sob suspeita qualquer conceitualização ou categorização de impactos que não seja mediada pela concepção dos atingidos. Obviamente, não se trata de ignorar categorias legais, como o módulo rural, por exemplo, mas de ressignificar tais categorias dado o contexto particular de cada projeto hidrelétrico.

As categorias de “atingido” de um licenciamento ideal estaria no liminar entre o geral e o específico sem que um desclassifique o outro. Não se pode, em nome da legislação, inverter a ordem entre processos sociais e elaboração e aplicação de leis. O licenciamento da UHE Corumbá IV produziu, como vimos, categorias que foram consideradas emergenciais. É notório e salutar o esforço do IBAMA e MP em qualificar determinados atingidos como dignos de receber tratamento diferenciado da concessionária. Ainda assim, as categorias criadas não partiram do preceito elementar de arenas dialógicas – e por isso democráticas – onde ficasse estampado o esforço em compreender as cosmografias dos “atingidos emergenciais” e onde o funcionamento do licenciamento ficasse exposto a mudanças. Isso ocorreu porque os quesitos selecionados como

“emergenciais” tomaram como relevantes apenas as categorias territoriais de propriedade legal e o interesse conservacionista em constituir e preservar a APP.

Assim, critérios legais, artificialmente criados pelo Estado, subestimaram a agência dos “atingidos emergenciais”, *i.e.*, as respostas que deram ao longo da execução do projeto hidrelétrico em função das situações a eles impostas. Tudo ocorreu por problemas de incomensurabilidade, pela impossibilidade dos técnicos antropólogos dos órgãos em realizarem pesquisas de campo mais demoradas e pelo próprio funcionamento da *máquina*, apresentado nos dois últimos capítulos.

Mas, se foi impossível aos órgãos estatais tratarem com mais zelo o problema da incomensurabilidade, eles delegaram a outros profissionais tal tarefa. Nesse contexto, a equipe de elaboração do Diagnóstico foi contratada, somando forças no sentido de aprimorar as práticas do licenciamento. O fato marcante é que, ao exigir o uso do método etnográfico, o Estado abriu a possibilidade para que novas controvérsias fossem levantadas *na rede*. Elas não poderiam mais ser resolvidas pelos atores dominantes do licenciamento pela simples revisão das inscrições anteriores – problema que foi tratado teoricamente no capítulo 2 e etnograficamente nos capítulos 4 e 5. Pelo contrário, novas controvérsias marcam o início de novas inscrições, definidas a partir de princípios bastante diferentes, os princípios éticos do fazer antropológico em meio não-acadêmico – que trabalhei rapidamente na introdução. Essa medida, além de representar a extensão da rede da antropologia como disciplina, impondo-lhe novos desafios à validação do conhecimento, permitiu à própria *rede* do licenciamento meios de auto-avaliação críticos, mesmo que vários problemas fossem impostos à implementação dos resultados de tal crítica.

A contribuição que me parece mais significativa do trabalho antropológico no licenciamento é apontar a necessidade de revisão mesma dos *inputs* e *outputs* dessa caixa-preta, o que permitirá, em maior ou menor grau e com eficácia parcial, reabri-la, indicando impactos antes invisíveis e que continuarão a ser, caso não se realizem etnografias freqüentemente. Exigir um trabalho antropológico implica necessariamente colocar em risco as próprias categorias de impacto preexistentes e isso, por si só, é um avanço, senão inédito, pelo menos exemplar do licenciamento da UHE Corumbá IV. Foi por meio dele que, no Diagnóstico, pudemos interpretar com alguma segurança as formas de viver e se reproduzir dos atingidos, evidenciando sua diversidade. A partir daí, apontamos problemas significativos das categorias que visavam mitigar impactos, mas que os reproduziam negativamente.

Mas o que poderia a antropologia fazer diante do desafio de elaborar um diagnóstico de impactos, ou melhor, de propor ações objetivas? Do ponto de vista da representação política dos atingidos, nada além de criar espaços de argumentação onde eles participem ativamente nas discussões sobre o planejamento de ações futuras que se desdobram na fase de operação. Do ponto de vista daqueles que concebem os problemas de incomensurabilidade como algo a ser enfrentado para que se dimensione impactos, coube interpretar a vida alheia; e esta é a segunda ação que,

combinada com a primeira – considerar a agência dos atingidos –, contribui para realizar um licenciamento mais democrático. Infelizmente, só se observou tal preocupação quando a *máquina* estava em funcionamento a pelo menos três anos, na fase de instalação da obra.

A antropologia nos ensina que a interação com os “nativos” é uma interação real entre pessoas. O mito do “olhar de fora”, apesar de fundar o trabalho de campo, não parece mais ter qualquer eficácia. Não estaríamos nós – mais de dez pessoas em campo, morando, elaborando oficinas nas associações rurais, propondo ações – influenciando diretamente nas dinâmicas dos atingidos? Claro que sim. Sendo assim, poderíamos simplesmente acreditar que, nesse caso, a antropologia nada tem a contribuir para compensar e mitigar impactos, já que qualquer interação com esse objetivo produziria impactos? A resposta vem em forma de pergunta: há formas de mitigar ou compensar impactos que não sejam impactantes por si mesmas, isto é, que não provoquem modificações e tensões nos sistemas de conhecimento e de vida preexistentes? Não, não há. Por isso, para que a antropologia não perca a oportunidade de opinar sobre os processos sociais em que ela é chamada, é preciso internalizar o impacto como inerente à própria prática antropológica no interior do licenciamento, em qualquer de suas “fases”. Mesmo se assessorarmos movimentos e conseguirmos subsidiar sua luta para inviabilizar barragens, o próprio fato de eles terem que se organizar em movimentos e precisar de assessoria não é um fator novo e impactante para aqueles que calculam dia a dia o tempo da produção e reprodução camponesa?

Daí o desafio não é mais saber se realizar diagnósticos ou assessorias implica produzir impactos. Tampouco é coerente afirmar, de forma rasa e despreparada, que a antropologia apenas contribui para legitimar a obra. Ora, uma vez que isso é inerente a tal prática – digo, a produção de impactos –, cabe perguntar: que tipo de impactos queremos ou podemos produzir, com os instrumentos que temos em mãos, como atores dentro da *rede*?

Produzir impactos via utilização do método etnográfico exige que o antropólogo lance mão de seu instrumental, sem ultrapassar os limites éticos e mesmo epistemológicos da disciplina. Para tanto, deve assumir que qualquer proposta para mitigação ou compensação é parcial porque a interpretação antropológica é parcial. Ela é capaz de produzir, *com* os “nativos” ou a partir de suas categorias de entendimento de mundo, alegações que serão consideradas “científicas” pelos demais atores da *rede*. Em segundo lugar, é preciso deixar explícito que a interpretação antropológica ocorre por meio da produção de um terceiro elemento que funde e amalgama as concepções nativas e do próprio pesquisador. Por último, é absolutamente necessário que o antropólogo não assuma o lugar do “nativo” quando o assunto é representação política de interesses. Pelo contrário, deve-se galgar espaços em que os próprios “nativos” possam deliberar sobre suas demandas.

Mas, ao fazer isso, não estaria o antropólogo caindo na armadilha de simplesmente modificar os mecanismos de dominação do enclave sobre as populações excluídas? Vainer e Araújo (1992) afirmam que

o exame da evolução recente dos padrões de planejamento territorial do desenvolvimento ajuda a perceber o quanto de ingenuidade – ou esperteza – há entre aqueles que propõem mudar o sinal (de negativo para positivo) dos impactos regionais dos GPIs através de uma negociação projeto a projeto, isto é, sem uma reformulação radical e abrangente das estratégias que orientam as decisões fundamentais do Estado brasileiro quanto ao uso e ordenamento do território e de seus recursos.

A questão é: estaríamos caindo em tal crítica ao afirmar que é preciso positivar impactos? Creio que não. Primeiro porque, como afirmei, o uso da antropologia deve objetivar fundamentalmente a crítica dos *inputs* e *outputs* da caixa-preta do licenciamento. Isso implica pleitear a *reformulação radical das estratégias que orientam as decisões fundamentais*. Em segundo lugar, o que ocorre quando a usina hidrelétrica já existe, quando não é mais possível “barrá-la”? Estaria tudo perdido? A única possibilidade de questionar o modelo desenvolvimentista incorporado pelas barragens seria nos momentos anteriores à sua implementação, quando não podemos – e não devemos – naturalizar a idéia de impacto? Não, porque os impactos são dinâmicos e continuam a ocorrer ao longo do tempo.

Dessa forma, pressionar os poderes constituídos para que as percepções dos atingidos em sua diversidade se façam valer nas diferentes etapas de planejamento – inclusive no planejamento das ações referentes à fase de operação – é também uma forma de questionar toda a rede desenvolvimentista. Se entendida de maneira obtusa, a crítica dos autores inviabilizaria quaisquer esforços para resgatar passivos sociais, o que francamente não é o caso. Os passivos são passivos porque deixaram de ser tratados nas fases anteriores do licenciamento e resgatá-los é bastante importante para que a *reformulação radical* se observe não somente nos momentos de planejamento das obras, mas também na gestão do *enclave*, ou melhor, na desmistificação da gestão *em função do enclave*.

Assim, é possível afirmar a necessidade de positivar impactos, na medida que delimitamos *para quem* e *o que* significa fazê-lo. Não se trata de construir projetos e programas para que o SE se gabe de seus benefícios. Pelo contrário, positivar impactos remete a permitir que os atingidos respondam ao seu modo aos impactos que sofrem e que o Estado conheça as bases morais, sociais, culturais e econômicas que permeiam essas respostas. No centro da questão está o agenciamento dos atingidos das mudanças provocadas pela obra e a legitimação dessa agência perante os atores dominantes no licenciamento pelo método etnográfico. Em verdade, os próprios instrumentos de atuação do Estado devem resultar da interação entre ele e grupos atingidos e, *ao mesmo tempo*, compor um sistema legal, de ordem mais geral. O Estado precisa de especialistas e a antropologia, quando aparece como tal, está minimamente instrumentalizada para realizar a tarefa, pelo menos

do ponto de vista do planejamento. Como vimos, falta muito para que o planejamento saia do papel e para que estudos etnográficos aconteçam periodicamente em todas as fases do licenciamento, desde os estudos de inventário até as ações de monitoramento de programas. Não se trata aí de ignorar o poder de fogo da luta dos movimentos sociais anti-barragens, mas de compor com eles estratégias de ação diante de diferentes atores, posicionados em diferentes lugares e em diferentes momentos do licenciamento. Como eu disse, a demanda por assessoria é latente.

Entendo a idéia de “positivar impactos” como o combate à estrutura instituída da rede do licenciamento nas fases em que a hidrelétrica é uma realidade, de maneira que os atingidos produzam “contra-impactos”, que assegurem a continuidade da luta e dos interesses coletivos. Para isso, é preciso que suas concepções de mundo invadam os estudos exigidos pelos órgãos licenciadores e jurídicos, mesmo que pagos pelo SE, e nisso reside, como entendo, o dever do antropólogo que atua no contexto do licenciamento. É preciso que tais estudos sejam instrumentos *dos e para* os atingidos e não do SE *para a rede*; esse é o grande desafio. Se o resultado do trabalho do antropólogo carrega, mesmo que parcialmente, o universo “nativo”, positivar impactos envolve, sobremaneira, produzir instrumentos intercientíficos (Little, 2002).

A idéia de intercientificidade é interessante porque vai além dos problemas da incomensurabilidade. Na verdade, ela incorpora a incomensurabilidade como uma obviedade da prática antropológica entendendo que, apesar de existir, ela não é plena. O incomensurável, é incomensurável; e o que não é? O-que-não-é são fragmentos acessíveis do mundo do “outro”. Eles só são acessíveis porque a interação entre antropólogo e “nativo” é recíproca: o antropólogo e o “nativo” acessam aquilo que ambos se oferecem mutuamente. Na medida que o resultado dessa interação não representa única e exclusivamente o universo de um ou de outro, podemos conceber que há algo novo e diferente dos universos “originais”. Pastas de dente oferecidas aos Maxacali por antropólogos da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA foram utilizadas por eles como tinta corporal. Informações sobre a bíblia ofertada pelos presbiterianos de Pirapitinga, Sarandi e Mato Grande foram utilizadas pela equipe do Diagnóstico para legitimar posições tomadas pelas comunidades contra a implantação de praias na orla do lago em combate ao que definia o Plano Ambiental de Conservação e Uso de Reservatórios Artificiais – PACUERA.

Na medida que o licenciamento solicita estudos etnográficos, ao antropólogo cabe inserir *na rede* os resultados de sua interação com os “nativos”. Uma vez que esses resultados são intercientíficos e uma vez que estampam moralidades que emergem do encontro etnográfico, as controvérsias levantadas na rede a partir da atividade antropológica colocam desafios aos *inputs* e *outputs* e à forma de acumulação de conhecimentos do licenciamento. Não se trata de simplesmente acomodar as moralidades criadas na interação à estrutura do licenciamento, mas de levantar controvérsias que não podem ser resolvidas sem que se coloque em discussão o próprio

funcionamento da *máquina*. Meu ponto de vista é que os “produtos” da *máquina* devem ser intercientíficos e interculturais. Isso implica que as regras comunicativas que normalizam a produção de moralidades em *Comunidades de Argumentação* devem ser, elas mesmas, intercientíficas. Afinal, como insisti desde a introdução, as coisas, produtos e pesquisas estampam, na verdade, a disposição dos elementos ligados que conduzem a uma forma particular de produzir fatos. A metodologia, o mecanismo de processamento ou operação de fatos formatam os resultados por eles produzidos.

Assim, se os atuais *inputs* e *outputs* do licenciamento se mostram inadequados para produzirem processos intercientíficos, é porque o arranjo de elementos e as decisões sobre a operacionalização desse arranjo não são intercientíficos. As controvérsias que podemos levantar *na* rede devem contribuir para escancarar essa problemática, colocando em questão os próprios *inputs* e *outputs* da máquina de produção de fatos. Isso significa desafiar os atores dominantes do licenciamento a responderem às questões que a eles colocamos a partir das formas de acumulação de conhecimentos que operam. Como não conseguirão êxito, estarão diante de si mesmos, diante da sistemática que construíram e que agora exclui os atingidos. Se não podemos modificar a máquina, é importante demonstrarmos para aqueles que podem que as questões que levantamos não poderão ser resolvidas sem a revisão e reflexão sobre a própria base moral e epistemológica do licenciamento ambiental.

Devemos construir intercientificidades que nos autorizem a afirmar, como fez Vainer, que tanto o trabalho antropológico em meio não-acadêmico como em meio acadêmico deve refletir a voz dos atingidos. Segundo ele, um trabalho de extensão realizado por seus alunos, na elaboração do Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Itá e Machadinho – PLANDESCA,

(...) é o relato de uma experiência de (...) intervenção (...), o relato de uma experiência inovadora de planejamento. Seus protagonistas, no entanto, não são planejadores, nem pesquisadores, nem professores, nem estudantes. A história aqui contada foi e continua sendo protagonizada pelas populações atingidas pelas barragens de Itá e Machadinho (Vainer, 2003: 135).

Guardadas as diferenças da prática de extensão universitária e de consultorias-laudo no contexto da UHE Corumbá IV, que ocupam lugares de fala e respondem a processos distintos no licenciamento, foi esse o objetivo do Diagnóstico e é também deste trabalho, na medida que apresenta para a *rede* acadêmica um relato do que se passa dentro da *rede* não-acadêmica.

O problema metodológico inicial desta pesquisa era transportar os dados da rede do licenciamento para a da academia, agora, parece-me mais claro a razão do porquê disso: para que as constatações feitas na rede do licenciamento pudessem sair das gavetas e estantes do IBAMA, MP e CCSA; para que a própria *rede* pudesse ser conhecida – ou pelo menos uma interpretação

possível dessa rede. Fica a dúvida se será possível “retrojetar” – ou seria “introjetar”? – na rede do licenciamento os resultados aqui alcançados. Essa a questão que deixo em aberto, guardando apenas a certeza de que é preciso produzir impactos, em minha opinião, único meio pelo qual a própria noção de impactos poderá ser tratada adequadamente. Impactos, para que sejam mitigados ou compensados, exigem contra-impactos agenciados por aqueles que sempre foram excluídos da “modernidade”.

NOTAS

Introdução

¹ Apelido do espaço dos estudantes de Pós-Graduação em Antropologia Social no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

² A WALM é uma das empresas que prestam consultoria para a CCSA e que elaborou o Plano de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório – PACUERA.

³ O entorno do lago foi dividido durante a pesquisa em seis áreas etnográficas.

⁴ A antropologia britânica e americana nos últimos anos vêm se esforçando para delimitar, afinal, do que se trata a antropologia. Somada à configuração de pesquisa que mudou nesses países, quando passaram a conviver com uma antropologia “at home”, a preocupação resulta de uma crescente consciência hermenêutica em que o conhecimento produzido só faz sentido se for contextualizado (L. Cardoso de Oliveira, 1993: 67-81). Geertz (2005: 41-71) nos mostra que a preocupação dos autores em situar-se em seu texto também está presente na antropologia francesa desde Lévi-Strauss. No Brasil, a prática também é recorrente. Ver Peirano (1991: 64-90 e 115-135).

⁵ Como insistentemente sugeriu Mannheim (1976), ao estipular uma das primeiras agendas de pesquisa para a sociologia do conhecimento, apropriada criticamente pela antropologia. Ver ainda Clifford & Marcus (1986: 35-37).

⁶ Compartilho de alguns preceitos da etnometodologia de Garfinkel, Coulon e Watson e do construtivismo de Latour e Knorr-Cetina, que serão melhor trabalhados mais adiante e no primeiro capítulo.

⁷ “Goiás” é meu apelido desde que me mudei para Brasília, em 1997. Ele foi dado por um colega brasiliense de segundo grau e insinua as relações jocosas entre os moradores do Distrito Federal e Goiás, similar ao que ocorre com os “paraibas” no Rio de Janeiro ou com os “baianos” em São Paulo; ou mesmo com os “macaquitos” em Buenos Aires.

⁸ O que, segundo Latour (2000), ocorre em qualquer forma de produção de conhecimento.

⁹ *[A análise] não é monopólio dos filósofos nem dos sociólogos profissionais. Os membros da sociedade se envolvem na conduta social dos seus negócios e assuntos cotidianos. O estudo das atividades de senso comum consiste em considerar como fenômenos problemáticos os métodos pelos quais os membros de uma sociedade, ao fazerem sociologia, leiga ou profissional, tornam observáveis as estruturas sociais das atividades de todos os dias* (Garfinkel apud Coulon, 1995: 80).

¹⁰ *Os estudos etnometodológicos sobre as estruturas formais se destinam ao estudo de fenômenos como, por exemplo, suas descrições pelos membros, quaisquer que sejam, abstendo-se de todo juízo sobre sua pertinência, seu valor, sua importância, sua necessidade, sua “praticidade”, seu sucesso ou consequência. Damos a esse modo de proceder o nome de “indiferença metodológica”. Nosso trabalho não consiste em modificar, elaborar, contribuir, detalhar, dividir, explicar, fundamentar a relação ao raciocínio sociológico profissional, como também a nossa indiferença a essas tarefas. A nossa indiferença se refere sobretudo ao conjunto do raciocínio sociológico prático, e esse raciocínio implica inevitavelmente para nós, sejam quais forem as suas formas, o domínio da linguagem natural. O raciocínio sociológico profissional não se distingue de maneira alguma como fenômeno que chama a atenção de nossa pesquisa. As pessoas ao realizarem estudos etnometodológicos podem preocupar-se nem mais nem menos com o raciocínio sociológico profissional do que com práticas do raciocínio jurídico, do raciocínio das conversações, do raciocínio divinatório ou psiquiátrico, e assim por diante* (Coulon, 1995: 81-82).

¹¹ *as decisões metodológicas tomadas na pesquisa em ciências sociais têm as suas contrapartidas teóricas e, por outro lado, (...) os pressupostos teóricos dos métodos e da medida em sociologia não podem ser separados da linguagem que os sociólogos usam em sua teorização e em sua pesquisa* (Cicourel apud Coulon, 1995: 84).

¹² No meu caso essa questão foi latente. Na defesa desta dissertação o Professor Dr. Carlos Vainer atentou para o fato que eu utilizava frequentemente o termo “empreendedores” – para me referir à empresa capitalista de energia elétrica – e “empreendimento” – para me referir à empresa e/ou usina hidrelétrica. Obviamente isso representa a absorção, de minha parte, das cargas e valorações que os termos carregam. Estes são amplamente usados pelos detentores do capital – que apostam na idéia de empreender benefícios, de promover o crescimento e desenvolvimento regionais – e pelos órgãos estatais, mas muito pouco pelos próprios atingidos. Na medida em que não utilizei esses termos no texto original com ressalvas, i.e., de maneira a caracterizar o uso “nativo” dos empresários ou órgãos do Estado, ficou claro que eu os tomava acriticamente. Isso, além de evidenciar que o drama desenvolvimentista é englobante, que seus tentáculos vão para além do que podemos controlar quando estamos imersos em seu terreno, deixou claro para mim que há preços a pagar quando queremos construir fatos desde o interior do licenciamento ambiental e para ele. Nisso reside a idéia, inspirada em Latour, de que o “controle” dos fatos se reveste de mutualidade: por um lado pleiteamos controle do que é mais fundamental para nossos intentos, por outro – e para que consigamos minimamente tal controle – permitimo-nos, de um jeito ou de outro, que nos controlem naquilo que para “eles” é mais fundamental para seus intentos. Uma vez que concordei plenamente com as observações do Professor, modifiquei esta dissertação colocando aspas nos termos empreendedores ou empreendimento ou substituindo-os por expressões como “projeto hidrelétrico”, “usina”, “concessionária”, “empresariado”, “empresa capitalista”, dentre outros.

¹³ Como capital, determinação social, *habitus*, etc.

¹⁴ Em que pese a participação direta desses mesmos povos na prática política, o papel do antropólogo na demarcação é central.

¹⁵ Definindo militância a partir do interesse ou aspecto propositivo das pesquisas.

Capítulo 1

¹ Primeira residência oficial do presidente Juscelino Kubitschek, o Catetinho foi construído em apenas 10 dias, em novembro de 1956, antes mesmo de Brasília ser inaugurada. É um prédio simples, feito de madeira, e é conhecido como “Palácio de Tábuas”. Foi planejado sem conforto ou honras oficiais, para que o Presidente supostamente não se distanciasse dos trabalhadores, que viviam em barracos e tendas, como foi o caso da Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante.

² Acepção do linguajar brasileiro para desenhos muito característicos das pistas da cidade – formato de trevo de quatro folhas – onde o motorista pode fazer o retorno ou se encaminhar para outra via. Pode ser aproximada da idéia de trevo, mas não são sinônimos.

³ Coberta com “macadame”, refere-se ao pavimento das estradas, processo inventado pelo engenheiro escocês McDam, que consistia num piso de brita e saibro recalçado por um cilindro, o que tornava as ruas mais transitáveis, mas também esbranquiçadas e poeirentas.

⁴ Acepção do linguajar brasileiro para certos tipos de barreiras eletrônicas fixadas em postes para medir a velocidade e multar veículos acima do limite permitido.

⁵ Portaria de 30 de outubro de 1749.

⁶ Expressão utilizada pelos atingidos da Corumbá IV para se referirem ao desenvolvimento.

⁷ Em 1843, Arraial dos Couros se emancipa de Santa Luzia.

⁸ Lei nº 306, de 25 de julho de 1907.

⁹ Decreto Estadual nº 8.305 de 1943.

¹⁰ *Com a construção da nova Capital Federal, essas cidades passam a ser ocupadas, inicialmente, por um grande número de operários, a maioria de origem nordestina, envolvidos com o processo construtivo de Brasília. Em um segundo momento, por trabalhadores ligados direta ou indiretamente às áreas do Executivo, do Judiciário, do Legislativo federal e da administração do Distrito Federal. Essas cidades tornam-se cidades-dormitório, função que ainda desempenham* (Martins, 2004: 483).

¹¹ Utilizo-me aqui da noção de Appadurai (1990).

¹² Utilizo-me aqui da terminologia de Groenewold, apropriada por Cardoso de Oliveira (1996: 23).

¹³ Inspirado em Geertz (1989: 63).

¹⁴ O financiamento exclusivo do GDF era objeto de disputas políticas na Câmara dos Deputados do Distrito Federal onde mesmo a base governista se perguntava porque o Governo de Goiás não oferecia qualquer contrapartida. (Correio Braziliense/Correioweb, 2005).

¹⁵ Tratava-se do primeiro reconhecimento de campo que realizei no entorno de Corumbá IV. Seguiu-se daí toda a estratégia de pesquisa, tanto para esta dissertação como para o Diagnóstico.

¹⁶ Sede é o nome dado à casa principal de uma fazenda.

¹⁷ Adoto aqui a divisão de Guimarães Rosa que coloca o sertão como partes de Minas Gerais, São Paulo e Goiás.

¹⁸ *Num bar de Ribeirão Preto eu vi com meus olhos esta passagem
Quando champanha corria a rodo, no alto meio da grã-finagem
Nisto chegou um peão trazendo na testa o pó da viagem
Pro garçom ele pediu uma pinga, que era pra rebater a friagem*

*Levantou o almofadinha e falou pro dono eu tenho má-fé
quando um caboclo que não se enxerga, num lugar deste vem por os pés
O senhor que é o proprietário deve barrar a entrada de qualquer E principalmente nesta ocasião que está
presente o rei do café*

*Foi uma salva de palmas gritaram viva pro fazendeiro
Que tem milhões de pés de cafés por este rico chão brasileiro
Sua safra é uma potência em nosso mercado e no estrangeiro
Portanto veja que este ambiente não é pra qualquer tipo rampeiro*

*Com um modo muito cortês respondeu o peão pra rapaziada
Esta riqueza não me assusta topo em aposta qualquer parada
Cada pé desse café eu amarro um boi da minha invernada
e pra encerrar o assunto eu garanto que ainda me sobra uma piada*

*Foi um silêncio profundo o peão deixou o povo mais pasmado
Pagando a pinga com mil cruzeiro disse ao garçom pra guardar o trocado
Quem quiser meu endereço que não se faça de arrogado
É só chegar lá em Andradina e perguntar pelo rei do gado. (Tião Carreiro e Pardinho)*

¹⁹ *Para o senhor rei do gado aqui vai minha resposta
O que eu penso a seu respeito eu não digo pelas costas
O senhor saiu do bar sem ouvir minha proposta
Saiba que este seu criado não tem medo de aposta
Quem já escorregou na vida em qualquer galho se encosta*

*O que disse o almofadinha por mim não foi endossado
Se eu quisesse lhe ofender não ia lhe mandar recado
Quem mexe com marimbondo deve esperar o resultado
Creio que você se esquece meu amigo rei do gado
Que o rei para ser rei precisa ser muito educado*

*É coisa que eu acho feio é o rico fazer cartaz
Não me acanho em lhe dizer que eu já fui peão em Goiás
Já montei em burro chucro até de cara pra trás
Se eu tirar minha camisa no peito mostro sinais
De cuampa de boi cuiabão lá na zona dos pantanais*

*Quando eu vejo um cafezal e um poeirão de uma boiada
Me orgulho ser imigrante nessa terra abençoada
Também já tomei cachaça tirando boi de arribada
Se a balança do Brasil por café for ameaçada
Eu corto meus cafezais, transformo tudo em envernada*

*Deixe de apostar amigo, não queira dar um passo errado
Vamos lutar ombro a ombro por este solo abençoado
Apesar de eu ser estrangeiro nele eu quero ser enterrado
Onde brota o ouro verde, nosso café afamado
Que da glórias pro Brasil além de fronteira pro outro lado (Liu & Léo)*

²⁰ *Gente que vem de Lisboa
Gente que vem pelo mar
Laço de fita amarela
Na ponta da vela
No meio do mar*

*Ei nós, que viemos
De outras terras, de outro mar
Temos pólvora, chumbo e bala
Nós queremos é guerrear*

*Quem me ensinou a nadar
Quem me ensinou a nadar
Foi, foi marinheiro
Foi os peixinhos do mar*

*Ei nós que viemos
De outras terras, de outro mar
Temos pólvora, chumbo e bala (Pena Branca & Xavantinho)*

²¹ Bunge é uma empresa de fertilizantes e alimentos – basicamente soja e derivados – que comprava da CCSA madeira para operar suas fábricas.

²² Cito o nome por se tratar do dono do bar homônimo, Luciano não era apenas uma pessoa, mas um lugar.

²³ O uso do conceito de moralidades será melhor estabelecido no próximo capítulo.

²⁴ Acepções locais para casas de prostituição.

²⁵ O conceito de reserva legal é dado pelo Código Florestal, em seu art. 1º, §2º, III, inserido pela MP nº 2.166-67, de 24.08.2001, sendo: "área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e

reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas."

²⁶ *Eita, Bonfim*
Boa de se viver
Na simplicidade nos 'morador'
Vem sempre todos acolher...

Eita trem bão
Dá gosto de dizer
Eita Silvânia
Nóis cresce com 'ocê'...

No gado, bão de corte
No leite pra beber
Já cavamos ouro e
As lembranças não deixa esquecê...

(...)

Nos casarão antigo
Fico a lembrar
Dos fatos acontecido
A saudade, faz chorar...
(Poesia Popular, s/a *apud* Cotrim, 1998:50)

²⁷ *Bonfim contribuiu generosamente em socorro da coluna expedicionária de Mato Grosso, transportando, para os depósitos de Baús e Coxim – em carros de bois e lotes de burros –, grandes quantidades de gêneros, toucinhos, sal, café, ao lado de várias boiadas* (Borges, 1981: 112).

²⁸ Como sugere Schutz, quando o indivíduo reflete ele não age no mundo da vida, colocando-a em suspensão.

²⁹ Equivalente a 48.400 metros quadrados.

³⁰ Como me relatou uma atingida da Comunidade de Santa Rosa, enquanto mexia um tacho, preparando doce de jenipapo, quando literariamente utilizou-se da metáfora para falar da Corumbá IV.

³¹ Na verdade, a Casa de Meu Pai é uma instituição beneficente, levada a cabo pela caridade do Candomblé ou Umbanda, o que não ficou muito claro na pesquisa. Ao se auto-designarem como “espíritas”, os funcionários da escola operavam uma estratégia discursiva que omite a raiz africana de sua religião, pois esta é vista com maus olhos pelos moradores do Baixo Descoberto, prioritariamente evangélicos, sejam presbiterianos, da Assembléia de Deus ou Congregação Cristã.

³² A pista foi corrigida pela CCSA após recorrentes reclamações dos atingidos seguidas de constatação e denúncia da equipe. Ao saber que o problema estaria no Diagnóstico, o “empreendedor” apressou-se em resolvê-lo.

³³ Não ficou muito claro se o proprietário a que se referiam vinha realmente de Brasília. De qualquer maneira, ele era identificado como “de fora”. Uma hipótese possível é que sua família teria se instalado na região desde a época da construção da estrada de ferro (início do século XX) ou de Goiânia, anos 30.

³⁴ A festa que ocorre no final do mutirão.

³⁵ *De que me adianta viver na cidade*
Se a felicidade não me acompanhar
Adeus, paulistinha do meu coração

*Lá pro meu sertão quero voltar
Ver a madrugada, quando a passarada
Fazendo alvorada começa a cantar
Com satisfação arreio o burrão
Cortando o estradão saio a galopar
E vou escutando o gado berrando
Sabiá cantando no jequitibá*

*Por nossa senhora, meu sertão querido
Vivo arrependido por ter te deixado
Esta nova vida aqui na cidade
De tanta saudade, eu tenho chorado
Aqui tem alguém, diz que me quer bem
Mas não me convém, eu tenho pensado
Eu fígo com pena, mas essa morena
Não sabe o sistema que eu fui criado
Tô aqui cantando, de longe escutando
Alguém está chorando com o rádio ligado*

*Que saudade imensa do campo e do mato
Do manso regato que corta as campinas
Aos domingos ia passear de canoa
Nas lindas lagoas de águas cristalinas
Que doce lembrança daquelas festanças
Onde tinham danças e lindas meninas
Eu vivo hoje em dia sem ter alegria
O mundo judia, mas também ensina
Estou contrariado, mas não derrotado
Eu sou bem guiado pelas mãos divinas*

*Pra minha mãezinha já telegrafei
E já me cansei de tanto sofrer
Nesta madrugada estarei de partida
Pra terra querida, que me viu nascer
Já ouço sonhando o galo cantando
O inhambu piando no escurecer
A lua prateada clareando a estrada
A relva molhada desde o anoitecer
Eu preciso ir pra ver tudo ali
Foi lá que nasci, lá quero morrer
(Goiás & Belmonte)*

³⁶ Em outro momento das pesquisas de campo, bati o carro da CCSA quando passava em alta velocidade rumo à São Bernardo. Um dos colegas da equipe se machucou levemente. Não havia quaisquer placas indicativas das elevações. Estas, confundiam-se com a parte plana da pista, dada uma certa “ilusão de ótica” causada pela similaridade da cor e textura das elevações.

Capítulo 2

¹ Cf. Cardoso de Oliveira (2000: 21-24).

² Quando as crianças começavam a andar, eles deixavam-na de pé, encostada em alguma árvore, geralmente frutífera. Aí marcavam com um objeto pontiagudo o tronco na altura da cabeça. E assim faziam ano a ano, acompanhando o crescimento da criança.

³ Ver a monumental obra de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*.

⁴ Lei 9.167 de 14 de maio de 1982.

⁵ Inclusive com participação maciça de capital internacional (Gomide, 1986).

⁶ Campos Jr., http://www.cesuc.br/revista/ed-3/A_ESTRADA_DE_FERRO.pdf.

⁷ *A interiorização da fronteira era fundamental para concretizar a centralização do poder político, criar um mercado interno e aumentar a produção de alimentos para atender a demanda das populações urbanas* (Borges, 2000).

⁸ Eu e Taís Garone tivemos longas e acaloradas discussões sobre essas duas hipóteses. Obviamente expressei aqui minhas conclusões, mesmo em face de ela discordar de alguns pontos. De qualquer forma, nossos diálogos foram motivadores fundamentais para o que aqui descrevo.

⁹ Expressão cunhada por Lima (1995).

¹⁰ Sigaud (1996) mostra que, no entanto, os impactados percebem de forma diferente os efeitos dos grandes projetos e que essas diferenças variam ao longo do tempo diante das relações travadas entre “empreendedores” e impactados.

¹¹ Autores como Vainer (2005, 2007) e Nuti (2005) mostram que não há instrumentos de políticas estatais capazes de lidar com efeitos sociais de projetos hidrelétricos de forma mais ou menos padronizada.

¹² Na Corumbá IV, cada “propriedade” recebeu um número que convencionalmente é chamado de “o número da gleba” na empresa.

¹³ Utilizo o termo intercultural quando os atores em contato não compõem segmentos étnicos diferentes, mas que, mesmo estando inseridos em uma mesma cultura ampla, suas diferenças semânticas no interior dela são tantas que implicam em alteridade e estranhamento, caso das relações entre atingidos e “empreendedores” ou entre eles e os órgãos licenciadores e jurídicos.

¹⁴ Aqui o autor recorre a Wittgenstein

¹⁵ Aí se nota a possibilidade de comensurabilidade entre diferentes culturas, aliás, essa é mais que uma possibilidade, é uma condição mesmo do “empreendimento”.

¹⁶ Vide introdução

¹⁷ De fato, não voltou, mas os dados de parte da missão foram enviados à Versalhes antes de seu desaparecimento

¹⁸ Antes, o observador era dominado pela realidade daquilo que observa; depois, domina o que observa ao recriar a realidade da coisa que observa num mundo de “papel”, isto é, muda a relação quando muda a escala!

Capítulo 3

¹ Decreto 73.030/73 – cria a SEMA.

² Barbosa (2001) afirma que havia a “questão ambiental” em mais de 23 instituições públicas, sem que, entretanto, elas funcionassem combinadamente.

³ Código de Águas (Decreto 24.643/34), Código Florestal (Decreto 23.793/34), modificado pela Lei 4.771/65, Código de Pesca (Decreto-Lei 221/67), criação do IBDF (Decreto-Lei 289/67), Lei de Proteção à Fauna (Lei 5.197/67), Conselho Nacional de Controle da Poluição (Decreto-Lei 303/67), entre outros.

⁴ Lei 6.938/81, regulamentada pelo Decreto 88.351/83 alterado pelas Leis 7.804/89, 8.028/90 e pelo Decreto 99.274/90 para que se adequasse à Constituição de 1988.

⁵ Resolução 001/86 CONAMA.

⁶ Refiro-me à Resolução 001/86 CONAMA.

⁷ A força do conceito parece ganhar mais “corpo” após os desdobramentos da Rio 92.

⁸ Iniciado por Leslie White (1943).

⁹ Expressão recorrente a hermenêutas como Geertz e Cardoso de Oliveira.

¹⁰ Nisso reside a idéia de espaço ambiental há pouco trabalhada.

¹¹ O que só irá ocorrer na década de 1950, mediante o “acerto” de que as empresas estaduais, criadas ou a serem criadas, ficariam responsáveis pela ampliação da capacidade instalada e a iniciativa privada ficaria com a distribuição de energia (Barbosa, 2001: 53).

¹² Uso anacrônico do termo.

¹³ www.cigre.org.

¹⁴ Extraído de Carmo (2005).

¹⁵ Projeto de Lei 4.280/54 e 4.277/54.

¹⁶ Não foram apresentados quaisquer trabalhos ou referências que comprovem o vínculo entre questão ambiental e aumento de tarifas domésticas no *Workshop*. Tal informação foi tida como dado óbvio. Sabe-se, entretanto, que as indústrias, (marcadamente as que trabalham com mineração) como principal consumidoras de energia elétrica no país, recebem grandes subsídios em tarifas energéticas, pagando muito menos por kW do que os consumidores domésticos.

¹⁷ Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais.

¹⁸ Plano de Gestão Sociopatrimonial.

¹⁹ Lembremos que o PACUERA advém de resolução do CONAMA, enquanto o PGSP de Ofício da ANEEL.

²⁰ É verdade que a Itaipu apresentou planos diferenciados para os Parakanã. Para a relação entre projetos semelhantes e povos indígenas ver Baines (1993, 1996, 1997 e 2000).

Capítulo 4

¹ Sobre a questão religiosa na região do entorno do reservatório ver o Capítulo 1.

² Exposto com maior profundidade no Capítulo 2

³ Os eletroeletrônicos têm *inputs* e *outputs*, ou melhor anteparos físicos por onde circulam informações de *inputs* e *outputs*. Os *plugs* que ligam um no outro são popularmente chamados de macho e fêmea. O macho, o pino; a fêmea, o buraco.

⁴ Agência entendida como ação com efetividade. O que se observa é que os instrumentos de participação do licenciamento ambiental retira a participação com agência dos atingidos, exigindo-lhes a adequação ao modelo de participação criado pela legislação. Observa-se que esse modelo não parte das concepções de mundo das populações atingidas, o que inviabiliza sua real participação nos processos de licenciamento.

⁵ Sobre o conceito de cosmografia ver Capítulo 2.

⁶ A construção da oposição terra como recurso e como morada resulta dos debates da equipe de elaboração do Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, inspirados em autores como Woortmann e Cândido. Ela foi utilizada tanto no Diagnóstico como no trabalho de Medeiros (2007), que participou da equipe.

⁷ Conceito melhor detalhado no Capítulo 2

⁸ (...) alguma entidade deverá ser responsável pela realização dos estudos iniciais de inventário, assim como dos projetos básicos e outros documentos, considerados fundamentais para o processo de licitação, levando em conta o interesse global do sistema, incluindo também o estudo de impactos ambientais e o encaminhamento das negociações com as comunidades atingidas pelas obras. Estas funções possivelmente terão que ser assumidas pela Eletrobrás. Os custos incorridos com a elaboração desses documentos terão que constar dos termos do edital de modo a serem ressarcidos pelo vencedor da licitação e por essa via serem incorporados aos preços das respectivas propostas (ELETROBRÁS apud Lemos, 1999: 69). Grifos meus.

⁹ A necessidade de tratar o esgoto de Brasília surgiu em 2002, quando o Ministério Público impetrou Ação Civil Pública contra a CCSA, como mais à frente escrevo.

¹⁰ Uma planejamento qualificado deve ter a consciência de que a planificação é diferente da natureza dos processos sociais, que se desdobram independentemente. (Bartolomé, 1996)

¹¹ Ver a PNMA e a Lei 7.347/85, que institui a Ação Civil Pública.

¹² A CCSA contratou uma empresa para realizar o Cadastro Socioeconômico das propriedades a serem atingidas, que foi detalhadamente analisado no Projeto de Elaboração de Diagnóstico Sociocultural e Econômico das Populações Atingidas pela UHE Corumbá IV. Esse Cadastro se resumiu a dimensionar o tamanho das propriedades, a área inundada e a área da APP em cada propriedade. Nada mais.

¹³ A relação intrínseca entre moralidade, eticidade e construção da realidade/verdade são bem trabalhadas por Cardoso de Oliveira (1996), quando defende que o argumento científico e seus produtos são moralmente determinados, isto é, são resultados de práticas intersubjetivas de acordos estabelecidos quanto ao que significa a ação proba, nesse caso, válida. A construção simbólica da realidade estaria vinculada aos códigos de conduta para atuação nessa mesma realidade, formando com ela uma continuidade.

¹⁴ Sobre dissipação e teoria do caos determinístico ver Capítulo 2.

¹⁵ No caso da UHE Corumbá IV foram utilizadas os Padrões da ABNT: NB613/81, NBR 6506 e 8799/85

¹⁶ Em outros países, como Austrália, Canadá e Estados Unidos o que se convencionou chamar de Antropologia Aplicada foi algo mais amplamente debatido ao longo do tempo, havendo nesses países associações de antropologia aplicada, congressos sobre o tema, bem como maior produção de textos. Para a presença de antropólogos em meio não acadêmico ver (Rego, 2007)

¹⁷ Utilizo o termo para me situar no debate de Cardoso de Oliveira sobre antropologias periféricas e de centro

¹⁸ Ver (Carta de Ponta de Canas, 2000)

¹⁹ Ao falar de autonomia não estou me referindo a idéia de autonomia da ciência ou do conhecimento científico. Quero dizer que é importante a autonomia, mesmo que relativa, na esfera política do licenciamento quando este demanda estudos com base no método etnográfico.

²⁰ Algumas das questões levantadas na Ação Cautelar eram: 2 – É possível afirmar que a população diretamente atingida corresponda apenas à área diretamente afetada pelo alagamento decorrente do reservatório?; 6 – Em face da Resolução Conama nº 302 (...) que determina a constituição da Área de Preservação Permanente, foi apresentado o cadastro de propriedades que sofrerão intervenção na APP? Em caso afirmativo, apresente-o e caracterize as medidas que foram, estão sendo ou serão tomadas pelo “empreendedor” para preservação da APP; 7 – Foi apresentado o Plano Diretor de Uso e Ocupação do Entorno do reservatório? Este Plano permite a presença de proprietários rurais na Área de Preservação Permanente? Caso positivo, a lei nº 4771/65, a Medida Provisória nº 2166-67/2001 e a Resolução Conama nº 302 permitem esse tipo de uso na APP?; 13 – A Feindt Consultoria Ambiental fez uma afirmação de que as populações atingidas não se tratam como comunidades social e economicamente organizadas. É possível ratificar essa informação?; 16 – É possível afirmar que houve desorganização sociocultural nas comunidades da área de influência do “empreendimento”? Isso pode ser considerado um dano socioambiental?; 17 – Qual a atual expectativa e quais os principais sentimentos das comunidades atingidas em relação ao “empreendimento”, tendo em vista os impactos sofridos?; 18 – As relações entre comunidades e o “empreendedor” podem ser classificadas como harmoniosas ou conflituosas?; 19 – A Feindt Consultoria Ambiental considerou o conceito de proprietário de terras, com vistas à negociação indenizatória, apenas nos casos em que inexistia pendências com impostos e taxas relativos à propriedade. É possível derivar algum constrangimento ao proprietário em decorrência da operacionalidade desse conceito? Isso pode proporcionar condições favoráveis de negociação para o “empreendedor”?; 20 – (...) essa operação de compra e venda pode ser considerada “Medida de Mitigação ou Compensação” dos impactos produzidos pela Corumbá IV?; 23 – Os cadastros socioeconômicos, realizados em cumprimento às cláusulas 39 a 41 do Termo de Ajuste de Conduta – TAC, revelam que houve falta de transparência do “empreendedor” nas negociações de aquisição dos imóveis. Houve contra-prova para perícia de avaliação dos imóveis, ou somente avaliação pericial pelo “empreendedor”?; 24 – É possível afirmar que todos os proprietários reassentados possuem cópias das pastas com cópias dos documentos legais das transações realizadas dos respectivos imóveis?

²¹ No início da pós-graduação me interessava estudar a produção de indicadores qualitativos nas etapas de monitoramento de projetos de desenvolvimento sustentável do PDA/MMA.

²² A pesquisa durou quase dois anos

²³ A conversa com a técnica do IBAMA foi o principal motivador dessa certeza já que ouvi histórias de suas primeiras visitas técnicas à área e elas não eram muito otimistas.

²⁴ Dentre as pendências verificadas foram observadas a existência de fragmentos de vegetação que já deveriam ter sido suprimidos, a não instalação de bases adequadas para o resgate de fauna, e principalmente aquelas que dizem respeito ao aspecto socioeconômico.

²⁵ Como nos mostra Barbosa (2001), a relação entre poderes judiciário e executivo tem sido conflituosa desde a instituição da Ação Civil Pública pois o MP interfere no licenciamento, muitas vezes assumindo o papel de órgão licenciador, o que inclusive parece ficar claro aos “empreendedores” da CCSA. Ao perguntar ao ex-diretor financeiro da empresa qual era a diferença entre o licenciamento da FEMAGO e do IBAMA ele respondeu:

A [diferença era a] manipulação do MP. A Agência Ambiental Goiana não aceitava a influência direta do MP, ouvia, mas não aceitava naquilo que não tinha que aceitar. E o IBAMA, no começo, não, o IBAMA no começo meio que... Meio não; se curvou às vontades próprias do MP e deixou o “pau comer”, cara. E assim foi. Então o quê que aconteceu? O MP mandava no licenciamento da Corumbá IV com o IBAMA. Essa foi a diferença fundamental: na época da Agência, a Agência mandava, na época do IBAMA quem mandava não era o IBAMA, era o MP. Até o dia que eles cansaram e romperam...

²⁶ Não quero dizer com isso que as demarcações de terras indígenas e quilombolas não impõem desafios e dificuldades aos antropólogos. Aponto apenas para o fato de que no caso de hidrelétricas que atingem populações que não estão resguardadas como tradicionais na legislação brasileira os problemas que surgem são diferentes pois está em jogo a defesa e a construção mesma de uma tradicionalidade “oficial”. A ausência de instrumentos jurídicos que determinem os “passos a seguir” é um problema grave no licenciamento ambiental de hidrelétricas.

²⁷ Que simultaneamente criou categorias de classificação de impactos “de fora” e indicou o método etnográfico para ser adotado na elaboração do Diagnóstico

²⁸ Para os cientistas, a pergunta a ser feita não é aquela com que comecei: como podem tão poucos meteorologistas estender sua rede a ponto de controlar a definição do clima, a despeito de uma infinidade de definições contrárias? A pergunta que deve ser feita agora [segundo os cientistas] é: como é que ainda há gente que acredita em todo tipo de absurdo sobre o tempo e sua evolução, quando é tão fácil aprender conosco aquilo que o tempo é?(Latour, 2000: 299)

²⁹ Aqui utilizamos o recurso da divisão entre os de dentro e os de fora apenas com fins pedagógicos para explicar a questão pois tal divisão não existe, na medida em que a rede se expande e produz seus próprios meios de sobrevivência junto aos “de fora” que passam a compô-la. É a expansão da rede que nos interessa, ou seja, como ela consegue se expandir para outros campos e converter outros capitais a seu favor

³⁰ A ignorância dos sistemas de conhecimento local, suas dinâmicas e seus escopos é um pressuposto crucial para a difusão do sistema de conhecimento científico. (Van der Ploeg, 1993: 223)

³¹ Procurávamos evitar o reforço de abordagens elitistas e tecnocráticas da ciência e do saber, sendo a participação e a consulta às comunidades vistas meramente como uma concessão ao princípio da democracia, não sendo de fato compreendidos como mecanismos necessários. (Meneses, 2004: 731)

³² Sobre a escola de Pinguela ver Capítulo 1

³³ Sobre como isso ocorreu ver as primeiras páginas da Introdução

³⁴ Olha, a equipe da sócio-economia que foi capitaneada, coordenada por você fez um trabalho enorme de milhares de páginas que até hoje eu não consegui ler a metade. A nossa gerente ambiental não conseguiu ler tudo ainda. Acredito que o IBAMA e o MP também não tenham lido tudo, não posso falar por eles, mas acredito que não. Um trabalho para tese de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Mas é um trabalho bom, você tem a visão, uma visão própria e nós estamos caminhando para atender ao que for solicitado pelo IBAMA a partir do relatório de vocês.

³⁵ Essa é a razão da minha vontade: era um grande desafio, porque era uma empresa que tinha que fazer praticamente tudo, começar tudo. Era uma empresa em processo de criação, ela tinha sido construída, mas ela precisava de todos os processos de gestão, tinha a questão da solução da licença de operação, as questões ambientais, as re-locações de infra-estrutura, os acordos com as comunidades. Isso pra mim se mostrou muito interessante porque o departamento de meio ambiente lá na Cesp também estava na minha diretoria, então de uma certa forma eu já vivenciava. Então pra mim foi um desafio, a Corumbá é uma empresa muito menor do que a Cesp, mas um grande desafio, esta é a razão de eu ter vindo pra cá.

Hoje, criar, a Corumbá é uma empresa pequena... Mas eu tenho dito aqui para os nossos colaboradores que o fato de você ser pequeno, não precisa por você ser pequeno ser diferente de um grande, a diferença é só o tamanho, mas você tem o mesmo perfil dele, têm a mesma organização, os mesmos compromissos, a mesma capacitação dos seus funcionários. Você só é menor, mas é igual e uma empresa que ta nascendo ela não igual ainda, é uma criança, uma criança quando nasce não é igual a um adolescente, precisa se formar, precisa se educar.

(...) nós seremos semelhantes em todos os aspectos, no tratamento ambiental, no tratamento sócio-econômico, no tratamento, no aperfeiçoamento do corpo técnico que nós temos, no treinamento, no relacionamento com os Municípios, enfim uma empresa como é a Petrobrás enorme, muito boa e nós pequenos mas também com um bom perfil. (Presidente da CCSA em entrevista ao autor em 31 de maio de 2007).

Capítulo 5

¹ Como o próprio Latour nos colocou, quando a rede enxerga o lá fora, é porque estamos diante de uma controvérsia.

² Lembremos que, ao longo deste trabalho, venho aplicando a teoria do caos determinístico de Bartolomé (1996).

³ Estes, a partir do interesse na comensurabilidade, *i.e.*, naquilo que é possível acessar/construir na interação com o outro, muitas vezes nem tratam da incomensurabilidade, tomando-a como dada. O princípio seria de que “toda interação tem algo de incomensurável e algo comensurável; tratemos da comensurabilidade!”

⁴ Não quero aqui reificar ou simplificar a um ponto insuportável ao olhar crítico a idéia de liberdade. Obviamente, os camponeses são dependentes de um sistema econômico que lhes engloba. Entretanto, ao driblarmos as concepções economicistas de análise do campesinato, interessados em suas significações de mundo, perceberemos que a liberdade está vinculada estreitamente com as escolhas para responder a esse sistema circundante. Não se trata de estar fora dele, mas de responder a seus estímulos de maneira a salvaguardar ou reformular valores.

⁵ Nota do Diagnóstico: *Junto com ritos de passagem como crisma e casamento.*

⁶ Nota do Diagnóstico: Pierce entende por terceiro algo que se aproxima a um primeiro e a um segundo numa síntese intelectual, corresponde à camada de inteligibilidade, ou pensamento em signos, por meio da qual representamos e interpretamos o mundo.

⁷ Nota do Diagnóstico: Pode-se pensar o eu como um mosaico que deriva da relação com o mundo, estando em estado de transformação contínua.

⁸ Termo utilizado por um morador atingido de Mandiocal, quando conversávamos sobre a perda de terras

⁹ Se tomássemos a Política Nacional de Agricultura Familiar, de 25 de julho de 2006, como base para classificar as terras da zona rural atingida em Silvânia, seríamos obrigados a tê-las como pequenas propriedades de agricultura familiar. Entretanto, opto por uma perspectiva contrastiva da região quanto aos demais lugares atingidos onde a identidade da terra é de “grande propriedade”.

¹⁰ Sobre os chegantes em São Roque ver capítulo 1.

¹¹ Ao que poderíamos aproximar à noção de *comunitas* de Turner (1974).

¹² Os habitantes da região impactada pela UHE Corumbá IV não rememoram sua árvore de parentesco para além de duas gerações ascendentes. Assim, os antepassados seriam aqueles a pelo menos três gerações ascendentes.

¹³ Tal divisão se inspira tanto nas pesquisas de campo que realizei, nas discussões com a equipe do Diagnóstico, quanto na constatações de Rodrigo Medeiros (2007).

¹⁴ Atingido da sub-região em conversa com o autor em Corumbá de Goiás.

¹⁵ Há variação de notação científica para agrossilvopastoril.

¹⁶ Sobre a concepção de Inserção Regional da Eletrobrás ver capítulos 3 e 4.

¹⁷ Em combinação com os trabalhos de campo etnográfico, a equipe do Diagnóstico realizou 38 oficinas sobre os temas mais centrais que poderiam subsidiar a elaboração de propostas em formato de programas ou projetos.

¹⁸ A Ata de Criação do Consórcio foi aprovada em reunião realizada no município de Alexânia, no dia 26 de julho de 2006. Sobre a forma com que os recursos serão destinados para este fundo, entretanto, ainda não há consenso entre os representantes das prefeituras; sobretudo, defendem o pleito da transferência de 45% dos *royalties* pagos pelo “empreendedor” ao Estado de Goiás (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, vol IX:21-22).

¹⁹ A elaboração do zoneamento ambiental e do código de usos desenhou um mapa temático de uso da terra, de acordo com os diferentes tipos de uso do solo classificados em: cerrado típico; campo cerrado; floresta ombrófila densa; culturas de ciclo curto; pastos e campos antrópicos; solo exposto; área urbana e corpos d’água. Dessa forma, o zoneamento ambiental se pautou por três eixos principais: a restrição de uso definida pela legislação, a fragilidade ambiental da área, definida pelos dados clinográficos, e o mapeamento de uso de solo realizado no entorno do reservatório. Esse mapeamento, muito embora intente dimensionar os usos dos territórios dos atingidos, passa ao largo dos significados atribuídos por eles.

²⁰ Não foram inseridas as comunidades de Pinguela, Santo André, entre outras áreas nominadas como São Roque, Barreiro da Boa Vista, Vaca Brava, Barro Amarelo, Igrejinha, São Bernardo, Caxambu, por exemplo.

²¹ Latour (2000) estabelece que os fatos “duros” devem ser “amolecidos” quando temos o objetivo de abrir caixas-pretas. Fatos duros são construtos e, ao verificarmos sua característica eminentemente artefactual, começamos a desvendar do que são feitos, amolecendo-os.

²² Sobre a relação entre construções, arquiteturas e topocronologias, ver Günter (2003).

²³ Nós mesmos éramos estranhos, mas já tínhamos algum tempo de campo e nossos interesses e objetivos eram bem conhecidos dos atingidos. Obviamente haveria assuntos que não poderiam ser conversados na nossa frente, entretanto, os que estavam em pauta não nos era omitido, pelo contrário.

²⁴ A reunião foi estrategicamente definida como audiência pública pelos solicitantes – CCSA e prefeitura. Isso exigia o ritual do voto, mesmo em face do consenso.

²⁵ Me inspiro aqui – e trata-se exclusivamente de uma inspiração – no orientalismo de Said.

²⁶ Ver minha monografia de bacharelado (Resende de Assis, 2004).

²⁷ Ver capítulo 1.

²⁸ Imito tal notação de Latour (2000).

²⁹ Lembremos que a traição e o mutirão são ao mesmo tempo troca de serviços, momento de descontração, a circulação moral da ajuda, etc.

³⁰ Como informa o Diagnóstico, (...) *das 46 praias propostas pelo Plano Ambiental, sabe-se que apenas uma foi aprovada em reunião pública na comunidade de Santa Rosa, município de Santo Antônio do Descoberto. Os outros 17 pontos de praia e 7 zonas de lazer foram rejeitados pelas comunidades, sendo destes, 7 pontos de praia e 5 zonas de lazer em Silvânia e 10 pontos de praia e 2 zonas de lazer em Luziânia. Os outros 28 pontos de praia, 22 zonas de lazer e 12 corredores especiais de comércio e serviços precisam passar ainda pela discussão, junto às respectivas comunidades nos espaços criados pelo Grupo de Trabalho do Programa de Educação Ambiental, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente – GTOTEM para só então consolidar e legitimar tais propostas* (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, vol. IX: 69-70).

³¹ Ver capítulo 2, onde me aprofundo mais no tema.

³² Presto aqui meus agradecimentos a Héber Grácio, ex-colega de Carteira Indígena, no Ministério do Meio Ambiente e agora colega de Katakumba, que solicitamente me passou sua crítica à referida política. O texto foi um dos primeiros pronunciamentos de antropólogos sobre o tema e inspirou algumas

elaborações deste trabalho. Estas, entretanto, são inteiramente de minha responsabilidade. É muito importante indicar que os atingidos por barragens, após revisão da Lei, foram considerados como populações tradicionais, detentoras de direitos. O texto mostra que o segmento “atingidos por barragem” ocupa o segundo lugar em quantidade de representantes, perdendo apenas para os quilombolas. Aos atingidos seguem os povos indígenas, seringueiros e castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, habitantes de fundo de pasto e seringueiros. É inadmissível a transformação dos atingidos por barragens em populações tradicionais, pois os atingidos se diferenciam substancialmente entre si. Mas chama a atenção a inserção desse segmento “identitário” no contexto de políticas que produzem direitos especiais a certos grupos.

³³ Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Pontezinha, em Santo Antônio do Descoberto.

³⁴ Sobre isso o Diagnóstico afirma: *Em verdade, em face de todas essas mudanças ocorridas há de se perguntar aos atingidos se eles querem continuar em suas características atuais. O impacto aí é o mais grave e que, neste relatório, o leitor verá insistentemente: a compreensão de impacto como algo que ocorreu com a obra e que agora cabe apenas a mitigação. Pelo contrário, esta Equipe tem defendido e continuará ao longo do texto a defender que produzir instrumentos de mitigação de impactos é produzir impactos, impactos esses que têm como objetivo instrumentalizar os atingidos para reagirem dinamicamente à sua atual condição e não os enclausurarem em sua “condição atual”. É incluindo as populações como agentes e sujeitos de seu próprio impacto que se poderá falar em mitigação (CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV, 2007, vol. IX: 67).*

³⁵ Fala-se em Sociologia da Burocracia (Campos, 1976) ou Antropologia da Administração (Souza Lima: 2002).

³⁶ Morgan tinha interesse em identificar e estudar os correlatos sociais e estruturais das terminologias de parentesco: as regras de casamento seriam decorrências das terminologias de parentesco consanguíneos – e esse foi seu maior erro: vincular termos de afinidade à consangüinidade. Uma vez que as terminologias resistiam a mudanças, Morgan acreditava que haveria um atraso na criação de novas terminologias de parentesco quando as regras de casamento estavam se modificando. O ajuste funcional da terminologia seria, portanto, tardio. Terminologias de parentesco supõem uma forma de organização social e um tipo de família subjacente. O conhecimento desses estudos, sua importância e limites são inscrições que embasaram a demanda do IBAMA à CCSA. Ao focar na consangüinidade o autor procurou, a partir da lógica evolucionista característica de seu tempo, entender “família” por meio de supostas sucessões de tipos de família – passa-se do sistema malaio ao turanio e em seguida ao ário ou semítico (Morgan, 1945) – na história da humanidade, culminando no tipo atual. Uma importante constatação foi feita por Morgan: tipos de família se modificam mais rapidamente que sistemas de consangüinidade. Mudanças nos sistemas de consangüinidade só seriam possíveis a partir de um combinado entre mudanças de concepções de família e de organização social.

³⁷ Esse argumento é basal para o que se desenvolveu depois, na disciplina, fundamentalmente por Dumont – apesar de crítico de (R-B), Dumont parte do trânsito de valores em processos de sucessão.

³⁸ Essas regras ou modelos, na prática, variam e muitas vezes mantêm apenas a forma e, assim como no caso das patrinhagens corporadas no Sudeste da China pré-comunista (Freemman, 1958), “as relações podem não estar mais exercendo funções primariamente de parentesco” (Wolf, 2003: 95). Assim como Laraia afirma que dificilmente poderíamos encontrar em operação os sistemas de parentesco Tupi após longos anos de contato (Laraia, 1972).

³⁹ Tanto os grupos corporados de parentesco quanto os povoados camponeses corporados estão diminuindo em número no mundo moderno. Somos tentados a assinalar que, historicamente, a mudança essencial nas formas de organização, que levou as chamadas sociedades tradicionais a se tornarem sociedades modernas, baseia-se na formação de unidades corporadas não-agrícolas (Wolf, 2003: 97).

⁴⁰ Há relatos de que muitos mutirões e traições serviam também para construir casas para jovens casais.

⁴¹ Nota do próprio Diagnóstico: *Acompanhamos a festa de bodas de ouro de Seu Artenio Severino Botelho e sua esposa Dona Etelvina Braga. Para a realização do evento, as filhas do casal, juntamente a outras parentas, se juntaram na casa de Dona Etelvina para confecção de peta (biscoito de polvilho), broa de milho, biscoito de queijo, bolachas e outras gostosuras para distribuição na festa. Tais quitandas são produtos tradicionais das festividades em Pontezinha. Tanto é que Dona Etelvina disse ainda ter distribuído as mesmas quitandas no dia do seu casamento, há 50 anos atrás.*

⁴² Aliás eu já havia sinalizado para isso quando me referi a (R-B) na primeira seção deste artigo.

⁴³ Comumente, um dos irmãos não se casa, ficando com os pais até o fim de suas vidas. A esse tipo de indivíduo chamaremos aqui celibatário.

⁴⁴ Porque não seria possível dividir a terra entre todos os irmãos e manter o que ficou na terra nela, por isso ele deveria mesmo ser resguardado.

⁴⁵ E nisso parece residir a questão que apontei quando disse que a situação em causa representa uma ambigüidade entre os dois tipos de parentesco corporado, pois, ao mesmo tempo que legitima o primogênito, atesta também outros vínculos/direitos dos demais herdeiros, inclusive fixando o celibatário. Forma-se coalizões de parentesco (Wolf, 2003).

⁴⁶ Há aí dois aspectos do “herdar a terra”: ter domínio sobre o funcionamento do patrimônio por um lado e, por outro, herdar a memória dos antigos gestores, o que é fundamental se tomarmos como dado a questão da transmissão de saberes como central para a terra.

Referências Bibliográficas

- ABBOTT, Andrew. 2001. "The chaos of disciplines". In: _____. **Chaos of Disciplines**. Chicago: University of Chicago Press. pp. 3-33.
- ABBOTT, Andrew. 2001a. "The fraction of construction". In: _____. **Chaos of Disciplines**. Chicago: University of Chicago Press. pp. 60-90.
- ADAMS, Richard Newbold. 1975. **Energy and Structure**. Austin: University of Texas Press.
- APPADURAI, Arjun. 1990. "Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy". In: M. Featherstone. **Global Culture**. Londres: Sages. pp. 295-310.
- ASSIS, Wendell F.T. 2005. "Com-portas abertas ao imaginário: a construção simbólica das hidrelétricas através da publicidade". **I Encontro Ciências Sociais e Barragens**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ e Fórum de Ciência e Cultura..
- BAINES, Stephen G. 1993. "O Território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo Empresarial". **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: HUCITEC; ANPOCS.
- BAINES, Stephen G. 1996. "A Usina Hidrelétrica de Balbina e o Deslocamento Compulsório dos Waimiri-Atroari". In: S. B. Magalhães; R. C. Britto e, E. R. Castro (orgs.). **Energia na Amazônia**. Belém: MPEG, UFPA, UNAMAZ.
- BAINES, Stephen G. 1997. "Uma Tradição Indígena no contexto de grandes projetos: os Waimiri-Atroari". Anuário Antropológico 96. Brasília: Departamento de Antropologia, UnB.
- BAINES, Stephen G. 2000. "Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia". **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 43(2): 141-163.
- BARBOSA, Nair Palhano. 2001. **Setor Elétrico e Meio Ambiente: a institucionalização da "questão ambiental" nos anos 80 e 90**. Rio de Janeiro, UFRJ: Tese de Doutorado.
- BARTH, Fredrik. 1993. "A general framework for analyzing the meaning of acts". In: _____. **Balinese Worlds**. Chicago: University of Chicago Press . pp. 157-174.
- BARTH, Fredrik. 1998. "Grupos étnicos e suas fronteiras". In: P. Poutignat & J. Streiff-Fenart. **Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP.
- BARTOLOMÉ, Leopoldo J. 1996. "Impactos del desplazamiento poblacional: trascendiendo el modelo etnográfico". In: S.B. Magalhães & E.R. de Castro (orgs). **Energia na Amazônia**, v. II. Belém: MPEG/UFPA/UAM. pp. 477 – 490.
- BECKER, Bertha K. 1988. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, 50(2): 99-125 (número especial).

- BERNARDES, Genilda Darc. 1998. **Goiânia, Cidade planejada/Cidade Viva**: discurso e cultura da modernidade. Brasília, UnB: Tese de Doutorado.
- BERTRAN, Paulo. 1994. **História da terra e do homem no Planalto Central**. Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Solo.
- BORGES, Barsanufu Gomides. 2000. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: UFG.
- BORGES, Basanufu Gomides. 1990. **O Despertar dos Dormentes**. Goiânia: CEGRAF.
- BORGES, Humberto Crispim. 1981. **História de Silvânia**. Goiânia: Fundação Cultural de Goiás.
- BRASIL/IBAMA. **Ofício nº674/2005** – CGLIC/DILIQ/IBAMA
- BRASIL/IBAMA. **Parecer Técnico nº 135/2005** – COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA, de 29 nov. 2005.
- BRASIL/MPF. Ministério Público Federal / **Termo de Ajuste de Conduta** / Ação Civil Pública (nº 2002.35.00.011863-2). 2002
- CAMPOS, Edmundo (org.). 1976. **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar.
- CANDIDO, Antonio. 1987. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7. ed. São Paulo: Duas Cidades.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. 1993. **A Vocação Crítica da Antropologia**. Anuário Antropológico, v. 90, p. 67-81.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L.R. 1995. “Quando Fazer é Refletir”. **Ciência Hoje**, 19(113): 46-49.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1996. “O Saber e a Ética: a pesquisa científica como instrumento de conhecimento e de transformação social”, “Antropologia e Moralidade: etnicidade e as possibilidades de uma ética planetária” e “Práticas Interétnicas e Moralidade: por um indigenismo (auto)-crítico”. In: R. Cardoso de Oliveira & L.R Cardoso de Oliveira. **Ensaios Antropológicos Sobre Moral e Ética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. pp. 51-72.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2000. **O Trabalho do Antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2006. “O mal-estar da ética na antropologia prática”. In: _____. **Caminhos da Identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: UNESP; Brasília: Paralelo 15. Anexo II. pp. 225-239.

CARMO, Michele C. D. 2005. “O Racionamento de Energia Elétrica e suas Justificativas nos anos 1951 e 2001”. Rio de Janeiro: **I Encontro Ciências Sociais e Barragens**. IPPUR/UFRJ e Fórum de Ciência e Cultura.

CARTA DE PONTA DE CANAS. 2000. Florianópolis.

CCSA/Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV. 2007. vols. I, II, III, IV, VI, VIII e IX.

CHAUL, Nasr N.F. 1995. **Caminhos de Goiás**: da construção da “decadência” aos limites da modernidade. São Paulo, USP: Tese de Doutorado.

CHAYANOV, A. V. 1966. **The theory of Peasant economy**. Illinois: American Economic Association.

CHING, Leo. 2003. “Globalizing the Regional, Regionalizing the Global: mass culture and asianism in the age Late Capital”. In: A. Appadurai (org.). **Globalization**. Durham: Duke University Press. pp. 279-306.

CID, Ricardo. 2005. “Produto e Processo: desafios para o antropólogo na elaboração de laudos de impacto ambiental”. In: I. B. Leite (org.). **Laudos Periciais Antropológicos em Debate**. Florianópolis: NUER; ABA. pp. 191-206.

CLIFFORD, James & MARCUS, George (orgs.). 1986. **Writing Culture**: the poetics and politics of ethnography. Berkeley: Califórnia.

COLMEGNA, Paula. 2005. “Reflexiones acerca del papel del/a antropólogo/a em proyectos de desarrollo”. In: I. B. Leite, (org.). **Laudos Periciais Antropológicos em Debate**. Florianópolis: NUER; ABA. pp. 171-190.

CORREIO BRAZILIENSE/CORREIOWEB, 2005. **Prudente e Eliane visitam obras em Goiás**. Disponível em: <www.correioweb.com.br>. Acesso em: 15 de março de 2005, 06:46.

CORUMBÁ CONCESSÕES/WALM. 2005. **Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno da UHE Corumbá IV**.

COSTA, Gérson C. 1985 [1947]. **Goiânia a Metrópole do Oeste**. Goiânia: Prefeitura de Goiânia.

COSTA, R. Haesbaert da. 2006. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

COTRIM, Edmar Camilo. 1988. **Silvânia: Enredo e Personagens**. Goiânia: Kelps; Silvânia: Anima.

COULON, Alain. 1995 [1987]. “A questão de método” In: _____ . **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes. pp. 79-93.

CRAPANZANO, Vincent. 1980. **Tuhami: portrait of a Moroccan**. Chicago: The University of Chicago Press.

CRAPANZANO, Vincent. 1992. **Hermes' Dilemma & Hamlet's Desire. On the epistemology of interpretation**. Cambridge: Harvard University Press.

DAOU, Ana Maria Lima. 1996. “Os desobrigados da barragem: longe e perto do lago. Uma reflexão sobre o deslocamento compulsório em Sobradinho”. In: S. B. Magalhães & E. R. Castro (orgs.). **Energia na Amazônia**. v. II. Belém: MPEG/UFPA/UAM.

ESCOBAR, Arturo. 2003. “Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências”. In: B. S. Santos. **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente** (org.). São Paulo: Cortez Editora. pp. 639-666.

ESTEVAM, Luís A. 1977. **O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. Campinas, UNICAMP: Tese de Doutorado.

ETCHEVERRY, Maria Soledad. 2005. “Privatização do Setor Elétrico Brasileiro e seus Impactos sobre o Trabalho: algumas ponderações”. Rio de Janeiro: **I Encontro Ciências Sociais e Barragens**. IPPUR/UFRJ e Fórum de Ciência e Cultura.

FARIA, Ivan D. 2004. **O Descompasso e o Piroscópio: uma análise dos conflitos socioambientais do projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte**. Brasília, UnB: Tese de Doutorado.

FREEMAN, Maurice. 1958. “Lineage Organization in Southeastern China”. **Lodon School of Economics Monographs on Social Anthpology**, 18. Londres: Anthlone Press.

GEERTZ, Clifford. 1989. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora.

GEERTZ, Clifford. 2005 [1988]. **Obras e Vidas: o antropólogo como autor**. Vera Ribeiro (trad.). 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ.

GIDDENS, Anthony. 1984. **The Constitution of Society**. Outline of the theory structuration. Glasgow: University of California Press.

GOMIDE, Leila Regina Scália. 1986. **O Pesadelo de uma Perda: a Estrada de Ferro Goiás em Araguari**. São Paulo: USP (mimeografado).

GÜNTHER, Luísa A. 2003. **Memórias Topocronológicas. Brutalismo e Afetividade na Universidade de Brasília**. Brasília, UnB: Monografia apresentada ao DAN/ICS.

HARVEY, David. 1989. **The Condition of Post-Modernity**. Oxford: Basil Blackwell.

IMMERGUT, Ellen M. 1992. “The rules of the game: the logic of health policy-making in France, Switzerland and Sweden”. In: S. Steinmo, K. Thelen & F. Longstreth. **Structuring Politics: historical institutionalism in comparative analysis**. Cambridge: Cambridge University Press.

- KAWAMURA, L. 1979. **Engenheiro**: trabalho e ideologia. São Paulo: Ática.
- KEANE, John. 2003. “Unfamiliar words”. In: _____ . **Global Civil Society?**. Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press. pp. 1-39.
- LAPLANTINE, Françoise. 2004. **A Descrição Etnográfica**. João Manoel Ribeiro Coelho e Sérgio Coelho (trads.). São Paulo: Terceira Margem.
- LARAIA, Roque de Barros. 1972. “Análise do Parentesco”. **Tupi**: índios do Brasil atual. São Paulo: FFLCH/USP.
- LARAIA, Roque de Barros. 1972a. “O Comportamento Social”. **Tupi**: índios do Brasil atual. São Paulo: FFLCH/USP.
- LATOUR, Bruno. 1999. “A Ordem criada a partir da desordem”. In: _____ . **A Vida de Laboratório**: a produção de fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- LATOUR, Bruno. 2000 [1998]. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Ivone Benedetti (trad.). São Paulo: UNESP.
- LATOUR, Bruno. 2004 [1999]. “Por que a ecologia política não saberia conservar a natureza?” **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. São Paulo: Edusp.
- LEITE, Ilka B. 2005. “Os laudos periciais – um novo cenário na prática antropológica”. In: _____ . (org.). **Laudos Periciais Antropológicos em Debate**. Florianópolis: NUER; ABA. pp. 13-28.
- LEMONS, Chélen Fischer. 1999. **Audiência Públicas, Participação Social e Conflitos Ambientais nos Empreendimentos Hidrelétricos**: os casos de Tijuco Alto e Irapé. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ: Dissertação de Mestrado.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1970 [1962] “A Ciência do Concreto”. In: _____ . **O Pensamento Selvagem**. M. C. Cosat e Souza; A. O. Aguiar (trads.). São Paulo: Companhia Editora Nacional. pp. 19-55.
- LEVI-STRAUSS, Claude. 1982. **As Estruturas Elementares de Parentesco**. Petrópolis: Vozes.
- LIMA, Antonio Carlos. 1995. **Um Grande Cerco de Paz**: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes.
- LITTLE, Paul E. 2002. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, v. 322. Brasília: DAN/ICS.
- LITTLE, Paul E. 2005. Indigenous peoples and sustainable development subprojects in Brazilian Amazonia: The challenges of interculturality. **Law and Policy**, 27(3): 450-471.

- LITTLE, Paul. 2001. **Amazonia**: territorial struggles on perennial frontiers. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press.
- MANNHEIM, Karl. 1976 [1960]. **Ideologia e Utopia**. S. M. Santeiro (trad.). 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan. 1999. “Justiça Ambiental (local e global)”. In: C. Cavalcanti (org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez. pp. 215-231.
- MARTINS, Dilamar Cândida (coord.). 2004. **UHE Corumbá IV**: da arqueologia pré-colonial aos dias atuais. Relatório final do contrato nº 001/2002 CCSA/FUNAPE/UFG/MA/Lab. Arq. – Programa Ambiental de Socioeconomia – Projeto de Salvamento Arqueológico da Usina Hidrelétrica Corumbá IV (PA-SALV-c/IV) – vol III parte de relatórios e periódicos.
- MAYBURY-LEWIS, David. 1992. “Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo”. In: A. A. Arantes, G. R. Ruben & G. D. Debert (orgs.). **Desenvolvimento e Direitos Humanos**: a responsabilidade do antropólogo. Coleção Momento. Campinas: UNICAMP. pp. 49-55.
- MEDEIROS, Rodrigo. 2007. **Construção de Significados no Evento-Situacional Usina Hidrelétrica Corumbá IV**: desapropriações, re-ordenamentos e formação de uma ordem moral. Brasília, UnB: Dissertação de Mestrado.
- MEIRELES, José Dilermando. 1996. “Do arraial de Santa Luzia à Luziânia de hoje. In: D. Meireles & A. Pimentel. **História do Planalto**. Coletânea. Luziânia: Academia de Letras e Artes do Planalto.
- MENESES, Maria Paula. 2003. “Agentes do Conhecimento? A consultoria e a produção do conhecimento em Moçambique”. In: B. S. Santos. **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente** (org.). São Paulo: Cortez Editora pp. 639-666.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. 1938. **Como Nasceu Goiânia**. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. 2004. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 2. ed. Florianópolis: UFSC.
- MORGAN, Lewis H. 1945. “Cuarta parte: Desenvolvimento de propiedad”. In: **La Sociedad Primitiva**: investigaciones en las líneas del progreso humano desde el salvajismo hasta la civilización a través de la barbarie. Buenos Aires: Lautaro.
- MORGAN, Lewis H. 1945a. “Terceira parte: desenvolvimento del concepto de familia. In: **La Sociedad Primitiva**: investigaciones en las líneas del progreso humano desde el salvajismo hasta la civilización a través de la barbarie. Buenos Aires: Lautaro.
- MOURA, Margarida Maria. 1988 [1986]. **Os Deserdados da Terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

NUTI, Mírian R. & GARCIA, Márcia F. 2005. “Remanejamento Populacional em Usinas Hidrelétricas: discussão dos resultados da última década e projeções para a expansão do setor elétrico”. Rio de Janeiro: **I Encontro Ciências Sociais e Barragens**. IPPUR/UFRJ e Fórum de Ciência e Cultura.

O'DONELL, Guillermo. 1982. **El Estado Burocrático Autoritario**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1994. “Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais”. In: O.S. Silva, L. Luz & C.M.V Helm (orgs.). **A Perícia Antropológica em Processos Judiciais**. Florianópolis: UFSC. pp. 115-139.

OLIVEIRA, Antônio Inagê de Assis. 1999. **O Licenciamento Ambiental**. São Paulo: Iglu.

OLIVEIRA, Raquel & ZHOURI, Andréa. 2005. “Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos”. Rio de Janeiro: **I Encontro Ciências Sociais e Barragens**. IPPUR/UFRJ e Fórum de Ciência e Cultura.

PÁDUA, José Augusto. 2000. “Produção, Consumo e Sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário”. In: **Cadernos de Debate**. Brasil, Sustentável e Democrático. v. 6. Rio de Janeiro: FASE. pp. 11-47.

PEIRANO, Mariza G. S. 1991 [1981]. “Anthropology and the Ideology of Nationhood”. In: _____. **The Anthropology of Anthropology: the Brazilian case**. Série Antropologia, v. 110. Brasília: DAN/UnB. pp. 115-135.

PEIRANO, Mariza G. S. 1991a [1981]. “Indians and Territorial Integration”. In: _____. **The Anthropology of Anthropology: the Brazilian case**. Série Antropologia, v. 110. Brasília: DAN/UnB. pp. 64-90.

PEIRCE, Charles. 1955. “The principles of phenomenology. How to Make our ideas clear”. In: J. Buchler (ed.). **Philosophical Writings of Peirce**. NY: Dover Public.

POLANYI, Karl. 2000. **A Grande Transformação – As Origens de Nossa Época**. Rio de Janeiro: Campus.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. 1979. **Estrutura e Função nas Sociedades Primitivas**. Petrópolis: Vozes.

RAMOS, Alcida R. 1990. “Ethnology Brazilian Style”. In: **Cultural Anthropology**, 5(4): 452-472.

RAMOS, Alcida R. 1999/2000. “Anthropologist as political actor”. In: G. L Ribeiro. **Journal of Latin America Anthropology: theme issue – reading Brazilian anthropologists**, 4(2), 5(1): 172-189.

REGO, André Gondim. 2007. **O Trabalho do Antropólogo no Ministério Público Federal: e outras considerações sobre a articulação entre o direito e a antropologia.** Brasília, UnB: Dissertação de Mestrado.

RESENDE DE ASSIS, Luís Guilherme. 2004. **A produção de instrumentos de mediação de conflitos socioambientais: o caso da sobreposição entre o território tradicionalmente ocupado pelos Pataxó do Monte Pascoal e o Parque Nacional do Monte Pascoal.** Brasília, UnB: Monografia apresentada ao DAN/ICS.

REZENDE, Leonardo P. & ROTHMAN, Franklin D. 2005. “Avanços e Contradições do Licenciamento Ambiental de Barragens Hidrelétricas: um estudo comparativo dos casos da UHE Cachoeira da Providência e UHE Fumaça MG”. Rio de Janeiro: **I Encontro Ciências Sociais e Barragens.** IPPUR/UFRJ e Fórum de Ciência e Cultura.

RIBEIRO, Gustavo Lins. 2000. **Cultura e Política no Mundo Contemporâneo: paisagens e passagens.** Brasília: Universidade de Brasília.

RIBEIRO, Gustavo Lins. 2004. “Prefácio”. In: G. Montibeller Filho. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC. pp. 15-18.

RIBEIRO, Gustavo Lins. 2006. **El Capital de la Esperanza: la experiencia de los trabajadores en la construcción de Brasilia.** Buenos Aires: Antropofagia.

RUBEN, Guilherme R. 1992. “O progresso da antropologia ou a antropologia do progresso”. In: A. A. Arantes; G. R. Ruben & G. D. Debert (orgs.). **Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo.** Coleção Momento. Campinas: UNICAMP. pp. 175-182.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. 1975. **Viagem à província de Goiás.** São Paulo: Edusp.

SANTOS, Milton. 2004. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Edusp

SEEGER, Anthony. 1981. **Há algo de Antropologia na Atuação de Antropólogos junto às Comunidades Indígenas do Brasil?** Nova Friburgo: 15º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

SEGATO, Rita Laura. 2005. **Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea.** Série Antropologia, v. 373. Brasília, UnB: Departamento de Antropologia.

SEVÁ FILHO, Oswaldo. 2005. “A Era final das Grandes Represas e Transposições entre Bacias Fluviais: assumir e aliviar os passivos existentes, restringir e cancelar projetos”. Fortaleza: **Encontro por una Nueva Cultura del Agua en America Latina.**

SHALINS, Marshall. 1997. “O Pessimismo Sentimental e a Experiência Etnográfica: porque a cultura não é um objeto em vias de extinção”. **Mana**, 3(2): 103-150.

SIGAUD, Lygia. 1988. "Implicações Sociais da Política do Setor Elétrico". In: L. A. O. Santos & L. M. M. Andrade (orgs.). **As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas**. Comissão Pró-Índio de São Paulo: São Paulo. pp. 103-110.

SIGAUD, Lygia. 1992. "O Efeito das Tecnologias sobre as Comunidades Rurais: o caso das grandes barragens". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

SIGAUD, Lygia. 1996. "Crença, Descrença e Interesses: por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório". In: S.B. Magalhães & E.R. de Castro (orgs.). **Energia na Amazônia**, v. II. Belém: MPEG/UFPA/UAM.

SIMMEL, Georg. 1985. **Simmel**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.

SOUZA LIMA, A. C. 2002. "Sobre Gestar e Gerir a Desigualdade: Pontos de Investigação e Diálogo". In: _____. **Gestar e Gerir: Estudos para uma Antropologia da Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Nuap.

TAMBIAH, Stanley. 1990. "Multiple orderings of reality: the debate initiated by Lévy-Bruhl". In: _____. **Magic, science, religion and the scope of rationality**. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 84-110.

TAMINATO, Marcel. 2006. **Afogamentos ou mergulhos antropológicos: o antropólogo como consultor de um empreendimento hidrelétrico**. Brasília, UnB: Trabalho final do curso de Análise de Sistemas Simbólicos.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. 1973. **Memórias**. Goiânia: Cultura Goiana.

TURNER, Victor W. 1974. **O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes.

VAINER, Carlos B. & ARAÚJO, Frederico G.B. 1992. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro: CEDI.

VAINER, Carlos B. 2005. **Impactos Sociais e Ambientais de Barragens: quem deve pagar a conta?** Mimeografado.

VAINER, Carlos B. 2007. **O Conceito de Atingido: uma revisão do debate e diretrizes**. (no prelo).

VAN DER PLOEG, J. D. 1993. "Potatoes and the knowledge". In: M. Hobart. **An Anthropological Critique of Development: the growth of ignorance**. Londres: Routledge. pp. 209-227.

VIOLA, Eduardo. 1987. "O movimento ecológico no Brasil (1974-1986); do ambientalismo à ecopolítica". In: J.A. Pádua (org.). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & ANDRADE, Lúcia M. M. 1988. “Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as Sociedades Indígenas. In: L. A. O. Santos & L. M. M. Andrade (orgs.). **As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo. pp. 7-24.

WOLF, Eric. 2003. "Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México", “Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas” e “Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar”. In: B. Feldman-Bianco & G. L. Ribeiro (orgs.). **Antropologia e Poder: contribuições de Eric Wolf**. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas: Unicamp. pp. 73-92.

WOORTMANN, Ellen F. & WOORTMANN, Klaas. 1997. **O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Universidade de Brasília.

WOORTMANN, Ellen. 1995 [1994]. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: UnB.

WOORTMANN, Klaas. 1990. “‘Com parente não se neguceia’. O campesinato como ordem moral”. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Editora Universitária de Brasília; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PAIVA, Ângela. 2005. “Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais”. In: A. Zhouri; K. Laschefski & D. B. Pereira. **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. 2005. “Da Usina de Irapé à Usina Presidente Juscelino Kubitschek: implicações da lógica desenvolvimentista nas práticas do licenciamento ambiental”. Rio de Janeiro: **I Encontro Ciências Sociais e Barragens**. IPPUR/UFRJ e Fórum de Ciência e Cultura.

Mapa 1 – Localização da UHE Corumbá IV e municípios atingidos

Mapa 2 – Mapa das comunidades e povoados atingidos pela UHE Corumbá IV

Mapa 3 – Zoneamento Ambiental do PACUERA da UHE Corumbá IV